

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCAS SOARES CHNAIDERMAN

**DE COLÔNIAS A PROVÍNCIAS.
Os redatores do *Semanario Patriótico* e a crise do
Império Hispânico (1808-1814)**

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**De colônias a províncias.
Os redatores do *Semanario Patriótico* e a crise do
Império Hispânico (1808-1814)**

Lucas Soares Chnaiderman

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento
de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Berbel

São Paulo
2015

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer profundamente a todos que me acompanharam nesse difícil percurso de escrever uma dissertação, desde a primeira alegria de passar no processo seletivo até os últimos passos recheados de *stress* e noites mal-dormidas. Eu jamais teria conseguido sem vocês. Todos os méritos que esse trabalho possa vir a ter advêm da ajuda que tive; quanto aos defeitos, sou o único culpado.

À FAPESP, pelo auxílio financeiro, sem o qual seria impossível que me dedicasse com tanto afinco à pesquisa, e também pelo financiamento para três meses de investigação na Espanha, cujo proveito não pode ser mensurado. Quanto à pesquisa no exterior, não teria sido possível sem a ajuda do professor da Universidad de Salamanca Júlío Sanchez Gomez.

À minha orientadora, a professora Márcia Regina Berbel, que teve paciência comigo quando eu tinha apenas 18 anos e comecei a já longínqua Iniciação Científica. Para mim, é um modelo não apenas de pesquisadora acadêmica, mas também um exemplo ético e pessoal. Meu agradecimento mais do que especial aos ensinamentos passados ao longo de sete anos, que são os maiores responsáveis pelas boas ideias desse texto.

Aos meus pais, por absolutamente tudo na vida. Muito obrigado pelas cobranças, pelo companheirismo, pelo amor demonstrado em cada ato. Gostaria que pensassem que cada linha desse mestrado é uma maneira minha de agradecer por tudo que fizeram, e que saibam que todas as coisas boas que gosto em mim vieram do exemplo de vocês.

À minha irmã, com quem dividi a casa por boa parte da graduação e do mestrado. Sinto saudade desses tempos e você tem a minha gratidão completa por ter tornado o meu lar um lugar tão agradável por esse período. Sinto orgulho de ter como irmã alguém que admiro tanto. Também ao meu irmão, cujo exemplo me tem sido de muita valia, e a quem agradeço por mostrar um caminho profissional, familiar e político possível em meio a uma realidade sempre difícil.

Aos meus amigos da faculdade, especialmente a Aline, a Ana, o Gustavo e o Marcos. Estiveram comigo desde o primeiro ano da graduação e ao lado de quem descobri tanto sobre a vida. Pelas alegrias e pelas tristezas compartilhadas, ao lado de vocês tudo sempre terminou com um sorriso. É um prazer imenso saber que posso contar com cada um quando eu precisar.

Aos meus amigos do colégio, com carinho para o Carlos, o Fábio, o Luís, a Raquel e o Victor. É ótimo saber que mesmo dominado pelo mestrado eu ainda conseguia conversar com pessoas que não estudam história. Muito obrigado por todos os momentos em que esqueci por completo das dificuldades intermináveis da pesquisa, pois não teria chegado aqui sem isso.

Às minhas amigas do curso do Espanhol, Stella e Roberta. Que estranho que apenas um semestre juntos numa sala de aula, aos sábados, tenha servido para conceber essa amizade. Eu sou muito grato pelo companheirismo naquele semestre difícil e por todas as cervejas, risadas e desabafos que ainda acontecem mensalmente.

Aos meus colegas de pós-graduação, que me acompanharam em grandes matérias ao longo desses três anos, e com os quais discuti as angústias e as realizações de um mestrado. Especialmente ao Bruno, que esteve comigo desde a Iniciação Científica, também sob as asas da Márcia Regina Berbel, e sem cujos conselhos e críticas esse trabalho não seria o mesmo.

A todos os outros amigos que fui conhecendo ao longo da vida, e alguns que infelizmente já não vejo. Que o fim desse mestrado signifique mais tempo para retomar velhas amizades. Destaco ainda, dentre aquelas que foram muito importantes ao longo desses três anos, um agradecimento especial à Rita, que soube adivinhar como ninguém o que eu mais precisava.

O meu último e mais terno agradecimento reservo à minha namorada, Daniella, pela compreensão, pelo carinho, pelo companheirismo, pelo amor. Você me deu tanto nesse tempo, e eu pude te dar tão pouco. Muito obrigado por estar ao meu lado e por compartilhar minhas conquistas e ajudar-me nas minhas frustrações. Não há nada como sorrir ao seu lado; tenho tanto a agradecer-te por esses três anos!

No fundo, apesar das dificuldades, já sinto saudade do caminho que me levou a esse texto.

Sumário

Resumo	5
Abstract.....	6
Lista de Arquivos e Fontes	7
Introdução.....	9
Capítulo 1: O Período <i>Juntero</i> (1808-1810).....	22
Do Foro Privado ao Público: o surgimento do <i>Semanario Patriótico</i>	22
A Revolução da Nação	35
América, uma colônia	46
Os Ilustrados e uma América Degenerada.....	53
Patriotismo nas Províncias Americanas.....	57
Os Recursos da América.....	68
O Grito de Guerra Atlântico	72
Dispersão	75
Capítulo 2: O Período Constituinte (1810-1812)	94
As cortes de Cádiz: esperança e desilusão	94
América: autonomia e independência.....	122
A América na Discussão constitucional	147
O discurso afrancesado sobre a América	166
Capítulo 3: O período constitucional (1812-1814).....	185
“ <i>No puede producir más que destrozo y ruina</i> ”	185
Liberais na Província: a <i>Aurora Patriótica Mallorquina</i>	208
José Maria Blanco White: jacobino, liberal, inglês	227
Considerações Finais	261
Bibliografia.....	270

Resumo

Entre 1808 e 1814 o Império Hispânico esteve envolvido por uma grande crise, iniciada pelo sequestro do rei Fernando VII por Napoleão Bonaparte. Com a invasão francesa, uma parte do povo espanhol resistiu aos conquistadores, e entre eles havia um grupo de ilustrados que se reuniam normalmente em uma tertúlia. Sob o comando do poeta Manuel Quintana, este grupo decidiu escrever o *Semanario Patriótico*, um jornal pioneiro, que interpretava a crise militar como uma crise constitucional e tentava comandar uma revolução. Em meio às dificuldades peninsulares, a questão americana foi motivo de preocupação e esperança, e nesse ponto houve um dos maiores debates do período, que dizia respeito tanto à posição das antigas colônias na nova ordem quanto em como combater as crescentes insurgências. Diante dos problemas políticos e militares, o grupo fundador do *Semanario Patriótico* se separou, não apenas fisicamente, mas também politicamente, e fundou novos jornais. Enquanto a maior parte dos seus redatores integrou o grupo liberal durante as Cortes de Cádiz, outros se afrancesaram ou então emigraram para a Inglaterra. Conforme tentaremos comprovar ao longo da dissertação, o grupo também se dividiu quanto à resolução dos problemas advindos do Antigo Regime e da Crise, propondo diferentes soluções não apenas para a Europa, mas igualmente para o Império Americano. Esse trabalho é, portanto, um estudo de como um grupo ilustrado tentou manejar a crise do Antigo Regime na Espanha ao mesmo tempo em que tentava manter o Império Atlântico, porém sob novas condições, e não repetindo a estrutura de colônia e metrópole.

Palavras-chave: Espanha; Liberal; Independências; Blanco White; Quintana; Ilustração; Colônia.

Abstract

Between 1808 and 1814 the Hispanic Empire was involved in a major crisis, which begun by the arrest of Fernando VII by Napoleon Bonaparte. With the French invasion, a section of the Spanish people resisted to the conquerors, and amid them there was a group of illustrated that made up, before, a *tertulia*. Under the leadership of Manuel Quintana, this group decided to publish the *Semanario Patriótico*, a precursor newspaper that interpreted the military crisis as a constitutional crisis and was trying to do a revolution. Among the peninsular difficulties, the American problem was the whole time a reason to be worried and to hope. At this point, there was one of the hardest discussions of the period, which related both to the status of the ancient colonies in the new order and to how to face the growing insurgences. In the face of the political and military issues, the founding band of the *Semanario Patriótico* split up, not only territorially, but also politically, and started new journals. While the majority of its redactors helped do define what was the new liberal party during the *Cortes de Cádiz*, others frenchfied themselves or emigrated to England. According to what we will defend along the dissertation, the group also split up about the resolution of the problems coming from the Ancient Regime and from the Crisis, developing different resolutions, not only for Europe, but likewise to the American Empire. This work is, therefore, a study of how a handful of illustrated tried to handle the crisis of the Ancient Regime in Spain at the same time as they were trying to keep the Atlantic Empire, but under new conditions, and not repeating the old structure of colony and metropolis.

Keywords: Spain; Liberal; Independences; Blanco White; Quintana; Enlightenment; Colony

Lista de Archivos e Fontes

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Española – *Semanario Patriótico*;

Hemeroteca municipal de Madrid – *El Español*;

Fondos Antiguo de la Universidad de Sevilla – *Espectador Sevillano*;

Colección documental del Fraile del Archivo General Militar de Madrid – *Gazeta de Sevilla*;

Biblioteca de la Fundación Bartolomé March, Palma de Mallorca – *Aurora Patriótica Mallorquina*.

“Entonces participarán con nosotros de los beneficios de una constitución sólida y benéfica; podrán llamarse verdaderamente libres e independientes; pues se halla ya sancionada la igualdad de derechos sin distinción de origen, y abolido hasta el nombre odioso de colonia”

Semanario Patriótico, 05 de marzo de 1812

“He aquí los frutos de las revoluciones: víctimas y más víctimas.”

Carta de Alberto Lista a Félix Reinoso em 1817.

Introdução

Entre os anos de 1808 e 1814 a monarquia espanhola atravessou um de seus períodos mais conturbados, devido à ausência do rei, à invasão napoleônica, à multiplicação de poderes e à desintegração do império americano. A esfera política foi alterada de maneira radical, permitindo o aparecimento de novos personagens, problemas e soluções.

Em 1808 o rei Fernando VII, recentemente empossado em decorrência de um motim contra seu pai, Carlos IV¹, foi aprisionado em Bayona pelo imperador francês Napoleão Bonaparte – a quem havia recorrido na disputa legitimadora –, o qual entregou a coroa espanhola a seu irmão José. No entanto, houve resistência popular e armada contra os franceses, resultando numa longa guerra civil e militar, a partir do dois de maio madrileno de 1808².

Instituíram-se diversas Juntas Provinciais, organizações autônomas formadas por autoridades do Antigo Regime, que se legitimaram no apoio popular³, com a função de organizar a resistência. Ao mesmo tempo em que esta se iniciava, algumas autoridades tradicionais, destacando-se o Conselho de Castela, reconheciam as abdições e

¹ Segundo FUENTES, Juan F. e SEBASTIAN, Javier F., em **Historia del Periodismo Español**. Madrid: Síntesis, 1998, a deposição do antigo rei Carlos IV em Aranjuez em 1808, foi o dado mais claro da eclosão de uma “caudalosa corriente subterránea” chamada opinião pública, a qual estaria extremamente desfavorável ao então super ministro Godoy. Já Miguel Artola, em **La España de Fernando VII**. Madrid: Pilar Cortés, 1999, defende que o motim teve um aspecto mais parecido com um motim palaciano estimulado pelos seguidores de Fernando VII: “El motín de Aranjuez, cuyo desarrollo se extiende desde la noche del 17 a la tarde del 19 de marzo, es la culminación de la política personal del príncipe de Asturias, quien, merced a una agitación revolucionaria que organizan sus partidarios, logrará alcanzar el trono sin necesidad de esperar la muerte de su padre”, p. 41.

² Os eventos de dois e três de maio, retratados de maneira célebre por Goya em dois quadros, sendo aquele sobre o 3 de maio talvez o seu quadro mais conhecido, são ainda hoje lembrados pelos espanhóis, por exemplo com monumentos. Entre os contemporâneos, como relatado no jornal *Semanario Patriótico*, o evento foi considerado o começo da resistência espanhola, tendo sido assim registrado pela historiografia posterior. Um dos fatores considerados essenciais para a resistência popular a Napoleão foi chamado de *patriotismo herido* por GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica e Fundación MAPFRE, 1992. A defesa da pátria ferida é tomada como uma defesa de valores: “La exaltación patriótica que se desprende de todos los impresos peninsulares y americanos y de las ceremonias cívicas [de 1808] está fundamentada esencialmente en valores antiguos: fidelidad al rey, defensa de la religión, de las costumbres, de la patria” (p. 120). Outros historiadores tratam a reação popular como resultado da xenofobia comum aos espanhóis do período, vide ALONSO, Manuel Moreno. **La generación española de 1808**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

³ BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824**. México, D.F.: El Colegio de México, 2006: “Es verdad que la iniciativa para la formación de las juntas partió, como era de esperarse, de las autoridades establecidas y de personas con cierta posición social, pero pocos hubieran podido hacer estas juntas si el pueblo no las hubiera apoyado (p. 84-85). Miguel Artola, por sua vez, defende que as juntas foram uma revolução, comparada às assembleias populares tomadas pelo povo da França jacobina; já Jean-René Aymes, pelo contrário, toma as juntas como o fator de estabilidade do regime, seria o que impediu o povo de realmente assumir o poder (AYMES, Jean-René, **La guerra de independencia en España (1808-1814)**. Madrid: Siglo XXI, 1990).

aceitavam o novo rei, José Bonaparte⁴. A disputa política cindiu a Espanha como nenhuma outra guerra havia feito antes. As Juntas Provinciais, criadas no começo da disputa, permaneceram durante todos os anos do conflito, solapando resquícios dos antigos órgãos oficiais, porém tiveram de dividir o poder com a Junta Central a partir de setembro de 1808. Tratava-se de uma tentativa de parte dos membros do Antigo Regime⁵ e dos ilustrados que se denominavam patriotas de unificar o governo espanhol, evitando a dispersão das províncias.

Um dos motivos para a formação de um governo central era a necessidade de criar uma referência para a América⁶, dentre outras razões porque a maior parte do aporte pecuniário para a formação de um exército de resistência provinha das rendas americanas. No entanto, se a política estava se transformando na Península Ibérica, o mesmo acontecia no continente americano. Cobrar contribuição das Américas como simples colônia era impossível em um reino acéfalo⁷ e em profunda crise política. Isso resultou num intenso debate em ambos os lados do Atlântico sobre o papel do continente americano.

As dificuldades militares enfrentadas pela Junta Central resultaram na derrota de Ocaña em 19 de novembro de 1809⁸. Como consequência do desastre no campo de batalha, a Junta Central foi desfeita e uma Regência composta por personagens ligadas intrinsecamente ao Antigo Regime⁹ assumiu o poder. A Regência deu continuidade ao

⁴ ARTOLA, Miguel, op. cit. p. 71-76: “Como cuerpo colegislador, el consejo se plegó en unos casos de forma inmediata, en otros no sin ciertas observaciones y resistencias, a dar forma legal a las voluntades de los invasores y de la junta de gobierno”. A posição defendida por Artola de que a população agiu em contraposição ao órgão máximo de governo tornou-se um consenso historiográfico.

⁵ A Junta Central tinha em seu comando um dos ministros de Carlos IV, o Conde de Floridabanca. Concomitantemente, possuía entre seus membros um dos perseguidos pelo antigo super ministro Godoy, o ilustrado Jovellanos.

⁶ Como explica CHUST, Manuel. **La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz**. Valência: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto Historia Social/ Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1999, p. 31: “Dos razones sobresalían, entre otras, para que las Juntas accedieran a unificarse en una Central. Por una parte la coordinación de esfuerzos encaminados a ganar la guerra. En segundo lugar, la organización de un poder legítimo en la península para que las colonias americanas tuvieran un referente de legitimidad.”

⁷ A ideia de um corpo acéfalo é típica do Antigo Regime, pois a organização política ganhava a metáfora de um corpo, no qual a cabeça era representada justamente pelo rei. No caso da ausência do soberano, o reino se transformava em um monstro, como está citado em Guerra, op. cit, 1992: “La monarquía está acefala: se le ha puesto una cabeza extraña de su cuerpo, que ça há constituido un monstro, como si al cuerpo humano se pusiese la cabeza de un asno” (Proclama inserido no Diário de Valencia, 06/06/1808, publicado na Gazeta de Mexico, 07/09/1808).

⁸ A batalha de Ocaña, próxima a Toledo, foi considerada decisiva na derrota espanhola para as tropas napoleônicas. Mesmo estando em superioridade numérica, os espanhóis não resistiram ao ataque francês e se dispersaram. Essa derrota, tratada como inesperada pelos patriotas, levou a muitas punições aos seus comandantes e, ao fim, pela completa impopularidade da Junta Central.

⁹ Eram eles o general Francisco Castaños, os conselheiros de Estado Antonio de Escaño e Francisco Saavedra, o bispo de Orense, Quevedo, e o novo-hispano Miguel de Lardizábal y Uribe.

processo iniciado pela Junta Central e convocou Cortes, dessa vez compostas não pelos três estados – clero, nobreza e povo –, e sim por “representantes da nação”¹⁰.

Com as Cortes reunidas em um dos últimos refúgios seguros da Espanha, a cidade portuária de Cádiz, a discussão política ganhou um novo aspecto, pois uma constituição começou a ser elaborada, aproveitando todo o aprendizado dos dois anos anteriores e sob a liderança política do grupo que ficaria conhecido como liberal¹¹.

Enquanto estiveram reunidas as Cortes de Cádiz, de 1810 a 1814, boa parte da América foi sacudida por revoltas, as quais, se inicialmente exigiam maior autonomia política e administrativa dentro dos marcos legais da monarquia, passaram sucessivamente da discussão legal para a revolta independentista.

Mesmo envolta por este contexto turbulento, as Cortes de Cádiz promulgaram uma constituição em 1812, a qual refletia a presença de deputados americanos¹² e também o peso das discussões políticas sobre o ultramar. Essa constituição propunha

¹⁰ A possibilidade de uma convocatória de Cortes esteve presente desde os primeiros momentos da Junta Central, inclusive devido à pressão exercida pelo *Semanario Patriótico*. No entanto, jamais se teve claro como deveriam ser organizadas essas Cortes. Em 1809, por exemplo, a Junta Central organizou uma consulta pública a mais de uma centena de instituições ou pessoas influentes na qual essas deveriam opinar sobre o futuro do reino, principalmente sobre futuras Cortes. Pierre Vilar leu grande parte das respostas, classificando e contabilizando o léxico utilizado, para afirmar acerca da luta entre duas Espanhas naturais e paradoxais presente já nas diversas respostas à consulta pública. VILAR, Pierre. **Hidalgos, Amotinados y Guerrileiros: Pueblos y Poderes en la Historia de España**. Barcelona: Crítica, 1999. Pérez Guilhou escreveu que tudo que aconteceria na revolução espanhola já estava dito na consulta pública de 1809. In: GUILHOU, Pérez. **La opinión pública española y las Cortes de Cádiz frente a la emancipación hispanoamericana, 1808-1814**. Buenos Aires: Academia Nacional de História, 1982. Artola conclui, sobre o assunto, em *La España de Fernando VII*, op. Cit: “la extensión y madurez de una opinión pública que pedirá en sus respuestas muchas de las trascendentales reformas que el liberalismo tendrá la habilidad de cubrir bajo su bandera”, p. 338. De qualquer forma, a simples existência de uma consulta pública sobre um assunto político já era sintomática de um novo papel designado à esfera pública. Agora o público estava instado a agir.

¹¹ A terminologia liberal já existia antes de 1808, porém não no sentido político que passou a ter. O termo liberalismo surgiu apenas em 1811. Vide FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier e FRANCISCO FUENTES, Juan. “Liberalismo”. In: **Diccionario político y social del siglo XIX español**. Madrid: Alianza Editorial, 2006. A importância do período entre 1808 e 1810 como definidor dos rumos da revolução espanhola foi destacada por François-Xavier Guerra em *Modernidad e Independencias*, quando se refere ao período como “*dos años cruciales*”.

¹² 36 americanos foram enviados à península por suas cidades para representar suas respectivas províncias em Cádiz. No entanto, esse não era o número total de representantes americanos, pois muitos eram suplentes, já que algumas províncias nunca enviaram deputados, tais quais Buenos Aires e Caracas, e outros representantes chegaram muito tarde. Segundo Jaime Rodríguez, em uma interpretação polêmica, dos 220 deputados das Cortes, em torno de 80 deveriam ser americanos. In: “Equality! The Sacred Right of Equality”. Representation under constitution of 1812. *Revista de Indias*, 2008, num. 242. Outros autores, como Guerra e Fradera colocam outros dados, restringindo-se aos 30 que foram eleitos como suplentes. Rodríguez tem consciência disso e os contesta. GUERRA, François-Xavier. **Revoluciones Hispánicas. Independencias americanas y liberalismo español**, Madrid, Editorial Complutense, 1995 e FRADERA, Josep M., **Gobernar colonias**, Barcelona, Ediciones Península, 1999. De qualquer forma, ainda que fossem 80, não deixaria de existir uma desigualdade, já que as populações eram parecidas. Segundo cálculos aproximados, a América tinha 16 milhões de habitantes contra 11 milhões da Espanha peninsular, porém as Cortes não reconheceram as castas como tendo direito ao voto, logo, os números ficaram equiparados.

uma nova forma de incluir a América¹³, porém ainda assim era alvo de muitas queixas dos deputados e dos autonomistas americanos. A direção revolucionária também enfrentava uma forte oposição tradicionalista e regionalista. Em 1814 a discussão política foi repentinamente obstruída devido à volta do rei Fernando VII, ao fechamento das Cortes, à revogação da constituição e à perseguição de todos os liberais¹⁴.

Durante esse período conflituoso, de 1808 a 1814, a esfera pública foi reinterpretada como um novo espaço de debates políticos, pois, com a autoridade real ausente, a nova soberana passava a ser a nação¹⁵, que podia ser disputada continuamente. Jürgen Habermas defende que houve uma “mudança estrutural da esfera pública”, que passou a ser questionadora da autoridade e sintoma da emancipação da sociedade civil burguesa. Considerando as particularidades hispânicas, François-Xavier Guerra é a referência para o estudo da esfera pública.

Segundo Guerra, a grande novidade da modernidade hispânica era justamente a publicização de valores antes discutidos nas esferas particulares¹⁶. Nesse fenômeno de

¹³ Os três primeiros artigos da Constituição de Cádiz são significativos: “*Art. 1º.* La Nación española es la reunión de todos los españoles de ambos hemisferios. *Art. 2º.* La Nación española es libre e independiente, y no es ni puede ser patrimonio de ninguna familia ni persona. *Art. 3º.* La soberanía reside esencialmente en la Nación, y por lo mismo pertenece a ésta exclusivamente el derecho de establecer sus leyes fundamentales.” A discussão sobre o quão inclusiva era a constituição gaditana ocuparam não apenas os coevos, mas inclusive os historiadores. Manuel Chust, por exemplo, defende que com a constituição deixaram de existir colônia e metrópole: “Ahora los territorios, antiguas colonias y metrópoli, constituían un solo Estado-nación. La soberanía, en un alarde de teoricismo liberal centralista, correspondía a la nación.” In: CHUST, Manuel. “Constitución de 1812, Liberalismo Hispano y cuestión americana, 1810-1837”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"* Tercera serie, núm. 25, p. 168. Já Portillo Valdés, caminha por uma tese oposta: “Por nacer de una crisis constitucional, aquella nación española no podía definirse unilateralmente desde Cádiz, sino que precisaba de un nuevo pacto. Como reflejó la Constitución española de 1812, el Congreso de Cádiz se negó rotundamente a aceptar este principio al declarar a la nación española heredera única e incondicional de la soberanía en toda la extensión de la monarquía.” In: PORTILLO VALDÉS, José María. **Crisis Atlántica – Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006, p. 149.

¹⁴ Entre os liberais perseguidos, estiveram todos os envolvidos no *Semanario Patriótico* que ainda estavam na Espanha, os quais sofreram um processo conjunto, vide MATEO, José Quirós. “Eugenio de Tapia en prisión, un episodio de la represión de 1814”. *Revista de Estudios Literarios*. Universidad Complutense de Madrid, 2001.

¹⁵ “Na ausência do rei, a soberania retorna aos povos” defendia o pactismo tradicionalmente espanhol. Numa concepção mais tradicional, a nação poderia estar desfeita, pois os *pueblos* poderiam ser as províncias ou a *pátria chica*. Na interpretação liberal, os *pueblos* tornavam-se povo, e em decorrência disso, nação. Vide Rodríguez: “Inspirados pela revolução intelectual do fim do século XVIII e pelas tradições legais da monarquia, a maioria concordava que, na ausência do rei, a soberania voltava ao povo [to the people], os quais agora possuíam a autoridade e a responsabilidade de defender a nação”, op. cit., 2006, p. 52. Vide também Portillo Valdés, op. cit, 2006.

¹⁶ “Lo radicalmente nuevo es la creación de una escena pública cuando este nuevo sistema de referencias deja los círculos privados en los que hasta entonces había estado recluido, para irrumpir en plena luz”. GUERRA, François-Xavier, op. cit, 1992, p. 13. Não há dúvidas de que Guerra se baseia na teoria de Habermas, o qual defende: “O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (*Umfunktionierung*) da

tomada da esfera pública pelas discussões políticas, a imprensa ocupou papel central, através de periódicos e panfletos. O protagonismo da imprensa no espaço público, ao menos para os liberais, visava a consolidar a soberania da opinião pública. A opinião passou a ser a força principal, “*o que diz ou quer o povo ou a nação*”¹⁷, coadunando-se com a soberania da Nação; portanto, a opinião pública seria a expressão da nação soberana, reservando-se aos ilustrados o papel de guia¹⁸.

Em meio a essa agitada e nascente esfera pública, durante a ausência do rei¹⁹, os jovens ilustrados foram os primeiros a aproveitar a oportunidade de exteriorizar aquilo antes discutido de maneira discreta, intramuros²⁰. Dentre os grupos ilustrados que tomaram a esfera pública espanhola (principalmente a madrilenha, em seu começo) estava o do poeta Manuel Quintana, objeto de investigação na presente dissertação.

Quintana era um ilustrado espanhol bem conhecido no meio literário. Residente em Madri, ele mantinha contato com os grandes representantes da ilustração no reino, como Jovellanos²¹, e também possuía ao seu redor uma rede de jovens ilustrados, reunidos periodicamente em uma tertúlia desde o início do século XIX. Essa organização literário-política, tipicamente espanhola, foi a base de formação de um periódico lançado na capital em primeiro de setembro de 1808, o *Semanario Patriótico*.

Publicado pouco depois da libertação da cidade das tropas francesas, esse jornal foi apontado pelos coevos, como por exemplo Alcalá Galiano, como “o mais bem

esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão”, ou seja, é também um movimento do particular para o público. HABERMAS, Jürgen, **Mudança estrutural da esfera pública**, investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 68.

¹⁷ GUERRA, François-Xavier, op. cit, 1992, p. 276: “lo que dice o quiere el pueblo o la nación”.

¹⁸ FUENTES, Juan F. e SEBÁSTIAN, Javier F, 1998, op. cit, p. 51

¹⁹ Como referência da explosão de periódicos no período, Guerra, em *Modernidad e independencias*, aponta que na Nova Espanha (periférica quando comparada com Madri ou principalmente Cádiz), o número de periódicos políticos foi de um em 1808 para 184 em 1810. Beatriz Sánchez Hita, em “Cuánto cuesta la opinión pública: precios, densidad y periodicidad de la prensa gaditana (1808-1814).” In: CASENAVE, Marieta, DURÁN LÓPEZ, Fernando & FERRER, Alberto (Orgs.), **La Guerra de Pluma: estudios sobre prensa de Cádiz en el tiempo de las Cortes (1810-1814), Tomo III: sociedad, consumo y vida cotidiana**. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2008, aponta diversos periódicos que surgiram entre 1810 e 1814, a maioria com carreira meteórica, não permanecendo por mais do que dez números.

²⁰ O mundo absolutista europeu resguardou as discussões políticas e morais para a esfera privada, e apenas com a revolução ambas podem abandonar o segredo e “tomar” a esfera pública. Sobre o assunto, vide KOSELLECK, Reinhart, **Crítica e Crise: uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999.

²¹ Gaspar Melchor de Jovellanos foi uma das figuras ilustradas mais famosas do fim do século XVIII, tendo inclusive amargado a prisão durante o breve reinado de Carlos IV. Sua morte em 1811 comoveu o mundo liberal da época. Ocupou cargos importantes na Junta Central, sendo membro principal do grupo que Breña denominou por “constitucionalistas históricos”.

avaliado e respeitado [periódico], e o que mais influência exercia”²², e por alguns historiadores atuais como tendo desempenhado “o papel principal na mutação ideológica das elites”.²³

Devido à sua importância²⁴, o *Semanario Patriótico* já foi tema de muitos artigos²⁵, porém não com o enfoque pretendido nesse trabalho, que é a forma como o periódico desenvolveu o tema americano e a sua proposta para a inclusão do Novo Mundo na nação hispânica. Conforme afirmamos anteriormente, a crise política, transformada em crise constitucional²⁶, impunha uma nova situação para a América, cujos naturais foram convidados a discutir a monarquia sob parâmetros que os peninsulares declaravam como igualitários. Todos aqueles que disputavam a arena pública nesse período foram então obrigados a dissertar sobre o papel das colônias, com o *Semanario Patriótico* ocupando uma posição central nesse ponto, advinda de sua relevância e da proximidade do seu redator com os grandes deputados liberais.

A questão que se impunha dizia respeito ao *status* colonial do Novo Mundo, que os ilustrados interpretavam como uma colônia, naturalmente inferior à metrópole²⁷. As necessidades da guerra e o remanejamento constitucional da monarquia tinham que levar a uma mudança nessa situação. Se a nação passou a ser a soberana em lugar da monarquia, cabia se perguntar qual era a delimitação espacial dessa nação. Se a resposta

²² GALIANO, Alcalá. **Recuerdos de un anciano**. Madri: Vida de Hermano y Cia., 1890, p. 46. *Apud* REY, Juan. “Los escritores sevillanos en el tránsito del antiguo al nuevo régimen”. In: *CAUCE*, Revista de Filología y su Didáctica, nº 13, 1990, p. 155.

²³ GUERRA, François-Xavier. op. Cit, p. 229.

²⁴ Essa relevância não diz respeito apenas ao conteúdo e à figura de seus colaboradores, peças importantes no grupo liberal, mas é também um dado numérico. Segundo Blanco White, um dos redatores em 1809, o jornal chegou a ter três mil assinantes, uma enormidade para o período: “La nación española... halló en el *Semanario* una lectura tan gustosa, que jamás se ha buscado libro alguno con tanto ardor en España. Cerca de tres mil suscriptores tuvo el *Semanario* muy pocos días después de su publicación.” *El Español*, nº X, 30 de janeiro de 1811, p. 286. *Apud* RICO LINAGE, Raquel. “Revolución y Opinión Pública: el *Semanario Patriótico* en 1808”. *Historia, Instituciones, Documentos*. Núm. 25. 1998, p. 579.

²⁵ Além da abordagem clássica de François-Xavier Guerra em *Modernidad e independencias*, todos os estudos sobre o periodismo no período, como SÁIZ, María D. e SEOANE, María C. **Historia del Periodismo Español**. Madri: Alianza Editorial, 1983, ou então o já citado estudo de Fuentes e Sebastián. Pierre Vilar e Roberto Breña também trabalham com alguns pontos do *Semanario Patriótico*, porém um trabalho que enfoque toda a sua duração ainda é algo muito raro, daí a relevância de nossa iniciação científica.

²⁶ Seguindo aqui a tese de PORTILLO VALDÉS, José María. **Revolución de nación: orígenes de la cultura constitucional en España, 1780-1812**. Madri: CEPC-BOE, 2000.

²⁷ “América no entraba, pues, con buen pie en los análisis del primer liberalismo peninsular. No había contado absolutamente para el debate historiográfico y sociológico sobre la nación española y su constitución. A Capmany, Jovellanos, Martínez Marina u otros, les había bastado y sobrado con la información procedente de los territorios peninsulares para sus elucubraciones. (...) No era problema de información escasa sino de una concepción de España, su monarquía y nación, que no terminaba de encajar con el postulado que afirmaba ser que los reinos americanos eran partes esenciales, principales y no accesorias de la monarquía.” PORTILLO VÁLDES, José. “Los límites del pensamiento político liberal. Álvaro Flórez Estrada y América.” *Historia constitucional* (revista electrónica), nº 5, 2004, p. 52.

da Junta Central e das Cortes foi de que a América constituía “parte essencial e integrante da monarquia”²⁸, o jornal de Manuel Quintana é um lugar privilegiado para entender essa alteração.

O primeiro ponto que distingue o *Semanario Patriótico* dos outros inúmeros periódicos surgidos nesses anos é, não apenas a longevidade, mas também a precocidade, pois foi um dos primeiros jornais não oficiais de maior vulto a ser publicado em Madri após o início da guerra. Muito dessa característica advinha da experiência jornalística prévia de Manuel Quintana, que havia publicado *Variedades* em 1803, um jornal que versava sobre temas literários e científicos.

O caráter precoce também era parte da estratégia do grupo ilustrado que compunha o periódico, pois acreditavam que a crise pela qual a Espanha passava era uma oportunidade para transformar o sistema político vigente; a denominação de “*revolución española*”, utilizada desde os primeiros anos para designar os eventos da época, era a comprovação de que, para os redatores, expulsar os franceses não seria o suficiente²⁹. Essas características fazem do *Semanario Patriótico* uma espécie de “vanguarda liberal”, disposta por vocação à “pedagogia política”³⁰, a ensinar aos espanhóis como deveria ser o Estado e a sociedade.

O *Semanario Patriótico* não era fruto apenas do trabalho de seu fundador e figura de maior destaque prévio, Manuel Quintana, mas sim o resultado do esforço de uma parte do grupo que compunha a antiga tertúlia do poeta, representantes mais radicais³¹ da Ilustração espanhola. Embora o jornal tenha contado com inúmeros

²⁸ “El rey nuestro señor Dn. Fernando 7º y en su real nombre la Junta Suprema Central Gubernativa del reyno, considerando que los vastos dominios que España posee en las Indias, no son propiamente Colonias, ó Factorias como los de otras naciones, sino *una parte esencial é integrante de la monarquía española*”. Retirado de Chust, op. cit, 1998. Grifo meu.

²⁹ Segundo o próprio *Semanario Patriótico* em 13/07/1809, p. 5: “Si el patriotismo constante en los triunfos y en las desgracias, y el odio á una dominación adevenediza le libran de todo conquistador extranjero, con esto solo, apenas habrá andado la mitad de carrera de su prosperidad. Es menester que cree y mantenga dentro de si mismo los germenos de su seguridad futura; seguridad que nunca tendrá exteriormente si en lo interior no es feliz, libre, poderoso y sabiamente gobernado”.

³⁰ Léxico que compõe o título do capítulo que é uma das bases para esse trabalho: “La Pedagogía Política y la Prensa Revolucionaria Española” In: GUERRA, op. cit. “Dentro de esta acción multiforme, la prensa tiene como primer fin la pedagogía política. En efecto, un análisis del contenido de estos periódicos revela, bajo el aparente desorden de artículos –puesto que la información ocupa también un lugar importante-, un plan claro y tenazmente seguido para transformar las mentalidades de sus lectores”, p. 232.

³¹ O termo Ilustração Radical é de nossa própria alcunha e reconhecemos que é problemático. A grande questão aqui é definir esse grupo de ilustrados que já não acreditavam numa solução de Antigo Regime para os problemas da Espanha. Já não bastava um rei filósofo para resolver os problemas. Assim, denominar apenas como Ilustração de Campomanes a Quintana não faz sentido para o estudo presente. Seria possível utilizar a denominação de “liberal”, mas se configura um erro conceitual, já que a substantivação desse adjetivo data de 1810, e seria talvez anacrônico usá-lo para 1808. Alguns preferem

colaboradores, os principais redatores foram sete: o próprio Manuel Quintana, além de José María Blanco White, Alberto Lista, Isidoro Antillón, Álvarez Guerra, Eugenio Tapia e José Rebollo³².

A maioria dessas personagens era jovem à época, pertencente à mesma geração, tendo de 30 a 40 anos em 1808³³. Seus membros, com exceção de Quintana, possuíam pouca relevância no cenário intelectual espanhol do início do século XIX, porém se tornariam figuras de destaque no futuro, como Blanco White, de imenso prestígio na Inglaterra, e Eugenio Tapia, reconhecido posteriormente como escritor e historiador³⁴.

Embora possuíssem opiniões diferentes sobre política, todos os redatores do *Semanario Patriótico* concordavam – de início – em temas caros para a experiência liberal da época. Antes de tudo, havia a oposição ao Antigo Regime³⁵ e ao sistema político ao qual o associavam, o despotismo. A nova política que propunham era guiada por alguns princípios que definiriam o liberalismo, não apenas espanhol, mas também

falar de Ilustração mais avançada, o que configura um juízo de valor muito explícito para ser reproduzido. Seria possível, talvez, usar “iluminismo revolucionário”, o que poderia ser compreendido pelos homens daquela época, mas acompanha essa terminologia uma disputa muito grande sobre o significado de “revolução”, uma das palavras mais identificadas à modernidade. Com os eventos da França em 1789, “revolução” ficou permanentemente associado a esse acontecimento, inclusive pelos próprios liberais, como Flórez Estrada, que não tinha vergonha da relação, da mesma forma que Quintana, ao menos antes dos jacobinos. Outra possibilidade seria “ilustrados filósofos”, léxico novo reconhecido pelos dois lados da disputa política, sendo que os liberais o tomavam como um elogio e os reacionários como uma ofensa. Mas a sua acepção hoje em dia é tão diferente que poderia dificultar o entendimento contemporâneo. Havia, por fim, a atração de chamá-los de ilustrados exaltados, classificação que se consagraria durante o vintismo através da política dos liberais exaltados, mas o anacronismo poderia levar a imensas confusões, já que Manuel Quintana seria um moderado nos anos 20, por exemplo. Diante desse dilema, ainda mal resolvido, escolhemos a Ilustração Radical, sem nenhuma relação com o célebre livro de Israel. O significado de radical à época já era parecido com o que se dá hoje em dia em política: do que ataca a raiz e daquilo que é extremo, mesmo que não se usasse conjugado à liberal. Escolhemos essa denominação, pois estes eram os ilustrados que levavam ao limite os princípios do iluminismo de igualdade e liberdade, e também atacavam pela raiz a questão da soberania.

³² O conhecimento destes nomes deve-se, primeiramente, à **Memória sobre el proceso y prisión**, de Manuel Quintana em 1814 (cuja melhor edição é de DURÁN LÓPEZ, Fernando (ed.), QUINTANA, Manuel, **Memoria del Cadiz de las Cortes**. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1996), no qual o poeta fala de Guerra, Tapia e Rebollo. Antillon e Blanco são citadas pelo próprio em jornal em sua etapa sevilhana. Alberto Lista seria depois o redator do *Espectador Sevillano* e François-Xavier Guerra o cita como um dos membros mais ativos do grupo.

³³ O mais jovem deles, Isidoro Antillón, havia nascido em 1778, enquanto o mais velho, Álvarez Guerra, nascera em 1770.

³⁴ Dentre as obras mais famosas de Tapia estão a mais célebre história espanhola da época: **Historia de la civilización española desde la invasión de los árabes hasta la época presente** e o *best-seller* jurídico **Febrero novísimo ó, Librería de jueces, abogados, y escribanos: refundida ordenada bajo nuevo método y adicionada con un tratado del juicio criminal y algunos otros**, ambos lançados próximos a 1840.

³⁵ A própria denominação Antigo Regime já indicava esse debate, como a Revolução Francesa fez questão de destacar. Vide FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

atlântico³⁶: uma nova constituição, que fosse além da recuperação de antigas leis, como queria o constitucionalismo histórico ibérico³⁷; a soberania da Nação como a maior força de um país, colocando-a inclusive acima do rei³⁸; a defesa dos direitos individuais, como a propriedade privada e o direito a um julgamento justo; a campanha, desde o primeiro número de jornal, da convocatória de um congresso composto pelos cidadãos em igualdade de condições; por fim, havia um projeto unitário e centralista para o império, o qual visava à unidade de uma nação atlântica representada nas Cortes, composta tanto por americanos quanto por europeus.

Só o estudo aprofundado do *Semanario Patriótico* não esclarece os múltiplos caminhos traçados por aquele grupo de ilustrados radicais e futuros liberais. Os sete redatores não permaneceram juntos durante os quatro anos de duração do periódico, entre 1808 e 1812, e, além disso, ainda houve dois anos de profícua produção jornalística entre 1813 e 1814, quando o *Semanario Patriótico* já havia deixado de existir, porém seus antigos membros ainda escreviam.

Os sete redatores que compunham a tertúlia de Manuel Quintana e que fizeram parte do *Semanario Patriótico* representam bem a abrangência de possibilidades dos ilustrados espanhóis do período. Houve, em primeiro lugar, a divisão entre aqueles que decidiram lutar contra os franceses³⁹ e os que se “afrancesaram”, como fizeram muitos, seja por acreditar na modernização proposta por José Bonaparte, seja pela falta de possibilidades, pois a vitória francesa parecia certa. Alberto Lista, personagem importante na cena intelectual sevilhana, por exemplo, acompanhou o *Semanario Patriótico* em 1809, e, posteriormente, afrancesou-se.

Pouco tempo depois que o *Semanario Patriótico* encerrou suas atividades sevilhanas, em 31 de agosto de 1809, foi lançado o *Espectador Sevillano*, em 2 de

³⁶ Os historiadores tem se esforçado por tomar o Atlântico como espaço histórico, conforme destaca Dale Tomich em “O Atlântico como espaço histórico”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº 2, 2004, p. 221-240. Sobre o período estudado nesse trabalho, o estudo mais clássico é de GODECHOT, Jacques. **Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)**. São Paulo: Pioneira e EDUSP, 1984.

³⁷ Roberto Breña, op. cit, 2006, aponta o jusnaturalismo e o “historicismo nacionalista” como as principais influências do liberalismo gaditano.

³⁸ Um dos múltiplos exemplos que poderíamos usar é retirado do *Semanario Patriótico* de 10 de janeiro de 1811: “El rey es el primer ciudadano de una nacion: pregunto ahora: se perderá esta por llevar adelante los actos de un rey? Pongase á un lado el rey, y al otro veinte y cinco millones de almas [olha a América aqui! ou não? conferir melhor], y que se decida á qual se debe inclinar la balanza. Digo mas, si fuese necesario que el rey pereciese, que perezca para salvar la nacion que ha tomado el partido de perecer por él”.

³⁹ Esse grupo foi representado na famosa frase de Jovellanos que foi reproduzida abundantemente nos periódicos do período, inclusive no *Semanario Patriótico*, na qual o célebre ilustrado definiu a luta da Espanha: “España lidia por su religión, por su constitución, por sus leyes, sus costumbres, sus usos, en una palabra por su libertad”. JOVELLANOS, Gaspar. *Carta a Francisco Cabarrús* (Jadraque, ?/ago/1808). *Apud Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CXCI, 1994.

outubro do mesmo ano, persistindo até quase a tomada de Sevilha pelos franceses, já em 1810. O *Espectador Sevillano* foi apontado por François-Xavier Guerra como um dos periódicos fundamentais para a mudança política na mentalidade hispânica que adentrava a modernidade⁴⁰. Seu principal redator foi Alberto Lista e o projeto foi uma continuação do *Semanario Patriótico*⁴¹, com o qual havia colaborado ao lado de Blanco. Quando Sevilha foi tomada, Alberto Lista foi o único dos redatores do *Semanario Patriótico* que passou a integrar o lado francês, contribuindo incisivamente para o governo de José Bonaparte. Nessa função, Lista ajudou a redigir a *Gazeta de Sevilla* durante dois anos, após os quais fugiu do país.

José María Blanco, redator do *Semanario* em 1809, transferiu-se para a Inglaterra com a queda de Sevilha – no mesmo ano – e de Londres escreveu um dos mais famosos periódicos da época, *El Español*, extremamente popular entre os americanos autonomistas e polêmico para os gaditanos. Se em 1809 podiam ser identificados traços de jacobinismo em Blanco White, segundo o próprio⁴², a partir da transferência do autor para a Inglaterra suas teorias sofreriam uma moderação reconhecida inclusive pelo autor em autocrítica.

Se Alberto Lista e Blanco White constituíram as vozes mais dissonantes que se seguiram ao *Semanario Patriótico*, os outros redatores também construíram trajetórias próprias, ainda que mais fiéis à política defendida no jornal e em consonância com as Cortes⁴³. Isidoro Antillón foi o integrante do *Semanario Patriótico* mais bem sucedido em sua carreira política durante o breve governo liberal entre 1810 e 1814. Foi nomeado Ouvidor da Audiência de Mallorca em 1810, vivendo na ilha até 1813, quando foi eleito deputado para as Cortes pelo Reino de Aragão.

Conjugada à sua carreira legal e política, Isidoro Antillón difundiu os ideais liberais nas ilhas Baleares, as quais tinham a característica peculiar de terem se mantido

⁴⁰ Em *Modernidad e independencias*, op. cit. Os três periódicos citados por Guerra como influentes em ambas as margens do Atlântico na publicização de discussões modernas antes privadas foram o *Semanario Patriótico* (apenas 1808-1809), o *Espectador Sevillano* e o *Voto de la Nación*.

⁴¹ Segundo François-Xavier Guerra: “Cuando dos meses después [de ter acabado o *Semanario Patriótico*] empieza la publicación de El Espectador Sevillano, órgano del mismo grupo, y redactado, sobre todo, por Alberto Lista, el proyecto pedagógico es cada vez más franco.”, op. cit, p. 238.

⁴² PONS, André. **Blanco White y España**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII de la Universidad de Oviedo, 2002.

⁴³ Segundo Durán Lopez, o tipo de liberalismo do *Semanario Patriótico* era o liberalismo institucional, o qual disputava o protagonismo no campo liberal com os radicais e os moderados, ambos mais de oposição às Cortes. “Diputados de papel: la información parlamentaria en la prensa de la etapa constituyente (septiembre de 1810-marzo de 1812)”. In: CASENAVE, Marieta, DURÁN LÓPEZ, Fernando & FERRER, Alberto (Orgs.), **La Guerra de Pluma: estudios sobre prensa de Cádiz en el tiempo de las Cortes (1810-1814), Tomo II: política, propaganda e opinión pública**. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2008.

livres de franceses durante toda a guerra, da mesma forma que Cádiz⁴⁴. Num ambiente conturbado e tendendo ao conservadorismo, Antillón publicou a *Aurora Patriótica Mallorquina* junto com outros liberais da ilha. O jornal durou de 1812 até 1813, causando enorme furor na sociedade local e uma perseguição tenaz e persistente após a volta de Fernando VII.

Eugenio Tapia também se manteve na imprensa, redigindo de modo pouco autoral a *Gaceta de Regencia* de Cádiz a partir de 1812. Já Manuel Quintana e Álvarez Guerra assumiram funções oficiais no governo (Guerra foi Ministro de Gobernación, enquanto Quintana era personagem central na Junta de Censura) e continuaram no mercado editorial, embora afastados da imprensa. José Rebollo, por sua vez, era o menos ativo politicamente dos redatores.

Todos esses jornais já foram estudados, ainda que a maioria de maneira breve (as exceções são justamente o *Semanario Patriótico* e *El Español* de Blanco White, muito mais famosos), porém jamais em conjunto e visando o enfoque particular que detinham sobre o problema americano e a questão imperial.

Esse estudo compõe o campo cada vez mais explorado da experiência liberal hispânica. A grande quantidade de trabalhos historiográficos recentes sobre o assunto, principalmente a partir da década de 90, após os livros de Guerra e Rodríguez⁴⁵, consagrou uma nova maneira de interpretar os fatos ocorridos no Império entre 1808 e 1814, enfatizando mais a conexão entre os dois hemisférios do que supostos “nacionalismos”. As análises políticas voltaram a ganhar força, em uma nova abordagem de cultura política, proliferando os trabalhos sobre a imprensa, os intelectuais, o parlamento e o espaço público⁴⁶. Conectado a esse movimento, parecem-nos ainda insuficientes os estudos sobre a questão americana do ponto de vista dos protagonistas espanhóis.

⁴⁴ Eberhard Grosske Fiol, em “La libertad de prensa en Mallorca durante la guerra de independencia”. *MAYURQA*, vol. 20, 1981-1984, explica como essa conjuntura tornou a ilha o palco ideal para debates políticos: “Nobles, militares, burqueses, frailes, Obispos y eclesiásticos en general formaban un abigarrado conjunto que, unido al de los pertenecientes a otros sectores sociales, alcanzó la cifra de 30000 refugiados a finales del año 1812. La presencia de estos refugiados, junto a la de los personajes de la vida isleña más destacados, convirtió nuestra capital en un auténtico hervidero político una de cuyas manifestaciones más claras fue la edición de numerosos folletos y publicaciones periódicas que vieron la luz, por primera vez, durante aquellos años”.

⁴⁵ Os trabalhos que melhor condensam suas teorias são *Modernidad e independencias*, de François-Xavier Guerra e, de Jaime Rodríguez. **The Independence of Spanish America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁴⁶ A lista seria muito extensa e abrange quase todas as obras citadas ao longo desse trabalho. Destacamos, no entanto, todo o trabalho de Manuel Chust, Roberto Breña, José Maria Portillo Váldez, Ivana Frasquet, Márcia Regina Berbel, Marco Morel, entre outros.

A nossa hipótese central, ancorada nas pesquisas de Chust e Portillo⁴⁷, é de que é impossível compreender bem esse período sem estudar a interpretação do problema americano para esses homens. Se o *Semanario Patriótico* teve o protagonismo no espaço público entre 1808 e 1809, a diversidade de opiniões após 1810 joga novas questões para a experiência liberal. A interpretação dos liberais vencedores sobre a América está razoavelmente bem estudada⁴⁸, mas tem conduzido cada vez mais a uma ideia de caminho único para esses ilustrados. Assim, se as controvérsias dentro do campo liberal eram abundantes, haveria um consenso, estabelecido com sucesso pela Junta Central e consagrado na Constituição, na maneira de tratar o novo mundo.

O que propomos comprovar, a partir do estudo de uma ampla gama de periódicos advindos todos de ilustrados antigamente unidos, é de que as diferentes vertentes políticas por vezes também indicavam maneiras novas de integrar o Império. Todos aqueles escritores, impreterivelmente defensores da união dos dois hemisférios, não caminharam na mesma direção durante a crise. A Revolução, que inaugura o dilema contemporâneo do exílio, colaboracionismo ou resistência, levou esses homens a diferentes caminhos e, conforme tentaremos demonstrar, a diferentes visões do Império. A solução consagrada na Constituição, encampada pelos deputados liberais, não era a única maneira daqueles ilustrados interpretarem a América. Se foi a vitoriosa, houve razões que só podemos conhecer estudando também as outras possibilidades.

A divisão de capítulos estabelecida obedece a uma ordem cronológica, abordando os jornais publicados em cada período. Os marcos advém dos grandes eventos ocorridos no centro do poder. O primeiro se passa em Madri, Sevilha e termina em Londres, acompanhando a trajetória da Junta Central em 1808 e 1809 através do *Semanario Patriótico* e do *Espectador Sevillano*, e dando as primeiras informações sobre o exílio de Blanco através do *Español*. O segundo é demarcado pela reunião das Cortes de Cádiz e pela promulgação da constituição em 1812, comparando o *Semanario Patriótico* e *El Español*, acrescentando o pouquíssimo estudado periódico de Alberto Lista, a *Gazeta de Sevilla*. Por fim, terminamos no terceiro capítulo com os eventos da jura da Constituição até o golpe de estado de Fernando VII, com destaque para o

⁴⁷ Dentro da larga produção dos dois autores, os livros que melhor resumem as suas teorias sobre a questão americana no período são de Manuel Chust, *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz*, e de Portillo Váldez *Crisis Atlántica – Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana*.

⁴⁸ A grande referência, inclusive por seu enorme poder de síntese historiográfica é o livro de Roberto Breña *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824*.

Español em sua última fase e o jornal provinciano de Isidoro Antillón, *Aurora Patriótica Mallorquina*.

Essa dissertação é resultado de um longo trabalho de pesquisa iniciado ainda na graduação. Através da pesquisa da orientadora Márcia Regina Berbel fui introduzido ao *Semanario Patriótico*, já focando no problema americano. Essa proposta de continuidade, abrangendo uma gama maior de periódicos, só foi possível porque realizamos pesquisas diretamente nos arquivos, já que se tratava de jornais menos conhecidos e ainda não digitalizados.

A leitura extensiva das fontes, que correspondem a mais de dez mil páginas, foi organizada através de um banco de dados separado por periódico, data, tema e lugares citados. Essa análise, que agregava a estatística, ainda é apenas de cunho pessoal, mas esperamos que ainda venha a ser digitalizada, visando a formar um grande banco de dados sobre o assunto americano nos jornais espanhóis.

Capítulo 1: O Período Juntero (1808-1810)

Do Foro Privado ao Público: o surgimento do *Semanario Patriótico*

Em 19 de julho de 1808, os franceses conheceram sua primeira grande derrota em terras espanholas, quando o general Dupont perdeu em Baylén⁴⁹. O que se seguiu a essa derrota na Andaluzia foi uma imensa retirada francesa, que incluiu o próprio rei José Bonaparte, obrigado a marchar até próximo da fronteira francesa. A surpreendente vitória espanhola, portanto, liberou a capital Madri.

Aproximadamente um mês depois, o escritor e procurador fiscal da Junta do Comércio e da Moeda, Manuel José Quintana⁵⁰, publicou, na capital recuperada, o primeiro número de um jornal eminentemente político e de caráter inédito na esfera pública espanhola, o *Semanario Patriótico*. É digna de nota a velocidade com que o periódico veio à luz, ao se levar em conta que não apenas a guerra ainda era uma ameaça constante, mas que houve também um grande senso de oportunidade, ao perceber que a censura desaparecera de fato com o vazio de poder.

Nascido em 1772, de uma família com tradição de formação em Direito, Manuel Quintana seguiu os mesmos estudos que o pai em Salamanca, tomando contato com importantes figuras da Ilustração espanhola, como Jovellanos e Meléndez Valdéz. Quintana possuía o mesmo cargo desde que saíra da faculdade aos 23 anos, o que demonstra que não havia sido agraciado pelo ministério de Godoy. No entanto, foi a

⁴⁹ Miguel Artola, op. Cit, 1999, dá uma descrição bastante detalhada das batalhas da Guerra de Independência espanhola. Segundo o próprio, Baylen tem não apenas uma dimensão estratégica importante, como também concede um ânimo político novo às tropas, e retirava o caráter de invencibilidade que circundava Napoleão. A fuga francesa ajuda a desmistificar esta aura: “la retirada francesa tiene caracteres de huida, a pesar de las reiteradas órdenes del emperador para cubrir y mantener posiciones estratégicas que considera defendibles, tales como Madrid, Aranda y Burgos, evacuadas antes de que sus órdenes llegasen a manos del rey y de sus generales”, p. 133.

⁵⁰ Embora mais conhecido como poeta e ideólogo liberal, Manuel Quintana, advogado de profissão, foi durante muito tempo um funcionário público, cujo cargo não tinha nenhum valor especial. A nomeação como procurador fiscal da Junta do Comércio e da Moeda foi feita em dezembro de 1795, e este foi o cargo de Quintana até 1808, ganhando um salário considerado mediano na administração pública espanhola. A carreira pública de Quintana, no entanto, desenrolar-se-ia mais adiante em outras funções mais importantes, tanto no período revolucionário (secretário da Junta Central e Secretário de Interpretação de Línguas da Regência) quanto ministro, já em 1835, no final de sua vida. A dedicação de Manuel Quintana à carreira jurídica teve, provavelmente, um dos seus mais importantes reconhecimentos quando foi eleito como segundo membro mais votado pelas Cortes para compor a comissão que reformaria o código de instrução criminal, em 1814. A volta de Fernando VII acabaria com esses planos. Esses dados estão em DÉROZIER, Albert. “Les étapes de la vie officielle de Manuel Josef Quintana”. *Bulletin Hispanique*. nº3-4, 1964.

atração pela literatura, a filosofia e a educação, que marcou toda sua vida pública⁵¹, de forma que Dérozier, seu maior biógrafo, denominou esse primeiro trabalho como simplesmente um ganha-pão⁵². Autor de obras de sucesso no teatro e de poesias com boa repercussão⁵³, era membro de destaque do meio literário madrileno⁵⁴. No entanto, não se pode explicar a rapidez com que o *Semanario Patriótico* foi concebido e publicado a partir apenas do caráter célebre de seu fundador.

Frustrado com o governo de Carlos IV – representado na figura do seu favorito Godoy – e com o absolutismo ilustrado, Quintana fez parte de uma geração espanhola que admirou a revolução francesa e que, em sua maioria, assustou-se com seus desdobramentos, principalmente após a morte de Luís XVI⁵⁵. Estudioso da história

⁵¹ Com 16 anos, Manuel Quintana foi enviado pelo pai à Salamanca para seguir a carreira jurídica. Junto com a universidade, cujo reitor até 1789 era o futuro deputado liberal Diego Muñoz Torrero, Quintana também participa do *Colegio de la Magdalena* e estuda filosofia no *Seminario conciliar*. Durante a universidade, também são dados os primeiros passos como poeta na Academia de San Fernando. Em 1795 recebe os títulos em direito civil e eclesiástico, e em dezembro do mesmo ano é nomeado procurador fiscal na Junta do Comércio e da Moeda de Madri. Esta seria sua profissão até 1808, com uma retribuição módica anual de 10000 réis. Estes dados biográficos estão em DÉROZIER, Albert. **Manuel Josef Quintana et la naissance du libéralisme en Espagne**. Paris: Annaler Litteraire de L’universite de Besancon, 1970. Tomo I. O restante da vida pública de Quintana é mais conhecido: figura importante na Junta Central, viu seu prestígio um pouco abalado durante as Cortes. Foi preso entre 1814 e 1820, quando é libertado durante o triênio, ocupando a mesma função de 1811. Posteriormente, é mais uma vez preso, e perdoado em 1828. A partir da morte de Fernando VII seu prestígio cresce e ainda seria nomeado senador perpétuo antes de sua morte.

⁵² “Que cette fonction que remplit Quintana pendant bien des années (treize ou quatorze ans suivant ses propes estimations) ait été pour lui, avant tout, un gagne-pain, nous n’en doutons pas”. DÉROZIER, op. cit., 1964, p. 367.

⁵³ Os dramas de Quintana que foram encenados com sucesso em Madrid foram Duque de Viseo e, principalmente, Pelayo o qual, embora executado pela primeira vez em 1801, apenas em 1805 tem uma versão de grande sucesso e até mesmo inaugura o novo teatro do príncipe em 1806. Segundo Dérozier, em 1808, Quintana já possuía “un essai didactique, deux tragédies, de multiples articles et commentaires divers, une inlassable activité de journalisme et de Censeur de théâtres”, e, além disso, o essencial de Quintana, que é a sua obra poética, já contava com uma larga produção: “au debut de l’année 1808, Quintana a déjà rédigé, sinon publié, l’essentiel de ses grandes odes. (...) Les deux odes *A España em Abril de 1808* et *A las Provincias españolas, armadas contra los franceses* du recuiel non daté *España Libre* marquent plus ou moins la fin d’une époque importante dans la vie de Quintana.” In: DÉROZIER, 1970, op. Cit, p. 160-161. A obra poética de Quintana começa em 1788, com algumas poesias que lia na Academia de Belas Artes de San Fernando e passa principalmente pelas Odes que estão reunidas em *Poesías*, de 1802. Além disso, com a censura, Quintana só se atreveu a publicar *A Juan de Padilla* depois da invasão francesa, já que louvava o líder dos *comuneros* e fazia uma crítica ácida ao Despotismo.

⁵⁴ Segundo Alcalá Galiano, em **Recuerdos de un anciano**, havia, na Madrid de 1806, pouco antes do motim do Escorial, dois grupos literários, que carregavam junto uma forte posição política: “Sabem muchos que nuestros autores estaban por aquellos dias divididos en dos bandos, que se profesaban y mostraban uno a otro enemistad ardorosa y enconada. El uno, capitaneado por Moratín, Estala y Melón, a los cuales daban sus contrarios por apodo el nombre de El Triunvirato, contaba con el patrocinio del Príncipe de la Paz, y siendo Melón juez de imprentas, ejercía con sus adversarios la tiranía más dura. En el otro, en cuyas últimas filas podía mirarse como entrado, llamándome a ellas todas mis inclinaciones, predominaban las doctrinas reformadoras y filosóficas, debiéndose considerar como constituido en vehementemente oposición al Gobierno.” O chefe desse grupo ilustrado de oposição a Godoy era justamente Manuel Quintana.

⁵⁵ O ensaio de François-Xavier Guerra, op. cit, 1992, denominado “Revolución francesa y revoluciones 23ispânicas: una relación compleja” constitui o melhor esforço de síntese sobre como os ilustrados, o

espanhola e grande leitor dos ilustrados franceses⁵⁶, o poeta reuniu ao seu redor um grupo de ilustrados com características semelhantes. É justamente neste grupo que se pode encontrar a explicação para o surgimento do *Semanario Patriótico*.

Interessa-nos, sobretudo, a maneira pela qual se regiam esses encontros. Embora composto por membros de diferentes procedências dentro da lógica do Antigo Regime, as reuniões se pautavam pela igualdade, com a autoridade sendo concedida não pelo nascimento, porém pelo conhecimento. O nome que se dava à época a tais encontros e que se consagrou para a posteridade foi o de tertúlia.

Segundo Daniel Muñoz Sempere:

“A tertúlia, ao longo do XVIII, converte-se em um lugar de sociabilidade literária no qual as obras (não apenas literárias) são julgadas por um cânon alheio à autoridade acadêmica, quer dizer, é o trato independente entre escritores e a crítica recíproca que vai determinar a qualidade de uma obra. A criação destes espaços faz com que prospere neles esse hábito, o da crítica, até o ponto de se converter num costume próprio da sociabilidade literária que se desenvolvia nas tertúlias e nos cafés.”⁵⁷

Inicialmente restritas às classes mais elevadas, as tertúlias se popularizaram pelos extratos médios da sociedade:

“Na década de 1760 tornou-se comum algumas tertúlias serem realizadas em quartos privados em estalagens. Embora inicialmente limitada a um grupo seleta, dentro de um curto espaço de tempo algumas tertúlias se tornaram assuntos públicos, incorporando uma gama mais diversa de

governo e as classes baixas receberam as notícias de 1789. A simpatia inicial foi substituída pela desconfiança e hostilidade na maioria das elites e quase na totalidade entre os pobres, espantados pela propaganda católica de uma França ímpia. Isso não significa que a rejeição tenha sido total ao jacobinismo, como demonstra a confissão posterior de Blanco White sobre o seu jacobinismo à época e o fato de ter existido, na Cádiz das Cortes, um jornal intitulado *El Robespierre Español*, que chegou até mesmo a ser dirigido por uma mulher.

⁵⁶ Albert Dérozier faz um esforço monumental de reconstituição das obras que Manuel Quintana teria lido. Após a morte do poeta, em 1857, sua biblioteca sofre muitas perdas, sendo a venda de muitos livros utilizada para saldar dívidas. Ainda assim, quando o que resta do acervo chega ao seu sobrinho em 1872, a maioria das obras é de ilustrados franceses. Ao buscar reconstituir o que Quintana já teria lido em 1808, a partir das referências feitas pelo mesmo em sua obra literária e jornalística, Dérozier aponta os seguintes autores: Turgot, Condorcet, Diderot, D'Alembert, Marmontel, Raynal, Condillac, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, dentre os franceses. Embora Quintana tenha contatos importantes na Inglaterra, como Lord Holland, não costuma citar os escritores políticos ingleses famosos à época, como Bentham e Burke. Ainda que a influência francesa deva ser destacada, não se pode esquecer dos conhecimentos hispânicos do autor, tantas vezes por ele ressaltados ao longo do período gaditano, justamente para evitar a pecha de jacobino.

⁵⁷ Para melhor fruição da leitura, optou-se pela tradução das citações historiográficas, colocando o original na nota de rodapé. Com as fontes este procedimento não será seguido, principalmente por conta da distância temporal que exigiria um maior cuidado com a tradução. SEMPERE, Daniel. “Sociabilidad, prensa y conspiración en la reacción antiliberal a las Cortes de Cádiz”. *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*. 2000, nº8, p. 61: “La tertulia, a lo largo del XVIII, se convierte en un lugar de sociabilidad literaria en el que las obras (no solo literarias) son juzgadas por un canon ajeno a la autoridad académica, es decir, es el trato independiente entre escritores y la crítica recíproca la que va a determinar la calidad de una obra. La creación de estos espacios hace que prospere en ellos ese hábito, el de la crítica, hasta el punto de que se convierta en una costumbre propia de la sociabilidad literaria que se desarrollaba en las tertulias y los cafés.”

participantes. No final da próxima década [1770], cafés e tavernas seriam novas arenas para o discurso social.”⁵⁸

A novidade representada pelas tertúlias foi abordada também por François-Xavier Guerra. O autor franco-espanhol se notabilizou pelo estudo do espaço público na transição do mundo hispânico para a modernidade, ou seja, no conturbado período do fim do Antigo Regime, o qual inclui, num mesmo processo, as independências americanas e o período constitucional gaditano⁵⁹. Segundo Guerra, as tertúlias desempenharam um papel decisivo no rumo da crise de 1808, pois o fim revolucionário dos episódios, ao ir além de uma crise de sucessão como a da virada do século XVII⁶⁰, foi garantido principalmente por elas.

A tertúlia seria para a Espanha o que os salões haviam sido para a França iluminista:

“O salão e a tertúlia são como uma forma primitiva de uma “sociedade de pensamento” na medida em que nobres, clérigos, funcionários e burgueses, unidos pelo pertencimento à elite cultural, discutem, sem distinção de estatutos, sobre temas variados: literários, mundanos, científicos ou religiosos.”⁶¹

Dentro da tertúlia reunida ao redor de Quintana realmente se encontravam tanto clérigos, como funcionários públicos, nobres e burgueses. Unidos pelo interesse na ilustração e pela crítica à política do favorito Godoy, a partir destas reuniões é que podemos compreender o tom das discussões presentes no *Semanario Patriótico*.

A tertúlia se enquadra conceitualmente dentro do que Guerra denominou Sociabilidade Moderna. Nesta definição, faz-se acompanhar principalmente por

⁵⁸ RODRÍGUEZ op. cit., 2006, p. 40: In the 1760s it became common for some tertulias to be held in private rooms in inns. Although initially limited to a special group, within a short time such tertulias became public affairs, incorporating a more diverse group of participants. By the end of next decade [1770], cafes and taverns became new arenas for social discourse.

⁵⁹ Para além do livro já citado de 1993, faz-se necessário destacar de François-Xavier Guerra os livros **Las Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español**, Madri: Editorial Complutense, 1995 e outro de grande valia para o estudo do espaço público, organizado junto com Annick Lempérière, **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

⁶⁰ Muitos autores que analisam o período de 1808 em algum modo abordam a comparação entre ambas as guerras, com resultados muito diferentes, como se vê em ANNINO, Antonio. “Soberanías en Lucha”. In: GUERRA, François-Xavier e ANNINO, Antonio (Orgs.). **Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003. Ou então, mais diretamente: AUSÍN, Txetxu & PEÑA, Lorenzo. “Diferencias y similitudes entre la guerra de sucesión y la guerra de independencia”. In: AUSÍN, Txetxu & PEÑA, Lorenzo. **Memoria de 1808: las bases axiológico-jurídicas del constitucionalismo español**. Madri: Plaza y Valdés, 2009.

⁶¹ GUERRA, 1992, op. Cit, p. 92. “El salón y la tertúlia son como la forma primaria de una “sociedad de pensamiento” en la medida en que nobles, clérigos, funcionarios y burgueses, unidos por su pertenencia a la élite cultural, discuten, sin distinción de estatutos, sobre temas variados: literarios, mundanos, científicos o religiosos.”

Habermas e Cochin. O teórico da comunicação Jürgen Habermas defende, em *Mudança estrutural da esfera pública*, que a formação de uma esfera pública política dá-se justamente a partir da refuncionalização da esfera literária⁶², a qual, no caso espanhol, podemos assumir como sendo a tertúlia. Auguste Cochin, por sua vez, já no começo do século XX, estudou a importância das “*societés de pensée*” em províncias francesas antes da Revolução de 1789⁶³, concluindo, conforme retomou François Furet: “*na falta de processos e instituições, a nascente democracia igualitária se desenvolveu através dos circuitos de opinião ilustrada que caracterizaram o século: clubes, lojas de maçonaria, grupos de pensadores*”⁶⁴.

Referenciado diretamente nesses autores, Guerra descreve da seguinte maneira as sociabilidades modernas (não apenas a tertúlia, que era a principal, mas também as Sociedades de Amigos do País, de caráter mais governamental e prático):

“Neste mundo da opinião, regido unicamente pela lei das ideias “claras e distintas”, todos os indivíduos são necessariamente iguais, posto que são considerados como “vontades” que se associam e/ou como “razões” que pensam. Por isso, desde o princípio, nessas formas de sociabilidade agrupam-se os homens independentemente de sua pertença aos diferentes corpos ou estamentos. Daí se segue que os vínculos são vistos como igualitários, sem caráter pessoal e revogáveis, ou seja, como radicalmente diferentes dos vínculos de tipo tradicional.”⁶⁵

A ênfase de François-Xavier Guerra na organização das tertúlias explica-se pelo enfoque político concedido ao período revolucionário. Instigado pelos rumos surpreendentes da Revolução, é nas sociabilidades modernas que o autor irá encontrar a principal razão para a mudança na mentalidade das elites. A sociedade extremamente

⁶² O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (*Umfunktionierung*) da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. In: HABERMAS, Jürgen, op. cit., p. 68. Isso não quer dizer que não haja particularidades no caso espanhol, pois Habermas dirige seus olhares principalmente para a Inglaterra e a França. A diferença mais visível na Espanha é que a tomada da esfera pública se dá de maneira extremamente repentina junto da invasão francesa. Esse processo dúbio ajudaria a levar às disputas do século XIX entre carlistas e liberais.

⁶³ Foi principalmente François Furet quem retomou Auguste Cochin e deu-lhe um grande destaque, acarretando inclusive em novas publicações de suas obras, antes esquecidas. No entanto, o autor ainda é pouco estudado no Brasil, como é possível ver pela ausência de qualquer um de seus livros mais famosos na biblioteca de história da Universidade de São Paulo. Referimo-nos aqui principalmente a **Les Sociétés de Pensée et la Révolution en Bretagne (1788-1789)**, em dois volumes.

⁶⁴ FURET, François. **Revolutionary France 1770-1880**. Oxford: Blackwell, 1995, p. 60: “For want of procedures and institutions, the dawning egalitarian democracy developed by way of circuits of enlightened opinion which characterized the century: clubs, Freemasons’ lodges, groups of thinkers.”

⁶⁵ GUERRA, 1992, op. Cit, p. 90: “En este mundo de la opinión, regido únicamente por las leyes de las ideas “claras y distintas”, todos los individuos son necesariamente iguales, puesto que en él solo son considerados como “voluntades” que se asocian y/o como “razones” que piensan. Por eso, desde el principio, en estas formas de sociabilidad se agrupan los hombres independientemente de su pertenencia a los diferentes cuerpos y estamentos. De ahí sigue que los vínculos son vistos como igualitarios, sin carácter personal y revocables, es decir como radicalmente diferentes a los vínculos de tipo tradicional.”

tradicional que reagiu às abdições de Bayona em 1808 formando as juntas locais como um depósito de soberania⁶⁶, foi a mesma que, em apenas dois anos, declarou a independência e a soberania da Nação, concebendo-se não mais como um corpo com diferentes membros, porém como um conjunto de indivíduos livremente associados. Mesmo que isso represente uma minoria da sociedade⁶⁷, é inegável a força que essa elite cultural adquiriu à época. O que explicaria a coesão, o método e o tamanho dessas elites, seriam justamente as sociabilidades modernas, pois:

“Trata-se de um meio social dotado de uma sensibilidade comum, com um mesmo apreço pelo útil, com umas mesmas práticas societárias que ensinam o livre sufrágio, a igualdade dos associados e o reino da opinião. A “república das letras” é, de fato, uma constelação de sociedades diversas unidas por esses elementos comuns, mais que por seu pertencimento a um grupo definido por critérios socioeconômicos ou inclusive pela adesão às doutrinas dos ‘filósofos’”.⁶⁸

Antes de avançarmos mais no estudo da transformação de uma tertúlia em um órgão de imprensa, não se pode deixar de notar a semelhança entre as sociabilidades modernas descritas por Guerra e aquelas sobre as quais se debruçou o historiador alemão Reinhart Koselleck, ainda que não haja nenhuma referência feita por Guerra ao mesmo, e o foco de ambos esteja em países diferentes. Em *Crítica e Crise*, o autor alemão dedica todo o segundo capítulo às formas de organização da sociedade civil durante o estado absolutista. Embora se debruce principalmente sobre a função do segredo nas lojas maçônicas, sobre as quais há poucos estudos no mundo hispânico, a análise da relação entre o foro privado e o foro público complementa a tese de François-Xavier Guerra. Segundo Koselleck:

“O advento da inteligência burguesa tem como ponto de partida o foro interior privado ao qual o Estado havia confinado seus súditos. Cada passo para fora é um passo em direção à luz, um ato do esclarecimento. O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público. Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio

⁶⁶ “Entre la asunción de la soberanía como depósito o como atributo propio y esencial existe una notable diferencia. Lo primero significa asumir una capacidad de tutela, de uso y administración, pero, al mismo tiempo, implica admitir incapacidad para alternar el ordenamiento. Lo segundo, la asunción de la soberanía como atributo esencial de la nación o pueblo, significa literalmente una revolución”. PORTILLO VALDÉS op. cit., 2006, p. 56.

⁶⁷ Nesse sentido, é importante ainda a abordagem feita por Pierre Vilar op. cit., 1999, em que o historiador trata da existência de duas Espanhas, naturais e paradoxais, que se encontram durante o período revolucionário e desde então passam a se digladiar abertamente no terreno político, por vezes resultando na violência, como nas guerras carlistas.

⁶⁸ Guerra, 1992, op. cit., p. 101: Se trata de un medio social dotado de una sensibilidad común, con un mismo aprecio de lo útil, con una misma creencia en el progreso, con unas mismas lecturas, con unas mismas prácticas societarias que enseñan el libre sufragio, la igualdad de los asociados y el reino de la opinión. La “república de las letras”, es de hecho una constelación de sociedades diversas unidas por esos elementos comunes, más que por su pertenencia a un grupo definido por criterios socio-económicos o incluso por su adhesión a los doctrinas de los “filósofos”.

público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado. Por último, a Sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade e permissão para entrar”.⁶⁹

Na Espanha não foi necessário bater na porta. Esta foi escancarada por Napoleão Bonaparte. As Lojas Maçônicas e a República das Letras, continuando a análise de Koselleck, foram consequência da separação feita pelo Estado Absolutista, não apenas entre foro privado e público, mas também entre moral (privada) e política (pública). O Estado concentrou a política em suas mãos e desautorizou a existência daqueles que queriam debater o próprio estado, obrigando-os à clandestinidade.⁷⁰ Como tática de sobrevivência, as organizações da sociedade civil se abstiveram da política e proclamaram-se preocupadas apenas com a crítica, ou então com a lei moral, referindo-se a si próprias como apolíticas. A esfera da moral, da consciência, renegada ao âmbito privado, era a única permitida pelo Estado absolutista. No entanto, quando as repúblicas das letras e as lojas maçônicas ocuparam a esfera da moral, fizeram-no, cada vez mais, dizendo-se acima da política, justamente ao afirmar a separação. Seriam essas sociedades, a princípio apolíticas, que aproveitariam a brecha causada pela crise para disputar o Estado:

“Assim como os maçons se separam do Estado através do segredo - a princípio para escapar da sua influência, mas em seguida para ocupá-lo de maneira aparentemente apolítica, justo com base nesta separação -, a crítica, a princípio, também se separa do Estado, para em seguida, também com base nesta separação, estender-se de maneira aparentemente neutra até submetê-lo a sua sentença.”⁷¹

Assim como fez Guerra, Reinhart Koselleck também observou uma ligação clara entre a organização da República das Letras e a posterior ordem política implantada no período revolucionário:

“Na república das Letras, portanto, cada um é soberano em relação a todos e, ao mesmo tempo, ao juízo de todos. A guerra civil, que havia sido eliminada pelo Estado, reaparece de forma inesperada, precisamente no foro interior privado que o Estado teve de conceder ao homem enquanto tal. Nele reina a liberdade absoluta, o *bellum omnium contra omnes*. A meta comum de todos é a verdade, e o verdadeiro soberano do combate espiritual é a crítica, que todos exercem e a qual todos se sujeitam. A soberania, de que todos participam, é impiedosa. A república

⁶⁹ KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 1999.

⁷⁰ “O Estado vê sua ordem ameaçada por uma atividade política autônoma da nova camada social dominante [estudiosos respeitáveis, clérigos progressistas, militares de alta patente e magistrados experientes] e a obriga a refugiar-se na clandestinidade, no foro privado em que se havia constituído.” Idem, p. 63.

⁷¹ Idem, p. 88.

das letras de Bayle, estendida ao Estado, é a democracia total que Rousseau deveria conceber meio século depois”.⁷²

Dentro desse meio social tão importante para a formação das elites culturais, a tertúlia de Manuel Quintana ocupou um lugar central, reconhecida assim pelos coevos e exaltada de forma parecida pelos participantes. Galiano e White, alguns dos seus jovens membros, não tinham dúvidas em apontar sua influência e o historiador Guerra concorda: “*nascida no fim do século XVIII, esta tertúlia fora desde então o principal lugar de reunião no qual os intelectuais mais radicais da época discutiam sobre todo tipo de questões literárias, filosóficas e políticas.*”⁷³

A partir de relatos posteriores elaborados pelos dois participantes frequentes dessas reuniões⁷⁴ é possível estabelecer os nomes daqueles que se reuniam ao redor de Manuel Quintana, a maior parte já famosa no final do reinado de Carlos IV ou que se tornariam célebres durante a Revolução Espanhola: Blanco White, Manuel María Arjona, Juan Nicasio Gallego, José Miguel Alea, Antonio Capmany, Jerónimo de la Escosura, Juan Bautista Arriaza, Nicasio Álvarez de Cienfuegos, Isidoro Antillon, José Somoza, Agustín Durán e Martínez de la Rosa são alguns dos frequentadores assíduos.⁷⁵

⁷² Idem, p.98.

⁷³ Idem, p. 230: “nacida a finales del siglo XVIII, esta tertulia había sido desde entonces el principal lugar de reunión en donde los intelectuales más radicales de la época discutían sobre toda clase de cuestiones literarias, filosóficas y políticas.”

⁷⁴ Alcalá Galiano relatou sua experiência em Madri no começo do século XIX em um escrito feito no final da sua vida, o já citado *Recuerdos de un anciano* em 1878. Duas obras de Blanco White também relembram diretamente o período: sua *Autobiografía*, escrita em Oxford entre 1830 e 1832, e as *Cartas de España*, publicada originalmente em inglês em 1822, na qual se refere muitas vezes ao período revolucionário espanhol. Ambas as obras possuem edições recentes, com a *Autobiografía* sendo comentada por Antonio Garnica e as *Letters from Spain* recebendo uma nova edição inglesa em 2007.

⁷⁵ María Martínez Quinteiro, em **Los Grupos Liberales antes de las Cortes de Cadiz**. Madri: Narcea, 1977, dá a lista mais completa dos integrantes da tertúlia de Quintana. Vamos aqui tentar falar rapidamente do destino de cada um deles durante a revolução espanhola: Manuel Quintana, José Álvarez Guerra e Eugenio Tapia serão redatores do *Semanario Patriótico*, com os dois primeiros ocupando depois cargos na Junta de Censura em 1813, enquanto Tapia foi redator da Gazeta da Regencia. Alea, Arjona e Meléndez Valdés se afrancesaram, enquanto Blanco White teve o destino mais único de todo o grupo, ao mudar para Londres após a queda da Junta Central de Sevilha. Capmany e Arriaza, embora tenham se mantido do lado espanhol, brigaram com os membros da tertúlia, especialmente com Quintana. Capmany se tornaria deputado em Cádiz e Arriaza depois ganharia muito prestígio com Fernando VII. Cienfuegos, poeta de destaque, foi morto logo no início da Revolução Espanhola ao ser transferido prisioneiro para a França. Juan Gallego se tornou deputado também em Cádiz e era uma das principais vozes do grupo liberal nas Cortes, mantendo-se próximo de Quintana até o fim. Isidoro Antillón foi para Mallorca após o fim da Junta Central e de lá manteve-se ativo na imprensa, ingressando posteriormente nas Cortes em 1813. José Somoza manteve-se liberal e patriota, mas ficou afastado das lutas devido à doença do seu irmão. Martínez de la Rosa foi das figuras liberais mais ativas durante a Junta Central. Francisco Sánchez Barbero, frequentador mais relapso, foi posteriormente redator do *El Conciso*, o periódico liberal de maior sucesso durante os períodos gaditano. Jerónimo de la Escosura era membro do Estado Maior de Carlos IV e manteve-se atuante durante a guerra de independência, embora sem se envolver nas polêmicas entre *liberales* e *serviles*. Como se vê, um grupo muito heterogêneo, mas cujo núcleo duro

É nessa reunião de homens de letras, em sua maioria profundamente contrários às políticas do então favorito Godoy, que se deve buscar a origem do *Semanario Patriótico*. As frequentes reuniões literárias e científicas moldaram o pensamento de um grupo muito influente no governo liberal, que já em 1808 defendia a soberania da Nação, a convocação de uma assembleia constituinte e a liberdade de imprensa⁷⁶.

O desejo de expandir-se do foro privado para o público estava implícito na própria lógica da tertúlia, como percebemos ao adaptarmos a tese de Koselleck ao mundo hispânico, já que, no seu isolamento, esta se arrogava a capacidade moral de julgar a política. No entanto, durante o governo de Carlos IV, era muito difícil qualquer intervenção pública, principalmente com o recrudescimento da censura absolutista após a Revolução Francesa, mesmo com a aliança quase forçada entre Espanha e França.⁷⁷

Ainda assim, em 1803 Manuel Quintana e um dos seus mais fieis amigos e participantes da tertúlia, o economista político Juan Álvarez Guerra, pediram a permissão do governo para publicar um jornal científico e literário, o *Variedades de Ciencias, Literatura e Artes*. Este jornal foi um dos centros da vida intelectual de Madri à época, junto com o *Memorial Literário*.⁷⁸ O *Variedades* era, no seu geral, uma extensão da tertúlia de Quintana, assumindo uma posição de não discutir assuntos políticos, inclusive argumentando dessa maneira para conseguir a licença de publicação. Os nomes que apareciam na autoria de artigos confundem-se com aqueles que participavam da tertúlia, com algumas adições: Juan Álvarez Guerra, José Rebollo,

permaneceria do lado patriota, compondo fortemente o grupo liberal, posteriormente acrescido, já em Cádiz, de alguns dos deputados de maior destaque, como Argüelles e Conde de Toreno.

⁷⁶ Encaixando-se perfeitamente na categorização usualmente feita sobre o primeiro liberalismo hispânico, no que seguimos o texto de Roberto Breña, op. cit., 2006. Neste, o autor define, já na introdução, o que foi o primeiro liberalismo espanhol, delimitando-o cronologicamente entre 1808 e 1814, embora se consolidasse apenas na década de 30. Breña também aponta, resumidamente, suas características: “se puede decir que el primer liberalismo español constituyó una amalgama de doctrinas y normas políticas que, al socaire de la invasión napoleónica, fueron recuperadas y/o repensadas por un reducido grupo de eclesiásticos, abogados, funcionarios y algunos nobles, quienes, decididos a terminar con el marasmo político-institucional que había caracterizado a la última etapa del reinado de Carlos IV, elaboraron e iniciaron la puesta en práctica (con las enormes limitaciones que la precaria situación del momento imponía) de una serie de disposiciones jurídicas que significaban una transformación radical de la política y de la sociedad españolas (...) El radicalismo de la transformación mencionada no implicaba, sin embargo, la ausencia de elementos netamente tradicionales en aspectos de tanta trascendencia como la libertad religiosa”, p. 30.

⁷⁷ Sobre a história da imprensa, iniciando justamente nesse período, vide FUENTES, Juan F. e SEBASTIAN, Javier F., op. cit., 1998. Além dele, segundo Dérozier, 1970, op. Cit, p. 162: “la censure est terrible pendant tout le règne de Charles IV, et surtout entre 1800 et le soulèvement d’Aranjuez em mars 1808. Il n’est que de consulter tel *Indice general de los libros prohibidos* de la fin de décembre 1879, du 25 août 1805, et surtout de 1806 (...) Toute oeuvre qui n’est pas interdite est suspecte, et toute oeuvre qui n’est pas suspecté est déconseillée formellement, surtout si elle provient d’outre-Pyrénées.

⁷⁸ BELTRÁN, José Checa. “Modelos franceses y neoclasicismo en la prensa española de principios del siglo XIX (1801-1805)”. *Bulletin Hispanique*, nº 1, 2009, p. 146.

Eugenio de la Peña, Juan Blasco Negrillo, José Miguel Alea, José Folch, Juan Nicolás Böhl de Faber, José Munárriz, M^a Rosa Gálvez, García Suelto⁷⁹, além, é claro, do próprio Quintana, escritor profícuo no periódico.

As resenhas literárias e os artigos sobre história e contribuições científicas demonstravam não apenas a erudição do grupo, mas também o contato com obras sendo lançadas em toda a Europa. Apesar da promessa apolítica, com o tempo foi-se introduzindo uma maneira de pensar a República – exaltando a Antiguidade⁸⁰ – e uma crítica ao poder despótico que tornaram difícil a continuidade do jornal, interrompido em 1805.

Apesar do fim do *Variedades*, a tertúlia continuou existindo e agregando membros. No seu geral, eram homens entre 30 e 40 anos, cujo ponto em comum era se reunir na casa de Manuel Quintana, onde “predominavam as doutrinas reformadoras e filosóficas”⁸¹ e a quem alguns historiadores denominam como “el portavoz más eminente de la influencia francesa, enciclopedista y revolucionaria”⁸². Apesar de Quintana ser a referência, não se pode generalizar o tom político para todos os participantes, já que o poeta Juan Bautista Arriaza, por exemplo, era querido por Godoy e durante toda a sua vida se colocaria a favor do Antigo Regime, além de Antonio de Capmany, o mais velho dos frequentadores, que ficaria firme o tempo todo contra os escritos franceses, além de posteriormente escrachar a tertúlia de Quintana.

No entanto, a maioria se constituía de ilustrados ainda não tão conhecidos na cena pública ou na corte, e que compartilhavam das ideias de Quintana. Mesmo com esse fundo geral comum, havia diferenças importantes nas formações intelectuais que posteriormente implicariam numa divisão mais clara entre todos. Exemplar dessa distinção é a comparação na trajetória prévia a 1808 de Eugenio de Tapia e José María Blanco y Crespo, ambos futuros redatores do *Semanario Patriótico*.

⁷⁹ Os autores dos artigos deste periódico são estudados com atenção em "Una nueva sensibilidad lectora: censura y política en *Variedades* (1803-1805)", *La recepción de los discursos: el oyente, el lector y el espectador: Actas del III Seminario Emilio Castelar, Cádiz, diciembre de 2002*, ed. José Antonio Hernández Guerrero, María del Carmen García Tejera, Isabel Morales Sánchez y Fátima Coca Ramírez, Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones, 2003.

⁸⁰ Sobre esse assunto, vide os trabalhos publicados a partir do congresso “Manuel José Quintana (1772-1857). 150º aniversario de su muerte”. Cádiz, 28 a 30 de novembro de 2007, organizado por Jesús Martínez Baro y María Rodríguez Gutiérrez, da Universidade de Cádiz. Os artigos de Antonio Viñao Frago e Marieta Cantos Casenave buscam mostrar o lado político também presente no *Variedades*, escondido num tom republicano que é essencialmente anti-despótico.

⁸¹ GALIANO, op. Cit, p. 314: “predominaban las doctrinas reformadoras y filosóficas.”

⁸² PONS, op. cit., 2002, p. 60.

Blanco nasceu em Sevilha em 1775, filho de um comerciante irlandês e de uma pequena nobre local⁸³, enquanto Tapia nasceu em 1776 em Ávila, próximo a Madri, filho de um escrivão⁸⁴. Ainda teremos tempo para adentrar mais profundamente na biografia de Blanco, já que a análise do jornal londrino *El español* ocupa boa parte do capítulo II e III desta dissertação, mas vale aqui relatar que Blanco começou seus estudos universitários em 1790 em Sevilla e completou-os em 1797 na Universidade de Osuña em teologia, sendo ordenado sacerdote em 1799. Já Tapia começou o curso de teologia na Universidade de Santo Tomás, mas desistiu da carreira eclesiástica, graduando-se em direito na Universidad de Toledo em 1798.

A escolha entre teologia e direito se repetia com praticamente todos os ilustrados, não sendo exclusividade daqueles mais revolucionários agrupados ao redor de Quintana. A questão social também merece atenção nessa análise e aí Tapia e Blanco se diferem, pois enquanto o primeiro advinha de um meio social sem tradição de sangue, o segundo se beneficiava de relações de parentesco maternas e levou por toda a sua vida, segundo André Pons, um certo orgulho de classe⁸⁵.

As escolhas profissionais também mudam. Enquanto Blanco seguiu a carreira eclesiástica com sucesso profissional, obtendo o posto de capelão real na Catedral de Sevilla, posição muito disputada, Tapia tentou a vida literária em Madri, traduzindo peças francesas. Já mais próximo de 1808 ambos experimentaram grandes mudanças na vida, tanto profissionais quanto geográficas. Tapia foi comissionado pela Real Compañía de Filipinas para Londres, onde viveu um ano e meio, enquanto Blanco, cansado da vida de padre e ansioso por fugir de Sevilla, buscou de todas as formas ir para Madrid e estabelecer uma nova vida lá. Apenas em 1807, dois anos após se mudar para a corte, Blanco obteve uma justificativa sólida para se afastar de Sevilla, pois ingressou como assessor no recém-fundado *Instituto Pestalozziano*, pensado como

⁸³ As biografias sobre Blanco são mais abundantes ultimamente do que da gigantesca maioria dos seus companheiros liberais da época, inclusive Quintana e Capmany. Nesse trabalho, as que mais usaremos são os dois livros de André Pons, o primeiro já citado, o estudo abrangente e ensaístico de Fernando Durán López, **José María Blanco White o la conciencia errante**. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2005, e também a clássica e pioneira de Martin Murphy, **El ensueño de la razón: la vida de Blanco White**. Sevilla: Renacimiento/Centro de Estudios Andaluces, 2011, que na verdade data de 1989 em sua versão original, inglesa.

⁸⁴ Eugenio Vicente Ferrer de Tapia não é tão estudado quanto Blanco, e a única biografia de fundo é de José Antonio de Quirós, **El escritor Eugenio de Tapia: un liberal del siglo XIX**. Ávila: Obra social, 2003.

⁸⁵ “Aunque le ocurrió varias veces ironizar sobre los prejuicios aristocráticos, no hay duda de que, en su fuero interior, Blanco White se consideraba un aristócrata. Se ufanaba mucho de pertenecer por parte de su madre a la hidalguía andaluza que le vinculaba con la antigua nobleza de España”. PONS, op. Cit, p. 40.

instituto de educação para as elites e patrocinado pelo favorito Godoy⁸⁶. O chefe do instituto, o militar Francisco Amorós, era próximo a Godoy e, de fato, Blanco chegou a escrever um poema em homenagem ao favorito como agradecimento ao cargo. Tal ato o marcaria negativamente por muito tempo nos discursos dos patriotas gaditanos.⁸⁷

A comparação das formações intelectuais de Eugenio de Tapia e José Maria Blanco delimita bem um perfil dos assistentes à tertúlia de Quintana, futuros redatores do *Semanario Patriótico* e que estariam na linha de frente para definir o ser liberal na revolução espanhola. Ao somarmos aos dados já aferidos a participação em sociabilidades modernas, é possível definir bem as semelhanças e diferenças que caracterizavam o grupo.

A transformação da tertúlia em um jornal é parte do desenrolar da guerra conjugada à revolução. Com a invasão de José Bonaparte e a posterior libertação com a batalha de Baylén, o enfraquecimento do governo central fez com que a liberdade de imprensa fosse decretada *de facto*. Dezenas de Juntas publicaram seus próprios jornais, como a de Astúrias, com o futuro líder liberal gaditano Agustín Argüelles com a pena. No entanto, a autonomia, o prestígio e o enfoque dados pelo *Semanario Patriótico* tornaram o hebdomadário um exemplar único em 1808. Conforme explica Blanco White, numa coluna comemorativa publicada já em 1810 no seu periódico londrino, buscando celebrar a volta do *Semanario*:

“Aproveitar a primeira ocasião oportuna de publicar um periódico, e essa ideia reviveu no momento em que se percebeu que os franceses se preparavam para fugir mais além do Ebro. O periódico que no tempo do anterior despotismo havia sido lançado como uma diversão literária, foi dessa vez visto sob um aspecto mais importante, e encheu o Sr. Quintana e seus amigos das melhoras às quais as circunstâncias da Espanha abriam um campo imenso. O *Semanario* não tardou mais em aparecer do que o tempo necessário para obter a licença e preparar os materiais. A nação espanhola [...] encontrou no *Semanario* uma leitura tão rica, que nunca antes se buscara escrito algum com tanto ardor na Espanha. Cerca de três mil assinantes teve o *Semanario* pouquíssimos dias após sua publicação.”⁸⁸

⁸⁶ “Su nuevo puesto no le reportaba sueldo, pero sí algo que ansiaba: una real orden para residir indefinidamente en la corte y, después, otra para que la Capilla Real volviese a pagarle sus rentas. No tendría que regresar a Sevilla”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., p. 99.

⁸⁷ A acusação de ser simpático a Godoy ficaria muito clara nas cartas acusatórias de Capmany, que não poupavam ninguém na tertúlia de Quintana. De qualquer forma, conforme explica Durán López, op. cit., p. 97: “Era una sociedad cimentada en el clientelismo y Godoy era quien movía los principales hilos. Así pues, no eran muchos, incluso en la tertulia de Quintana, quien presumía de no deberle nada al Príncipe – Capmany aseguraba lo contrario –, los que podían salir con bien de un escrutinio riguroso de sus andanzas en la corte.”

⁸⁸ *El Español*, 30/01/1811: “Aprovechar la primera ocasión oportuna de publicar un periódico, y esta idea revivió al punto que se percibió que los franceses se preparaban a huir más allá del Ebro. El periódico que en tiempo del anterior despotismo se había intentado como una diversión literaria, ya se miró baxo un

Assim, a crise espanhola era vista como uma oportunidade para colocar em prática um plano arquitetado desde a tertúlia. O sucesso estrondoso e instantâneo demonstrava o prestígio do seu redator e o *timing* exato da publicação, uma das poucas que trataria não apenas da guerra, mas também dos problemas que teriam levado à crise e da maneira revolucionária de solucioná-los. Conforme aponta Hannah Arendt, é uma certa vertigem da liberdade que apaixona esses homens, antes obrigados a discutir de maneira privada. Essa experiência, tomada como algo novo, impulsionava esses homens a continuar a escrever, a desafiar a ordem e a entender a guerra, com todos os seus sofrimentos e incertezas, como uma oportunidade.⁸⁹

O grupo que ficou responsável pela publicação do *Semanario Patriótico* contava, é claro, com o poeta Manuel Quintana no comando, mas também com o auxílio sempre presente de Juan Álvarez Guerra – de grande protagonismo posteriormente nos relatos das Cortes de Cádiz⁹⁰ –, assim como Eugenio de Tapia e José Rebollo, ambos já colaboradores do *Varietades*. Durante a etapa sevilhana do jornal, em 1809, José Maria Blanco e Isidoro Antillón, também frequentadores da tertúlia em Madri, assumiram o posto, com a ajuda de Alberto Lista, muito próximo a Blanco. A quantidade de artigos comunicados também demonstrava o círculo ampliado de relações, muitas delas construídas antes dos eventos de 1808.

Esse primeiro capítulo tratará das experiências jornalísticas desses ilustrados antes da reunião das Cortes de Cádiz, o que significa as duas primeiras partes do *Semanario Patriótico*, entre primeiro de setembro e primeiro de dezembro de 1808 em Madri, logo após a libertação de Baylén, e já em 1809, na etapa sevilhana, entre 4 de maio e 31 de agosto, acompanhado e autorizado pela Junta Central, na qual Manuel Quintana ocupava um posto de destaque.

aspecto más importante y lleno el Sr. Quintana y sus amigos de las mejoras á que las circunstancias de España abrian un campo inmenso, el Semanario no tardó más en aparecer que el tiempo necesario para obtener la licencia, y preparar los primeros materiales. La nación española [...] halló en el Semanario una lectura tan gustosa, que jamás se ha buscado libro alguno con tanto ardor en España. Cerca de tres mil suscriptores tuvo el Semanario muy pocos días después de su publicación.”

⁸⁹ “What the revolutions brought to the fore was this experience of being free, and this was a new experience, not, to be sure, in the history of Western mankind - it was common enough in both Greek and Roman antiquity - but with regard to the centuries which separate the downfall of the Roman Empire from the rise of the modern age. And this relatively new experience, new to those at any rate who made it, was at the same time the experience of man's faculty to begin something new. These two things together - a new experience which revealed man's capacity for novelty- are at the root of the enormous pathos which we find in both the American and the French Revolutions, this ever-repeated insistence that nothing comparable in grandeur and significance had ever happened in the whole recorded history of mankind, and which, if we had to account for it in terms of successful reclamation of civil rights, would sound entirely out of place.” ARENDT, Hannah. **On Revolution**. Londres: Penguin Books, 1990, p. 34

⁹⁰ Essa informação e a sua explicação estão em DURÁN LÓPEZ, Fernando, **Cronicas de Cortes del Semanario Patriótico 1810-1812**. Cádiz: Fundación municipal de cultura, 2003.

As duas primeiras partes do *Semanario*, embora coerentes entre si quanto à proposta política, possuíam estilos diferentes. A velocidade dos eventos e a surpresa causada pelas novas condições da monarquia hispânica tornaram a primeira parte do jornal confusa e dispersa, pois os assuntos se sucediam mais devido à pressão dos fatos do presente do que a uma lógica política. Um exemplo é a “*reconstituição histórica da revolução espanhola*”, prometida pelos redatores no primeiro número do periódico⁹¹, e que começou a ser realizada, com alguma constância, apenas em dezessete de novembro, pouco antes da invasão francesa de Madri e o conseqüente fechamento do jornal.

Já em sua etapa sevilhana, o *Semanario Patriótico* foi mais bem organizado, contendo um bloco quase permanente destinado à parte histórica e outro para as notícias, acompanhado de artigos políticos muito bem alinhados dentro de uma estratégia política, compondo com perfeição o que François-Xavier Guerra denominou por “*pedagogia política*”.⁹²

Por fim, terminamos o capítulo com o jornal feito por Alberto Lista logo após o fim do *Semanario Patriótico*, o *Espectador Sevillano*, encomendado pela própria Junta Central como uma tentativa de acalmar os ânimos após o fim turbulento do *Semanario* e que teve maior liberdade de edição. Também abordaremos o começo do jornal londrino de Blanco, agora conhecido como Blanco White, *El Español*, que marcaria época para todo o mundo hispânico.

A Revolução da Nação

Vimos anteriormente as circunstâncias políticas e intelectuais que circundaram o surgimento do *Semanario Patriótico*, e também como o jornal se encaixa na lógica da refuncionalização da república das letras. Cabe agora entendermos as mudanças políticas defendidas ao longo do periódico nesses dois primeiros anos, e também a narrativa histórica que levava à defesa dessas soluções. É importante saber que, ainda

⁹¹ *Semanario Patriótico*, 01/09/1808, p. 5 :“Asi este nuestro Semanario podrá ser considerado como unos Anales donde esten depositados los hechos memorables de la crisis presente; y de ellos podrá valerse el historiador que algun día quiera hacer un quadro digno de la posteridad, para servir de escarmiento á las naciones que se olvidan de si mismas”.

⁹² Léxico que compõe o título do capítulo que é uma das bases deste trabalho: “La Pedagogía Política y la Prensa Revolucionaria Española”. In: GUERRA, 1992, op. cit. “Dentro de esta acción multiforme, la prensa tiene como primer fin la pedagogía política. En efecto, un análisis del contenido de estos periódicos revela, bajo el aparente desorden de artículos –puesto que la información ocupa también un lugar importante-, un plan claro y tenazmente seguido para transformar las mentalidades de sus lectores”, p. 232.

que houvesse diferenças reais entre os dois períodos do hebdomadário, o ideário político era bastante parecido.

Desde o princípio, o jornal se posicionou com afinco pela união de todas as províncias como condição *sine qua non* para a existência de uma nação espanhola. Já o primeiro número continha a defesa de uma soberania indivisível da nação, marca da nação moderna⁹³. Os redatores do *Semanario Patriótico* advogaram por um sistema político em que a soberania ganhava uma nova forma: referenciada na nação e exercida através da reunião de representantes eleitos pelo povo, opondo-se, portanto, tanto à dispersão das juntas provinciais como ao absolutismo monárquico. Uma ideia muito próxima daquela defendida pela constituição vitoriosa em 1812:

“Os zelosos patricios em quem reside ainda o poder dividido que lhes confiou o povo por limitado tempo, despojar-se-ão dele quando o exigir o interesse e a prosperidade comum? *Ignorarán por acaso que o contrário seria uma verdadeira usurpação? Que eles mesmos iriam causar a ruína de sua pátria, e se perderiam com ela? Ignorarán que o poder supremo, a verdadeira soberania, reside na Nação reunida por meio de seus representantes, e não em um corpo que governa provisionalmente uma Província?*”⁹⁴

Ainda no mês inicial de setembro, Manuel Quintana voltou a afirmar a preponderância da Espanha única, maior do que qualquer província, colocando-se na linha de frente contra as forças centrípetas das antigas Espanhas, que teimavam em se perpetuar na revolução hispânica. O mesmo discurso seria incorporado ao dirigir-se aos americanos posteriormente:

[Uma constituição] que faça de todas as Províncias que compõem essa vasta Monarquia uma Nação verdadeiramente una; onde todos sejam iguais em direitos, iguais em obrigações, iguais "em cargas". Com ela devem cessar aos olhos da lei as distinções de valencianos, aragoneses, castelhanos, bascos: todos devem ser Espanhóis.⁹⁵

Valencianos, aragoneses, bascos, porém não americanos nesse primeiro momento do *Semanario Patriótico*. Com o desenrolar dos acontecimentos, no entanto, o mesmo discurso seria ampliado para todo o contexto atlântico, conforme explicaremos

⁹³ FURET, François. *Dictionnaire critique de la Révolution française*. Paris: Flammarion, 1988.

⁹⁴ *Semanario Patriótico*, 01/09/1808, p. 15: “Los zelosos patricios en quienes reside aun el poder dividido que les confió el pueblo por limitado tiempo, se despojarán de él quando lo exijan el interés y la prosperidad comun. ¿Ignorarán acaso que lo contrario seria una verdadera usurpacion? ¿que ellos mismo iban á causar la ruina de su patria, y á perderse con ellas? ¿Ignorarán que el poder supremo, la verdadera soberanía reside en la Nacion reunida por medio de sus representantes, y no en un cuerpo que gobierna provisionalmente una Província?” Grifo meu.

⁹⁵ *Ibidem*, 22/09/1808, p. 14: “[uma constituição] que haga de todas las Províncias que componen esta vasta Monarquia una Nacion verdaderamente una; donde todos sean iguales en derechos, iguales en obligaciones, iguales en cargas. Con ella deben cesar á los ojos de la ley las distinciones de Valencianos, Aragoneses, Castellanos, Vizcainos: todos deben ser Españoles”.

ao longo deste trabalho. Como enfatiza Portillo Valdés, os *pueblos* vão se transformando em único *pueblo*, uma só nação: “A superação dos povos pela nação ou povo no singular constituiu um complexo processo que adquire, creio, sua dimensão real ao contemplá-lo desde uma perspectiva atlântica da crise da monarquia hispânica”⁹⁶. Nesse sentido, o discurso usado no começo pelo *Semanario Patriótico* e pela própria Junta Central se irradiaria por todos os pontos da monarquia.

Manuel Quintana e seus companheiros advogavam pela centralidade e pelas Cortes mesmo antes da junta central se reunir, ou seja, estavam na vanguarda da discussão sobre a crise. 1808 lançou a Espanha em pelo menos duas crises simultâneas: uma crise bélica e uma crise institucional⁹⁷, e o grande desafio perseguido pelo *Semanario Patriótico* e os ilustrados deste tipo, futuros liberais, era demonstrar que ambas as crises estavam conjugadas e tinham uma solução única. A dificuldade era dar uma razão ao caos da guerra, o que só era possível ao abstrair as condições imediatas e contemplar a guerra numa perspectiva de mais longo alcance.

Esse caminho interpretativo não era óbvio e tampouco foi seguido pela maioria dos espanhóis, cabendo a um pequeno grupo a defesa dessa visão, o qual em Madri era encabeçado por Manuel Quintana. Ao ser colocado dessa maneira, a única solução cabível era radical e transformadora da antiga ordem⁹⁸. Daí que os ilustrados ao estilo de Quintana ganharam a disputa ideológica mesmo antes da reunião das Cortes em 1810, ao impor a sua interpretação dos acontecimentos. Sendo assim, a acusação que seria repetida pelos anti-liberais de que eles não se importavam com a guerra, é falsa no sentido de que a guerra é incorporada a uma narrativa maior, que seria concretizada com a teoria de duas guerras simultâneas: contra o francês e contra o Antigo Regime.

Conforme vimos, o *Semanario* desde cedo estabeleceu o princípio da centralidade de uma única nação – parte essencial na doutrina liberal –, e, a partir desse ideal, buscou reorganizar a história espanhola (uma Espanha, uma história) para

⁹⁶ VALDÉS, José M. Portillo, op. cit., 2006, p. 26: “la suplantación de los pueblos por la nación o pueblo singular constituyó un complejo proceso que adquire, creio, su dimensión real al contemplarlo desde una perspectiva atlántica de la crisis de la monarquía hispana”

⁹⁷ “El legendario mes de mayo de 1808 supuso el nacimiento de dos grandes crisis nacionales que posibilitarían el tránsito constitucional. La primera de ellas adoptó la forma de crisis bélica, derivada del alzamiento popular el 2 de mayo contra las tropas napoleónicas. (...) La otra crisis tuvo una naturaleza institucional. Las renunciadas de Bayona habían dejado a España sin un monarca legítimo.” FERNÁNDEZ, Ignacio. “Las alternativas constitucionales en España”. In: BREÑA, Roberto (org.). **En el umbral de las revoluciones hispánicas: el bienio 1808-1810**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de estudios internacionales: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2010, p. 33.

⁹⁸ Conforme explica Portillo Valdés, entre 1808 e 1810 o mesmo processo criou sucessivamente uma tripla crise, de independência primeiro, depois de soberania, e, tendo a grande virada no final, constitucional. PORTILLO VALDÉS, José María, op. cit., 2000.

explicar os males do presente⁹⁹. A explicação, a qual poderia ficar apenas nos efeitos perniciosos do governo de Godoy, o favorito do rei Carlos IV e odiado por quase todos os desafetos de José I, foi retroagida para tratar dos “*tres siglos de sufrimiento*”¹⁰⁰. A causa dos problemas não estaria na história imediata, porém num processo de longa duração que remetia, principalmente, à ascensão dos Habsburgo¹⁰¹. Ao longo do jornal ficava claro o nome do problema: o despotismo; é a ele que se deve combater com tanto empenho quanto aos franceses¹⁰², pois “*de tal modo se encontra enlaçada a nossa defesa com as nossas melhoras interiores que inutilmente formaremos planos de campanhas, se não os acompañamos de emendas consagradas à felicidade dos povos.*”¹⁰³

O despotismo se tornava o mal de todos os *pueblos*, de qualquer país, porém quando o discurso se voltava para o caso espanhol, os *pueblos* eram singularizados para se tornarem um único povo: “*um povo como a Espanha, que jurou perecer antes que se submeter ao inimigo, nunca pode sofrer uma vitória decisiva*”¹⁰⁴, ou, o que era um termo ainda mais comum no jornal, para além de *Pueblo*: uma só Nação. O *pueblo*, tomado como equivalente à *nación*, ganhava o papel de protagonista na “*nuestra revolución*”, narrada e defendida pelos redatores do *Semanario Patriótico*, os quais faziam questão de ressaltar a inexistência de um grande herói nobre, um rei a guiar o seu povo durante a guerra:

“Ninguém, em particular, pode dizer: eu a fiz, a mim se deve; todos a fizeram, de todos é a glória, e quem tirar deste sacudimento político o

⁹⁹ GUERRA, 1992, op. cit., p. 241. “El presente, como un parteaguas, reorganiza enteramente la historia: hacia el pasado, para explicar el letargo y los males de los tiempos del despotismo (...)”.

¹⁰⁰ THIBAUD, Clément. “La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América Bolivariana”. *Almanack Braziliense*, num. 1 (maio/2011). p. 11: É o mesmo discurso americano dos três séculos de opressão, mostrando as relações imbricadas do liberalismo nas duas costas do Atlântico: “Tanto en Nueva Granada como en Venezuela, las constituciones escritas fueron no solamente pensadas como la defensa de las provincias ultramarinas contra los tejemanejes napoleónicos sino que también debían redimir a América de los “tres siglos de despotismo”.

¹⁰¹ *Semanario Patriótico*, 27/10/1808. Nesse caso, Quintana se refere à derrota dos comuneros: Nuestros padres sucumbieron en la contienda gloriosa que empeñaron para defender sus fueros y libertades; y nos legaron la arbitrariedad monstruosa que, cimentada por tres siglos de sufrimiento de una parte, y de usurpaciones é injusticias de otra, nos ha traído al punto de estar veinte años aguantando la insolencia de un Godoy, para vernos despues en el riesgo de ser presa de un Bonaparte. Así á la peste sucedía el incêndio

¹⁰² *Ibidem*, 06/07/1809, p.6: [depois de Felipe II] Vino en pos la suma debilidad unida al despotismo sumo, y de uno en otro rey descendió la nacion española como de un abismo à otro abismo hasta el profundo de la degradacion y la miseria.

¹⁰³ *Ibidem*, 13/07/1809, p. 11: “de tal modo se halla enlazada nuestra defensa con nuestras interiores mejoras que inutilmente formaremos planos de campañas, si no los acompañamos de enmiendas consagradas a la felicidad de los pueblos”.

¹⁰⁴ *Ibidem*, 04/05/1809, p. 12: “Un pueblo como la España, que ha jurado perecer antes que someterse al enemigo, nunca puede sufrir una victoria decisiva”

carácter solene e popular que o distingue, nem o considera por onde deve, nem acertará a pintar como realmente aconteceu”¹⁰⁵.

O povo assumia o papel principal, porém isso não era tomado como novidade, mas sim como a reiteração de uma soberania indiscutível: “*Sem dúvida alguma, todo poder constitucional emana do povo sem que possa ter outra origem; é também certo que a reunião de cabeças de família de todas as classes é o que constitui o corpo moral que se chama povo*”¹⁰⁶.

Diante dessa situação, em que o despotismo usurpou o poder do povo, como elaborar um sistema político legítimo, não mais despótico, mas apoiado nesse mesmo povo? O jornal se fazia essa pergunta de maneira retórica ao discutir a quem cabia a soberania na ausência do rei, pois dessa maneira reafirmava justamente a soberania da Nação, igualando nação e povo:

Mas quem deverá formar e constituir essa Regência propriamente dita? A Nação por meio de seus Representantes é a quem compete exclusivamente reconstruir o Poder executivo desorganizado pela falta do Rei; e eis aqui a necessidade de convocar imediatamente uma Representação Nacional, denomine-se Cortes ou como se queira.”¹⁰⁷

No entanto, a convocação da representação da Nação não era apenas emergencial, pois os redatores defendiam que uma vez rompidos os grilhões da tirania, nada poderia mudar a vontade dos cidadãos¹⁰⁸. As Cortes, manifestação viva da representação da nação, deveriam criar uma “*constitución liberal*” que delimitasse os direitos e deveres da Nação e do rei¹⁰⁹, em uma hierarquia que se aproximava daquela estabelecida pela assembleia francesa que condenou o rei Luís XVI, com a nação

¹⁰⁵ Ibidem, 17/11/1808, p. 3: “Nadie puede decir en particular; yo lo he dirigido, á mí se debe: todos lo hicieron, de todos es la gloria; y quien quite á este sacudimiento político el caracter solemne y popular que le distingue, ni le considera por donde debe, ni le acertará á pintar como realmente ha sido”

¹⁰⁶ Ibidem, 22/09/1808, p. 7: “Sin duda alguna todo poder constitucional emana del pueblo sin que pueda tener otro origen; es tambien cierto, que la reunion de cabezas de familia de todas clases es la que constituye el cuerpo moral que se llama pueblo”

¹⁰⁷ Ibidem, 22/09/1808, p. 9: “Mas quién deberá formar y constituir esta Regencia propriamente dicha? La Nacion por medio de sus Representantes es á quien compete únicamente reconstruir el Poder executivo desorganizado por la falta del Rey; y de aquí la necesidad de convocar al instante una Representacion nacional, llámese Cortes, ó como se quiera”

¹⁰⁸ “Quando una vez se han roto las cadenas de la tirania; que quando, al grito de la independencia, se disipa la ilusion de la costumbre, que hace estar á millones de hombres al capricho de uno solo; quando cada ciudadano llega á sentir sus propias fuerzas en la máquinas política; entonces ni batallas sangrientas, ni pomposos triunfos, ni leyes establecidas por el terror de la espada, bastan à sojuzgar à otros que á los que estan baxo su filo”. In: *Semanario Patriótico*, 04/05/1809. Destaca-se o termo Ciudadano, típico da modernidade, em substituição à súdito ou vecino, no caso hispânico. O vocábulo foi introduzido aos poucos no *Semanario Patriótico*, sendo que a sua primeira aparição foi apenas no quinto número, em 29/09/1808, de maneira despolitizada, como referência aos habitantes comuns, ao povo de Madrid.

¹⁰⁹ “allí [no congresso] establecerán las constantes basas de una constitucion liberal en que perfeccionadas las leyes, aparezcan sin nubes los deberes y derechos del trono, los deberes y derechos de la nacion que lo sostiene”

predominante, ainda que o *Semanario Patriótico* jamais se apoiasse nessa referência. Uma constituição, o jornal defendia, não poderia durar apenas o interlúdio sem rei, mas deveria sempre pertencer à nação que a tinha idealizado.

Havia um plano idealizado pelos redatores do jornal que preconizava etapas muito claras: centralização das juntas provinciais em uma só, convocação de Cortes modernas e estabelecimento de uma nova constituição. Como se vê, cada etapa se apoiava na anterior para avançar mais, numa linha ascensional que poderia lembrar a própria revolução francesa.¹¹⁰ Ainda que o projeto estivesse estabelecido no começo, não era revelado desde o princípio e sua própria velocidade é alterada com o tempo. Para além de uma divisão pedagógica, as perdas militares do final de 1808 levaram a um plano de aceleração da revolução, no qual os pontos polêmicos passaram a ser defendidos com mais vigor.

O grande debate sobre o qual o *Semanario Patriótico* se posicionou precocemente foi quanto ao caráter da constituição: novas leis fundamentais ou recuperar o direito histórico? Raquel Linage observa nessa discussão uma atitude revolucionária, pois resulta no rompimento com o direito histórico. Tal ruptura foi característica marcante das futuras Cortes de Cádiz, revolucionárias por princípio, já que não respeitavam a divisão por estamentos, típica do Antigo Regime (essa ruptura já fora antecipada no próprio *Semanario Patriótico*, mais enfaticamente em 1809 com Blanco White¹¹¹), e estabeleceram uma nova constituição.¹¹² François-Xavier Guerra defende opinião similar a de Linage, ao partir mais especificamente da análise do conceito de pátria no hebdomadário aqui estudado, pois a pátria, para os seus redatores, ainda não

¹¹⁰ A ideia é de Karl Marx no 18 brumário ao comparar a Revolução de 1789 com a de 1848, em que a primeira segue uma linha ascensional e segunda uma regressiva: “Na primeira Revolução francesa, ao domínio dos constitucionais segue-se o domínio dos girondinos, e ao domínio dos girondinos, o domínio dos jacobinos. Cada um destes partidos, apoia-se no mais avançado. Logo que impulsionou a revolução o suficiente para não a poder seguir, e muito menos para poder encabeçá-la, é substituído e enviado a guilhotina pelo aliado, mais intrépido, que está atrás dele. A revolução move-se deste modo numa linha ascensional.”

¹¹¹ *Semanario Patriótico*, 24/08/1809: “iremos à escuchar ahora pretensiones que estan fundadas sobre meros privilegios? Estos deben conservarse; pero no han de preferirse à los derechos de la nacion entera”.

¹¹² LINAGE, Raquel. “Revolucion y Opinion Pública: el *Semanario Patriótico* en 1808.” *Historia. Instituciones. Documentos*. 1998. Núm. 25, p. 577: “Entre los factores que hicieron posible la ruptura con el derecho histórico que supuso la constitución de 1812, uno decisivo fue la convocatoria de unas cortes de representación nacional, acordes por tanto con el modelo que los liberales habían perseguido desde los primeros momentos de la guerra de la Independencia, y defendido através de un gran número de impresos y publicaciones periódicas”.

existiria, porque esta não nasce com os homens, não é natural, porém fruto das boas leis¹¹³:

“Da nova noção de pátria conclui-se que a pátria não existe ainda, embora já esteja renascendo o patriotismo que servirá para edificá-la. Aí que o fim no qual se devem fixar as autoridades de esta época heroica seja: "fundar uma Pátria", pois sua ausência provocou a ruína da Monarquia.¹¹⁴”

O *Semanario Patriótico*, portanto, representou durante os “*dos años cruciales*” – conforme a denominação famosa de Guerra –, entre 1808 e 1809, a corrente radical, um grupo que lutou com todos os meios pela concretização de uma revolução nacional na Espanha. O protagonismo obtido por Manuel Quintana e seus amigos em 1808 os colocaria no centro das discussões a partir desta data. De maneira alguma o *Semanario* foi o único jornal lançado no período, porém nenhum outro tinha as mesmas características ou, principalmente, fez o mesmo sucesso. Antonio Capmany, por exemplo, antigo membro da tertúlia e futuro deputado, também lançou seu jornal e se ressentiu da repercussão alcançada pelo seu colega mais jovem.¹¹⁵ O prestígio de Quintana resultou em laços oficiais com o governo, fazendo de sua pena uma espécie de “voz da nação”, já que passou a ser constantemente chamado para escrever proclamas oficiais¹¹⁶. Conforme analisa Durán López:

“A outra peça chave da construção da opinião pública a partir de 1808 e ao mesmo tempo uma das razões do triunfo liberal de 1812, é a proximidade ao governo dos criadores de opinião, que entre 1808 e 1814

¹¹³ Essa tese foi continuamente defendida pelo jornal, conforme vão avançando os acontecimentos, adquirindo um tom cada vez maior de certeza em suas afirmações e não mais propondo o debate, como, por exemplo, em treze de julho de 1809, no qual afirma que os espanhóis diriam ter pátria apenas quando vissem os seus representantes reunidos em um congresso, nas Cortes. A palavra congresso, tantas vezes utilizada por seus redatores através da expressão congresso nacional, praticamente desapareceria em 1811 quando o título Cortes é devidamente consagrado.

¹¹⁴ GUERRA, 1992, op. cit., p. 243: “De la nueva noción de patria se concluye que la patria no existe todavía, aunque está ya renaciendo el patriotismo que servirá para edificarla. De ahí el fin que deben fijarse las autoridades de esta época heroica sea “fundar una Patria”, pues su ausencia ha provocado la ruina de la Monarquía”.

¹¹⁵ O jornal de Capmany se chamava *Centinela contra franceses* e ajudou a consagrar o catalão como patriota. De qualquer forma, era um periódico mais preocupado com a guerra do que com a revolução e que inclusive rejeitava esse novo vocabulário. Segundo Durán López: “Capmany asiste al éxito de ese periódico [*Semanario Patriótico*] con algo de estupor y desconcierto. Sin saberlo entonces, pero barruntándolo, había comenzado a perder una batalla literaria y política crucial: iba a ser el *Semanario* y no *Centinela*, el que marcasse la senda del futuro inmediato.” DURAN LÓPEZ, Fernando. “La construcción de la opinión pública en España, 1808-1810”. In: BREÑA, 2010, op. cit., p. 83.

¹¹⁶ Conforme Quintana conta em suas **memórias**: “Los primeros actos de la Junta Central no correspondieron ni al entusiasmo público, ni a las esperanzas que debieron prometerse de ella, ni a su situación verdaderamente extraordinaria y singular. La acta de su instalación pareció una diligencia de escribano (...) Creí entonces que debía advertir mis amigos lo que les importaba variar de principios y de estilos. Escribíles (...) que hablasen en grande a una nación que obrara y debía seguir obrando tan en grande”. Segundo a análise de Durán López, “El poeta se convirtió así en el autor de las proclamas y manifiestos de la Junta y supo darles elevación retórica y grandeza en las ideas”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2010, p. 89.

optaram sempre por uma via de ação e comunicação eminentemente institucional.”¹¹⁷

De fato, ao analisarmos a produção do *Semanario Patriótico* devemos levar em conta a relação entre o jornal e o poder central em construção, que estabeleceram uma ação conjunta, porém recheada de tensões, de uma forma que não se repetiria a partir de 1810, quando já havia um espaço público mais definido e com liberdade de imprensa legal.

A participação de Quintana na Junta Central era fruto do prestígio alcançado, das amizades estabelecidas e do desejo da Junta de ser mais popular, já que os primeiros manifestos escritos nesse tom mais grandiloquente do poeta alcançaram grande repercussão. Martín de Garay, representante de Estremadura, foi quem chamou Quintana para integrar o governo como oficial da Secretaria em 1809¹¹⁸ – pasta que era responsável por organizar todo o trabalho do governo central. Garay representava a fração mais radical dentro de um corpo bastante conservador e aglutinava ao seu redor os outros defensores de imediata convocação de Cortes, como Calvo de Rozas.

Como oficial de secretaria e redator dos proclamas oficiais, Quintana detinha então um poder considerável na nova administração, estabelecida em Sevilha a partir de 1809, quando Madri foi retomada pelos franceses. A Junta Central, desprestigiada pelas derrotas militares, retomou o assunto das Cortes e em 15 de abril de 1809 Calvo de Rozas voltou a propor a convocatória de uma representação, que seria aceita um mês depois. Nesse contexto, em que estava em disputa, primeiro: se seriam convocadas Cortes; e, segundo: que tipo de Cortes seriam. A ala mais radical, encabeçada por Garay e Quintana, decidiu reviver o *Semanario Patriótico*, encerrado com a perda de Madri.

Como o próprio Quintana estava muito ocupado no seu trabalho oficial, voltou-se à sua antiga tertúlia madrilenha para achar redatores. As reuniões político-literárias continuavam existindo em Sevilha, na verdade com ainda mais força e contando com alguns outros membros, a maior parte reunida na cidade por conta da Junta Central. Entre os participantes novos, estavam Argüelles e Toreno, dois dos mais famosos futuros líderes liberais nas Cortes de Cádiz e que à época eram representantes de suas juntas locais. Os jovens e radicais frequentadores, ancorados na popularidade de

¹¹⁷ Idem, ibidem: “La otra pieza clave de la construcción de la opinión pública a partir de 1808 y a la vez una de las razones del triunfo liberal en 1812, es la proximidad al gobierno de los creadores de opinión, que entre 1808 y 1814 optaron siempre por una vía de acción y comunicación eminentemente institucional.”

¹¹⁸ O caráter radical da secretaria se pode perceber porque o segundo oficial, depois de Quintana, era o também liberal e escritor Ignacio García Malo.

Quintana, reuniam-se assiduamente em uma das salas da secretaria da Junta Central e discutiam como proceder, o que fez com que tal reunião ficasse conhecida como a *junta chica*,¹¹⁹ o que denota o seu poder de influência, ainda que não fosse tão grande quanto argumentaram os historiadores antiliberais¹²⁰.

Desta *junta chica*, Quintana selecionou dois dos seus antigos amigos, o sevilhano José Maria Blanco y Crespo e o aragonês Isidoro Antillón, para comandar a segunda fase do *Semanario Patriótico*. Os motivos para essa seleção são de caráter pessoal, mas se pode imaginar que Quintana, encarregado de ser censor do periódico, preferiu dentre os seus companheiros de tertúlia membros não muito célebres, mas que possuísem sólida formação intelectual e concordância com os seus princípios gerais.

De Blanco já introduzimos alguns dados pessoais, já quanto a Antillón, este nascera em 1778 próximo a Teruel e era formado em leis pela Universidade de Zaragoza em 1797¹²¹. Jovem com talentos precoces, Antillón também participou com sucesso da *Sociedad de Amigos del país* de Aragão, onde teve sua formação de ilustrado e começou a se interessar pela geografia, tema no qual ganharia prêmios e teria inclusive seus livros traduzidos para outros idiomas¹²². Em 1799 se mudou para Madri, buscando se estabelecer como professor, o que conseguiu em apenas oito meses ao ser nomeado para o prestigioso *Real Seminario de Nobles*, como catedrático de geografia, cronologia e história. Junto com Blanco White, fez parte do Instituto Pestalozziano, o que indica simpatia da parte do todo poderoso Godoy, que o cita favoravelmente em suas memórias. Em 1809, estava em Sevilha encarregado de zelar pelo *Archivo General de Indias*.

¹¹⁹ A descrição de Lord Holland sobre a *junta chica* é uma das mais célebres: “jóvenes con más ardor e imaginación que experiencia o prudencia, que se habían imbuido de las ideas de libertad de los enciclopedistas de Francia antes que de sus antiguas instituciones o de las necesidades inmediatas de su propio país. Fueron quizá más eficaces en exhibir su propio desprecio hacia la superstición y los abusos que en reconciliar a la Iglesia o a la nobleza con una corrección racional de las mismas.” **Reminiscences**, Londres: ed. Henry Howard Holland, 1851, pp. 144-146. *Apud* MURPHY, 2011, op. cit.

¹²⁰ “Tampoco es lícito sobrevalorar el influjo de estos jóvenes liberales: es un hecho que presionaban cuanto podían y que hasta cierto punto se coordinaban para hacerlo, pero la Central sólo dio pasos parciales y contradictorios en el sentido que los liberales pedían. Incluso si, como suelen hacer los historiadores antiliberales, se atribuye a una conjura casi masónica de estos mozos enardecidos cada acto progresista de la Junta, habría que concluir que globalmente fracasaron, al menos en Sevilla.” DURÁN LÓPEZ, 2005, op. cit., p. 125.

¹²¹ A maioria dos dados pessoais de Isidoro de Antillón y Marzo vem de FORCADELL, Carlos. “Isidoro de Antillón y Marzo: de provinciano ilustrado a mito de la nación liberal”. In: Jerónimo Zurita, num. 87, 2012, pp. 41-50.

¹²² Entre suas obras mais importantes estão *Lecciones de Geografía Astronómica, Natural y Política; Principios de Geografía Física y Civil; Elementos de Geografía Astronómica, Natural y Política de España y Portugal*, todas lançadas antes da invasão francesa.

Quanto ao *Semanario Patriótico* em 1809, coube a Blanco o grosso dos artigos políticos, enquanto Antillón era responsável pela história militar e política da revolução espanhola, conforme eles denominavam. Ainda que a parte mais polêmica fosse a política, havia uma pressão enorme sobre o aragonês, como quando o Duque de infantado o proibiu de falar mal de suas ações militares¹²³.

O estilo retórico do periódico em 1809 manteve-se muito similar ao de 1808, demonstrando a influência ainda presente de Quintana. De fato, o cunho grandiloquente, as afirmações filosóficas, a defesa patriótica e o apelo à união nacional permitem dizer que não houve mudanças bruscas no *Semanario Patriótico*. Quando se compara o tipo de escrita de Blanco nessa época, com aquela praticada um ano depois em seu jornal londrino, percebe-se uma variação definitiva, em que o sevilhano passou a redigir de modo mais frio e transcrevendo longos documentos¹²⁴.

A situação do *Semanario* com relação ao governo, no entanto, era diferente de 1808. Àquela época, o jornal havia saído antes da própria Junta Central existir e, ainda que contasse com uma autorização, tinha independência. Por sua vez, em 1809, o periódico saía sob as asas do governo, patrocinado pelo mesmo e o seu fundador era um dos principais funcionários da Junta. Ainda assim, não houve submissão, já que ele representava, *de facto*, um dos setores da Junta Central, e não toda ela.

Exemplar dessa situação é que já no segundo exemplar publicado em Sevilha, um dos centrais pediu o fim do jornal¹²⁵. A pressão continuou, algumas vezes de maneira indireta devido à sua popularidade, como quando Garay direcionou Antillón para trabalhar na Gazeta oficial, retirando-o do *Semanario*. Ao invés de desistir, Blanco chamou um de seus amigos mais próximos, Alberto Lista, para auxiliá-lo. Lista é personagem chave dessa dissertação e terá a sua figura analisada adiante.

A fase sevilhana do periódico durou apenas entre 4 de maio e 31 de agosto, abruptamente interrompida, apesar dos protestos de Jovellanos, por um artigo enigmático em que Blanco e Lista declaravam preferir encerrar o jornal a vê-lo transfigurado pelos seus inimigos – no caso, a própria Junta Central. O tom heroico fez

¹²³ Blanco assim o refere em sua autobiografia.

¹²⁴ “[Blanco] se deja contagiar por el estilo retórico y solemne de Quintana, lleno de grandes conceptos expuestos de forma tan vibrante como abstracta, aunque no por eso hueco ni falto de sensatez. Frase larga, periodos complejos contruidos sobre paralelismos y no poco énfasis, óptimos para su declamación pública. El auténtico estilo personal de Blanco era más racionante, argumentativo, aunque sin renunciar tampoco a alzar su voz con brío. (...) a mi juicio en el *Semanario Patriótico* Blanco es un periodista que no ha conquistado plenamente su propia voz.” DURÁN LÓPEZ, 2005, op. cit., p. 129.

¹²⁵ PONS, 2002, op. cit., p. 74.

de Blanco uma celebridade, reconhecido como um campeão da liberdade¹²⁶, o que lhe permitiria começar um novo jornal um ano depois.

Em suma, o estilo único do *Semanario* fez com que as acusações proliferassem e repercutissem tanto na historiografia quanto nas reflexões posteriores feitas pelos seus protagonistas, principalmente no epíteto de Jacobino¹²⁷, principal acusação à época, repercutida inclusive pelo próprio Blanco posteriormente, já arrependido dos seus arroubos anteriores¹²⁸. A nós, parece infundada a acusação, já que a ideologia do *Semanario Patriótico* não chegava aos extremos da violência revolucionária, e acusava o terror jacobino de ter acabado com a revolução. Havia sim uma identificação com os filósofos franceses mais conhecidos – Voltaire e Rosseau, principalmente – mas não um apoio a Robespierre. Se fosse possível fazer uma analogia com a França, estavam mais próximos de 1791 do que de 1793.

Mesmo não sendo jacobino, era um projeto político que nasceu revolucionário e foi se extremando ao longo de seus números, em que a nação foi claramente definida como única soberana, com a necessidade de estar representada no Estado e tendo o indivíduo como base desta representação, daí que as Cortes não poderiam ser por estamento, e sim nacionais. No entanto, o grande dilema analisado nesse trabalho é se a nação se tornou equivalente territorialmente à monarquia¹²⁹, ou seja, se o povo soberano se encontrava igualmente em todas as partes da monarquia, ou apenas em sua fração europeia. Lembremos que a monarquia hispânica tinha a particularidade de estar

¹²⁶ Esse reconhecimento era tanto popular quanto acadêmico. Murphy aponta que foi a sua fama que lhe dignou a redigir, em nome da Universidad de Sevilla, uma resposta à consulta promovida por Jovellanos sobre o modo ideal de convocar as Cortes para a Espanha. Em sua autobiografia, Blanco cita um episódio em que, ao entrar em um café em Cádiz, foi saudado por um frequentador pela sua resistência ao autoritarismo da Junta Central.

¹²⁷ PONS, op. cit., 2002, p. 96. *Apud* BREÑA, 2008, op. cit.: “En resumidas cuentas, la afirmación de la soberanía originaria del pueblo, la campaña a favor de la convocatoria de las Cortes en una cámara, la impugnación de los privilegios legislativos de las clases dominantes, la ruptura con el pasado y la adhesión a los principios revolucionarios franceses permiten definir el jacobinismo de Blanco”.

¹²⁸ As reflexões da autobiografia e do Español apontam para um arrependimento diante de uma “febre republicana dos livros franceses”. No entanto, é preciso moderar os pensamentos posteriores de Blanco, pois, ainda que fosse um republicano, de maneira alguma demonstrava isso no jornal, consciente que estava do seu papel pedagógico e da impopularidade de tais doutrinas. É interessante uma carta que envia ao seu grande amigo, o asturiano Andrés de la Vega em 1812: “ya sabe V. que nuestros estudios y afectos se formaron mucho desde la toma de la Bastilla”. *Apud* Pons, 2002, op. cit., p. 108.

¹²⁹ Portillo Valdes aborda essa particularidade da revolução espanhola que seria confirmada pela Constituição de Cádiz, em que a nação estava nos dois hemisférios: “El experimento constitucional gaditano se colocó contra estas corrientes [do resto da Europa, como o império inglês e o francês] al asumir la identidad entre Estado y monarquía. Al hacerlo en sede constitucional dio entrada en nuestra historia política contemporánea a un problema de acomodación entre región y territorios que todavía sigue siendo motivo de debate esencial de la política española. En realidad, la Constitución de 1812 recogía un principio que derivaba del modo en que se había producido, en Europa y América, la crisis de la monarquía desde 1808.” PORTILLO VALDES, Jose Maria. “Crisis e independencias: España y su monarquía.” *História Mexicana*, LVIII: 1, 2008, p. 110.

dividida em três continentes. O jornal discursou extensamente sobre a América ao longo dos seus números, e nos aprofundaremos no papel do novo mundo no discurso radical expressado no hebdomadário, pois sobre esse ponto se encontra um dos temas mais debatidos da revolução espanhola e que maior polêmica causou na monarquia hispânica.

América, uma colônia

Tendo já introduzido os redatores e as ideias políticas do *Semanario Patriótico*, podemos agora adentrar no nosso tema mais específico, que seria a questão americana nessa nova proposta de nação. Primeiramente, vamos entender como se dá a abordagem inicial do periódico nesse tema, ressaltando que não era a preocupação central dos seus redatores, principalmente no começo conturbado do hebdomadário.

Ainda assim, o tema americano é quantitativamente relevante na análise das duas primeiras fases do *Semanario Patriótico*, pois 56% dos trinta e dois jornais, que correspondem aos anos de 1808 e 1809, tiveram a presença do assunto de alguma forma, tanto em pequenos extratos de duas linhas saldando os aportes materiais enviados pelos americanos, quanto longos textos sobre conflitos diplomáticos que envolviam o Rio da Prata e o Império Português.

Tendo em vista todas as citações sobre temas americanos, elas foram classificadas da seguinte maneira:

Tipo de Referência	Porcentagem
Finanças: A importância comercial da Américas e dos recursos advindos;	43%
Ação Americana: Os americanos como protagonistas. Possui um tom de elogio, seja devido à união com a península ou ao patriotismo hispânico na América;	21,5%
Relações Políticas: A América é utilizada como justificativa para o centralismo político, como ao exigir uma só Junta, justamente para ter um representante diante da América;	14,5%
Inferioridade Americana: Os americanos, com sua diversidade de classes e castas são tratados como sendo	10,5%

inferiores aos europeus;	
Títulos: A América é usada para engrandecer a história dos espanhóis.	10,5%

O termo *colônia* se destacava como principal forma de denominação para a América, o que já indica uma direção intelectual de seus redatores. Apenas enquanto amostra quantitativa, em 61% das referências à América está presente o vocábulo “colônia” entre 1808 e 1809.

Isso destoaria do tratamento consagrado pelas Cortes de Cádiz, já em 1810, de “*provincias de América*”¹³⁰, o qual não aparecia nesse momento do *Semanario Patriótico*, embora o termo “provincia” já se esboçasse no tocante à parte europeia da monarquia. A expressão “*parte esencial e integrante da monarquia espanhola*”¹³¹, utilizada principalmente pela Junta Central em 1809, não foi nem ao menos cogitada pelo jornal nessa época. Em compensação, o vocábulo tradicional de *reinos* (*as Españas*), até o momento utilizado no discurso oficial, nas leis das Índias e também pelos americanos, era praticamente inexistente no periódico. A palavra “Colônia” era predominante. Essa denominação, no entanto, era recente na história hispânica, não possuía sentido positivo, e não constituía um consenso continental, diferentemente do termo *reinos* durante o reinado Habsburgo: “*Os oficiais de Carlos III foram os primeiros a se referir às possessões americanas como colônias, um termo emprestado da Inglaterra e da França, ao invés do tradicional reinos*”¹³².

Demonstração célebre da inferioridade contida no termo colônia, assim interpretada pelos historiadores Guerra e Portillo Valdes, foi o decreto de 22 de janeiro de 1809 convocando os americanos a elegerem representantes para a Junta Central, que

¹³⁰ Manuel Chust nos adverte do quão revolucionário é essa denominação, pois apaga algumas antigas divisões da América espanhola: “De hecho, por omisión, la creación de las disputaciones provinciales, la estructuración de la monarquía en provincias, provocó la desaparición de la estructura virreinal en América”. In: CHUST, Manuel, op. cit., 1999, p. 221.

¹³¹ Como nos recorda Portillo quanto a essa terminologia: “parte esencial de un cuerpo político podía solamente serlo una comunidad perfecta, esto es, dotada a su vez de constitución o forma política propia y con capacidad autónoma de representación, lo que en aquel mismo lenguaje significaba Independiente.” PORTILLO VALDES, op. cit, 2006, p. 60.

¹³² RODRÍGUEZ, op. cit, 2006 p.20: Carlos III's officials were the first to refer to the American possessions as colonias (colonies), a term borrowed from England and France, instead of the traditional reinos.

foi redigido por Manuel Quintana¹³³. Neste decreto, Quintana parecia esquecer o seu antigo jornal, o qual utilizava abundantemente o termo colônia à época:

O Rei nosso senhor Dom Fernando 7º e em seu real nome a Junta Suprema Central Gubernativa del Reyno, considerando que os vastos domínios que a Espanha possui nas Índias não são propriamente colônias ou Feitorias como as de outras nações, porém uma parte essencial e integrante da monarquia espanhola, (...) devem ter representação nacional imediata na sua pessoa real, e constituir parte da *Junta Central Gubernativa del Reyno* por meio de seus correspondentes deputados.¹³⁴

No entanto, a mudança de tratamento nominal não atingiu o jornal, que ainda utilizava o vocábulo colônia ao se referir à América, e, na realidade, o próprio decreto aparentemente igualitário da Junta Central continha armadilhas aos americanos, porque “*os benefícios de igualdade e liberdade não apenas diferiam caso se tratasse de europeus ou de americanos, como também, mais essencialmente, apareciam como direitos para os primeiros e como concessões para os segundos*”¹³⁵. A Junta Central se autoproclamava, com isso, a transformadora do status político da América, por lhe conceder direito à representação política, no que diferia significativamente do pensamento de muitos americanos, os quais sempre se imaginaram possuidores dos mesmos direitos dos demais reinos da monarquia, e não como colônias.

Adentrando na visão de inferioridade colonial expressa no periódico, havia uma grande valorização dos recursos da América, definida desde o primeiro número como “*ricas colônias*” de “*brilhante comércio*”¹³⁶. Conjugada à visão mercantil, estava a homogeneização dos diversos reinos americanos na mentalidade ilustrada – da Nova Espanha ao Rio da Prata, todos passavam a ser vistos como pertencentes à mesma definição de colônia, integrados por laços comerciais com a metrópole –, pois estes deixavam de ser um conjunto de reinos heterogêneos e independentes, ligados apenas ao

¹³³ DEROZIER, Albert. **Manuel josef quintana et la naissance du liberalisme en espagne**. Paris: Annaler Litterairer de L’universite de Besancon, 1970, Tomo II.

¹³⁴ Eis o texto completo do decreto: “El rey nuestro señor Dn. Fernando 7º y en su real nombre la Junta Suprema Central Gubernativa del reyno, considerando que los vastos dominios que España posee en las Indias, no son propiamente Colonias, ó Factorias como los de otras naciones, sino una parte esencial é integrante de la monarquía española, y deseando estrechar de un modo indisoluble los sagrados vínculos que unen unos y otros dominios, como asi mismo corresponderá la heroyca lealtad y patriotismo de que acaban de dar tan decisiva prueba á la España en la coyuntura mas crítica que se ha visto hasta ahora nacion alguna, se ha servido declarar, teniendo presente la consulta del Consejo de Indias de 21 de noviembre último, que los reynos, provincias, é Islas que forman los referidos dominios deben tener representacion nacional inmediata a su real persona, y constituir parte de la Junta Central Gubernativa del Reyno por medio de sus correspondientes deputados”. Retirado de Chust, 1998, op. cit.

¹³⁵ PORTILLO, 2006, op. cit., p. 137: “los beneficios de igualdad y libertad no sólo diferían según se tratara de europeos o americanos, sino que, más esencialmente, aparecían como derechos para los primeros y como concesiones para los segundos”.

¹³⁶ *Semanario Patriótico*, 01/09/1808.

rei. A ideia ilustrada de império estava viva no *Semanario Patriótico*, da forma que a historiadora Federica Morelli a descreve:

“As reformas não conseguiram centralizar o poder, porém, integraram os territórios americanos em uma nova ideia de império, na qual a metrópole se transformava em nação e as províncias da antiga ordem imperial em colônias integradas em um sistema comercial atlântico.”¹³⁷

Portillo Valdez localizou nos anos quarenta dos setecentos essa criação conceitual do império mercantilista em território hispânico¹³⁸, comparando a concepção do império na nova dinastia dos Bourbon à imagem da monarquia dos Habsburgo, passando de “*uma instituição místico-espiritual (na qual o Rei era um agente divino, intérprete da lei natural, preocupado com o bem comum de seus súditos) em uma instituição baseada na capacidade de cumprir os seus propósitos utilitários.*”¹³⁹

A América passava a ser fonte de capitais, e, a partir dessa imagem de riqueza inesgotável e subordinada à metrópole, vêm também os apelos monetários da Junta Central, que apareceram no *Semanario Patriótico* através da publicação contínua da chegada de ouro e prata aos portos espanhóis. A dependência dos recursos americanos era tão expressiva durante a época do jornal que os seus redatores associavam política e economia para justificar a instalação da Junta Central em Sevilla:

Aqui foi também onde o governo resolveu, ao invés de estabelecer-se em Badajoz como até então vinha pensando, seguir sua viagem até Sevilha, cidade tão interessante devido à sua situação mercantil e recursos militares, distante da costa, e muito bem disposta pelo seu rio navegável a manter rápidas comunicações com todos os extremos da monarquia e para receber com maior facilidade os auxílios da América.¹⁴⁰

¹³⁷ MORELLI, Federica, La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2008, Disponível online em <http://nuevomundo.revues.org/32942>: “Las reformas no lograron centralizar el poder, sino que intentaron integrar los territorios americanos en una nueva idea de imperio, en la cual la metrópoli se transformaba en nación y las provincias del antiguo orden imperial en colonias integradas en un sistema comercial atlántico”.

¹³⁸ “Sobre todo desde los años cuarenta del setecientos, que fue haciéndose hueco una imagen más decididamente imperial de la monarquía”. Portillo, 2006, op. Cit, p. 20. O mesmo autor define bem essa ideia de império a partir do contexto internacional europeu e atlântico: “Hacia eso parecía apuntar también la idea que la Ilustración española había asentado distinguiendo claramente entre monarquía y nación. Lo primero coincidía con los dominios del rey católico, pero lo segundo era cosa solamente de los europeos. Los nuevos ejemplos para la monarquía no estaban ya en Roma, sino en Inglaterra, Holanda y Francia, sobre todo en las dos primeras. Un imperio comercial conformado por un territorio a la cabeza con una constitución de libertades y seguridades de derechos, en especial de propiedad, y una parte colonial dependiente y beneficiada por el comercio a gran escala garantizado por la fortaleza internacional de la metrópoli”, p. 109.

¹³⁹ BREÑA, 2006, p. 273: “una institución místico-espiritual (en la que el Rey era un agente divino, intérprete de la ley natural, preocupado por el bien común de sus súbditos) en una institución basada en la capacidad de cumplir sus propósitos utilitarios”.

¹⁴⁰ *Semanario Patriótico*, 27/07/1809, p. 4: “Aquí fué tambien donde resolvió el gobierno, en vez de establecerse en Badajoz como hasta entonces había pensado, seguir su viaje ácia Sevilla, pueblo tan

Percebe-se, logo, ao analisarmos a referência imagética imperial, uma linha de continuidade implícita entre o sistema “despótico” e aquele proposto pelos redatores do *Semanario Patriótico*, principalmente na constância do termo colônia, como se o discurso do ministro ilustrado Campomanes ainda estivesse atuante. A utilização da palavra colônia não pode ser tomada, portanto, como um ato apenas inocente e habitual, mas sim como uma escolha intelectual:

O programa dos reformadores espanhóis concedia aos territórios americanos um papel estratégico no renascimento da potência espanhola. Em primeiro lugar, era necessário reconsiderar a relação entre os domínios europeus e os reinos das Índias. Campomanes, em particular, foi o primeiro a falar com insistência de “colônias” americanas e considerá-las não como uma parte dependente de Castela, porém como uma comunidade comparável às colônias que a França e a Inglaterra tinham estabelecido na América do Norte: comunidades que haviam sido fundadas e administradas graças aos interesses comerciais da metrópole. Pela primeira vez definia-se os “americanos espanhóis” como habitantes de uma área periférica, vinculada à Espanha devido ao comércio.¹⁴¹

Essa leitura negativa da terminologia utilizada no *Semanario Patriótico* desvia nossos olhos, porém, de uma mudança de viés político que aconteceu concomitantemente. No império borbônico, as colônias, enquanto subordinadas à metrópole, tinham o dever de ser “*fornecedoras coloniais de barras de ouro e matérias-primas e consumidoras de produtos manufaturados da Espanha*”¹⁴²; era o tratamento de “*meras colônias*”¹⁴³, descrito por John Lynch. No entanto, quando da crise do império, nota-se uma diferença quanto à obrigatoriedade, já que muitas contribuições foram voluntárias, como o próprio periódico fazia questão de ressaltar: “*Dos donativos voluntários da Nova Espanha, já estão em Veracruz 5 milhões de duros que o navio*

interesante por su situación mercantil y recursos militares, distante á la costa, y muy proporcionado por su rio navegable para mantener prontas comunicaciones con todos los extremos de la monarquía y para recibir con mayor facilidad los auxilios de América”.

¹⁴¹ MORELLI, 2008, op. cit: El programa de los reformadores españoles reconocía a los territorios americanos un papel estratégico en el renacimiento de la potencia española. Había en primer lugar que reconsiderar la relación entre los dominios europeos y los reinos de las Indias. Campomanes, en particular, fue el primero a hablar con insistencia de “colonias” americanas y a considerarlas no como una parte dependiente de Castilla, sino como una comunidad comparable a las colonias que Francia e Inglaterra habían establecido en Norteamérica: comunidades que se habían fundado y conservado gracias a los intereses comerciales de la metrópoli. Por primera vez se definía a los ‘americanos españoles’ como habitantes de un área periférica, vinculada a España gracias al comercio.

¹⁴² RODRÍGUEZ, 2006, op. cit., p. 30: “colonial suppliers of bullion and raw materials and consumers of finished products from Spain”.

¹⁴³ LYNCH, John, **La España del siglo XVIII**. Barcelona: Crítica, 2009, p. 315.

Paula transportará. Entre estes merece nosso terno reconhecimento o dos pobres Índios do reino da Guatemala, que chegam a mais de 1000 duros.”¹⁴⁴

A lealdade americana¹⁴⁵ e a necessidade extrema que a península tinha dos recursos da América para continuar a guerra levaram a reflexões inovadoras sobre o papel do novo mundo na nação hispânica, inclusive com os americanos sendo instados a participarem da discussão. A reiteração da expressão colônia no *Semanario Patriótico* não deve, portanto, indicar-nos, obrigatoriamente, uma manutenção do pacto colonial em termos similares aos bourbônico – ao mesmo tempo em que tal utilização não deve ser ignorada –, porém a persistência de palavras para além dos seus denominadores sociais. A América ganharia, nas páginas do jornal, um status político superior àquele imaginado no século XVIII, uma vez que durante a revolução hispânica o *Semanario* advogou direitos políticos muito mais igualitários para o continente americano, mantendo, entretanto, o denominador colônia.

O problema em questão é a fusão entre significante e significado intrínseco às palavras, as quais mantêm uma continuidade temporal que se relaciona com o mundo, mas, concomitantemente, situam-se em uma linha própria. A palavra colônia simboliza essa relação complexa ao permanecer enquanto um fantasma a sobrevoar americanos e europeus em suas tentativas de fazer um novo pacto para os territórios da monarquia.

De significados ainda mais relativos, a palavra nação também disputou o papel principal nas redefinições do império no século XVIII e XIX e, principalmente, durante a revolução espanhola. Como já dissemos, o *Semanario Patriótico* defendeu desde o começo uma nação moderna, de um modo que se encaixa na categorização estabelecida por Guerra: “*uma comunidade nova, fundada na livre associação dos habitantes de um país; esta nação é já, por essência, soberana, e para os seus criadores se identifica necessariamente com a liberdade*”¹⁴⁶. Para os fins deste trabalho, é importante saber que a nação moderna havia começado a ser delimitada territorialmente na segunda metade do século XVIII, em processo coetâneo à definição de colônia e metrópole.

¹⁴⁴ *Semanario Patriótico*, 11/05/1809: “De los donativos voluntarios de Nueva España hay ya en Vera-Cruz 5 millones de duros que conducirá el navio Paula. Entre estos merece nuestro tierno reconocimiento el de los pobres Indios del reino de Guatemala, que asciende á mas de 1000 duros”.

¹⁴⁵ GUERRA, 1992, op. cit., p. 125. “Todas las fuentes americanas muestran, como ya hemos dicho, el mismo patriotismo exaltado, la misma fidelidad a Fernando VII, la misma determinación de resistencia al invasor, que la Península”.

¹⁴⁶ GUERRA, 1992, op. cit., p. 319: “una comunidad nueva, fundada en la asociación libre de los habitantes de un país; esta nacion es ya, por esencia, soberana, y para sus jorjadores se identifica necesariamente con la libertad”.

Conforme explica Portillo Valdés, os ilustrados espanhóis do fim do século XVIII já falavam de nação espanhola, embora esse discurso tivesse pouca ressonância fora de certos meios intelectuais. O continente americano teria a função de engrandecer a história da nação espanhola, delimitada apenas ao território europeu:

O momento em que florescem José Cadalso ou Gaspar Melchor de Jovellanos, já é um pressuposto que a nação espanhola era algo diferente da monarquia. Esta ocupava toda a extensão dos domínios do rei, como era natural, enquanto a nação espanhola era um fenômeno estritamente europeu.¹⁴⁷

Portanto, quando o governo excluiu o continente americano do começo da revolução espanhola, recusando a existência do mesmo processo *juntero* do outro lado do Atlântico, o movimento era mais de continuidade do que de ruptura, pois “*já de início, antes que a crise de monarquia forçasse a tomada de posições mais nítidas, o pátrio, o espanhol, era alheio à América, meramente peninsular*”¹⁴⁸. O *Semanario*, seguindo essa linha da administração, falava explicitamente da transformação de uma monarquia em nação, porém, a América, no começo do jornal, estava ausente dessa mudança revolucionária, ao menos enquanto sujeito.¹⁴⁹

Os discursos iniciais do jornal deixavam claro um conceito de nação que, semanticamente, aproximava-se daquele da revolução francesa; porém, voltava ao absolutismo borbônico em sua espacialidade estritamente europeia, como a define Portillo:

Foi nos discursos dos ilustrados espanhóis peninsulares, em que, de uma maneira mais viva, desenhou-se uma segregação conceitual entre nação e monarquia. Se a segunda correspondia a tudo que abarcavam os domínios do rei católico, a nação fazia referência a um espaço estritamente europeu de virtudes morais e de identidade civilizadora¹⁵⁰.

Havia, portanto, uma separação inicial entre nação e monarquia no *Semanario Patriótico*, a qual não era mostrada claramente, porém emergia em diversos momentos,

¹⁴⁷ PORTILLO, 2006, op. cit.: “Para el momento en que florecen José Cadalso o Gaspar Melchor de Jovellanos es ya un supuesto que la nación española era algo diferente de la monarquía. Esta ocupaba toda la extensión de los domínios del rey, como era natural, pero la nación española era un fenómeno estrictamente europeo”, p. 47.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 34: “ya de entrada, antes que la crisis de la monarquía forzara a tomar posiciones más nítidas, lo pátrio, lo español, era ajeno a América, meramente peninsular”.

¹⁴⁹ “[Uma constituição] que faça de todas as Províncias que compõem essa vasta Monarquia uma Nação verdadeiramente una; onde todos sejam iguais em direitos, iguais em obrigações, iguais "en cargas". Com ela devem cessar aos olhos da lei as distinções de valencianos, aragoneses, castelhanos, bascos: todos devem ser Espanhóis.” *Semanario Patriótico*, 22/09/1808, p. 14.

¹⁵⁰ PORTILLO, 2006, op. cit., p. 21: “Fue en los discursos de los ilustrados españoles peninsulares donde de una manera más viva se dibujó una segregación conceptual entre nación y monarquía. Si la segunda era todo lo que abarcaban los ingentes dominios del rey católico, la nación hacia la referencia a un espacio estrictamente europeo de virtudes morales y de identidad civilizadora”.

como ao estabelecer a população da nação, restringindo-a a doze milhões, ou seja, apenas a peninsular¹⁵¹. Tal distinção, porém, seria redefinida no decorrer da guerra, criando um horizonte aberto a diferentes ideias, inclusive no *Semanario Patriótico*.

Os Ilustrados e uma América Degenerada

A definição da América como uma colônia, conforme analisamos no subitem anterior, era continuidade de uma delimitação espacial realizada pela Ilustração. Para aprofundarmos essa abordagem inicial é necessário investigar os escritos ilustrados a partir da questão americana, e também como isso aparece mais claramente nos primeiros números do *Semanario Patriótico*.

Nesse começo de jornal, os redatores estabeleceram uma diferenciação intelectual entre os domínios da monarquia, o que levava à conseqüente inferioridade americana, reforçando a delimitação da revolução ao território europeu. Como estamos insistindo até o momento, o *Semanario* era, nessa época, principalmente um jornal com um projeto ilustrado de revolução política, e apenas com o tempo passaria a ter uma tese mais clara de nação, definindo melhor o alcance de seus postulados, incorporando o posto de jornal guia dos liberais gaditanos. É apenas no contexto ilustrado que uma hierarquia intelectual entre os dois mundos – América e Europa – faz sentido.

Rodríguez aponta que “*um número de acadêmicos europeus, filósofos que incorporavam o Iluminismo, defendia que o Novo Mundo e os seus habitantes eram intrinsecamente inferiores aos do Velho*”¹⁵², embasando-se, principalmente, no clássico estudo de Antonello Gerbi¹⁵³. Segundo Gerbi, a partir da segunda metade do século XVIII, famosos ilustrados vão se dedicar à América e à sua natureza, não para enaltecer a diversidade e o maravilhoso¹⁵⁴, porém para apontar, através de um discurso cientificista, a degeneração e as falhas na fauna americana, as quais se refletiam também em seus habitantes. Essa hierarquia foi estabelecida primeiramente por George Louis Leclerc, conde de Buffon:

Como os filósofos e publicistas reivindicavam para a Europa o primado das artes civis, a origem das invenções técnicas, dos organismos sociais superiores, e como datava da própria descoberta da América o princípio

¹⁵¹ *Semanario Patriótico*, 01/09/1808 e 04/05/1809, por exemplo.

¹⁵² RODRÍGUEZ, 2006, op. cit. p. 14: “A number of Europeans scholars, philosophies who embodied the Enlightenment, asserted that the New World and its inhabitants were inherently inferior to the Old”.

¹⁵³ ANTONELLO, Gerbi. **O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵⁴ Vide HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

de sua nova e jamais vista potência e riqueza, Buffon sentenciava então (1766) que indubitavelmente todos os animais foram criados neste Velho Mundo, de onde haviam emigrado para o Novo para em geral degenerarem.¹⁵⁵

Uma longa genealogia de autores célebres como Hume, Voltaire, Raynal, De Paw, entre outros, desenvolveriam essa tese, a qual chegaria com ares de verdade aos ilustrados espanhóis do começo do século XIX¹⁵⁶. Nessa atmosfera intelectual, os comentários escritos por Quintana em seu jornal em oito de setembro de 1808, na seção de literatura, sobre os antigos poemas de Balbuena – um espanhol peninsular, mas que havia escrito a poesia na América – não soariam estranhos aos ilustrados:

Encontram-se a cada passo, e só podem ler-se com estranheza, muitos modos de escrever baixos e triviais que destoam do tom elegante que corresponde à poesia. Destes modos, uns são filhos da incuria do autor, e outros, talvez a maioria, *da distância a que Balbuena se encontrava da Espanha quando compunha os seus versos. Quais vozes, quais frases não seriam cultas e elegantes se houvessem passado em Madri e em Sevilha junto de escritores cuidadosos ao invés de ficar no México e Jamaica!*¹⁵⁷

Estava muito claro: qualquer verso composto na América seria pior do que na Espanha, refletindo uma visão degenerativa para toda a região americana, especificada aqui pela qualidade dos seus habitantes, pois na América não haveria a “*companhia de escritores esmerados*”. Somada à degeneração causada pelo próprio ambiente americano, havia ainda uma diferenciação entre os povos: espanhóis, índios e negros. Essa separação se fazia presente inclusive em letra de lei, nas Leis das Índias. Esta hierarquia levava sempre à superioridade dos espanhóis, chegando, em determinadas interpretações, à supremacia dos espanhóis peninsulares.

¹⁵⁵ ANTONELLO, 1996, Op. Cit, p. 41.

¹⁵⁶ Obviamente que os americanos não aceitaram isso, num processo que Jaime Rodríguez chamou de “*conciencia de si*”. Os jesuítas escreveram para defender a América, porém, tinham que começar colocando-se diante dessa polêmica, como explica Portillo: “Clavijero [jesuíta americano] tuvo así que empezar por donde nunca se le habría ocurrido a un vizcaino o a un catalán comenzar una descripción de sus respectivas repúblicas, es decir, por un estudio de antropología física y cultural que demostrara la “normalidad” de los naturales americanos en cuanto a su aspecto físico y costumbres (p. 36)

¹⁵⁷ *Semanario Patriótico*, 08/09/1808, p. 18: “Se encuentran á cada paso, y no pueden menos de leerse con ceño muchos modos de decir baxos y tribiales que desdican del tono elegante que corresponde á la poesia. Estos modos unos son hijos de la incuria del Autor, y otros, tal vez los mas, de la lejanía á que Balbuena se hallaba de España quando componia sus versos !Qué de voces, que de frases serian cultas y elegantes en México y en Jamayca, que no se hubieran sufrido ni em Madrid ni en Sevilla en una compañía de escritores esmerados! Hubiéralas tal vez corregido Balbuena en el tiempo que permaneció en España, antes de obtener el Obispado de Puertorico: mas ya viejo y cansado, mirando acaso con indiferencia estas distracciones de su juventud, no se quiso aplicar á este trabajo ímprobo y fastidioso”. Grifos meus.

Josep Fradera, em “A cultura de castas e a formação do cidadão moderno (um ensaio sobre a particularidade do Império espanhol)”¹⁵⁸, aborda as divisões sociais por sangue na América espanhola, desde a “conquista” até as discussões gaditanas, prolongamentos desse passado, de certa forma. A partir das considerações de Fradera, é possível entender em que âmbito se situava o discurso do *Semanario Patriótico*: não apenas no contexto ilustrado, porém lidando com todo o peso das tradições hispânicas. Segundo Fradera, a ideia de limpeza de sangue na América era uma continuação da prática peninsular relacionada aos judeus e aos mouros.¹⁵⁹ Dirigida de início aos índios, a política de limpeza de sangue ganhou seus realces definitivos com a entrada das “castas pardas”, as quais passaram a ser vistas de forma muito mais ameaçadora do que os índios, como na “*pardocracia*” temida por Bolívar. Nesse sentido, Fradera continua:

E nas primeiras décadas do século XVII, a expansão dos livres de cor – pardos e morenos livres, em terminologia espanhola –, que era espetacular nas grandes cidades, conduziu gradativamente, de maneira quase imperceptível, à identificação das chamadas “castas pardas”, como potencialmente muito perigosas do ponto de vista genealógico. Em função disso, as diferenças fenotípicas se associaram lenta, porém inexoravelmente às suspeitas de impureza, de forma a reproduzir outra vez o modelo de cristão velho, sem mistura alguma de sangue impuro.¹⁶⁰

O contexto colonial, portanto, assemelhava-se a um ambiente degenerado, no qual era preciso proteger o sangue puro. Isso tangencia inclusive o discurso das elites americanas, porém foi aperfeiçoado e consolidado pelos ilustrados europeus, horrorizados com o ambiente pluriétnico da América. Na concepção ilustrada, a civilização era europeia e impunha-se diante de povos inferiores como os índios e os negros: a pureza de sangue não se justificava mais pela religião, porém pela cultura. Nesse sentido deve-se entender as acepções contidas no *Semanario*, como quando nega a constituição de Bayona refutando serem os espanhóis um “*povo de negros*”:

[foram os franceses] os que juntaram em Bayona toda a família Real para fazê-la prisioneira, os que se empenharam em nos dar uma Constituição, como se fôssemos um povo de negros, e os que chamaram Assembleia

¹⁵⁸ FRADERA BARCELÓ, Josep. “A cultura de castas e a formação do cidadão moderno (um ensaio sobre a particularidade do Império espanhol).” In: BERBEL, Márcia & OLIVEIRA, Cecília Helena. **A experiência constitucional de Cádiz**. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁵⁹ Inicialmente, os estatutos e a própria ideia de limpeza de sangue foram introduzidos nas Índias como réplica das formas de unitarismo religioso já experimentadas na sociedade metropolitana. Pouco a pouco, no entanto, esses instrumentos passaram a abranger um conjunto mais amplo de situações, no compasso da atenuação da efervescência doutrinária ocorrida na Europa após a Guerra dos Trinta Anos. Primeiro foram as dúvidas sobre a natureza dos índios, seu possível misterioso contágio em etapas anteriores à chegada dos espanhóis. Idem, p 96.

¹⁶⁰ Idem, Ibidem.

Nacional e vontade nacional a uns noventa prisioneiros, levados e reunidos à força de ameaças nos palácios do tirano.¹⁶¹

O continente americano incluía, portanto, não apenas um ambiente degenerado em comparação com o europeu, como visto pelo conde de Buffon, porém uma heterogeneidade negativa, na qual o europeu se mesclava a povos como os índios e os negros. Ao discutir a futura constituição, tais diferenciações se farão ainda mais claras.

Tudo isso resultou num menosprezo aos territórios americanos, conforme demonstra a reprodução feita pelo jornal de uma carta do bispo de Orense¹⁶² ao rei Carlos IV em 1806, no entanto publicada de forma aparentemente aleatória em seis de outubro de 1808 pelo *Semanario Patriótico*. Nessa missiva ficava claro como esse menosprezo civilizacional poderia se refletir no campo político. A carta teria sido um conselho do bispo ao rei, pois este estaria com problemas para defender “*todos los dominios de V. M. en América*”. O bispo citava os oponentes: dos Estados Unidos a Napoleão Bonaparte. A partir da ameaça francesa, o bispo afirmava uma hierarquia entre os territórios do império que o *Semanario* não via problemas em reproduzir: “*V. M. refletiu sobre a dificuldade, e quase impossibilidade de defender os domínios da América, e estão seguros os da Espanha mesma?*”¹⁶³. O desenvolvimento do discurso leva à afirmação da superioridade da Espanha europeia, pois a prioridade da monarquia deveria ser proteger a Espanha, ameaçada pelo exército napoleônico, rebaixando a segurança da América para um estágio inferior, no qual uma perda territorial poderia ser perfeitamente aceitável. O principal intento da reprodução da carta era denegrir a imagem de Carlos IV e seu favorito Godoy, no entanto, ao fazê-lo, reafirmava as convicções imperiais.

A diferenciação entre os dois hemisférios, explícita poucas vezes como nessa carta do bispo, todavia não foi aprofundada ao longo do jornal, como se este, ao não fazê-lo, estivesse acompanhando as mudanças de postura da Junta Central, cujo discurso era mais inclusivo no tocante à América.

Os redatores do *Semanario Patriótico*, após atingirem o limiar dessa postura que denegria o continente americano, deram uma guinada no tema, o qual se encaminharia

¹⁶¹ *Semanario Patriótico*, 13/10/1808, grifo próprio. “los que juntaron en Bayona toda la familia Real para hacerla prisionera, los que se empeñaron en darnos una Constitucion, como si fuéramos un pueblo de negros, y los que llamaron Asamblea Nacional y voluntad nacional á unos noventa cautivos, llevado y reunidos á fuerza de amenazas, en los Reales del tirano”

¹⁶² O Bispo de Orense foi um personagem importante do período, regente antes das Cortes de Cádiz e depois inimigo da mesma. Posteriormente, teve seus serviços premiados por Fernando VII.

¹⁶³ *Semanario Patriótico*, 06/10/1808: “V. M. ha reflexionado la dificultad, y casi imposibilidad de defender los dominios de América, y están seguros los de España misma?”

para a posterior extinção do termo “colônia” e à consolidação do projeto centralista dos liberais gaditanos a partir de 1810, tema do nosso segundo capítulo. Cabe agora entender como se processou o começo dessa mudança entre os anos de 1808 e 1809: da América degenerada à defesa da igualdade no interior da Nação

Patriotismo nas Províncias Americanas

A diferenciação estabelecida pelos ilustrados e mantida no *Semanario Patriótico* entre América e Europa é essencial para entendermos o ponto de partida dos seus redatores na questão americana. No entanto, algumas mudanças nesse assunto já poderiam ser vistas no ano de 1808, dentro de um modelo no qual a própria lógica de lealdade, antigamente pautada entre súdito e soberano, estava mudando. Sendo assim, vamos investigar agora como as reações americanas aos acontecimentos europeus foram abordadas no começo do jornal.

As relações entre América e Espanha nos anos de 1808 e 1809 têm sido tema de profunda revisão, principalmente desde o já citado livro de François-Xavier Guerra, *Modernidad e independencias*, no qual aquilo que os historiadores nacionais interpretaram como desejo de independência já nas tentativas *junteras* de 1808 e 1809, foi revisado em um novo contexto – o do fim do Antigo Regime – em que as elites americanas buscaram reagir à crise de maneira parecida com as da península, ou seja, as reações americanas não eram mais tidas como desejos independentistas, porém – partindo de um conjunto maior e mais heterogêneo de propostas, debates, rupturas e continuidades – reconfiguradas numa discussão de autonomia e dependência. Abordando os valores de cultura política, a conclusão de Guerra é de que, na essência, eram as mesmas reações dos dois lados do oceano:

A exaltação patriótica que se desprende de todos os impressos peninsulares e americanos, principalmente após as abdições, assim como das cerimônias cívicas, estava fundamentada essencialmente em valores antigos: fidelidade ao Rei, defesa da religião, dos costumes e da pátria.¹⁶⁴

A argumentação de Guerra é de que o *patriotismo herido*, que caracterizou as respostas peninsulares à invasão francesa¹⁶⁵, repercutiu da mesma forma na América. A

¹⁶⁴ GUERRA, op. cit., p. 120: “la exaltación patriótica que se desprende de todos los impresos peninsulares y americanos y de las ceremonias cívicas está fundamentada esencialmente en valores antiguos: fidelidad al Rey, defensa de la religión, de los costumbres, de la patria”.

¹⁶⁵ Muito bem resumido na famosa frase de Jovellanos que é reproduzida abundantemente nos periódicos do período, inclusive no *Semanario Patriótico*, no qual o célebre ilustrado define a luta da Espanha:

partir de sua interpretação ficou claro que os americanos se sentiam principalmente como espanhóis, fazendo parte de um todo maior – a monarquia hispânica –, leis à religião e ao rei. Embora houvesse temores e dissensos por todas as partes, a fidelidade ao império foi a resposta mais imediata à crise.¹⁶⁶

O pertencimento a algo maior convivía com o localismo dessas elites americanas, manifestado pelo desejo de autonomia, o qual, se era fundamentado prioritariamente nas Leis das Índias, adquiriria tons modernos. Os dois sentimentos políticos (autonomia e lealdade), no entanto, não eram inconciliáveis:

Apesar de muitos americanos desejarem maior controle local, a maioria reagiu com grande patriotismo às invasões francesas da Espanha. Enquanto insistiam no caráter único de Americanos, o povo do novo mundo também reafirmava os seus direitos como espanhóis.¹⁶⁷

Se devemos ressaltar o apego à monarquia e o conseqüente ardor patriótico destes americanos, não se pode esquecer os desejos autonomistas, não como pré-configuração da independência, mas como numa visão federalista da revolução, ou, nas palavras de Valdes: “*tratava-se de uma revolução das províncias muito mais do que uma revolução espanhola*”¹⁶⁸. Havia, portanto, um forte anseio por autonomia, que poderia beirar o federalismo.¹⁶⁹ É apenas aos poucos que os americanos vão deixando a linguagem constitucional e adotando a independentista, a qual, ainda assim, remetia a elementos da tradição hispânica¹⁷⁰. Conforme explica Roberto Breña, sobre o apoio das colônias à metrópole:

Este prolongado apego à metrópole questiona, além disso, a intensidade do ressentimento *criollo* que, supostamente, as reformas borbônicas haviam gerado em todo o subcontinente (...) Na realidade, salvo casos excepcionais, o desejo de independência foi um lento processo de maturação (...) Na opinião de Hamnett, o separatismo se desenvolveu na

“España lidia por su religión, por su constitución, por sus leyes, sus costumbres, sus usos, en una palabra por su libertad”.

¹⁶⁶ GUERRA, op. cit., p. 125: “Todas las fuentes americanas muestran, como ya hemos dicho, el mismo patriotismo exaltado, la misma fidelidad a Fernando VII, la misma determinación de resistencia al invasor. Los temores de algunos peninsulares de que América reconocería al usurpador van a ser inmediatamente desmentidos. Los americanos rechazan las abdicaciones y declaran en todos los tonos su condición de españoles y de patriotas”.

¹⁶⁷ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 58: “Although many americans desired greater local control, most reacted with great patriotism to the french invasion of Spain. While insisting upon their unique Americanness, the people of the new world also reaffirmed their rights as Spaniards”.

¹⁶⁸ PORTILLO, op. cit., p. 58

¹⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 81: “Contra lo que se difundió intencionalmente en la península, el mexicano y otros casos contemporáneos muestran que no era, como presumía la mente colonial, la separación del cuerpo hispano lo que perseguían aquellas Juntas. Para ellas se trataba, por decirlo de modo más gráfico, de llegar a declaraciones de autonomía y no de independencia. Por ello el lenguaje apropiado era el legal y constitucional”.

¹⁷⁰ Embora podendo adotar um discurso novo igualmente, como demonstra o estudo de Thibaud sobre o historicismo na Venezuela, 2011.

medida em que o autonomismo constitucionalista não pôde se converter em uma alternativa política real.¹⁷¹

A partir dessas considerações feitas pelos autores sobre o patriotismo americano, é que Portillo Valdes afirmou o quão distintos eram os tratamentos dados pelo governo central às mesmas atitudes na América e na Europa, o que confirmaria uma hierarquização entre os territórios do império. Esse autor aponta claramente as desigualdades internas na monarquia a partir das atitudes ilegais dos peninsulares para reprimir as juntas da América, as quais foram referendadas pelo governo central:

Nem a repressão militar de Abascal na zona andina, nem o golpe organizado por Yermo foram desautorizados pelas autoridades da metrópole (ao contrário, ambas foram referendadas desde a península), o que marcou desde o início da crise uma linha grossa, a qual evidenciou que a desigualdade no sopesamento dos territórios da monarquia era muito mais pulsante do que os decretos da Junta Central e da Regência queriam fazer crer proclamando a igualdade entre eles.¹⁷²

O *Semanario Patriótico*, após seus números iniciais, compartilhava explicitamente essa visão diferenciadora ou procurava a igualdade de discurso, como a tentada pela Junta Central em seus pronunciamentos, que eram feitos, lembremos, por Quintana? Para esclarecermos é preciso compreender as duas principais formas com as quais o jornal relatava e analisava o patriotismo americano no periódico: os casos exemplares das províncias e as remessas de dinheiro enviadas à Europa.

A primeira manifestação positiva sobre os americanos no *Semanario Patriótico* aconteceu em 13 de outubro de 1808, no jornal de número sete. Antes, todas as referências ao tema haviam sido pautadas pela hierarquização, seja de brancos, índios e negros, ou mesmo dos territórios, seja pela relação colônia e metrópole.

Entre treze e vinte de outubro de 1808, o *Semanario Patriótico* publicou cartas vindas de Buenos Aires, datadas de três de junho do mesmo ano. Colocadas de maneira abrupta no periódico, não possuíam introdução ou explicação da sua importância, o que

¹⁷¹ BREÑA, op. cit., p. 506: “Este prolongado apego a la metrópoli cuestiona, por lo demás, la intensidad del resentimiento criollo que, supuestamente, las reformas borbónicas habían generado en todo el subcontinente (...) En realidad, salvo casos excepcionales, el deseo de independencia fue un lento proceso de maduración (...) En opinión de Hamnett, el separatismo se desarrolló en la medida en que el autonomismo constitucionalista no pudo convertirse en una alternativa política real”.

¹⁷² PORTILLO, op. cit., p. 84: “Que ni la represión militar de Abascal en la zona andina, ni el golpe organizado por Yermo en México fueran desautorizados por las autoridades de la metrópoli (al contrario, ambas actuaciones fueron referendadas desde la península) marcó desde el inicio de la crisis una línea gruesa que evidencio que la desigualdad en la consideración de los territorios de la monarquía era mucho más indeleble de lo que los decretos de la Junta Central y la Regencia querían hacer creer proclamando la igualdad entre ellos”. Ao falar de golpe de Yermo o autor se refere a tomada do poder efetuada principalmente por peninsulares no México, em que estes derrubam o vice-rei Iturrigaray e colocam outro no lugar, pois este era acusado de não reconhecer as autoridades metropolitanas. Já a repressão de Abascal é sobre os ataques do vice-rei às tentativas junteras no Peru.

reforça para nós o seu pertencimento a um jogo político maior, o qual o *Semanario Patriótico* não explicava, talvez por crer que seus leitores entenderiam as insinuações.

Primeiramente, sobre o assunto das cartas: dizem respeito ao Conde de Liniers, irmão do Vice-rei do Prata. Segundo esses documentos, o conde estava ilegalmente no Brasil quando foi reconhecido e encaminhado para uma audiência com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de Guerra e Negócios Estrangeiros do Império Português. Nessa audiência, que aconteceu em vinte e seis de março de 1808, evidenciou-se o projeto expansionista da corte portuguesa no Brasil, assim como a resistência feita pelo Conde, o qual acabou por representar, segundo a visão defendida nas cartas, o desejo de todos os habitantes do vice-reinado e, principalmente, dos portenhos.

Em outubro de 1808, portanto, com a Espanha em guerra e com o *Semanario Patriótico* discutindo avidamente temas considerados de extrema importância, como a Junta Central e a necessidade de convocar Cortes, o jornal interrompeu seus discursos para dedicar boa parte de dois de seus números a uma carta, datada de sete meses antes, sobre a América. É ao enquadrar essas cartas no jogo político internacional pela soberania da Nação espanhola que conseguimos visualizar o esforço depreendido pelo hebdomadário com a publicação desse material.

Em 13 de março de 1808, cinco dias após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigiu um ofício ao *Cabildo* de Buenos Aires, no qual, nas palavras de João Paulo Pimenta:

Oferecendo proteção portuguesa contra a ameaça de expansionismo francês revolucionário, bem como uma intermediação da Corte portuguesa, na condição de aliada da Grã-Bretanha, no sentido de frear uma eventual nova investida desta contra o Rio da Prata, propunha o estabelecimento de uma zona de livre comércio nos portos da região e a abolição formal do regime de monopólio comercial imposto pela Coroa espanhola.¹⁷³

Esse ofício é sintomático, pois expressava o plano expansionista arquitetado pelo ministro e cuja concretização foi buscada pelo Império Português, como, por exemplo, ao invadir a Província Cisplatina. Esse projeto, iniciado por D. Rodrigo antes mesmo do motim de Aranjuez em dezoito de março, pode ser visto também como uma continuação da guerra peninsular. Devemos lembrar que a Espanha assinou o tratado de Fontainebleau e cedeu o território para a passagem das tropas napoleônicas, de tal forma que as coroas poderiam se considerar adversárias. Com as abdições de Bayona e os

¹⁷³ PIMENTA, João Paulo G. O Brasil e a América Espanhola. Tese de Doutorado. USP: 2004, p. 44.

levantes populares, Espanha e Portugal se postariam do mesmo lado, contra a França, o que já era uma mudança clara quando o *Semanario Patriótico* publicou as cartas.

Apesar da conjuntura de outubro, eram as condições políticas internacionais do início de 1808 que ficavam explícitas na documentação. Inglaterra e Portugal apareciam como aliados contra as colônias espanholas nas palavras de D. Rodrigo de Sousa Coutinho contidas nas cartas:

A partir deste momento, o Ministro Português explodiu com expressões veementes mescladas com ameaças, e de insinuações alheias, tudo com o fim, sem dúvida, de ganhar o Conde, de intimidá-lo, dando a entender que a guerra de Ingleses e Portugueses reunidos levaria, enfim, nossas colônias a lançar-se nos braços de Portugal.¹⁷⁴

Como esta guerra já era neste momento extremamente improvável, o problema visado por Manuel Quintana ao reproduzir o documento era um novo ator político que ia surgindo com força no cenário hispânico. Tratava-se da infanta Carlota Joaquina, esposa de D. João, a qual, conforme sustenta Francisca Azevedo, tinha o caminho certo, na lógica do Antigo Regime, para assumir o reino de seu pai: “*Carlota Joaquina, como filha primogênita de Carlos IV e única herdeira da dinastia em liberdade, assume, do exílio americano, a defesa da Casa de Bourbon*”¹⁷⁵. Em dezenove de agosto de 1808 a princesa lançou um manifesto, no qual, “*em termos de início vagos, pretendia ser reconhecida como legítima sucessora do monarca impedido*”¹⁷⁶. O projeto carlotista foi encampado por frações do governo imperial brasileiro¹⁷⁷ como forma de expansão territorial, principalmente ao perceber o grau de aceitação que essa ideia poderia ter não apenas entre os americanos da região do Prata¹⁷⁸, mas inclusive entre os peninsulares.

No entanto, dificilmente os redatores do *Semanario Patriótico* tinham consciência de todas as manifestações americanas sobre o carlotismo¹⁷⁹ ou mesmo do

¹⁷⁴ *Semanario Patriótico*, 13/10/1808: “Desde este punto prorrumpió el Ministro Portugues en expresiones vehementes mezcladas de amenazas, y de insinuaciones alhaglleñas, todo con el fin, sin duda, de ganar al Conde, ó de intimidarle, dándole á entender, que la guerra de los Ingleses y Portugueses reunidos llevarian al fin nuestras Colonias á echarse en loz brazos de Portugal”.

¹⁷⁵ AZEVEDO, Francisca L.N. “Carlota Joaquina e a revolução de independência no Rio da Prata”. *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo – 1998, p. 3.

¹⁷⁶ PIMENTA, op. Cit, p. 53.

¹⁷⁷ Idem, ibidem, p. 78.

¹⁷⁸ O caráter lógico do argumento da continuidade dinástica, bem como a perfeita articulação de interesses demonstrada inicialmente pela Grã-Bretanha e pelo império português em torno da resistência ao perigo francês, revelaram-se não totalmente destituídos de eficácia, na medida em que, no Rio da Prata, angariaram apoio por parte de quem se interessava pelo estreitamento dos vínculos comerciais entre Brasil e Buenos Aires/Montevidéu. Idem, ibidem, p. 61.

¹⁷⁹ Outros autores, como Edberto Óscar Acevedo, abordam o carlotismo nas demais províncias da América Hispânica – para além da região do Prata –, tratando o projeto como uma alternativa real que foi considerada seriamente pelos distintos atores políticos do período. Em “El Carlotismo en México”, o autor cita como o assunto foi debatido já pelo vice-rei Iturrigaray no início da crise e voltaria à pauta com

manifesto lançado pela infanta, pois as viagens de costa a costa demoravam pelo menos dois meses¹⁸⁰, quando não havia guerra. A ameaça visada pelo periódico encontrava-se, na verdade, dentro da península. Logo, o discurso feito na América é resignificado a fim de encaixar-se no contexto peninsular de discussão sobre a soberania¹⁸¹. Pimenta e Azevedo citam em suas análises que o Conde de Floridablanca, personagem de primeira grandeza, que viria a ser o primeiro presidente da Junta Central, defendeu na Junta de Murcia o direito da princesa Carlota Joaquina de assumir o trono, encampando, portanto, uma postura lógica dentro do Antigo Regime, do qual era um dos mais ardorosos defensores. Era uma personalidade importante demais para que alguma de suas declarações passasse em branco¹⁸².

O debate sobre a legitimidade das pretensões da infanta e de uma possível união provisória entre os reinos de Portugal e Espanha, sob o domínio dos reis portugueses, encontrava-se dos dois lados do Atlântico. Apenas nesse contexto as atrasadas cartas de Buenos Aires fazem todo o seu sentido. Nelas, o Conde de Liniers recusou terminantemente a oferta portuguesa de quase anexação das colônias espanholas ao Império Português. O Império Espanhol não poderia ceder nenhum território:

No entanto, caso entenda por dar provas [de boa convivência] alguma cessão ou abandono de território, ou mesmo uma troca de dominação... V.E. deve persuadir-se de que isso está fora de seus poderes [do vice-rei] e ainda mais distante dos seus princípios.¹⁸³

O tratamento dado aos portugueses era aquele dado a um estrangeiro; nesse sentido, a proposta de Carlota Joaquina só poderia ser recusada, e de imediato, pois o *Semanario Patriótico* não priorizava a ordem dinástica como determinante, mas justamente o contrário: a Nação é a soberana. Eis a condição *sine qua non* para a nação

o vice-rei Pedro Garibay em 1809. No livro clássico de 1813 do polêmico Fray Servando Teresa de Mier, *História de la revolución de Nueva España*, o carlotismo aparece já em vinte e um de julho de 1808, na aurora das discussões sobre o que fazer na ausência do monarca, a partir da frase de Don Jacobo, alcade da cidade: "Ahora que, con ocasión del silencio que se guardó y juró guardar al publicar las renunciadas de Bayona, se suscitaron mil hablillas y presunciones, propuse en el acuerdo del 21 de julio [al que por primera vez fuimos citados los alcaldes de Corte], que, por todas vías, se llamase al Infante Don Pedro que gobernase como Regente para reunir la opinión y evitar el germen de divisiones. Pero como nadie siguió mi propuesta, por haber dicho el decano [Carvajal] que Su Excelencia no soltaría prendas..."

¹⁸⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. "Autonomía e independencia en el Río de la Plata, 1808-1810". In: *Historia Mexicana*, vol. 58, 2008.

¹⁸¹ Impressionante que isso aconteça já em 1808, pois Manuel Chust defende que é esta a lógica de funcionamento das Cortes de Cádiz, em que os diferentes discursos ganham dimensão atlântica. Um dos exemplos citados pelo historiador é quanto à abolição da mita, que acaba respaldando os intentos dos liberais peninsulares de extinção dos foros senhoriais. In: CHUST, Manuel, op. cit., 1999.

¹⁸² Circular de la Junta de Murcia solicitando la formación de la Junta Central, Murcia, 22 de junio de 1808

¹⁸³ *Semanario Patriótico*, 13/10/1808: "Pero si entiende por dar pruebas [de boa convivência por parte do vice-reinado do Prata] alguna cesion ó abandono de territorio, ó bien un cambio de dominacion... V. E. debe persuadirse, que esto está fuera de sus poderes [do vice-rei], y mucho más lejos de sus principios"

moderna. Parece claro que as cartas não continham esse sentido revolucionário, todavia a apropriação feita das mesmas pelo jornal, no contexto de batalha pela soberania, tinha um claro tom de recusa das pretensões dinásticas, como se repetisse, nesses documentos, o brado perpetuado ao longo do jornal: o povo, e não o rei, é o soberano.

Para afirmar essa nova soberania do povo, os redatores precisaram mudar o modo de referir-se aos americanos, instituindo uma nova lógica imperial em comparação com os números anteriores do jornal. Repetindo o tom adotado pelas cartas, os americanos se transformaram em “*leales españoles*”, capazes de fazer “*una sociedad de gloria y de patriotismo*”¹⁸⁴, são também cidadãos “*corajosos no conflito extremo ao fazer por si mesmos o que deveria preparar um Governo Colonial, e ao remover com firmeza os obstáculos das Autoridades mal exercidas no momento preciso de salvar a terra*”¹⁸⁵. Caso retirássemos a expressão “*Governo Colonial*” dessa frase, a mesma poderia ser aplicada para a luta do povo espanhol na península, sentido percebido e utilizado pelo *Semanario Patriótico* como forma de desqualificar o Antigo regime e suas autoridades, e glorificar o novo, o *cabildo*, o povo. Mesmo os índios, antes não muito bem vistos, tornavam-se um exército útil, *nuestros hermanos*.¹⁸⁶

As Cartas de 13 e 20 de outubro marcaram, portanto, a primeira grande virada no tema americano, em que os espanhóis do novo mundo ganharam um status mais equânime em comparação com os espanhóis europeus. Seria esse tom positivo sobre a América que seria reproduzido novamente no último número da etapa madrilenha do periódico, em primeiro de dezembro de 1808¹⁸⁷. Às vésperas da invasão francesa, o *Semanario Patriótico* dedicou mais de um quarto do seu exíguo espaço para tratar de um acontecimento na Nova Espanha, o que por si só já chama nossa atenção.

O episódio narrado na carta de Veracruz dirigida ao *Semanario Patriótico* é passado como uma enorme reação popular à chegada de um navio francês em dez de agosto de 1808. Segundo a carta, o navio estava cheio de:

Libelos difamatórios contra as Casas Reais de Bourbon e Áustria, incitando os espanhóis a que reconheçam como seu Rei Napoleão Iº e de

¹⁸⁴ *Semanario Patriótico*, 20/10/1808.

¹⁸⁵ *Ibidem*: “valerosos en el conflicto extremo de hacer por si solos lo que ha debido preparar un regular Gobierno Colonial, y de remover con firmeza los obstáculos de las Autoridades mal ejercitadas en el momento preciso de salvar la tierra”.

¹⁸⁶ *Semanario Patriótico*, 13/10/1808. Essa referência aos índios é uma longa e fatigante explicação sobre as diferentes tribos indígenas, utilizando-se de especificações geográficas e mesmo de uma breve introdução sobre a história desses povos, tratados não com desprezo, porém com certo maravilhamento com uma América exótica.

¹⁸⁷ Número este que seria republicado em Sevilha, pois os franceses entraram na capital espanhola um dia depois do lançamento do jornal, em dois de dezembro.

documentos oficiais que apresentavam Murat como Lugar-Tenente de Carlos IV em ambas Américas e Filipinas. Havia para todos os Cabildos, Governos, Oficinas, etc.¹⁸⁸

A reação dos habitantes de Veracruz não foi nada positiva a essa embarcação, ainda mais porque havia a suspeita de colaboração das autoridades coloniais. Logo, os eventos narrados são sobre a fúria popular, interpretada implicitamente, dentro do contexto vivido pelo *Semanario*, como ardor patriótico:

Essa tarde arreventou a mina, rebelando-se o Povo, o qual rompeu o tal bando, pedindo a cabeça de quem o assinou [eram as declarações sobre Murat]: que se jurasse Fernando VII imediatamente, e que se lessem publicamente as notícias e os papéis que trazia a dita embarcação.¹⁸⁹

Toda a situação descrita na carta lembrava as manifestações populares que perpassaram toda a península após as abdições, assim como o famoso dois de maio madrilenho. A revolta popular de Veracruz de agosto de 1808, narrada pelo *Semanario Patriótico* – a qual destruiu a casa do capitão Ceballos, suspeito de cooperar com o navio francês, mas que acabou sem derramamento de sangue, apenas com a jura universal de lealdade ao “*verdadero rei da Espanha e das Índias*”, Fernando VII – foi pouco trabalhada pela historiografia, porém, podemos destacar a breve descrição feita por Christon Archer a partir de cartas do governador militar Pedro Alonso, dirigidas ao vice-rei Iturrigaray¹⁹⁰. Isso também nos faz cogitar se a carta impressa no *Semanario Patriótico* não possa ser inédita para boa parte dos historiadores desse momento da história do México:

Essa lealdade [do *Ayuntamiento* da cidade a Fernando VII] foi colocada em prova rapidamente devido à ação de um “*French schooner*”, o Vaillant, que chegou da ilha de Guadalupe com documentos para os governantes da Nova Espanha. Rumores correram em Veracruz sobre dois representantes franceses que teriam chegado no mesmo barco e estavam sendo escondidos pelo capitão do porto, Ciriaco Cevallo, um homem considerado por muitos como tendo sido durante um longo tempo um protetor do contrabando. Uma grande ação adveio contra os dois representantes imaginários e o governador militar, Pedro de Alonso, teve

¹⁸⁸ *Semanario Patriótico*, 01/12/1808: “Libelos difamatorios contra las Reales Casas de Borbon y Austria, incitando á los Españoles á que reconozcan por su Rey á Napoleon I” e de documentos oficiais “para darse Murat á conocer por Lugar-Teniente de Carlos IV en ambas Americas, y Filipinas: habia para todos los Cabildos, Gobiernos, Oficinas, &c.”

¹⁸⁹ Ibidem: “Esta tarde rebentó la mina amotinandose el Pueblo, quien rompió el tal bando, pidiendo la cabeza de quien lo firmó: que se hiciese la jura de Fernando VII inmediatamente, y que se leyesen publicamente las noticias y papeles que traia dicha Goleta”.

¹⁹⁰ Archer cita esse ofício como estando no Arquivo General de Indias em Sevilla, leg. 1321, Pedro de Alonso para Iturrigaray, nº 2181, Agosto 10, 1808.

de permitir a queima de alguns documentos franceses e mandou Cevallos para New Orleans para sua própria segurança.¹⁹¹

Portanto, os eventos narrados no *Semanario Patriótico* provavelmente ocorreram, sendo o ponto de vista exibido no jornal um pouco diferente do oficial retratado pelo governador militar. No entanto, pelo tom usado no documento, não se tratava de alguém da “*turba tumultuosa*”. A questão que ainda nos falta ser respondida é qual o lugar dessa carta no pensamento político do *Semanario Patriótico*.

Na data da publicação, dois de dezembro, o hebdomadário, provavelmente, tinha notícia de dois problemas em território americano: a mudança de vice-rei no México e a rebelião do governador de Montevideo Javier Elió contra o vice-rei Liniers – os dois problemas eram resultados de brigas entre *gauchupines* e *criollos* pelo controle político local –, porém, a um oceano de distância, muita coisa poderia ser cogitada.

Dentre os dois casos, o de maior repercussão foi o mexicano. François-Xavier Guerra busca encontrar um motivo para essa particularidade na reação da Nova Espanha aos eventos peninsulares, e a encontra justamente na proximidade maior com a Europa: o México recebeu as notícias das abdições antes das notícias dos levantamentos. A situação na Península após a invasão, portanto, era um completo mistério:

Durante duas semanas, o México tenta, entre a ansiedade e as incertezas mais completas, imaginar o que se passa na Espanha e as decisões que se devem tomar. Quando, enfim, em 29 de julho chega a notícia do levantamento, esta chega através da Goleta Esperanza, a qual saiu em 7 de junho de Tarragona, onde não se conhece nenhuma junta espanhola que pretenda exercer o governo de toda a monarquia. A acefalia do poder central é uma certeza para a Nova Espanha desde o princípio.¹⁹²

Na Nova Espanha, a crença na dissolução completa da monarquia foi maior do que em todas as outras províncias, pois nestas se recebeu, no geral, as notícias das abdições junto com as dos levantamentos, por vezes até mesmo acompanhadas de um representante de uma Junta. No caso mexicano, o *Ayuntamiento*, majoritariamente

¹⁹¹ ARCHER, Christon I. "The key to the kingdom: the defense of Veracruz, 1780-1810". *The Americas*, Vol. 27, Nº 4, Abril, 1971, p. 447: "This loyalty [do Ayuntamiento da cidade a Fernando VII] could soon be proved by action as a French schooner, the Vaillant, arrived from the island of Guadalupe with documents for the governments of New Spain. Rumor spread in Veracruz that two French delegates had arrived on the same vessel and were being hidden by the Captain of the Port, Ciriaco Cevallos, a man considered by many to have long been a protector of contraband trade. Mob action resulted against the two imaginary delegates and the military governor, Pedro de Alonso, had to permit the burning of some French documents and to send Cevallos to New Orleans for his own safety".

¹⁹² GUERRA, op. cit., p. 130: "Durante dos semanas, México intenta, en la ansiedad y las incertidumbres más completas, imaginar lo que pasa em España y las decisiones que se deben tomar. Cuando, al fin, el 29 de Julio llega la noticia del levantamiento, esta llega por la goleta Esperanza, que salió el 7 de junio de Tarragona, en donde no se conoce ninguna junta española que pretenda ejercer el gobierno de toda la monarquía. La acefalía del poder central es una certeza para la Nueva España desde el principio".

americano, contrapôs-se à Real Audiência, de maioria peninsular. Primeiro, o *Ayuntamiento* requisitou o depósito da soberania:

Em 19 de julho, o *Ayuntamiento* do México, dominado por americanos, encaminhou uma resolução ao Vice-rei José de Iturrigaray pedindo que ele continuasse provisoriamente responsável pelo governo. O *Ayuntamiento* justificava sua posição com base na teoria política tradicional da Espanha, lembrando Iturrigaray que ‘na ausência ou durante o impedimento [do rei], a soberania fica representada em todo o reino e nos corpos que o formam; e mais particularmente naqueles tribunais superiores que o governam e administram justiça e naquelas corporações que representam a voz pública’.¹⁹³

Como demonstra Virginia Guedea, as elites peninsulares na Nova Espanha e a maioria das autoridades coloniais não aceitaram essa reivindicação do *Ayuntamiento*, tomando-a como sinal de rebeldia:

Embora, na realidade, os pedidos do *Ayuntamiento* da Cidade do México derivassem de ordenanças legais não utilizadas durante longo tempo, as autoridades coloniais consideraram os conceitos muito perigosos quando aplicados às circunstâncias críticas do império.¹⁹⁴

Para surpresa e indignação de muitos *gauchupines*, o impopular vice-rei Iturrigaray, motivado principalmente pela promessa da sua manutenção no cargo, decidiu apoiar a causa do *Ayuntamiento* e convocou uma reunião de corporações – igrejas, universidades, *cabildos*, etc. – para iniciar no dia nove de agosto, a fim de ajudá-lo a definir o que fazer nessa situação, da mesma forma que a Junta Central faria em vinte e dois de maio de 1809 na consulta pública para definir como seriam e qual seria o papel das futuras Cortes.

Com o desenvolvimento das discussões sobre a soberania na colônia, os *gauchupines* e outros descontentes radicalizaram a política e tomaram o poder: “o debate terminou em violência na noite de 15 de setembro de 1808, quando os defensores dos interesses imperiais aprisionaram o próprio Vice-rei e os principais autonomistas. Esse *coup d'état* radicalizou o confronto entre eles”¹⁹⁵.

¹⁹³ RODRÍGUEZ, 2006, op. cit., p. 54: “On July 19 the American-dominated Ayuntamiento of Mexico submitted a resolution to Viceroy José de Iturrigaray asking him to continue provisionally in charge of the government. The ayuntamiento justified its position on the basis of traditional Spanish political theory, reminding Iturrigaray that ‘in the absence or during the impediment [of the king], sovereignty lies represented in all the kingdom and the classes that form it; and more particularly in those superior tribunal that govern it and administer justice and in those corporations that represent the public voice”.

¹⁹⁴ GUEDEA, Virginia. “The process of Mexican independence”. *The American Historical Review*, Vol. 105, nº 1, Fev., 2000, p. 118: “Although, in reality, the claims of the Ayuntamiento of Mexico City derived from legal ordinances not used for a long time, colonial authorities considered the concepts very dangerous when applied to the empire’s perilous circumstances”.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem* p. 119: “The debate ended in violence on the night of September 15, 1808, when the defenders of imperial interests imprisoned their own viceroy and the principal autonomists. This *coup d'état* radicalized the confrontation between them”

O vice-rei foi substituído entre os dias 15 e 16 de setembro pelo octogenário Pedro de Garay, no que ficou conhecido como *golpe de Yermo*. Quando o *Semanario Patriótico* reproduziu a carta do México, o conhecimento desses eventos já havia chegado à península, onde foram apoiados pela Junta Central¹⁹⁶. Nesse sentido, demonstrar o ardor patriótico dos americanos no momento de maior crise da cidade de Madri é também reforçar os laços que os unem e tranquilizar os peninsulares.

Se essa foi uma das possíveis causas desse excerto sobre Veracruz no jornal, a outra demonstrava o jogo político e de estímulos protagonizado pelo *Semanario Patriótico*. No mesmo dia primeiro de dezembro, o periódico havia publicado um artigo na seção *Política*, no qual conclamava o povo madrilenho à luta:

Que os covardes e pusilânimes saiam das honrosas filas que formou a Nação Espanhola para defender e vingar a Religião e a Pátria, e vão esconder seu vergonhoso medo onde acreditem estar seguros de não ouvir o estrondo do canhão, o qual os aterroriza, nem a voz da liberdade, que os aturde.¹⁹⁷

Na iminência do ataque francês, era necessário que todo espanhol fosse um soldado, e que ninguém fosse covarde na linha de frente. A inserção, logo abaixo deste artigo, de uma longa descrição da revolta do povo de Veracruz, poderia ter apenas uma finalidade nesse contexto: conclamar o povo a agir como os americanos.¹⁹⁸

Com isso, percebemos as múltiplas estratégias políticas usadas pelo *Semanario Patriótico* ao narrar os eventos do patriotismo americano, e vimos como as narrativas sempre se conectavam ao contexto peninsular, transformando eventos muitas vezes desconexos em um todo coeso, acabando por afirmar uma Revolução Atlântica, a qual, se ainda não estava explícita no jornal em 1808, seria declarada abertamente em 1809.

Sendo assim, a imagem da América e dos americanos ia se alterando nas páginas do hebdomadário. Nesse subitem, o tema principal foram as reações americanas,

¹⁹⁶ Portillo Valdes vê nesse apoio a prova da mentalidade imperial peninsular, pois o mesmo evento seria considerado um golpe absolutista na península, pois a soberania realmente deveria voltar para os povos. Valdes, op. cit.

¹⁹⁷ *Semanario Patriótico*, 01/12/1808: “Que los cobardes y pusilánimes salgan de las honrosas filas en que se ha formado la Nacion Española para defender y vengar la Religion y la Patria, y vayan à esconder su ignominioso miedo adonde crean estar seguros de no oír el estruendo del cañon, que los aterra, ni la voz de la libertad, que les aturde”

¹⁹⁸ Idem, Ibidem: “En seguida se dirigieron ya frenéticos los tumultuosos á la casa de Murphy, en la que se corrió la voz de que e Señor Azanza estaba oculto, y habia venido en dicha Goleta por Virrey nombrado por Bonaparte ó Murat, y á pesar de haberse registrado la casa sin hallarlo, hubieran hecho con ella lo que con la de Cevallos, si no hubiesse venido á eso de las diez de la noche el Santísimo Sacramento en procesion con lucido acompañamiento de lo principal de la Ciudad, Cabildo, Clero, Religiosos &c., y no sosegándose todavia el Pueblo, subió á la casa la procesion, y puesto el Santísimo en el balcon, despues de varias pláticas y sermones de los mejores Oradores, y habiendo sobrevenido un fuerte aguacero, se disipo la gente, y cerca de las once y media de la noche regreso la procesion á la Parroquia”.

tomadas como exemplares até para a própria península. Cabe agora ver o outro lado dessas reações, talvez aquele que atingia mais diretamente a guerra na Espanha: os recursos advindos da América.

Os Recursos da América

O patriotismo americano foi ressaltado de duas formas no jornal. A primeira delas era por meio das manifestações narradas através das cartas, já explicadas no subitem anterior; a segunda foram os recursos enviados para a Junta Central. Essas contribuições americanas apareceram em 30% dos jornais de 1809, ano em que realmente se iniciaram.¹⁹⁹

No entanto, as primeiras menções às doações americanas já estavam presentes no último número do jornal em 1808, ao anunciar não a chegada de recursos ao porto de Cádiz, porém a jura de fidelidade da cidade de Cartagena, quando já ficava explícita a associação entre a fidelidade americana e a contribuição material:

Em 14 de setembro foi feita em Cartagena de Índias a proclamação solene de Fernando VII, com grande aplauso e regozijo de seus habitantes, como consequência de terem chegado ali dois funcionários comissionados pela Junta de Sevilha, que os instruíram sobre os acontecimentos na Espanha. Imediatamente, todos começaram a fazer donativos para remeter a este Reino²⁰⁰.

Em 1809, notícias sobre as remessas de auxílio vindas da América se tornaram habituais, como em 25 de maio:

No dia 17 chegou à mesma baía a goleta de Sua Majestade chamada também Carmen e procedente de Montevideo, sob o comando do capitão de fragata D. Josef Corbera. Ela conduz para a Suprema Junta a correspondência do público, e também 600 pesos fortes²⁰¹ [ou então em 17 de agosto:] “Chegaram da América alguns milhões para o governo, em metálico e em produtos”.²⁰²

¹⁹⁹ Juan Garcia localiza algumas remessas que chegaram na Espanha ainda no ano de 1808, porém após o fechamento do jornal, vindas de Veracruz: “La fragata de guerra de S. M. B. "Diamante", que llegó a Cádiz el 24 de diciembre de 1808 y que trajo la suma de 1.696.344 p.fs., y la fragata de guerra S. M. B. "Melpomene", que llegó a Cádiz el mismo día con la suma de 1.605.466 p.f”. ANDREO GARCIA, Juan. Plata mexicana para la guerra española: el biénio de la Junta Central Suprema de España e Indias (1808-1809). In SERRANO, José Antonio (org.). **La corona en llamas: conflictos económicos y sociales en la independencia iberoamericana**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2010.

²⁰⁰ *Semanario Patriótico*, 01/12/1808: “En 14 de Septiembre se hizo en Cartagena de Indias la solemne proclamacion de Fernando VII, con grande aplauso y regocijo de sus habitantes; de resueltas de haber llegado allí dos oficiales comisionados por la Junta de Sevilla, que les instruyeron de los sucesos de España; é inmediatamente empezaron todos á hacer donativos para remitir á este Reyno”.

²⁰¹ *Semanario Patriótico*, 25/05/1809: “El 17 fondeo en la misma bahia la goleta de S. M. llamada tambien Carmen procedente de Montevideo, al mando del capitán de fragata D. Josef Corbera. Conduce pllegda para la Suprema Junta, la correspondencia del público, y 600 pesos fuertes”

²⁰² *Semanario Patriótico*, 17/08/1809: “Han llegado de America algunos millones para el gobierno, em metalico y en efectos”.

O *Semanario Patriótico* reservava grande importância a esses auxílios americanos, o que se deduz não apenas a partir da quantidade de notícias, mas também das conclusões tiradas pelo próprio jornal. Segundo seus redatores, o grande motivo para o estabelecimento da Junta Central em Sevilha foi a facilidade de receber os recursos advindos da América, pois o outro motivo fornecido poderia ser facilmente alcançado por várias cidades na Espanha, bastando ter um rio navegável.

Outras fontes também confirmam que a Junta Central, entre 1808 e fins de 1809, foi dependente do dinheiro advindo da América, tanto que o já citado escritor americano Fray Servando Teresa de Mier chegou a declarar: “*a guerra é mais cruel para nós do que para Espanha, a qual, afinal de contas, a faz com o nosso dinheiro*”²⁰³. Sem ser tão efusivo quanto Mier, porém concordando em essência com ele, a historiografia atual tende a acentuar essa dependência, como o faz Manuel Samoral: “*o grande enigma histórico é de onde a Junta tirou os fundos necessários para sustentar uma guerra tão custosa, levando em conta que a península estava ocupada em sua maior parte por estrangeiros, e a resposta não pode ser mais simples: da América*”²⁰⁴.

Segundo confirma a historiografia, o império hispânico reagiu com grande “ardor patriótico” ao chamado da Junta Central para contribuir monetariamente, pois os recursos partiram não apenas dos diferentes governos locais, mas também de muitos colaboradores individuais. Como afirma Timothy Anna:

A Junta Central requisitou que os reinos da América fizessem contribuições não apenas de impostos já existentes, mas inclusive mediante *recaudaciones* e donativos especiais. A resposta das colônias foi muito positiva em 1808 e 1809, isto é, antes de começarem as rebeliões nas colônias que consumiram os ingressos que, de outra maneira, teriam sido transferidos direta ou indiretamente à Espanha²⁰⁵.

O exército espanhol era dependente da prata americana, pois essa era a principal responsável pelo pagamento dos soldos e dos equipamentos. O navio San Justo, por exemplo, advindo do porto de Veracruz (o maior financiador da guerra) com mais de

²⁰³ Citado por LYNCH, John, **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008: “La guerra es más cruel para nosotros que para España, que al fin la hace con nuestro dinero”

²⁰⁴ SALMORAL, Manuel L. “La Junta Central Suprema de España e Indias y el comercio americano”. *Estudios de Historia Social y Económica de América*, núm. 01, 1985: “El gran enigma histórico es de dónde sacó la Junta los fondos necesarios para sostener este costoso pie de guerra habida cuenta de que la Península estaba ocupada en su mayor parte por los extranjeros y la respuesta no puede ser más simple: De América”.

²⁰⁵ ANNA, Timothy. **España y la independencia de América**. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1986, p. 88: “La Junta Central requirió a los reinos de América para que hicieran contribuciones no solo de los impuestos ya existentes, sino mediante recaudaciones y donativos especiales. La respuesta de las colonias fue muy positiva en 1808 y 1809, esto es, antes de la iniciación de las rebeliones en las colonias que consumieron los ingresos que de otra manera se habrían podido transferir directa o indirectamente a España”.

oito milhões de pesos fortes em moeda, foi o responsável econômico pela formação do exército espanhol em 1809, principalmente aquele derrotado em Ocaña²⁰⁶.

O *Semanario Patriótico* exaltou, assim como fez a Junta Central, o auxílio de “*nuestros hermanos*” de América. Em vinte e cinco de maio de 1809, por exemplo, o jornal comemorava os donativos voluntários da Cidade do México: “*Segundo as últimas notícias oficiais da América, o segundo donativo voluntário da cidade do México chega a 438.247 duros*”²⁰⁷. Percebe-se já aqui a harmonia entre o jornal e a Junta quanto ao discurso sobre a América.

No periódico de onze de maio de 1809 os redatores mudaram o tom da notícia, pois, a partir de um aporte de recursos, requalificaram o status americano na monarquia hispânica. A posição inferior – a América como local onde os poemas ficavam degenerados – era resignificada para uma terra de patriotismo, tal qual a península. Noticiando de uma vez só os donativos da Nova Espanha, do Peru e da Guatemala, o *Semanario Patriótico* insistia no caráter voluntário destes recursos, quase como um sacrifício pela nação; o patriotismo americano se media pela doação:

Os recursos com que a América auxilia nossos generosos esforços para retomar a independência são cada vez maiores. Dos donativos voluntários da Nova Espanha já estão em Veracruz 5 milhões de duros que o navio Paula conduzirá. Entre esses merece nosso terno reconhecimento o dos pobres Índios do reino da Guatemala, que chega a mais de 1000 duros - No Peru se celebrou com o maior entusiasmo a proclamação de Fernando VII; e quanto aos donativos para a guerra, de tal maneira é visível o patriotismo de seus habitantes, que apenas um (o do coronel e regimento de infantaria real de Lima) é de 400 duros.²⁰⁸

A reflexão parecia conduzir para um caminho natural de exaltação do esforço americano, porém, numa jogada retórica, o redator de política do *Semanario Patriótico* à época, Blanco White, passou para uma comparação com a perda de São Domingos por

²⁰⁶ A batalha de Ocaña aconteceu em 19 de novembro de 1809. Nela colocaram as esperanças a maioria dos espanhóis, até serem derrotados pelos franceses. Essa batalha abriu as portas da Andaluzia aos franceses, sendo a responsável pela posterior evacuação da cidade de Sevilha para Cádiz. Sobre o financiamento desse exército, Samoral, op. cit.: “El verdadero respaldo económico para el ejército organizado por la Junta Central vino en el navio real “San Justo”, que entró en Cádiz el 1 de febrero de 1809 bajo el mando del comandante Marqués del Real Tesoro. Procedía de Veracruz. Llevaba a bordo más de ocho millones y medio de pesos fuertes en moneda acuñada” (p. 8).

²⁰⁷ *Semanario Patriótico*, 25/05/1809: “Segun las últimas noticias oficiales de América, el segundo donativo voluntario de la ciudad de Mexico asciende á 438.247 duros”.

²⁰⁸ *Semanario Patriótico*, 11/05/1809: “Los recursos conque la América auxilia nuestros generosos esfuerzos por recobrar la independencia, cada dia son mas quantiosos. De los donativos voluntarios de Nueva España hay ya en Vera-Cruz 5 millones de duros que conducirá el navio Paula. Entre estos merece nuestro tierno reconocimiento el de los pobres Indios del reino de Guatemala, que asciende á mas de 1000 duros - En el Perú se ha celebrado con el mayor entusiasmo la proclamacion de Fernando VII; y en los donativos para la guerra, de tal manera se ha señalado el generoso patriotismo de sus habitantes, que uno solo (el del coronel y regimiento de infantaria real de Lima) es de 400 duros.”

parte de Napoleão Bonaparte. Enquanto os franceses deixavam de lado as esperanças de terem colônias, as doações reforçavam os laços da Espanha com o continente americano. O único motivo para essa situação, segundo Blanco, eram os novos laços nacionais estabelecidos dentro do império hispânico, em substituição ao despotismo, o qual era associado aos antigos governos espanhóis e a Napoleão:

Assim, enquanto Bonaparte, perdidos São Domingo, Cayena e a Martinica, fica sem colônias americanas, e enquanto o resto de sua esquadra se perde perto de Rochefort, já não possui sequer esperança de reconquistá-las, de manter Guadalupe e de conservar relações mas além do Atlântico, nossos vínculos com o Novo Mundo se fortificam.²⁰⁹

Por fim, a conclusão desse breve e significativo excerto tomava os americanos, com certeza, por espanhóis extremamente leais: o patriotismo e o empenho são os mesmos, porém apenas a geografia reservou um papel de coadjuvante para a América. Estava dado o grito de guerra atlântico: guerra não apenas contra os franceses como aparece nesse instante no jornal, porém também contra o despotismo: “*e aqueles leais espanhóis, já que devido a sua situação geográfica não podem esgrimir a espada contra as hostes do tirano, utilizam suas rendas para coadjuvar ao santo e grande empenho que contraímos, de expulsá-las da Espanha, e de morrer livres.*”²¹⁰

É enorme a similitude entre este trecho do *Semanario Patriótico* de onze de maio de 1809 e o proclama da Junta Central feito um dia antes, em dez de maio. O manifesto dirigido aos americanos pelo governo central nessa data foi um dos muitos documentos oficiais redigidos por Manuel Quintana, fundador do jornal, e possui o mesmo estilo literário do texto de Blanco White, demonstrando como os ilustrados radicais, futuros liberais, ocuparam os cargos de comunicação no governo, e impuseram um discurso revolucionário, mesmo que a prática não o fosse:

E como poderá S.M duvidar que os leais habitantes de esses domínios, já que o imenso oceano não os permite enlaçar os braços com os nossos para vingar o Rei e a Pátria, deixem de continuar seus generosos esforços? Assim o espera de sua comprovada lealdade, de seu decidido patriotismo e de sua inalterável adesão à Metrópole e a um Governo liberal, que em meio a gravíssimos e imensos cuidados, não se esquece de preparar a prosperidade da Monarquia Espanhola em geral, cuja liberdade e

²⁰⁹ Ibidem: “Así mientras Bonaparte, perdidas Sto. Domingo, Cayena y la Martinica, se queda sin colonias americanas, y mientras perdidos los restos de su esquadra cerca de Rochefort carece ya hasta de la esperanza de reconquistarlas, de mantener la Guadalupe y de conservar relaciones mas allá del Atlantico, nuestros vínculos con el Nuevo-Mundo se fortifican”.

²¹⁰ Ibidem: “Y aquellos leales españoles, ya que por su situacion geografica no pueden esgrimir la espada contra las huestes del tirano, prodigan sus caudales para coadyuvar al santo y grande empeño que hemos contraido, de arrojarlas de España, y de morir libres”.

independência devem ser o fruto precioso da vitória, e a digna recompensa de tanta lealdade, de tantos sacrifícios e de tanto heroísmo.²¹¹

A partir da comparação entre os textos do periódico e os proclamas da Junta Central escritos por Quintana e dirigidos à América podemos compreender melhor a importância do hebdomadário aqui estudado dentro da esfera pública, e colocar em linhas novas a relação entre o *Semanario Patriótico* e o poder central. Apesar das discordâncias políticas e da animosidade entre Blanco e boa parte da Junta Central, assim como de Antillón quanto ao andamento da guerra, quando o tema era América o discurso era o mesmo no jornal e no governo.

O Grito de Guerra Atlântico

Ao longo desse capítulo, viemos desenvolvendo as mudanças que atravessaram as páginas do *Semanario Patriótico* quanto ao tema americano, talvez aquele de maior mutação nessas primeiras fases. De uma América desprezada, passou-se à exaltação das atitudes dos americanos e dos recursos advindos do Novo Mundo. Essa transformação se completaria ainda em 1809.

Em vinte e nove de junho desse ano, o jornal publicou mais um de seus polêmicos artigos de Política, desta vez intitulado “*Sobre la oportunidad de mejorar nuestra suerte*”, no qual Blanco White defendia que a invasão francesa podia gerar bons frutos, pois foi capaz de unir a opinião pública contra a tirania. No mesmo artigo ele se via enquanto um guia da revolução, necessário para que esta não fosse em direção ao rumo errado:

O movimento de um povo em revolução é semelhante ao de uma imensa rocha que pende equilibrada sobre a encosta de uma montanha altíssima. Não é necessária grande força para que caia, mas apenas aproveitando-se com destreza o primeiro impulso pode-se dirigir proveitosamente a queda; quando chega a repousar no campo, não há braços humanos que a movam.²¹²

²¹¹ Real Decreto da Junta Central de 10 de maio de 1809. Extraído de Deroziér, tomo II: “¿Y como podra dudar S. M. que los leales habitantes de esos Dominios, ya que el inmenso Océano no les permite enlazar sus brazos con los nuestros para vengar al Rey y a la Patria dejen de continuar sus generosos esfuerzos? Asi lo espera de su acreditada lealtad de su decidido patriotismo y de su inalterable adhesión a la Metrópoli y a un Gobierno liberal que en medio de gravísimos e inmensos cuidados no se olvida de preparar la prosperidad de la Monarquía Española en general, cuya libertad e independencia debe ser y ser el fruto precioso de la victoria, y la digna recompensa de tanta lealtad, de tantos sacrificios y de tanto heroísmo”.

²¹² *Semanario Patriótico*, 29/06/1809: “El movimiento de un pueblo en revolucion es semejante al de una inmensa roca que pende equilibrada sobre la ceja de una montaña altísima: no es menester gran fuerza para que se desgaje; mas solo aprovechandose con destreza del primer impulso puede dirigirse provechosamente la caida; quando llega á reposar en la falda, no hay brazos humanos que la conmuevan”.

A imagem da revolução como uma rocha que vai rolando pela montanha, espalhando-se de forma destrutiva e inapelável, continuava para ter um desfecho surpreendente: não mais uma rocha, porém uma onda:

Chegou o momento da reunião de vontades na Espanha quando viu os governantes conspirarem para nos entregar para os franceses; o que não haviam feito muitos séculos de abusos fez um instante de confronto. O grito de guerra foi ouvido ao mesmo tempo em toda a península; rapidamente chegou a nossas colônias da América.²¹³

O mesmo periódico que, em setembro de 1808, menosprezava versos simplesmente por terem sido feitos na América, menos de um ano depois proclamava a revolução nos dois hemisférios, estabelecendo os princípios de uma doutrina que se espraíaria entre 1808 e 1812, pois já defendia, antes mesmo da reunião das Cortes, a perspectiva hispânica da revolução liberal, a mesma que o historiador Manuel Chust notou nas discussões de Cádiz. Conforme defende Guerra ao tratar das reformas constitucionais, em um ano e meio a Espanha alterara seus padrões políticos²¹⁴. Um dos guias dessa mutação ideológica, o *Semanario Patriótico* se dirigia à América não apenas porque era muito lido lá, mas como continuação natural de um movimento político que, com muitas contradições, havia incorporado o conjunto da monarquia.

As discussões realizadas no *Semanario Patriótico* acompanharam definições discursivas da própria Junta Central, ainda que a postura da Junta quanto à América seja tema de polêmica historiográfica, pois os historiadores alternam suas avaliações, ora enfatizando a continuidade, ora a ruptura. Roberto Breña, por exemplo, indica o quão revolucionária foi a postura da Junta:

No que diz respeito à América, a Junta Central representa a primeira tentativa de levar os territórios ultramarinos por um caminho político que rompesse de maneira radical com os moldes que haviam regido as relações entre a metrópole e suas colônias durante três séculos²¹⁵.

Já Portillo Valdes, como já foi demonstrado ao longo desse trabalho, enfatiza a continuidade da exclusão imperial feita pela Junta Central, classificada pelo autor como um “*senado federal*”. Explicando o porquê de seu capítulo se chamar a “*federación*”

²¹³ Ibidem: “Llegó el momento de la reunion de voluntades en España quando vió conspirar á los que gobernaban para entregarnos en poder de los franceses; y lo que no habían hecho muchos siglos de vexaciones lo hizo un instante de afrenta. El grito de guerra se oyó à un tiempo en toda la península: bien pronto llegó á nuestras colonias de América.” Grifo meu.

²¹⁴ Guerra, op. cit.

²¹⁵ En lo que respecta a América, la Junta Central representa el primer intento por llevar a los territorios ultramarinos por una senda política que rompía de manera radical con los moldes que habían regido las relaciones entre la metrópoli y sus colonias durante tres siglos

negada”, a América fora excluída, entre 1808 e 1810, da representação equânime e do direito a ter Juntas, apesar dos discursos da Junta Central:

Foi então, entre março de 1808 e setembro de 1810, quando as províncias americanas foram mais claramente excluídas da federação, que se tentou fazer uma sutura da rachadura produzida pela família real espanhola e Napoleão no tecido da monarquia²¹⁶.

O texto do *Semanario Patriótico*, sobre o qual podemos nos ater apenas à esfera discursiva²¹⁷, era explicitamente inclusivo, colocando somente a posição geográfica para diferenciar a atuação dos continentes. A América não possuía, quando findou a segunda parte do periódico em 1809, um conteúdo intrinsecamente inferior, exceto pelo termo “colônia”, muito utilizado e que seria propositadamente abolido depois.

Ao lermos a defesa de um grito de guerra atlântico é impossível não nos lembrarmos de um manifesto publicado já pela Regência sete meses e meio depois, em fevereiro de 1810, conclamando os americanos a elegerem deputados para as Cortes – manifesto este que também seria redigido por Quintana²¹⁸. Na verdade, a comparação entre os proclamas oficiais da Junta Central e da Regência com o *Semanario Patriótico* em 1809 demonstra muita proximidade, principalmente quanto ao tema americano, o que reforça o peso desse jornal na esfera pública dos “*dos años cruciales*”, como um defensor da postura revolucionária dos proclamas oficiais de Quintana.

O manifesto da Regência do começo de 1810, normalmente citado como importante documento para os autonomistas junteros, era uma defesa muito forte da luta contra o despotismo, fazendo jus à campanha proclamada no *Semanario* para enfrentar os “*muchos siglos de vexaciones*”. O despotismo contra o qual a península inteira se levantava e era rapidamente seguida pelo Novo Mundo. A revolução espanhola se fazia presente nos dois hemisférios, tendo, em ambos os lados do atlântico, o mesmo sujeito, o povo. Futuramente, a redação desse manifesto seria tratado como um ponto negativo na biografia de Quintana²¹⁹.

²¹⁶ PORTILLO, op. Cit, p. 34: “.fue entonces, entre marzo de 1808 y septiembre de 1810, cuando las provincias americanas fueron más claramente excluidas de la federación con que se intentó suturar el roto producido por la familia real española y Napoleón en el tejido de la monarquía”

²¹⁷ A principal crítica feita por Portillo é sobre a diferenciação de teoria e prática, a qual sempre busca inferiorizar a América. Timothy Anna também trabalha com a mesma base, o que já se nota no título de seu capítulo: Promesa contra realización, op. cit., 1986.

²¹⁸ O decreto pode ser encontrado em Deroziér, op. Cit, 1970.

²¹⁹ Vide DURÁN LÓPEZ, Fernando. “Quintana, Cádiz, 1811: el catedrático de la logia infernal”. In : CANTOS, Marieta; DURÁN LÓPEZ, Fernando; ROMERO, Alberto (org.). **La patria poética. Estudios sobre literatura y política en la obra de Manuel José Quintana**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009.

Desde esse momento, Espanhóis Americanos, vedes elevados à dignidade de homens livres; não sois já os mesmos que antes, dobrados sob um jugo muito mais duro enquanto mais distantes estáveis do poder; olhados com indiferença, abusados pela ganância e destruídos pela ignorância.²²⁰

Portanto, os redatores do *Semanario Patriótico* praticaram um grande esforço inclusivo entre 1808 e 1809, adiantando-se ao governo em certos momentos, o que amplia o caráter revolucionário do periódico, porque a espacialidade da revolução também foi alargada, da mesma forma que as ideias políticas foram se radicalizando. A outra face das ideias defendidas no jornal sobre a América, no entanto, seria a visão do continente americano como um mero fornecedor de recursos e os resquícios de visões ilustrados que denegriam o continente americano, as quais voltariam à luz durante as discussões de Cádiz. Abordar apenas essa continuidade, todavia, seria simplificar um pensamento extremamente complexo e mutável. De qualquer forma, é perceptível que, no começo de 1810, as propostas do *Semanario Patriótico* haviam vencido quanto à convocatória de Cortes modernas e constituintes, além de estabelecer com sucesso um discurso que propagava a revolução atlântica, demonstrada no próprio manifesto oficial da Regência.

Antes de passarmos às discussões sobre a América nas Cortes de Cádiz e às disputas que se concretizaram entre os antigos membros do *Semanario Patriótico*, é preciso relatar o futuro imediato dos seus membros após o fim abrupto do jornal, que marca a primeira etapa da separação destes ilustrados.

Dispersão

No dia 31 de agosto de 1809 Blanco White escreveu o editorial final da etapa sevilhana do *Semanario Patriótico*, anunciando o encerramento das atividades do jornal com alusões à pressão exercida pela Junta Central sobre o hebdomadário: “*Cedamos, portanto, às circunstâncias: nossos amigos (assim chamamos a quantos nos honraram com seu apreço) sofrerão menos ao interromper-se outra vez o Semanario que ao vê-lo transformado em outra coisa do que aquilo que foi até agora*”.²²¹ O modo como os fatos da guerra eram narrados pelos redatores – muitas vezes deixando claro as derrotas

²²⁰ Deroziér, op. cit., 1970: “Desde este momento, Españoles Americanos, os veis elevados a la dignidad de hombres libres; no sois ya los mismos que antes, encorvados bajo un yugo mucho más duro mientras más distantes estabais del centro del poder; mirados con indiferencia, vejados por la codicia, y destruidos por la ignorancia.”

²²¹ *Semanario Patriótico*, 31/08/1809, p. 16: “Cedamos pues á las circunstancias: nuestros amigos (tales llamamos á quantos nos han honrado con su aprecio) sufrirán mejor que se interrumpa otra vez el semanario que verlo mudado en otra cosa que lo que hasta ahora ha sido”.

sofridas e os problemas com o exército – e os discursos políticos de Blanco White – cobrando convocação imediata das Cortes e uma solução mais revolucionária para os problemas da Espanha – fizeram com que alguns membros mais conservadores da Junta Central vissem o periódico como de oposição ao governo, o que era considerado inaceitável. No último subitem desse capítulo vamos dar continuidade à análise da questão americana nos jornais que surgiram imediatamente após o final do *Semanario Patriótico*, mas antes da reunião das Cortes, as quais transformariam o panorama político e levariam à volta do jornal de Quintana.

Aproximadamente um mês depois de seu fim, em dois de outubro de 1809, um dos amigos mais próximos de Blanco White, o também clérigo Alberto Lista, que às vezes redigia para o *Semanario Patriótico*, conseguiu lançar um jornal com autorização da Junta Central, o *Espectador Sevillano*.

A participação de Alberto Lista na redação do *Semanario* em 1809 é bastante certa, ainda que não seja anunciada pelo periódico. Segundo o próprio Blanco, os dois jornais possuíam uma continuidade visível:

“Ofereceu-se generosamente para me ajudar um dos meus melhores e primeiros amigos, D. Alberto Lista, conhecido em Sevilha por seu grande saber nas ciências matemáticas e por sua vasta erudição em todo gênero de leitura, que depois deu à luz ao *Espectador Sevillano*, e de quem a melhor produção para o *Semanario* foi o excelente discurso que, sob o nome de Variedades, inseriu-se no número XXXII, com o qual concluiu a segunda época.”²²²

Garnica, na introdução de uma obra que recompila o *Semanario Patriótico* de 1809, também demonstrou que a participação de Alberto Lista no periódico não foi apenas no seu último número, mas uma constância, ao menos desde o jornal 27²²³, em que substituiu Antillón, já então muito requisitado pelo governo central. Sendo assim, quando Alberto Lista lançou o *Espectador Sevillano*, este deve ser entendido como uma continuidade do grupo de Quintana, com a defesa de uma política muito parecida.

Alberto Lista nasceu em 1775 em Sevilha, onde faria toda sua trajetória inicial até a Guerra de Independência. Filho de pais artesãos, Lista foi uma criança precoce,

²²² **Autobiografía** de Blanco White, *Apud* MORANGE, Claude. “El *Espectador Sevillano* de Alberto Lista (1809). ¿Un discurso revolucionario?” *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 10, 2011, p. 200: Ofrecióse generosamente a ayudarme uno de mis mejores y primeros amigos, D. Alberto Lista, conocido en Sevilla por su gran saber en las ciencias matemáticas y por su vasta erudición en todo género de lectura, que después dio a luz El *Espectador sevillano*, y de quien no hay más producción en el *Semanario* que el excelente discurso que, bajo el nombre de Variedades, se puso en el número XXXII, con que concluyó la segunda época.”

²²³ GARNICA, Antonio. “Estudio preliminar a la reedición del *Semanario*”, In BLANCO WHITE, José María. **Obras completas, vol. 1 (*Semanario Patriótico, Sevilla, 1809*)**. GARNICA, Antonio & RICO, Raquel (eds.). Granada: Almed, 2005.

que aos 13 anos já era professor de matemática pela Sociedade de Amigos do País. Foi bacharel em filosofia em 1789 e de teologia em 1795, sendo consagrado sacerdote apenas em 1804, pois não tinha recursos para conseguir o cargo antes.²²⁴

Alberto Lista fez parte de uma geração de clérigos ilustrados de Sevilha, que contou com nomes como Arjona, Reinoso e Blanco. Todos eles estudaram na Universidade de Sevilha após a reforma de Olavide, executada assim que houve a expulsão dos jesuítas, e que incluiu no conteúdo autores modernos como Descartes, Bacon, Leibniz e Locke.²²⁵ Todos aqueles jovens fizeram parte da Academia Particular de Letras Humanas de Sevilla²²⁶, e posteriormente da Sociedade de Amigos do País. Como se vê, foram clérigos moldados nas sociabilidades modernas.

Alberto Lista possuía um gosto especial pela literatura, para além da matemática. Sua produção poética foi amplamente divulgada pelo *Correo de Sevilla*, periódico existente entre 1803 e 1809²²⁷. Quando o *Semanario Patriótico* passou a ser publicado em Sevilha, com a parte política reservada ao seu amigo Blanco White, Alberto Lista adentrou o círculo de Manuel Quintana e daqueles que defendiam a convocatória imediata de Cortes constituintes.

Como lembra Claude Morange, no artigo mais completo publicado sobre o *Espectador Sevillano*, é nesse contexto de disputa política, que marcou os meses finais de 1809, dominados pela repercussão da consulta pública demandada pela Junta Central acerca das Cortes, que deve ser compreendido o jornal:

Nesse contexto de exacerbação da crise política e bélica, e de intensificação do debate ideológico, Lista lança o projeto ambicioso de publicar, através de entregas diárias de 4 páginas em 4º, uma exposição sistemática dos "grandes princípios nos quais se funda a liberdade política e civil dos povos", que o mesmo qualificará por fim de pequeno "tratado

²²⁴ Os dados biográficos são da mais famosa biografia de Alberto Lista, de JURETSCHKE, Hans. **Vida, obra y pensamiento de Alberto Lista**. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951.

²²⁵ JURETSCHKE, op. Cit, p. 13.

²²⁶ Essa academia se reunia na casa de Manuel Maria de Arjona, que pouco depois iria também frequentar a tertúlia de Quintana. Segundo o estudioso da vida intelectual sevilhana, Rogelio Reyes Cano: "Estos jóvenes animados por Arjona hicieron muchas cosas. Fueron los impulsores de la llamada Escuela Poética Sevillana de los siglos XVIII y XIX y del Correo de Sevilla, un periódico de muchísimo interés. A ella estuvieron ligados las grandes figuras de la intelectualidad sevillana que hubieron de enfrentarse a la gran crisis política que supuso la invasión napoleónica y el consiguiente conflicto bélico. En su mayor parte eran miembros de la alta clerecía, formados en el ideario ilustrado y con una orientación ideológico-política de signo liberal." "La vida cultural de Sevilla durante la Guerra de la Independencia: el drama de los afrancesados". *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, vol. 37, 2009

²²⁷ "El correo (bisemanal) se fundó en 1803 por Justino Matute, y no dejó de publicarse hasta la invasión francesa. Discute y refleja la vida espiritual de Sevilla y España, basándose en órganos franceses como la *Revue Philologique, littéraire et politique* y los *Archives littéraires de l'Europe*, da cuenta, aunque menguada, del movimiento literario y cultural de Europa." JURETSCHKE, op. Cit, p. 36.

de conhecimentos exatos nesta matéria", como contribuição ao debate do qual deviam sair decisões de grande alcance para o futuro do país.²²⁸

O *Espectador Sevillano* foi um jornal muito diferente do *Semanario Patriótico*, pois era diário e curto, com apenas quatro páginas. Apesar disso, não deve ser visto como um periódico noticioso ou que não aprofundava os temas políticos. Muito pelo contrário, vários de seus artigos preenchiam oito números seguidos, com breves interrupções de meia página para dar notícias da guerra. De fato, quando o *Espectador* foi reimpresso no México, sua formatação foi a de um livro, com os artigos sendo organizados em conjunto.²²⁹

Após um começo mais titubeante, no qual os textos eram realmente curtos, a maioria com análises da situação internacional da guerra, o jornal de número 19 (20/10/1809) começou uma série de discursos mais longos sobre política e uma defesa de um futuro específico para a Espanha. Artigos com os títulos *De la Reforma de las Costumbres* ou *El Poder Arbitrario es funesto al mismo que lo exerce* deixavam claro uma crítica ao despotismo e conseqüentemente um apelo a um outro tipo de governo.

A ordem dos artigos obedecia a um claro afã pedagógico. Após a crítica ao governo despótico, que o autor descartava como possibilidade de futuro para a Espanha, defendia-se um novo tipo de governo, muito diferente da recuperação de leis antigas, como então advogavam os constitucionalistas históricos, tais como Jovellanos. Na mesma linha do *Semanario Patriótico*, Alberto Lista escreveu dois longos artigos, um primeiro em defesa da opinião pública, vista como aquela dos sábios a partir da reflexão pessoal e da discussão através da imprensa – Lista nunca se caracterizou pela defesa da participação popular –, e outro defendendo os governos representativos, no qual fazia um grande apelo à divisão de poderes.

A partir do jornal de número 60 (30/11/1809) outro assunto passou a ocupar integralmente o *Espectador Sevillano*, até o seu número final, em 29 de janeiro de 1810, apenas dois dias antes da tomada de Sevilha pelos franceses, quando até mesmo a Junta Central já havia fugido para Cádiz. Eram as chamadas *cuestiones importantes sobre las*

²²⁸ MORANGE, op. Cit, p. 198: "En este contexto de agudización de la crisis política y bélica y de intensificación del debate ideológico, Lista lanza el proyecto ambicioso de publicar, por entregas diarias de 4 páginas in-4°, una exposición sistemática de "los grandes principios en que se funda la libertad política y civil de los pueblos", que él mismo calificará al final, de pequeño "tratado de conocimientos exactos en esta materia", como contribución al debate del que debían salir decisiones de gran alcance para el futuro del país."

²²⁹ GUERRA, 1992, op. Cit, p. 290.

Cortes.²³⁰ Essa série de artigos era uma resposta ao opúsculo lançado pelo futuro ministro e deputado liberal Canga Argüelles²³¹, *Observaciones sobre las Cortes de España y su organización*²³², que foi escrito em decorrência da já mencionada consulta pública lançada pela Junta Central sobre a convocatória das Cortes.

Em seu primeiro artigo sobre o assunto, Alberto Lista se posicionou numa perspectiva revolucionária, em defesa da soberania da Nação e da convocatória de Cortes sem estamentos. Como vimos, a soberania da Nação era em si um ato revolucionário. Nas palavras de Lista:

“Se é uma verdade conhecida para os espanhóis que a soberania reside originalmente na massa da nação e que apenas a vontade de toda ela, representada por deputados, pode fazer leis, estabelecer reformas, organizar uma constituição, neste caso não há ato legislativo algum que seja válido sem a participação de toda a nação por partes iguais.”²³³

Vimos como a Junta Central recriminou o *Semanario Patriótico* por uma visão política muito parecida. No entanto, o *Espectador Sevillano* pôde continuar livremente. Essa mudança na censura deve-se a múltiplos fatores: o enfraquecimento da Junta Central, que tinha de lidar com muitas derrotas na guerra; a evolução da discussão, já então pautada por uma consulta pública muito ampla; e o tom do *Espectador Sevillano*, menos provocativo que o *Semanario* e extremamente otimista quanto à guerra.

No que diz respeito à América, a postura de Alberto Lista também diferia da de Blanco White. Imerso na discussão sobre a função das Cortes e numa guerra que se desenrolava de maneira muito negativa, a questão americana passou a ser extremamente minoritária e raramente abordada. O continente americano estava presente em menos de 20% dos números, e em apenas quatro deles o objeto mereceu um tratamento mais

²³⁰ As questões abordadas ao longo do jornal foram 9: “1. ¿Las Cortes deben representar la nación dividida en clases, o deben representarla entera e indivisible? 2. En el caso de la representación por estamentos, ¿deberá reunirse en un solo cuerpo, o dividirse en dos cámaras? 3. ¿En qué proporción debe estar el número de representantes con la población general? 4. De las formas que deben observarse en las elecciones de diputados. 5. ¿Qué instrucciones deben llevar a las Cortes los diputados de la nación? 6. ¿Deberán quedar diputaciones de provincia después de la elección de los representantes? 7. ¿Cuál debe ser la autoridad de las Cortes? 8. ¿En qué épocas y bajo qué formas deberán renovarse las Cortes? ¿Cuándo deberán concluir sus sesiones? ¿Habrá facultad para juntarlas extraordinariamente? 9. ¿Cómo deberá formarse la diputación que ha de quedar después de disueltas las Cortes? ¿Y qué poderes se le deberán conferir?”

²³¹ Não deve ser confundido com o asturiano Argüelles, futuro líder liberal nas Cortes.

²³² Foi lançado em Valencia sem identificação de autor. Algumas dessas propostas pré-Cortes foram estudadas em GARCIA MONERRIS, Carmen. “La diversidad de proyectos políticos en el primer debate preconstitucional español: Canga Argüelles, Ribelles y Borrull en el contexto de la política valenciana”. *Hispania*, XLII – I, n° 210, 2002.

²³³ *Espectador Sevillano*, 30/11/1809: “Si es una verdad conocida para los españoles que la soberanía reside originariamente en la masa de la nación y que solo la voluntad de toda ella, representada por diputados, puede hacer leyes, establecer reformas, organizar una constitución, en este caso no hay acto alguno legislativo que sea válido sin la concurrencia de toda la nación por iguales partes.”

detalhado, não somente uma citação sobre as glórias passadas da monarquia ou então uma breve referência a um recurso pecuniário que chegava à Espanha.

A prova do menosprezo à questão americana foi que, ao calcular a quantidade de espanhóis que votariam em deputados para Cortes, Alberto Lista estipulou o número em doze milhões, o que excluía ao menos a mesma quantidade de pessoas que estava na outra margem do Atlântico. É de se imaginar o efeito de tais reflexões nos americanos que acompanhavam o jornal através de sua reimpressão no continente.

Dos quatro números do *Espectador Sevillano* que abordaram com mais afinco a América, dois repetiam a lógica das notícias curtas, apenas mais ampliadas, como, por exemplo, a chegada do navio San Ramón vindo de Veracruz e de Havana, tomado como uma prova de fidelidade; e a análise de que a conquista da América, feita na mesma época da quebra das liberdades espanholas, resultou no fortalecimento do despotismo.

Dois artigos, no entanto, destoavam bastante do padrão. O primeiro deles, já em 04 de outubro de 1809, tratava da guerra em São Domingos, na qual as tropas francesas se renderam diante de uma aliança entre espanhóis e ingleses. É interessante notar a abordagem de Alberto Lista sobre a escravidão. A condenação da prática vem junto com a crítica à súbita elevação de escravos a cidadãos, sem antes terem passado pelo estágio de “homens”. De certa maneira, é um discurso parecido com aquele que, posteriormente, sairia vitorioso das Cortes de Cádiz sobre a cidadania aos descendentes de escravos²³⁴. Além disso, havia no *Espectador Sevillano* uma defesa da propriedade, dizendo que seria um crime retirar a posse dos escravos sem o pagamento de uma indenização.

O jornal de 12 de janeiro de 1810, já no período final do *Espectador Sevillano*, apresentou um artigo ímpar dentro de todo o diário. Neste, havia uma referência direta a Quito e uma resposta a boatos sobre a independência da América, confirmando que as notícias sobre o Novo Mundo chegavam à península e provocavam um interesse genuíno dos espanhóis, especialmente temerosos de revoltas independentistas.

O artigo de Alberto Lista continha um manifesto da Junta de Quito e também uma postura muito positiva sobre os acontecimentos americanos. A Junta existia desde

²³⁴ “Los partidos que destrozaban la metrópoli, pasaron los mares, y exaltados por la diferencia de los colores, convirtieron las célebres plantaciones de Sto. Domingo en un campo inmenso de desolacion y matanza. El decreto contra la esclavitud arrancado por la manía de parecer filantropos, á los que aun conservaban en la asamblea nacional algunos principios de sana politica, hizo á los negros ciudadanos, ántes de hacerlos hombres; y á la injusticia tiránica de hacerlos bestias de carga substituyó la injusticia imprudente de convertirlos en fieras, por la excesiva libertad con que repretinamente los sobrecargaron”. *Espectador Sevillano*, 04/10/1809.

10 de agosto de 1809, e é muito provável que, mesmo quando terminou o *Espectador Sevillano*, no final de janeiro de 1810, ainda não houvesse notícia do dismantelamento da mesma em 24 de outubro de 1809.

A Junta de Quito foi o esforço *juntero* americano mais bem sucedido antes de 1810, conseguindo assumir o poder, diferentemente do intento mexicano, e durando um tempo maior que a de La Paz. A formação da Junta possuía as mesmas referências culturais e políticas da maioria dos levantamentos peninsulares de 1808: resistência às abdições de Bayona e exigência de participar das decisões que envolvessem a comunidade:

“A revolução hispano-americana nasceu, portanto, como uma resistência legítima à ilegalidade dos atos do governo, como a cessão da coroa às mãos de José Bonaparte. Isso está confirmado pela ausência quase absoluta de uma ideologia revolucionária, ou seja, de um novo modelo teórico de sociedade e governo.”²³⁵

Sendo assim, os argumentos da instalação da Junta de Quito, como hoje em dia defendem a maioria dos historiadores, “*não faziam referência nem à sua independência, nem a ousadas reformas na ordem social ou econômica.*”²³⁶ Apesar disso, a Junta foi combatida pelas autoridades espanholas e também enfrentou problemas com as cidades próximas, que não aceitaram o mando da Junta de Quito, que se enxergava como uma cidade “cabeça”, ou seja, com direito natural à representação da localidade, de acordo com a antiga lógica da monarquia, conforme estabelecida no reinado Habsburgo.

Em meio ao desencontro de informações na guerra peninsular e à desigualdade concebida entre os dois hemisférios, alguns espanhóis europeus julgaram que a formação de uma Junta na América seria um sinal de revolta, de busca por independência, como passariam a definir desde então os regentes em Cádiz e, posteriormente, as próprias Cortes. Apesar disso, a visão de Alberto Lista era muito diferente. Ao inserir um proclama redigido pela própria junta, o clérigo sevillano o introduzia da seguinte forma:

“Para desvanecer as falsas ideias que podem existir sobre a insurreição de Quito, inserimos o seguinte proclama, de cuja veracidade nos asseguramos muitos indivíduos distintos daquela província: nele se manifesta que aquele país permanece fiel ao seu soberano Fernando

²³⁵ MORELLI, Federica. “La Revolución de Quito: el camino hacia el gobierno mixto”. *Revista de Indias*, vol. LXII, num. 225, 2002: “La revolución hispanoamericana nació por lo tanto como una resistencia legítima a la ilegalidad de los actos del gobierno, como la cesión de la corona a las manos de José Bonaparte. Esto está confirmado por la ausencia casi absoluta de una ideología revolucionaria, o sea de un nuevo modelo teórico de sociedad y gobierno.”

²³⁶ PORTILLO VALDÉS, op. Cit, 2006, p. 82: “no hacían referencia ni a su independencia, ni a ousadas reformas en el orden social o económico”.

Sétimo, apesar de que, ao que parece, tenham deposto ao presidente e alguns ministros de sua Audiência, e colocado em seu lugar uma junta provincial.”²³⁷

O manifesto quitenho era uma reivindicação das belezas das terras americanas, assim como de sua produtividade e riqueza, exaltando que tudo que faltava àquelas terras eram braços capazes de desenvolvê-las. Junto a isso, um convite para os espanhóis que não quisessem obedecer aos ditames do “*tirano*” Napoleão, caso a resistência não fosse mais possível:

“Sabeis que a América tem sido sempre o asilo dos desgraçados; conheceis a doçura de nosso caráter e a generosidade de nossos corações; vinde com Fernando VII, vinde a nossos braços; nada lhes faltará, de nada necessitareis, esta é vossa pátria, pois é a de vossos amigos, de vossos filhos e de vossos irmãos.”²³⁸

Como é possível concluir, Alberto Lista aceitava a Junta americana, numa postura que seria muito surpreendente em 1810, e que a própria Junta Central combateu, já que legitimou as ações repressivas contra o movimento *juntero*. No entanto, a falta de uma reflexão mais profunda feita pelo jornal sobre o assunto, em decorrência tanto da disputa travada na península sobre a convocatória das Cortes, quanto de certo desinteresse do papel da América nas novas Cortes, impede-nos uma conclusão mais definitiva sobre a visão de Alberto Lista quanto à questão americana. Ainda assim, é possível afirmar que a relação dos ilustrados revolucionários espanhóis com as Juntas autônomas não pode ser pré-definida. Mesmo imersos num ambiente que abordava a América de maneira desigual, Blanco e Alberto Lista demonstravam, já no final de 1809 e começo de 1810, traços de uma postura diferente com relação à questão americana.

No desenrolar da crise, com o confronto aberto na América e a disputa parlamentar acirrada em Cádiz, os ilustrados espanhóis – cada vez mais identificados como liberais – tomariam diferentes caminhos, com a cizânia instalada mesmo dentro do antigo grupo do *Semanario Patriótico*. A própria localização espacial do grupo passou a ser muito diferente, não mais reunidos em uma única cidade. Alberto Lista afrancesou-se após a tomada de Sevilha, passando a escrever para a *Gazeta de Sevilla*,

²³⁷ *Espectador Sevillano*, 12/01/1810: “Para desvanecer las falsas ideas que puede haber sobre la insurreccion de Quito insertamos la siguiente proclama, de cuya veracidad nos han asegurado muchos individuos de distincion de aquella provincia: en ella se manifiesta que aquel pays permanece fiel a su soberano Fernando Séptimo, no obstante que se cree hayan despuesto al presidente y algunos ministros de su Audiencia, y establecido en su lugar una junta provincial.”

²³⁸ *Idem*, *ibidem*: “Sabeis que la América ha sido siempre el asilo de los desgraçados; conoceis la dulzura de nuestro caracter y la generosidad de nuestros corazones; venid con Fernando VII, venid á nuestros brazos; nada os faltará, de nada necesitareis, esta es vuestra patria; pues lo es de vuestros amigos, de vuestros hijos y de vuestros hermanos.”

patrocinada pelo governo de José Bonaparte. Manuel Quintana, Juan Álvarez Guerra, Eugenio Tapia e José Rebollo continuariam o *Semanario Patriótico* em Cádiz, enquanto Isidoro Antillón, sempre fiel ao grupo liberal, manteria seus trabalhos na imprensa, agora em Mallorca. Por fim, Blanco, a partir de então com o nome modificado de Blanco White²³⁹, saiu da Espanha rumo à Inglaterra, onde também deu prosseguimento às suas atividades jornalísticas.

Em três de março de 1810, Blanco White chegou ao porto inglês de Falmouth, após fugir de Sevilha e ficar por pouco tempo em Cádiz. Descrente com as perspectivas da guerra na península e também com os rumos do governo, agora localizado em Cádiz e sob o comando da Regência, que não dava sinais de querer reunir as Cortes, Blanco teve, a partir de então, uma trajetória única dentro do grupo ilustrado de Quintana. Marcado por um pessimismo quanto à Espanha e desilusão com o sacerdócio²⁴⁰, Blanco, agora White, foi tentar reconstruir a vida na Inglaterra.

Ele esperava encontrar trabalho no *Foreign Office*, devido aos laços estreitos que possuía com alguns ingleses importantes, com destaque para Richard Wellesley, filho do Marquês de Wellesley, ministro das relações exteriores. O emprego aguardado, no entanto, não apareceu, pois o ministro era um *tory* convicto, que desconfiava de alguém como Blanco. Ainda assim, o governo inglês o ajudou a lançar um periódico, no que contou também com a influência de Lord Holland, líder *whig* no parlamento e talvez o inglês que mais conhecesse a Espanha²⁴¹.

Holland mantinha correspondência com Jovellanos e Quintana e já tentara anteriormente influenciar Blanco, que à época redigia o *Semanario Patriótico*, quando o julgava demasiadamente jacobino, apesar de admirar o seu talento²⁴². Aparentemente,

²³⁹ Essa mudança vinha explicada já no prospecto de seu jornal londrino, *El Español*: “El editor de este papel, Mr. White, conocido en España por la traducción de su apellido en Blanco, es de una familia irlandesa establecida en Sevilla”.

²⁴⁰ “Su pesimismo sobre España se situaba en un plan más hondo que el de la lucha política superficial. Racionalmente, él estaba convencido de las ideas sostenidas en el *Semanario*, pero no se hacía tantas ilusiones como sus amigos de que éstas pudieran ser viables en la España que conocía. (...) Pero al lado de esta reflexión teórica, hay una lacerante congoja personal en su pesimismo, que es lo que a la postre determina su conducta. A él el conflicto colectivo – la revolución – se le había manifestado como un subproducto de angustia individual”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, pp. 144-145.

²⁴¹ Lord Holland é figura bastante conhecida dentre aqueles que estudam o primeiro liberalismo espanhol. A influência do nobre inglês, que possuía uma ampla rede de relações na Espanha e no governo, foi estudada por Manuel Moreno Alonso em “Lord Holland y los orígenes del liberalismo español”. Revista de Estudios Políticos (Nueva Época). Nº 36, 1983.

²⁴² “Lord Holland y Allen bombardearon en especial a Jovellanos, pero también a Quintana y a Blanco, or vías directas e indirectas, ya que confiaban en los dos primeros para pilotar el rumbo de la Junta Central y en lo tercero para aleccionar a la opinión pública a través del *Semanario*, cuyo contenido les hubiera gustado orientar”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 137. Sobre a opinião de Holland acerca do

foi numa reunião em sua casa, na qual participaram Blanco, representantes do *Foreign Office* e da embaixada espanhola, que foi selada a ideia de fazer um jornal dirigido ao mundo hispânico:

“Pode-se deduzir que cada ator que participa na gestação do periódico pensa utilizá-lo a partir do seu interesse: o *Foreign Office* considera que esse jornal pode reforçar a aliança anglo-espanhola, Lord Holland que pode propagar na Espanha as ideias dos whigs e a Embaixada da Espanha em Londres que seria conveniente colocá-lo a serviço do governo de Cádiz.”²⁴³.

A ajuda do governo e de Lord Holland se mostraram determinantes para o sustento do sevilhano. Pouco após o *Español* ter sido lançado, em 30 de abril de 1810, Lord Holland já encomendava dezenas de volumes. O *Foreign Office*, justamente onde Blanco havia ido pedir emprego, encomendou 100 exemplares do jornal, que distribuía em Cádiz.²⁴⁴ Por fim, casas comerciais inglesas também foram essenciais para a manutenção mensal do periódico, com uma delas, a Gordon y Murphy, chegando a encomendar 500 jornais mensais,²⁴⁵ ou seja, toda a tiragem do primeiro número, o que garantiu a exequibilidade do projeto²⁴⁶. Sendo assim, o periódico chegou a alcançar bastante sucesso em alguns momentos, com tiragens próximas a dois mil exemplares²⁴⁷, sendo que boa parte do seu público encontrava-se na América. A publicação era mensal, com exceção dos seus últimos meses, quando foi bimestral, provavelmente por uma

Semanario Patriótico, vide a correspondência entre o lorde e Jovellanos reproduzida em Pons, op. Cit, 2002.

²⁴³ Pode-se dizer que a única que realmente fracassou nesse intento foi a embaixada espanhola, representada por Manuel Abella. PONS, op. cit., 2002, p. 126: “Se puede deducir que cada actor que participa en la gestación del periódico piensa utilizarlo según su interés: el *Foreign Office* considera que ese periódico puede reforzar la alianza anglo-española, Lord Holland que puede propagar en España las ideas de los whigs y la Embajada de España en Londres que sería conveniente ponerlo al servicio del gobierno de Cádiz.”

²⁴⁴ PORTILLO VALDÉS, José María & VALLEJO, Jesus. “Introducción”. In: BLANCO WHITE, José María. **Obras completas vol. III (*El Español*, num. 4, 5 e 6)**. GARNICA, Antonio & PORTILLO VALDÉS, José María & VALLEJO, Jesus (eds.) Granada: Almed, 2009.

²⁴⁵ CLAPS ARENAS, María Eugenia. José María Blanco White y la "Cuestión Americana". *El Semanario Patriótico* (1809) y *El Español* (1810-1814). *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, nº 29, 2005.

²⁴⁶ Neste investimento tão vultoso havia várias questões. A primeira é de caráter pessoal, pois um dos sócios da casa de comércio, o coronel Juan Murphy, era amigo próximo de Blanco, reunindo-se para tocar violino semanalmente. A segunda é profissional, pois os negócios da casa de comércio, existente desde 1802, eram no mundo hispânico, principalmente na América. Por fim, a terceira causa é um pouco escusa, pois a influência do *Foreign Office* podia estar por trás da assinatura de tantos números, já que a casa comercial tinha uma tradição de fazer contrabando a mando do governo inglês. As informações estão em Pons, op. cit., 2002, pp. 131-138.

²⁴⁷ A tiragem inicial de 500 exemplares foi rapidamente acrescida para 2000, sendo que os cinco primeiros números foram reimpressos para alcançar esse total, por vezes superando-o. Com o aumento da censura na Espanha, a tiragem teve que ser diminuída para 1500 exemplares. De qualquer forma, pode ser considerado um jornal bem sucedido. As informações estão em Pons, op. cit., 2002.

questão financeira. O primeiro número foi lançado em 30 de abril de 1810 e o último no biênio maio-junho de 1814. Era um jornal bastante longo, com mais de 80 páginas.

O financiamento governamental e comercial, mesmo quando não era explícito, sempre levantou suspeitas quanto ao *Español*, como veremos no decorrer deste trabalho. Blanco White, por exemplo, nunca admitiu que recebesse um financiamento tão vultoso do *Foreign Office*. De qualquer modo, ao receber estas acusações, o autor chegou a pedir para Lord Holland que as aquisições fossem interrompidas, o que nunca se realizou²⁴⁸.

A hipótese de que o *Foreign Office* controlava e censurava o *Español* deve ser levada a sério, mas com ressalvas. Pons consultou a correspondência do próprio *Foreign Office*, onde aparecem várias queixas referentes aos números iniciais do periódico, que atacavam em demasia o governo espanhol. No entanto, com o tempo essas queixas vão desaparecendo, pois Blanco foi concordando cada vez mais com a posição da Inglaterra, principalmente na questão americana. O próprio Pons acredita que não houve um controle direto, pois:

“É verdade que Blanco White defendeu objetivamente os interesses dos negociantes e os objetivos do Governo que desejavam que Espanha abolisse o monopólio e proclamasse a liberdade de comércio com a América. Porém não precisava que lhe dessem dinheiro para reivindicar esta liberdade, pois lhe parecia justa e conveniente.”²⁴⁹

Mais do que levantar suspeitas quanto ao caráter de Blanco White, interessa ao historiador pensar principalmente o porquê de órgãos oficiais e casas comerciais ingleses terem tanta disponibilidade em financiar o periódico.

Nesta primeira abordagem do *Español* não vamos nos deter com muito pormenor nas ideias políticas de Blanco, e nem na sua teoria quanto à América, já que ambos os temas serão extensamente desenvolvidos ao longo dos próximos capítulos. A ideia aqui é passar as primeiras impressões deixadas pelos seis números iniciais, que vão de abril a setembro de 1810, já que em outubro passou a existir no cenário político hispânico as Cortes de Cádiz, um fator novo e que alterou o discurso de todos aqueles interessados na monarquia hispânica. Nos próximos capítulos trabalharemos com mais

²⁴⁸ Blanco se dirige ao chefe do *Foreign Office*, Lord Wellesley, em 25/09/1810, pedindo que retirasse o apoio se o jornal causasse algum mal-estar ao governo inglês. Wellesley nunca respondeu à carta e coube a Lord Holland acalmar Blanco White.

²⁴⁹ Idem, p. 137: “Es verdad que Blanco White sostuvo objetivamente los intereses de los negociantes y los objetivos del Gobierno que deseaban que España aboliese el monopolio y proclamase la libertad de comercio con América. Pero no necesitaba que se le diera dinero para reivindicar esta libertad, pues le parecía justa y conveniente.”

cuidado o jornal de Blanco White e sua relação de oposição aos liberais gaditanos, o que lhe permitiu ser designado como “*primeiro periódico de oposição*”.²⁵⁰

O primeiro número da publicação londrina podia ser tomado como uma continuidade do *Semanario Patriótico*. Como vimos, Blanco White havia encerrado suas atividades jornalísticas sevillanas por não aceitar a pressão exercida pela Junta Central, da qual discordava tanto politicamente quanto na condução da guerra. Na Inglaterra, livre da pressão do governo espanhol, pôde destilar com maestria as críticas que antes esboçara:

“Os Espanhóis fizeram tudo que era necessário para chamar um povo de generoso e nobre, que é não sofrer calado o desprezo; O que faltou a eles foi quem os governe, quem os leve à vitória, e isso não é culpa dos povos: é uma consequência inevitável de uma combinação de circunstâncias.”²⁵¹

O primeiro artigo do jornal, com o título “*Revolución Española*”, era um diagnóstico da razão desta haver fracassado diante das expectativas iniciais. O diagnóstico do fracasso já constituía uma atitude inédita, na força e virulência do ataque. Acompanhado de um elogio à resistência do povo espanhol, havia uma crítica muito forte tanto às Juntas provinciais, quanto à Junta Central.

Em diversos momentos Blanco White deu um tom quase pessoal à condenação e desferiu-a de uma maneira que seria impossível na Espanha da Junta Central. Esse tipo de crítica, feita publicamente então apenas em Londres, passaria a ser mais comum depois também na Espanha das Cortes, em que a antiga Junta obteve uma crescente impopularidade: “*Chegaram a Sevilha e ali foi onde, após terem exigido para entrar uma pompa ridícula, e alheia do estado infeliz das coisas, seguiram a sua carreira de reis, arrastando ao precipício a nação desgraçada que os tinha no comando.*”²⁵²

O tom de desaprovação se manteve inalterável ao longo do jornal. Um dos principais pontos, para além da má gestão da guerra e da administração, foi a recusa a convocar Cortes. Quando o periódico foi lançado, em abril de 1810, não havia nenhuma garantia de que as Cortes se reuniriam algum dia em Cádiz, ainda que a convocatória já

²⁵⁰ “[o *Español*] Desempeñó una acción realmente valiente y pionera, convirtiéndose con una tenacidad, impropia de las empresas intelectuales españolas, en el primer periódico de la oposición política española”. ALONSO, Manuel Moreno. **Divina Libertad – La aventura liberal de Don José Maria Blanco White**, 1808-1824. Sevilla: Alfar, 2002, p. 48

²⁵¹ *El Español*, 30/04/1810, p. 6: “Los Españoles han hecho quanto basta para calificar á un pueblo de generoso y noble, que es no sufrir callados el desprecio: les ha faltado quien los gobierne, quien los lleve a la victoria, y esto no es culpa de los pueblos: es una consecuencia inevitable de una combinación de circunstancias.”

²⁵² Idem, p. 21: “Llegaron á Sevilla y allí fué donde, después de haber exigido para entrar una pompa ridicula, y agena del estado infeliz de las cosas, siguieron su carrera de reyes arrastrando al precipicio á la nación desgraçada que los tenia al frente.”

tivesse sido lançada no meio da confusão de janeiro. Para reforçar este ponto, Blanco publicou sua resposta de 1809 – em nome da Universidade de Sevilha – à consulta geral feita pela Junta Central quanto ao melhor método convocatório das Cortes, na qual defendia uma assembleia única e com disposição de escrever uma nova constituição, dando continuidade à linha ideológica do *Semanario*.

As críticas tão fortes à Junta Central, que posteriormente seriam continuadas através da reprodução de papéis ingleses que chegavam a duvidar até mesmo da lealdade do governo, geraram dois fatores: ajudaram na popularidade do *Español*²⁵³, e também estimularam respostas privadas dos antigos membros da Junta e outros antigos companheiros de Blanco, inclusive de Quintana.

Um exemplo é a carta que o mais famoso membro da Junta Central, Jovellanos, enviou a Lord Holland, reclamando dos excessos cometidos por Blanco White:

“Temos visto já por aqui alguns exemplares do jornal que Blanco publica por aí, e temo muito que, censurando os erros de nossa Junta, esqueça-se dos que, longe da Junta ser parte neles, foram combatidos. Quanto a mim, creio que ele me conheça bastante para que não me confunda com a multidão. No entanto, rogo a Vm. que o lembre do meu nome para que o honre, caso creia que eu mereço e, caso contrário, que não o ofenda.”²⁵⁴

Para o assunto que nos interessa mais aqui, a questão americana, *El Español* sofreu uma mudança brusca de rumo a partir do seu quarto número, em julho, quando a América foi abordada como principal assunto do periódico, o que passaria a ser uma constante. Ainda que o Novo Mundo fosse citado de alguma maneira em todos os exemplares anteriores, a situação mudou radicalmente em julho, com um jornal dedicado quase integralmente ao tema. De fato, das 87 páginas, 75 eram sobre a

²⁵³ A derrota de Ocaña em novembro de 1809 e a posterior fuga da cidade de Sevilha em janeiro de 1810 foram os golpes finais numa Junta Central já bastante desprestigiada. Desde o seu começo, as brigas internas e o manejo do dinheiro geraram uma repercussão negativa sobre o órgão, além dos contínuos fracassos na guerra da península após a surpreendente vitória de Baylén. Os erros da Junta Central foram então apontados pelas Cortes e pela imprensa, como a nomeação do inexperiente general Areizaga para comandar o exército em Ocaña e acusações, muitas vezes falsas, de enriquecimento dos membros da Junta. Vários dos seus antigos membros, no entanto, ainda tinham vida política ativa, não apenas o redator do *Semanario Patriótico* Manuel Quintana, mas também Martin de Garay e Jovellanos, que inclusive escreve uma famosa **Memoria en la defensa de la Junta Central**: “llegará sin duda un día en que, sin necesidad de apologías ni manifiestos, la nación reconozca los servicios que le han hecho estos dignos patriotas; pero entretanto nuestro pundonor y nuestra conciencia no nos permiten esperar un juicio tan tardío.” *Apud* MORENO ALONSO, Manuel. Jovellanos y el colapso de la Junta Central en Sevilla. *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, vol. 40, 2012.

²⁵⁴ Carta de Jovellanos a Lord Holland, em Muros, 30/08/1810. *Apud* MORENO ALONSO, Manuel. Las Ideas políticas de El Español. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Num. 39, 1984, p. 65: “Hemos visto ya aquí algún número del papel que Blanco publica en ésa, y temo mucho que censurando los errores de nuestra Junta se olvide de los que, lejos de ser parte en ellos, los han combatido. En cuanto a mí creo que me conozca bastante para que no me confunda con la muchedumbre. Con todo ruego a Vm. que le recuerde mi nombre para que le honre si cree que lo merece y, si no, que le ofenda.”

América. A escolha dos artigos não era fortuita. De início, uma tradução da *Edinburgh Review*, com um comentário feito por John Allen, grande amigo de Lord Holland, sobre um dos textos que mais repercussão obteve nos meios ilustrados da época, o artigo de Humboldt sobre a América,²⁵⁵ especificamente os capítulos sobre a Nova Espanha.

A principal intenção do texto era descrever a economia, a geografia e a população da Nova Espanha, atentando para as suas cidades e plantações, além de Allen somar seus próprios conhecimentos acerca de outras áreas do império. A conclusão do artigo era bastante positiva quanto ao potencial apresentado pela região, elogiando algumas medidas tomadas por Carlos III, mas a revista inglesa tecia críticas ao monopólio comercial.²⁵⁶ No entanto, a grande novidade do ponto de vista apresentado era que Allen não defendia a independência imediata da América, como já havia feito em outra oportunidade, pois desta vez alegava um clima de instabilidade causado pela “*guerra de castas*” e pela opinião geral ser favorável à Espanha e ao rei Fernando entre os *criollos*²⁵⁷. Como veremos, Blanco White desenvolveria muitos desses pontos entre 1810 e 1814.

Nesse mesmo número, o *Español* reproduziu um artigo da Gazeta da Regência de 29 de junho de 1810, no qual esta negava a ordem anteriormente dada de liberdade de comércio para a América, atestando que a mesma havia sido apócrifa, inclusive prometendo punição aos envolvidos²⁵⁸:

²⁵⁵ A *Edinburgh Review* era uma das mais importantes publicações inglesas e pode ser considerada como a voz pública dos *whigs* e dos radicais ilustrados escoceses. A revista tratava de temas polêmicos, como o fim da escravidão ou os ideais jacobinos, colocando-se na vanguarda das discussões políticas. A América espanhola já havia aparecido antes na revista, inclusive com artigos do venezuelano Miranda, mas o longo artigo de Allen coloca novos pontos de discussão e alcançou muita repercussão.

²⁵⁶ “Que su gobierno ha descubierto y corregido algunos de sus errores: No se sigue de aquí que no hizieran mas progresos, si se huviera visto y corregido más. Estos estorbos pueden considerarse baxo dos puntos de vista: en quanto tienen relación con el comercio extrangero, y en quanto influyen en la administración interna de las colonias. El defecto trascendental del código de comercio de las colonias, es el espíritu de restricción é intervención que respira. (...) Pero el espíritu entremetido del gobierno, siempre propenso a mezclarse con los intereses particulares de los subditos, baxo el pretexto de dirigir su industria al bien general del imperio, es la parte más dañosa y pesada de su política.” *El Español*, 30/07/1810.

²⁵⁷ “Entre todas las cosas que en el presente estado de América Española se oponen a su dicha y prosperidad, la más dañosa es la división de sus habitantes en castas, señaladas por la naturaleza con diferentes colores y distinguidas por las leyes y la opinión, por la diferencia de jerarquía y privilegios. (...) Existía verdaderamente antes de la revolución de España, una disposición en sus colonias a separarse de la metrópoli y a constituirse en gobiernos independientes?” *Idem*, *ibídem*.

²⁵⁸ A mais completa discussão sobre essa ordem apócrifa está em SALMORAL, Manuel Lucena. La orden apócrifa de 1810 sobre la 'libertad de comercio' en América. *Boletín americanista*, nº 28, 1978. Segundo o autor, a ordem apócrifa foi feita por Esteban Fernández de León, antigo intendente da Venezuela no começo do século XIX e que já havia feito um projeto parecido de liberdade de comércio, quando a Junta Central lhe pediu um informe sobre autorizar ou não o livre comércio em Cuba. A ordem vinda da Regência tinha a grande novidade de permitir a liberdade de comércio com as nações aliadas para toda a América durante a guerra com Napoleão. Ainda assim, Salmoral erra ao descrever que a ordem teve pouco impacto e talvez nem tenha sido conhecida na América, já que o *Español* deu grande

“O conselho de Regência dos reinos de Espanha e Índias, surpreendido com a notícia de haver-se impresso e distribuído alguns exemplares de uma real ordem que se supõe emanada de S.M. no último 17 de maio sobre o comércio livre das Américas, considerou necessário manifestar através de um suplemento à gazeta da Regência de 22 do presente mês, que não havia precedido resolução, nem ordem de S.M. nesse sentido; e que, em consequência, mandava que se recolhessem e queimassem quantos exemplares houvesse, e que se publicasse na gazeta da Regência e demais papeis públicos para notícia e governo de todos.”²⁵⁹

A inserção do trecho de Humboldt junto com esse extrato da regência, cuidadosamente escolhido para integrar a seleção de documentos, possuía uma lógica interna de crítica à política colonial espanhola e, ao mesmo tempo, prolongava-se em defesa das juntas autônomas que surgiam na América. Pois é justamente neste número que se anunciou, com destaque positivo, a criação da Junta Suprema de Caracas.

Não vamos aqui nos ater à discussão sobre o caráter das Juntas que surgiam na América, pois essa discussão será muito mais frutífera adiante, com a volta do *Semanario Patriótico* e o choque de visões entre este e o *Español*. Interessa-nos neste momento, sobretudo, demonstrar o quanto as notícias americanas impactaram o rumo do periódico de Blanco White, que se tornou então o primeiro jornal cuja abrangência de interesses coincidiu com o tamanho da monarquia hispânica, tendência que seria logo seguida pelos outros jornais liberais.

Ainda assim, o nível de proximidade entre Blanco White e as Juntas Americanas, especialmente a venezuelana e a portenha, foi algo único no cenário espanhol daquele tempo. A saudação à denominada “Revolução de Caracas” era efusiva:

“Esse documento contém uma relação sucinta das últimas desgraças da Andaluzia, e descreve a situação da Espanha como desesperada: declara que o objeto daquela revolução é proteger-se das pretensões das demais nações da Europa, das intrigas do gabinete francês, e os desígnios que os membros da antiga Junta Central poderiam manter sobre aquele país - manter seu caráter político - sustentar, quanto seja possível, a legítima dinastia da Espanha, e aliviar a sorte de Fernando 7º, caso se veja livre do

repercussão a mesma, e, como se sabe, o jornal de Blanco White era muito lido na América, tendo peso relevante entre as suas elites.

²⁵⁹ *El Español*, 30/07/1810, p. 73: “El consejo de Regencia de los reynos de España é Indias, sorprendido con la noticia de haberse impresso y distribuido algunos txemplares de una real orden que se supone emanada de S. M. en 17 de mayo próximo anterior sobre el comercio libre de las Américas consideró necesario manifestar por un suplemento á la gazeta de la Regencia del 22 del corriente, que no habia precedido resolución, ni orden de S. M. para ello; y que en su consecuencia mandaba se recogiesen y quemasen quantos exemplares se hallasen, y que se publicase en la gazeta de la Regencia y demás papeles públicos para noticia y gobierno de todos.”

seu cativo, e conservar a glória do nome espanhol, oferecendo um asilo aos desgraçados restos daquela nação generosa.”²⁶⁰

Num capítulo intitulado Reflexões Políticas, ainda no mesmo número, Blanco White continuou o elogio à Junta venezuelana, criticou o monopólio colonial e a política tanto da Junta Central como da Regência quanto à América. Mais do que isso, era um elogio à “independência” da América:

“Parece que chegou a época de um grande acontecimento político, que se estava esperando há um longo tempo: o estandarte da independência começou a se levantar na América, e de acordo com o que podemos calcular a partir do que temos visto da revolução de Caracas, não é um movimento tumultuoso e passageiro daqueles povos; pelo contrário, é uma determinação tomada com maturidade e conhecimento, colocada em prática sob os melhores auspícios: a moderação e beneficência.”²⁶¹

A defesa da independência não significava uma ruptura com a monarquia. A independência era declarada com relação à Regência, vista como ilegítima no tocante à América. Independência, no caso, significava autogoverno²⁶²: “a ideia de Blanco consistia numa concepção da independência compatível com a integridade da monarquia, significando, a primeira, capacidade autônoma de organização política sem dependência subordinada com relação aos outros componentes da monarquia.”²⁶³

A terminologia utilizada no *Español* confundia-se com aquela usada pelas Juntas americanas, através de uma relação de dupla troca, como demonstraremos ao tratarmos dos contatos estabelecidos por Blanco, já que ele se encontrou, por exemplo, por duas vezes em Londres com Simón Bolívar, uma delas exatamente antes da publicação do

²⁶⁰ Idem, p. 72: “Este documento contiene una relación sucinta de las últimas desgracias de Andalucía, y describe la situación de España como casi desesperada: declara que el objeto de aquella revolución es ponerse á cubierto de las pretensiones de las demas naciones de Europa, de las intrigas del gabinete francés, y los designios que pudieran tener los miembros de la disuelta Junta Central, sobre aquel pays — mantener su carácter político—sostener, quanto sea posible, la legitima dynastia de España—aliviar la suerte de Fernando 7^a. en caso de que se vea libre de su cautiverio, y conservar la gloria del nombre español, ofreciendo un asilo á los desgraciados restos de aquella nación generosa.”

²⁶¹ Idem, p. 73: “Parece que ha llegado la época de un grande acontecimiento político, que se ha estado esperando por largo tiempo: el estandarte de la independencia se ha empezado a levantar en América, y según podemos calcular, por lo que hemos visto acerca de la revolución de Caracas, no es un movimiento tumultuario, y pasagero el de aquellos pueblos; sino una determinación tomada con madurez, y conocimiento, y puesta en práctica baxo los mejores auspicios, la moderación y la beneficiencia.”

²⁶² Nas palavras do próprio Blanco White: “Independencia, reunida a la obediencia de los legítimos monarcas de España, no puede jamás expresar separación de aquellos dominios . Independencia, entendida de este modo, es una medida de gobierno interior que todos los pueblos de España han tomado según les han dictado las circunstancias, y que no puede convertirse en delito porque la tomen los americanos.”

²⁶³ PORTILLO VALDÉS & VALLEJO, 2009, op. Cit: “la idea de Blanco consistía en una concepción de la independencia compatible con la integridad de la monarquía, significando la primera capacidad autónoma de organización política sin dependencia subordinada respecto de otros componentes de la monarquía”

quarto número, em 30 de julho.²⁶⁴ O contato com o enviado da Junta de Caracas não era um segredo, pois foi anunciado pelo próprio Blanco White no jornal, já que o sevilhano se dizia tomado de dúvidas sobre o caráter da revolução, temeroso de que fosse violenta como a francesa. Para elucidá-las, requisitou a Bolívar e López Mendes que lhe escrevessem um pequeno texto sobre o caráter dos acontecimentos caraqueños:

“Os sentimentos de fidelidade ao soberano e de adesão à metrópole, longe de serem desmentidos naquela ocasião, foram pronunciados com a mesma veemência e unanimidade que no 15 de julho de 1808, no qual a capital da Venezuela, convidada pelos emissários de José Bonaparte a reconhecer a nova dinastia, levantou-se espontaneamente a proclamar a Fernando 7º, e assim o fez apesar da oposição do capitão general e dos outros magistrados.”²⁶⁵

A fidelidade a Fernando VII, portanto, não estava em nenhum momento colocada em dúvida em todo o periódico. E, de fato, assim seria ao longo da existência do *Español*, ainda que as acusações de independentista por parte dos peninsulares, até mesmo de antigos companheiros, tenham se mantido e aumentado bastante. Roberto Breña compreende também que Blanco White não era um independentista, pois o apoio dado por Blanco às juntas autônomas dependia explicitamente do reconhecimento de um mesmo rei:

“Blanco nunca aconselhou aos autonomistas da América que se separassem da Coroa da Espanha, porém insistiu uma e outra vez que a reunião entre peninsulares e americanos devia ser em termos de estrita e absoluta igualdade, não de opressão; daí que considerá-lo como um decidido defensor da causa independentista americana, como o fazem com frequência analistas contemporâneos (no que não fazem mais que repetir o que se dizia de Blanco e do *Español* no seu próprio tempo) seja, no melhor dos casos, uma inexatidão.”²⁶⁶

Blanco não era um independentista, como também não o eram a maioria dos membros iniciais das Juntas. Vários americanos representantes dessas instituições

²⁶⁴ “Blanco White trató personalmente a Bolívar en el verano de 1810, cuando éste, encargado por la Junta de Caracas de una misión diplomática en Londres con Andrés Bello y López Méndez, procuró lograr el auxilio de Inglaterra al movimiento del 19 de abril.” PONS, André. “Bolívar y Blanco White”. *Revista de Estudios Americanos*, Tomo LV, 2, 1998.

²⁶⁵ *El Español*, 30/07/1810, p. 83: “Los sentimientos de fidelidad al soberano y de adhesión a la metrópoli, lejos de ser desmentidos en aquella ocurrencia, fueron pronunciados con la misma vehemencia y unanimidad que en el 15 de Julio de 1808, en que la capital de Venezuela, convidada por los emisarios de José Napoleón á reconocer la nueva dynastia, se levanto espontáneamente á proclamar a Fernando 7º., y lo hizo á pesar de la oposición del capitán general y de otros magistrados”

²⁶⁶ BREÑA, Roberto. “José María Blanco White y la Independencia de América: ¿Una postura pro-americana?” *Historia Constitucional*, nº 3, 2002, p. 5: “Blanco nunca aconsejó a los autonomistas de América que se separaran de la Corona de España, pero insistió una y otra vez en que la unión entre peninsulares y americanos tenía que ser en términos de estricta y absoluta igualdad, no de opresión; de aquí que considerarlo como un decidido defensor de la causa independentista americana, como hacen con frecuencia analistas contemporáneos (que no hacen más que repetir lo que se decía de Blanco y de *El Español* en su tiempo), sea, en el mejor de los casos, una inexactitud”

estiveram na Inglaterra, em missões para garantir o reconhecimento inglês e a cooperação comercial desta, essencial nas atividades marítimas, o que geraria uma série de acusações à política inglesa por parte dos peninsulares.

Sendo assim, quando o primeiro tomo (os seis primeiros números, conforme a divisão estabelecida pelo próprio redator) do *Español* chegou ao fim, em setembro de 1810, o jornal já angariara diversos inimigos na Espanha, principalmente a Regência, a qual Blanco se opunha explicitamente, de uma forma que nenhum jornal gaditano teve a possibilidade de fazer. Sua posição quanto às Juntas na América, de apoio explícito, foi a maior polêmica que circundou o periódico. Consciente disso, ao escrever a conclusão do primeiro tomo, Blanco rebatia as críticas que vinha recebendo:

“O ataque se vai fazendo de modo que, para me fazer vulnerável, querem apresentar as minhas opiniões à sua própria maneira. Parece-me, pois, conveniente que, desde agora, eu aclare vários pontos para não ter que voltar a tocar neles mais adiante. Fixados estes, verei como hei de defender-me dos demais tiros. O 1º é que, na famosa questão da revolução da América, jamais foi minha intenção aconselhar aqueles povos que se separem da coroa da Espanha. Entretanto, afirmo que discordo da opressão com a qual se quer confundir a *união* dos Americanos, e ainda clamarei contra esta o quanto alcancem as minhas forças, porque concebo que a falta de liberdade com a qual se trata os americanos, e com a qual se insiste em tratá-los, é o que mais pode romper seus laços com a Espanha.”²⁶⁷

Já em setembro de 1810 estava colocado o projeto de integração que guiaria os passos restantes do *Español*, baseados na fidelidade ao rei, na liberdade de comércio, no autogoverno em questões econômicas e no apoio ao poder da elite *criolla* (daí o suporte concedido às Juntas). Como identifica Portillo Valdés, era o projeto *Whig* de integração comercial que estava colocado:

“Tratava-se de mostrar que era factível o sonho burkeano de um corpo político atlântico fundado, por um lado, sobre a preponderância das classes europeias e proprietárias, e, por outro, sobre a igualdade e autonomia de suas províncias. Por isso, Blanco selecionou aquele material que de forma mais latente transmitia um par de ideias que ele

²⁶⁷ *El Español*, 30/09/1810, p. 80. Grifo do jornal: “El ataque se va haciendo de modo que para hacerme vulnerable, quieren presentar mis opiniones a su manera. Parece me conveniente que desde ahora aclare varios puntos para no tener que volver a tocarlos en adelante. Fijos ellos, veré como me he defender de los demas tiros. El 1º es que en la famosa question de la revolución de América, jamas ha sido mi intención aconsejar á aquellos pueblos que se separen de la corona de España. Es menester ser ciego para no ver lo contrario eu quanto he dicho. Pero protexo que aborrezco la opresion, con que se quiere confundir la *union* de los Americanos, y aun clamaré contra ella quanto alcanzen mis fuerzas, porque concibo que la falta de liberalidad con que se les ha tratado, y con que se insiste en tratarlos, es lo que mas puede romper sus lazos con España.”

escolheu especialmente: moderação no processo de mudança e propostas de recomposição constitucional do corpo hispânico.”²⁶⁸

O início dos trabalhos das Cortes de Cádiz, em 24 de setembro de 1810, louvado no *Español*, mudaria o discurso do jornal, pois agora havia um fator novo na integração da monarquia, fator esse que, em um breve tempo, gerou uma animosidade ainda maior entre os liberais de Cádiz e Blanco White.

Ao chegarmos a meados de 1810, aqueles ilustrados que se mantiveram fiéis à Espanha, autodenominados *patriotas*, e que compunham um dos grupos mais radicais em 1808, a tertúlia do poeta Manuel Quintana, encontravam-se já divididos. Até a queda de Sevilha, entretanto, no começo de 1810, os redatores se sucederam como principais mãos na obra pedagógica revolucionária. Manuel Quintana, Álvarez Guerra, Eugenio de Tapia, Blanco White, Isidoro Antillón e Alberto Lista compunham um mesmo grupo político, que lutava junto pela convocatória de Cortes constituintes, compostas sem estamentos e que afirmassem a soberania da Nação.

No tocante à América, o grupo, cuja evolução pode-se verificar tanto nos periódicos quanto nos manifestos oficiais redigidos por Manuel Quintana, também se manteve unido nessa época. A posição assumida por Blanco White no *Español*, portanto, era uma radicalização da postura do *Semanario Patriótico*. Radicalização na qual ficaria sozinho, mas que julgou ser o caminho natural de suas antigas posições.

Esses antigos membros da tertúlia de Quintana, separados pela invasão francesa, tomaram diferentes rumos. Ainda assim, a posição revolucionária de todos eles, que fincaram os alicerces dos futuros liberais gaditanos, também já estava definida. Os eventos americanos, a disputa parlamentar, o fracasso na guerra e a influência francesa mudariam a todos de diferentes maneiras, desde o afrancesamento de Alberto Lista até o pensamento cada vez mais próximo de Burke por parte de Blanco White. Cabe agora entender como essas diferentes evoluções acompanharam as mudanças na questão americana, que se impunha como um dos temas mais polêmicos do período constituinte.

²⁶⁸ PORTILLO VALDÉS & VALLEJO, 2009, op. Cit, p.XXXII: “Se trataba de mostrar que era factible el sueño burkeano de un cuerpo político atlántico fundado, por un lado, sobre la preponderancia de las clases europeas y propietarias y, por otro, sobre la igualdad y autonomía de sus provincias. Por ello, Blanco seleccionó aquel material que de una forma más patente transmitía un par de ideas que él ponderó especialmente: moderación en el proceso de cambio y propuestas de recomposición constitucional del cuerpo hispano.”

Capítulo 2: O Período Constituinte (1810-1812)

As cortes de Cádiz: esperança e desilusão

No primeiro capítulo, analisamos os escritos dos redatores do *Semanario Patriótico* entre 1808 e 1809 no tocante à América. Constatamos uma mudança significativa no posicionamento do jornal, pois o mesmo periódico que, em setembro de 1808, menosprezava versos poéticos por terem sido feitos na América, menos de um ano depois proclamava a revolução nos dois hemisférios. Quando finda a segunda parte do *Semanario Patriótico*, em 1809, o continente americano não possuía, nos textos de Quintana e seus companheiros de tertúlia, um status explicitamente inferior ao da península, exceto pelo termo colônia. O hebdomadário seguia o posicionamento inclusivo – ao menos no discurso – da Junta Central, já que o próprio literato escrevia para ambos.

Os escritos posteriores de Alberto Lista e Blanco White mantinham os rumos do jornal de origem. Os desdobramentos da guerra, com a invasão de Sevilha e os movimentos junteros na América, acabaram com o *Espectador Sevillano* e transformaram o *Español* em um jornal prioritariamente sobre a América, tornando-o um periódico único no mundo hispânico.

Interessa-nos, neste capítulo, compreender a dinâmica estabelecida entre os jornais desses redatores - o *Semanario Patriótico*, o *Español* e a *Gazeta de Sevilla* - entre 1810 e 1812, enquanto a constituição estava sendo construída nas Cortes de Cádiz, e a Sevilha de Alberto Lista estava sob ocupação francesa. Além disso, tendo em vista o tema principal dessa dissertação, foi neste período que se deram os eventos definidores das revoltas americanas, da consolidação das primeiras juntas, passando pelas independências, à concretização de uma guerra civil cruel.

Primeiramente, serão tratadas as abordagens iniciais do *Semanario* e do *Español* sobre a questão americana nas Cortes, com a cisão que ganha força entre os dois jornais. Em seguida, analisaremos a questão das juntas americanas, das quais Blanco era muito próximo, enquanto Quintana se juntava aos que as condenavam e, com o tempo, passaria a pedir uma intervenção armada nas antigas colônias. Como último ponto da análise destes jornais, apreciaremos como examinaram a constituição de 1812 e especificamente a questão americana, quando então o *Español* já era um jornal de

completa oposição, enquanto o *Semanario Patriótico* dava sustentação aos liberais. Por fim, vamos indagar acerca de uma questão inédita que foi a abordagem do jornal afrancesado de Alberto Lista sobre a América, conjecturando se houve diálogo com os liberais ou com o periódico londrino de Blanco.

Tendo já acompanhado a trajetória de José Maria Blanco – agora Blanco White – até setembro de 1810, ainda se faz necessária a descrição do que aconteceu com o fundador do *Semanario Patriótico*. O percurso de Manuel Quintana acompanhou o poder central. Em 19 de dezembro de 1809, o exército espanhol organizado pela Junta Central foi derrotado na batalha de Ocaña. A tragédia se espalhou pela península, pois todos os investimentos advindos da prata americana e do trabalho de organização da Junta ruíram com a derrota²⁶⁹. Em primeiro de janeiro de 1810 a Junta Central, já pressionada pelo desastre militar, lançou o decreto que convocava as Cortes para março do mesmo ano, conclamando todos ao sufrágio indireto que elegeria 208 deputados, sendo que dentre os eleitos haveria não apenas deputados escolhidos pelo novo regulamento, como também representantes de cidades (aqueles que tinham voz nas Cortes antigas) e das Juntas provinciais. A convocação de Cortes ratificava a vitória do grupo de Manuel Quintana, representado na Junta Central principalmente por Martín de Garay e Calvo de Rozas²⁷⁰, que há tempos trabalhavam nesse projeto. O decreto, no entanto, não deixava clara a solução para o principal problema do período: se as Cortes deveriam ser compostas pelos três estamentos separadamente (clero, nobreza e povo) ou por uma nação, ou seja, cidadãos iguais sem diferenciação de estamento.

Foi nessa disputa que residiu a maior vitória do grupo de Quintana. Quando as Cortes se reuniram em setembro, fizeram-no em câmara única, com deputados em

²⁶⁹ Essa breve narrativa sobre os acontecimentos da Espanha revolucionária tem como base dois livros de Miguel Artola: op. cit., 1999; e **La Burguesía revolucionaria (1808-1874)**, vol.5 da Historia de España, ARTOLA (org.), Madrid: Alianza Editorial, 2006.

²⁷⁰ Infelizmente não há um estudo aprofundado sobre Calvo de Rozas, personagem deveras interessante por ser um dos poucos comerciantes na Junta Central e sempre ter se posicionado por medidas mais radicais. Já Garay é mais estudado, com destaque para os estudos recentes de Nuria Alonso Garcés, que atribui um papel importante ao aragonês na convocação de uma assembleia sem estamentos: “los regentes llamaron a consulta a Martín de Garay (...) aunque la Junta Central había concebido división de cámaras, la llamada a Cortes realizada en enero se había expedido sin distinción estamental así que Don Martín aconsejaba a los regentes dejar las cosas como estaban y no establecer alteraciones. Esa respuesta, unida a las pressiones de los liberales que se encontraban en Cádiz, forzó a la Regencia a llevar a cabo la convocatoria en una sola cámara.” In: GARCÉS, Nuria. “Relaciones entre Manuel José Quintana y Martín de Garay”, p. 414. In: DURÁN LÓPEZ; ROMERO; CANTOS (org.), op. cit., 2009. Sobre a pressão para a convocatória de Cortes, vide o trabalho realizado pelo *Semanario Patriótico* entre 1808 e 1809, conforme descrito no capítulo anterior.

condição de igualdade. Conforme defende Guerra, foi a vitória da nação moderna²⁷¹. Essa revolução, autoproclamada pelo próprio congresso ao se definir soberano,²⁷² foi uma consequência direta dos periódicos do grupo de Quintana e do seu trabalho na Junta.

De fato, parte da lenda negativa ao redor de Manuel Quintana diz que o poeta escondeu o decreto preparado pela Junta Central para convocar o primeiro e o segundo Estado. Esse boato, lançado com sucesso por dois escritos importantes do bando reacionário em 1811, do ex-regente Lardizábal e do decano do Conselho de Castela Colón, disparava uma suspeita sobre o madrilenho devido às suas ideias bem conhecidas e ao seu acesso aos documentos enquanto primeiro oficial da secretaria.²⁷³ Em 1818, em sua *Memoria sobre el proceso y prisión de D.Manuel José Quintana en 1814*, tinha ainda que responder à acusação, mesmo que viesse negando-a desde 1811²⁷⁴.

²⁷¹ “La nación moderna, hace referencia a una comunidad nueva, fundada en la asociación libre de los habitantes de un país; esta nación es ya, por esencia, soberana, y para sus forjadores se identifica necesariamente con la libertad”. GUERRA, op. Cit., 1992, p. 319.

²⁷² O primeiro decreto tomado pelas Cortes, no dia de sua reunião, era uma afirmação de que a soberania da Nação estava representada nas Cortes. “Efectivamente, el decreto I de 24 de septiembre de 1810 contenía una fuerte carga al declarar expresamente una transferencia de soberanía en la nación, una exclusividad de representación de la misma en las Cortes y un reconocimiento de la monarquía desde esa posición soberana asumida por la nación. Más exactamente el decreto venía a establecer como principio de su actividad que en las Cortes residía una soberanía nacional”. PORTILLO VALDÉS, op. cit., 2000, p. 314.

²⁷³ O *Manifiesto* de Lardizábal, de agosto, acusava as Cortes de usurpar a soberania real e a suspeita lançada sobre Quintana não o nomeava: “*Por las ideas y máximas bien conocidas de cierto sujeto y por otros antecedentes, yo he presumido de él*”. Já o famoso *España vindicada*, de Colón, publicado em outubro, buscava defender os direitos da nobreza e acusava Quintana por ocultar o decreto convocando os grandes e o clero: “*La secretaria de la Junta Central y su oficial mayor deberán responder de tal omisión.*” Curiosamente, quem deu a conhecer ao público este último decreto não publicado da Junta Central foi Blanco White no *Español* de setembro de 1810, pouco antes da reunião das Cortes, demonstrando já mudanças em quem antes havia defendido magistralmente a reunião das Cortes sem estamentos. Além disso, Blanco dará voz em seu periódico tanto a Lardizábal quanto a Colón, provando não apenas mudanças em suas doutrinas (mesmo que isso não queira dizer que concordava com os dois reacionários), mas também o corte em sua amizade com Quintana. Ambos manifestos podem ser achados online, o *Manifiesto que presenta a la nación el consejero de Estado Miguel de Lardizábal y Uribe*, em sua versão original de 1811 no *google books* e *España vindicada en sus clases y autoridades* em sua segunda edição de 1814, igualmente no *google books*. Os jornais em que Blanco se refere a esses escritos são os números 20 (30/nov/1811) e 30 (30/out/1812).

²⁷⁴ “Los papeles actuados en la Junta, respectivos a Cortes, habían corrido bajo la custodia de los archiveros, a quienes se habían confiado, sin haber tenido yo, desde la supresión de la Secretaria general, la más mínima, ni remota intervención o manejo en ellos. ¡Quién, supuestos estos datos, pudo imaginar jamás, que después uno de los Regentes, para disculparse de no haberse atendido al decreto de la Junta Central sobre la formación y presidencia del Congreso, había de imputar públicamente a Quintana la ocultación de un papel en que no podía tener más parte que un mandarín de la China! Las Cortes, pues, fueron reunidas bajo una representación única y nacional, no por la supuesta ocultación del decreto, sino porque los votos de los dos Consejos, la opinión pública decididamente declarada en este sentido, y la situación de las cosas, así lo prescribían.” QUINTANA, Manuel. **Memoria sobre el proceso y prisión de D.Manuel José Quintana en 1814**. Disponível online em <http://www.biblioteca.org.ar/libros/71262.pdf>,

De qualquer forma, a influência de Quintana sofreu um abalo após a queda da Junta Central no final de janeiro, ainda que mantivesse algum prestígio político e intelectual. A Junta estava ainda mais impopular após a fuga de Sevilha para Cádiz sob o rancor generalizado²⁷⁵, e acabou por abdicar em favor de uma Regência, composta em sua maioria por membros proeminentes do Antigo Regime²⁷⁶. A escolha de Cádiz como sede do novo governo deveu-se tanto à falta de opções quanto à importância comercial da cidade e à facilidade da sua defesa marítima pela Inglaterra.

O primeiro decreto da nova Regência foi escrito justamente por Quintana e tornou-se um dos seus mais célebres²⁷⁷, pois em 14 de fevereiro os americanos foram convocados a eleger deputados para as futuras Cortes. Utilizando-se de sua retórica ímpar, o poeta escreveu um dos mais famosos textos do período, que viria a ser utilizado posteriormente como argumento pelos autonomistas americanos:

“Desde este momento, espanhóis americanos, vedes a vós mesmos elevados à dignidade de homens livres, não sois já os mesmos que antes, subjugados a um comando mais duro quanto mais distante estívésseis do centro do poder; vistos com indiferença, perseguidos pela cobiça, e destruídos pela ignorância. Tendes presente que, ao pronunciar ou escrever o nome do que virá representar-vos no Congresso nacional, vossos destinos já não dependem nem dos Ministros, nem dos Vice-Reis, nem dos Governadores, estão em vossas mãos.”²⁷⁸

p. 16. A resposta de Quintana em 1811 foi feita no *Redactor General* de 25 de outubro, no qual, em tom mais exaltado, defende sua honra e honestidade, vide DURÁN LÓPEZ, 2009, pp. 522-528.

²⁷⁵ Manuel Moreno Alonso, “Jovellanos y el colapso de la Junta Central en Sevilla”, 2012, explica como se deu esse desastre da Junta Central e como seus inimigos vinham planejando a sua ruína desde antes: “la hora de la venganza [dos inimigos da Junta Central] llegó cuando la Junta abandonó Sevilla con dirección a Cádiz. Hecho que fue presentado por sus enemigos como una traición a la causa de la Nación. Según Saavedra, lo que más exaltó al pueblo fue la noticia de que en Cádiz se aprestaban navíos para embarcarse la Junta Central, llevándose grandes cantidades de dinero, plata y alhajas. Desde luego, la acción de los enemigos dio lugar al amotinamiento de Sevilla el día 24 de enero de 1810”, p. 373.

²⁷⁶ O general Francisco Castaños, os conselheiros de Estado Antonio de Escaño e Francisco Saavedra, o bispo de Orense, Quevedo, e o novo-hispano Miguel de Lardizábal y Uribe. Todos eles futuros inimigos das Cortes.

²⁷⁷ Célebre em vários sentidos. O seu texto foi utilizado mais de uma vez por autonomistas americanos, o que levou a acusações por parte não apenas dos servís de que Quintana estimularia a independência, como se vê em um artigo publicado no *Diario mercantil* de 02 de julho, assinado por um misterioso J. n. R. o. e que foi lançado no mesmo dia em que Quintana era trucidado nas Cortes por Capmany: “escribió un proclama a los americanos en donde, esparciendo las ideas más impolíticas y absurdas, preparó las funestas turbulencias que reinan ahora en las Américas; si fuese necesario, yo demostraré que las imprudencia de sus palabras es en gran parte el origen de tantos males, y en prueba citaré infinitas declaraciones de los gobiernos que fundan la separación en las mismas ideas y palabras del señor Quintana.” *Apud* DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009, p. 458.

²⁷⁸ “Desde este momento, Españoles americanos, os veis elevados a la dignidad de hombres libres; no sois ya los mismos que antes, encorvados bajo un yugo mucho más duro mientras más distantes estabais del centro del poder; mirados con indiferencia, vejados por la codicia, y destruidos pela ignorancia. Tened presente que, al pronunciar o al escribir el nombre del que ha de venir a representaros en el Congreso nacional, vuestros destinos ya no dependen, ni de los Ministros, ni de los Virreyes, ni de los Gobernadores, están en vuestras manos.” DÉROZIER, Albert, 1970, vol. 2. “*Manifeste invitant les Américains espagnols à envoyer des deutes aux prochaines Cortes*”, 14/02/1810, p. 299.

Espécie de pressentimento, esse manifesto da Regência visava evitar o desenrolar da crise do império hispânico, mas, ainda assim, os eventos de janeiro foram catalisadores das revoltas *junteras* americanas. Reprimidas em 1808 e 1809, as Juntas americanas explodiram entre abril de 1810, quando a *Junta Suprema Conservadora de los Derechos de Fernando VII* assumiu o poder na Venezuela, e setembro do mesmo ano com o Grito de Dolores na Nova Espanha:

“Outro aspecto da revolução espanhola naqueles anos foi sua extensão aos territórios americanos. A dispersão do poder não ocorreu nas Índias até 1810. Embora se tenha cogitado a ideia de criar juntas governativas desde 1808, em meio de grandes manifestações de lealdade por Fernando, as autoridades régias (vice-reis, capitães gerais, audiências) conseguiram descartá-la, pois não era justificada por insurreições populares, nem pela ameaça direta de um exército estrangeiro. Os americanos, naquele momento, reconheceram a autoridade da Central mediante juramentos. No entanto, tudo mudou em 1810 quando receberam simultaneamente as notícias da invasão da Andaluzia pelos franceses, da dissolução da Junta Central e da criação da Regência, à qual se pedia para que eles obedecessem. Então formaram juntas de governo em várias capitais da América meridional – Caracas, Buenos Aires, Santa Fé de Bogotá, Quito, Santiago – e o fenômeno se expandiu a cidades de menor porte, sobretudo na Nova Granada.”²⁷⁹

A convocatória das Cortes enfrentou um percurso extremamente turbulento, e a concretização de sua reunião também foi penosa. Antes programadas para março, as Cortes foram adiadas para setembro, e o principal problema era a eleição dos deputados das províncias ocupadas pelos franceses ou das distantes províncias americanas. A solução possível foi a eleição de suplentes a partir dos moradores de Cádiz,²⁸⁰ medida bastante contestada por americanos, cujos representantes eleitos não participariam das primeiras discussões, e por reacionários, que estavam descontentes com o método de reunião das Cortes (sem estamentos), e tentavam de todas as formas deslegitimar o que interpretavam como um ataque às tradições e à ordem natural do Antigo Regime.

²⁷⁹ LEMPÉRIÈRE, Annick. “Revolución, guerra civil, guerra de independencia en el mundo hispánico 1808-1825”. *Ayer*, nº55, 2004, p. 23: “Otro aspecto de la revolución española en aquellos años fue su extensión a los territorios americanos. La dispersión del poder no ocurrió en las Indias hasta 1810. Aunque la idea de crear juntas gubernativas se planteó desde 1808, en medio de grandes manifestaciones de lealtad hacia Fernando, las autoridades regias (virreyes, capitanes generales, audiencias) lograron descartarla al no ser justificada por insurrecciones populares ni por la amenaza directa de un ejército extranjero. Los americanos, por el momento, reconocieron la autoridad de la Central mediante juramentos. Sin embargo, todo cambió en 1810 cuando recibieron simultáneamente las noticias de la invasión de Andalucía por los franceses, de la disolución de la Junta Central y de la creación de la Regencia, a la que se les pedía obedecer. Entonces formaron juntas de gobierno en varias capitales de la América meridional -Caracas, Buenos Aires, Santa Fe de Bogotá, Quito, Santiago- y el fenómeno se expandió a ciudades de rango menor, sobre todo en Nueva Granada”.

²⁸⁰ O complicado processo de eleição de suplentes foi particularmente trabalhoso no caso americano. Ivana Frasquet explica detalhadamente como se deu o processo de eleição dos 30 suplentes americanos entre 177 que podiam votar em “Junta, regencia y representación. La elección de los suplentes americanos a las primeras Cortes”. *Revista de História*, nº 159, 2008, pp. 65-106.

A respeito das eleições, há um episódio curioso sobre Quintana, visto que o seu nome era esperado para ser indicado como deputado por Madrid, porém o escolhido acabou sendo José Zorraquín, de menor prestígio. Capmany, desafeto e antigo companheiro de tertúlia do poeta, afirmou que essa foi a única vez que a sorte não sorriu a Quintana²⁸¹, enquanto o próprio sempre afirmou que não desejava ser deputado.²⁸² É possível apenas conjecturar sobre o porquê de não ter sido indicado, talvez por seu radicalismo, ou pelo desprestígio da Junta Central ou então por razões sugeridas pelo poeta de que não era assíduo em lugares públicos fora dos seus habituais. De qualquer forma, o fundador do *Semanario Patriótico* foi um dos mais eminentes defensores da revolução que estava fora das Cortes, mas sem ser tão afetado pela queda da Junta Central, como o foi Calvo de Rozas, por exemplo.

Assim, nessa condição, Quintana recebeu da Regência o cargo de intérprete de línguas, um posto menor. No entanto, pode-se ver a sua notoriedade pelo artigo publicado por ele no periódico gaditano *El Observador* em 21 de setembro, o qual foi posteriormente difundido como folheto, em que não apenas saudava os deputados, mas elencava as atividades necessárias às Cortes.²⁸³ Embora não tenha sido eleito deputado, muitos de seus amigos o foram e ocuparam papel de destaque, como Gallego, Argüelles, Torrero e o Conde de Toreno.

A tertúlia de Quintana deixou de existir ao deixar Sevilha, assim como a *Junta Chica*, mas isso não quer dizer que os antigos companheiros de tertúlia tenham se separado. De fato, ao chegar a Cádiz, aqueles ilustrados que tinham protagonizado a

²⁸¹ Os estragos feitos por Capmany na imagem de Quintana ainda serão abordados mais adiante, pois desempenharam papel chave na perda de prestígio do redator do *Semanario Patriótico*. Sobre as eleições, em seu *Manifiesto de D. Antonio Capmany en respuesta a la contestación de D. Manuel José Quintana* de 18 de agosto de 1811, Capmany afirma: “sólo esta vez [a sorte] le torció el rostro, pues ni pudo entrar en cántara, ni conseguir, a pesar de su nombre y fama, contarse entre el número de los electores, ni con mucha distancia”.

²⁸² Conforme Quintana afirma em sua memória na prisão, op. cit., p. 17: “Yo no tuve partido ninguno en las elecciones; y la indiferencia que los madrileños me manifestaron entonces, extraña a primera vista, se hace muy natural, cuando se consideran despacio mi carácter particular y las circunstancias. Mi genio es poco popular; mis conexiones no eran con mis paisanos; yo no concurría a los parajes públicos que ellos frecuentaban, y el mayor influjo en la elección debían tenerle los agentes y dependientes decuria, que era la clase más numerosa, y en la cual yo no tenía relaciones ningunas. Generalmente a mí, los que no me conocían, me miraban con una especie de envidia y prevención: de envidia, porque en razón de mi destino me consideraban más afortunado; y e prevención, por la confianza que había debido a la Junta Central y a la Regencia, contra quienes los ánimos no estaban bien dispuestos. Aun cuando por gestiones particulares hubiera sido posible deshacer esta siniestra voluntad, yo era incapaz de prestarme a practicar ninguna, porque toda mi vida he creído que la confianza se inspira y no se pretende; y todo lo perteneciente a la elección de un diputado, es cosa de confianza. Así que yo no me arrimé para nada a los madrileños; los madrileños no se acordaron de mí, ó se acordaron sólo para excluirme”.

²⁸³ “Discurso de un español a los diputados de Cortes”. In: *El observador*, nº 14 (21/set/1810), pp. 207-229. Apud DURAN LÓPEZ, op. cit., 2009, p. 433.

disputa em Sevilha ou sido eleitos em suas respectivas províncias, depararam-se com uma cidade estruturada, rica, com uma população cosmopolita e voltada para o comércio²⁸⁴. Era a cidade que encantava Blanco por sua liberdade quando comparada à tradicional Sevilha²⁸⁵. Em um ambiente de vida social muito plural, as tertúlias eram comuns, com a peculiaridade gaditana de serem organizadas por uma mulher de alta condição social²⁸⁶. Os liberais de Cádiz reuniam-se na importante tertúlia de Margarita López de Morla, irmã do Conde de Villacreces, e entre eles temos muitos dos antigos participantes do grupo de Quintana, como o próprio poeta, além de Gallego, Argüelles, Martínez de la Rosa, Toreno, entre outros²⁸⁷.

Outro dado que atesta a continuidade do grupo de Quintana foi o ressurgimento do *Semanario Patriótico* no final de 1810, tendo como redatores principais os mesmos de 1808, Juan Álvarez Guerra, Eugenio Tapia e José Rebollo²⁸⁸, além do próprio fundador. Os escritores que haviam passado pelo periódico em 1809 não se encontravam na cidade: Blanco, como vimos, foi para a Inglaterra; Isidoro Antillón, frustrado por não ter sido eleito deputado por Aragão, pediu transferência para Palma de Mallorca, onde teve uma forte atuação política; e, por fim, Alberto Lista se afrancesou na caída de Sevilha e passou a ocupar o importante cargo de redator do jornal

²⁸⁴ Segundo Ramos, [Cádiz, no século XVIII] “había suplantado a Sevilla en su condición de puerta del comercio de Indias, había incrementado en más del doble su población y contaba con una importante burguesía comercial que sin dudas sustentaría y daría viabilidad a las empresas periodísticas.” RAMOS, Alberto. “La vida cotidiana en el Cádiz de las Cortes. El recurso a la prensa como fuente para su estudio.” In: CANTOS; DURÁN; ROMERO (orgs.). Tomo tercero: Sociedad, consumo y vida cotidiana.

²⁸⁵ Blanco, em seu artigo sobre a Espanha na *Encyclopaedia Britannica* de 1824, diz que: “por su posición marítima, sus intereses comerciales y el origen extranjero de muchos de sus habitantes, Cádiz, [...] ha demostrado una forma de vida tan diferente de lo que el observador se encuentra en el interior que, dentro de sus murallas, puede éste imaginarse transportado de repente fuera del reino.” Durán López conta que “en 1798 se refugió en Cádiz una larga temporada y llevó una vida tan peligrosa que motivó una severa y alarmada carta de su padre para recordarle su estado y llamarle al orden”. DURAN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 64-65.

²⁸⁶ “El tipo de tertulia a que aquí nos referimos, surge alrededor de una mujer; es ella la que lleva la pauta, la que sirve de centro de atracción. Como es fácil comprender, una reunión cuyo propósito es conversar no puede nacer más que cuando la mujer centro de ella tenga una preparación cultural que le permita opinar de las materias más diversas.” SOLIS, Ramón. **El Cádiz de las Cortes: la vida en la ciudad en los años de 1810 a 1813**. Madri: Sílex, 2000, p. 359.

²⁸⁷ Alcalá Galiano escreve em suas **Memórias, tomo I**, p. 391: “Iban allí los principales corifeos del partido liberal, nombre con el que empezaba a ser considerado el dominante en las Cortes.” *Apud* SOLIS, ídem.

²⁸⁸ Alguns historiadores citam outros nomes como colaboradores, mas são desses quatro que podemos ter mais certeza, pois são os acusados no processo movido pela monarquia contra os liberais. De fato, Eugenio Tapia e José Rebollo seriam condenados com uma pena menor, enquanto coube a Quintana e Álvarez Guerra pagarem mais arduamente por suas posições: “El Fiscal ha examinado la causa formada a D. Juan Álvarez Guerra, a D. Manuel José Quintana, a D. Eugenio Tapia, a D. José Rebollo: a los cuatro, como editores del periódico titulado *Semanario Patriótico*; y a Álvarez Guerra y a Quintana, además por otros cargos particulares.”

afrancesado *Gazeta de Sevilla*, perdendo contato com todo o grupo, exceto com Blanco White, seu melhor amigo²⁸⁹.

O reaparecimento do *Semanario* ocorreu após uma das primeiras vitórias polêmicas e após farta discussão do grupo de Argüelles nas Cortes – os futuros liberais –, com a aprovação do decreto de liberdade de imprensa, base da experiência liberal gaditana. Este decreto extinguiu a censura prévia, permitindo a todos o direito de imprimir quase tudo o que desejassem. Havia, no entanto, alguns limites, tais como falar de religião e atacar as leis fundamentais da Espanha, mas que eram analisados apenas após a impressão. Para fazer valer a lei, haveria uma junta de censura, eleita pelos deputados (da qual fazia parte Manuel Quintana), com capacidade para executar a lei.²⁹⁰

O decreto da liberdade de imprensa, conjugado à reunião dos deputados, criou uma esfera pública de novo tipo na Espanha. Segundo Sánchez Hita:

“O decreto de liberdade de imprensa dado em 10 de novembro de 1810 viria a ter uma importância capital, pois - embora sem dúvidas restrinja a liberdade absoluta que de fato existiu na etapa precedente - uma vez cientes deste direito, seriam muitos os que se lançariam a fazer-se de mentores públicos, propiciando a eclosão de numerosos periódicos e igualmente o estabelecimento na cidade de novos profissionais da imprensa.”²⁹¹

É a partir deste momento que podemos falar plenamente de uma opinião pública moderna, conforme defende Guerra²⁹². A palavra estava então plenamente definida

²⁸⁹ A amizade de Lista e White durará até o final da vida de ambos. Mesmo nos momentos mais difíceis, Blanco escreveria aos seus pais pedindo notícias dos seus antigos amigos, como Lista e Reinoso. Em 1816, quando os francesados estavam passando dificuldades no exílio francês, Blanco enviou dinheiro para a publicação do livro de Reinoso em defesa dos francesados. Ainda em 1841, Lista escrevia ao irmão de Blanco, de quem era muito amigo, sobre como convencer o sevilhano a voltar para sua cidade natal devido ao seu estado de saúde. Informações de DURAN LÓPEZ, op. cit., 2005, pp. 146-147.

²⁹⁰ O decreto é reproduzido integralmente pelo *Semanario Patriótico* em 29 de novembro de 1810. O seu extrato inicial é o seguinte: "Atendiendo las Cortes generales y extraordinarias á que la facultad individual de los ciudadanos de publicar sus pensamientos é ideas políticas, es no solo un freno de la arbitrariedad de los que gobiernan, sino también un medio de ilustrar á la nación en general, y el único camino para llegar al conocimiento de la verdadera opinión pública, han venido en decretar lo siguiente: Art. I. Todos los cuerpos y personas particulares, de cualquiera condición y estado que sean, tienen libertad de escribir, imprimir y publicar sus ideas políticas sin necesidad de licencia, revisión ó aprobación alguna, anteriores á la publicación, baxo las restricciones y responsabilidades que se expresarán en el presente decreto."

²⁹¹ SÁNCHEZ HITA, Beatriz, op. cit., 2008: "El decreto de libertad de imprenta dado el 10 de noviembre de 1810 iba a tener una importancia capital, pues - aunque sin dudas coarta la absoluta libertad que de facto existe en la etapa precedente - una vez perfilados este derecho serían muchos los que se lanzasen a ejercer de mentores públicos, propiciando la eclosión de numerosos periódicos e igualmente el establecimiento en la ciudad de nuevos profesionales de la imprenta."

²⁹² "De hecho, sólo el Cádiz de las Cortes posee una pluralidad de publicaciones suficiente para que pueda hablarse de un espacio de opinión pública moderna." In: GUERRA, François-Xavier. "‘voces del pueblo’. Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispano (1808-1814)". *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, núm. 225, p. 382.

enquanto uma arma política²⁹³, que seria usada com o tempo tanto por liberais como por servis, numa “guerra de pluma” que marcaria os anos gaditanos. Assim, é nesse contexto plural e novo que devemos situar a terceira fase do *Semanario Patriótico*, o qual ainda mantinha a sua relevância estratégica, mas agora dividindo a cena pública.

O jornal manteve uma configuração de impressão idêntica à utilizada em Sevilha e Madri, porém com o número de páginas fixo em 24. Os artigos, no entanto, mudaram bastante. Foram divididos em três partes: um Editorial ou artigo comunicado (quando alguém que não era redator do periódico escrevia) discutia os grandes temas do momento, como o exército, a dívida pública ou a América; uma segunda parte, chamada Cortes, dava um resumo comentado das atividades do congresso; a última parte, normalmente a menor, denominada Notícias, tratava dos eventos militares, embora também abarcasse novidades da América.

Quando saiu o primeiro número da nova fase, em 22 de novembro de 1810, com certeza Manuel Quintana já tinha conhecimento da empreitada jornalística de Blanco White na Inglaterra e, muito provavelmente, já tivera acesso ao menos ao *Español* de setembro, o sexto. Isso significa que a posição de Blanco quanto à Junta Central e a questão americana estava muito clara e já tinha gerado bastante desconforto à boa parcela dos gaditanos, inclusive a Quintana.²⁹⁴ Mais do que isso, implicava que a opinião pública de Cádiz e da maior parte da Espanha livre já estava inteirada da situação da Venezuela e do Rio da Prata.

Ainda assim, a primeira vez que o *Semanario Patriótico* abordou com mais afinco as revoltas americanas, explicando os fatos e propondo soluções, foi em fevereiro de 1811, três meses após o seu início. Isso não significa que a questão americana estivesse ausente do jornal, apenas que a sua manifestação violenta e autonômica não

²⁹³ Na definição de Alberto Romero Ferrer: “Dentro de poucos anos foi gerado um novo uso da palavra literária como arma política, e como meio publicitário de criar um estado de opinião ao redor de determinadas questões que devem se considerar fundamentais; isto é, a liberdade de imprensa, a inquisição, a liberdade política, o conceito de cidadania e o novo papel do monarca no também novo marco político legislativo”. In: “Los serviles y liberales o la guerra de los papeles. La constitución de Cádiz y el teatro.” In: CANTOS; DURÁN; ROMERO (orgs.). Tomo segundo: política, propaganda y opinión pública.

²⁹⁴ Quintana, logo após a publicação do primeiro número do *Español*, quando a América ainda não era assunto principal, já havia escrito a Lord Holland, amigo de ambos, recriminando o que via como o escrito de um “homem ressentido”, no que não deixa de ter alguma razão. Quanto à questão americana, a única referência direta a Blanco viria em junho de 1811, quando Quintana estava afastado do periódico, por conta de um documento falso reproduzido no *Español*: “sus amigos lo desconocen, se avergüenzan de haberlo sido, se apresuran a manifestarlo en el congreso... Nosotros aprovechamos esta ocasión de decir que el editor del *Español* no se parece al editor que fue del *Semanario Patriótico*.” *Semanario Patriótico*, 13/jun/1812, p. 278. *Apud* PONS, André. **Blanco White y América**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglos XVIII de la Universidad de Oviedo, 2006.

era o foco do periódico e, principalmente, não era onde o grupo de Quintana acreditava achar soluções, preferindo as discussões constitucionais e a solução parlamentar.

A reunião das Cortes da maneira como ocorreu, em apenas uma câmara, representando a soberania da Nação e com o intuito de fazer uma nova constituição, tornava os planos do *Semanario Patriótico* uma realidade. O tom apologético adotado no periódico faria com que a partir das Cortes fossem esquadrihadas as soluções, não apenas na visão inicial de Manuel Quintana, mas de todo os ilustrados que estavam com ele, os futuros liberais.

Era preciso defender aquela reunião de deputados como solução para todos os problemas da Espanha, tanto os advindos da guerra, quanto os anteriores a esta. Nesse sentido, este era o espaço ideal para a negociação da questão americana, que se fez presente desde a reunião inicial do congresso em Cádiz e também desde o número um da terceira etapa do *Semanario Patriótico*. Já na primeira seção de Cortes do periódico foram dedicadas quatro páginas ao tema, refletindo as discussões do congresso nos seus primeiros dias.

Deveria ser publicado um decreto confirmando as primeiras decisões das Cortes sobre soberania em toda a nação espanhola, o que incluiria a América. Pensando nisso, os deputados suplentes da América propuseram a criação de uma comissão para aclarar como esses decretos seriam conhecidos lá. Teoricamente, a comissão decidiria “*sobre qual seria o método mais conveniente de publicar este decreto naqueles países, e na falta de uma fórmula para os cabeçalhos e publicação dos decretos e leis*”²⁹⁵. Em uma estratégia política pensada com anterioridade às Cortes²⁹⁶, os suplentes americanos alteraram a discussão, da formalidade institucional à garantia da igualdade entre ambos os hemisférios, buscando desde o começo alterações drásticas na composição das cortes:

“Numa tentativa de conquistar representação equânime, eles demandaram que novas regras eleitorais fossem publicadas e que elas garantissem representação diretamente proporcional ao tamanho da população e que as Cortes fizessem novas eleições sob essas regras na América.”²⁹⁷

O *Semanario Patriótico* apresentou essas discussões de maneira muito ponderada, introduzindo os argumentos de ambos os lados. Segundo o jornal, a

²⁹⁵ “Sobre cuál seria el método más conveniente de publicar este decreto en aquellos países, y en falta de una fórmula para encabezar y publicar los decretos y leyes”. Diario de Sesiones de Cortes (DSC), 24 de setembro de 1810. *Apud* CHUST, Manuel, 1999, p. 49.

²⁹⁶ RIEU-MILLAN, Marie, **Los diputados americanos en las Cortes de Cadiz**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 148.

²⁹⁷ RODRÍGUEZ, 2008, op. Cit, p. 112: “in a bid to gain equal representation, they demanded that new electoral regulations be issued that tied representation directly to population size and that the Cortes hold new elections under those rules in America”.

comissão americana formada no dia 25 de setembro “apresentou um projeto de decreto feito para confirmar as declarações da Junta Central e do Conselho de Regência de serem as Américas partes integrantes da Monarquia e seus naturais iguais em direitos aos espanhóis europeus.”²⁹⁸ O modo como as teorias americanas foram apresentadas sugere que os suplentes estavam lutando por algo que já existia, pois a igualdade estava sendo reiterada desde a Junta Central.

O relevante na forma como foram narrados os debates entre 25 de setembro e 15 de outubro de 1810 – data em que foi publicado um decreto igualando América e Europa, embora sem prever a realização de novas eleições – é a tranquilidade do *Semanario Patriótico*. Lendo apenas o jornal tem-se a impressão de que os dois lados apresentaram seus respectivos argumentos e, por fim, venceu um excelente meio-termo.

No entanto, sabemos que não foi assim que aconteceu. Segundo Chust, “vários representantes peninsulares não se contiveram verbalmente. De ‘intempestivas’ qualificaram as propostas americanas.”²⁹⁹ Os grandes entraves na proposta americana eram a inclusão das castas na representação do continente e a convocatória imediata de novas eleições. O quitenho Mexía Lequeriqua, “subiu à tribuna e defendeu as castas, falando em nome próprio e não como porta-voz dos americanos”³⁰⁰. Tão polêmico era o assunto, que uma sessão secreta teve de ser chamada, pois, “desde que a questão da representação foi conjugada ao assunto da raça, o debate tornou-se tão inflamado que as Cortes votaram por discuti-lo em sessões secretas.”³⁰¹

Nada disso foi escrito no *Semanario Patriótico*. O jornal apenas apresentou aqueles que se tornariam os argumentos clássicos dos deputados europeus quanto à questão da igualdade imediata exigida pelos americanos: “que o princípio da igualdade, longe de ser controverso, estava gravado no ánimo de todos os espanhóis e reconhecido solenemente no próprio fato de uma porção considerável do congresso ser composta por Deputados da América”.³⁰² Além disso, ninguém duvidava da capacidade

²⁹⁸ “Presentó un proyecto de decreto reducido á confirmar las declaraciones de la Junta Central y Consejo de Regencia de ser las Americas partes integrantes de la Monarquía y sus naturales iguales em derechos á los Españoles europeus”. *Semanario Patriótico*, 22/11/1810, p. 16.

²⁹⁹ CHUST, Manuel, 1999, op. Cit: “varios representantes peninsulares no se contuvieron verbalmente. De ‘intempestivas’ calificaron las propuestas americanas”.

³⁰⁰ RIEU-MILLAN, Marie, op. Cit, p. 149: “subió a la tribuna y defendió a las castas, hablando en nombre propio y no como portavoz del grupo americano.”

³⁰¹ RODRÍGUEZ, 2008, op. Cit, p. 113: “since the question of representation was tied to the issue of race, the debate became so inflammatory that the Cortes voted to discuss the issue in secret sessions”.

³⁰² “Que el principio de la igualdad lejos de controvertirse estaba grabado en el ánimo de todos los Españoles y reconocido solemnemente en el hecho mismo de componerse el congreso de una porción considerable de Diputados de América”. *Semanario Patriótico*, 22/11/1810, p. 18.

dos americanos, “ao que resistiam eram às consequências que poderiam ser deduzidas imediatamente daquele princípio, seja para as relações econômicas de um e outro país, seja para outros objetos de igual transcendência”³⁰³. Seria necessário esperar a constituição definir como funcionariam as eleições na América para então rediscutir a representação das antigas colônias nas Cortes. Depois de negada a proposta radical de Mexía de inclusão das castas e convocatória imediata de novos representantes, vários decretos foram apresentados às Cortes, até aquele de Ramon Power ser aceito e publicado na América. O *Semanario Patriótico* o reproduziu³⁰⁴, dando por encerrada a discussão.

Da mesma forma que esse decreto publicado em 15 de outubro foi conciliatório, assim o foi a primeira abordagem do jornal de Quintana sobre as discussões americanas. No momento em que foi escrito o artigo aqui detalhado sobre os debates iniciais das Cortes, ou seja, mais de um mês após o final dos debates, a situação parecia estar conciliada, visto que os deputados americanos aparentavam estar ambientados e satisfeitos com o decreto de outubro. Em dezembro, acabariam essas ilusões.

Vale notar que Quintana se absteve de comentar qualquer tema tratado nas sessões secretas das Cortes, não apenas nesta vez, mas em todas as outras. Isso não quer dizer que o poeta e o seu grupo não tinham acesso ao que fora discutido, era apenas uma prova de obediência às decisões dos deputados, mesmo aquelas com as quais não concordavam. A se confiar nos depoimentos da época, é possível ter certeza de que Quintana estava muito inteirado dos assuntos secretos, principalmente devido à sua amizade antiga com o deputado Gallego.³⁰⁵

Já em Londres, Blanco White também recebia notícia da reunião das Cortes, que ele mesmo já defendera por muito tempo, e que se congregavam da forma que havia

³⁰³ “Lo que resistian era la declaracion de las consecuencias que podrian deducirse inmediatamente de aquel principio, ya para el de las relaciones económicas de uno y otro pais, ya para otros objetos de igual trascendencia”. Idem, *ibidem*.

³⁰⁴ “Las Cortes generales y extraordinarias confirman y sancionan el inconcusosconcepto de lo que los dominios españoles en ambos hemisferios forman unamisma y sola Monarquía, una misma y sola Nación y una sola familia, y quepor lo mismo los naturales que sean originarios de dichos dominios europeos o ultramarinos, son iguales en derechos a los de esta Península”. *Semanario Patriótico*, 22/11/1810

³⁰⁵ O jornal adversário do *Semanario Patriótico*, *el Censor General*, acusava explicitamente Quintana de saber tudo que se passava no congresso por conta de sua amizade com Gallego: “no es creíble que [o *Semanario*] ignore las causas que movieron el señor Gallego a hacer la moción, supuesto el conocimiento de la íntima amistad que los une.” (2/out/1811). Alcalá Galiano, à época próximo do grupo de Quintana, chamava o poeta madrilenho, em suas **Memorias**, de “el patriarca de la Iglesia reformadora, el cual no había tenido entrada en las Cortes, pero desde fuera influía no poco em los negocios.”

proposto em seu proclama da Universidade de Sevilha³⁰⁶. A primeira reação faz lembrar o Blanco que escrevia para o *Semanario* em 1809, com um forte discurso contra o despotismo e afirmando que agora sim havia pátria na Espanha:

“Não puderam conquistar-vos quando não existia de vossa pátria senão o nome, e haviam de vencer-vos agora que a vedes com vossos olhos! Agora que começais a sentir as vantagens que resultam de ser livres sob o império único das leis. Já não existem perigos para vós senão nas balas e baionetas inimigas, e a esses o homem honrado se encaminha alegremente, a esses se manda com bom ânimo os filhos e irmãos, quando não se teme que ao voltar aos seus lares a mão do despotismo venha a encarcerá-los em um calabouço.”³⁰⁷

Apesar da apologia, ao tratar do tema americano havia críticas e sugestões. Desde o início se colocou ao lado dos deputados suplentes americanos e de suas reivindicações, inclusive se lisonjeando de ser um “porta-voz” desse grupo. Diferente do *Semanario Patriótico*, que minimizava as revoltas no novo mundo no final de 1810, Blanco advertia do seu risco e da iminente guerra civil:

“Se as Américas são províncias da Espanha, devem ser iguais com elas em direitos, não importa as consequências. As que possam resultar dessa justíssima determinação não são contrárias aos interesses dos espanhóis da Europa, porque o resultado é em favor do império da Espanha. Os que não querem admitir a força desse argumento dão a entender claramente que querem satisfazer aos americanos apenas com dar-lhes o nome de Espanhóis, que ninguém nunca lhes havia retirado. (...)As medidas violentas que foram tomadas, as disposições ainda mais violentas de alguns daqueles comandantes militares, começaram (oxalá esteja errado!) uma guerra civil, que será agora muito difícil de conter. A maior glória das Cortes será interrompê-la. Coloquem (repetirei mil e uma vezes) a equidade como importante, e se há meios humanos de consegui-lo, a glória será dela, sem dúvida alguma.”³⁰⁸

White utilizava o discurso estabelecido desde a Junta Central, de que as Américas são províncias como as do continente europeu e, portanto, deveriam ser

³⁰⁶ Este proclama foi motivado pela convocatória geral feita por Jovellanos para que as instituições importantes do reino opinassem acerca da convocatória das Cortes. Blanco White reproduziu a sua resposta, feita em nome da universidade, no *Español* de maio de 1810, o segundo número.

³⁰⁷ “¡No han podido conquistaros cuando no existía de vuestra patria sino el nombre, y os habían de vencer ahora que la veis con vuestros ojos! ahora que empezáis a sentir los bienes que resultan de ser libres bajo el solo imperio de sus leyes. Ya no hay peligros para vosotros sino en las balas y bayonetas enemigas, y a esos camina el hombre honrado alegremente, a esos se mandan con buen ánimo los hijos y los hermanos, cuando no hay que temer que al volver a sus hogares, la mano del despotismo venga a encerrarlos en un calabozo”. *El Español*, 30/out/1810, p. 77.

³⁰⁸ “Si las Américas son provincias de España, iguales deben ser con ellas en derechos, sean cuales fueren las consecuencias. Las que de esta justísima determinación pueden resultar no son contrarias a los intereses de los españoles de Europa, porque el resultado es en favor del imperio de España. Los que no quieren admitir la fuerza de este argumento dan a entender claramente, que quieren satisfacer a los americanos con solo darles el nombre de Españoles, que jamás nadie les ha quitado. (...)Las medidas violentas que se han tomado, y las disposiciones más violentas de algunos de aquellos jefes militares, han encendido (¡ojalá me engañe!) una guerra civil, que será ya mui difícil contener. La mayor gloria de las Cortes será apagarla. Pongan (repetiré mil y mil veces) a la equidad de su parte, y si hay medios humanos de conseguirlo, suya será esta gloria, sin duda alguna.” *Idem*, p. 85.

tratadas igualmente. Reproduzindo argumentos americanos, atestava que isso não foi concedido pela Junta, já que sempre fora assim. Dessa forma, o *Español* se posicionava politicamente na esfera pública hispânica contra o grupo de seus antigos amigos, que, como Quintana, eram contra conceder a igualdade imediata.

A briga continuaria, não apenas nos jornais, mas principalmente no congresso. Após o decreto de 15 de outubro, a segunda intervenção americana pela igualdade foi feita em 16 de dezembro, numa ação articulada da bancada que o *Semanario Patriótico* passaria a chamar de “*partido americano*”. Foi apresentada uma série de onze propostas que atenderiam reivindicações históricas, entre elas a igualdade de direitos e de representação, liberdade de cultivo e de comércio e reestabelecimento dos jesuítas³⁰⁹.

Embora lançadas em 16 de dezembro, apenas no começo de 1811 as propostas foram discutidas. Ressalte-se que, no momento em que eram apresentadas as propostas, havia chegado há pouco em Cádiz o deputado por Tlaxcala, Nova Espanha, Guridi Alcocer, junto com notícias sobre as rebeliões de Hidalgo³¹⁰. Sendo assim, havia completa consciência da situação turbulenta na América.

Já em 17 de janeiro os principais argumentos do *Semanario* estavam expostos. Os redatores soltaram uma nota pessoal muito taxativa sobre esses debates, os quais foram considerados inócuos, pois já se havia decidido sobre a igualdade por meio do decreto anterior e, principalmente, as insurgências americanas não seriam pacificadas apenas a partir dessa medida:

“Acredita-se, por acaso, que as agitações da América acabarão no momento que se saiba por ali o princípio que se toma por base para a sua representação? Quem dera! Porém os disturbios daquelas regiões procedem de elementos mais visíveis do que um ponto de metafísica política.”³¹¹

³⁰⁹ Na descrição de Manuel Chust, 1999, op. cit., p. 54: “Reivindicaban una representación proporcional equitativa ante las Cortes, igualdad de derechos de los americanos, españoles o indios para poder ejercer cualquier cargo político, eclesiástico o militar, distribución de la mitad de los cargos en favor de los naturales de cada territorio, creación de comités consultivos para la elección de cargos públicos entre los residentes de la localidad y restablecimiento de la orden de los jesuitas en América. En cuanto a los aspectos económicos proponían la libertad de cultivo y de manufacturas, de importar y exportar toda clase de bienes a España o a las potencias neutrales y aliadas por medio de embarcaciones tanto nacionales como aliadas, de extracción de mercurio, de comercio entre las posesiones de América y Asia, entre cualquier puerto de América o Filipinas con otras regiones, de Asia y supresión de todos los monopolios del Estado y de particulares”.

³¹⁰ Alcocer chegou uma semana antes, em 10 de dezembro de 1810. Todas as informações sobre as datas em que chegaram os deputados americanos são retiradas de RIEU-MILLAN, op. cit, p. 41-44.

³¹¹ “¿Se cree acaso que las agitaciones de América calmarán al instante que se sepa allí el principio que se toma por base para su representación? ¡Ojala! Pero los disturbios de aquellas regiones proceden de elementos más visibles que un punto de metafísica política.” *Semanario Patriótico*, 17/01/1811, p. 20.

Percebe-se aqui um ponto de discordância essencial entre o grupo de Quintana e Blanco White, que reforçaria futuramente as soluções propostas por cada um. O *Semanario Patriótico* passou a divulgar que não havia um desejo de negociação por parte de algumas juntas, que só aceitariam a completa independência, ideia que foi sempre combatida pelo *Español*, crente que as juntas aceitariam certo tipo de pacto.

Assim como na discussão do decreto de 15 de outubro, também eram expostas as opiniões discordantes, mas desta vez com um adendo dos redatores, que decidiram imprimir um tom pessoal ao debate. O final da nota de Quintana em 17 de janeiro³¹² foi uma exortação à união entre os deputados americanos e peninsulares: “*es preciso que se crean todos y cada uno representantes españoles, y no unos de America y otros de España.*”³¹³ Esse seria o primeiro passo para salvar a nação das insurgências. A conclusão do artigo era ainda mais dramática e retomava as expressões familiares que já estavam presentes nas fases anteriores do *Semanario Patriótico*. Americanos e peninsulares eram irmãos em defesa da *madre pátria*, e essa deveria ser a postura adotada pelos representantes americanos nas Cortes:

“É com os seus irmãos que estão discutindo, ou melhor, que cordialmente estão conversando. É com os seus irmãos, que sofreram da mesma forma que eles [os americanos] os atentados e usurpações da arbitrariedade que igualmente atingia os dois mundos; é com os seus irmãos, filhos, netos, descendentes dos mesmos espanhóis dos quais eles procedem; é, em fim, com os seus irmãos, habitantes de um país invadido, devastado e ensanguentado por um inimigo cruel. A pátria-mãe agoniza! Quantas obrigações esta situação não prescreve a um filho!”³¹⁴

O que se percebe ao longo dos dias restantes dessa discussão nas Cortes é uma impaciência crescente nos relatos do *Semanario*, que, ao terminar, em 21 de fevereiro, de expor a última votação do dia 9, reiterava os argumentos anteriores, concordando com os deputados europeus e condenando a insistência americana³¹⁵. Quintana, ao

³¹² O provável redator é o próprio Quintana, não apenas pela retórica rica, mas também pela análise feita por Fernando Durán Lopez. Segundo o autor, o redator da sessão de Cortes do *Semanario Patriótico* até 7 de março de 1811 é o próprio poeta Manuel Quintana, que seria substituído definitivamente por Alvarez Guerra. In: DURAN LÓPEZ, op. cit, 2003, p. 108.

³¹³ *Semanario Patriótico*, 17/01/1811, p. 217.

³¹⁴ “Es con sus hermanos que no se los disputan, o más bien que cordialmente los reconocen: es con sus hermanos, lo que han sufrido igualmente que ellos de los atentado y usurpaciones de la arbitrariedad que igualmente vedaba a los dos mundos: es con sus hermanos, hijos, nietos, descendientes de los mismos españoles de quienes ellos proceden, es en fin con sus hermanos, habitantes de un país invadido, devastado y ensangrentado por un enemigo cruel. La madre patria agoniza, ¡qué de obligaciones prescribe esta situación a un hijo!” Idem, p. 218.

³¹⁵ Em 31 de janeiro, a impaciência já estava clara: “Los diputados de América presentaron modificada su proposicion que no se habia admitido en la sesion del 18 y se admitió á discusion. Como la modificacion no salva ninguno de los inconvenientes que se han objetado, veremos con dolor perdidos nuevos dias en esta nueva negociacion; que tal puede llamarse (no sabemos si con más vergüenza que dolor) semejante debate.”

abordar os pedidos por igualdade imediata de representação, respondia que a constituição deveria tratar desse assunto, não as Cortes, pois estas não poderiam mudar a sua própria convocação; além disso, “*quando aqueles países estavam humilhados, nós também estávamos*”³¹⁶, portanto ninguém era carrasco de ninguém; e, por fim, era falsa a ideia de que uma simples declaração acabaria com as insurgências.

No final, após uma série de manobras parlamentares americanas para evitar a derrota certa, a discussão principal foi apresentada em duas partes distintas. A primeira delas era sobre a igualdade teórica entre americanos e europeus, a qual foi aprovada de maneira quase unânime. A segunda parte dizia respeito à sua aplicação imediata – que resultaria numa mudança total na composição das Cortes – e perdeu por uma pequena margem de oito votos.³¹⁷

O que se pode perceber ao longo dessa discussão é como foi sendo construída uma animosidade para com os americanos, o que se refletiria mais adiante no modo como os debates nas Cortes envolvendo os políticos do ultramar seriam relatados. Apesar disso, as Cortes constantemente reafirmavam o status igual da América na monarquia. Essa afirmação veio no momento em que se construiu o que Manuel Chust denominou por centralismo liberal, em oposição às forças centrípetas representadas pelo *foralismo* e pelo federalismo: “*o Provincialismo para a maior parte dos liberais espanhóis, centralistas, podia significar foralismo ou federalismo. Opções centrífugas que acentuavam as tensões centrípetas. Quer dizer, voltar a um regime feudal ou avançar até a república.*”³¹⁸

A ideia de um “partido” que representasse um local específico da monarquia aterrorizava os liberais centralistas, e também os redatores do *Semanario Patriótico*. Além da autonomia americana, as juntas peninsulares, existentes desde 1808, também foram combatidas pelo *Semanario*, com mais força do que pelas próprias Cortes:

[Aplicar os decretos do congresso em todas as províncias] seria o meio de cortar de vez as desordens parciais, a arbitrariedade dos chefes militares de um lado, das juntas de outro, e mesmo dos tribunais; e de reestabelecer entre as autoridades a harmonia que deve reinar para que todas visem o mesmo fim, que não deve ser outro que levar a cabo as disposições do governo, apagando até os rastros do federalismo,

³¹⁶ “Cuando aquellos países estaban humillados, lo estábamos también nosotros”. *Semanario Patriótico*, 21/02/1811, p. 15.

³¹⁷ Na primeira proposta o resultado foi 123 a 4. Já na segunda foi 69 a 61.

³¹⁸ CHUST, Manuel, 1999, op. Cit, p. 62: “El Provincialismo para la mayor parte de los liberales españoles, centralistas, podia significar foralismo o federalismo. Opciones centrífugas que acentuaban las tensiones centrípetas. Es decir, volver a un régimen feudal o avanzar hasta la república.”

desculpável apenas quando foi necessário para voltar a agregar as partes separadas do estado.”³¹⁹

Apenas as Cortes fortes, e representando a nação, poderiam fazer uma *nova* constituição, a grande necessidade da nação espanhola:

“Não sabemos onde está esta constituição, nem acreditamos que o senhor [deputado] Cañedo a tenha visto. Se a tivéssemos, bastaria seguramente corrigi-la, porém temos que fazê-la de novo, porque de outro modo voltaríamos a ser um brinquedo para a tirania. Sem boas leis fundamentais não há constituição, e isso é o que nos falta.”³²⁰

No geral, o *Semanário Patriótico* era um jornal que se prestava a defender a parcela mais revolucionária dos deputados, comandada pelos seus amigos Argüelles e Conde de Toreno. Conforme ficará mais claro ao longo desse trabalho, esse periódico, tanto na questão americana quanto em outras, prestou-se ao papel de “vanguarda” liberal, de linha de frente, para distribuir e receber os golpes na arena pública. A proximidade conhecida de Quintana com os grandes deputados liberais tornava o jornal um alvo ainda mais frequente dos servis, tese que é corroborada por Durán López:

“Deputados e jornalistas estavam coordenados, porém a frente publicística ia adiante da parlamentária, preparando o terreno da opinião pública e cobrindo os passos dos deputados. Nesse sentido, o que publicava o *Semanario* era muito mais inquietante para o partido clerical do que o que pudessem dizer *La Triple Alianza* ou *El Duende Político*.”³²¹

Do outro lado, Blanco não tinha nenhuma ligação especial com os deputados liberais, ainda que os conhecesse. Como provou Pons, as conexões de Blanco nas Cortes relacionavam-se muito mais à sua posição na Inglaterra do que ao seu trabalho anterior no *Semanario*. Andrés de La Vega e Capmany eram contatos privilegiados tanto da embaixada inglesa em Cádiz, quanto de Blanco White. Zorraquin, deputado por Madri, e Manuel Rodrigo, suplente por Buenos Aires, eram amigos de outros tempos do sevilhano. Por fim, sua postura em relação à América o beneficiou com a

³¹⁹ “Este sería el medio de cortar en general las desórdenes parciales, la arbitrariedad de los jefes militares en unas partes, de las juntas en otras, y aun de los tribunales; y de restablecer entre las autoridades la armonía que debe reinar para concurrir todas a un fin, que no debe ser otro que llevar a efecto las disposiciones del gobierno, borrando hasta las huellas del federalismo, disculpable solo cuando ha sido necesario para volver a enlazar las partes disueltas del estado”. *Semanario Patriótico*, 20/jun/1811, p. 14.

³²⁰ “No sabemos dónde está esa constitución, ni creemos que el señor Cañedo la haya visto. Si la tuviésemos, bastaría seguramente corregirla y enmendarla; pero hay que hacerla de nuevo, porque de otro modo volveríamos a ser el juguete de la tiranía. Sin buenas leyes fundamentales no hay constitución, y esto es lo que nos falta.” *Semanario Patriótico*, 27/dez/1810.

³²¹ “Diputados y periodistas estaban coordinados, pero el frente publicístico iba por delante del parlamentario, preparando el terreno de la opinión pública y cubriendo los pasos de los diputados. En ese sentido, lo que publicaba el *Semanario* era mucho más inquietante para el partido clerical que lo que pudieran decir *La Triple Alianza* o *El Duende Político*.” DURAN LÓPEZ, op. cit., 2009, p. 493.

correspondência do deputado por Quito, Mejía Lequerica, presença forte entre os liberais³²². Esses contatos representavam posturas diferentes nas Cortes, principalmente ao compararmos Capmany com Mejía, já que o primeiro era um defensor do constitucionalismo histórico e inimigo declarado de tudo que fosse francês, enquanto o segundo era considerado um dos mais brilhantes oradores das Cortes e quando morreu, em 1813, teve o seu busto encomendado pelos liberais das Cortes, tal a afinidade que tinham com o quitenho. Abordaremos mais adiante o papel de Capmany, já que teve grande importância para Quintana.

Na realidade, havia entre Blanco e os liberais uma animosidade e uma discordância crescente, que não dizia respeito apenas à América. Segundo Pons, desde o final de outubro, Blanco estava plenamente convencido de que o bicameralismo seria melhor do que a solução gaditana³²³, o que implicava defender os direitos da nobreza. De certa forma, já se podia deduzir isso em seu jornal de 30 de outubro, quando publicou o decreto secreto da Junta Central que convocava o primeiro e o segundo estado.

No entanto, até março de 1811 a oposição às Cortes foi escamoteada porque White ainda acreditava que era possível alterar o rumo que estavam tomando. Em novembro de 1810 o tom otimista imperava no *Español*, com elogios à soberania da Nação e ao reconhecimento de que Fernando VII não era o dono desta³²⁴. Quando Blanco divulgou animadamente o decreto de 15 de outubro como a declaração de igualdade plena da América, dava mostras desse otimismo, contestando aqueles que duvidavam dessa declaração das Cortes e do quão benéfica seria uma reunião com base nesses princípios revolucionários:

“As Cortes declararam que a soberania reside na nação. Declararam que a América Espanhola forma com a Espanha uma só nação; logo, formam uma soberania. As Cortes declararam que as províncias espanholas de ambos os mundos não apenas formam uma nação, mas também que os povos espanhóis e Americanos gozam de igualdade de direitos; logo não só têm parte na soberania, senão igualdade na participação da soberania, ou na formação do congresso Soberano. Este raciocínio é tão evidente,

³²² PONS, op. cit., 2002, pp. 168-178.

³²³ Idem, p. 324: “En una carta a Lord Holland de fecha de 23 de octubre de 1810, [Blanco] declaraba que ya estaba curado de su jacobinismo, admitía la conveniencia de dos cámaras y de la representación de los grandes (...) En aquel momento, Blanco estaba ya casi totalmente convertido al constitucionalismo británico; su crisis de jacobinismo había durado apenas cinco meses y sólo se había manifestado públicamente en el núm. 1 de *El Español*”.

³²⁴ “¿que valdrían las renunciaciones más voluntarias, para un pueblo que declara que no pertenece a nadie sino a sí mismo, y que Fernando es su rey, y no su dueño, no su soberano?” *Español*, 30/11/1810, p. 53.

que apenas uma declaração explícita do contrário poderia me fazer crer que as Cortes tentaram outra coisa.”³²⁵

Como se vê, a partir da soberania da Nação e da integração da América como parte essencial desta, seria impossível não lhe conceder a igualdade absoluta. A resposta do *Semanario Patriótico* de que as Cortes não poderiam mudar suas regras de convocação e de que tal decisão caberia apenas à constituição não deixava de ser um excesso retórico para justificar a situação *de facto*, a qual correspondia à necessidade de velocidade nas decisões, já que esperar as eleições americanas significaria paralisar os trabalhos constitucionais pelo menos por um ano.³²⁶

Rapidamente Blanco White descobriu que os seus informantes em Cádiz tinham entendido erroneamente os debates nas Cortes³²⁷, e partiu para críticas mais fortes ao congresso e ao “partido mercantil”. Já em dezembro via como era uma ilusão o que havia defendido anteriormente, e que as Cortes não enxergavam a gravidade da situação:

“As Cortes mesmas, que tão cuidadosamente trataram da liberdade de imprensa, não parece que deram igual importância ao decreto que devia decidir a felicidade ou a desgraça dos espanhóis de ambos os mundos, e quando eram necessárias as medidas mais enérgicas e ativas para acabar a guerra funesta que a inconsideração da Regência passada provocou, vemos acudir ao remédio com declarações obscuras, com passos tímidos e incertos.”³²⁸

Além da crítica à postura sobre a América, que se radicalizaria conforme a solução negociada ficasse mais difícil, havia uma crítica geral às Cortes, ainda que neste momento não feita de maneira tão direta. Os jornais de outubro, novembro e dezembro, que abrangiam essa fase inicial das Cortes, eram preenchidos de sugestões inglesas para

³²⁵ “Las Cortes han declarado que la soberanía reside en la nación. Han declarado que la América Española, forma con la España una sola nación: luego forman una soberanía. Las cortes han declarado que las provincias españolas de ambos mundos no solo forman una nación, sino que los pueblos españoles y Americanos gozan igualdad de derechos; luego no solo tienen parte en la soberanía, sino igualdad en la participación de la soberanía, o en la formación del congreso Soberano. Este raciocinio es tan evidente, que solo una terminante declaración de lo contrario podría hacerme creer que las Cortes han intentado otra cosa”. *Idem*, p. 70.

³²⁶ RODRÍGUEZ, 2008, op. Cit, p. 115: “The debate angered many Europeans because they believed that the Americans were endangering Spain by asking for elections at a moment when their forces were barely holding out against the French. In that regard, it was unrealistic to expect the peninsulares to halt the activities of the Cortes, particularly the writing of the Constitution, for months and perhaps a year, while elections took place in the New World.”

³²⁷ Especificamente nesse caso, Blanco havia citado cartas inglesas para corroborar o seu ponto. Provavelmente, diz respeito ao secretário da embaixada inglesa em Cádiz Charles Richard Vaughan.

³²⁸ “Las cortes mismas, que tan detenidamente trataron de la libertad de imprenta, no parece que han dado igual importancia al decreto que debía decidir de la felicidad o desgracia de los españoles de ambos mundos, y cuando se necesitaban las medidas más enérgicas y activas para apagar la guerra funesta que ha excitado la inconsideración de la Regencia pasada, vemos acudir al remedio con declaraciones obscuras, con pasos tímidos e inciertos.” *Español*, 30/dez/1810, p. 249.

o congresso, como a reprodução do *Goal Delivery* e do *Bill of Rights*, leis fundamentais de proteção do indivíduo, de matriz inglesa, portanto diferentes da Declaração dos Direitos universais do homem, francesa e mais influente entre os liberais espanhóis. Havia também uma série de regras para o procedimento interno de um parlamento, feitas por Jeremy Bentham. Como se vê, são os princípios dos *Whigs* sendo sugeridos para a Espanha.

Os comentários de Blanco para a *Constitución para la nación española*, publicada por Álvaro Flórez Estrada, compuseram a peça final que deu sentido às sugestões anteriores para a constituição. O texto do ilustrado espanhol representava bem a fração mais radical dos deputados, e o próprio seria parlamentar e líder exaltado nos anos 20. Próximo a Quintana e futuramente companheiro de jornal de Antillón, Flórez Estrada defendia radicalmente a soberania da Nação e, por isso, fazer uma nova constituição era tão ou mais importante do que derrotar os franceses. Blanco criticava, na peça constitucional analisada, principalmente o pouco poder dado ao rei: “o autor da constituição foge dos abusos que a nação espanhola sofreu devido às faculdades ilimitadas que tiveram os seus reis, e de tal modo as reduz, que os deixa feitos umas personagens inúteis.”³²⁹ As principais diferenças com o projeto de Flórez Estrada diziam respeito à divisão de poderes, à eleição dos deputados e ao modo como os direitos individuais seriam garantidos na lei. De certa forma, seriam as mesmas brigas que teria com a fração liberal dos deputados nas Cortes.

A influência do constitucionalismo inglês na visão dos *whigs* da *Holland House* constitui a base do pensamento de Blanco em sua crítica aos liberais, e isso já estava claro no final de 1810, como aponta Pons:

“Blanco White elaborou sua doutrina política levando muito em conta os conselhos de Lord Holland. Sobre a questão das liberdades e das instituições, tudo que dá ao periódico a sua originalidade com relação ao liberalismo de Cádiz, já está esboçado no final de 1810. O pragmatismo inglês oposto às teorias revolucionárias francesas, o rechaço dos princípios “abstratos” franceses, a preferência pela Constituição britânica (quer dizer, os usos sancionados pela experiência de séculos), a defesa do mito monárquico, um executivo forte, respeitado, centralizado, porém obediente a princípios liberais, o bicameralismo e a defesa da aristocracia, a primazia concedida às liberdades individuais (imprensa, justiça,

³²⁹ “El autor de la constitución huye de los abusos que ha sufrido la nación española por las facultades ilimitadas que han tenido sus reyes, y de tal modo las reduce, que los deja hechos unos personajes inútiles.” *Español*, 30/dez/1810, p. 193.

consciência), o reformismo pragmático e prudente que se baseasse nas tradições do país.”³³⁰

Mais adiante a crítica se tornou mais aguda, ao questionar o próprio princípio fundador das Cortes de Cádiz – a soberania da Nação – demonstrando a maior proximidade entre o redator do *Español* e os escritos de Edmund Burke, conforme buscaremos analisar no terceiro capítulo. Essas críticas se tornaram patentes a partir de março, numa seção especial que esteve presente em sete números de 1811, intercalado em jornais até dezembro deste ano. Eram as cartas de *Juan sin tierra*, apelido criativo criado por Blanco White para designar a si mesmo, um pseudônimo “*desolado e acusador*”, na definição de Durán López.³³¹

As cartas possuíam uma estrutura narrativa e um léxico diferente do resto do jornal, servindo como uma espécie de desabafo do seu redator. As acusações, por vezes pessoais, eram frequentes, e não havia nenhuma preocupação diplomática, como Blanco tentava praticar nas observações anteriores sobre as Cortes. Embora o principal assunto das três primeiras cartas fosse a incompetência dos generais espanhóis e a urgência de chamar um oficial inglês para o comando – temática que não o tornou popular em Cádiz –, foi na sua carta de julho, a quarta delas, que a desconstrução da reunião de Cádiz mostrou-se de maneira mais contundente.

Jogando com um diálogo imaginário entre *Juan sin tierra* e Blanco, o primeiro afirma:

“Essa declaração da soberania do povo, que tanto deslumbrou ao senhor (porque me permita o senhor dizer que está mal desmamado dos seus Rousseaus e Helvetius) foi um mau princípio, cujas más consequências já se podem ver nas cortes, e até ao senhor mesmo chegam.”³³²

³³⁰ “Blanco White elaboró su doctrina política teniendo muy en cuenta los consejos de Lord Holland. Sobre la cuestión de las libertades y de las instituciones, todo lo que da al periódico su originalidad con relación al liberalismo de Cádiz, está esbozado a fines de 1810. El pragmatismo inglés opuesto a las teorías revolucionarias francesas, el rechazo de los principios ‘abstractos’ franceses, la preferencia por la Constitución británica (es decir, por unos usos sancionados por experiencia de siglos), la defensa del mito monárquico, un ejecutivo fuerte, respetado, centralizado, pero sometido a principios liberales, el bicameralismo y la defensa de la aristocracia, la primacía concedida a las libertades individuales (prensa, justicia, conciencia), el reformismo pragmático prudente que tuviera en cuenta las tradiciones del país”. PONS, op. cit., 2002, p. 340.

³³¹ “Las cartas de Juan sin tierra son el vehículo más amargo de los editoriales de Blanco White desde que su ruptura con los liberales españoles la siente ya como una dolorosa pieza de su propia identidad. Es ése el momento de buscar un seudónimo desolado y acusador”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 184.

³³² “Esa declaración de la soberanía del pueblo, que tanto deslumbró a V. (porque permítame V. decirle que está V. mal destetado aun de sus Rousseaus y Helvetius) fue un mal principio, cuya malas consecuencias se están ya viendo en las cortes, y hasta á V. mismo llegan.” *El Español*, 30/07/1811, p. 282.

Aqui Blanco já esboçava sua conversão às teses de Burke. A negação do princípio da soberania popular se somou à série de críticas anteriores, que tinha como um dos enfoques principais justamente a América, apoiando-se também em Burke³³³, desta vez no *speech on American Taxation*, que foi literalmente citado no *Español* de janeiro de 1811. Naquele momento, Blanco, ainda esperançoso nas Cortes, deu uma série de recomendações para manutenção da América no Império, e entre elas fulgurava a igualdade de representação:

“Peça-se agora mesmo deputados para as cortes, não pelo plano arbitrário e insensato que se mandou às Américas, porém pelo mesmo utilizado na Espanha; que se não é muito melhor, teria pelo menos a vantagem de ser igual para uns e outros. Faça-se isso imediatamente, e talvez não seja tarde para conseguir uma feliz união, que coloque fim aos horrores que ameaçam, que começam, que já estão destroçando a ambos os povos.”³³⁴

Diante da ineficiência das suas recomendações, o culpado encontrado, para além das cortes, foi a influência da Junta de Cádiz e do seu “partido mercantil”, que paralisavam as ações sobre a América e refutavam qualquer ajuda inglesa com base no exclusivo comercial, conforme Blanco denunciou explicitamente em abril:

“[As Cortes são] débeis e submissas com o que não deveriam temer, orgulhosas e teimosas com os que deveriam reconciliar. Humilham-se com os comerciantes de Cádiz, desatendem as poderosas províncias da América, e alienam-se das vontades de duas classes influentes, a grandeza e o clero.”³³⁵

Por fim, a partir de maio *El Español* deixou de encampar com a mesma força a representação igual como uma forma de solucionar os problemas na América. Não pelas razões do *Semanario Patriótico*, de que apenas a constituição poderia mudar esse tema, mas sim pela sua inutilidade momentânea, pois Caracas e Buenos Aires estavam completamente independentes e apenas este ponto não as convenceria. Ao reproduzir integralmente o *Diario das Cortes* sobre a discussão das onze propostas, a mesma em

³³³ Pons explica bem a influência de Burke em Blanco em matéria colonial: “Dos puntos de la argumentación de Burke aparecen como argumentos esenciales en el artículo de Blanco: imposibilidad de una dependencia total, necesidad de concesiones para salvar lo esencial; la metrópoli debía actuar con generosidad y respetar sus promesas.” PONS, op. cit., 2006, p. 196.

³³⁴ “Pídanse al momento diputados para las cortes, no por el arbitrario y descabellado plan que se mandó a las Américas, sino por el mismo con que se han elegido en España; que si no es mucho mejor, tendría por lo menos la ventaja de ser igual para unos y otros. Hágase esto inmediatamente, y acaso no será tarde para lograr una feliz unión, que ponga fin a los horrores que amenazan, que empiezan, están destroçando ya a entrambos pueblos.” *Español*, 30/jan/1811, p. 336. Grifo meu.

³³⁵ “Débiles y sumisas con los que no debieran temer, orgullosas y tenaces con los que debieran reconciliar, se humillan a los comerciantes de Cádiz, desatienden las poderosas provincias de América, y se enajenan las voluntades de dos corporaciones de influjo, la grandeza y el clero”. *Español*, 30/abr/1811, p. 62.

que Quintana se posicionou contra os deputados americanos, Blanco apontou o retardo das Cortes em tomar uma decisão como um agravante dos problemas:

“Mesmo que os decretos das Cortes sobre a representação da América fossem expedidos agora, chegariam ali um ano e meio depois da independência absoluta, por culpa da cabeça-dura dos governos da Espanha. De que serviriam então estas desgraçadas graças?”³³⁶

A esperança demonstrada em outubro e realçada em novembro de 1810 se esvaía em maio de 1811, e começava a se tornar verdadeira oposição às Cortes, ao criticar o seu próprio princípio fundador em julho. A desilusão, na realidade, já estava clara em janeiro, e apenas foi exposta mais explicitamente no meio do ano. Ainda assim, em agosto Blanco voltava a defender a igualdade de representação, mesmo que ela não fosse o suficiente para a reconciliação. A desistência completa da ideia de uma assembleia única para americanos e espanhóis só veio realmente em outubro de 1811.

O *Semanario Patriótico*, por sua vez, também acumulava desilusões com a possibilidade de uma negociação com a deputação americana, que os liberais encaravam como reais vocais daquelas regiões, o que era muito criticado pelo *Español*³³⁷. No entanto, isso não significava nem desistir de uma negociação para a retomada da tranquilidade na América, nem das Cortes.

A postura do grupo de Quintana sobre a reconciliação no início dessas reuniões passava por certa ingenuidade e por uma crença demasiada no poder de atração das propostas liberais – crença esta que se manteve incólume durante toda a existência do periódico. No final de 1810 o jornal afirmava que a maior parte da América havia reconhecido a Regência³³⁸, quando já se sabia das revoltas em Santa Fé, Caracas e Buenos Aires. Ingenuidade perdida com o tempo, mas não a profissão de fé de que a união era natural em uma nação vinculada por laços estreitos, que não poderiam ser rompidos pelo desgoverno:

“Os homens não são pedras inanimadas de um edifício, unidas entre si pela contiguidade em que um artesão as coloca, e pela argamassa que as

³³⁶ “Aun cuando los decretos de las Cortes sobre representación de América se expidiesen ahora, llegarían allá después de año y medio de independencia absoluta que tal lo ha sido por la cabezudez de los gobiernos de España. ¿De que servirán entonces estas desgraciadas gracias?” *Español*, 30/mar/1811, p. 144.

³³⁷ “Mientras que en las cortes se alterca, y regatea con los diputados de América, como si estos fuesen dueños absolutos de la voluntad de aquellos pueblos, sobre, qual ha de ser la representación futura en las Cortes de España y Caracas, y Buenos Ayres reúnen sus respectivos congresos, y tienen tiempo sobrado para ganarse las voluntades de sus poder-dantes, con poco que tengan de liberalidad y talentos.” Idem, *ibidem*.

³³⁸ “La autoridad ya inerte en las manos de la Suprema Junta, se transfiere sin convulsion y sin sangre á un Consejo de Regencia: éste es reconocido al instante por las provincias de la península, y despues casi en todos los dominios distantes de la América.” *Semanario Patriótico*, 22/nov/1810, p. 5.

junta. De outra natureza são os vínculos morais que enlaçam as partes integrantes de qualquer sociedade política. Uma cordilheira, por fragosa, ou um rio por mais largo que seja (e o oceano com a sua imensidade está em este caso), não constitui realmente uma separação entre povos em que uma língua, uma religião, leis, uma origem, um sangue, um mesmo interesse, forçam politicamente a ser um.”³³⁹

A união, portanto, não viria da aplicação da igualdade de representação imediata, impossível na prática, mas sim de laços mais antigos e da esperança de uma nova união em uma nova pátria, marcada pela constituição. Nesse início da terceira fase do periódico os revoltosos eram vistos como uma minoria que pode ser vencida pelo poder de atração das Cortes. Seria apenas a partir de junho de 1811 que o grupo de Quintana passaria a defender a utilização da força armada vinda da Espanha para pacificar a América, entrando numa campanha iniciada por outros jornais liberais³⁴⁰, visto que o *Semanario Patriótico* se manteve mais tempo acreditando na força de uma nova constituição e na possibilidade da união política com base na esperança.

Um fator importante que assemelhava os dois principais redatores de ambos os periódicos – Blanco no *Español* e Quintana no *Semanario* –, para além do passado em comum, foi que ambos foram duramente atacados pelas Cortes em algum momento. No caso de Blanco White, isso serviu para radicalizar ainda mais sua oposição; já Manuel Quintana, no seu jornal, manteve-se quieto sobre os ataques desferidos e continuou com o seu apoio inabalável aos liberais.

O caso de Blanco foi noticiado pelo próprio *Español* em julho de 1811³⁴¹, e respondido de maneira irônica. O engate para a polêmica foi a reprodução, por parte de White, de uma carta de Antonio Joaquin Perez, deputado por Puebla de los Ángeles, apresentado como presidente da deputação americana, em que este agradecia a Blanco por sua luta em favor dos americanos.³⁴² O problema é que a carta era falsa e o próprio

³³⁹ “Los hombres no somos piedras materiales de un edificio, unidas entre sí por la contigüidad en que el artífice las coloca, y por el betún que la contiene. De otra naturaleza son los vínculos morales que enlazan unas con otras las partes integrantes de cualquiera sociedad política. Una cordillera de sierras por fragosa, un rio por ancho que sea, (y el océano con toda su inmensidad está en este caso) no constituye realmente una diversidad entre pueblos que una lengua, una religión, unas leyes, un origen, una sangre, un interés mismo fuerzan políticamente a ser uno.” *Semanario Patriótico*, 21/fev/1811, p. 13.

³⁴⁰ BREÑA, Roberto, op. Cit, 2006, p. 156: “Para la segunda mitad de 1811, la causa pacifista solamente es defendida por un periódico (*El Censor General*); incluso el *Semanario Patriótico*, que hasta ese momento se había caracterizado por sus posturas más o menos conciliadoras, se decanta sin embargos por una solución de fuerza.”

³⁴¹ *Español*, 30/jul/1811, pp. 265-270.

³⁴² “Muy Sr. mió de mi mayor aprecio: me sirve de especial complacencia hablar á V. á nombre de la Diputación representante de la América en estas cortes que ha creído un deber preciso manifestar á V. su gratitud por los inestimables oficios que hace á la faz del mundo en beneficio de aquellos países.” *Español*, 30/abr/1811, p. 69.

Perez, um clérigo americano defensor do Antigo Regime, fez a reclamação injuriado na sessão das Cortes de 24 de maio, que Blanco copiaria e replicaria.

O intelectual mexicano Mier – testemunha dos fatos – explicou como se deu a falsificação. A carta foi escrita pelo deputado americano Ramon Feliú como forma de atacar a corrente dominante em Cádiz sobre a questão americana e, dessa forma, realmente agradecer o trabalho do *Español*³⁴³, o qual os deputados americanos costumavam ler. Feliú usou o nome de Perez como forma de vingar-se do padre mexicano que costumava votar com os peninsulares em temas polêmicos. No entanto, como era previsível, a artimanha não foi bem sucedida, e as Cortes condenaram o jornal de Blanco White com ferocidade, já que há tempos vários deputados vinham se incomodando com o jornal londrino, seja pelo ataque aos liberais, seja pelo apoio às Juntas autônomas na América.

Mesmo Juan Nicasio Gallego, importante deputado liberal, antigo participante da tertúlia de Quintana, e que era grande amigo de Blanco nos tempos madrilinhos, atacou o *Español* com fúria, o que pareceu ferir mais a Blanco³⁴⁴. Acusado de ser um traidor da pátria e querer a ruína da Espanha, o emigrado sevilhano não viu nenhum dos seus conhecidos ou admiradores ficarem ao seu lado, tendo em vista que não houve resposta em sua defesa no plenário, nem ao menos dos deputados americanos, assíduos leitores do periódico³⁴⁵, e que provavelmente entenderam que a briga não valia a pena.

Em junho Blanco reconheceu que havia sido enganado e se justificou, apontando quão bem feita havia sido a falsificação.³⁴⁶ Um mês depois, no entanto, a resposta veio

³⁴³ PONS, op. cit., 2006, pp. 261-269.

³⁴⁴ O próprio Gallego admite que fora amigo de Blanco, para depois atacá-lo: “Confieso que el autor de *El Español* ha sido amigo mío; mas cualesquiera que sean las relaciones que me han unido con el y por las cuales deba abstenerme de hablar de su persona, tengo otros motivos muy poderosos para exponer mi juicio. (...) Considerado imparcialmente quanto arrojan de sí los números que han salido hasta el día, resulta que en España ni se puede ni se quiere, ni se sabe hacer nada bueno; y por lo relativo á las Américas un empeño constante en promover y atizar la desunión de aquellos países con la madre patria; desunión que si desgraciadamente se verificase causaría tal vez la ruina de España, y de seguro la de América.” *Español*, 30/jul/1811, p. 269.

³⁴⁵ Ponto que é defendido por Pons com base nas ideias dos deputados americanos e na troca de correspondência: “Si se analizan las intervenciones de los americanos entre 1810 y 1812, se ve claramente que en general defendieron las medidas que *El Español* venía aconsejando: necesidad de reforzar la alianza con Inglaterra, defensa de la buena fe de los británicos en el tema de América, apertura del mercado americano al comercio con los ingleses, necesidad de sus buenos oficios para conseguir la reconciliación con los insurgentes y, en fin, nombramiento de Wellington como comandante en jefe”. PONS, op. cit., 2006, p. 240.

³⁴⁶ A falsificação era realmente bem feita, tanto que contava com a assinatura original do deputado. No entanto, uma observação mais atenta mostrava que a assinatura e o conteúdo da carta possuíam letras diferentes. De qualquer forma, foi um imenso descuido de Blanco reproduzir a carta, já que o cargo de presidente da deputação americana nem ao menos existia. Tal descuido pode ser explicado na necessidade que Blanco possuía de buscar apoio na Espanha diante da avalanche de críticas que recebia.

de forma agressiva através do alter-ego *Juan sin tierra*. Não apenas deslegitimava as Cortes, mas também utilizava de ironia e ofensas para desancar Gallego:

“E acima de tudo, o que lhe toca fundo [a Gallego], e faz com que ele corra como uma donzela, é ver o seu nome em tão mau local. Pobre senhor, que delicado ele se mostrou! Eu tenho medo de que, por causa disso, saia apresentando uma moção contra os que tomem o seu nome em vão.”³⁴⁷

A partir deste momento, estava dada a ruptura entre as Cortes e o *Español*, por parte de ambos. Não devemos esquecer, no entanto, que já havia uma censura da Regência sobre o periódico devido aos seus primeiros números, embora só viesse a ser aplicada com mais rigor em 1812³⁴⁸.

A história de Quintana é distinta. Talvez o maior nome ligado aos deputados liberais fora das Cortes, o poeta madrilenho foi nomeado *Secretario de Estampilla* em nove de abril de 1811, cargo que tinha deixado de existir por quase cinquenta anos. Isso deu início a uma série de acusações e panfletos que só terminariam com o pedido de demissão por parte de Quintana em quatro de julho.

Segundo Durán, que se dedicou a investigar esse caso até hoje mal compreendido³⁴⁹, o cargo havia sido remodelado para funcionar como interlocução entre as Cortes e a Regência e teria, no fundo, um papel parecido com o de primeiro ministro, o que lhe conferiria muito poder³⁵⁰. Ao conjugar o prestígio de Quintana com a envergadura do cargo, era natural que surgisse uma oposição, ainda mais porque nessa época os reacionários – defensores do Antigo Regime e opositores aos liberais – já estavam mais organizados na resistência. No entanto, o ataque não veio das fileiras servis, porém de Antonio de Capmany, deputado pela Catalunha, intelectual conhecido e respeitado, além de muito próximo à Inglaterra. Capmany era uma figura conhecida na ilustração espanhola, próximo de Olavide e que nunca foi simpático à revolução

³⁴⁷ “Y sobre todo lo que le llega al corazón, y lo corre como a un doncella, es ver su nombre en tal mal lugar. ¡Pobre Señor! ¡En que delicadeza ha venido a dar! Yo me temo que de resultas de esto salga presentando una moción contra los que tomen su nombre en vano.” *Español*, 30/jul/1811, p. 280.

³⁴⁸ O *Español* estava proibido pela Regência desde 20 de agosto de 1810, principalmente por conta das palavras fortes e radicais dos seus primeiros números.

³⁴⁹ DURAN LÓPEZ, op. cit., 2009.

³⁵⁰ Idem, p. 439: “En la sesión del 31-III-1811 los diputados avalan finalmente la propuesta de la Regencia y deciden cubrir el cargo vacante, otorgándole atribuciones que lo convertían en una suerte de secretario del consejo de ministros, que asistía a las reuniones, levantaba acta, redactaba los acuerdos y la correspondencia de los regentes. Esto le daría cierta capacidad de control sobre los otros ministerios y, en particular, se le encargaba que los decretos de las Cortes llegasen a ellos para asegurarse de su cumplimiento. Era también obvia la semejanza entre este renovado empleo y la extinta y tan combatida secretaria general de la Junta Central.”

francesa³⁵¹. O catalão costumava votar com os liberais, ainda que não fosse um deles³⁵², sendo mais adepto do constitucionalismo histórico.

Capmany lançou dois panfletos entre maio e junho para desmerecer Quintana.³⁵³ A campanha de imprensa lançada após esses escritos despejou uma enormidade de ataques ao redator do *Semanario Patriótico*, até culminar no dia dois de julho, quando, por pedido da Regência, as Cortes iriam discutir se o *secretario de estampilla* deveria ganhar o mesmo que um ministro. Em meio a uma situação financeira catastrófica, tal discussão levou a um bem-sucedido ataque de Capmany a Quintana.

As ofensas se espalharam, denunciando-o como ambicioso, chefe de uma facção, ganancioso, antirreligioso e francófono. Como explica Durán, nessa época espalhou-se uma lenda maldosa sobre Quintana, que o acompanhou por toda a vida:

“Essa lenda difamadora seria construída peça por peça nas semanas seguintes, e constará de duas partes, uma literária e outra política: por um lado, reprovava-se em Quintana ter-se constituído, desde antes de 1808, no ditador das letras espanholas em favor próprio e dos seus amigos, expulsando seus adversários do espaço público; por outro lado, mostrava-se que essa ditadura, forjada com má intenção na tertúlia madrilenha dos tempos de Godoy, havia monopolizado o que hoje chamaríamos “política de comunicação” do governo, apoderando-se dos proclamas e papeis públicos da Junta Central e da Regência.”³⁵⁴

³⁵¹ Pierre Vilar é um grande admirador de Capmany, destacando-o como um pensador de “excepcional originalidad”. O historiador compara Quintana e Capmany, apontando o primeiro como “prolijo e ingenuo”, enquanto o segundo seria “gran historiador y archivero, tenía tal vigor de espíritu y un sentido tan agudo de la complejidad histórica (...)”. O fascínio de Vilar por Capmany parece advir da tentativa do catalão de refletir sobre a pátria refutando enfaticamente tudo que viesse da França e, ao mesmo tempo, contrapondo-se aos liberais. Capmany reconhecia o valor do clero e da nobreza, e conclamava a unidade nacional dessas classes. Vilar abordou sua complexidade de ilustrado tradicionalista: “Capmany es, seguramente, el que dio vuletas al problema [o que é a pátria] com más inquietude, tanto por ser un hombre complejo – provincialista y unitarista, tradicionalista e ‘ilustrado’, conservador y reformista, historiador y teórico – como porque su adhesión apasionada a la resistencia antinapoleónica le permite combinar sus contradicciones sin ocultarle el peligro que representan”. A pátria de Capmany não era a mesma de Quintana, não a “pátria no ar”, como definiu Mexía, porém fincada em sua origem, na terra, no nome e na família. Vide VILAR, op. cit., 1999, pp. 214-228. Interessante notar essa contraposição entre Capmany e Mexía, mas os dois eram usados como fontes por Blanco White.

³⁵² Segundo Durán López, 2009: “Aunque Capmany solía votar con los liberales en el congreso, no era un liberal: no podía serlo ni por edad, ni por trayectoria, ni por carácter”, p. 448.

³⁵³ São a *Carta de un buen patriota que reside disimulado en Sevilla, escrita a un buen amigo suyo domiciliado hoy en Cádiz*, datada de 18 de maio de 1811, e a *Segunda carta de un buen patriota disimulado en Sevilla a un amigo suyo domiciliado hoy en Cádiz*, datada de 20 de junho do mesmo ano, porém que foi divulgada provavelmente depois. As cartas estão integrais em DÉROZIER, 1978, op. cit., pp. 661-683. As cartas atacam principalmente os proclamas oficiais de Quintana, chamados de afrancesados no estilo e mesmo no conteúdo, já que não citam a Deus, por exemplo.

³⁵⁴ “Esa siniestra leyenda se iría remachando golpe a golpe en las semanas siguientes y constará de dos piezas, una literaria y la otra política: por un lado, se reprochaba a Quintana haberse constituído, desde antes de 1808, en dictador de las letras españolas en favor propio y de sus amigos, expulsando a sus adversarios del espacio público; por otro, se mostraba que esa dictadura forjada con malas artes en la tertulia madrileña de tiempos de Godoy había monopolizado lo que hoy llamaríamos ‘política de comunicación’ del gobierno, apoderándose de las proclamas y papeles públicos de la Junta Central y la Regencia”. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009, p. 448.

O conflito entre Capmany e Quintana foi descrito como literário por muitos analistas, visto que a maior parte dos ataques do catalão se dirigia aos francesismos do poeta madrilenho³⁵⁵. No entanto, com as discussões avançando nas Cortes e a posterior troca de acusações pela imprensa, a face política da controvérsia também podia ser compreendida, mesmo que não estivesse explícita.

Resta-nos mais especular diante do que não foi dito. Quintana representava em 1811 o traço mais visível ainda influente da Junta Central; era também uma das mais importantes figuras públicas do grupo liberal que advogava pela destruição do Antigo Regime³⁵⁶. Ainda que Argüelles e o conde de Toreno concordassem com a maioria das suas ideias, não saíram a público em defesa de Quintana por entenderem, provavelmente, que a batalha pela constituição, que estava em vias de começar, não seria ganha sem o apoio dos membros menos radicais do congresso, como o próprio Capmany, e talvez tenham concluído que a radicalização representada por Quintana deveria ser momentaneamente abandonada.

Logo se compreende o porquê de nenhum dos seus amigos famosos sair a público para defendê-lo, cabendo essa função a membros menos célebres da tertúlia, como Eugenio Tapia e Martínez de la Rosa.³⁵⁷ O abandono daquele que era visto por seus opositores como o “*catedrático de la logia infernal*”³⁵⁸ foi de difícil aceitação por Quintana, que desde então desistiu de assumir postos mais relevantes. De qualquer forma, o poeta, que havia deixado de escrever no *Semanario Patriótico* entre abril e o começo de julho por conta do emprego, voltou ao seu posto de redator e não fez como Blanco, ou seja, não despejou as mágoas sobre os seus opositores. De seu lugar na imprensa continuou apoiando o grupo liberal, reforçando os seus argumentos na

³⁵⁵ Alcalá Galiano, em suas **Memorias**, passa a versão de que foi essencialmente um conflito literário. Outros historiadores posteriores, como Deroziér, também preferiram focar a questão apenas na literatura, assumindo o ponto de vista do grupo de Quintana de que Capmany tinha inveja da influência do poeta madrilenho e do seu prestígio literário, já que o velho catalão também escreveu um jornal na mesma época do *Semanario*, mas coube a Quintana ser escolhido como o redator oficial dos proclamas. José Vila Selma, em **Ideário de Manuel José Quintana**. Madri: Consejo superior de investigaciones científicas, 1961, também analisa a questão sob o mesmo prisma.

³⁵⁶ Na opinião de Durán López, 2009, p. 533: “creo que Quintana era vulnerable porque era un hombre con pasado em medio de una muchedumbre de *hombres nuovi* y porque era casi el único superviviente político de la Junta Central. Su pasado, junto al estrecho lazo que unía a algunos periodistas y diputados, le convirtió en un objetivo político no sólo codiciado, sino también asequible.”

³⁵⁷ Eugenio Tapia escreveu a *Chismografía literaria*, provavelmente de 2 de julho, em que ataca o estilo de Capmany e defende o caráter de Quintana. Já Martínez de la Rosa, menos próximo a Quintana, escreveu um pequeno folheto chamado *Carta de un maestro de escuela de Polopos*, que era mais um ataque ao estilo de Capmany e até apontava galicismos no texto daquele que tanto advogava pelo purismo da língua.

³⁵⁸ O termo vem do *Censor General*.

constituição e no final do período constitucional, em 1814, ocupava cargos relevantes, porém de maneira alguma com a importância de antes.

À guisa de conclusão dessa primeira abordagem dos redatores do *Semanario Patriótico* e do *Español* diante das Cortes, percebe-se uma esperança que se estende para todos os lados, inclusive para a América, mas que é rapidamente destruída com o passar das discussões e com a evolução das revoltas americanas. A postura dos dois antigos amigos distanciou-se cada vez mais. Enquanto Quintana ajudou a consolidar o grupo liberal, que seria vitorioso nas Cortes, Blanco White se afastou dos liberais gaditanos, aproximando-se mais dos *Whigs*. A discussão sobre quão liberais foram os escritos do *Español* é um tema candente na historiografia e sobre o qual nos posicionaremos no terceiro capítulo.

América: autonomia e independência

Se o grupo de Quintana de um lado, e Blanco do outro, começaram a mostrar as suas divergências diante das Cortes por seguirem caminhos políticos diferentes, a oposição tornou-se ainda mais clara em um dos assuntos mais difíceis que o governo gaditano teve de lidar: as juntas na América. Aqui, mais do que em qualquer outro momento, havia uma contraposição clara de argumentos entre os dois lados, mesmo que os jornais não se citassem diretamente.

Assim que as notícias sobre a queda da Junta Central e do surgimento da Regência, no final de janeiro de 1810, chegaram à América, as reações foram mais radicais do que aquelas despertadas em 1808. Envolvidos durante dois anos numa discussão atlântica sobre política, enfocando principalmente a soberania e a representação³⁵⁹, muitos *ayuntamientos* das capitais americanas não viam legitimidade na transferência de poder executada pela Junta Central³⁶⁰.

Com base em teorias de matriz autonomista, houve uma verdadeira explosão *juntera* que convulsionou a América, tornando as insurgências uma pauta obrigatória e

³⁵⁹ O caráter hispânico dos dois primeiros anos da revolução espanhola tem como seu principal defensor François-Xavier Guerra, 1992. Sobre a importância do conceito de soberania, vide BREÑA, 2006. Destaca-se também que as discussões políticas desse tom têm sido cada vez mais trabalhadas pela historiografia, tanto espanhola quanto americana.

³⁶⁰ Chiaramonte aponta que dentro da estrutura legal da época a transferência da soberania realmente carecia de legitimidade: “La disolución de la Junta Central del Reino, en enero de 1810 y la constitución del Consejo de Regencia implicaban, según las normas del derecho político entonces vigente, el tránsito de un organismo que actuaba en representación de las entidades soberanas organizadas en cada provincia española a un único poder representante del monarca cautivo y carente de legitimidad en su constitución.” CHIARAMONTE, op. cit., p. 36.

urgente das Cortes de Cádiz durante toda a sua existência. Entre 19 de abril de 1810, quando a elite caraquenha tomou a dianteira e fundou a *Junta Suprema Conservadora de los Derechos de Fernando VII*, até 16 de setembro do mesmo ano, quando aconteceu o célebre grito de Dolores na Nova Espanha, as diversas regiões da América, entre as quais Nova Granada, Rio da Prata e Chile, tiveram conflitos em suas capitais. Apenas no Vice-reinado do Peru – sob a mão de ferro do Vice-rei Abascal – e nas terras insulares não havia guerra civil pela autonomia. Apesar disso, não se tratava de uma luta por independência, mas de uma batalha autonomista, anti-gauchupines e, muitas vezes, um conflito social.³⁶¹ Como enfatiza Jaime Rodríguez, “*não apenas os líderes das juntas americanas insistiram que eles estavam agindo em nome do soberano, eles até convidaram Fernando para governar*”.³⁶²

Blanco White se caracterizou por ser um dos poucos espanhóis a compreender as juntas americanas dessa forma. Os seus elogios à moderação da Junta Suprema de Caracas repetiram-se no caso de Buenos Aires. Suas palavras, lançadas ainda em agosto de 1810, poderiam ser perfeitamente aplicáveis para o último dos seus jornais, em 1814. Nessa ocasião, em um artigo de oito páginas denominado “*Integridad de la monarquía española*”³⁶³, Blanco defendeu o direito dos americanos fazerem Juntas à imagem das espanholas: “*Não será uma verdade eterna que se durante o cativeiro de Fernando os povos da Espanha entraram em uso da soberania a respeito de si mesmos, os povos da América devem ter igual direito a respeito daquelas regiões?*”³⁶⁴. Isto porque a soberania, na ausência do rei, voltava aos povos, e o povo espanhol não era soberano do povo americano. Refutava a acusação de que este era um movimento independentista, pois as Juntas reconheciam Fernando VII: “*enquanto os Espanhóis de um e outro continente reconheçam, como efetivamente reconhecem, um mesmo monarca, como pode se dizer que há entre eles uma separação política?*”³⁶⁵

³⁶¹ Contra lo que se difundió intencionalmente en la península, el mexicano y otros casos contemporáneos muestran que no era, como presumía la mente colonial, la separación del cuerpo hispano lo que perseguían aquellas Juntas. Para ellas se trataba, por decirlo de modo más gráfico, de llegar a declaraciones de autonomía y no de independencia. Por ello el lenguaje apropiado era el legal y constitucional”. VALDES PORTILLO, José María, op. Cit, 2006, p. 81.

³⁶² RODRÍGUEZ, 2006, op. Cit, 2006, p. 107: “not only did the leaders of the American juntas insist that they were acting in the name of sovereign, they even invited Fernando to govern.”

³⁶³ *Español*, 30/ago/1810, pp. 369-377.

³⁶⁴ “¿No será una verdad eterna que si durante la cautividad de Fernando han entrado los pueblos de España en el uso de la soberanía respecto de sí mismos, igual uso respecto de aquellas regiones deben tener los pueblos de América?” Idem, p. 373.

³⁶⁵ “En tanto que los Españoles de uno y otro continente reconozcan, como reconocen un mismo monarca, ¿como se puede decir que hay entre ellos una separación política?” Idem, p. 374.

Com esta argumentação, *El Español* reproduzia o discurso das próprias juntas³⁶⁶, tornando-se um defensor destas na arena pública hispânica, a fim de influenciar a Regência e futuramente as Cortes. Com o tempo, Blanco White perceberia que a maior parte do seu público estava na América e passaria a escrever diretamente para eles, o que implicou na introdução de novos assuntos, conforme veremos. Blanco consolidou a sua defesa das Juntas antes do *Semanario Patriótico* publicar, em fevereiro, o primeiro artigo de fôlego sobre a América.

Por várias vezes o *Español* reproduziu manifestos de Caracas e Buenos Aires, além de inserir muitos trechos das gazetas oficiais de ambas as juntas. Isso servia para conceder legitimidade aos movimentos americanos, pois os textos eram bem escritos e com um raciocínio claro, elevando intelectualmente aqueles autores³⁶⁷. Além disso, o *Español* servia para os americanos e os seus deputados em Cádiz se informarem sobre outros lugares na América, conforme defende Pons, pois Londres era um centro de comunicação.³⁶⁸

Em janeiro de 1811, numa das mais claras apologias das Juntas até então, baseado nos escritos de Burke, Blanco preconizava duas medidas para reconciliar a América: reconhecimento das Juntas e representação igual nas Cortes. Quanto às Juntas, ele tinha consciência do quanto era atacado por sua posição favorável a elas:

³⁶⁶ Como por exemplo no manifesto da Junta de Buenos Aires: “Tan libres estos como los pueblos de la Península, deben creerse con iguales facultades que aquellos, y si pudieron formar Juntas y separar á sus magistrados las capitales de España, no puede negarse igual autoridad a las de América”. Manifiesto de la Junta, 9 de septiembre de 1810. In: CARRANZA, Adolfo P. (comp.) **Archivo General de la República Argentina, tomo 2**. Buenos Aires: 1894, p. 222. *Apud.* VERDO, Geneviève. “Soberanía del pueblo o de los pueblos? La doble cara de la soberanía durante la revolución de la independencia (1810-1820)”. *Andes*, nº 13, 2002.

³⁶⁷ No jornal de dezembro de 1810, reproduziu uma série de ordens da Regência com as respectivas respostas da Junta de Caracas, todas muito bem escritas e ponderadas, de autoria de Germán Roscio. Num artigo final, Blanco comentava justamente essa condição e mostrava o quanto a intransigência dos governos espanhóis atrapalhava: “Lea pues el público español el primer documento dé los que le presento, y vea por él que no trata con una cuadrilla de revoltosos, sino con unos pueblos que saben exponer sus agravios, y sus derechos, con una razón y dignidad que admirará á quantos no estén ciegos por el interés ó el orgullo: quantos tengan razón, suya propia. Lean, y verán que no es justo, ni conveniente el rumbo que se há tomado con ellos: y que millones de hombres dirigidos por gentes como los que hablan en su nombre, no se reducen ni con insultos, ó amenazas, ni con promesas vagas, ó palabras dudosas.” *Español*, 30/dez/1810, pp 249-250.

³⁶⁸ PONS, 2002, op. cit., p. 167: “Una de las grandes ventajas de *El Español* es que estaba compuesto en Londres. Encrucijada internacional, por sus funciones comercial y política, verdadera atalaya desde donde se podía observar Europa y América, la capital británica era un centro de información excepcional en Europa. (...) De ello resulta que las noticias se solían conocerse en Londres antes que en Cádiz, pues los enlaces entre España y sus colonias eran precarios y lentos. “Pons ainda completa concluído sobre a ampla rede de comunicação de Blanco: “Si Blanco White hizo de *El Español* un periódico tan bien informado y tan influyente en la crisis del mundo hispánico, es que logró apoyarse en diversos grupos o individuos, dispersos por la geografía pero unidos por un ideal común y una acción convergente, hasta el punto de que casi se podría hablar de una especie de ‘Internacional liberal’” (p. 196).

“O que digo desde o começo; o que se escudou com raiva ou com desprezo; o que será a condenação de todos que desviaram o governo, dos que precipitaram a Espanha ao último abismo da perdição por seu interesse cego, e seu orgulho cego. Reconheçam-se agora mesmo como legítimas as Juntas que formaram os povos da América, mandem-se ordens a todas as capitais daqueles países que ainda não nomearam Juntas, para que as formem; denomine-as Juntas Superiores como as da Península; que seja dado a elas o poder que tem esses Vice-Reis e Governadores, origem única de todos os males.”³⁶⁹

Analisando de maneira geral a proposta de Blanco White, bastante influenciada por Burke e pelos seus amigos *Whigs* – Lord Holland e John Allen, principalmente –, vemos que era uma solução de cunho federal, que colocava como principal vínculo o rei, e que, nessa época, ainda defendia uma representação equânime nas Cortes:

“Comunidade de entidades autônomas em igualdade entre os seus membros e unida pelo símbolo monárquico, este era o esquema que Blanco White imaginava. As províncias da América formariam um só “corpo político indivisível” com a Espanha, sobre as bases do direito à autonomia, de um reconhecimento do vínculo dinástico, de uma representação nas Cortes e da igualdade de direitos.”³⁷⁰

Quando Quintana escreveu a sua análise em fevereiro, o seu debate era não apenas com os deputados americanos nas Cortes, mas também com o *Español*. Nos artigos de 7 a 21 de fevereiro, quando dedica quase metade dos jornais ao tema americano, a sua conclusão era uma mensagem ao seu antigo companheiro de redação:

“De qualquer forma, nós, como já dissemos, não podemos nos elevar a essa altura indiferente de princípios gerais. Somos espanhóis: temos o interesse mais forte, o direito mais incontestável, ou dizendo melhor, a obrigação mais direta de conservar a integridade da monarquia; porque em esta integridade está contida a sua salvação.”³⁷¹

Essa acusação de traição à pátria e de não ser mais um espanhol seria frequentemente aplicada a Blanco, sendo inclusive parte das ofensas que o deputado

³⁶⁹ “El que dice desde el principio; el que se escuchó con furor, o con desprecio; el que será la condenación de los que han extraviado al gobierno, de los que han precipitado la España al último abismo de perdición, por su ciego interés, y su más ciego orgullo. Reconózcanse al momento por legítimas las Juntas que han formado los pueblos de América, mándense órdenes a todas las capitales de aquellos países, que aún no hayan nombrado Juntas, para que las formen; Llámense Juntas Superiores como las de la Península; Déseles el poder que tienen esos Virreyes y Gobernadores, origen único de todos los males.” *Español*, 30/jan/1811, p. 335.

³⁷⁰ “Comunidad de entidades autónomas basadas en la igualdad entre sus miembros y unida por el símbolo monárquico, éste era el esquema que Blanco White imaginaba. Las provincias de América formarían un solo “cuerpo político indivisible” con España, sobre las bases del derecho a la autonomía, de un reconocimiento del vínculo dinástico, de una representación en las Cortes y de la igualdad de derechos.” PONS, op. cit., 2006, p. 48.

³⁷¹ “De cualquier modo que sea, nosotros, como ya hemos dicho no podemos elevarnos a esta altura indiferente de principios generales. Somos españoles: tenemos el interés más fuerte, el derecho más incontestable; o por mejor decir, la obligación más estrecha de conservar la integridad de la monarquía; porque en esta integridad está cifrada su salvación”. *Semanario Patriótico*, 21/fev/1811, p. 16.

Gallego – muito amigo de Quintana – lhe fez quando do caso da carta falsa. A escolha do pseudônimo *Juan sin tierra*, por parte de White, não foi por acaso.

Os *Semanarios Patrióticos* de 7 a 21 de fevereiro eram a oportunidade para narrar os fatos ocorridos na América. Quintana demonstrava possuir um bom conhecimento sobre os eventos da Venezuela, Nova Granada, Rio da Prata e Nova Espanha. O principal dessa explicação didática era estabelecer que algumas revoltas na América haviam sido bem intencionadas e com grande potencial conciliatório, principalmente no caso de Buenos Aires. É interessante observar que Blanco também destacava o Rio da Prata como um lugar mais moderado, de onde talvez proviesse a fonte para o *Semanario*. Nova Espanha e Nova Granada, no entanto, eram apresentadas como exemplos negativos, por causa do seu caráter violento.³⁷²

Além da narração, que carregava nas tintas para a violência e para o desejo prévio de revoltar-se, havia espaço para a batalha teórica. Todos os argumentos das juntas americanas e do próprio *Español* estavam ali e eram rebatidos. Primeiro, havia a defesa da legitimidade da transmissão da soberania da Junta Central para a Regência, repetindo, no seu geral, o discurso utilizado pelo próprio Quintana nos proclamas oficiais³⁷³. Depois, criticava-se a ideia de que a América teria o mesmo direito que a Espanha para formar Juntas, e esse era um ponto fulcral do debate:

“Insistem os dissidentes da América em comparar a sua situação com a das províncias da Espanha quando da invasão de Murat. Nós lhes negaremos sempre essa semelhança; e diremos que só a façam quando os inimigos estiverem sobre elas, interrompam sua comunicação recíproca, e privem-nas do vínculo universal que as reunia, retirando-lhes o centro de autoridade ao qual poderiam acudir.”³⁷⁴

As juntas só se justificavam pela existência de uma guerra no território europeu. Os liberais centralistas ao estilo dos redatores do *Semanario Patriótico* lutavam dentro das Cortes pela perda de poder das Juntas autônomas, daí que a atitude americana lhes parecesse ainda mais rebelde. Como aponta Chust, na formação da nação espanhola

³⁷² “En las otras partes de América las agitaciones se habian manifestado al principio con el aspecto de una reforma pacífica en la administracion; aquí por el contrario desde luego presentaron la faz criminal y escandalosa de la sublevacion mas violenta” *Semanario Patriótico*, 14/fev/1811, p. 2.

³⁷³ “La junta central terminó sus funciones, porque no podía ya ejercerlas con utilidad del estado. Las terminó creando un Consejo de regencia que ella sola podía crear, pues que ella sola era la autoridad reconocida hasta entónces en toda la monarquía.” *Semanario Patriótico*, 21/fev/1811, p. 8.

³⁷⁴ “Insisten los disidentes de América en comparar su situación a la de las provincias de España cuando la invasión de Murat: nosotros les negaremos siempre esta semejanza; y diremos que aguarden para hacerla a que los enemigos estén sobre ellas, interrumpan su comunicación recíproca, y las priven del vínculo universal que las reunía quitándoles el centro de autoridad a que pudieran acudir.” *Idem*, p. 11.

pelas Cortes, entre as forças centrífugas que os liberais tiveram de enfrentar, as americanas foram das mais relevantes para a gestação da nação liberal:

“Conformava-se o Estado nacional hispânico sob parâmetros monárquicos e, como veremos, centralistas e unitários. Uma vertente de uma fração majoritária do liberalismo, especialmente peninsular, que enfrentava e opunha-se à dispersão feudal. Porém uma análise histórica da gestação do próprio liberalismo e do Estado Nacional, tal e como estava se configurando desde esses parâmetros hispânicos, mostra-nos que também foi uma resposta às tendências centrífugas especialmente americanas e, em segundo lugar, às peninsulares.”³⁷⁵

O *Semanario Patriótico* também mostrava a falácia do argumento de que trezentos anos de opressão justificariam a autonomia das Juntas, já que a Espanha peninsular atravessara os mesmos problemas nesse tempo, talvez até maiores pela proximidade com a corte³⁷⁶. Quanto à questão de que a má gestão dos governos revolucionários justificaria a secessão, Quintana fez questão de frisar que não era um governo o que unia um povo. No final, como um aviso, o jornal fazia saber que alguns acreditavam que aqueles manifestos das juntas – justamente os reproduzidos por Blanco White – eram enganação e visavam apenas esconder a verdadeira intenção de independência, o que os historiadores chamariam de “a máscara de Fernando VII”³⁷⁷:

“Este interesse [a independência] é claro, a ocasião oportuna, imprudente perdê-la; e, portanto, qualquer modificação que coloquem os dissidentes em suas pretensões são frases vãs, escritas apenas para enganar o vulgo e ganhar tempo, do mesmo modo que qualquer alegação da metrópole, seja política, seja moral, é completamente inútil.”³⁷⁸

³⁷⁵ CHUST, Manuel, 1999, op. Cit, p. 141: “Se conformaba el Estado nacional hispano bajo parámetros monárquicos y, como veremos, centralistas y unitarios. Vertiente de una mayoritaria fracción del liberalismo, especialmente peninsular, que se enfrentaba y oponía a la dispersión feudal. Pero un análisis histórico de la gestación del propio liberalismo y del Estado Nacional, tal y como se estaba configurando desde estos parámetros hispanos, nos desvela que también fue una respuesta a las tendencias centrífugas especialmente americanas y, en segundo lugar, a las peninsulares.”

³⁷⁶ “Es dado acaso á los españoles de Europa ignorar quanto pesa el cetro de hierro que nos ha oprimido á todos en estos tres siglos? Han sido mejor guardadas aquí que allá las pocas leyes buenas de administracion que teniamos? Nuestros capitanes generales de provincia, nuestros intendentes, nuestros empleados todos no se resentían del impulso tiránico y arbitrario que daba á su accion el gobierno supremo de la Corte? Y la Corte?... Dichosos vosotros, ó Americanos, que no tenias á la vista esta sentina de vicios, este arsenal de iniquidades. Ella nos privilegiaba como primogénitos á los Europeos, es verdad: sabeis en qué? en las plagas de infortunio que á manos llenas estaba derramando siempre sobre nosotros.” *Semanario Patriótico*, 21/fev/1811, p. 324.

³⁷⁷ John Lynch, 1986, é um defensor de que os americanos estavam usando a máscara de Fernando VII para encobrir desígnios independentistas já existentes, em certo nacionalismo americano do qual trata Lynch. Os trabalhos de Guerra, 1992 e Rodríguez, 2006, são boas respostas a essa ideia, demonstrando como os americanos realmente acreditavam estar defendendo os domínios de Fernando VII, sendo os independentistas uma parcela mínima da população.

³⁷⁸ “Este interés es claro, la ocasión oportuna, imprudencia perderla; y por lo mismo cualquiera modificación que pongan los disidentes en sus pretensiones, son frases vanas, escritas solamente para ofuscar al vulgo y ganar tiempo, del mismo modo cualquiera alegación de la metrópoli, ya política, ya moral, es completamente inútil.” *Semanario Patriótico*, 21/fev/1811, p. 330.

Com esse longo editorial foram introduzidas as dissidências americanas como pauta do jornal. No decorrer dos números colocaram-se algumas notas curtas sobre as revoltas na América, normalmente otimistas quanto às vitórias das tropas pró regência. Ainda assim, cresciam as “*accion[es] bárbara[s] y detestable[s]*”³⁷⁹, e cada vez mais, a possibilidade de uma conciliação parecia distante, ainda que o periódico relutasse em encampar a defesa da luta armada.

Apenas em 13 de junho é possível notar uma mudança clara na orientação pregada pelo grupo de Quintana. Entre essa data e o dia 20 o periódico inseriu uma carta de Porto Rico, assinada por um militar que se intitulava F.J.C. Segundo a carta, ele era um militar importante e com atuação relevante justamente na Venezuela³⁸⁰, sobre a qual se julgava grande conhecedor. Segundo o autor do documento, os venezuelanos há muito tempo desejavam a independência: “*porque faz muito tempo que amam e desean a independencia, sem importar-se com sua impossibilidade e suas consequências, e desconociendo seus verdaderos intereses.*”³⁸¹ Para confirmar sua tese, o militar citava as revoltas de 1797 e 1806, comprovando um espectro independentista de longa duração.³⁸²

Primeiramente, o grande objetivo da carta era demonstrar o quanto os caraquenhos que formaram a *Junta Suprema Conservadora de los Derechos de Fernando VII* em 19 de abril de 1810 eram mal-intencionados desde o seu princípio, e para isso atacava inclusive a formação intelectual afrancesada dos seus líderes, numa acusação que soava rara no papel de Manuel Quintana. A prova definitiva das intenções venezuelanas, as quais seriam contrárias a qualquer argumentação sobre o caráter patriótico da formação da Junta em defesa de Fernando VII, seriam os dois proclamas inseridos junto com a carta do militar. Ambos os manifestos datavam de janeiro de 1811 e tiveram como remetente a Junta de Caracas.

³⁷⁹ *Semanario Patriótico*, 07/mar/1811, p. 21.

³⁸⁰ O próprio autor explica o seu papel de destaque: “*habiendo salido el capitan general del departamento D. Manuel de Guevara con tres divisiones para atacarlo [a Miranda em 1806], yendo yo dirigiendo la marcha de la primera*”. *Semanario Patriótico*, 13/06/1811,

³⁸¹ “*porque hace mucho tiempo que aman y desean la independencia sin consultar su imposibilidad y resulta, y desconociendo sus verdaderos intereses.*” *Semanario Patriótico*, 20/06/1811, p. 16

³⁸² “*El año de 97 fuí en Caracas espectador y aun actor en las desagradables escenas de una meditada conspiracion contra el gobierno, teniendo, entre otros encargos, el mando de un campo volante que se estableció á barvolento de la plaza de la Guayra contra los rebeldes;*” e depois “*En efecto, en 806 se arrojó el traidor Miranda natural de Caracas á aquella provincia con solos 400 hombres voluntarios del norte de America, y extraidos de las cárceles de la Barbada y Trinidad de Barvolento, cuya ardua empresa era inconcebible contra un grade establecimiento sin contar con partido interior, que no se atrevió á declararse por la vigilancia del gobierno*”, logo “*por donde se prueba la antigüedad del execrable proyecto que por fin han consumado unos quantos sediciosos, abandonando á la madre patria en los momentos que mas necesitaba los auxilios de sus hijos de América.*” *Semanario Patriótico*, 13/jun/1811, pp. 285-286.

Os dois proclamas buscavam consolidar a autoridade da Junta de Caracas em detrimento primeiro da Regência, e depois das Cortes. Eram respostas aos enviados da Espanha, prática normalmente adotada pelo governo antes da intervenção armada³⁸³. O segundo documento inserido era o mais ofensivo e sua reprodução no *Semanario* visava justamente provocar as Cortes:

“Cidadãos: nossos antigos tiranos têm novos laços para prender-nos. Uma missão vergonhosa e desprezível nos manda que ratifiquemos a nomeação dos deputados suplentes que eles criaram para Venezuela. As cortes cômicas da Espanha seguem os mesmos passos que sua mãe, a regência.”³⁸⁴

Esses proclamas podem ser considerados a gota d’água para a posição do *Semanario Patriótico* quanto à América, pois representaram o esgotamento do método de negociação direta ou através dos deputados. Os suplentes americanos ainda defenderiam a mediação inglesa em junho de 1811, mas, conforme foi passando o verão espanhol, mais a maioria dos deputados das Cortes decidia-se pela necessidade da intervenção armada. O *Semanario Patriótico* aderiu a essa proposta, depois de ter insistido nos debates parlamentares e na possível reconciliação em algumas províncias (principalmente Rio da Prata). Com a publicação dessa carta, em junho de 1811, a luta armada tornava-se a única opção. A partir de agosto, dessa vez com suas próprias palavras, o jornal assumia essa posição.

Ao retratar os conflitos na América o periódico seguiu duas linhas principais: otimismo quanto ao seu fim e convencimento de que a barbárie e a irracionalidade estavam guiando as revoltas. Durante as discussões, manteve-se a defesa da principal forma de contra-atacar as revoltas: “*não é possível contar com a absoluta tranquilidade do país enquanto não se envie da península alguma força armada*”³⁸⁵.

Quanto à provável resolução breve do conflito, insinuou-se pelo *Semanario Patriótico* que seriam apenas alguns facciosos a ameaçarem romper “*por todos os meios possíveis os estreitos vínculos que agregavam a todas as províncias da Espanha de um*

³⁸³ RIEU-MILLAN, Marie, op. Cit, p. 337: “El método de acercamiento y entendimiento con las provincias disidentes propuesto por los suplentes en los primeros meses, fue el envío de comisionados, encargados de dar a conocer en Ultramar la instalación de las Cortes y sus primeras medidas favorables a América.”

³⁸⁴ “Ciudadanos: nuestros antiguos tiranos tienen nuevos lazos para prendernos. Una misión vergonzosa y depreciables los manda que ratifiquemos el nombramiento de los diputados suplentes que ellos aplicaron a Venezuela. Las cortes cômicas de España siguen los mismos pasos que su madre la regencia.” Caracas 25 de enero de 1811. *Semanario Patriótico*, 20/06/1811.

³⁸⁵ “No es posible contar con una absoluta tranquilidad del país mientras no se envíe de la península alguna fuerza armada.” *Semanario Patriótico*, 08/08/1811, p. 22.

e do outro continente”³⁸⁶. O principal argumento para a rápida reconciliação era que a luta armada estava sendo vencida pelos bem disciplinados “*defensores da nação*”, e, com a vitória, a população leal à Espanha mostraria que era maioria:

“O que, sobretudo, deve fazer-nos ver como muito próxima a inteira pacificação e reconciliação de todas as províncias que tiveram a desgraça de que quatro facciosos tenham perturbado a paz e a fraternal harmonia que agora mais do que nunca deveria reinar entre todas as partes da monarquia espanhola, é ver que chegou o desejado dia em que comecem a sair dos portos da península para os do ultramar expedições capazes, tanto pelo número quanto pela qualidade das tropas, de disciplinar e reprimir os facciosos, de corrigir os seduzidos, e de sustentar e reanimar os que se conservaram fieis a sua pátria.”³⁸⁷

Todo esse movimento a favor da intervenção armada baseava-se na convicção de que poucos exércitos disciplinados seriam capazes de garantir a vitória. Essa crença seria, segundo Breña, um dos motivos da perda da América:

“A crença de que se tratava de meras “conspirações” (i.e. movimentos carentes de apoio) e a rigidez mostrada pelos liberais peninsulares a respeito das principais exigências dos deputados americanos nas Cortes impediram que se freasse o avanço dos movimentos emancipadores e fizeram cada vez mais difícil a pacificação da região.”³⁸⁸

Ainda assim, os apelos ao envio de tropas se espalhavam ao longo do *Semanário*, reafirmando o quanto essa proposta passou a ser hegemônica. Marie Rieu-Millan narra a luta travada por alguns deputados americanos a fim de que não fossem enviadas tropas para a América³⁸⁹, pois isso era reconhecer a impossibilidade da negociação, no entanto foi uma batalha perdida pelos americanos no congresso para os deputados liberais³⁹⁰.

³⁸⁶ “Por todos los medios posibles los estrechos vínculos que enlazaban á todas las provincias de España en uno y otro continente.” *Semanario Patriótico*, 05/03/1812.

³⁸⁷ “Lo que, sobre todo, debe hacernos mirar como muy próxima la entera pacificación y reconciliación de todas las provincias que han tenido la desgracia de que cuatro facciosos hayan perturbado la paz y fraternal armonía que ahora más que nunca debería reinar entre todas las partes de la monarquía española; es ver que ha llegado el tan deseado día de que comiencen a salir de los puertos de la península para los de ultramar expediciones capaces, tanto por el número como por la calidad de las tropas de que se componen, de escarmentar y reprimir a los faccioso, de desengañar a los seducidos, y de sostener y reanimar a los que se han conservado constantemente fieles a su patria.” *Semanario Patriótico*, 14/11/1811, p. 19.

³⁸⁸ BREÑA, 2006, p. 40: “La creencia de que se trataba de meras “conspiraciones” (i.e. movimientos carentes de apoyo) y la rigidez mostrada por los liberales peninsulares respecto a las principales peticiones de los diputados americanos en Cortes impidieron frenar el avance de los movimientos emancipadores e hicieron cada vez más difícil la pacificación de la región.”

³⁸⁹ RIEU-MILLAN, Marie, op. Cit, p. 350-354. Alguns deputados americanos defendiam o envio de tropas: Perez defendia a luta armada contra a revolta social de Hidalgo, já Rus via Maracaibo lutando principalmente contra Caracas, que já havia se declarado independente à época.

³⁹⁰ Para o historiador Portillo Valdes, entretanto, ao enviar a força armada, a Espanha perdia as últimas chances de reconciliação: “De hecho, como había argumentado ya [Juan Germán Roscio] bajo nombre de William Burke, las mismas autoridades españolas - la Regencia, como luego las Cortes y Fernando VII tras su golpe contra la nación española - habían desatado el último nudo que vinculaba al pueblo americano con España al declararlos por rebeldes, cerrar sus puertos, confiscar sus propiedades y enviar fuerza miliares contra ellos. Al obrar así, España misma había reducido la cuestión a unos términos que ya

Diante do assunto polêmico, o *Semanario Patriótico* tomou uma posição clara pró-intervenção armada e procurou reforçá-la com provas. As Cortes de Cádiz decidiram pela mesma via no fim do verão de 1811. Para tornar convincente sua argumentação, o hebdomadário dedicou-se a provar o quão mal-intencionadas eram as Juntas americanas desde o seu princípio e o quanto a população americana queria o envio da armada peninsular.

No final do jornal, já em março de 1812, recapitulando os acontecimentos americanos, Quintana não deixava de provocar Blanco e o que ele considerava uma inocência no julgamento das Juntas americanas. E é muito provavelmente ao *Español* que ele se refere, pois era uma disputa da opinião pública hispânica, e os deputados americanos poucas vezes se manifestaram publicamente com a veemência de Blanco White. Mais do que uma provocação, era uma ofensa descarada, acusando-o de ter-se prostituído pelo dinheiro dos comerciantes ingleses:

“Desde que no seio da desventurada América lançou a ambição o primeiro grito sedicioso, o observador imparcial que não prostituiu sua razão ao interesse sórdido, nem se deixou deslumbrar pelos sofismas de uma falsa política, soube qualificar devidamente os fatos, e descobrir, sob o disfarce patriótico com o qual se ocultavam os agitadores daquelas turbulências, o desejo insaciável de mando que os devorava, e a desordem anárquica que iam colocar no lugar do governo legítimo. Guiado sempre pelas luzes da experiência e pelo incorruptível sentimento de patriotismo, tampouco se deixou enganar pela aparente moderação das juntas que se instalavam com o pretexto de conservar os direitos do desgraçado Fernando, nem confiou nas capciosas promessas com as quais se ofereciam a seguir auxiliando à Mãe-Pátria. As sementes da desunião e independência haviam fincado profundas raízes, e o véu da hipocrisia não demorou a revelar-se.”³⁹¹

Para demonstrar que na América havia uma maioria pró Espanha era preciso recorrer a depoimentos locais, no que o jornal se referenciou, principalmente nos que advinham de Porto Rico. Em 28 de novembro, por exemplo, após ter explicado a conjuntura momentânea das províncias rebeldes, a conclusão foi uníssona para todas:

no eran los del derecho de España al dominio de América, sino los de los americanos a la insurrección [e todo povo sempre o tem].” PORTILLO VALDES, 2006, p. 180.

³⁹¹ “Desde que en el seno de la desventurada América alzó la ambición el primer grito sedicioso, el observador imparcial que no prostituyó su razón al sórdido interés, ni se dejó deslumbrar por los sofismas de una falsa política, supo calificar debidamente los sucesos, y descubrir bajo el disfraz patriótico con que se ocultaban los excitadores de aquellas turbulencias, el deseo insaciable de mando que los devoraba, y el anárquico desorden que iban a sustituir al gobierno legítimo. Guiado siempre por las luces de la experiencia y por el incorruptible sentimiento de su patriotismo, ni se dejó alucinar por la aparente moderación de las juntas que se instalaban con el pretexto de conservar los derechos del desgraciado Fernando, ni confió en las capciosas promesas con que se ofrecían a seguir auxiliando a la madre patria. Las semillas de la desunión e independencia habían echado ya profundas raíces, y el velo de la hipocresía no tardó en descorrerse.” *Semanario Patriótico*, 05/mar/1812, p. 1.

“Porém quão doloroso é que todos os habitantes da América não estejam intimamente convencidos, como se encontra a parte mais sã, de que se a península se visse na condição extrema de carecer de recursos para defender-se, em virtude do abandono americano da causa da metrópole, não seria apenas ela que pereceria sob o jugo do tirano.”³⁹²

Logo, alguns habitantes, os mais ilustrados, queriam a união com a metrópole, porém uma parcela dos americanos, ainda que diminuta, não abriria mão da independência e o envio de tropas se fazia necessário. Comprovar esse último julgamento era uma tarefa mais árdua, pois o próprio *Semanario Patriótico* havia classificado algumas Juntas americanas como fruto de notícias desconstruídas e propensas *a priori* à reconciliação.

A mudança de percepção do periódico sobre as Juntas era consequência também do desenrolar dos eventos no Novo Mundo, pois as decisões foram se radicalizando nas diversas províncias, com a revolta de Hidalgo e Morelos na Nova Espanha, e as Sociedades Patrióticas na Venezuela e Rio da Prata, ambas antros independentistas.

Em onze de julho de 1811 o jornal narrava a chegada do novo Vice-rei ao Rio da Prata e os primeiros contatos com a Junta de Buenos Aires. Nessa época, a Junta do Prata já estava em campanha expansionista, atacando Assunção e Potosí, porém mantendo a fidelidade a Fernando VII, a qual só desapareceu em 1815³⁹³. No entanto, o jornal, com esse artigo, esperava demonstrar o seu caráter independentista. Após fazer o elogio do Vice-rei, que chegou com as melhores intenções e prometendo todos os benefícios advindos do governo da Regência e das Cortes, apontava que a Junta se manteve irredutível e contra qualquer negociação. Sendo assim, a conclusão era inevitável:

“As respostas que recebeu da nova junta provisional, do *ayuntamiento* e da *audiencia* de Buenos Aires convenceram o Vice-Rei e devem convencer-nos a todos de que foi falso o pretexto utilizado pelos facciosos para estimular as turbulências; falsa igualmente a moderação que até então haviam fingido; e vãs as esperanças de convencê-los usando a razão.”³⁹⁴

³⁹² “Pero, cuán doloroso es que todos los habitantes de América no estén íntimamente convencidos, como lo está la más sana parte de que, si por abandonar la causa de la metrópoli se viese la península reducida al extremo de carecer de recursos para defenderse, no sería ella sola la que pereciese bajo el yugo del tirano.” *Semanario Patriótico*, 28/11/1811, p. 13

³⁹³ CHIARAMONTE, José Carlos. “Formas de Identidad en el Rio de la Plata luego de 1810”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, num. 1, 1989.

³⁹⁴ “Las contestaciones que recibió de la nueva junta provisional, del ayuntamiento y de la audiencia de Buenos aires, convencieron al virrey y deben convencernos a todos de que fue falso el pretexto de que los facciosos se habían valido para excitar las turbulencias; falsa igualmente la moderación que hasta entonces habían afectado; y vanas las esperanzas de reducirlos con reconvenções a la razón.” *Semanario Patriótico*, 11/07/1811, as notícias ocupam das páginas 20 a 24.

Diante dessas palavras, a conclusão do jornal era cristalina: “*que outra medida restava então, para reestabelecer a boa ordem, senão fazer uso da força? Já que a experiência demonstrou a necessidade de acudir a tão doloroso recurso.*”³⁹⁵ A situação se repetiria para a Venezuela, da qual o hebdomadário nunca foi simpático, pela associação do governo a Miranda e às castas, e também ao tratar da Nova Granada.

Em 10 de outubro de 1811 o *Semanario Patriótico* deu a “triste” notícia da independência da Venezuela. Com esta declaração do Congresso da Venezuela de 5 de julho, o jornal retrocedeu temporalmente para afirmar que esta sempre fora sua intenção:

“Enquanto não tenhamos um conhecimento exato e pormenorizado dos meios dos quais se valeu o traidor Miranda, e dos degraus pelos quais, estando precisamente desacreditado mesmo entre os facciosos, subiu dentre a ruína destes até o mando supremo, deveriam parecer-nos muito estranhas e incompreensíveis as ocorrências de Caracas, principalmente quando aos principais autores das primeiras turbulências não lhes havia ficado oculto que o meio mais eficaz e seguro de seduzir os incautos, e cercar-se de amigos e partidários, era fazer profissão de fidelidade, superficial, é claro, a nosso legítimo e amado monarca Fernando sétimo.”³⁹⁶

O processo se repetiria para Cartagena, na Nova Granada. Devido à independência, declarada exclusivamente por essa localidade em 11 de novembro de 1811, sem ser acompanhada pelas outras cidades da Nova Granada, o *Semanario Patriótico*, o qual já havia elogiado o patriotismo da mesma cidade, declarou, entre triste e irritado:

“Onde, segundo as últimas notícias, vai ficando cada dia mais notável esse escândalo, é no Novo Reino de Granada. Os facciosos, retirando a máscara que ao princípio haviam usado para enganar o povo ingênuo, estão muito distantes de contentar-se com reclamações enérgicas, se querem chamar assim, por suas alegadas ofensas, e caminham muito a claras a sua sonhada independência.”³⁹⁷

³⁹⁵ “¿Que otro árbitro restaba, pues, para restablecer el buen órden, sino hacer uso de la fuerza? Ya que la experiencia ha demostrado la triste necesidad de acudir á tan doloroso recurso.” Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ “Mientras no tengamos un conocimiento exacto y circunstanciado de los medios de que se ha valido el traidor Miranda, y de los grados por donde, estando justamente desacreditado aun entre los facciosos, se ha elevado sobre la ruina de estos al mando supremo; deberán parecernos muy extrañas é incomprensibles las nuevas ocurrencias de Caracas; mayormente cuando a los principales autores de las primeras turbulencias, así como no se les había ocultado que el medio más eficaz y seguro de seducir à los incautos y de granjearse amigos y partidarios, era hacer profesión de fidelidad, aparente por supuesto, à nuestro legítimo y amado monarca Fernando séptimo.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811, p. 21.

³⁹⁷ “Donde, según las últimas noticias, se va haciendo cada día más notable este escândalo, es en el nuevo reino de Granada. Los facciosos en él, quitándose ya la máscara de que al principio se habían cubierto para engañar al incauto pueblo, están muy distantes de contentarse con reclamaciones enérgicas, si se quiere, por sus pretendidos agravios, y caminan muy a las claras a su soñada independencia.” *Semanario Patriótico*, 27/02/1811, p. 23.

Comprovadas as “verdadeiras” intenções dos americanos, ainda era preciso demonstrar a urgência do envio de tropas, mesmo que concomitante à guerra contra a França na península. A estratégia utilizada pelos redatores do *Semanario Patriótico* foi a de escandalizar os seus leitores através da sanguinolência e da barbárie que dominavam o continente americano. A crueldade era patente na guerra civil que por lá se desenhava, pois “*em breve a América ofereceu um quadro sangrento e horroroso*”³⁹⁸. Essa guerra seria constantemente descrita de maneira a chocar, principalmente na Nova Espanha, onde todo europeu estaria jurado de morte.³⁹⁹

No entanto, é na questão da barbárie que se revela um aspecto essencial não apenas dos liberais espanhóis, mas se pode dizer que de todos os ilustrados daquela geração. Numa descrição vinda de Porto Rico, em 9 de agosto, ficava patente no que consistia aquela barbárie:

“Isto é essencialmente o que sabemos até agora do que ocorreu recentemente em Caracas; porém pode-se presumir que mais sangue foi derrubado, porque Miranda, instruído no terrorismo da revolução francesa, adotará essa medida para fazer-se respeitar e obedecer, e levar adiante suas ideias.”⁴⁰⁰

Numa memória lida diante das Cortes pelo *ministro interino de gracia e justicia* Ignacio de La Pezuela, e aplaudida pelos redatores do *Semanario Patriótico*, Miranda⁴⁰¹ era associado ao período do terror na Revolução Francesa e, em seguida, era dado o alerta para a desconfiança entre as raças e classes na América:

“Em Caracas vereis a horrorosa cara do terrorismo ocupar o lugar da liberdade proclamada. Aqui vereis os tristes efeitos de uma emancipação pueril e os contínuos e perigosos debates da anarquia. Vereis um povo despedaçado pelo choque dos partidos e reduzido à mais espantosa desolação. Aqui vereis (...) introduzida a desconfiança entre o índio e o branco, o pardo e o negro, o nobre e o plebeu; plantado um cisma devorador entre o rico e o pobre, o pai e o filho; e vereis surgir a discórdia até mesmo no leito conjugal. Aqui vereis anatematizado o nome espanhol, justamente este nome tão respeitado no restante do mundo, a

³⁹⁸ “En breve la América ofreció un cuadro sangrento y horroroso.” *Semanario Patriótico*, 05/03/1812.

³⁹⁹ *Semanario Patriótico*, 14/02/1811.

⁴⁰⁰ “Esto es en substancia lo que hasta ahora sabemos de lo que últimamente acaba de ocurrir en Caracas: pero es de presumir se haya derramado más sangre, porque Miranda, instruido en el terrorismo de la revolución francesa, adoptará esta medida para hacerse respetar y obedecer, y llevar adelante sus ideas.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811, p. 17.

⁴⁰¹ PICÓN SALAS, Mariano. **Miranda**. Caracas: Ministerio de Educación, Dirección Técnica, Departamento de Publicaciones, 1966. *Apud* RAMOS GUÉDEZ, José Marcial. “Francisco de Miranda y el problema de la esclavitud en Venezuela: Nuevas ideas e inquietudes.” *Humania del Sur*, nº 3, 2007, p. 107: “En este miedo un poco exagerado a las “castas”; en su concepción un tanto patricia del Estado (a pesar del radicalismo que le atribuirán después los oligarcas venezolanos), se anticipan las vacilaciones de Miranda cuando veinte años después, deba enfrentarse a la realidad de su país insurrecto. A pesar de su tradición revolucionaria, las masas de Venezuela de 1811 y 1812 verán en el viejo conspirador una especie de aristócrata, demasiado disciplinario y formulista, que no les tomará el corazón en la forma como supo hacerlo Simón Bolívar.”

para o qual foi construído um trono no coração de todos os homens livres e virtuosos.”⁴⁰²

Num artigo já em março de 1812, às vésperas da constituição, escrito inegavelmente pela pluma de Manuel Quintana, havia também a referência aos problemas de uma sociedade dividida e mergulhada nos horrores da guerra civil:

“Esses que agora se dizem vossos regeneradores, que tanto lisonjeiam vosso amor próprio em seus enganosos manifestos para conseguir seus objetivos interesseiros, esses... Como lhes libertarão dos horrores da guerra civil que lhes ameaça? Onde está a sua autoridade para freá-la, suas forças para contê-la? Valerá que digam ao indócil mulato e ao vingativo negro: “nós os buscamos como instrumentos úteis para certos fins, vossos limites devem ser esses, daqui não passem!” Tiranos! Serão respondidos que por muito tempo viveram na opressão e na vergonha, chegou o dia deles e querem vingar seus ultrajes e os dos seus antepassados.”⁴⁰³

O tom assumido no jornal ao narrar os acontecimentos americanos ou a guerra de raças não era de surpresa, porém de confirmação de uma tese. É preciso lembrar-se da “América degenerada” dos jornais de 1808,⁴⁰⁴ símbolo dos preconceitos dos ilustrados de então. Ainda em fevereiro de 1811, quando não havia notícias da guerra civil ou das declarações de independência, o *Semanario Patriótico* profetizava as dificuldades que seriam enfrentadas no caso de uma ruptura:

“Que esta guerra civil será tão terrível como inevitável: primeiro pelas pretensões, ambições e desconfianças de uma província com as outras; depois pela sublevação da casta índia e das castas de cor, que se encontrando com os brancos na proporção de dez para quatro, farão com que entendam que a supremacia naqueles países deve corresponder às classes mais numerosas, mais fortes e mais ativas.”⁴⁰⁵

⁴⁰² “En Caracas veréis el horroroso semblante del terrorismo ocupar el asiento de la libertad proclamada. Aquí veréis los tristes efectos de una emancipación pueril, y los continuos y peligrosos debates de la anarquía. Veréis un pueblo despedazado por el choque de los partidos y reducido a la más espantosa desolación. Aquí veréis (...) introducida la desconfianza entre el indio y el blanco, el pardo y el negro, el noble y el plebeyo; sembrado un cisma devorador entre el rico y el pobre; el padre y el hijo; y veréis bramar la discordia aun en el mismo lecho conyugal. Aquí veréis anatematizado el nombre español, este nombre tan justamente respetado en lo restante del mundo, y a quien se ha erigido un trono en el corazón de todos los hombres libres y virtuosos.” *Semanario Patriótico*, 28/11/1811, p. 14.

⁴⁰³ “Esos que ahora se dicen vuestros regeneradores que tanto lisonjean vuestro amor propio en sus engañosos manifiestos para lograr sus interesadas miras, esos... ¿Cómo os libertarán de los horrores de la guerra civil que os está amenazando? ¿Dónde está su autoridad para refrenarla, sus fuerzas para contenerla? Valdrá que digan al indócil mulato y al vengativo negro: “nosotros os hemos buscado como instrumentos útiles para el logro de ciertos fines, vuestros limites deben ser estos; ¡de aquí no pasareis!” ¡Tiranos! serán respondidos, harto tiempo hemos vivido en la opresión y la ignominia; llegó nuestro día y queremos vengar nuestros ultrajes y los de nuestros mayores.” *Semanario Patriótico*, 05/03/1812, p. 6.

⁴⁰⁴ Capítulo 1, subitem “Os ilustrados e a América degenerada”.

⁴⁰⁵ “Que esta guerra civil será tan terrible como inevitable; primero por las pretensiones, ambición, y desconfianza de unas provincias con otras; después por la sublevación de la casta india y las castas de color, que hallándose con los blancos en un proporción como de diez á cuatro, les harán entender que la supremacía en aquellos países debe corresponder a las clases más numerosas, más fuertes y más activas.” *Semanario Patriótico*, 14/02/1811.

As desqualificações do continente americano continuavam: “*em vão a política lhes faria ver que suas províncias não tem ainda nem a população, nem a indústria e nem os recursos necessários para serem independentes*”⁴⁰⁶. Vemos, portanto, em alguns dos argumentos políticos utilizados no *Semanario Patriótico* para rebater os discursos autonomistas, o mesmo discurso ilustrado que enxergava a América como uma mistura heterogênea de povos, que não poderia funcionar organicamente, e também como atrasada – degenerada – em relação à Europa. Não podemos deixar de notar como Portillo Valdes estava certo ao considerar o peso da tradição ilustrada na análise das revoltas americanas. De certa forma, alguns preceitos passaram incólumes pelas alterações políticas ocorridas a partir de 1808.⁴⁰⁷

Havia um potencial explosivo na heterogeneidade que se confrontava com as ideias liberais de homogeneidade. A nação era uma só, o povo também, assim como a constituição. Não havia espaço para o diferente na lógica liberal herdada dos ilustrados⁴⁰⁸.

Esse espectro da violência iminente lançado por Manuel Quintana e seus amigos, tanto no periódico quanto no congresso, permaneceu como um ponto decisivo no discurso liberal referente à América. No entanto, não se encontrava apenas entre os homens fortes do governo gaditano, mas inclusive entre aqueles que apoiavam as juntas americanas, com destaque para Blanco White no *Español*. Ainda no começo das notícias sobre a América, em agosto de 1810, havia um alerta curto sobre essa situação explosiva e uma defesa das juntas como uma espécie de reforma, mais do que revolução: “*porém [os americanos] deveriam lembrar-se que as Américas estão cheias de gente de cor, que têm pouco a perder, as promessas sejam cumpridas ou não, desde que aconteça a desordem de uma revolução completa.*”⁴⁰⁹

⁴⁰⁶ “En vano la política les haría ver que sus provincias no tienen todavía ni la población, ni la industria, ni los recursos precisos á un pueblo para ser independiente.” *Semanario Patriótico*, 21/02/1811.

⁴⁰⁷ Vide nota 214.

⁴⁰⁸ Poucas sobre os direitos individuais no texto liberal, pois, segundo o historiador basco, a novidade nesta constituição era a sobreposição dos direitos nacionais sobre os individuais, ou seja, a nação precedia o indivíduo: “Lo que interesaba em Cádiz era sobre todo definir el sujeto nacional antes que el individual y, correspondentemente, los derechos de aquél antes que los de las personas individuales que, junto a otros cuerpos y personas no necesariamente individuales, se entendía que componían la comunidad nacional. Resulta con ello que el sujeto fuerte de este sistema es de radio supraindividual y la constitución, consecuentemente, lo presenta en primer lugar definiéndolo política, geográfica y religiosamente.” Op. cit., 2000, p. 390.

⁴⁰⁹ “Pero debían acordarse, que las Américas están llenas de gentes de color, que tienen poco que perder, cumpliralas o no, con tal que les diese lugar al desorden de una revolución completa.” *El Español*, 30/ago/1810, p. 375.

Como se vê, a questão do negro na América era uma pauta tanto para os gaditanos quanto para Blanco exilado em Londres. Era um ponto comum para estes ilustrados, influenciados ainda mais pela revolução do Haiti, que redefiniu o mulato como “*violento e indócil*”, nas palavras de Quintana⁴¹⁰, e a situação de uma sociedade heterogênea como um barril de pólvora:

“Desde o ano de 1790, os acontecimentos de Santo Domingo eram comentados e vivamente condenados. Representavam uma grave ameaça para a ordem social, sobretudo nas regiões escravistas como eram Nova Granada e a Venezuela litorâneas. Mais que outras partes do império, o Caribe sul-americano foi uma caixa de ressonância das ideias revolucionárias francesas”⁴¹¹

Como aponta Breña, os americanos também temiam as castas⁴¹², porém acreditavam que a elite *criolla* era capaz de controlá-las, e essa briga desaguardaria na questão da representação dos negros na Constituição, conforme discutiremos mais adiante.

De qualquer forma, a violência era abominada por Blanco White, tanto na Espanha com as guerrilhas, das quais não gostava, quanto na América. Por exemplo, quando ocorreram os problemas da Junta de Buenos Aires com os setores agrupados ao redor do ex-Vice Rei Liniers, em Córdoba⁴¹³, a execução dos revoltosos foi condenada:

“O povo, ou o governo de Buenos Aires, atacado pelas forças de Montevideu, que não quis admitir nenhuma proposta de espera, esqueceu-se também da moderação com a qual começou. A morte de Liniers, e dos chefes que levantaram as primeiras tropas contra Buenos Aires, é um acontecimento doloroso que manifesta que apenas a força decidirá essa

⁴¹⁰ *Semanario Patriótico*, 05/03/1812.

⁴¹¹ THIBAUD, 2011, op. Cit, p. 13: “Desde el año de 1790, los acontecimientos de Santo Domingo eran comentados e vivamente condenados. Representaban una grave amenaza para el orden social, sobre todo en las regiones esclavistas como lo eran la Nueva Granada y la Venezuela costeras. Más que otras partes del imperio, el Caribe suramericano fue una caja de resonancia de las ideas revolucionarias francesas.”

⁴¹² BREÑA, Roberto, 2006, p. 280: “Este influjo [da revolução francesa], sin embargo, no se extendería mucho más, pues los excesos del jacobinismo en suelo francés y lo ocurrido en Haiti se convirtieron en dos recordatorios de que los criollos americanos querrán evitar a toda costa. (...) Los modelos políticos predominantes entre los líderes de la primera etapa de dichos movimientos fueron el inglés y, en mucho menor medida, el estadounidense.”

⁴¹³ Assim que o vice-rei Cisneros foi deposto, este solicitou ao seu antecessor Liniers que organizasse um foco de resistência a partir de Córdoba e que não reconhecesse a Junta de Buenos Aires. As principais lideranças contra a Junta, além de Liniers, eram Juan Gregorio de la Concha – *teniente gobernador* –, Miguel Sánchez Moscoso – *oidor* jubilado da Audiencia de Cuzco–, Victorino Rodríguez – *teniente letrado* –, o bispo Orellana, o presbítero Juan Bernardo Alzugaray –reitor do seminário–, e Martín de Álzaga – comerciante. A resistência durou apenas de 4 de julho a 10 de agosto, quando foi desmantelada por uma força de 900 homens vinda de Buenos Aires e todos os seus líderes foram fuzilados, com exceção do bispo Orellana, poupado devido a sua condição religiosa. Mariano Moreno foi o grande defensor das execuções, contra uma parte da Junta. In: GUILLERMO, Juan. “La iglesia y el movimiento independentista rioplatense. Incertidumbres, aceptación y acompañamiento (1810-1816)”. *Revista Teología*, nº 103, 2010, pp. 31-60.

disputa. É quase incompreensível essa conduta, e pode-se atribuir só ao furor que se apodera dos povos nesse tipo de guerra.”⁴¹⁴

Ainda que depois escrevesse um artigo em defesa dos junteros, comprovando sua comunicação com a América, a mensagem anti-violenta e antirrevolucionária estava dada. O maior exemplo disso foi a narração feita no *Español* dos acontecimentos na Nova Espanha, onde destoou completamente do *Semanario Patriótico*, já que o jornal de Quintana utilizou prioritariamente as fontes oficiais, enquanto Blanco buscou depoimentos particulares ou mesmo os raros documentos advindos dos rebeldes. Em abril de 1811, quando publicou pela primeira vez uma descrição pormenorizada dos eventos mexicanos, utilizou o texto (não assinado) do peninsular José Maria Fagoaga, rico comerciante e posteriormente preso político⁴¹⁵. Este relato, que condenava os rebeldes, era, no entanto, mais crítico das decisões da metrópole. A partir dos dados fornecidos, Blanco culpou os governos espanhóis pelos problemas na Nova Espanha e condenou fortemente a mortandade praticada pelos exércitos do Vice-rei:

“A consequência geral que se deduz do texto é que a opressão e as humilhações não tinham diminuído em nada, e que os governos da Espanha, por ignorância e orgulho, atraíram sobre aquele lindo reino a devastação e os horrores, que com um ar de triunfo nos apresentam esses guerreiros que foram à América fazer prodígios de valor contra pessoas desarmadas, quando teria sido muito mais honrado fazê-los contra os franceses.”⁴¹⁶

Tal postura diante das insurgências, que sem ser uma defesa era muito diferente da condenação pura e simples em que o *Semanario Patriótico* desaguou, levou a múltiplas simpatias dos americanos pelo jornal de Blanco White, inclusive com o mexicano Mier chamando-o de o “*Las Casas contemporâneo*”.⁴¹⁷ No entanto, isso

⁴¹⁴ “El pueblo, o el gobierno de Buenos Aires, acometido por las fuerzas de Montevideo, que no ha querido admitir ninguna proposición de espera, se ha olvidado también de la moderación con que empezó. La muerte de Liniers, y de los jefes que levantaron las primeras tropas contra Buenos Aires, es un acontecimiento doloroso que manifiesta que ya solo la fuerza decidirá en aquella contienda. Es casi incomprensible esta conducta, y solo puede atribuirse al furor que se apodera de los pueblos en semejante clase de guerra.” *El Español*, 30/dez/1810, p. 250.

⁴¹⁵ Segundo Pons, Fagoaga teve papel chave entre os *criollos* insurgentes mexicanos, pois era “miembro de alta administración colonial, ligado a los liberales de la capital, a los Guadalupes y a Tomás Murphy, aparece como el elemento principal de la red de informantes y difusores de *El Español* y de los escritos de Mier en Nueva España”. Op. cit., 2002, p. 194.

⁴¹⁶ “La consecuencia general que se deduce de todo el papel es que la opresión y los vejámenes en nada se habían disminuido, y que los gobiernos de España, por ignorancia y orgullo han atraído sobre aquel hermoso reino la devastación y los horrores, que con tanto aire de triunfo nos presentan esos guerreros que han ido a América a hacer prodígios de valor contra gentes desarmadas, cuando les hubiera sido más decoroso haberlos ejecutado delante de los franceses.” *Español*, 30/abr/1811, p. 32.

⁴¹⁷ MIER, *Segunda Carta de un americano al Español sobre su número XIX. Contestación a su respuesta dada en el número XXIV*, Londres, 1812, p. 238 e *Historia de la Revolución de Nueva España, 1813*, Lib. XIV, pp. 566-567.

jamais deve ser confundido com a defesa das independências, como Blanco foi acusado pelos gaditanos – tanto servis quanto liberais – e por boa parte da historiografia.⁴¹⁸

Quando Roscio escreveu para o *Español* em nome da Junta de Caracas, agradecendo-o por defender os americanos e nomeando-o cidadão caraquenho, por exemplo, a resposta dada por Blanco foi um aviso contra a independência. Primeiro, agradecia o apreço vindo de Caracas e simpatizava com a “*revolución sin sangre ni armas*”, condenando os governos metropolitanos, inclusive as Cortes, que “*proclamando em seu favor os princípios mais democráticos, deixaram ao despotismo que definiu a lógica dos americanos*”⁴¹⁹ Depois, demonstrando que tinha amplo acesso às discussões que ocorriam na Venezuela e conhecimento acerca do trabalho de Miranda na Sociedade Patriótica, Blanco White falou diretamente aos americanos para convencê-los de que a independência absoluta não traria nenhum benefício e levaria à guerra. Começa fazendo uma comparação direta com os Estados Unidos, que eram uma sociedade mais homogênea e contavam com apoio exterior, diferente da Venezuela:

“O exemplo dos Estados Unidos não é adaptável às suas circunstâncias. Os Estados Unidos eram uma massa quase sem mistura, porque estavam formados de pessoas que, embora tivessem origens muito diversas, todas sentiam igualmente ódio à dependência da Europa.”⁴²⁰

Em seguida, estabelecia os passos que deviam ser seguidos pelo governo autônomo da Venezuela, elogiando as medidas já tomadas, principalmente a fidelidade a Fernando VII e a promessa de apenas reformar as antigas leis. Blanco recomendava-lhes vivamente não copiar as Cortes de Cádiz na questão da soberania do povo: “*não queria que imitassem as Cortes da Espanha nas declarações da soberania dos representantes do povo, porque além da soberania não consistir em declará-la, este*

⁴¹⁸ A interpretação oficial da historiografia conservadora sobre Blanco White veio de Menéndez Pelayo na clássica obra **Historia de los heterodoxos españoles**, em que acusa Blanco de ser um traidor da pátria vendido à Inglaterra e defensor das independências. De certa forma, apenas Vicente Lloréns e Antonio Garnica começariam a refletir sobre a interpretação de Blanco acerca das Juntas, já que Goytisolo manteve a visão do Blanco pró-independência. Vide LLORENS, Vicente, “*El Español* de Blanco White, primer periódico de oposición”. In: **Aspectos sociales de la literatura española**. Madri: Editorial Castalia, 1974. GOYTISOLO, Juan. “Presentación crítica”. In: **José Maria Blanco White, Obra inglesa, selecta de sus obras en esta lengua**. Barcelona: Seix Barral, 1974. GARNICA, Antonio, “El heterodoxo Blanco White”. *Archivo Hispalense*, t. 75, nº 231, 1993.

⁴¹⁹ “Proclamando en favor suyo los principios más democráticos, dejaron al despotismo que limitase la lógica de los americanos.” *El Español*, 30/jul/1811, pp. 296-309.

⁴²⁰ “El ejemplo de los Estados Unidos no es adaptable a sus circunstancias. Los Estados Unidos, eran una masa casi sin mezcla, porque estaban formados de gentes que aunque tenían muy diverso origen, todos sentían igualmente odio a la dependencia de Europa.” *Idem*, *ibidem*

princípio abstrato pode levar a consequências muito perigosas”⁴²¹ Aqui ficava clara a crítica aos princípios liberais, inclusive porque tais ideias poderiam servir para a Venezuela declarar a independência.⁴²²

Os governos autonômicos eram encampados por Blanco, que era contra a independência, utilizando o vocabulário em voga nos discursos oficiais da Junta Central, da Regência e das Cortes, de “parte integrante da monarquia”:

“Que não precisavam recorrer a princípios de direito natural; e basta-lhes as circunstâncias atuais da monarquia para demonstrar que se eram colônias sob os reis da Espanha, não deviam sê-lo sob os seus povos, e que, mesmo quando isso não bastasse, tendo, como realmente o tem ao seu favor as declarações de igualdade com a que era metrópole, não podem ceder em admitir nenhuma desvantagem em matéria de governo.”⁴²³

Terminava a resposta com uma exortação pela união entre todos os espanhóis de ambos os hemisférios, partes de uma única nação: “*não permita Deus que se enraíze nos ânimos dos vassallos de um mesmo rei, nos povos de uma mesma monarquia, o espírito de divisão que tal conduta [dos governos peninsulares] inspira.*”⁴²⁴

A tese anti-independência, esboçada então, foi colocada em destaque a partir de outubro de 1811, quando o *Español* repercutiu a declaração de independência da Venezuela de 5 de julho. Vale destacar aqui que o *Semanario Patriótico* deu a notícia do mesmo evento um pouco antes, em 10 de outubro, o que demonstra que ambos os jornais tinham contatos importantes no novo mundo.

Conforme afirma Pons, a independência venezuelana foi um ponto essencial para a construção do discurso político de Blanco White, pois:

“É certo que desde julho de 1810 vinha marcando distância em relação à ideologia revolucionária francesa, porém até a declaração de

⁴²¹ “No quisiera que imitasen a las cortes de España en las declaraciones de la soberanía de los representantes del pueblo, porque además de que la soberanía no consiste en declararla, este principio abstracto puede llevarlos a consecuencias practicas peligrosas.” Idem, *ibidem*.

⁴²² “Si yo hubiera sido imparcial, si el miramiento á la España no hubiese sido mi norte : si yo hubiese querido inclinar los americanos á la independencia, nadie me ha presentado armas mas poderosas que las Cortes. Después que declararon que no derivan su autoridad de Fernando, después que se dixeron soberanos á título de la soberania del pueblo—por soberanos debieran reconocer ellas mismas á qualquiera que represente á otro pueblo; y pueblo, ó nación es toda aquella porción de hombres á quien la naturaleza da medios de vivir en su proprio terreno, siempre que puedan defenderlo de la invasión de otros, ora por sus circunstancias físicas, ora por el número, ó valor de sus habitantes.” Idem, *ibidem*.

⁴²³ “Que no teniendo que recurrir a principios de derecho natural; y bastándoles las circunstancias actuales de la monarquía para demostrar que si eran colonias bajo los reyes de España, no debían selo bajo sus pueblos, y que, aun cuando esto no bastase, teniendo, como tienen en su favor las declaraciones de igualdad con la que fue metrópolis, no pueden ceder en admitir ninguna desventaja en materia de gobierno.” Idem, *ibidem*.

⁴²⁴ “No permita Dios que se arraigue en los ánimos de los vasallos de un mismo rey, en los pueblos de una misma monarquia el espíritu de división que la tal conducta inspira.” Idem, *ibidem*.

independência de Caracas não o havia proclamando nunca com tanto vigor suas convicções antirrevolucionárias.”⁴²⁵

De fato, o artigo chamado “*Independencia de Venezuela*”, inserido após uma série de documentos como a própria declaração de independência e uma troca de correspondência entre o secretário de estado venezuelano e o presidente da Cundinamarca, era uma reflexão condenatória da independência e da república⁴²⁶.

Tentando ser pragmático, Blanco argumentava que em teoria a Venezuela tinha tanto direito à independência quanto qualquer estado, desde que conseguisse mantê-la. No entanto, o povo venezuelano não ganhava nada com a declaração e, pelo contrário, o governo perdia apoio e estimulava a guerra civil. A independência faria com que o Congresso da Venezuela ganhasse dois novos tipos de inimigos: os que amavam Fernando VII e “*todos os que acreditam que a Religião periga em semelhantes Revoluções, e que Monarquia e Cristianismo estão intimamente ligados*”. O povo se importa com os seus costumes, como demonstraria a tentativa do governo independente de se ligar ao Mistério da concepção no seu juramento de fidelidade, ao que Blanco retrucava, em um de seus ditos mais espirituosos: “*se mistérios servem para fundar Repúblicas, tão ruim é o mistério de Fernando?*”⁴²⁷

O *Español* retirou dessa maneira o seu apoio ao governo da Venezuela, argumentando que a moderação havia acabado por ali, tendo surgido um governo de um “*punhado de ambiciosos*”, que “*se vale do terror*” e que querem “*que desde California, ao Cabo de Hornos se governe tudo por Clubs de Jacobinos*”. Inevitável reparar que era a mesma acusação dirigida desde o *Semanario Patriótico* contra o “*terrorismo de la revolución francesa*”⁴²⁸.

Além de prever o recrudescimento da guerra civil – o que Pons chama de “*lucidez*” e “*capacidad de antecipación*”⁴²⁹ – e alertar contra uma independência inútil, já no final do número de outubro Blanco notava a semelhança entre a *Declaración de los derechos del Pueblo* promulgada pelo Congresso de Caracas com a Declaração dos

⁴²⁵ “Es cierto que desde julio de 1810 había ido marcando distancias con respecto a la ideología revolucionaria francesa; pero hasta la declaración de independencia de Caracas no había proclamado nunca con tanto vigor sus convicciones antirrevolucionarias.” PONS, op. cit., 2006, p. 144.

⁴²⁶ *Español*, 30/out/1811, pp. 42-50.

⁴²⁷ “Todos los que se figuran que la Religión peligrá en semejantes Revoluciones, y que Monarquía y Cristianismo están íntimamente enlazados”. “Si misterios sirven para fundar Repúblicas ¿tan malo es el misterio de Fernando?” Idem, ibídem.

⁴²⁸ Vide nota 399.

⁴²⁹ PONS, op. cit., 2006, p. 147. A adjetivação para um historiador é sempre um risco. É inegável que a interpretação de Blanco White sobre as revoltas americanas foi mais compreensiva do que a dos liberais espanhóis, mas também é verdade que ao classificar tal análise de lúcida, concorda-se com a interpretação de que uma nação miscigenada, com diversos povos e bastante conflitiva, não poderia formar um Estado.

direitos do homem da Assembleia Nacional francesa. Ademais da condenação do excesso de metafísica e falta de realidade, havia um aviso do perigo das máximas francesas em uma sociedade heterogênea como a americana:

“Eu não sei se as classes inferiores de Caracas poderão concordar com os que entendem de artigos como esse os direitos dos outros são o limite moral, e o princípio dos deveres, cujo cumprimento resulta do devido respeito a estes mesmos direitos. Porém é muito provável que lhes dizendo como se diz que o dever de cada indivíduo é manter a liberdade e igualdade, tomem-no mais ao pé da letra do que gostariam os que recomendam tal máxima.”⁴³⁰

A conversão de Blanco White às filosofias burkeanas e a aproximação grande com os *whigs* da *Holland House* ajudam a explicar o rechaço do que ele denominaria por “jacobinização” da revolução venezuelana. O aviso mais claro do perigo representado pelas castas vem justamente num artigo traduzido da *Edinburgh Review*, de autoria de John Allen. Era uma continuação do texto publicado no número 4 do *Español*.⁴³¹ Primeiro atualizava a situação americana, e demonstrava dominar os acontecimentos recentes, como a guerra civil no México e o conflito em Buenos Aires. Culpava a Junta Central pela origem dos conflitos, enfocando-a como uma entidade corrupta⁴³² e que fez vãs promessas à América: “foi dito às colônias que eram iguais em Direitos à Metrópole, porém os que assim falavam procediam não como se os direitos da América fossem os mesmos, e sim como se não tivessem nenhum.”⁴³³

Ainda que não deixasse de culpar a postura belicosa da Regência pela independência da Venezuela, também tocava na figura de Miranda, mesmo que sem nomeá-lo⁴³⁴. Após terminar o resumo dos vários locais da América, argumentava por que ela não deveria ser independente, e percebe-se que Blanco referendaria sem

⁴³⁰ “Yo no sé si las clases inferiores de Caracas podrán dar razón de lo que entienden en artículos como este: Los derechos de los otros son el límite moral, y el principio de los deberes, cuyo cumplimiento resulta del respeto debido a estos mismos derechos. Pero es muy probable que diciéndoles como se les dice que el deber de cada individuo es mantener la libertad e igualdad, lo tomen más a pecho que lo que quisieran los que le recomiendan tal máxima.” *Español*, 30/out/1811, p. 80.

⁴³¹ *Español*, 30/jan/1812, pp. 241-277.

⁴³² As palavras do *Español* vindas de John Allen, amigo de Jovellanos e que trocava cartas com Quintana, demonstravam como havia vencido a versão condenatória da Junta Central: “Jamás, no, ni en tiempo del Favorito, habían visto las colonias tal corrupción en la administración de Justicia, tal actividad en el robo de la Hacienda pública, tal insolencia y despotismo en las autoridades, tal impunidad para la defraudación y el robo.”

⁴³³ “Dijose á las colonias que eran iguales en Derechos a la Metrópoli; pero los que así hablaban procedían no como si los derechos de América fuesen iguales, sino cual si no tuviese ningunos.” *Español*, 30/jan/1812, pp. 241-277.

⁴³⁴ “Un refugiado Americano, que habia pasado su vida en suscitar enemigos á España, habia logrado volverse de Inglaterra á Caracas, y allí se habia hecho elegir miembro del congreso por uno de los pueblos menos notables de la Provincia. Formóse un club Patriótico, y se estableció un periódico con el brillante título de el Patriota de Venezuela, cuyo objeto directo era desacreditar y destruir el systema de moderación con que hasta entonces habían procedido los Gefes de Venezuela.” *Idem*, p. 248.

problemas o discurso de Allen⁴³⁵. O inglês elencava três razões contra a independência: a inevitável guerra civil – havia muitos europeus poderosos na América –; a falta de experiência no autogoverno – assim como para Blanco, a prática se sobrepõe à teoria –; e, por fim, “*o caráter, e as classes da Sociedade na América, aumentam muito as dificuldades e perigos de uma completa revolução no seu governo.*”⁴³⁶

A sociedade, integrada pela classe proprietária *criolla* e europeia, possuía uma maioria de “*indios, mulatos y mestizos*”, que Allen denomina erroneamente por “*castas*”, e o regime independente precisaria pensar o lugar desta parcela da população, que não aceitaria ficar de fora da revolução. A América aparecia como um barril de pólvora: “*os riscos de discórdia e divisão que nascem das misturas de população na América aumentam muito com as discussões nas quais os Colonos se embrenharam imprudentemente, em defesa e vindicação da sua independência.*”⁴³⁷

Se em janeiro de 1812 Blanco havia terceirizado a argumentação para John Allen, a partir de abril ganhariam destaque seus escritos pessoais numa polêmica com o mexicano Mier, seu amigo que vivia também em Londres. Esta polêmica completa, que constitui para Pons um momento decisivo na exposição das ideias conservadoras de Blanco e também uma visão precisa da realidade⁴³⁸, será abordada mais a frente, pois se prolongaria até o fim de 1812. Para o que nos interessa no momento, as castas se tornavam o principal problema relativo à independência, não apenas na Venezuela: “*a dificuldade essencial da América Espanhola se constituir em Estados Independentes é que a maior parte de sua população não está apta a tomar parte direta no governo, e a que está não pode se unir para governar a outra.*”⁴³⁹

Ao comparar com os Estados Unidos, utilizado como exemplo de que a América poderia ser independente – é óbvio que o Haiti não entrava nesse cômputo – Blanco

⁴³⁵ Nem sempre Blanco concordava com os artigos comunicados que reproduzia, por vezes encaixando determinados escritos sob uma estratégia política. O maior exemplo disso é a reprodução de trechos de textos claramente reacionários como a *España Vindicada* do ex-conselheiro de Castela Colón.

⁴³⁶ “El carácter, y clases de la Sociedad en América, aumentan mucho las dificultades y peligros de una completa revolución en su gobierno.” *Español*, 30/jan/1812, p. 256.

⁴³⁷ “Los riesgos de discordia y división que nacen de las mezclas de la población de América, acrecientan mucho con las discusiones en que los Colonos se han metido imprudentemente, en defensa y vindicación de su independencia.” *Idem*, p. 258.

⁴³⁸ Pons insiste ao longo de toda a polêmica em comprovar como Blanco White fez uma leitura correta da situação americana: “Blanco es uno de los pocos escritores españoles que, siendo favorable a la idea de una emancipación a su debido tiempo, comprendía que las discriminaciones raciales constituían un gravísimo obstáculo a la cohesión social necesaria para la estabilidad de los futuros Estados. El problema había sido señalado ya por Humboldt y sigue siendo crucial en nuestros días en ciertos países americanos”. PONS, *op. cit.*, 2006, p. 163.

⁴³⁹ “La dificultad esencial de constituirse la América Española en Estados Independientes, consiste en que, la mayor parte de su población no está capaz de tomar parte directa en el gobierno; y la que lo está no puede unirse entre sí para gobernar a la otra.” *El Español*, 30/abr/1812, p. 420.

refutava qualquer semelhança: “*dois milhões de Americanos Espanhóis reunidos bastariam para formar um estado independente; quinze milhões de Espanhóis, Criollos, Índios, Mulatos, Mestiços e de Africanos não podem nem daqui a um século começar a fazê-lo*” O redator do *Español* refutava que isso fosse consequência de alguma inaptidão natural (Blanco fez intensa campanha abolicionista, reproduzindo documentos de Wilberforce), e sim que era resultado dos anos de história: “*as castas e os Índios, embora não sejam inferiores em disposições naturais, estiveram e estão submergidos na mais profunda ignorância, e seria um delírio horrível colocar o governo em suas mãos.*”⁴⁴⁰

A argumentação era bastante coerente com aquela adotada por Allen, que preferia a história em detrimento da “filosofia”, a tradição no lugar da ruptura. Se a independência não era desejada no momento – Blanco acreditava que era inevitável em algum tempo –, isso significava ainda apostar na conciliação. A solução pregada anteriormente, de deputados congregados em igualdade nas Cortes, perdia espaço com o desenrolar da guerra civil e com o enraizamento das Juntas autônomas, daí que isso deixasse de ser o foco. O importante era conseguir o que realmente se desejava com a independência: “*cual es el objeto de esta libertad é independencia? La riqueza y prosperidad de aquellos payses.*” Bastaria conseguir modos do indivíduo “enriquecer com ordem” que estariam atingidos os objetivos, e para isso a independência absoluta apenas atrapalhava.

A solução se encontrava na mediação inglesa, que permitiria restabelecer a ordem naqueles países, “*reestabelecer e conservar os laços de subordinação das classes numerosas e temíveis de Índios e pessoas de cor, que não são proprietários, e portanto têm uma inclinação veemente à anarquia.*”⁴⁴¹ As propostas concretas desta conciliação estavam no artigo anterior de Allen: a maior parte dos empregos iria para os americanos; livre comércio; correção do judiciário; autonomia fiscal; legislaturas provinciais (a representação deve estar fundada na propriedade) sem representação da América nas Cortes da Espanha; em troca, a América reconheceria que até a volta do rei o poder executivo ficaria onde já estava estabelecido, na península:

⁴⁴⁰ “Dos millones de Americanos Españoles reunidos bastarían para formar un estado independiente; quince millones de Españoles, de Criollos, de Indios, de Mulatos, de Mestizos, y de Africanos, no pueden ni de aqui á un siglo empezar á verificarlo.” “Las castas y los Indios, aunque no les cedan en disposiciones naturales han estado y están sumergidos en la mas profunda ignorancia, y seria el mas horrible delirio poner el gobierno en sus manos.” Idem, *ibídem*.

⁴⁴¹ “Restablecer y conservar los lazos de la subordinación de las clases numerosas y temibles de Indios, y gente de color, que no son propietarios, y por lo tanto tienen una inclinación vehemente a la anarquía.” Idem, p. 423.

“O projeto visionário e impraticável de representar a América nas Cortes da Espanha deve ser abandonado, com todas as pretensões da Metrópole de dar leis à América. A coroa será, neste caso, o único laço político que subsiste entre aqueles países e Espanha; e em troca de tantos sacrifícios da Mãe-Pátria, a América deve consentir que, até que o exercício da autoridade Real volte à pessoa do monarca, o poder executivo estabelecido na Península seja reconhecido nas colônias. A conexão da Espanha com a América será igual a que havia entre a Grã-Bretanha e a Irlanda antes da União.”⁴⁴²

Ao invés da república, proposta pelos independentistas americanos, ganhava força a ideia de uma monarquia federal de clara inspiração inglesa, na *Commonwealth* burkeana. A autonomia provincial, com congressos locais tendo responsabilidade completa sobre a área fiscal, era um projeto claramente oposto àquele defendido por Quintana, adepto do centralismo liberal em voga nas Cortes.

Em abril de 1812, com a constituição recém-promulgada, o *Semanario Patriótico* e o *Español* discordavam frontalmente sobre a solução para a América, não apenas quanto à intervenção armada, demonizada por Blanco, mas principalmente sobre o papel das Juntas na nova ordem hispânica.

No entanto, havia uma herança ilustrada compartilhada pelos dois periódicos, que era a desconfiança quanto à heterogeneidade na sociedade. Ambos coincidiam no diagnóstico do principal problema da independência: as castas e os índios. Mais do que isso, havia uma surpreendente concordância de termos para qualificar os independentistas venezuelanos.

O grupo de Miranda sofria o anátema por parte dos seminaristas de Quintana, e uma condenação enérgica por parte de Blanco. A exploração negativa dos termos utilizados, como “Direitos do homem”, “igualdade”, “liberdade” e “soberania” encaixava-se dentro do pensamento assumido no *Español*, porém soava estranho aos coevos o uso de “Jacobinos”, “terror”, “metafísica” e “educação francesa” por parte do *Semanario Patriótico*, como se fossem ofensas.

É claro que o grupo de Quintana jamais se identificou como jacobino, e nem poderia, já que discordavam de algumas práticas do governo de Robespierre, porém esta era a afronta normalmente usada pelos servis ao referirem-se aos escritos do

⁴⁴² “El proyecto visionario é impracticable de representar a América en las Cortes de España debe ser abandonado, con todas las pretensiones de la Metrópoli a dar leyes a la América. La corona será, en este caso, el único lazo político que subsista, entre aquellos países y España; y en cambio de tantos sacrificios de la Madre Patria, América debe consentir en que, hasta que el ejercicio de la autoridad Real vuelva a la persona del monarca, el poder ejecutivo que esté establecido en la Península sea reconocido en las colonias. La conexión de España con América será igual a la que había entre la Gran Bretaña e Irlanda antes de la Unión.” *El Español*, 30/jan/1812, p. 260.

*Semanario*⁴⁴³. Mais do que isso, jamais foi dado, ao longo do periódico, um sentido negativo para filosofia e metafísica, termos tidos como pejorativos pelo contato de Porto Rico que o jornal reproduz.

O próprio Quintana escrevia em março condenando o “terrorismo” de Caracas e a constituição da Cundinamarca, vista como “*charlataneria filosófica*”⁴⁴⁴. O esforço por apontar e condenar o radicalismo revolucionário na América somava-se ao tom mais moderado assumido pelos liberais na disputa política com os servís nessa altura das Cortes. Exemplo disso é que o *Semanario Patriótico*, em fevereiro de 1812, tentando defender o artigo da constituição que estabelecia oito anos de imutabilidade para o texto legal, ligava a constituição às antigas leis, e não a algo totalmente novo, como já defendera mais de uma vez:

“A comissão enxergou a absoluta necessidade de constituir solidamente o estado, ressuscitando nossas antigas leis constitucionais e assegurando sua observância para que não estejamos mais tempo num estado indeciso e exposto aos perigos do despotismo e da anarquia.”⁴⁴⁵

Portanto, a alocação destes textos no período final dos debates constituintes não era apenas um recado para a América e a defesa da intervenção armada. Era um sinal de que o *Semanario Patriótico* – órgão de imprensa mais ligado ao grupo forte dos deputados liberais – rejeitava a radicalização que lhe atribuíam. Em uma época em que jornais como o *Robespierre Español* e o *Duende Político* provocavam o ódio dos servís, os liberais decidiram atenuar o discurso, tendo em vista a aprovação da constituição.

Para explicar a moderação liberal no final do período constituinte é necessário considerar o caráter hispânico dos acontecimentos. A América foi uma das razões para essa moderação, visto que as suas Juntas protagonistas foram retratadas enquanto revolucionárias jacobinas e era preciso demonstrar a diferença entre o que acontecia dos dois lados do Atlântico, para que o novo regime se legitimasse não apenas diante dos

⁴⁴³ Vide DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009, pp. 492-521.

⁴⁴⁴ “El congreso cundinamarques se vanagloria de haber dado una constitucion á aquellos habitantes. Tambien Napoleon nos daba una, forjada por el mismo estilo que la cundinamarquesa, sin las competentes facultades, sin conocimiento del caracter, usos y costumbres del pueblo á quien se destinaba, sin el debido equilibrio y contrapeso entre las diversas partes que constituyen la soberania: y finalmente, una constitucion nominal que puede acomodarse á persas, gabachos, cundinamarqueses, chinos y qualquiera otro pueblo de la tierra, con tal que no sea libre. Si la estrechez de este periódico lo permitiese, y el asunto lo mereciera, nos entredriamos á hacer un analisis del despreciable folleto con que han tratado de alucinar á aquella parte de América ciertos ambiciosos que hacen tráfico de la charlataneria filosófica.” *Semanario Patriótico*, 05/mar/1812, p. 7.

⁴⁴⁵ “La comisión, que veía por un lado la absoluta necesidad de constituir sólidamente el estado, resucitando nuestras antiguas leyes constitucionales y asegurando su observancia para que no estemos más tiempo en un estado indeciso y expuesto a los peligros del despotismo y de la anarquía.” *Semanario Patriótico*, 27/fev/1812, p. 328.

servis, mas também diante dos próprios americanos, que deveriam ver na Constituição de Cádiz uma mudança ordeira rumo à igualdade e à liberdade.

A América na Discussão constitucional

A questão americana foi um dos grandes pontos de embate entre o *Semanario Patriótico* – representante dos liberais gaditanos – e o *Español*, jornal único, mas bastante influenciado pelos *whigs* londrinos. Depois do começo entusiasmado pelas Cortes, a realidade de dificuldades na América levou os jornais a caminhos cada vez mais opostos, com o grupo de Quintana apoiando uma intervenção armada, enquanto Blanco White defendeu diferentes formas de reconciliação, todas distantes do centralismo liberal.

A disputa em torno da constituição mostrou que os antigos companheiros de periódico estavam cada vez mais distantes. Em 18 de agosto de 1811 uma comissão de 15 membros do congresso, entre eles cinco americanos⁴⁴⁶, propôs um projeto de constituição para ser discutido pelas Cortes, que passaria a ocupar a maior parte do tempo dos deputados e também da imprensa gaditana, inclusive do *Semanario Patriótico*, o qual passou a tratar dos debates constitucionais a partir de 29 de agosto.

Este novo foco implicou na diminuição do espaço reservado à América dentro da seção “Cortes”, estando mais presente na seção de “notícias” ou nos editoriais de “política”. Além da perda de espaço de discussões como a das onze propostas, era visível neste momento uma maior definição do que era o grupo liberal e também maior coesão entre os líderes, dos quais os redatores do *Semanario* eram próximos.

Duas discussões antes da constituição foram essenciais nessa delimitação política: a dos *señorios* e a contra os *serviles*. Primeiramente, houve a discussão sobre os *señorios*, entre junho e agosto, que terminou com a nacionalização dos direitos jurisdicionais, o que foi uma verdadeira revolução⁴⁴⁷. Para Durán Lopez, o *Semanario Patriótico* seria o jornal a reservar mais atenção a esse tema⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ Entre os membros dessa comissão, destacam-se dois famosos liberais, Argüelles e Torrero. Já os americanos eram mais plurais: Joaquín Fernandez de Leiva, suplente pelo Chile; Vicente Morales Duárez, suplente pelo Peru; Antonio Pérez, representante por Puebla; Mariano Mendiola, representante por Querétaro, ambos da Nova Espanha; e Andres Jáuregui, enviado por Havana, Cuba. Informações de BREÑA, 2006 e RIEU-MILLAN, 1990.

⁴⁴⁷ CHUST, Manuel, op. Cit, 1995.

⁴⁴⁸ DURÁN LOPEZ, op. cit.

A segunda discussão relaciona-se ao longo editorial chamado *Guerra político Literaria*, publicado em 29 de agosto pelo *Semanario Patriótico*, no qual analisava a batalha entre *liberales* e *serviles*. O jornal foi um dos grandes responsáveis pela difusão desses termos, ainda usados pelos historiadores para dividir os deputados nas Cortes de Cádiz⁴⁴⁹. Nesse editorial, os redatores anunciavam que tão ameaçador quanto Napoleão era o inimigo interno, o inimigo da liberdade,⁴⁵⁰ pois:

“Luta contra os defensores da constituição e da liberdade. Dela toma-se a denominação de liberais, em contraposição àqueles selvagens que chamamos de servis, porque combatem pela servidão [servidumbre]. O exército dos liberais se distingue mais por sua excelente tática, disciplina e perícia do que pelo número dos combatentes.”⁴⁵¹

Ao precisar quem seria o inimigo, Manuel Quintana, provável autor dessas linhas, também tentava unir o seu próprio grupo, já que se aproximavam os debates constitucionais, quando a união dos liberais seria decisiva para a aprovação de um texto constitucional que respeitasse os princípios desejados. Normalmente os servis apareceriam ao longo do jornal como o principal oponente para a aprovação das leis. Algumas poucas vezes, porém, coube aos deputados americanos a função de antagonistas dos liberais, mesmo que eles votassem junto de Argüelles e seu “partido liberal” na maior parte das disputas⁴⁵².

O grande momento de debate com os americanos ocorreu entre 10 e 17 de outubro, porém dizia respeito a eventos ocorridos nas Cortes entre 4 e 20 de setembro, visto que o *Semanario* costumava retratar as discussões com atraso. A pauta era o artigo 22. Assim estava a redação do artigo na constituição de Cádiz:

“Aos espanhóis que por qualquer ascendência são havidos ou reputados como originários da África, fica-lhes aberta a porta da virtude e do merecimento para ser cidadão: em consequência, as Cortes concederão carta de cidadão aos que fizerem serviços qualificados à Pátria, ou aos que se distingam por seu talento, aplicação e conduta, com a condição de que sejam filhos de matrimônio legítimo de pais nativos da América; de

⁴⁴⁹ Há contestações, é claro, ainda mais por ser um termo de época. Roberto Breña, por exemplo, acredita que essas divisões dicotômicas são falhas, pois todos nas Cortes eram a favor de reformas. Além disso, não existia o conceito moderno de partido, portanto os grupos eram flutuantes. BREÑA, 2006, op. cit. Especialmente da páginas 121 a 130.

⁴⁵⁰ “No solo Napoleon y sus viles satélites intentan entronizar el despotismo á sangre y fuego hollando insolentemente los derechos del hombre y acabando con toda especie de cultura; sino que entre nosotros mismos se ha levantado una numerosa seita de prevaricadores políticos que honrándose con el noble dictado de patriotas tratan de embrutecer y preparar el yugo á la pátria”. *Semanario Patriótico*, 29/08/1811. O artigo ocupa da página 5 a 11.

⁴⁵¹ “Pelea contra los defensores de la constitución y de la libertad. De ella toman los últimos la denominación de liberales, en contraposición a aquellos salvajes que apellidamos serviles, porque combaten por la servidumbre. El ejército de liberales se distingue más por su excelente táctica, disciplina y pericia, que por el número de los combatientes”. Idem, ibidem.

⁴⁵² RIEU-MILLAN, op. cit.

que estejam casados com uma mulher americana, e *avencindados* nos domínios das Espanhas, e de que exerçam alguma profissão, ofício ou indústria útil com capital próprio.”⁴⁵³

O artigo 22 era um complemento do artigo 18, o primeiro do capítulo IV – *de los ciudadanos españoles*⁴⁵⁴. A intenção do artigo 22 era indicar como as castas poderiam conseguir a cidadania, o que, por sua vez, implicava em excluí-las *a priori* dos direitos políticos, diferentemente dos índios, por exemplo, que teriam esses direitos.

As castas eram uma classificação social aplicada exclusivamente na América, embora tivesse sua origem em costumes peninsulares, conforme já vimos. Seu intuito na América era excluir, principalmente, os descendentes de africanos⁴⁵⁵:

“Nesse sentido, tratava-se de uma projeção genuinamente etnocêntrica, na medida em que buscava assegurar a “limpeza” dos descendentes de europeus em um contexto ao mesmo tempo colonial e pluriétnico. Essa aversão se diversificou em diferentes intensidades para prevenir com particular cuidado a mescla com descendentes de africanos, objeto de uma desconfiança secular por parte do mundo espanhol na América, talvez por conta de um possível “contágio” do Islã. Ou devido ao reiterado estigma que a escravidão impunha aos que haviam passado por essa degradante instituição”.⁴⁵⁶

No século XVIII, durante o reinado dos Bourbon, as castas ganharam novos espaços de atuação, destacando-se nas milícias, uma força civil-militar capaz de ser

⁴⁵³ “A los españoles que por cualquiera línea son habidos y reputados por originarios del África, les queda abierta la puerta de la virtud y del merecimiento para ser ciudadanos: en su consecuencia, las Cortes concederán carta de ciudadano a los que hicieren servicios calificados a la Patria, o a los que se distinguan por su talento, aplicación y conducta, con la condición de que sean hijos de legítimo matrimonio de padres ingenuos; de que estén casados con mujer ingenua, y avencindados en los dominios de las Españas, y de que ejerzan alguna profesión, oficio o industria útil con un capital propio.” Constituição de 1812. O artigo teve sua redação modificada em comparação com o que foi proposto inicialmente. Primeiramente ele dizia respeito aos espanhóis que tinham sua origem na África, e depois foi adicionado à redação o trecho: “y reputados por originarios de Africa”. Segundo James King, sobre essa mudança “the purpose being to avoid uncovering the deeper roots of respectable family trees.” KING, James. “The colored castes and american representation in the Cortes of Cadiz”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 33, 1953.

⁴⁵⁴ “Son ciudadanos aquellos españoles que por ambas líneas traen su origen de los dominios españoles de ambos hemisferios, y están, avencindados en cualquier pueblo de los mismos dominios.” Constituição de Cádiz, 1812.

⁴⁵⁵ “Inicialmente, os estatutos e a própria ideia de limpeza de sangue foram introduzidos nas Índias como réplica das fórmulas de unitarismo religioso já experimentadas na sociedade metropolitana. Pouco a pouco, no entanto, esses instrumentos importados passaram a abranger um conjunto mais amplo de situações, no compasso da atenuação da efervescência doutrinária ocorrida na Europa após a Guerra dos Trinta Anos. Primeiro foram as dúvidas sobre a natureza dos índios, seu possível contágio misterioso em etapas anteriores à chegada dos espanhóis. Já nas primeiras décadas do século XVII, a expansão dos livres de cor – pardos e morenos livres, em terminologia espanhola –, que era espetacular nas grandes cidades, conduziu gradativamente, de maneira quase imperceptível, à identificação das chamadas “castas pardas”, como potencialmente muito perigosas do ponto de vista genealógico.”. FRADERA, Josep. “A cultura de castas e a formação do cidadão moderno”, p. 96.

⁴⁵⁶ Idem, p. 97.

acionada em ocasiões de emergência⁴⁵⁷. Não bastasse isso, a exclusão das castas da cidadania era ainda mais difícil de concretizar-se *de facto* devido à inserção das mesmas no tecido urbano: “era notável que, embora as “castas pardas” e os mestiços em geral ocupassem o último lugar no escalão teórico da pirâmide social, sua posição acabava por estar por cima daqueles [os índios] na prática”⁴⁵⁸.

A estrutura social americana podia parecer complexa demais para os deputados peninsulares representantes de outra realidade. Ainda assim, a exclusão das castas perpetrada pelo artigo 22 – pois as exigências feitas eram tamanhas que não poderiam ser cumpridas, além do que as Cortes deveriam analisar caso a caso – não foi apenas um ato de análise da estrutura social americana, porém uma ação deliberada de garantia da maioria peninsular na câmara. A população europeia da Espanha era contada em 10 a 11 milhões, enquanto a americana seria de 15 a 16 milhões. Como as castas representavam quase 6 milhões, ao excluí-las os peninsulares garantiam a maioria ou ao menos a igualdade numérica⁴⁵⁹:

“Tendo em vista esse dilema, espanhóis metropolitanos observaram a heterogeneidade racial das Índias, sua estrutura complicada de castas, e as consequentes antipatias e preconceitos de várias classes; e eles acharam aí uma fórmula plausível para excluir o suficiente das populações ultramarinas a fim de garantir a unidade imperial sob controle peninsular”⁴⁶⁰.

Os americanos perceberam a manobra política e protestaram veementemente contra a exclusão das castas, como vários já vinham fazendo desde o decreto de 15 de outubro de 1810. Os debates foram apelativos⁴⁶¹, com acusações de ambas as partes e prolongando-se por mais dias do que era o normal nos artigos da constituição. De

⁴⁵⁷ LYNCH, John, 1986, op. cit. Segundo John Lynch, a ascensão das castas também foi uma das responsáveis pela reação crioula que desembocaria na independência.

⁴⁵⁸ FRADERA, Josep Maria, op. Cit, 1999, p. 95: “era notorio que, si bien las “castas pardas” y los mestizos en general ocupaban el último lugar en el escalón teórico de la pirâmide social, su posición solía estar por encima de aquellos en la práctica.”

⁴⁵⁹ Esses números costumam ser os mais usados pelos historiadores, baseando-se também nos conhecimentos das próprias Cortes, que assim julgavam. BERBEL, Márcia Regina e MARQUESE, Rafael. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824”. Texto apresentado no Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850), p. 11.

⁴⁶⁰ KING, James, op. cit., p. 33: “Faced by this dilemma, metropolitan Spaniards observed the racial heterogeneity of the Indies, their complicated caste structure, and the resulting antipathies and prejudices of the various classes; and they found therein a plausible formula to exclude enough of the overseas population to assure imperial unity under Peninsular control.”

⁴⁶¹ King cita um discurso de Ramos Arizpe, no qual esse se diz com lágrimas nos olhos ao pensar em quantos bons pais de família que seriam excluídos pelo artigo 22. Idem, p. 59.

qualquer forma, ficou bem delimitado o “grupo americano”⁴⁶² que se colocou contra o artigo 22.

Isso se refletiu no *Semanario Patriótico*. Quando o jornal discutiu o assunto, no dia 10 de outubro, o começo do artigo era: “*Los señores americanos...*”. Os redatores do periódico atacavam diretamente o grupo americano ao relatar as discussões, sequer se dando ao trabalho de expor detalhadamente os argumentos deste grupo. O jornal defendeu peremptoriamente o artigo 22 ao reproduzir o discurso dos deputados liberais peninsulares, principalmente o de Argüelles.

Dentre as muitas justificativas para a exclusão das castas utilizadas pelos espanhóis, Fradera defende não haver o estigma da raça:

“O fundamento da exclusão das "castas pardas" da cidadania por parte dos deputados espanhóis foi ainda o do estigma da escravidão. Não se apelou a razões de inferioridade biológica do "negro" nem a nenhuma consideração fenotípica relevante, começando pelo fato comprovado de que não dispunham de uma ideia razoavelmente clara de onde deviam estabelecer a fronteira entre “negros” e “índios”.”⁴⁶³

O *Semanario Patriótico* realmente não apelava para a raça, como fazia questão de deixar claro: “*não é a diferença de cor o que guiou a comissão na redação do artigo, porém a diferença de fato*”⁴⁶⁴. Sua argumentação se utilizou da mesma Ilustração que entre 1808 e 1809 hierarquizava a Europa e a América através do conceito de civilização: “*nossa opinião relativa aos originários da África, às castas, aos indígenas e a todos os povos atrasados em civilização*”. A falta de civilização, entretanto, não podia ser corrigida instantaneamente e nem em apenas uma geração. Era necessário prover “*os meios de instruir-se, para que de geração em geração sejam aperfeiçoados seus órgãos e o uso de suas faculdades intelectuais*”⁴⁶⁵. Havia, portanto, um peso civilizacional muito grande, o qual impossibilitava o pleno acesso das castas à cidadania.

⁴⁶² Em BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política, Brasil e Cuba, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010, os autores apontam o deputado Jáuregui, de Cuba, como o único americano que se posicionou contra o artigo 22. King, no entanto, fala que 4 deputados americanos foram contra, embora não cite os nomes.

⁴⁶³ FRADERA, Josep, 1999, op. Cit, p. 97: “El fundamento de la exclusión de las "castas pardas" de la ciudadanía por parte de los diputados españoles fue todavía el del estigma de la esclavitud. No se apeló a razones de inferioridad biológica del "negro" ni a ninguna consideración fenotípica relevante, empezando por el hecho probado de que no disponían de una idea medianamente clara de dónde debían establecer la frontera entre "negros" e "indios".

⁴⁶⁴ “No es ya la diferencia de color la que ha dirigido a la comisión en la redacción del artículo, es la diferencia de hecho.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811, o artigo que versa sobre essa discussão se estende entre as páginas 8 e 15.

⁴⁶⁵ “Nuestra opinión en punto a los originarios de Africa, a las castas, a los indígenas de América y a todos los pueblos atrasados en civilización.” “los medios de instruirse, para que de generación en generación se vayan perfeccionando sus órganos, y el uso de sus facultades intelectuales.” Idem, ibidem.

Embora o *Semanario Patriótico* não utilizasse o conceito de raça moderno, que seria popularizado ao longo do século XIX, o jornal elaborou uma relação entre características físicas e capacidade mental que poderia resultar numa racialização: “há mil fatos que provam que a parte física do homem segue, em geral, e até certo ponto, os progressos ou a degradação da parte intelectual”. E como comprovação de que os problemas não eram apenas educacionais, mas frutos de uma herança servil:

“Acreditamos também que os filhos dos índios e dos africanos, trasladados a Cádiz recém-nascidos, e recebendo uma educação completamente semelhante à maioria das crianças do país, não teriam, em geral, aos dez anos de idade, por exemplo, a mesma capacidade intelectual que estes.”⁴⁶⁶

Não era a primeira vez que as castas apareciam no *Semanario Patriótico*, embora em nenhum outro momento o hebdomadário tivesse reservado todo esse espaço ao assunto. Nas outras vezes em que esteve presente, o tema foi alvo de uma campanha de terror. A maioria das vezes em que apareciam “*gentes de color*” era quando o general Miranda era o protagonista. No mesmo número em que o artigo 22 foi discutido, o periódico também narrou, em tom dramático, através de um artigo comunicado, os eventos da Venezuela. O que causava terror era, acima de tudo, o envolvimento das *gentes de color* e a possibilidade de que ocorresse um novo Haiti:

“O que causou o maior terror nos ânimos de todos aqueles habitantes, e produziu o feliz resultado de reunir a maioria dos chefes dos dissidentes e dos seduzidos por eles aos que se mantiveram constantemente fieis à Mãe-Pátria, é a consideração de que Miranda não pode levar acabo sua atrevida e iniqua empresa sem estimular, por quantos meios sejam imagináveis, as pessoas de cor que reproduzam na província da Venezuela a horrorosa cena de Santo Domingo; e que, conseqüentemente, a todos interessa igualmente tomar as providências mais rápida e eficazes para destruir aquele patife e precaver os incalculáveis males que ameaçam a todos da mesma forma.”⁴⁶⁷

O exemplo venezuelano foi usado ao longo do *Semanario Patriótico* como sendo o futuro Haiti. Com essa argumentação prévia, a exclusão das castas parecia

⁴⁶⁶ “Hay mil hechos que prueban que la parte física del hombre sigue en general y hasta cierto punto los progresos o la degradacion de la parte intelectual”. “Creemos también que los hijos de los indios y de los africanos, trasladados a Cádiz recién nacidos, y recibiendo una educación enteramente semejante à la de igual número de niños del país, no tendrían en general, à los diez años de edad, por ejemplo, la misma capacidad intelectual que estos.” Idem, ibidem.

⁴⁶⁷ “Lo que ha causado el mayor terror en los ánimos de todos aquellos habitantes, y ha producido el buen efecto de reunir en gran parte a los jefes de los disidentes y a los seducidos por ellos con los que se han mantenido constantemente fieles à la madre patria, es la consideración de que Miranda no pudo llevar a cabo su atrevida é inicua empresa sin estimular, por cuantos medios sean imaginables, a las gentes de color à que representen en la provincia de Venezuela la horrorosa escena de Santo Domingo; y que por consiguiente à todos igualmente interesa tomar las providencias más prontas y eficazes para destruir aquel bribón y precaver los incalculables males que a todos igualmente amenazan.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811, p. 20.

lógica e necessária, pela incapacidade atual dessa classe de portar-se de modo civilizado. Ao excluir as castas, no entanto, o *Semanario Patriótico* afirmou que as Cortes estavam sendo muito melhores do que as propostas americanas, as quais estavam querendo apenas utilizar-se do aporte numérico das castas. A prova nesse sentido seria a defesa feita por alguns deputados americanos de que os negros e mestiços tivessem apenas o que denominavam por *voto activo* (capacidade de indicar um representante) e não o *voto pasivo* (capacidade de ser indicado para representar determinado território)⁴⁶⁸:

“Porém queriam quase todos eles que só concedesse às castas o voto ativo, quer dizer, a faculdade de nomear aos outros, não a de ser nomeadas elas mesmas, qualquer que fosse sua aptidão e sua capacidade. Não percebiam que isso era estabelecer uma perpétua e odiosa classificação entre eles e as castas, que os separasse para sempre.”⁴⁶⁹

O *Semanario Patriótico* se transformava em inclusivo e acusava os americanos de aproveitadores. Ao excluir as castas “momentaneamente” as Cortes estariam, na verdade, preparando a sua entrada futura na condição de igualdade⁴⁷⁰:

“Queriam o contrário os deputados europeus, que negando por enquanto aos originários da África e aos mestiços o direito de cidadãos, que todos os senhores americanos concordavam em negar aos libertos, embora espanhóis (vê-se que os princípios rigorosos da justiça não são sempre aplicáveis), deixavam aberta a porta para que todos consigam o que mereçam; e que uma vez atestada sua aptidão, pudessem indistintamente com os europeus e americanos serem representantes e representados.”⁴⁷¹

⁴⁶⁸ O deputado a fazer explicitamente essa proposta foi o representante por Lima Francisco Salazar Carrillo. KING, James, op. cit.

⁴⁶⁹ “Pero querían casi todos ellos que solo se les concediese el voto activo, es decir, la facultad de nombrar a otros, no la de ser nombrados ellos mismos, cualquiera que fuese su aptitud y su capacidad. No advertían que esto era establecer una perpetua y odiosa clasificación entre ellos y las castas, que los alejase para siempre.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811.

⁴⁷⁰ Passada essa discussão, o assunto só voltara às páginas do *Semanario Patriótico* para que este anunciasse, triunfante, a inclusão de dois venezuelanos mestiços na condição de cidadãos, em 23 de janeiro de 1812: “En la sesión del 15 [de dezembro] ocurrieron á las cortes D. José y Don Juan José Rondón, y D. Francisco Cárrasquel, naturales de Cumaná y residentes en Cádiz, dando al congreso las mas expresivas gracias por haberles dispensado la calidad de pardos; en consecuencia de lo qual, y para premiar los importantes servicios que hicieron de resultas del trastorno político de Venezuela, el consejo de regencia les habia expedido los reales despachos, al primero de capitán, al segundo de teniente y al tercero de alférez de ejército. Su exposicion merece ser leida detenidamente por todo español europeo y americano que quiera convencerse de quán poderoso es el medio de las dispensaciones motivadas, para que se conviertan en honrados ciudadanos aquellos que sin este estímulo continuarían despreciados por sus semejantes, por mas que se les hubieran concedido derechos de que no podrían menos de abusar”.

⁴⁷¹ “Querían al contrario los diputados europeos, que negándose por ahora à los originarios de África y sus mezclas el derecho de ciudadanos, que todos los señores americanos convenían en negar à los libertos aunque españoles (tan cierto es que los principios de rigorosa justicia no siempre son aplicables) se dejase abierta la puerta para conseguirlo à todos los que lo mereciesen; y que una vez calificada su aptitud, pudiesen indistintamente con los europeos y americanos, ser representantes y representados.” *Semanario Patriótico*, 10/10/1811.

Respondendo aos deputados americanos, e após ter afirmado a diferença intelectual existente entre índios, castas e brancos, os redatores propunham a igualdade: “entre os homens não há divisões; nada importa que a estas castas se prive por enquanto da voz ativa, que poderia servir apenas para sancionar distinções odiosas, contanto que se deixe aberto o caminho para que aspirem à mais alta hierarquia.”⁴⁷².

A justificativa da “momentânea” exclusão das castas baseou-se, portanto, na concepção moderna de cidadania. Ser cidadão não era como ser um *vecino*, não era apenas morar e fazer parte de uma comunidade, porém ter responsabilidades sobre suas liberdades individuais e ser capaz de exercer os recém-adquiridos direitos políticos.

Essa disputa entre os ideais de cidadania esteve presente nas cortes. Guridi y Alcocer, deputado novohispano, por exemplo, defendeu um conceito de cidadania próximo de *vecindad*, principalmente no quesito abrangência, pois seria cidadão todo espanhol de ambos os hemisférios, e “os laços resultantes das relações entre vizinhos incluíam as castas e, em última instância, os nascidos em qualquer parte do mundo, desde que optassem pelo domicílio espanhol.”⁴⁷³ Já Argüelles argumentou a favor da cidadania moderna, similar ao propagado no jornal:

“A nova cidadania amparava-se na racionalidade dos princípios políticos, que deveriam vigor uniformemente em todo o império. As mesmas definições permitiriam dissociar o indivíduo de seu local de residência (ou até de nascimento) para torná-lo cidadão da monarquia. Dessa forma, o exercício desse direito estaria condicionado à capacidade de contribuir física e moralmente para o conjunto da nação, o que não incluía, momentaneamente, os descendentes da África.”⁴⁷⁴

Esse novo conceito de cidadania, entretanto, poderia conter a armadilha da exclusão. É preciso perceber o quanto esse discurso depende da homogeneidade. A inexistência de “partidos” internamente e também de autonomias, concentrando todas as forças no centralismo, poderia levar ao aniquilamento da heterogeneidade. As castas foram excluídas exatamente com a justificativa de serem diferentes:

“Em todos os casos, a justificação para a política de exclusão foi a mesma: a “heterogeneidade” dessas sociedades não permitia o bom funcionamento de instituições de representação política, a entronização do cidadão como sujeito político por excelência da nova ordem.”⁴⁷⁵

⁴⁷² “Entre los hombres no hay esferas; nada importa que a estas castas se las prive por ahora de la voz activa, que solo podría servir para sancionar distinciones odiosas, con tal que se les deje abierto el camino para aspirar a la más alta jerarquía.” Idem, *ibidem*.

⁴⁷³ BERBEL, MARQUESE e PARRON, op. Cit, p. 124.

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁵ FRADERA, Josep, 2010, op. Cit, p. 30

Aprovado o artigo 22 no dia 10 de setembro, os debates continuaram até o dia 20, dessa feita sobre os pontos seguintes da discussão, com destaque para o artigo 29, o que seria relatado no dia 17 de outubro no *Semanario Patriótico*. Esse artigo estava incluído na discussão sobre qual seria a base populacional usada no cálculo do número de representantes a serem eleitos. Como as castas já estavam excluídas do direito à cidadania, esperava-se que não computassem para esse cálculo, porém não foi dessa forma que os deputados americanos interpretaram a situação⁴⁷⁶.

Como explica James King, os americanos, mesmo sem ter chance de vitória, voltaram a argumentar: “*apesar de saber que deveriam perder, eles [os americanos] repetiram os velhos argumentos e acrescentaram novos, já que se eles não conseguissem bloquear a proposta, ao menos revelavam a intenção dos oponentes.*”⁴⁷⁷ Os redatores do *Semanario Patriótico* perceberam a estratégia e atacaram diretamente os americanos, demonstrando como a intransigência para com o grupo dos deputados, quando agiam enquanto “partido”, estava aumentando. Os representantes da América eram chamados diretamente de oportunistas:

“[A inclusão das castas no cálculo eleitoral] Poderá quando muito ser de interesse desses últimos [os deputados], porém das castas? Da massa da nação? Repetimos que não o compreendemos. À primeira vista, ao contrário, parece-nos que se as castas contassem no censo só para aumentar a população, todavia sem o voto ativo ou passivo, seria interesse dos que tem um e o outro que as castas nunca saíssem de tal estado, para que não começassem a usufruir com eles dos direitos de eleger e ser eleito.”⁴⁷⁸

A aprovação dos artigos 22 e 29 confirmou uma visão de mundo espanhola que desagradava os *criollos*, não por assumir as castas como inferiores intelectualmente, visto que a maioria dos *criollos* brancos concordaria com isso, porém por retirar a capacidade de tutela por parte das classes proprietárias americanas. Conforme aponta

⁴⁷⁶ A briga travada em torno do artigo 29 é mais compreensível junto dos artigos 27 e 28:

Art. 27: Las Cortes son la reunión de todos los Diputados que representan la Nación, nombrados por los ciudadanos en la forma que se dirá.

Art. 28: La base para la representación nacional es la misma en ambos hemisferios.

Art. 29: Esta base es la población compuesta de los naturales que por ambas líneas sean originarios de los dominios españoles, y de aquellos que hayan obtenido de las Cortes carta de ciudadano, como también de los comprendidos en el art. 21.21

⁴⁷⁷ KING, James, op. Cit, p. 61: “Although they must have foreseen defeat, they now repeated old arguments and added new ones, which if they did not succeed in blocking the measure, at least lay bare their opponents' purpose.”

⁴⁷⁸ “Podrá cuando mas ser interés peculiar de estos últimos, ¿pero de las castas? ¿de la masa de la nación? repetimos que no lo comprendemos. A primera vista, al contrario, nos parece que si contasen en el censo las castas solo para aumentar la población, pero sin voto activo ni pasivo, seria interés de los que tienen uno y otro, que nunca saliesen de tal estado, para que no entrasen a participar con ellos de los derechos de elegir y de ser elegidos”. *Semanario Patriótico*, 17/10/1811, p. 8-9

Portillo Váldez, a exclusão das castas era o reconhecimento de que a heterogeneidade americana era ingovernável, e isso era o que irritava os *criollos*:

“Flórez Estrada [importante liberal] calculava a população da América espanhola em uns quinze milhões de indivíduos, dos quais retirava de início oito milhões de “índios” e quatro de “negros”, por estarem “em um estado de *incivilización*, que seguramente pode-se conceituá-los como incapazes de fazer bom uso do direito de Representação”. De seus dados não resulta tão chocante o desprezo explícito da aptidão política de “índios” e “negros” (que era compartilhado por quase todos os *criollos*) quanto a negação aos próprios *criollos* da capacidade de tutela econômica daqueles grupos politicamente inábeis. Para a leitura *criolla* deste texto não era irritante que “negros” e “índios” ficassem reduzidos a uma existência apolítica, porém comprovar que a mente do liberal peninsular não entendia que fossem justamente os espanhóis americanos os encarregados de tutelar aquelas “classes dependentes.”⁴⁷⁹

O jornal que melhor deu vazão aos pensamentos dos deputados americanos e da sociedade que representavam foi mais uma vez o *Español* de Blanco White. No mesmo mês de outubro em que o grupo de Quintana tratou das discussões do artigo 22, Blanco utilizou o seu eu-lírico *Juan sin Tierra* para criticar os liberais, principalmente Argüelles, no tocante à exclusão das castas do direito à cidadania.

Normalmente as discussões acerca da constituição mal eram retratadas no *Español*, com o jornal preferindo destacar os eventos da guerra civil na América e pedir a mediação inglesa para tentar uma conciliação. Conforme Blanco White apontava em março de 1812, quando a constituição já estava feita, “*a Constituição das Cortes foi feita nas piores circunstâncias possíveis, com respeito ao acerto e conveniência de suas leis.*” Ou seja, não era hora de trabalhar em uma constituição, ainda mais com a situação por que passava a América:

“Sem que seja necessário entregar-se a conjecturas, basta considerar por um instante o estado das coisas na América espanhola para ver que a Constituição não pode ser sancionada até que se decida a sorte daquela parte essencialíssima da Monarquia. A Constituição a fixa com uma confiança inconcebível. A maior parte da América está em completa

⁴⁷⁹ PORTILLO VÁLDES, 2006, p. 165: “Calculaba Flórez Estrada la población de la América española en unos quince millones de individuos de los que renaba de entrada ocho millones de "indios" y cuatro de "negros", por estar "en un estado de incivilización, que seguramente se les puede conceptuar incapaces de hacer buen uso del derecho de Representación". De sus datos no resulta tan chocante el manifiesto desprecio de la aptitud política de "indios" y "negros" (que compartían con él casi todos los *criollos*) cuanto la negación a los propios *criollos* de una capacidad de tutela económica de aquellos grupos politicamente inhabilitados. Para la lectura *criolla* de este texto no era irritante que "negros" e "indios" quedaran reducidos a una existencia apolítica, sino comprobar que la mente del liberal peninsular no entendía que fueran justamente los españoles americanos los encargados de tutelas aquellas "clases dependientes.”

insurreição, e as Cortes decidem e sancionam o modo e a forma com a qual a América vai participar do poder político na Espanha.”⁴⁸⁰

Com tudo isso, não foi dada pelo *Español* a atenção concedida pelo *Semanario Patriótico* às discussões constitucionais ou à briga entre liberais e servis. Blanco, mais do que em qualquer outro momento, aqui se colocava distante dos seus antigos amigos ilustrados, afastado da esfera pública gaditana e crítico daqueles que faziam uma constituição “*como se trabalhassem em cera*”. A comparação de White era ácida: como se um habitante de um vale visse uma montanha com uma rocha desgastada ameaçando cair em cima da sua casa e imaginasse que a montanha iria cair de forma que não prejudicasse a sua habitação e ainda pudesse fazer um mirante⁴⁸¹.

Apesar desse desprezo envolvendo a confecção da nova constituição, Blanco utilizou *Juan sin Tierra* para comentar a questão das castas, de tanto que mobilizou os deputados americanos. Por 14 páginas do *Español* de outubro se liam ataques contra o “*partido filosófico de las Cortes*”, o partido que se diz “*restaurador de la Libertad de España*”⁴⁸², e que, na visão de White, excluiu de 8 a 10 milhões de espanhóis que sempre foram considerados iguais aos outros e agora passavam a não ser cidadãos.

O principal alvo dos ataques era Argüelles, o “*corifeo*” dos liberais, e o que mais se esforçou para defender a exclusão das castas. A crítica aos liberais, por parte de Blanco, tinha por base três pontos: os americanos, principais interessados, queriam as castas como cidadãs; pragmaticamente, as castas eram necessárias para lutar na guerra civil; e, segundo a tradição, as castas livres eram *vecinos* como todos os outros.

A importante distinção feita por Argüelles entre *vecino* e *ciudadano* era notada por Blanco, e fortemente criticada, pois era criação dos “*Academicos de Cádiz*”, uma novidade que precisava de um dicionário, e uma invenção das Cortes, que não tinham o direito de fazê-la:

⁴⁸⁰ “La Constitución de las Cortes ha sido hecha en las peores circunstancias posibles, con respecto al acierto y conveniencia de sus leyes.” “Sin que sea necesario entregarse a conjeturas, basta considerar un momento el estado de las cosas en la América Española para ver que la Constitución no puede quedar sancionada hasta que se decida la suerte de aquella parte esencialísima de la Monarquía. La Constitución la fija con una confianza inconcebible. La mayor parte de la América está en completa insurrección, y las Cortes deciden, y sancionan el modo y forma con que la América ha de participar del poder político en España.” *El Español*, 30/mar/1812, p. 340.

⁴⁸¹ “Figúraseme que veo á un habitante de un valle entre enormes montañas, que plantea su casa baxo una roca desgajada que retiembla y amenaza á cada instante: “Aqui estará mi habitación, mas allá pondré el jardín, y aqui los corrales y establos. En quanto á la montaña que está para desgajarse, es mi voluntad, á saber: La Montaña se dexará caer al Nordeste de mi casa, y terraplenará la hondonada que está á aquel lado del valle: cuidando de torcer esa punta que me está amenazando, de forma que en lugar de estorbarme, pueda labrar un mirador sobre ella.” Idem, ibídem.

⁴⁸² *Español*, 30/out/1811, p. 66.

“Todos os que nascem na Espanha são Espanhóis, porém nem todos os Espanhóis compõem o soberano, porque nós, as Cortes, embora não tenhamos outro título para ser obedecida do que ter nascido na Espanha, e falar pelos que nasceram nela, decretamos que um conjunto de milhões de homens que nasceram e nascerão aqui por séculos e séculos, tenha-se como por nascidos no Congo.”⁴⁸³

Blanco White ainda provocava os liberais ao notar a contradição entre estabelecer que todos eram iguais para acabar com os privilégios da nobreza e do clero, mas manter as diferenças de “pureza de sangue” a fim de continuar delimitando o que eram as castas, inferiorizando-as ainda mais:

“E na verdade que é muito esquisito que as Cortes, que tão indistintamente, e segundo as leis da *natureza pura*, quiseram entender a voz nação tomando tanto o Clero quanto os grandes como sendo somente *Espanhóis*, não levem em conta a *natureza* quando se trata dos descendentes de Africanos.”⁴⁸⁴

As críticas de Blanco White aos liberais, portanto, extrapolavam a questão das castas, passando a utilizar todo o seu arcabouço antirrevolucionário contra a abolição dos privilégios, contra as novidades “filosóficas” da cidadania, e contra a soberania do congresso. Ao mesmo tempo, era notável a acidez do sevilhano e sua habilidade em encontrar contradições nos seus oponentes.

Além dessas questões mais teóricas, o *Español* reproduzia em várias páginas os discursos dos deputados americanos, dividindo-os em três partes: “*sobre a importância das castas*”, em que tratava de como as castas eram a parte produtiva da sociedade americana, notando sua relevância na indústria e na agricultura; “*opinião dos americanos sobre as castas*”, onde expunha a opinião de deputados de diferentes províncias pela concessão da cidadania; e, por fim, as “*consequências do decreto*”, em que, reproduzindo o deputado novo-hispano Alcocer, predizia a guerra civil:

“Deve saber Vossa Majestade que a sanção deste artigo não fará mais que levar adiante as discórdias, rancores e inimizades, ou semear o grão do qual brotará infalivelmente, cedo ou tarde, o cúmulo de horrores de uma guerra civil, mais ou menos violenta ou desastrosa, porém que existirá e será perpétua.”⁴⁸⁵

⁴⁸³ “Todos los que nacen en España son Españoles; pero no todos los Españoles componen el soberano; porque nosotros las Cortes, aunque no tenemos más título para mandar, que el haber nacido en España, y hablar por los que han nacido en ella, decretamos que una porción de millones de hombres que han nacido y han de nacer aquí por los siglos de los siglos, se tengan como por nacidos en el Congo.” Idem, p. 67.

⁴⁸⁴ “Y en verdad que es mui raro que las Cortes que tan indistintamente, y según las leyes de la naturaleza pura han querido entender la voz, nación, que ni a los grandes ni al Clero los han tenido por otra cosa que por Españoles, no tengan en nada a la naturaleza cuando se trata de descendientes de Africanos.” Idem, p. 68. Grifos do jornal

⁴⁸⁵ “Debe saber V. M. que la sanción de este artículo no hará más que llevar adelante el ataque de las discordias, rencores y enemistades, o sembrar el grano de que ha de brotar infaliblemente tarde o

O último argumento contra o artigo 22 viria da situação atual da América, em que Blanco posicionava as castas como sendo um importante apoio leal à península, que seria retirado em caso de ser-lhes negada a cidadania. De fato, boa parte das milícias da Nova Espanha, por exemplo, eram compostas pelas castas e tinham um papel importante na luta contra os índios de Hidalgo e Morelos⁴⁸⁶. Conforme Blanco argumentava, como pedir que lutassem e depois negar-lhes a cidadania?⁴⁸⁷

A crítica feita por *Juan sin Tierra* contra o artigo 22 foi o momento no qual o *Español* esteve mais próximo das discussões públicas gaditanas, debatendo diretamente com os liberais como o *Semanario Patriótico*. De fato, a querela foi utilizada por Blanco White para criticar os princípios básicos do sistema liberal e da constituição que estava sendo votada. Aqui Blanco tornava-se um porta-voz da deputação americana, papel que ele representou por diversas vezes.

Neste momento as críticas foram apenas esboçadas. A partir de maio de 1812, a constituição inteira seria reproduzida ao longo de vários jornais⁴⁸⁸, e junto vieram condenações a artigos específicos e ao texto como um todo, conforme exporemos no próximo capítulo. Já em março, ao comentar que havia sido proclamada uma nova constituição, a parte americana do texto legal sofria uma forte crítica:

“No Código que as Cortes deram a Espanha, não apenas existem artigos que brigam com as circunstâncias e que a necessidade obrigará a descumprir, senão que há alguns que ameaçam a existência da Monarquia Espanhola. Aludo principalmente ao que se decretou sobre as Américas.”⁴⁸⁹

O texto inteiro estava sob suspeição, visto como recheado de novidades daninhas à ordem, mas apenas na parte americana Blanco via uma real ameaça à nação e à integridade do império. Já para o grupo de Quintana a proclamação da constituição

temprano el cúmulo de horrores de una guerra civil más o menos violenta o desastrosa, pero cierta y perpetua.” Idem, p. 74.

⁴⁸⁶ Vide VINSON, Ben. “Los milicianos pardos y la construcción de la raza en el México colonial”. *Signos históricos*, t. 4, dez/2000 e VINSON, Ben; JORDAN, Sheila; MELGOZA, Erendira. “Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el Mexico colonial de la Conquista hasta la Independencia.” *Callaloo*, vol. 27, nº 1, 2004.

⁴⁸⁷ “Id, pues, pelead con esos que os tienen por hombres iguales á ellos, y quando con vuestro peligro, y su muerte, hirviereis consolidado nuestro poder, que os degrada, entonces acudid á nosotros á pedir humildemente que os permitamos ser ciudadanos. El cálculo no es mui humano; pero en verdad que no lo disculpa la sutileza de su artificio político.” *El Español*, 30/out/1811, p. 76.

⁴⁸⁸ Segundo Pons, a ideia de reproduzir a constituição era furar o bloqueio imposto por autoridades espanholas na América que censuraram a constituição aprovada em Cádiz. Além disso, parece-nos que o principal intuito de divulgar o texto legal foi o de criticá-lo.

⁴⁸⁹ “En el Código que las Cortes han dado a la España, no solo hay artículos que pugnan con las circunstancias y que la necesidad obligará a romper, sino que hay algunos que amenazan la existencia de la Monarquía Española. Aludo principalmente a lo que se ha decretado sobre las Américas.” *El Español*, 30/mar/1812, p. 341.

significava justamente o contrário, era o sinal de que a luta valera a pena e de que agora os redatores poderiam estar mais tranquilos:

“Chegada a época que tanto desejavam os bons espanhóis, e promulgada solenemente a constituição, o *Semanário*, empreendido principalmente para promover e acelerar esta grande obra, deve cessar a sua trajetória e terminar seus esforços no mesmo dia em que expira o regime arbitrário.”⁴⁹⁰

Consciente das disputas políticas que rodeavam o *Semanario Patriótico* devido ao crescimento dos servis e às divisões liberais, o tom do periódico era triunfante: “digam e façam o que quiserem os inimigos do bem, não poderão tirar-nos nunca a satisfação de ter feito à pátria o serviço que estava em nossa disponibilidade como homens de letras, e de ter cumprido com nossos deveres enquanto cidadãos.”⁴⁹¹. Tendo lido todos os números, destacamos a coerência e a resistência que se manteve no jornal entre 1808 e 1812, apesar de todas as mudanças conjunturais pelas quais a Espanha passou.

O *Semanario Patriótico* representa, portanto, o maior exemplo da tese defendida por François Xavier-Guerra sobre os “*dos años cruciales*”. Os debates que foram travados entre 1810 e 1812 em Cádiz estiveram quase todos presentes em menor grau durante os anos de 1808 e 1809, principalmente na nascente opinião pública, capitaneada, justamente, pelo *Semanario Patriótico* de Manuel Quintana e Blanco White. O último artigo do hebdomadário em 1812 visava legitimar essa tese, apontando a constituição como a vitória da luta iniciada em 1808 em Madri.

A conclusão é um pouco diferente se o assunto saísse do campo da soberania da Nação e dos direitos individuais para as discussões sobre a América. Nesse ponto, a resposta parece mais complexa. A primeira conclusão possível é relativa à importância do tema. Todos os historiadores sabem da relevância do tema americano para o jornal londrino de Blanco White, e este foi sem dúvida o seu ponto de diferenciação; no entanto, o *Semanario Patriótico* também esteve diretamente envolvido com a questão americana, e é claro que as condições físicas impunham limitações, visto que as fontes não eram tão abundantes quanto no *Español*, porém o grupo de Quintana travou com afinco a batalha pela opinião pública sobre a América, preenchendo quase todos os

⁴⁹⁰ “Llegada la época que tanto deseaban los buenos españoles, y promulgada solemnemente la constitución, el *semanario*, emprendido principalmente para promover y acelerar esta grande obra, debe cesar en su carrera y terminar sus esfuerzos en el mismo día en que expira el régimen arbitrario.” *Semanario Patriótico*, 19/03/1812, p. 20.

⁴⁹¹ “Digan y hagan lo que quieran los enemigos del bien, no podrán quitarnos nunca la satisfacción de haber hecho a la patria el servicio que estaba en nuestra mano como hombres de letras, y de haber cumplido con nuestros deberes como ciudadanos” *Idem*, p. 24.

números de sua terceira e derradeira etapa (1810-1812) com notícias sobre as “províncias de ultramar”.

Foi possível perceber por meio da leitura do jornal o quanto a experiência liberal espanhola⁴⁹² possuía uma visão hispânica, ou seja, englobava constantemente a América em seu discurso. Tratar dos liberais gaditanos sem abordar a sua perspectiva sobre a América é sempre um modo incompleto de delimitar este ideário, pois retira dele um ponto que o mesmo acreditava ser essencial: o futuro da América e o papel que o continente poderia desempenhar na nova ordem.

O pensamento liberal era, portanto, um pensamento hispânico. No entanto, era colonial ou nacional? Nos termos do antigo império espanhol ou dentro de uma nova nação hispânica? Esse parece ser o ponto chave a ser questionado. Essa discussão ocupou bastante tempo das Cortes, desde as primeiras sessões até a proclamação da constituição em março de 1812, e mesmo além.

O projeto liberal dominante nas Cortes de Cádiz, e defendido por Manuel Quintana e seus amigos nas páginas do *Semanario Patriótico*, era o de uma nação única, soberana e centralizada, baseada em preceitos liberais de propriedade da terra e direitos individuais. Seus artigos sobre a América eram voltados ao combate dos localismos, à defesa da união política e econômica sob a égide das Cortes de Cádiz e à da igualdade de direitos entre os dois hemisférios. Era uma revolução centralista, como a conceitua Manuel Chust.

No entanto, esse centralismo vinha carregado do peso ilustrado que ajuda a definir o discurso no tocante à América. A separação entre metrópole e colônia, na esteira da diferenciação entre nação e império, sendo a primeira exclusivamente europeia, conforme aponta Portillo Váldez⁴⁹³, ainda era muito viva em 1808 e tornava a América inferior “naturalmente” à Espanha europeia.

⁴⁹² Roberto Breña, 2006, define já na introdução o que foi o primeiro liberalismo espanhol, delimitando-o cronologicamente entre 1808 e 1814, embora se consolidasse apenas na década de 30. Breña também aponta, resumidamente, suas características: “se puede decir que el primer liberalismo español constituyó una amalgama de doctrinas y normas políticas que, al socaire de la invasión napoleónica, fueron recuperadas y/o repensadas por un reducido grupo de eclesiásticos, abogados, funcionarios y algunos nobles, quienes, decididos a terminar con el marasmo político-institucional que había caracterizado a la última etapa del reinado de Carlos IV, elaboraron e iniciaron la puesta en práctica (con las enormes limitaciones que la precaria situación del momento imponía) de una serie de disposiciones jurídicas que significaban una transformación radical de la política y de la sociedad españolas (...) El radicalismo de la transformación mencionada no implicaba, sin embargo, la ausencia de elementos netamente tradicionales en aspectos de tanta trascendencia como la libertad religiosa”, p. 30.

⁴⁹³ Vide nota 137.

O discurso da ilustração estava sem dúvidas presente no *Semanario Patriótico*. O hebdomadário se pautava na convicção de que deveria iluminar a Espanha. As tradições da Ilustração são essenciais para compreendermos não apenas Manuel Quintana, mas todos os liberais de Cádiz. Como lembra Breña, quatro anos não poderiam apagar nem o século XVIII, nem os anteriores:

“Esperar que em um lapso de tempo muito reduzido, como são os quatro anos transcorridos entre 1810 e 1814, possa modificar-se de maneira radical valores e mentalidades que tiveram vigência durante séculos é uma expectativa desmedida, que não presta a devida atenção à história peninsular durante os três séculos anteriores, nem ao tipo de relação que a metrópole havia mantido durante todo esse tempo com suas colônias americanas.”⁴⁹⁴

Dessa forma, quando os redatores do *Semanario Patriótico* abordavam a heterogeneidade da sociedade americana a fim de justificar uma exclusão política⁴⁹⁵ estavam reatualizando preceitos ilustrados. O cenário americano era evidenciado como o de uma sociedade conflituosa. Essa era a conclusão de Manuel Quintana e dos outros redatores quanto à natureza das relações sociais na América. Muito diferente, portanto, da união nacional presenciada na Europa, em que todos os espanhóis se juntaram contra o inimigo francês⁴⁹⁶. Ao focar na falta de harmonia presente na sociedade americana, o jornal gaditano justificava a intervenção armada e concomitantemente excluía as castas da representação nacional. Nos dois casos o peso civilizacional herdado de argumentos ilustrados fazia-se presente.

No entanto, a manutenção de alguns conceitos ilustrados destinados à exclusão das castas da nova ordem política não significavam, como quis Portillo, a manutenção da abrangência geográfica da nação, ou seja, que a mesma continuava restrita ao território europeu. É impossível ignorar as mudanças ao longo do *Semanario Patriótico* e as conquistas reais para a América advindas da Constituição de Cádiz⁴⁹⁷.

⁴⁹⁴ BREÑA, Roberto, 2006, p. 494: “Esperar que en un lapso de tiempo muy reducido, como son los cuatro años transcurridos entre 1810 y 1814, puedan modificarse de manera radical valores y mentalidades que habían tenido vigencia durante siglos es una expectativa desmedida, que no presta la debida atención a la historia peninsular durante las tres centurias previas, ni al tipo de relación que la metrópoli había mantenido durante todo ese tiempo con sus colonias americanas.”

⁴⁹⁵ O caso mais gritante foi a exclusão das Castas, porém, ao pensarmos em todo o conteúdo do *Semanario Patriótico* não podemos deixar de destacar que o mesmo também diferenciava os índios.

⁴⁹⁶ “Qué contraste el de estas horribles escenas con la gloriosa lucha en que estan empeñados los patriotas de la península! Aquí entre el estruendo de las armas se complace y engrandece el ánimo con las esclarecidas hazañas de los defensores de la libertad: allá se acongoja y abate con los estragos de la anarquía. Acá se establecen las leyes fundamentales que restituyen al español sus derechos usurpados por la arbitrariedad: allá sienta su trono el terrorismo, y los Mirandas y los Castellis abren la senda al despotismo militar”. *Semanario Patriótico*, 05/03/1812.

⁴⁹⁷ Conforme demonstrou Annino, op. Cit, a constituição deu início a uma revolução territorial, expandindo a participação política pelo mundo rural: “El dato de partida es que con la difusión de la

Durante as revoluções atlânticas construiu-se um novo vocabulário político. Reinhart Koselleck denominou tal processo de modernidade⁴⁹⁸. Segundo o historiador alemão, novas palavras foram criadas e outras reinventadas para abranger um tempo que se impunha diferente do anterior, separando o antigo do novo, ao mesmo tempo em que o futuro se distanciava do passado: “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.⁴⁹⁹

Esse novo vocabulário também esteve presente no mundo hispânico, com a ressignificação e invenção de palavras, tais como nação, pátria, constituição, soberania, etc. O léxico propalado pelos liberais espanhóis significava uma nova forma de conceber a monarquia, baseada não apenas nas mudanças das “leis fundamentais da Espanha”, mas também na abrangência da nação.

Ao dirigirmos essa análise ao *Semanario Patriótico*, destaca-se o exemplo do vocábulo colônia. Segundo alguns historiadores, o termo colônia nunca foi oficial no governo espanhol, como o foi para o inglês e o francês:

“Não se utilizou nunca, oficialmente, o termo "colônia", nem mesmo com Carlos III, quando se pensou seriamente em modernizar o império separando precisamente a Península das "provincias de ultramar". Em suma, desde o ponto de vista legal, da legislação imperial, os territórios americanos não foram nunca nem "verdaderos" reinos, nem "verdaderas" colônias”.⁵⁰⁰

No entanto, colônia e metrópole eram palavras abundantemente utilizadas pelo *Semanario Patriótico* entre 1808 e 1809. Já no período gaditano do jornal, em meio ao convívio com os deputados americanos e com as notícias das revoltas no Novo Mundo, a palavra colônia era abolida explicitamente:

“Então usufruirão conosco os benefícios de uma constituição sólida e benéfica; poderão chamar-se verdadeiramente livres e independentes,

constitución en América los nuevos municipios electivos se apropiaron de la justicia, arrancándola literalmente de las manos del “gobierno de jueces”. Las ciudades, durante la primera parte de la crisis, habían controlado la organización de la justicia en nombre de una soberanía legítimamente “retrovertida” a los reinos por la acefalía de la monarquía. La Constitución extendió dicho proceso al mundo rural, sustrayendo la justicia al control jurisdiccional de las áreas urbanas”, p. 32.

⁴⁹⁸ KOSELLLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ/Contraponto, 2006.

⁴⁹⁹ Idem, p. 327.

⁵⁰⁰ ANNINO, Antonio. “Imperio, constitución y diversidad en la América Hispana.” *Novo Mundo Mundo Novos, Debates*, 2008, p. 27: “No se usó nunca, oficialmente, el término “colonia”, ni siquiera con Carlos III, cuando se pensó seriamente en modernizar el imperio separando precisamente la Península de las “provincias de ultramar”. En suma, desde el punto de vista legal, de la legislación imperial, los territorios americanos no fueron nunca ni “verdaderos” reinos, ni “verdaderas” colônias.”

pois se encontra já sancionada a igualdade de direitos sem distinção de origem, e está abolido até o odioso nome de colônia.”⁵⁰¹

A maneira com a qual o *Semanario Patriótico* deixou de utilizar a hierarquia colônia-metrópole, a fim de privilegiar a divisão mais igualitária de províncias de ultramar, não pode ser tratada como uma mudança superficial ou como uma máscara para uma dominação colonial. Significou, pelo contrário, uma gigantesca mudança política. Todas as leis que valiam de um lado do Atlântico deveriam passar a valer do outro, e a constituição seria a mesma para os dois. Manteve-se nas páginas do periódico uma diferenciação intelectual entre os dois continentes, porém a mesma não eclipsava a alteração política que houve.

A nação rompia as fronteiras da Europa e avançava até a América, ainda que de maneira excludente e diferenciada. Houve uma nova inclusão política da América, embora se mantendo certa exclusão entre os dois continentes, pois enquanto a Europa era homogênea, a heterogeneidade caracterizava a sociedade americana. Ignorar, no entanto, as mudanças políticas no mundo hispânico e no *Semanario Patriótico* entre 1808-1812 seria retirar o caráter atlântico da revolução.

Faz-se importante compreender o quanto essa mudança de terminologia foi uma decisão editorial do grupo de Manuel Quintana, provavelmente o intelectual que melhor tenha entendido a disputa pelo vocabulário que envolvia a modernidade. Blanco White, que tinha uma postura muito mais inclusiva no tocante às Juntas americanas, por exemplo, ainda usava o nome “colônia” em 1814. Na conclusão de sua obra não receou usar o termo “colônias americanas” e logo depois, em uma nota de rodapé referenciada justamente em “colônia”, tratar das “províncias ultramarinas”, como se fossem sinônimos:

“Porém o objeto mais doloroso ao qual o governo Espanhol tem que voltar os seus olhos são suas colônias Americanas*. O sangue jorra nelas, a segurança pessoal está perdida, os bens se encontram ainda menos seguros, e todo aquele vasto império está ameaçada pela mais completa ruína.

* Vejo com satisfação, depois de ter escrito essas linhas, que o rei expediu uma circular na qual manifesta uma excelente disposição relacionada às províncias ultramarinas.”⁵⁰²

⁵⁰¹ “Entonces participarán con nosotros de los beneficios de una constitución sólida y benéfica; podrán llamarse verdaderamente libres e independientes; pues se halla ya sancionada la igualdad de derechos sin distinción de origen, y abolido hasta el nombre odioso de colonia.” *Semanario Patriótico*, 05/03/1812

⁵⁰² “Pero el objeto más doloroso a que el gobierno Español tiene que volver los ojos, son sus colonias Americanas*. La sangre corre en ellas á torrentes, la seguridad personal está allí perdida, los bienes se hallan aún menos seguros, y todo aquel vasto imperio está amenazado de la más completa ruina.

* Veo con satisfacción, después de escrito esto, que el rey ha expedido una circular en que manifiesta una excelente disposición respecto de las provincias ultramarinas.” *El Español*, jun/1814, pp. 305-306.

Isso não significa, no entanto, que Blanco não estivesse ciente da disputa em torno das palavras. Em junho de 1812, por exemplo, reproduzia a declaração de independência de Cartagena de Índias, que era bastante moderada, e dissertava contra os governos metropolitanos com razões muito similares às aquelas expostas no próprio *Español*. Já quase no fim da declaração, quando acusava as Cortes de serem injustas, argumentava que embora o conceito de colônia não fosse usado no mundo hispânico, as possessões de outras nações tinham mais direitos que a América espanhola:

“Exigimos nossos direitos com energia e com vigor; Sustentamo-lo com razões emanadas das próprias declarações do Congresso nacional; pedimos nossa administração interior, fundando-a na razão, na justiça e no exemplo que deram outras nações sábias, concedendo-a a suas possessões distantes, *mesmo quando eram colônias, conceito que já estava desterrado da nossa monarquia*; e assim oferecíamos de novo, sob estas bases, a mais perfeita união, e para mostrar que não eram palavras vãs, enviamos os auxílios pecuniários que nos permitiam as circunstâncias.”⁵⁰³

Em outra ocasião Blanco já havia afirmado que a América não era colônia do povo espanhol, e, portanto, não poderia ter nenhuma desvantagem em relação à península:

“Que não precisavam recorrer a princípios de direito natural; e basta-lhes as circunstâncias atuais da monarquia para demonstrar que se eram colônias sob os reis da Espanha, não deviam sê-lo sob os seus povos, e que, mesmo quando isso não bastasse, tendo, como realmente o tem ao seu favor as declarações de igualdade com a que era metrópole, não podem ceder em admitir nenhuma desvantagem em matéria de governo.”⁵⁰⁴

Logo, a disputa pelo novo vocabulário estava presente em todo o mundo hispânico, desde as Juntas americanas até a imprensa gaditana, passando pelo *Español* de Blanco White. No entanto, a palavra colônia continuou a ser usada nas páginas do jornal londrino, junto com os termos mais comuns em Cádiz, como “províncias ultramarinas”. No final de 1813 e começo de 1814 “colônia” volta aos poucos a ser o

⁵⁰³ “Reclamamos nuestros derechos con energía y con vigor; los apoyamos con razones emanadas de las mismas declaratorias del Congreso nacional: pedimos nuestra administración interior, fundándola en la razón, en la justicia, en el ejemplo que dieron otras naciones sabias, concediéndola á sus posesiones distantes; aun en el concepto de colonias, que estaba ya desterrado de entre nosotros: y últimamente ofrecíamos de nuevo, bajo estas bases, la más perfecta unión, y para mostrar que no eran vanas palabras, enviamos los auxilios pecuniarios que nos permitían las circunstancias.” *El Español*, 30/jun/1812, p. 145. Grifo nosso.

⁵⁰⁴ “Que no teniendo que recurrir a principios de derecho natural; y bastándoles las circunstancias actuales de la monarquía para demostrar que si eran colonias bajo los reyes de España, no debían sêlo bajo sus pueblos, y que, aun cuando esto no bastase, teniendo, como tienen en su favor las declaraciones de igualdad con la que fue metrópolis, no pueden ceder en admitir ninguna desventaja en materia de gobierno.” *El Español*, 30/jul/1811, pp. 296-309

modo mais comum de Blanco referir-se à América⁵⁰⁵, perdendo força o uso de termos consagrados na constituição de Cádiz. Isso apenas torna mais excepcional a situação do *Semanario Patriótico*, que conscientemente trocou o seu vocabulário e marcou uma nova época, enquanto no *Español*, muito influenciado pela cultura britânica, a palavra colônia continuou a ser largamente utilizada, ainda que na maioria das vezes sem o sentido pejorativo que lhe era habitual.

O discurso afrancesado sobre a América

Vimos acompanhando ao longo deste capítulo as disputas políticas entre o *Semanario Patriótico* e o *Español*, jornais que derivaram da tertúlia de Manuel Quintana. Em principio participantes do mesmo grupo político, distanciaram-se com o tempo pelo aumento das diferenças na percepção dos acontecimentos, não apenas quanto à Espanha, mas principalmente sobre a América, tema que se revela essencial para os dois periódicos. Ao ser proclamada a constituição, em 1812, Quintana e White se encontravam em lados diferentes, ainda que o jornal de Blanco não possa de maneira alguma ser chamado de servil. Enquanto estes antigos companheiros debatiam,⁵⁰⁶ outro ex-redator também se manteve ativo na imprensa: trata-se do sevilhano Alberto Lista, grande amigo do editor do *Español* e que, diferentemente tanto do jornal gaditano quanto do londrino, jurou lealdade aos franceses.

Curiosamente, em 1817, em Pamplona, quando Manuel Quintana se encontrava preso por ordem de Fernando VII, recebeu a visita do seu antigo companheiro de periódico Alberto Lista. O sevilhano tinha voltado há pouco da França para tentar se reestabelecer na Espanha, como tutor dos filhos do marquês de Vesolla, após um exílio de 4 anos, passados principalmente em Auch.

Lista conta detalhes dessa visita em suas cartas para o seu antigo amigo Reinoso. Parece que lhe impressionou muito o estado de Quintana: “*que tristeza me causou!*”

⁵⁰⁵ Por exemplo, em agosto de 1813: “las colonias españolas que han mostrado su opinión independientemente de la madre patria, todas han declarado que renuncian al infame comercio en hombres. Caracas, Buenos Ayres, y Chile, han manifestado sentimientos dignos de la humanidad, sobre este punto ; y España sola, España es la que permanece insensible, sin otro interés que el de conservar á su bandera — el derecho de ser alquilada para proteger á verdugos!!”

⁵⁰⁶ É importante notar que esse debate não era feito com referências diretas. De fato, o *Semanario Patriótico* cita diretamente o *Español* apenas uma vez, para condená-lo, enquanto o *Español* cita o *Semanario* também por apenas uma vez, porém para parabenizar o seu relançamento.

Sofre muito. Aqui estão os frutos das revoluções: vítimas e mais vítimas.”⁵⁰⁷ Das observações do presidiário não temos como saber, porém Lista também conta que não trataram do seu afrancesamento⁵⁰⁸ e que abordaram outros fatos passados e a literatura.

A Quintana não lhe deveria parecer estranho conversar com um afrancesado. Entre seus amigos, muitos tinham jurado ao rei José Bonaparte, e alguns até ocuparam cargos de destaque. Do antigo mestre em Salamanca Meléndez Valdéz⁵⁰⁹ até companheiros de tertúlia como José Miguel Alea, era comum para os patriotas ilustrados verem antigos colegas afrancesarem-se: “*afrancesados e liberais compartiram durante estes anos [antes de 1808] empreitadas comuns, e suas discrepâncias, desde o ponto de vista ideológico, não iam mais além do literário.*”⁵¹⁰

Mesmo assim foi uma surpresa para os patriotas ver Alberto Lista afrancesar-se tão rapidamente. O clérigo sevilhano, que até pouco antes havia trabalhado no *Espectador Sevillano*, em que defendia a convocação das Cortes e atacava José Bonaparte⁵¹¹, e que era próximo do núcleo radical de Quintana, apenas 12 dias após a ocupação francesa escrevia o prospecto da *Gazeta de Sevilla*, jornal que tinha como finalidade defender as forças invasoras.

O caráter do afrancesamento de Alberto Lista provoca polêmica na historiografia e dificilmente poderá ser elucidado, já que a “sinceridade” de um colaboracionismo é algo extremamente pessoal. Jurestschke, que até hoje possui o trabalho de maior fôlego sobre o sevilhano, não tinha dúvidas de que Lista se comprometeu fortemente com os

⁵⁰⁷ “¡Que lástima me ha causado! Sufre mucho. He aquí los frutos de las revoluciones: víctimas y más víctimas.” Citado em MORENO ALONSO, Manuel, **El clero afrancesado em España, los obispos, curas y frailes de José Bonaparte**. Madri: Editorial biblioteca nueva, 2014, p. 555.

⁵⁰⁸ Em um carta de Lista a Reinoso em 1817, tratam justamente da opinião de Quintana acerca do famoso livro de Félix José Reinoso **Examen de los delitos de infidelidade a la patria imputados a los españoles sometidos bajo la dominación francesa**: “El panteonista – Quintana – no gusta del libro. Lo ha juzgado sin haberlo leído. Sé lo uno y lo otro por un amigo suyo, pues yo he tenido la delicadeza de no entrar con él en contestaciones políticas y él ha huido la de haberme hablado de afrancesamiento”. In: JURESTSCHKE, op. cit., 1951, p. 534.

⁵⁰⁹ A maior prova de que Quintana perdoou o afrancesamento do seu antigo mestre foi a publicação de suas poesias em 1820, na época do triênio, coordenada por Manuel Quintana e com uma explicação escrita pelo mesmo. **Poesías**, Madrid: Imprenta Real, 1820, 4 vols.

⁵¹⁰ “Afrancesados y liberales compartieron durante estos años [antes de 1808] empresas comunes y sus discrepancias desde el punto de vista ideológico no pasaban mucho más allá de lo literario.” LÓPEZ TABAR, Juan, **Los famosos traidores: los afrancesados durante la crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)**. Madri: Editorial biblioteca nueva, 2001, p. 30.

⁵¹¹ *El espectador sevillano*, 30/out/1809, p. 115: “Causa risa, y al mismo tiempo se excita la ira cuando se lee la felicidad que preparan, el arreglo de las rentas, la recta administración de justicia, etc..., y vemos dar a las mancebas millones, distribuir los bienes que llaman nacionales, y son el fruto del robo, entre la vil canalla que rodea al que llaman filósofo. Si por esta palabra se entiende a un hombre que solo sabe gozar de los placeres, que tienen la debilidad de sentarse a una mesa rodeado de truhanes, operistas y ramerás, es sin duda un gran filósofo.”

franceses: “fica fora de toda dúvida a volubilidade de Lista, o carácter ativo de sua colaboração e o seu próprio sentimento de culpa.”⁵¹²

Por outro lado, o trabalho de Diego Martínez Torrón, mais recente e dedicado bastante à literatura e ao jornalismo de Lista, caminha por uma interpretação oposta:

“A colaboração de Lista com os franceses teve um carácter nebuloso e medíocre, que com certeza não encaixa com o seu ardente trabalho patriótico que desenvolveu com os liberais patriotas no começo da guerra. Apesar de tudo, segue-me parecendo que colaborou por exigências de força maior, e não por sinceridade.”⁵¹³

Martínez estava rebatendo justamente a interpretação de Jurestschke, contestando inclusive os documentos factuais nos quais o historiador alemão se baseou, pois não existiria o nome de Lista entre os papeis de Fernando VII que continham uma listagem dos afrancesados, diferentemente do que havia escrito Jurestschke, que colocou o sevilhano como o terceiro referenciado na ordem de importância dessa lista⁵¹⁴. Martínez tampouco encontrou o dito plano de reformas que Alberto Lista teria oferecido ao marechal Soult⁵¹⁵, e argumenta que a principal colaboração do antigo escritor do *Espectador Sevillano* foi na *Gazeta de Sevilla*, e que mesmo aí pouco influenciou.

O juízo de Jurestschke é muito mais duro, localizando Lista como um dos mais próximos a Soult em Sevilha e obtendo vantagens de seu afrancesamento:

“Era, portanto, um dos assessores mais íntimos de Soult, além de ser o seu propagandista político e cultural. Neste último aspecto, converteu-se de cantor de Bailén em poeta vendido que traduzia tragédias francesas ao espanhol para a sua apresentação no Teatro Principal de Sevilha.”⁵¹⁶

⁵¹² “Queda fuera de toda duda la volubilidad de Lista, el carácter activo de su colaboración y su propio sentimiento de culpabilidad.” JURESTSCHKE, op. cit., 1951, p. 67.

⁵¹³ “La colaboración de Lista con los franceses tuvo un carácter oscuro y gris, que por cierto no encaja con la ferviente labor patriótica que desarrolló con los liberales patriotas al inicio de la guerra. Pese a todos los pesares, me sigue pareciendo que colaboró por exigencias de fuerza mayor, y no con sinceridad.” MARTÍNEZ TORRÓN, Diego, **Ideología y literatura en Alberto Lista**. Sevilla: Alfar, 1993, p. 107.

⁵¹⁴ “Efectivamente, em el *Índice General de los papeles reservados de S.M. Fernando VII*, que se puede consultar em el Archivo del Palacio Real de Madrid, em su volumen VIII aparece el nombre de Manuel María de Arjona, quien firma la Gran Cancillería de la Orden Real de España, jurando al rey José. La firma de Juan Antonio Llorente en 26 de octubre de 1809, recibiendo la Cruz de la Real Orden de España tras el juramento al nuevo rey. También Bernardo de Iriarte recibe y firma la Gran Cancillería de la Orden Real de España. En definitiva, este volumen VIII contiene la relación de ilustres afrancesados, y Lista no figura aquí.” Idem, p. 106.

⁵¹⁵ “No encuentro rastro del pretendido plan de reformas que, según Jurestschke, Lista ofreció a Soult. Debe ser un error de apreciación del crítico alemán”. Idem, p. 235.

⁵¹⁶ “Era, pues, uno de los asesores más íntimos de Soult, además de ser su propagandista político y cultural. En este último aspecto se convirtió el cantor de Bailén en un poeta a sueldo que traducía tragedias francesas al español para su presentación en el Teatro Principal de Sevilla.” JURESTSCHKE, op. cit., 1951, p. 65.

Parece-nos, no entanto, que Martínez apresenta um argumento forte em favor de sua tese ao notar que Alberto Lista não ocupou cargos de destaque como o fizeram outros intelectuais, como Meléndez Valdéz, conselheiro de estado de José Bonaparte: “*parece-me que Lista, sempre tentando ascender, solicita favores mínimos dos franceses para poder sobreviver economicamente. Um homem com as suas qualidades poderia almejar muito mais alto na sociedade afrancesada.*”⁵¹⁷

Martínez parece concordar com o amigo de Lista, o também clérigo sevilhano Reinoso – os quais formavam junto com Blanco um trio inseparável em Sevilha –, que escreveu a “bíblia” dos afrancesados, o *Examen de los delitos de infidelidade a la patria*, e ali defendeu especificamente a figura de Alberto Lista. Inclusive ele, exilado na França, ajudou a publicar o livro, contando com o auxílio financeiro de Fernando Blanco, irmão de Blanco White, que por então também se encontrava na França, embora como prisioneiro e não como afrancesado⁵¹⁸. Reinoso escreveu:

“Quando da invasão de Sevilha, fez-se continuar na redação da Gazeta aos que tiveram essa ocupação no tempo da Junta Provincial. Um deles, homem cheio de virtudes e saberes, negou-se por muito tempo até que não conseguiu mais resistir. E qual foi a sua obra ou a sua liberdade naqueles escritos publicados? Este periódico dependia direta e absolutamente do marechal Soult, que não satisfeito com revisá-lo, ditava o seu conteúdo.”⁵¹⁹

Antes de entrar mais especificamente no papel de Lista na redação da gazeta, já deve parecer-nos estranho que o marechal Soult realmente gastasse tanto tempo em redigir um jornal em meio a uma guerra difícil contra Cádiz e as guerrilhas que se espalhavam na Andaluzia. O último argumento usado por Martínez sobre o afrancesamento do escritor sevilhano foi uma carta de Blanco White, em que o exilado londrino afirmava que Lista só permaneceu em Sevilha por conta de sua família: “*pobre Lista! Na hora da desgraça deteve-o o amor de sua família. Agora tem que abandoná-la mil vezes pior do que se tivesse feito no princípio.*”⁵²⁰

⁵¹⁷ “Me parece que Lista, siempre posibilista, solicita favores mínimos de los franceses para poder sobrevivir económicamente. Un hombre de sus cualidades hubiera podido medrar mucho más alto en la sociedad afrancesada.” MARTÍNEZ TORRÓN, op. cit., 1993, p. 233.

⁵¹⁸ MORENO ALONSO, op. cit., 2014, pp. 552-557.

⁵¹⁹ “Cuando la invasión de Sevilla, se hizo continuar en la redacción de la Gazeta a los que habían tenido este cargo en tiempo de la Junta Provincial. Uno de aquéllos, hombre lleno de virtudes y de saber, se negó por mucho tiempo hasta que no pudo resistir más. ¿Y cuál fue luego su obra, ni su libertad en los escritos que insertaban? Este periódico dependía inmediata y absolutamente del mariscal Soult, quien no contento con revisarlo, dictaba su contenido.” **Examen de los delitos de infidelidade a la patria**, p. 256.

⁵²⁰ “¡Pobre Lista! En hora desgraciada lo detuvo el amor de su familia; ahora habrá tenido que abandonarla mil veces peor que si lo hubiese hecho al principio.” GÓMEZ ÍMAZ, Manuel. **Dos cartas**

Sem dúvida os pontos levantados relativizam o juízo de Juretschke de que Alberto Lista era volátil e fraco, e de que se afrancesou por interesse em progredir na carreira. No entanto, parece-nos que Martínez exagera na outra direção, e que o afrancesamento de Lista, se foi forçado, também contou com a dedicação do clérigo sevilhano, que se envolveu para além do “obrigado” com as forças de ocupação.

O primeiro argumento nesse sentido vem do próprio Blanco White, que em sua autobiografia conta o episódio de sua saída escondido de Sevilha. Nessa ocasião, segundo o próprio escritor radicado na Inglaterra, seus pais temiam muito que se afrancesasse, no que estavam corretos, pois não apenas muitos de seus amigos assim o fizeram, como inclusive um de seus mais próximos chegou a oferecer-lhe vantagens no futuro governo, e tudo indica que esse companheiro foi Alberto Lista, visto que Reinoso nunca ocupou nenhum cargo de confiança:

“Na noite anterior à minha partida de Sevilha, um dos meus amigos mais íntimos me implorou com lágrimas nos olhos para que não me fosse do país. Certa pessoa, cujo nome não quero dizer, havia lhe manifestado que estava em comunicação direta com o governo do rei José, e em nome dela meu amigo não só me ofereceu proteção, como também a concessão de favores especiais. Ele estava persuadido de que a campanha militar não tardaria em terminar e que o dever de todos os espanhóis honrados era contribuir para o estabelecimento de uma nova dinastia.”⁵²¹

Portanto, o afrancesamento de Lista era tal que até tentou convencer os outros a fazer o mesmo. Talvez o documento mais interessante desse período da vida do sevilhano seja um pedido do mesmo para conseguir um posto vago de cônego na catedral, e para tanto teve de elencar os seus méritos. Inicialmente, Lista falou de sua formação, feita na Universidade de Sevilha, complementada com estudos de matemática, astronomia, ótica e navegação, além de saber francês, inglês e italiano. Citou como mérito o seu papel na formação de uma Academia de letras humanas – onde esteve junto com Blanco, Reinoso e a geração de Sevilha – e os seus escritos em prosa e poesia. Falou de seus trabalhos, que vinham desde antes da invasão francesa, principalmente os de professor, tanto de matemática quanto de retórica. Por fim, e para o que mais nos interessa aqui, elencou os seus feitos para o novo governo:

autógrafas é inéditas de Blanco White y El enfermo de aprehensión, comedia de Molière. Sevilha: Rasco, 1891.

⁵²¹ “La noche antes de mi partida de Sevilla uno de mis amigos más íntimos me instó con lágrimas en los ojos a que no me fuera del país. Certa persona, cuyo nombre no me quiso decir, le había manifestado que estaba en comunicación directa con el gobierno del rey José, y en nombre de ella mi amigo no sólo me ofreció protección sino incluso la concesión de favores especiales. Él estaba persuadido de que la campaña militar no tardaría en terminar y que el deber de todos los españoles honrados era contribuir al establecimiento de una nueva dinastía.” **Autobiografía**, p. 205.

“Era censor do teatro de Sevilha, e também redator da Gazeta, secretario da Junta de Beneficência e Instrução Pública, e responsável dos “encargos literários” da Prefeitura. Tivera papel, com outros senhores da cidade, de fazer o inventário dos livros e papeis do extinguido Tribunal da Inquisição, (...) era presbítero de ‘bons costumes’”.⁵²²

A conclusão de Moreno Alonso parece a mais acertada: Lista se afrancesou porque julgava que a guerra estava perdida pelos espanhóis e agora caberia colaborar pelo bem da pátria: “até certo ponto, a atuação de Lista não foi outra que a do intelectual aberto às novas ideias, e partidário das reformas, que viu na colaboração a forma mais apropriada de impedir a segura devastação da pátria, no caso de opor-se.”⁵²³ Como bem explicou Artola, o principal julgamento sobre os afrancesados não deve ser o de traidores, mas o de últimos ilustrados⁵²⁴. Nesse sentido, não pode haver dúvidas de que Lista não foi um simples juramentado, porém um verdadeiro afrancesado, ainda que de menor grau⁵²⁵:

“São os chamados afrancesados, aqueles espanhóis que não apenas juraram o novo monarca, senão que, de maneira consciente e por sua própria vontade, ocuparam cargos ou colaboraram de alguma maneira com os invasores, seja com o objetivo de apoiar a política do rei José, em quem viam um continuador do reformismo ilustrado, seja, no menor dos casos, por mero desejo de ascensão social.”⁵²⁶

A *Gazeta de Sevilla* foi a obra de maior duração do afrancesado Alberto Lista, e também onde mais se comprometeu com o novo governo. Foi auxiliado na redação do jornal pelos também eclesiásticos Sebastián Miñano e Miguel del Olmo,⁵²⁷ embora coubesse a ele o papel de editor principal. O jornal foi publicado de 13 de fevereiro de 1810 até 21 de agosto 1812, seis dias antes da cidade ser retomada pelos espanhóis.

⁵²² “Era censor del teatro de Sevilla, y también redactor de la Gazeta, secretario de la Junta de Beneficencia e Instrucción Pública y evacuaba los ‘encargos literarios’ de la Prefectura. Había tenido comisión, con otros señores de la ciudad, de hacer el inventario de libros y papeles del extinguido Tribunal de la Inquisición, (...) era presbítero de ‘buenas costumbres’”. MORENO ALONSO, op. cit., 2014, p. 316.

⁵²³ “Hasta cierto punto, la actuación de Lista no fue otra que la del intelectual abierto a las nuevas ideas, y partidario de las reformas, que vio en la colaboración la forma más apropiada de servir a la patria de su segura devastación, caso de oponerse.” Idem, p. 191.

⁵²⁴ ARTOLA, Miguel. **Los Afrancesados**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

⁵²⁵ Conforme compara Checa Godoy: “No se convierte en un dirigente o personaje relevante dentro de la nueva administración, y dista de ser un agitador como un Estala en Madrid o un Ygual en Barcelona.” CHECA GODOY, Antonio, “La prensa napoleónica en España (1808-1814). Una perspectiva”. *El argonauta español*, nº 10, 2013.

⁵²⁶ “Son los llamados afrancesados, aquellos españoles que no sólo juraron al nuevo monarca, sino que, de manera consciente y por su propia voluntad, ocuparon cargos o colaboraron de alguna manera con los ocupantes, bien con objeto de apoyar la política del rey José, en quien veían un continuador del reformismo ilustrado, o, en el menor de los casos, por mero afán de medro.” LÓPEZ TABAR, op. cit., 2001, p. 47.

⁵²⁷ Dados de Checa Godoy, op. cit., 2013.

É um periódico difícil de ser encontrado nos dias de hoje, pois muitos de seus exemplares não sobreviveram às vicissitudes da guerra, mesmo porque não possuía uma grande tiragem⁵²⁸, e, além disso, os afrancesados são um dos assuntos menos pesquisados pelos historiadores do período⁵²⁹. Somando esses dois fatores, é possível compreender que não exista nenhum trabalho de fôlego sobre o jornal, sendo que o único artigo dedicado ao assunto, de Manuel Moreno Alonso, é mais um resumo e vai apenas até 1811⁵³⁰.

A *Gazeta de Sevilla* era um periódico bissemanal, feito no formato de quarto e que normalmente contava com 8 páginas. Em setembro de 1811 mudou de formatação, passou a ser em folio e ter 4 páginas, ainda que a mudança do tamanho das páginas tenha permitido que não se perdesse conteúdo. A maioria dos artigos era reprodução ou tradução de documentos oficiais, vindos seja do governo central, seja do governo andaluz, com destaque para os proclamas oficiais de Soult – com o título de Duque da Dalmácia –, além de traduções de notícias internacionais, principalmente do *Moniteur*.

Havia também artigos de cunho editorial, normalmente escritos pelos próprios redatores da *Gazeta de Sevilla*, com alguns extraídos da *Gazeta de Madrid*.⁵³¹ Nesses textos era possível ver o discurso intelectual afrancesado, que servia de suporte para o novo governo, como no começo do jornal, em 9 de março de 1810, quando reproduziu um artigo que dizia ser de um espanhol de Cádiz – o que provavelmente não era verdade:

“Enquanto o êxito de vossa causa era possível, é desculpável o quanto fizestes em vossa defesa, porém desde o momento em que vistes toda a nação abraçar sinceramente a causa de um Rei sábio e justo, e uma constituição que garantia a liberdade e a independência da Espanha, passou a ser um delito não vos submeter à vontade geral da nação, e não

⁵²⁸ “Salvo el periódico central del sistema napoleónico, la *Gazeta de Madrid*, ninguno de esos periódicos llegó a superar de forma continuada los 400 ejemplares por número.” Idem, *ibídem*. Quanto à *Gazeta de Sevilla*, a coleção consultada por nós foi a do *Archivo del Fraile*, que nos parece ser a única completa. Segundo Moreno Alonso, baseado em Gómez Imáz, há na Biblioteca Nacional a coleção completa até primeiro de maio de 1812, no que deixa de conter três meses. Martínez Torrón usa a da *Hemeroteca Municipal de Sevilla*, que afirma estar completa, com exceção dos números finais, mas no seu texto só utiliza exemplares até outubro de 1811, o que pode significar que não possuía todo o ano de 1812.

⁵²⁹ Muita coisa mudou desde a obra clássica de Miguel Artola, **los afrancesados**, de 1953, mas ao notarmos a observação de Moreno Alonso de que não houve nenhuma obra dedicada aos afrancesados no bicentenário da revolução de 1808 podemos ver que este não é um assunto da predileção dos historiadores espanhóis. Vide MORENO ALONSO, op. cit., 2014, pp. 593-598.

⁵³⁰ MORENO ALONSO, Manuel, "La gaceta afrancesada de Sevilla." *El argonauta español*, nº 9, 2012.

⁵³¹ Os principais redatores da *Gazeta de Madrid* eram Manuel José Narganes de Posada, Juan Andújar e León Amarita. Mas também colaboraram nela o ex-companheiro de tertúlia de Quintana, José Miguel Alea, e o famoso José Marchena. *Apud* CHECA GODOY, 2013, op. cit.

reconhecer a autoridade legítima de um Soberano, que havia colocado em perpétuo esquecimento o passado.”⁵³²

A resistência aos franceses era impossível, mesmo que não fosse de todo errado ter tentado antes, e José Bonaparte era um rei ilustrado. Esses serão os dois principais argumentos esgrimidos pelos afrancesados, não apenas na *Gazeta de Sevilla*. Ao longo do periódico, o discurso seria refinado e alguns artigos, provavelmente escritos por Alberto Lista – o escritor mais experimentado dentre os seus redatores –, eram muito bem trabalhados.

O famoso artigo “*Del verdadero sentido de la palabra Traydor*”⁵³³ era não apenas uma defesa do regime de José Bonaparte, mas um ataque aos gaditanos, o que se tornaria comum a partir do momento em que ficou claro que a guerra ainda não estava ganha pelos franceses. No texto, contestava o apodo de traidor para os afrancesados:

“Não é na verdade virtude e prudência, ao invés de crime ou traição, ter adotado o único meio que existia para a Espanha remediar os inveterados males de mais de dois séculos? Eles basearam sua conduta na incapacidade que estávamos de governar-nos por nós mesmos, e na impossibilidade de resistir aos exércitos franceses.”

E após questionar quão patriota eram os que provocavam a ruína da Espanha e vendiam-na à Inglaterra, sugeria: “*está é a imagem dos traidores e dos patriotas. Não se cometeria um grande erro em trocar essas denominações.*”⁵³⁴

A partir do momento em que as Cortes se reuniram, o ataque passou a ser direcionado a elas, apontando como os espanhóis estavam divididos e esmeravam-se em discutir o que era completamente inútil. Passou a ser mais notável um traço típico dos afrancesados, que era o de identificar-se enquanto moderados, apontando os liberais gaditanos como radicais. Isso se refletiria mais adiante no apoio dos antigos

⁵³² “En tanto que el éxito de vuestra causa era dudoso, es excusable cuanto hicisteis en su defensa; pero desde el punto en que visteis toda la nación abrazar sinceramente la causa de un Rey sabio y justo, y una constitución que afianzaba la libertad e independencia de la España, ya fue un delito no someternos a la voluntad general de la nación, y no reconocer la autoridad legítima de un Soberano, que había puesto en perpetuo olvido lo pasado.” *Gazeta de Sevilla*, 09/mar/1810, p. 59.

⁵³³ Moreno Alonso, Martínez Torrón e Juretschke acreditam que a pena por trás deste texto é realmente de Alberto Lista. Segundo Martínez: “El estilo de este texto, desde su filantropía hasta los sofismas abstractos, son propios del pensamiento especulativo de Lista” e “este artículo levantó ampollas en el ánimo de los liberales españoles, entre otras cosas por la elegancia de estilo y la contundencia de la expresión. Nuestro autor sabía hacer daño con elegancia.” MARTÍNEZ, op. cit., 1993, pp. 248-249. MORENO ALONSO, op. cit., 2012 e JURETSCHKE, op. cit., 1951

⁵³⁴ “¿No es más bien virtud y prudencia, que delito ni traición, haber adoptado el único medio que se proponía a la España para remediar los inveterados males de más de dos siglos? Ellos fundaron su conducta sobre la incapacidad en que estábamos de gobernarnos por nosotros mismos, y sobre la imposibilidad de resistir a los ejércitos franceses.” “Esta es la imagen de los traidores y de los patriotas. No se cometería un gran yerro en aplicar trocadas estas denominaciones.” *Gazeta de Sevilla*, 24/mai/1811, pp. 355-360

afrancesados à ala mais à direita do partido moderado e mesmo na sustentação de Fernando VII durante a “década ominosa”.⁵³⁵ Ainda em 1811 apontavam como as Cortes estavam se distanciando da verdadeira Espanha e que eram uma anarquia:

“Começam a sair da rota desde que começaram com ideias liberais, liberdade de imprensa, e outras bobagens das quais nós, os velhos, nunca tratamos. Republicanos, freis, aristocratas, jansenistas, pessoas separadas por opiniões, estado e costumes, formam aquela reunião. Que batalhas! Cada um quer uma coisa distinta, fala-se muito, grita-se muito, e até agora nada não se faz nada.”⁵³⁶

Depois associava os liberais aos que defendiam a revolução francesa, aos radicais, usando um conceito de natureza que agradaria mesmo o Blanco White influenciado por Burke:

“Os patriotas de 93 [referencia aos jacobinos] são os mesmos que agora tentam colocar em execução os projetos que não conseguiram antes, e que se lisonjeiam de poder estabelecer um governo ideal e segundo a sua vontade, sem preocupar-se de que a natureza nada faz a saltos, senão por uma sábia gradação.”⁵³⁷

E o artigo concluía, dirigindo-se aos que em Sevilha ainda teimavam em não obedecer ao novo regime, mostrando que Cádiz não representava mais a Espanha em suas leis e costumes:

“Senhores patriotas de Sevilha, seria bom ver entrando aqui os que vocês chamam de espanhóis, derrubando os privilégios das corporações ilustres e da nobreza, em virtude da constituição brilhante que está se formando em Cádiz a toda velocidade, e pisando na inquisição. Não ficamos todos encantados com aquele heroico juramento de vencer ou morrer por nossa antiga pátria, leis e costumes? Que constituição, portanto, é essa formada sem Espanha, para outra Espanha? Bastaram dois anos para trocar as ideias?”⁵³⁸

No entanto, os redatores não esqueciam a diferença entre o rei ilustrado José Bonaparte, com a sua “sábia constituição”, e os “fanáticos” do outro lado, aqueles que

⁵³⁵ Acompanhar os francesados de 1808 até 1833 é a grande inovação do livro de López Tabar, op. cit., 2001.

⁵³⁶ “Algo empiezan à extraviarse desde que han dado en ideas liberales, libertad de imprenta, y otras zarandajas en que nunca hemos entrado los viejos. Republicanos, frailes, aristócratas, jansenistas, gentes separadas por opiniones, estado y costumbres forman aquella reunión. ¡Que disputas! Cada uno quiere una cosa distinta; se habla mucho; se grita mucho, y hasta ahora nada se ha hecho.” *Gazeta de Sevilla*, 27/set/1811, pp. 33-35.

⁵³⁷ “Los patriotas de 93 son los mismos que ahora intentan poner en ejecución los proyectos que no pudieron entonces, y que se lisonjean de poder establecer un gobierno ideal y según su antojo, sin hacerse cargo de que la naturaleza nada hace a saltos, sino por sabia graduación.” *Gazeta de Sevilla*, 29/out/1811, pp. 77-80.

⁵³⁸ “Señores patriotas de Sevilla, sería de ver que entrasen aquí los que Vds. llaman españoles, derribando los privilegios de las corporaciones ilustres y nobleza, en virtud de la constitución flamante que está formando Cádiz a toda priesa, y hollando la inquisición. ¿No hemos quedado todos por puertas por aquel heroico juramento de vencer o morir por nuestra antigua patria, leyes y costumbres? ¿Qué constitución, pues, es esa formada sin España, para otra España? ¿Han bastado dos años para haber trocado las ideas?” *Gazeta de Sevilla*, 22/11/1811, p. 115.

se utilizavam da religião para estimular uma guerra suicida. Delimitando uma das contradições dos liberais, mostravam que os mesmos que eram inspirados pela Revolução Francesa, utilizavam-se do fanatismo para estimular a guerra, mas não queriam a sua influência nas leis. Mais do que isso, exibiam conhecimentos sobre a briga em Cádiz entre liberais e servis:

“Queixam-se então de que os inimigos das luzes e de todas as ideias liberais, que tanto contribuíram para a nossa infeliz revolução, tratem de consolidar o império do Fanatismo? Acreditam por acaso que tantos clamores, tantos atos ruins, tantas inverdades empregadas para enganar os povos, para extraviar suas opiniões, para colocar o punhal na mão deles em nome do céu, haveriam de ser inúteis? Ó liberais! Acabem com as ilusões, e verão ao que fica reduzida vossa facção.”⁵³⁹

Na *Gazeta de Sevilla* houve, portanto, uma das tentativas mais bem sucedidas de justificar o novo governo francês, sustentando-o contra os que insistiam em manter a guerra. A presença de escritores prestigiados na sua redação e a grande aceitação de José I por parte da intelectualidade sevilhana ajudam a compreender como se deu a montagem e articulação do discurso. Alberto Lista, como diretor da *Gazeta*, teve participação fundamental nesse guia editorial. Dentro dessa estratégia política, a América teve um papel chave.

A importância das colônias espanholas para Napoleão já foi ressaltada pela historiografia,⁵⁴⁰ com Chust afirmando que era um dos principais interesses na ocupação da Espanha.⁵⁴¹ Na constituição de Bayona foi reservado o título X à América, com nove artigos específicos, que versavam principalmente sobre a igualdade de

⁵³⁹ “¿Os quejáis pues, de que los enemigos de las luces y de todas las ideas liberales, ya que han contribuido tan eficazmente a nuestra infeliz revolución, traten de consolidar el imperio del Fanatismo? ¿Creéis acaso que tantos clamores, tantas perfidias, tantas iniquidades empleadas para alucinar los pueblos, para extraviar su opinión, para ponerles el puñal en la mano en nombre del cielo, los han de ser inútiles? ¡O liberales! ¿Por qué culpáis a los serviles cuando sus predicaciones y su fanatismo han sido el agente más poderoso de la insurrección? Quitad las ilusiones, y veréis a lo que queda reducida vuestra facción.” *Gazeta de Sevilla*, 21/ago/1812, p. 337.

⁵⁴⁰ Os trabalhos específicos sobre o governo afrancesado e a América ainda são raros. Destaca-se, acerca da constituição de Bayona, MARTIRÉ, Eduardo, **La constitución de Bayona entre España y América**. Madri: Centro de Estudios Político y Constitucionales/BOE, 2000; FRANCO, Antonio-Filiu, "La 'cuestión americana' y la constitución de Bayona (1808)". *Historia constitucional*, nº 9, 2008; DOMÍNGUEZ, JUAN, "La América española y Napoleón en el Estatuto de Bayona". *Revista internacional de estudios Vascos*, nº 4, 2009 e o pioneiro trabalho de ARTOLA, Miguel, "Los afrancesados y América", *Revista de Indias*, nº 9, 1949.

⁵⁴¹ “A substituição de legitimidades monárquicas é o que ia destemidamente perseguindo Napoleão. E nessa estratégia a monarquia portuguesa e a espanhola eram sobretudo atraentes, não só por seus territórios peninsulares e o que isso significava, mas especialmente pelos territórios coloniais, que implicavam os enormes bens indianos. A América, para Napoleão, obviamente, existia.” CHUST, Manuel, “Reflexões sobre as independências ibero-americanas”. *Revista de História da Universidade de São Paulo*, nº 159, 2008.

direitos e a eleição de deputados⁵⁴². Além do texto legal, destaca-se também que, pela primeira vez, representantes americanos foram chamados junto com os espanhóis. De início foram seis membros, depois ampliados para nove, ainda que dois jamais tenham aparecido⁵⁴³.

Houve a criação de um ministério de Índias, com o importante ex-ministro de Fernando VII, Miguel José de Azanza, ocupando o cargo. Conforme aponta Domínguez⁵⁴⁴, foi um ministério inoperante, e logo Azanza passou a ser também ministro de negócios eclesiásticos, cargo no qual conduziria importantes reformas⁵⁴⁵. O esforço afrancesado por uma política americana foi inútil, e Napoleão inclusive passou a apoiar as independências, ainda que os seus aliados espanhóis não o admitiessem⁵⁴⁶.

De qualquer forma, o que foi escrito na Constituição de Bayona formava um arcabouço que influenciaria os passos seguintes dados pelos liberais espanhóis. Martíre

⁵⁴² O texto final sancionado foi: TÍTULO X -DE LOS REINOS Y PROVINCIAS ESPAÑOLAS DE AMÉRICA Y ASIA: Art. 87. Los reinos y provincias españolas de América y Asia gozarán de los mismos derechos que la Metrópoli./ Art. 88. Será libre en dichos reinos y provincias toda especie de cultivo e industria./ Art. 89. Se permitirá el comercio recíproco entre los reinos y provincias entre si y con la Metrópoli./ Art. 90. No podrá concederse privilegio alguno particular de exportación o importación en dichos reinos y provincias./ Art. 91. Cada reino y provincia tendrá constantemente cerca del Gobierno diputados encargados de promover sus intereses y de ser sus representantes en las Cortes./ Art. 92. Estos diputados serán en número de 22, a saber: Dos de Nueva España. Dos del Perú. Dos del Nuevo Reino de Granada . Dos de Buenos Aires. Dos de Filipinas. Uno de la Isla de Cuba. Uno de Puerto Rico. Uno de la provincia de Venezuela. Uno de Caracas. Uno de Quito. Uno de Chile. Uno de Cuzco. Uno de Guatemala. Uno de Yucatán. Uno de Guadalajara. Uno de las provincias internas occidentales de Nueva España. Y uno de las provincias orientales./ Art. 93. Estos diputados serán nombrados por los Ayuntamientos de los pueblos, que designen los virreyes o capitanes generales, en sus respectivos territorios. Para ser nombrados deberán ser propietarios de bienes raíces y naturales de las respectivas provincias. Cada Ayuntamiento elegirá, a pluralidad de votos, un individuo, y el acto de los nombramientos se remitirá al virrey o capitán general. Será diputado el que reúna mayor número de votos entre los individuos elegidos en los Ayuntamientos. En caso de igualdad decidirá la suerte./ Art. 94. Los diputados ejercerán sus funciones por el término de ocho años. Si al concluirse este término no hubiesen sido reemplazados, continuarán en el ejercicio de sus funciones hasta la llegada de sus sucesores./ Art. 95. Seis diputados nombrados por el Rey, entre los individuos de la diputación de los reinos y provincias españolas de América y Asia, serán adjuntos en el Consejo de Estado y Sección de Indias. Tendrán voz consultiva en todos los negocios tocantes a los reinos y provincias españolas de América y Asia.

⁵⁴³ VILLANUEVA, Carlos, "Napoleón y los diputados de América en las Cortes españolas de Bayona". *Boletín de la Real Academia de Historia*, nº 76, 1917.

⁵⁴⁴ DOMÍNGUEZ, op. cit., 2009, p. 337. O autor aponta a pouca relevância do ministério de Índias ao comparar a dotação orçamentária com o da Guerra, que recebia cem vezes mais recursos.

⁵⁴⁵ Vide MORENO ALONSO, op. cit., 2014, pp. 339-405.

⁵⁴⁶ "En consecuencia, [Napoleão] abandonaba su anterior política americana y se decidía a propiciar la independencia de aquellos reinos (...) Si no podían ser parte de la España napoleónica, había que preservarlos de caer en manos británicas y para ello nada mejor que fomentar su espíritu independentista, condicionando el auxilio de Francia a la desvinculación de los nuevos Estados americanos del enemigo inglés." MARTIRÉ, Eduardo. "América en los Planes Napoleónicos", In: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia General de España y América: Emancipación y nacionalidades americanas**. Madri: RIALP, 1992, p. 118.

chega a afirmar que Bayona foi um desafio e um exemplo a seguir para os patriotas,⁵⁴⁷ e marco fundamental no constitucionalismo hispânico. Realmente, uma das discussões de Bayona depois se prolongaria em Cádiz: a da nomenclatura do Novo Mundo. Na primeira versão da constituição, enviada por Napoleão para os notáveis espanhóis reunidos, constava o nome de “Colonias de América e Ásia”, ao que os representantes do Rio da Prata, o comerciante José Milá de la Roca e o advogado Nicolás de Herrera, que estavam na Espanha desde 1807, enviados respectivamente pelos cabildos de Buenos Aires e Montevideú, contestaram. Pediram a alteração do título para províncias⁵⁴⁸, o que foi aceito não apenas pelos outros espanhóis do congresso⁵⁴⁹, mas também por Napoleão Bonaparte.

Na *Gazeta de Sevilla*, quando são os redatores que escrevem, o termo colônia só apareceu uma vez, provavelmente como descuido⁵⁵⁰, já que em todas as outras vezes foi utilizada a nomenclatura oficial de “*provincias de América*”, que seria a mesma adotada pelo congresso de Cádiz e pelo *Semanario Patriótico*. Como se vê, esta era uma discussão atlântica que repercutiu em ambos os lados do espectro político, incorporada tanto pelos afrancesados quanto pelos liberais.

O continente americano não possuía no jornal sevilhano a mesma importância que no *Semanario Patriótico* ou no *Español*, em que o tema estava presente em praticamente todos os números, com destaque para o jornal de Blanco White, no qual era o assunto principal. No entanto, era bastante frequente: esteve presente em 28% dos números da *Gazeta* entre 1810 e 1812, e, dentre esses jornais, em 79% – ou seja, em 65 exemplares – a questão era a independência das províncias americanas.

Diferentemente dos seus antigos companheiros de redação, a gazeta de Alberto Lista não possuía contatos na América, mas nem por isso deixou de publicar documentos. As fontes eram jornais ingleses ou gaditanos, nesse caso destacavam-se o *Conciso*, o *Redactor General* e a *Gazeta de la Regencia*. Moreno Alonso apontou que

⁵⁴⁷ MARTIRÉ, op. cit., 2008, p. 131. Nisso, o autor segue Bartolomé Clavero, para quem Bayona foi “no solo un reto al que responder, sino también una realidad de la que ilustrarse”, em CLAVERO, Bartolomé, **Manual de Historia Constitucional de España**. Madri: Alianza, 1990, p. 23.

⁵⁴⁸ Na verdade, os deputados queriam a inclusão do seguinte texto na constituição: “queda abolido el nombre de Colonias. Las posesiones de España en América y Asia se titularán provincias de España en América”, o que não conseguiram. Vide DOMÍNGUEZ, op. cit., 2009, p. 333.

⁵⁴⁹ Denominar o que houve em Bayona por congresso é duvidoso, assemelhando-se mais a uma junta consultiva, pois, ainda que houvesse votações, cabia a Napoleão a decisão final.

⁵⁵⁰ Na *Gazeta de Sevilla* de 24/dez/1811: “se echará de ver la injusticia del gobierno ingles en quejarse de que se hable y se publiquen en Cádiz algunos papeles sobre su conducta perfida respecto de las colonias españolas de América.” No mesmo jornal chama a América de “dilatadas provincias”.

Lista reproduzia o jornal de Blanco White,⁵⁵¹ mas nos parece uma informação incorreta, pois apenas duas vezes houve documentos iguais nos dois periódicos, e em uma delas apareceu antes em Sevilha⁵⁵². No entanto, com certeza havia algum acesso ao *Español*, porque foi citado diretamente em 24 de dezembro de 1811, numa tentativa de a *Gazeta de Sevilla* atacar tanto a Inglaterra quanto os gaditanos, pois a publicação do jornal – tido como pró-independência – em Londres significaria o apoio inglês aos americanos, e, concomitantemente, Blanco era visto como um grande ilustrado em Sevilha, daí que sua opinião contra a Regência e as Cortes deveria ser levada em conta⁵⁵³.

De qualquer forma, houve uma série de proclamas dos rebeldes reproduzidos na *Gazeta*, com destaque para Buenos Aires, além da reprodução de documentos ingleses e cartas vindas do Rio de Janeiro. Diferentemente do *Español* e do *Semanario Patriótico*, não havia a defesa de determinada política para o novo mundo. As citações sobre a independência da América eram usadas como instrumento, demonstrando tanto a traição dos ingleses, que apoiariam as emancipações, quanto o fracasso do governo gaditano, que não conseguia controlar o caos na América. Sendo assim, não eram abordadas as vitórias militares espanholas no novo mundo, por exemplo, preferindo enfatizar governos que já seriam independentes, principalmente os seus proclamas, em que desancavam as Cortes e a Regência.

A primeira vez que as independências foram abordadas com mais destaque foi em 28 de agosto, quase um mês após o *Español*, utilizando um jornal inglês:

“A Musete, que chegou ontem de Caracas a Spithead, trouxe ao governo despachos muito importantes, que anunciam que os habitantes de toda a

⁵⁵¹ “Informaciones que hacen pensar en que la *Gazeta de Sevilla*, redactada por Lista, estuvo al tanto de la publicación en Londres por su gran amigo José María Blanco White del periódico *El Español*, que tanta importancia le concedió a la revolución de Caracas y a su influencia en América”. MORENO ALONSO, op. cit., 2012.

⁵⁵² No jornal de 02 de outubro foi reproduzido na *Gazeta de Sevilla* um documento da Junta de Buenos Aires, em que a Junta dava instruções sobre como funcionaria o novo governo. O mesmo documento havia sido inserido no *Español* de 30 de agosto, assim que é possível que haja alguma influência. Em 09 de junho de 1812 a *Gazeta de Sevilla* reproduziu uma troca de cartas entre o brigadeiro inglês Fleming e o Vice-rei do Perú Abascal, que o *Español* colocaria no jornal de 30 de junho. Enquanto Alberto Lista colocou apenas as duas primeiras cartas, Blanco também falou da terceira, que era justamente a maior e na qual Fleming defendia que toda a América se juntasse à Espanha e reconhecesse a Regência. Como a *Gazeta de Sevilla* buscava atacar a Inglaterra, não inseriu esta última carta, preferindo mostrar aquelas em que falavam da rebeldia do Chile.

⁵⁵³ *Gazeta de Sevilla*, 24/dez/1811, p. 153: “Con que derecho se atreve á reclamar el enviado ingles el que no se censure á su gobierno, quando es notorio que él consiente se publique á sua vista en Londres mismo el papel de *El Español*, en que se incertan las proclamas y los discursos mas incendirarios para excitar á revolución á las colonias españolas, en que se ridiculiza al actual gobierno de Cádiz y á quantos le han precedido desde que principió la insurrección? Es muy sabido que el autor de este periodico llamado *El Español*, es un literato muy conocido en esta ciudad por su destino y escritos. Vease el aprecio que los hombres ilustrados hacen del gobierno insurreccional.”

provincia de Caracas se declararam independentes, por causa da dissolução da junta suprema e da entrada dos franceses em Sevilha.”⁵⁵⁴

O primeiro artigo de maior vulto acerca do assunto seria publicado no jornal seguinte, copiando o periódico londrino *The Courier*, que apoiava as independências, espantando-se de que não houvesse acontecido antes, devido à fraqueza do governo metropolitano. A *Gazeta* colocava notas ao longo do texto, utilizando-as para atacar a política inglesa, já que à época o principal objetivo do jornal era mostrar aos patriotas que a verdadeira inimiga da Espanha era a Inglaterra, talvez por acreditar ainda no término rápido da guerra:

“Há então em Caracas um partido pró-Inglaterra. Por que atribuir a revolução daquelas colônias aos desastres da metrópole? Não se vê em tudo isso um plano formado há muito tempo para separar a América da Espanha? Que os espanhóis aprendam! Aqui está o grande interesse do ministério britânico em promover a revolução na Espanha.”⁵⁵⁵

As denúncias relacionadas aos ingleses se mantiveram por todo o jornal de Alberto Lista. Em um dos seus últimos números, por exemplo, em agosto de 1812, com o exército anglo-hispânico avançando na península, em mais uma nota de rodapé, desta vez a um escrito de Lima, a *Gazeta* comentava contra os interesseiros britânicos:

“Sabe-se que as palavras têm um poder irresistível sobre o ânimo do vulgo, e isso basta para olhar os ingleses como amigos da facção insurrecional, embora na América trabalhem como inimigos dela, e mesmo que tenham dado infinitas provas de que não reconhecem outro vínculo de amizade ou aliança que o interesse financeiro e a prosperidade exclusiva, e consequentemente não recíproca, do seu comércio.”⁵⁵⁶

Em outra ocasião, em um comentário ácido sobre o Duque do Infantado, que em 1808 chegara a jurar a José Bonaparte, e depois o abandonou em Bailén, ironizava a recepção que receberia como embaixador da Regência em Londres:

“E [o Duque do Infantado] terá a complacência de ver [o governo inglês] dar as mesmas honras aos embaixadores enviados pela junta de Caracas e seu presidente Miranda, de ir ao palácio do príncipe Regente, e de

⁵⁵⁴ “La Musete, que llegó ayer de Caracas à Spithead ha traído al gobierno despachos muy importantes, que anuncian que los habitantes de toda la provincia de Caracas se han declarado independientes, a causa de la disolución de la junta suprema y la entrada de los franceses en Sevilla.” *Gazeta de Sevilla*, 28/ago/1810, p. 631.

⁵⁵⁵ “Hay pues en Caracas un partido por Inglaterra. ¿Por qué pues atribuir la revolución de aquellas colonias a los desastres de la metrópoli? ¿No se ve en todo esto un plan formado mucho tiempo hace, para separar la América de la España? ¿Que los españoles aprendan! He aquí el grande interés del ministerio británico en promover la revolución de España.” *Gazeta de Sevilla*, 31/ago/1810, p. 639.

⁵⁵⁶ “Se sabe que las palabras tienen un poder irresistible sobre el ánimo del vulgo; y esto basta para mirar a los ingleses como amigos de la facción insurreccional, aunque en América obran como enemigos suyos, y aunque hayan dado infinitas prueban de que no reconocen más vínculo de amistad ni alianza que el interés y prosperidad exclusiva, y por consiguiente mal entendida, de su comercio.” *Gazeta de Sevilla*, 07/ago/1812, p. 322.

esbarrar com eles e com os agentes de Buenos Aires nas antessalas do secretário de Estado marques de Welleslei.”⁵⁵⁷

Ainda que praticamente metade das citações sobre a independência da América fosse para atacar a Inglaterra, como nas primeiras vezes em que o assunto surgiu, com o tempo passou a desenrolar-se outra estratégia. Os problemas na América foram ressaltados visando defenestrar o governo gaditano. Isso ficava claro no número de vezes em que se anunciavam as vitórias dos rebeldes, seja em Buenos Aires, Santa Fé, Chile, Caracas, México ou Flórida⁵⁵⁸, mas também em ataques mais diretos, escritos pelos próprios redatores: “*como então quem necessita de soldados para levar a sua inútil defesa nos pedaços que restam da península, poderá enviar exércitos que ocupem e vençam nas extensas províncias do novo mundo.*”⁵⁵⁹

Logo, a questão americana ressaltava a fraqueza do governo de Cádiz. Não apenas isso, mas também, inspirando-se talvez nos escritos de Blanco White, até as contradições da Regência foram apontadas ao não conceder a mesma autonomia para as Juntas na Europa e na América, e, ao mesmo tempo, mostrando saber as reivindicações autonomistas:

“Da sua narração infere-se que os insurgentes reuniram 100000 homens e 130 canhões, que seus chefes devastam o país e praticam o latrocínio e as vinganças; enfim, que aquele reino florescente está sofrendo todos os horrores da guerra civil e da anarquia, só porque a regência de Cádiz não teve por bem conceder-lhes o mesmo que às províncias de Valencia e Galícia na Espanha, ou seja, *que se governem por si mesmas.*”⁵⁶⁰

Essas notícias visavam insinuar que o governo de José Bonaparte seria mais forte e mais ilustrado. A América era, portanto, um instrumento a mais no convencimento afrancesado, como parte de um discurso focado em desacreditar o adversário. Assim, diferentemente tanto do *Español* quanto do *Semanario Patriótico*, as Juntas autônomas não eram o sujeito da discussão, ainda que seus proclamas fossem

⁵⁵⁷ “Y tendrá la complacencia de ver prodigar los mismos honores a los embajadores enviados por la junta de Caracas y por su presidente Miranda; de concurrir al palacio del príncipe Regente, y de alternar con ellos y con los agentes de Buenos-Aires en las antessalas del secretario de Estado marqués de Welleslei.” *Gazeta de Sevilla*, 11/fev/1812, p. 51.

⁵⁵⁸ Isso se torna ao claro ao notarmos que a *Gazeta de Sevilla* trata mais vezes da Flórida – que foi tomada pelos Estados Unidos – do que tanto o *Español* quanto o *Semanario Patriótico*. Era a intenção de ressaltar a derrota.

⁵⁵⁹ “Como pues, quien necesita soldados para entretener su inútil defensa en los rincones que quedan de la península, podrá enviar ejércitos que ocupen, y venzan las extensas provincias del nuevo mundo.” *Gazeta de Sevilla*, 22/nov/1811, p. 114.

⁵⁶⁰ “De su narración se infiere que los insurgentes habían reunido 100000 hombres, y 130 cañones: que sus jefes devastan el país, y ejercen en él el latrocínio y las venganzas: en fin, que aquel reino floreciente está sufriendo todos los horrores de la guerra civil, y la anarquía, solo porque la regencia de Cádiz no ha tenido à bien concederles lo que à las provincias de Valencia, y Galicia en España, y es que se gobiernen por sí mismas.” *Gazeta de Sevilla*, 06/ago/1811, p. 542. Grifo nosso.

repercutidos – como no jornal de Blanco White –, mas sim o governo de Cádiz, instrumento da Inglaterra e ao mesmo tempo fraco e injusto⁵⁶¹.

A partir do final de 1811 a *Gazeta de Sevilla* passou a desenvolver outra estratégia para deslegitimar as Cortes e a Regência, que era comparar os revoltosos da América com o que chamava de insurgentes da península. Isto ficava claro ao comentar o *Conciso*, em que se anunciava a partida de tropas espanholas para a América. No jornal gaditano, os chefes rebeldes eram denunciados, assim como se anunciava o tamanho das tropas inimigas, ao que os redatores da *Gazeta* retrucavam comparando-os com os chefes de guerrilha:

“Por que aos chefes dos patriotas americanos, rebelados contra um governo desobediente aos seus reis, aos seus representantes e ao conjunto da nação chamais de caudillos [cabecillas], e ao Empecinado, Mina e outros como eles, honrais com o glorioso nome de generais e heróis? É devido ao número das suas tropas? Quando esses chefões [cabezotas] da Espanha mandaram em 20000 homens e 18 peças de artilharia, como os caudillos do México?”⁵⁶²

Nos jornais de julho de 1812, por exemplo, reproduziu um longo artigo, da *Gazeta de la Regencia*, acerca da Junta de Buenos Aires, que recapitulava a história desde 1810, acentuando as brigas internas e o que o autor de Cádiz denominava por terroristas⁵⁶³. Depois, elogiava Elió e sua política moderada, culpando a Junta pela guerra, pois atacava mesmo os inocentes. Os termos utilizados pela *Gazeta* gaditana eram os mesmos que os redatores do jornal de Sevilha reservavam ao governo gaditano. A comparação, mesmo que não explícita, estava clara, pois à Junta cabia o papel de revolucionária e raivosa, o mesmo que a *Gazeta de Sevilla* dava ao governo das Cortes; já o comando de Montevideú, moderado e seguro da vitória, era comparado com o governo de José Bonaparte: “*um furor tão cego o dirige e não o deixa advertir que a*

⁵⁶¹ O envio de tropas para a América fez avançar ainda mais as críticas, pois a *Gazeta de Sevilla* afirmava que estes homens haviam sido enganados, como no jornal de 24/dez/2011, p. 153-154: “Casi todos estos infelices soldados han entrado en el servicio militar engañados con la necia esperanza de defender sus hogares, y traer a Fernando. Que contentos irán pues á experimentar los peligros de una navegación que detestan, y a dejar sus huesos en los vastos países del nuevo mundo, donde tal vez serán los primeros á abjurar el inepto gobierno que ha abusado de su fidelidad?”

⁵⁶² “¿Por qué a los jefes de los patriotas americanos, rebelados contra un gobierno desobediente a sus reyes, a sus representantes, y al consejo de la nación los llamáis cabecillas, y á el Empecinado, Mina y otros como ellos, los honráis con el glorioso renombre de generales y de héroes? ¿Es por el número de sus tropas? ¿Cuándo estos cabezotas de España han mandado 20000 hombres con 18 piezas de artillería, como los cabecillas de México?” Idem, ibidem.

⁵⁶³ Não apenas o *Semanario Patriótico* utilizava este apodo para se referir aos radicais da América, mas todo o campo liberal.

continuação das hostilidades é de sua parte tão injusta quanto temerária, e que o levará rapidamente à destruição e à ruína.”⁵⁶⁴

A América era, portanto, um assunto importante para os afrancesados de Sevilha sob a direção de Alberto Lista. A *Gazeta* não apenas a utilizou como um instrumento de deslegitimação do governo gaditano e do apoio inglês, como deu continuidade ao projeto integracional de Bayona. Havia, mesmo que timidamente, uma defesa da igualdade de direitos entre os dois continentes, como se depreende principalmente pelo uso da denominação “províncias”. Vê-se também o respeito de Alberto Lista pelas diretrizes do governo central, pois não avançou na direção de um esquema político imperial mais bem definido, da mesma forma que em Bayona não se discutiram as propostas mais concretas dos deputados americanos⁵⁶⁵.

⁵⁶⁴ “Un furor ciego le dirige y no le deja advertir que la continuación de las hostilidades es por su parte tan injusta como temeraria, y que lo lleva rápidamente á su destrucción y ruina.” *Gazeta de Sevilla*, 07/jul/1812, p. 286. Outras citações deste texto – que começa no jornal anterior, de 03 de julho, p. 281-282 – que nos levam a essa comparação são: La variedad de sistemas que ha adoptado el gobierno de Buenos-Ayres desde que aquella ciudad rompió los lazos que la unian con lo demas de la monarquía, es una consecuencia forzosa del estado de desórden y de anarquía

El gobierno, que habia publicado con fecha de 22 de noviembre una especie de constitucion, á que se dió el nombre de Estatuto provisional, hizo que lo jurasen solemnemente las tropas el 1 de diciembre, y tomó otras medidas para afianzar su autoridad poco segura; pero entre tanto fermentaba violentamente entre los soldados el descontento y la discordia.

Las familias han sido arrastradas, ó con engaño ó a la fuerza, y con ellas se han cometido todo género de crímenes: los pueblos y estancias han quedado desiertos, y todo el campo asolado: es seguro que casi no se hallará exemplo de ferocidad y barbarie que pueda compararse á la conducta de Artigas y del tropel que le sigue.

Con que fuerzas, con que recursos cuenta para hacer la guerra y sostener los esfuerzos reunidos de las dos naciones española y portuguesa?

Desengañados los que han vivido alucinados hasta el presente, y convencidos de que sus ambiciosos gefes no han tenido ni tienen otras miras que las de su engrandecimiento personal, á costa de la fortuna publica, prevalezcan los deseos de la mayor y mas sana parte de los habitantes, que estan en su interior por la causa de la justicia y la union sincera con la metrópoli.

⁵⁶⁵ Por exemplo, o deputado pela Nova Espanha José Joaquín del Moral y Sarabia, padre radicado na Espanha desde 1800, fez uma série de 10 propostas no congresso que não foram aceitas na constituição, ainda que tenham gerado controvérsias com alguns deputados peninsulares. As propostas eran:

“1º.- Libertad de sembrar y plantar la tierra sin limitación ninguna.

2º.- Libre comercio entre los distintos puertos americanos y asiáticos y con la metrópoli.

3º.- Prohibición de privilegios de extracción o introducción.

4º.- Libertad para construir y armar barcos mercantes.

5º.- Prohibición de infamia para ninguna clase, y atención a la conducta y al mérito de todos los hombres.

6º.- Abolición de cualquier tributo a las clases de indios y castas.

7º.- Prohibición de cualquier clase de servicio personal.

8º.- Que los indígenas viviesen en igualdad de derechos y que no estuvieran obligados a vivir en lugares separados.

9º.- Que la nobleza calificada de los americanos no necesitara probar su origen de la españolas para ser considerada como tal en Europa.

10º.- Que a ningún americano se le impidiera procurar su honesta subsistencia en el ejercicio de su industria.”

Interessante notar as semelhanças entre algumas propostas e as medidas concretas aprovadas nas Cortes ou sugeridas pelos deputados americanos em Cádiz. Sobre José del Moral, vide CHAIRES, Jorge, "D.

De qualquer forma, é inegável que os afrancesados estavam inteirados dos debates sobre a questão americana que estavam ocorrendo em Cádiz – e também em Londres. A reprodução crítica de documentos advindos da América e de trechos de jornais gaditanos acerca do assunto indica uma diretriz governamental de utilizar o tema – já que era um jornal oficial – e também uma plateia interessada.

Em meados de 1812 o destino da América e os modos de conseguir a integração do império (ou o seu desmembramento) eram pauta obrigatória no mundo hispânico, seja entre os afrancesados, os liberais, os exilados ou mesmo entre os servís. Isto implicava em reproduzir uma determinada rede de informações, preenchidas de acordo com o ideário, indo de documentos das próprias Juntas até os relatos dos oficiais ingleses.

Aqueles ilustrados que haviam fundado juntos o *Semanario Patriótico*, sob a liderança do poeta Manuel Quintana, chegavam a 1812 com trajetórias diferentes. De certa forma, representam os possíveis destinos dos homens em uma situação de guerra e revolução – eventos cuja simultaneidade é típica da era inaugurada com a Revolução Francesa⁵⁶⁶ –, com seus respectivos traumas e rupturas. A revolução, o colaboracionismo e o exílio foram as escolhas não apenas dos redatores do *Semanario*, mas também as marcas indeléveis dos séculos XIX e XX.

Aferir o quanto essas experiências pessoais mudaram o pensamento destes ilustrados é muito difícil. Como medir o peso de nunca mais voltar a ver a sua cidade natal para Blanco White? Ou de ver os seus antigos companheiros exigirem sua cabeça, como aconteceu com Alberto Lista? E quanto a Manuel Quintana, que via os seus planos longamente desejados se realizarem, porém com uma participação aquém da esperada? Estas histórias marcam toda uma geração, que protagonizou um momento de dor e esperança, da tentativa de construir algo novo enquanto via a Espanha despedaçar-se numa guerra mortífera.

É a partir dessa posição que encaram a questão americana. É por isso que o destaque dado a esse ponto por todos estes homens e pelos jornais aqui estudados merece vir à luz. Mesmo diante do caos que se abria em suas vidas pessoais e públicas, dedicaram-se firmemente a tratar de um continente distante, mas que enxergavam como parte da nação espanhola, envolvidos, portanto, no mesmo processo.

José Joaquín del Moral y Sarabia, el primer diputado mexicano". *Congreso Redipal*, 2010. As propostas estão em DOMÍNGUEZ, op. cit., 2009, p. 334.

⁵⁶⁶ ARENDT, op. cit., 1990.

Também se deve ressaltar que, para todos estes homens, provavelmente marcados pelas discussões entre 1808 e 1809, era necessário fazer mudanças quanto à América, já que nenhum defendia a manutenção de um status de colônia e metrópole. O tipo de alteração era motivo de polêmica, variando desde o centralismo liberal encampado pelo *Semanario Patriótico* até a defesa autonomista do *Español*, passando pela constituição de Bayona e as críticas ao governo gaditano da *Gazeta de Sevilla*. De qualquer forma, é inegável que a questão americana foi um ponto fulcral à época e que deu origem a uma das principais divergências entre aqueles ilustrados que antes estavam todos unidos na crítica ao Antigo Regime.

Capítulo 3: O período constitucional (1812-1814)

“No puede producir más que destrozo y ruina”

O encerramento do *Semanario Patriótico*, em março de 1812, foi também o ponto final da carreira na imprensa de Manuel Quintana durante a revolução espanhola. Sintoma tanto da crise do seu prestígio quanto da predileção do público por jornais diários⁵⁶⁷. O poeta madrilenho, todavia, continuou ocupando o cargo de intérprete de línguas e também um posto eleito na Junta de Censura. De fato, quando houve uma renovação da votação, Quintana não apenas foi apontado como o seu presidente, como também ganhou a companhia de seus antigos companheiros Eugenio Tapia e José Rebollo – este como suplente⁵⁶⁸. Além destes encargos, teve um importante papel na junta que formulou o plano de instrução pública, e foi eleito pelas Cortes membro da comissão que reformaria o Código Penal⁵⁶⁹. Ainda assim, a ausência na imprensa daquele que havia sido seu pioneiro era um sinal de desgaste.

Eugenio Tapia, redator de menor notoriedade, continuou ativo, desta feita na *Gazeta de la Regencia*, que era um diário oficial mais noticioso⁵⁷⁰. Também

⁵⁶⁷ DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009.

⁵⁶⁸ Quintana foi presidente da Junta de Censura a partir de 01 de março de 1814. Em sua primeira eleição para a Junta, em 12 de novembro de 1810, Quintana foi acompanhado por Antonio Cano Manuel, Andrés Lasauca, Manuel Ruiz del Burgo, Ramón López Pelegrín, Bernardo Riega, Martín de Navas e Fernando Alba. Já pela segunda vez, em 22 de junho de 1813, em uma composição mais liberal, esteve junto de Pedro Chaves de la Rosa, José Miguel Ramírez, Martín de Navas, Miguel Moreno, Felipe Bauzá, Manuel de Llano, Vicente Sancho, Eugenio Tapia e José Rebollo. Os nomes estão em DÉROZIER, op. cit., 1964, p. 372.

⁵⁶⁹ A comissão para o plano de instrução pública foi formada ainda em 1809 pela Junta Central. Era presidida por Jovellanos e composta por Antillón, Lista, Abella, Manuel de Valbuena, Juan Tíneo, Higinio Lorente, Mariano Gil de Bernabé, Jaime Villanueva, Juan C. Bencomo e José Morales. Como vários desses se afrancesaram ou então não estavam em Cádiz, a Regência substituiu-os por Quintana, Tapia e Diego Clemencín. Após a promulgação da constituição, outra comissão, desta vez mais enxuta, foi formada, agora com seis membros: Martín González de las Navas, José Vargas y Ponce, Ramón de la Cuadra e três membros da comissão anterior: Eugenio Tapia, Diego Clemencín e Manuel José Quintana. Essa junta, lançada em junho de 1813, publicou um informe três meses depois, em 09 de setembro, que ficaria conhecido como *Informe Quintana* e seria a base do plano do regime liberal. Este relatório, muito importante na história do século XIX, era baseado principalmente no que foi lançado por Condorcet em 1792, e também faria com que Quintana fosse nomeado para importantes cargos educacionais durante o Triênio. Vide ARAQUE, Natividad, "La educación en la constitución de 1812: antecedentes y consecuencias". *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de Elche*, vol. I, 2009. Já a comissão do código penal foi nomeada em 05 de abril de 1814 e teve pouco tempo para trabalhar. Entre os seus nomes contava com os amigos Quintana e Tapia, e com outros nomes fortes de liberais, como os deputados Calatrava e Argüelles. Como curiosidade, Quintana obteve mais votos nas cortes do que o próprio Argüelles, vide DÉROZIER, op. cit., 1964, p. 366.

⁵⁷⁰ Eugenio Tapia manteve o seu posto na *Gazeta* mesmo após a sua prisão pelo regime fernandino. De fato, embora absolvido das acusações envolvendo o *Semanario Patriótico*, uma acusação do seu antigo

acompanhou Quintana em muitos dos seus cargos públicos e manteve a amizade até o final da vida. Sobre José Rebollo não temos nenhum dado além de sua participação na Junta de Censura. Por fim, Álvarez Guerra, o segundo em importância no *Semanario Patriótico*, teve participação destacada após 1812, sendo *Ministro de la Gobernación de la Península*, cargo que lhe valeu mais tarde a prisão durante os seis anos de governo de Fernando VII.

Portanto, aqueles ilustrados, dentre os participantes da tertúlia de Quintana, que haviam seguido o trajeto dos patriotas na imprensa protagonizando o *Semanario*, saíram da cena jornalística, com exceção da participação tímida de Tapia. Isidoro Antillón continuava sua função administrativa em Mallorca, com raras publicações em 1812 – nenhuma periódica – e Alberto Lista estava em seus últimos momentos em Sevilha. Blanco White, exilado em Londres, era o único que continuava escrevendo constantemente.

A situação criada a partir da publicação da constituição em março levaria a novas guinadas em seu jornal londrino *Español*. Primeiro, ocorreram mudanças reais na guerra peninsular. Em janeiro de 1812 teve início a ofensiva anglo-portuguesa a partir de Ciudad Rodrigo, que foi tomada no dia 20. A reorganização das tropas inglesas em Portugal, com grande presença de portugueses, a continuação da luta de guerrilha e, principalmente, o deslocamento de tropas francesas para o leste levaram a novos resultados na guerra⁵⁷¹.

O sucesso da guerrilha de Espoz y Mina em Aragão e a resistência do exército de Ballesteros na Andaluzia facilitaram o avanço do Duque de Wellington na Estremadura, tomando Badajoz em 7 de abril e avançando para Salamanca no final de junho. A batalha de Arapiles, uma das mais importantes da guerra, em 22 de julho, expulsou os franceses da Estremadura, boa parte de Castela, além da Andaluzia e das Astúrias. Ainda em agosto, Madri e Sevilha foram retomadas de José Bonaparte, que foi obrigado a recuar para Valência, onde ainda manteria a guerra por mais de um ano. Esses sucessos, protagonizados pelos ingleses, fizeram com que a guerra na península

impressor, Vicente de Lema, levou-o de volta à prisão junto de sua mulher e do seu filho, que morreu tragicamente no cárcere. Apesar disso, em agosto de 1815, voltou a escrever para o jornal oficial.

⁵⁷¹ “La reducción de efectivos en la Península requerida por Napoleón ascendió a 80000 soldados de elite, que suponían la evacuación de un número superior a tres divisiones entre el Norte y el Centro ibérico. Es más, el paradigma de dicha mengua de tropas para el Reino de José I se produjo cuando, a partir de enero de 1812, se cursaron órdenes directas a los contingentes polacos sitos en la Península y, especialmente a la Guardia Imperial, para su traslado inmediato hacia el Este de Europa.” CAYUELA, José Gregorio; GALLEGO, José Angel, **La guerra de la independencia: historia bélica, pueblo y nación en España (1808-1814)**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008, p. 416.

obtivesse uma atenção nunca antes dada pelo *Español*, que buscava minimizar a influência dos exércitos e guerrilhas espanhóis⁵⁷².

Ao lado da melhora da situação peninsular, o conflito continuava na América⁵⁷³. Na Venezuela, Monteverde iniciava a reação contra os independentistas a partir de Coro, e o terremoto de 26 de março de 1812 abriu caminho para a reconquista da região, bem-sucedida em 30 de julho. No entanto, apenas na Venezuela a situação era vantajosa para a Regência, pois a Nova Granada se mantinha autônoma, com Cartagena declarando a independência; o Chile e Buenos Aires não tinham mais relação com a Espanha, e, inclusive, no Rio da Prata havia uma guerra que envolvia tropas portuguesas; no México acontecia a mais cruel das contendas, com milhares de mortos e que contava com reforços vindos da península, enviados justamente pelas Cortes.

Em meio às disputas militares, a vida de Blanco White também mudou muito em 1812. O jornal passou a enfrentar graves problemas financeiros, causados principalmente pelo aumento da censura, que passou a ser mais eficaz, inclusive na América⁵⁷⁴. A solução deste entrevero acabou por tornar Blanco um funcionário do *Foreign Office*, remunerado diretamente – ainda que de maneira secreta – conforme discutiremos adiante. Outra grande transformação foi em junho de 1812, quando recebeu a notícia inesperada de que tinha um filho em Madri, fruto de um relacionamento proibido em 1808⁵⁷⁵. Pode-se imaginar o quanto a informação afetou a

⁵⁷² Como mostraremos neste capítulo, nisto Blanco White seguia uma orientação do governo inglês e juntava-se à opinião pública da sua nova pátria, que tentava colocar Wellington como comandante geral na Espanha, inclusive dos exércitos espanhóis.

⁵⁷³ Um resumo da guerra civil na América pode ser visto em RODRÍGUEZ, op. cit., 2006 e DONGHI, Tulio Halperin, **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. No geral, seguimos aqui os dados de Rodríguez, inclusive em boa parte de sua interpretação sobre a guerra: “la guerra civil hizo erupción en América debido a que algunas facciones estaban en favor de la autonomía, en tanto que otras insistían en reconocer el gobierno de España. Muchas provincias tampoco se mostraron deseosas de seguir el liderazgo de sus capitales. Y a las tensiones se añadieron las divisiones dentro de las élites, así como entre las clases. Así, las diferencias políticas se mezclaron con las antipatías regionales para agravar el conflicto”. RODRÍGUEZ, 2006, p. 296. Parece-nos que seria necessário fazer o adendo do papel negativo das autoridades peninsulares em recusar a negociação com as Juntas.

⁵⁷⁴ Segundo Pons, desde abril de 1811 Blanco vinha enfrentando problemas com as assinaturas do seu jornal, o que se acentuou a partir de 1812. Junto disso, em fevereiro deste ano Blanco se tornou o único proprietário do *Español*, com o que teve de desembolsar a considerável quantia de 250 libras para o seu impressor Juigné, que o havia enganado no contrato de fundação do periódico. Em julho, por exemplo, escrevia ao seu amigo e deputado Veja que estava com sérios problemas para levar a publicação, já que o mercado americano se encontrava praticamente fechado e ele tinha dificuldades de compensar os gastos de edição. Vide PONS, op. cit., 2002, pp. 126-127 e PONS, op. cit., 2006, pp. 203-206.

⁵⁷⁵ O comentário ácido, mas perspicaz, do conservador Menéndez Pelayo sobre o assunto se tornaria famoso: “Que siempre han de andar faldas de por medio en este negocio de herejías”, **Historia de los heterodoxos españoles**. Madri: Librería General de Victoriano Suárez, 1932, vol. 7, p. 184. Segundo Murphy: “[Foi em Madri] cuando inció su relación con Magdalena Esquaya, que tras su marcha de Madrid iba a darle un hijo. Poco sabemos de ella salvo que era una mujer pobre y enferma. Su extracción social puede deducirse de que su hermana Felipa, nodriza, era analfabeta. (...) Cuando Felipa le escribió a

consciência de Blanco White, antigo padre católico e que, além de tudo, descobriu que o filho vivera em grande miséria, de forma que o trouxe para a Inglaterra em 1813⁵⁷⁶. Talvez a novidade de maior impacto na vida futura do escritor sevilhano, entretanto, tenha sido a sua conversão ao anglicanismo no final do ano de 1812, que seria complementada com a ordenação como sacerdote da nova religião em 1814⁵⁷⁷. Conforme defende Durán, Blanco estava cada vez mais se tornando um inglês: “A mudança para ser um moderado politicamente e sua admiração pela constituição britânica preparam e acompanham o regresso de uma fé que tinha se esgotado na Espanha.”⁵⁷⁸

Apesar disso, no seu jornal White fazia a função de um espanhol exilado falando aos seus compatriotas, da península ou da América. Mas, de acordo com suas necessidades monetárias e sua progressiva adaptação, foi se entregando a outros trabalhos, no qual assumia o papel de um mediador entre a Inglaterra e a Espanha, um “*juan sin tierra*”, ainda que se tornasse cada vez mais inglês. O auge desse tipo de discurso se manifestou principalmente no *Letters from Spain*, de 1822⁵⁷⁹. Entre 1811 e

Londres en 1816 para decirle que Magdalena estaba muriéndose, envió dinero a su hermano para que la ayudara. (...) Su relación no era entre iguales – no podía serlo, dada la rigurosa conciencia de clase de Blanco –, pero implicaba, si no amor, al menos ternura y afecto”, In: MURPHY, op. cit., 2011, pp. 95-96. Blanco recebeu a notícia do nascimento do seu filho do seu irmão Fernando. O filho nascera em 7 de janeiro de 1809 e recebera também o nome de Fernando. Vide ERTLER, Klaus-Dieter, “El año 1812 en la crítica de José María Blanco White”. In: DURÁN LÓPEZ, Fernando (org.), **Hacia 1812 desde el siglo ilustrado**. Gijón: Trea, 2013.

⁵⁷⁶ Murphy documentou a presença do filho na Inglaterra desde o outono de 1813, sendo que antes já mandara algum dinheiro.

⁵⁷⁷ Blanco se converteu em 4 de outubro de 1812 e em agosto de 1814 pode predicar na nova religião, ainda que não tenha solicitado nenhuma nova paróquia. Os motivos de sua conversação são bastante discutidos, ainda que o foro íntimo de tal decisão seja imperscrutável. Vicente Lloréns, em **Literatura, historia, política (ensayos)**. Madri: Ediciones de la revista de Occidente, 1968, p. 182, defende que foi acima de tudo o desejo de encaixar-se na Inglaterra que motivou Blanco: “las nuevas amistades, el apoyo del gobierno inglés, el acercamiento a la iglesia anglicana, todo forma parte de un conjunto indivisible que se le ofrecía como la única posibilidad de rehacer su existencia. Por ello no parece inexacto decir que hubo en Blanco un deseo de adaptación, de asimilación social, más que una conversión religiosa propiamente dicha.” Já Durán López caminha numa senda inversa, pois defende que a questão religiosa é o verdadeiro eixo motor da vida de Blanco White e, ainda que mais tarde tenha desistido do anglicanismo para adotar o unitarismo, ao que tudo indica a sua fé cristã era sincera, pois sobre ela basearia todos os seus escritos futuros, não apenas os públicos (DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009, pp. 270-277). Vale o testemunho posterior do próprio Blanco: “Me hice miembro de la Iglesia de Inglaterra porque el escritor que me reconcilió con el cristianismo [Paley] era miembro de esta Iglesia, porque mis mejores amigos, aquellos cuyo ejemplo había influido poderosamente en la reforma de mi conducta, eran hombres de iglesia, porque el culto de la Iglesia me agradaba y me fue devolviendo poco a poco un sentimiento de devoción que era muy favorable para mi conducta moral.” [*Examination*, 1819, *Apud*. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2009, p. 275.]

⁵⁷⁸ “El paso al moderantismo político y su admiración por la constitución británica, prepara y acompaña el regreso de una fe que se había agostado en España.” DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 228.

⁵⁷⁹ Disponível online em <https://archive.org/details/lettersfromspain00whitiala>.

1814 traduziu alguns dos seus textos do jornal para o inglês,⁵⁸⁰ e também recebeu a tarefa da *African Association* para escrever aos espanhóis defendendo o fim do tráfico a partir do ponto de vista desta associação. O que de início era uma tradução transformou-se em trabalho autoral baseado nas teorias abolicionistas inglesas⁵⁸¹. O que merece maior destaque, no entanto, seria o seu primeiro artigo em inglês, publicado em junho de 1812, surpreendentemente não na *Edinburgh Review*, de seus amigos da *Holland House*, mas na *Quarterly Review*, dos adversários *tories*. Isso comprovava a forte amizade estabelecida à época entre Blanco e o poeta ultraconservador Robert Southey⁵⁸².

Diante de tantas mudanças, havia ainda a maior novidade política da Espanha, a Constituição de 1812, jurada nos dois lados do Atlântico pelos locais fiéis às Cortes e à Regência. As edições do *Español*, a partir de então, esmerar-se-iam em sua análise, pois Blanco, diferente da imprensa gaditana, pouco retratou os debates constitucionais, daí que sua opinião acerca do texto legal ainda não estava explícita. Mais do que isso, o escritor sevilhano talvez seja o primeiro a falar da Constituição de Cádiz fora da Espanha⁵⁸³, além de ser um pioneiro em sua crítica ao “francesismo” e “radicalismo” do texto legal.

A recepção da constituição na Inglaterra teve em Blanco White, sem dúvidas, uma porta de entrada, por estar em contato tanto com *whigs* como com *tories* e ter fácil acesso às duas revistas dos grupos políticos. Ainda que os diários normalmente

⁵⁸⁰ Em 1811 Belgrave Hoppner traduziu *A letter upon the mischievous influence of the Spanish Inquisition as it actually exists in the province under the Spanish Government*, retirada do *Español* de abril do mesmo ano. O mesmo autor traduziu em setembro, para o diário *whig The Morning Chronicle* a “Carta quinta de *Juan sin tierra* às damas espanholas”, em que defendia o governo inglês.

⁵⁸¹ Blanco tratou da questão do tráfico de escravos por várias vezes ao longo das edições do jornal, inclusive traduzindo escritos de William Wilberforce. De início a *African Association* queria que ele fizesse justamente a publicação de uma tradução de um texto do inglês, mas White tomou a tarefa como um objetivo pessoal e em apenas duas semanas entregou um artigo de próprio punho que extasiou a associação inglesa. Segundo Durán López, op. cit., 2009, p. 223-224: “Blanco sigue punto por punto el programa de los abolicionistas británicos y ciñe su alegato únicamente contra el comercio negrero, no contra la esclavitud.” Os argumentos eram clássicos, acerca da crueldade do tráfico, conjugando com razões religiosas – cristãs – que eram raras no *Español*. “En resumen, su posición ante el problema político-moral de la trata es la misma que viene a sostener *El Español* ante casi todo: España ha de hacer esto y esto otro, que coincide con lo que ha hecho ya Inglaterra”.

⁵⁸² O artigo se chamava “*Walton’s Present State of the Spanish Colonies*”. Seguia a linha em moda dos artigos desse tipo de revista, em que resenhava uma obra, mas a partir dela refletia de maneira pessoal acerca de um tema. No caso, conforme explica Durán López, 2005, p. 220: “el artículo condenaba el sistema colonial español y el republicanismo de los secesionistas, con lo cual traslada sus postulados del momento, pero interesa más por el hecho de que es la muestra palpable de que había establecido otras redes de relaciones en Londres aparte de las que le proporcionó Lord Holland; es el ultraconservador Robert Southey quien le encaminó hacia la *Quarterly*.”

⁵⁸³ Pensando apenas na Inglaterra, o *Morning Post* dá notícia da Constituição em 19 de maio, enquanto Blanco já falava dela em 30 de março, ainda que só passasse a publicá-la um mês depois.

elogiassem alguns pontos da constituição⁵⁸⁴, em privado figuras intelectuais como Lord Holland teciam críticas ácidas e muito parecidas com aquelas feitas pelo *Español*⁵⁸⁵. Isso ficaria muito claro a partir de 1814 e, talvez com ainda mais força em 1823, após a queda do governo liberal do triênio. Quando os escritores ingleses se detiveram nas razões do fracasso do sistema liberal espanhol, tanto a *Quarterly Review* quanto a *Edinburgh Review* ou Jeremy Bentham focaram os problemas da constituição⁵⁸⁶.

A questão americana e o evidente fracasso das Cortes de Cádiz em lidarem com as insurgências – que se mantiveram apesar da crença liberal de que se apaziguariam com a constituição – foram uma das questões mais importantes nas discussões. Nisso Blanco White teve todo o protagonismo. Talvez o maior exemplo disso tenha sido dado em outubro de 1812, num momento que poderia ser favorável aos gaditanos: a tomada de Caracas.

O jornal de outubro começava com uma forte crítica de oposição às Cortes e que se adequava ao pensamento conservador exposto no *Español*. Citando diretamente Burke, o artigo inicial se denominava “*Sobre la política práctica*”, e era uma desaprovação dos políticos espanhóis, acusados de serem muito influenciados pelos livros franceses – e, logo, pouco pelos ingleses⁵⁸⁷. Estava bem claro que isso teria de desaguar num ataque à própria constituição, obra mestra daqueles legisladores. Quando

⁵⁸⁴ O *Morning Post* de 24 de julho elogiava a constituição por garantir direitos individuais e a segurança nacional, enquanto o *Morning Chronicle* de 26 de janeiro de 1814 defendia a Constituição em uma época na qual se começava a discutir a volta do rei. Vide FERNÁNDEZ, Ignacio, "La constitución de Cádiz en Inglaterra". *Historia constitucional*, n° 13, 2002, pp. 1-21.

⁵⁸⁵ As cartas de Lord Holland a Blanco White estão em PONS, Andre. **Blanco White: textos y epistolario**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del siglo XVIII, 2009. No geral, critica o fato de terem se baseado mais na Constituição francesa do que na monarquia inglesa. Discordava da eleição indireta, da proibição da reeleição dos deputados e do unicameralismo, entre outro.

⁵⁸⁶ Ignacio Fernández, op. cit., faz um bom resumo das ideias de cada um dos grupos. Em suma, a *Quarterly Review*, dos *tories*, criticava a falta de poder do rei, a ausência de uma câmara alta e o excesso de poder do legislativo, aproximando-se do que denominava por “democracia”. Os *whigs* da *Edinburgh Review* publicaram, assim como Blanco, o texto sobre as Cortes históricas de Martínez Marina e suas críticas, no geral, assemelhavam-se às de Lord Holland, líder do grupo. Por fim, Bentham tinha uma visão mais positiva da constituição, inclusive na existência de uma câmara só, mas tecia longas críticas ao tratamento dado às colônias e à intolerância religiosa – nesse último ponto estava com todos os ingleses protestantes.

⁵⁸⁷ “Aquella infausta revolución habia seguido el impulso que recibió de los eloquentes especuladores del tiempo de Luis XV; y los pocos Españoles á quienes la revolución Francesa hizo ansiar por sus libros á todo riesgo y costa, no tenían una idea, al empezar la conmovición de España, que no fuese sacada de ellos, y como ellos, abstracta y especulativa. (...) Los efectos de esto se ven palpables en todos los payses de la dominación Española. Mucho se ha escrito, muchísimo se ha hablado de reformas de gobierno. En España las Cortes, y en America los gobiernos revolucionarios se han empleado con el mayor ardor en discutir y arreglar estas materias; más, en paz sea dicho, poco ó nada se ha visto fuera de declaraciones vagas de derechos, y distribuciones imaginarias de poder: apenas se ha tocado alguno dé los muchos puntos prácticos que necesitan remedio.” *El Español*, num. XXX, out/1812, pp. 403-407.

o assunto era a América, essa predileção por fazer um texto constitucional se tornaria ainda mais danosa:

“O pior é que esta predileção por leis, princípios e máximas universais, fez com que se cometesse erros, muito prejudiciais à causa da liberdade verdadeira, sempre que foram obrigados a descer para o nível da prática. Exemplos bem claros e dolorosos temos no modo com que lidaram com as revoluções da América. Encastelados nas generalidades da constituição, jamais quiseram tomar medidas úteis aos governos daqueles países, nunca lhes propuseram nenhuma melhora prática que pudesse atrair por bem àqueles povos.”⁵⁸⁸

Como já havia sido esboçado em março de 1812, a constituição não traria benefícios à América e, na realidade, o foco em discuti-la acabou por prejudicar a busca de uma solução para as revoltas. O texto acerca da política prática continuava denunciando a pouca habilidade política da condenação de todos os afrancesados, pois Blanco White defendida a anistia para a maioria – talvez a sua relação com Alberto Lista e Reinoso também tenha influenciado neste caso⁵⁸⁹ – e aproveitava para advogar pela anistia no caso venezuelano. Mais do que isso, defendia no *Español* que esta seria a única maneira de apaziguar tanto a Espanha quanto a Venezuela. Se os legisladores pensassem mais para frente, segundo o autor, deveriam também remover os Vice-reis da América e providenciar logo as legislaturas provinciais, ao invés de uma constituição “inventada”:

“A conduta utilíssima que as Cortes poderiam seguir seria publicar um perdão geral e absoluto na Venezuela, e uma restituição completa dos seus bens aos do partido insurgente que se apresentassem dentro de certo prazo. Isto seria um remédio efetivo à anarquia, e ganharia a opinião dos povos que se encontrassem na situação de Caracas, sem que essa piedade pudesse ter interpretações erradas, exercendo-a em um país submetido. Sobretudo se Espanha quer desfrutar de suas antigas colônias por cem anos, eis o mínimo: livrem-nas de Vice-reis absolutos, e que haja no país um freio que os sujeite. Um congresso como o das colônias inglesas... *Porém a isso e a outras mil coisas se opõe essa constituição que surgiu de repente do cérebro das Cortes, perfeita e armada como outra Minerva.*”⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ “Lo peor es que ésta predilección por las leyes, principios, y máximas políticas universales, ha hecho cometer errores muy dañosos a la causa de la libertad verdadera, siempre que se han visto obligados a descender a la práctica. Ejemplos bien claros y dolorosos tenemos en el modo con que han manejado las revoluciones de América. Encastillados en las generalidades de la constitución, jamás han querido entrar en arreglos útiles del gobierno de aquellos países; nunca les han propuesto ninguna mejora práctica que pudiera atraer por bien a aquellos pueblos.” Idem, ibidem.

⁵⁸⁹ Blanco manteve correspondência com Reinoso a partir de 1812.

⁵⁹⁰ “La conducta utilísima que pudieran seguir las Cortes, sería publicar un perdón general y absoluto en Venezuela, y una restitución completa de sus bienes a los del partido insurgente que se presentaran dentro de cierto plazo. Esto pondría un remedio efectivo a la anarquía, y ganaría la opinión de los pueblos que se hallasen en la situación de Caracas; sin que esta mansedumbre pudiera tener interpretaciones siniestras, ejerciéndose con un país sometido. Sobre todo, si España quiere disfrutar de sus antiguas colonias por cien años, lo menos; líbrelas de Virreyes absolutos; y haga que en el país mismo tengan un freno que los

Logo, as críticas publicadas no periódico londrino sobre a questão americana eram de cunho conservador e inglês. Por um lado, denunciavam o “francesismo”, explícito no afã ordenador e revolucionário do texto, e, de outro, expunham o centralismo liberal, prejudicial na resolução dos problemas americanos. Esta seria a interpretação final de Blanco White e na qual se baseou até os seus últimos escritos em 1814.

Em abril de 1813, por exemplo, dedicou um breve artigo à situação americana, justificando a falta de espaço concedida ao tema pela ausência de novidades e pelos dois “partidos” estarem surdos aos conselhos⁵⁹¹. A maior parte do texto era dedicada a provar que o governo de Cádiz não podia vencer a guerra na América, e que a situação só estava piorando. Se os americanos se unissem, venceriam qualquer exército enviado da península, e isso só não ocorrera ainda por inexperiência e pela esperança de melhorar com a nova constituição:

“E o que vão fazer as Cortes com tudo isso? Deixarão que escape de suas mãos tão vasto e riquíssimo império por amarrar-se aos capitães que enviaram para sujeita-lo? (...) há oportunidade agora com a inexperiência de uns, a timidez de outros, e as esperanças de melhorar com a nova constituição, que inundou a quase todos, o que deu vantagens aos Europeus na América. Mas quando aqueles povos percebem que a submissão não os defende da inveja e da vingança; que a constituição não os livra dos déspotas militares, que a lealdade nos os concede benevolência, então se verá, mesmo que tarde, o que valem os decretos soberanos de um congresso reunido a duas mil léguas, que mal tem navios onde mandá-los.”⁵⁹²

A constituição era uma esperança enganadora para os americanos, pois não acabava com o principal problema, que era o poder militar – despótico – dos vice-reis. Neste artigo expunha com ainda mais clareza a sua principal teoria para a pacificação.

sujete. Un congreso a manera de los de las colonias Inglesas... Pero a esto y a otras mil cosas útiles se opone esa constitución que de repente ha nacido del cerebro de las Cortes, perfecta y armada como otra Minerva.” *El Español*, num. XXX, out/1812, p. 472. Grifo meu.

⁵⁹¹ “No porque de algún tiempo á esta parte rara vez se nombra á la America Española en este periódico, dexo de acordarme con frecuencia de aquellos payses verdaderamente desgraciados. Pero como las cosas se han puesto en términos en que nadie puede, oir razones por fuertes y poderosas que sean, y nada me es mas repugnante que el escribir por solo declamar; creo que lo mas útil es interrumpir pocas veces este silencio. No obstante, bueno es de quando en quando recordar á los autores de los infinitos males que se están causando á la nación Española de ambos mundos, que no es silencio de aprobación el que se observa en el día sobre estas materias.” *El Español*, num. XXXVI, abr/1813, p. 328.

⁵⁹² “¿Y que han de hacer las Cortes a todo esto? ¿Dejaran que se les vaya de entre las manos tan vasto y riquísimo imperio por atárselas a los capitanes que envían a sujetarlo? (...) que basta ahora la inexperiencia de unos, la timidez de otros, y la esperanzas de mejorar con la nueva constitución, que han halagado a casi todos; han dado ventajas a los Europeos en América. Mas cuando vean aquellos pueblos que la sumisión no los defiende de la emulación y venganza; que la constitución no los libra de déspotas militares: que la lealtad no les conciba benevolencia; entonces se verá aunque tarde lo que valen los decretos soberanos de un congreso reunido a dos mil leguas, que apenas tiene naves en que mandarlos.” *Idem*, p. 332.

Não era apenas conceder assembleias locais⁵⁹³, mas também ter de fundo a concepção de que não se pode tratar com igualdade o que é desigual. Era mais do que uma crítica às leis sobre a América, era também um ataque à matriz teórica do texto legal:

“Tomem-se em consideração as circunstâncias daqueles países, e não se queira insultar a boa razão dizendo que se dá a eles igualdade com a Península, porque se obriga a que se governem do mesmo modo que ela. A igualdade se converte em desigualdade extrema quando são extremamente distintas as circunstâncias.”⁵⁹⁴

A investida contra o texto elaborado em Cádiz por vezes adentrava na completa repulsa. Para além da questão americana, ao longo do *Español* criticou-se a maioria dos pontos da constituição, principalmente a fundamentação do governo na soberania da Nação e a intolerância religiosa.⁵⁹⁵ Em julho de 1813 Blanco escreveu as palavras mais fortes referindo-se à constituição no quesito americano: “*no puede producir más que destrozo y ruina*”. Era a frase que concluía uma reflexão acerca da situação no México e, principalmente, do repúdio das Cortes à mediação inglesa, tema no qual o *Español* se imiscuiu como se fosse tarefa dele a aprovação. Dessa vez o tom agressivo lembrava as *Cartas de Juan sin tierra* de 1811, e os liberais eram chamados de “*corifeos (...) que prometian milagros*” e que fracassaram em tudo:

“Quando exaltadas as imaginações dos seus corifeus com a ideia de fazer uma constituição, prometiam-se milagres do livro que iam publicar, como se suas palavras fossem mágicas e pudessem agir por si mesmas; não era de todo estranho que se recusassem a ouvir argumentos sobre este ponto. Acreditavam que quando a constituição chegasse à América, acalmaria com seus artigos a fermentação dos povos, e faria reinar neles a paz e a justiça. Mas que desculpa podem ter agora, ou com que escusa podem silenciar os gritos da sua honra e da sua consciência, quando veem na prática que o sistema que adotaram com respeito àquele vasto continente

⁵⁹³ “Establézcase, pues, alguna cosa que contrapesa á esta diferencia enorme. Pónganse cuerpos representativos en las Americas Españolas, semejantes á los que tienen las Colonias Inglesas. Tengan en ellos á un tiempo sugesion, y auxilio los gobernadores militares. Fórmense estos cuerpos, de hombres afectos al pays, de hombres que tengan su confianza: excluyanse los Europeos que no esten verdaderamente arraygados en él, y aun no se permita que estos formen la mayoría. Si esto se hubiera establecido en la constitución Española: si en lugar de dar á los pueblos de America un Cabildo con no más autoridad que el que tienen los de la Península, se hubiesen mandado formar con el influxo y poder correspondiente á las circunstancias físicas y morales de las Americas Españolas.” Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁴ “Tómense en consideración las circunstancias de aquellos países, y no se quiera insultar a la buena razón diciendo que se les da igualdad con la Península, porque se les obliga a gobernarse del mismo modo que ella. La igualdad se convierte en desigualdad extrema, cuando son en extremo distintas las circunstancias.” Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁵ Artigo 12: “La religión de la nación española es y será perpetuamente la católica, apostólica, romana, única verdadera. La nación la protege por leyes sabias y justas, y prohíbe el ejercicio de cualquier otra”. ESPANHA. Constituição de Cádiz (1812). **Constitución política de la monarquía Española**. Já à época Blanco acusava os liberais de terem cedido aos mais conservadores nesse artigo, para aprovar a constituição, tese que manteria em um artigo publicado na *Quarterly Review* dez anos depois.

não pode produzir mais que destroço e ruína para eles e para a Espanha.”⁵⁹⁶

O juízo de Blanco acerca das condições da América no regime constitucional era a culminação de um longo processo de oposição ao governo gaditano, o qual, se de início se propunha a uma união baseada na representação equânime de todas as partes da nação em uma única assembleia – mas respeitando as Juntas autônomas na maioria das decisões, mesmo as financeiras –, passou para a defesa de um império baseado na *Commonwealth* britânica, com assembleias locais e tendo o Rei como único ponto de união nacional⁵⁹⁷. Seria o mesmo projeto posteriormente encampado pelos deputados da Nova Espanha nas Cortes do triênio em 1821⁵⁹⁸, o que possivelmente indica uma conexão direta ou ao menos as mesmas referências políticas.

A retomada de Caracas por Bolívar em agosto de 1813 suscitou um novo discurso contra a constituição no *Español*, acusando-a de ser também culpada, junto com Monteverde, pela rebelião ter estalado outra vez na Venezuela. Em suma, era impossível ter um bom governo com o texto de Cádiz enquanto a América fosse sujeita a um chefe militar despótico:

“Insistir sobre a virtude da constituição para governar em equidade as Américas, deixando-as sujeitas a governadores e capitães-generais é uma zombaria. Esperar que as Américas, depois que derramaram seu sangue e o espanhol para sustentar sua liberdade, submetam-se a um governo ao qual esse mesmo sangue derramado fez com que visse como estrangeiro, e que se submetam à vontade de um chefe arbitrário, que as faça gemer sob sua vara de ferro, é esperar uma coisa que está em contradição com o temperamento geral do coração humano.”⁵⁹⁹

⁵⁹⁶ “Cuando exaltadas las imaginaciones de sus corifeos con la idea de hacer una constitución, se prometían milagros del libro que iban a publicar, como si sus palabras fuesen de encanto y pudiese obrar por si mismas; no era del todo extraño que rehusasen oír razones sobre este punto. Figurábanse que cuando la constitución llegara a América, calmaría con sus artículos la fermentación de los pueblos, y haría reinar en ellos la paz y la justicia. Mas ¿qué disculpa pueden tener ahora, o con que excusa pueden acallar los gritos de su honor o su conciencia, cuando ven prácticamente que el sistema que han adoptado respecto de aquel vasto continente, no puede producir más que destrozo y ruina para ellos y para España?” *El Español*, num. XXXIX, jul/1813, p. 75.

⁵⁹⁷ Por isso é preciso relativizar afirmações como a de Pons de que “a finales de 1810 la doctrina americana de Blanco White está ya fijada en lo esencial y no cambiará.” [Op. cit., 2006, p. 71] Ainda que a defesa do livre comércio e da autonomia juntera realmente não mude, a alteração de uma assembleia única para a representação local não era apenas devido às vicissitudes da guerra, mas sim uma variação fundamental para compreender o processo de aproximação de Blanco com os teóricos ingleses.

⁵⁹⁸ FRASQUET, Ivana, **Las caras del águila: del liberalismo gaditano a la república federal mexicana, 1820-1824**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2008.

⁵⁹⁹ “Insistir sobre la virtud de la constitución para gobernar en equidad a las Américas, dejándolas sujetas á gobernadores, y capitanes-generales es burlarse: esperar que las Américas, después que han derramado su sangre y la Española por sostener su libertad, se sometan a un gobierno, que esa misma sangre derramada ha hecho ya mirar en ellas como extranjero, y que se sometan a discreción de un jefe arbitrario, que las haga gemir baso su vara de hierro; es esperar una cosa que está en contradicción con el temple general del corazón humano.” *El Español*, num. XCIII, nov/1813, p. 317.

A conclusão era exagerada, considerando a constituição como sinônimo de escravidão para a América. O discurso de que lugares diferentes não poderiam ser governados pela mesma lei, ainda mais sendo tão distantes, repetia-se:

“Agora, ainda que não estivesse claro como o dia que a igualdade de direitos em desigualdade de circunstâncias é como vestir com a mesma roupa um gigante e um anão, a experiência da Venezuela demonstrou na realidade que essa constituição que os Espanhóis querem fazer os Americanos admitirem à força de armas, pode ser liberdade na Espanha, mas é mera escravidão na América.”⁶⁰⁰

Como em uma síntese de todo o plano que já expusera em números anteriores, Blanco concluía com qual seria o remédio para a pacificação da América, pois os peninsulares jamais sairiam vitoriosos da guerra. A solução era a descentralização, tendo o rei como ponto de união:

“Se lhes fosse oferecida a faculdade de nomear assembleias legislativas que cuidassem dos interesses daqueles locais, com tribunais independentes para a administração de justiça, e com direito da Assembleia impor os impostos, tudo isso independente das Cortes da Península, onde não deveriam ter deputados as Américas, e só com o juramento de obediência ao rei da Espanha, que deveria nomear capitães-generais que estivessem à frente das forças militares, e fossem representantes na América do seu poder executivo; se oferecesse, digo, um plano desse gênero, não poderiam, em minha opinião, descartá-lo com justiça nem com prudência, por próspera que fosse a sorte de suas armas.”⁶⁰¹

Sem dúvida nenhuma, o discurso estava pronto desde o momento em que foi promulgada a constituição e manteve-se o mesmo até 1814. As notícias sobre a América, portanto, serviam principalmente para mostrar a continuidade da guerra, asseverando o fracasso da estratégia gaditana. Junto delas havia também informes sobre partes da América, buscando ou ilustrar o público, ou comprovar suas teses sobre o

⁶⁰⁰ “Ahora bien, aunque no estuviera claro como la luz, que igualdad de derechos en desigualdad de circunstancias, es como la de vestir con una misma medida a un gigante y a un enano; la experiencia de Venezuela ha demostrado prácticamente que esa constitución que los Españoles quieren hacer admitir a los Americanos a fuerza de armas, puede ser libertad en España: pero es mera esclavitud en América.” Idem, p. 318.

⁶⁰¹ “Si se les ofreciera la facultad de nombrar asambleas legislativas que manejasen los intereses de aquellos pueblos, con tribunales independientes para la administración de justicia, y con derecho en la Asamblea, de imponer las contribuciones; todo esto independiente de las Cortes de la Península, adonde no deberían tener diputados las Américas y solo con juramento de obediencia al rey de España, quien debería nombrar capitanes-generales que estuviesen al frente de las fuerzas militares, y fuesen representantes, en América, de su poder ejecutivo; sí les ofreciera, digo, un plan de este género, no podrían, en mi opinión, desecharlo en justicia, ni en prudencia, por próspera que fuese la suerte de sus armas.” Idem, p. 320.

continente⁶⁰². Por fim, alguns editoriais políticos foram publicados, a maioria no tom acima demonstrado, ou então para criticar os republicanos da América.

No geral, ao se comparar o intervalo de 1810-1812 com o de 1813-1814, é visível a diminuição de artigos referentes às províncias do novo mundo. Já comprovamos no capítulo anterior a ampla rede de contatos estabelecida por Blanco na América, a qual envolvia desde as Juntas autônomas até particulares, principalmente de Buenos Aires, Caracas e México, além da correspondência inglesa. É preciso afirmar que essa rede se manteve entre 1813 e 1814 – mesmo que diminuída –, porém o exilado sevilhano se afastou politicamente das Juntas, principalmente dos independentistas de Caracas. Isso fica claro porque em junho de 1813, pela primeira vez desde o jornal de julho de 1810, havia um periódico sem nenhum artigo dedicado exclusivamente à América, o que se repetiria por mais três vezes naquele ano.⁶⁰³

Ainda assim, o tema americano permanecia importante, da mesma forma que as fontes locais, conforme se deduz pelos documentos reproduzidos no *Español*, como uma carta de 15 de outubro de 1812 de um particular de Buenos Aires denunciando as crueldades de Goyoneche e o clima instável na capital⁶⁰⁴, ou então os vários documentos provenientes do México, por exemplo um jornal vindo de Veracruz no final de julho de 1813⁶⁰⁵.

Blanco se mantinha consciente de que grande parte do seu público se encontrava no continente americano, de maneira que os artigos que criticavam a constituição eram não apenas uma contraposição aos liberais, mas também um diálogo com os leitores do novo mundo. A repetição das críticas sobre a inutilidade da constituição parecia ser uma oposição a muitos que a receberam de maneira otimista. De fato, a historiografia tem enfatizado cada vez mais a influência dos eventos gaditanos não apenas na Guerra de Independência, mas no próprio constitucionalismo latino-americano, pois, conforme

⁶⁰² Por exemplo, a “*Topografía-Estatística. Memoria que el Doctor D. Miguel Ramos de Arispe*” nos jornais números XXXIV e XXXV, fev/1813 e mar/1813; também os “*Apuntes sacados de los Viages de Azara en la America*”, do número XXXVII, mai/1813; por fim, a importante “*Representacion del Fiscal del Audiencia de Venezuela*”, do número XXXIX, jul/1813.

⁶⁰³ *El Español*, num. XXXVIII, jun/1813; num. XL, ago/1813; num. XLI, set/1813 e num. XLII, out/1813.

⁶⁰⁴ “Extracto de una Carta de Buenos Ayres, de 15 de Octubre de 1812”. *Español*, num. XXXVI, abr/1813, pp. 323-325.

⁶⁰⁵ “América Española”. *Español*, num. XCIV, dez/1813, pp. 449-450.

Chust: “a sanção dos decretos e da Constituição de 1812 na América implicou um verdadeiro terremoto do qual ninguém nem nada saiu ileso.”⁶⁰⁶

Manuel Chust afirma que através das Cortes de Cádiz e do seu produto – a Constituição – o arcabouço legal do Antigo Regime foi extinto, não apenas na Europa, mas também na América, o que era representado, por exemplo, pela extinção da condição de patrimônio real das colônias⁶⁰⁷. Nota-se que essa conclusão é diametralmente oposta à tese defendida no *Español* acerca da inutilidade do texto de 1812 no continente americano.

Análises mais específicas, no entanto, comprovam que Blanco White, ao julgar a inutilidade da constituição, tinha informações detalhadas acerca da América. O estudo de Breña sobre a aplicação das leis de Cádiz na Nova Espanha⁶⁰⁸, por exemplo, conseguiu mostrar tanto a esperança com que foi jurada quanto as decisões contrárias ao seu texto feitas justamente pelo Vice-rei. A Constituição foi jurada na Cidade do México em 30 de setembro de 1812, seis meses depois de promulgada em Cádiz, o que sugere um atraso proposital⁶⁰⁹. A regulamentação da liberdade de imprensa foi exemplar de como funcionava a disputa política na Nova Espanha. Se o Vice-rei Venegas deu a conhecer esse direito em 5 de outubro, dois meses depois já o suspendia⁶¹⁰. Curiosamente, o texto que motivou a proibição foi escrito por um *criollo* admirador da

⁶⁰⁶ CHUST, Manuel, "As cortes de Cádiz, a constituição de 1812 e sua transcendência americana". In: BERBEL, Márcia & OLIVEIRA, Cecília Helena, op. cit., 2012, p. 22.

⁶⁰⁷ O principal motivo para a condição hispânica da constituição, segundo Chust, é que foi feita por representantes dos dois hemisférios, os quais integravam redes de interesses burgueses. “O liberalismo gaditano, ao gerar-se a partir da representação de ambos os hemisférios, levou o germe nacional a parâmetros revolucionários ao questionar se os territórios americanos deviam continuar integrando a Coroa.” Idem, ibidem. Vide também CHUST, op. cit., 1999.

⁶⁰⁸ A discordância entre Breña e Chust já se aclara logo no começo do artigo do historiador mexicano, ao tratar da participação americana na composição da constituição: “Conviene aclarar que, a diferencia de lo que haré aquí, el tema de dicha Constitución y el virreinato novohispano puede ser abordado desde la perspectiva de los debates en las Cortes, es decir, centrándose en la participación de la diputación novohispana en ellas. Al respecto, cabe hacer un par de aclaraciones. Primeramente, la cantidad y calidad de dicha diputación han tendido a ser exageradas respecto a un punto que me parece muy importante: la contribución americana al contenido del documento constitucional. A este respecto, conviene distinguir entre los debates en las Cortes y el texto final. El caso de José Miguel Ramos Arizpe y su contribución, concretamente en el tema de las diputaciones provinciales, ha tendido a ser considerada una especie de ejemplo más, cuando en realidad es una excepción. (...) En cualquier caso, no debe olvidarse que las propuestas americanas respecto a muchos temas fueron rechazadas en innumerables ocasiones por la diputación peninsular a lo largo de los debates en las cortes gaditanas, sobre todo durante los primeros meses en que estuvieron reunidas. Las conmemoraciones bicentenarias latinoamericanas han contribuido a exagerar las aportaciones americanas al documento constitucional.” BREÑA, Roberto, “La constitución de Cádiz y la Nueva España: cumplimientos e incumplimientos.” *Historia constitucional*, nº 13, 2012, p. 362.

⁶⁰⁹ Como Blanco começou a publicá-la em abril de 1812, os mexicanos ilustrados conheceram a constituição antes pelo *Español* do que por vias oficiais.

⁶¹⁰ BREÑA, op. cit., 2012, p. 368.

Constituição de 1812⁶¹¹. Confirmava-se o ponto defendido ao longo do *Español* de que a existência do Vice-rei era contrária ao próprio princípio que baseava o arcabouço liberal gaditano, tornando a carta magna inútil. O que era liberdade na península tornava-se escravidão na América. As palavras do Vice-Rei Venegas resumiam a situação: “o estabelecimento da liberalíssima Constituição da Monarquia em um país completamente revolucionado foi um acontecimento que aumenta nossos apuros, ao mesmo tempo em que dá aos maus um escudo para ir ao seu depravado fim.”⁶¹²

Blanco White compreendeu como poucos na Europa os empecilhos que a lei enfrentaria na América, mas, concomitantemente, teve dificuldades para assimilar a esperança que a Constituição causou nos americanos, pois nessa altura o *Español* já se posicionava contra a maior parte dos preceitos defendidos no texto. A visão do escritor sevilhano jamais permitiria entender porque os eventos de 1820 na península foram comemorados pelos *criollos* mexicanos, por exemplo.

Se as críticas à Carta Constitucional eram um diálogo tanto com a América quanto com a península, os ataques aos “exageros republicanos” nas antigas colônias se dirigiam preferencialmente ao público americano, seja no novo mundo, em Londres ou em Cádiz. O momento no qual esse pensamento contrário à independência – obrigatoriamente republicana – foi exposto de maneira mais clara consistiu nas respostas de Blanco White ao seu amigo Servando Teresa de Mier.⁶¹³

Em réplica ao jornal de outubro de 1811, em que a independência da Venezuela era condenada no *Español*, Mier escreveu a “*Carta de un americano al Español sobre*

⁶¹¹ “Conviene detenerse aquí en el motivo concreto que llevó a la suspensión de la libertad de imprenta: un escrito de Joaquín Fernández de Lizardi sobre el virrey Venegas que apareció en el número 9 del periódico El Pensador Mexicano. Cabe apuntar que Lizardi fue un admirador del texto constitucional cuando éste se dio a conocer en la Nueva España en 1812. Sin embargo, la osadía mostrada en el texto referido le valió ir a prisión (en donde permaneció siete meses). Años más tarde, en 1820, apoyó el restablecimiento de la constitución gaditana. Sin embargo, decepcionado del modo en que las autoridades, tanto en la Península como en el virreinato, manejaron dicho restablecimiento, Lizardi terminaría por incorporarse a los insurgentes.” Idem, p. 369.

⁶¹² “El establecimiento de la liberalísima Constitución de la Monarquía en un país generalmente revolucionado ha sido un acaecimiento que aumenta nuestros apuros, al paso que da a los malos un escudo para ir a su depravado fin.” FERRER, Manuel, **La constitución de Cádiz y su aplicación en la Nueva España**. México: UNAM, 1992, p. 136. *Apud* BREÑA, op. cit., 2012. Deve-se notar que a maioria dos vice-reis e governadores perseguiu os liberais após o golpe de Fernando VII em 1814, com destaque para o antigo Vice-rei do Prata, Javier Elió.

⁶¹³ Conforme defende Pons, White e Mier eram amigos, e não rivais, ainda que polemizassem sobre a independência da América. Inclusive, Mier, deputado no congresso constituinte mexicano de 1823, reafirmou sua amizade com o sevilhano, à época impopular na América: “mi célebre amigo *El Español* Blanco White”. Ainda segundo Pons: “Blanco White había ayudado de forma importante a Mier a iniciarse en la vida política inglesa y a adaptarse a la vida londrinense, tan distinta de la de México; fue su amigo, como lo fue de muchos americanos”. PONS, op. cit., 2006, p. 151.

su número XIX”, publicada em 26 de dezembro⁶¹⁴, na qual defendia “com entusiasmo a declaração da Venezuela e o direito de toda a América espanhola à independência imediata,” e, segundo Pons, “opunha uma ideologia claramente democrática à moderação de Blanco.”⁶¹⁵ Blanco White replicou ao seu amigo mexicano no jornal de 30 de abril, através de um de seus artigos mais célebres,⁶¹⁶ a “*Contextacion*”.

Neste longo texto, desenvolvido nos quatro meses de diferença entre os escritos, havia um claro esforço didático em responder a cada um dos argumentos de Mier. O objetivo principal era corroborar o que afirmara antes, de que a independência era prejudicial à América naquele momento. Primeiro era necessário definir o motivo de almejar-se a independência, que seria poder desfrutar da segurança individual e crescimento pessoal. A declaração do congresso de Caracas, nesse sentido, era imprudente, o que, deve-se notar, era um conceito caro a Edmund Burke:

“Meu objetivo principal no nº XIX foi provar que a declaração de independência era imprudente; e em matérias políticas não há outra regra de prudência do que as vantagens que provavelmente irão resultar à nação ou povo em cujo benefício tomam-se ou devem tomar-se as medidas de governo.”⁶¹⁷

Em boa parte do restante do artigo, esgrimiou os argumentos que reforçavam essa tese. O principal ponto do *Español* era demonstrar que a independência era uma ruptura não apenas com a Espanha, mas com toda uma estrutura social que sustentava uma sociedade, a qual, por sua vez, era potencialmente explosiva e pouco acostumada com a liberdade.

Logo, a teoria de Blanco era essencialmente antirrevolucionária. Como analisa Pons, quase sempre defendendo o ponto de vista do *Español*: “a resposta de Blanco White à Carta de Mier está dominada por um espírito pragmático, conservador e também reformista.”⁶¹⁸ Resume bem o seu discurso – voltado não apenas para Mier,

⁶¹⁴ Embora a data constada era de 11 de novembro, provavelmente quando foi redigida. O documento se encontra disponível em <http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/i18n/consulta/registro.cmd?id=804>.

⁶¹⁵ “Con entusiasmo la declaración de Venezuela y el derecho de toda la América española a la independencia inmediata.” “oponía una ideología claramente democrática a la moderación de Blanco.” PONS, op. cit., 2006, p. 153.

⁶¹⁶ Pons também o considera um dos melhores: “Uno de sus artículos más ricos y mejor escritos, tanto por el vigor de la argumentación como por el estilo y por la amplitud de miras.” Idem, p. 161.

⁶¹⁷ “Mi principal objeto en el No. XIX fue probar que la declaración de independencia era imprudente; y como en materias políticas no hay otra regla de prudencia que las ventajas que probablemente han de resultar a la nación o pueblo en cuyo beneficio se toman o deben tomar las medidas de gobierno.” *El Español*, num. XXIV, 30/abr/1812, p. 413.

⁶¹⁸ “La respuesta de Blanco White a la Carta de Mier está penetrada de un espíritu pragmático, conservador y a la vez reformista” PONS, op. cit., 2006, p. 167. A classificação como reformista se devia às ideias de Blanco para melhorar a situação da América, distanciando-se do Antigo Regime. O que impõe questionamentos à ideia de conservador, conforme discutiremos no final deste capítulo.

mas principalmente para os *criollos*⁶¹⁹ – a reflexão de que na América seria perigosa a ideia de que os homens deviam obedecer aos seus iguais:

“Em nenhum lugar do mundo seria mais perigosos romper o costume de obedecer a um antigo governo do que na América Espanhola, porque em nenhuma outra parte do mundo existe uma população mais incapaz de obedecer pela razão e pelo convencimento.”⁶²⁰

Este perigo derivava essencialmente de dois fatores: a composição social da sociedade americana e o pouco costume com a liberdade e a política. Sobre a questão da população, já tratamos anteriormente da abordagem sobre as castas no *Español*, em que Blanco defendia que estas – vistas pelo sevilhano como equivalentes socialmente aos índios –, por não serem proprietárias e por estarem sob opressão há séculos, tinham um potencial anárquico destrutivo⁶²¹. Mas, além disso, os *criollos* tampouco estavam acostumados com o governo, então depositavam suas ambições na independência, subjugando o público aos seus interesses pessoais: “a ambição é natural ao homem em sociedade, e nunca é mais desordeira que ao sair um povo da escravidão, tal como sofreu a América. Todos gritam por liberdade, mas o eco desta voz nos corações é poder, riqueza, mando.”⁶²²

Portanto, a classe proprietária dividida e uma enorme massa de não-proprietários⁶²³ só poderia resultar em violência e caos, conforme prefigurava para uma América independente:

“A independência absoluta que Caracas adotou oferece guerra aberta com os Espanhóis, conspirações fomentadas por seus partidários, dissensões ou desunião com outras províncias que não adotem o mesmo sistema, distúrbios interiores dos partidos que aspirem à liderança, e ao cabo, inimizade com a potência que domina os mares e é íntima aliada de Fernando VII.”⁶²⁴

⁶¹⁹ “Así es que aun quando la carta no estuviese dirigida al Español, y contra uno de sus números, bastárame la consideración del influxo que puede tener en América, para poner todo mi esmero en contrarrestarlo.” Idem, p. 409.

⁶²⁰ “En ninguna parte del mundo sería más peligroso romper la costumbre de obedecer a un antiguo gobierno que en la América Española, porque en ninguna parte del mundo ha habido una población más incapaz de obedecer por razón y convencimiento.” Idem, p. 422.

⁶²¹ “[a independência moderada] ofrece restablecer y conservar los lazos de la subordinación de las clases numerosas y temibles de Indios, y gente de color, que no son propietarios, y por lo tanto tienen una inclinación vehemente á la anarquia.” Idem, p. 423.

⁶²² “La ambición es natural al hombre en sociedad: y nunca obra con más desorden que al salir un pueblo de la esclavitud tal como en la que ha gemido la América. Todos claman libertad: más el eco de esta voz en los corazones es poder, riqueza, mando.” Idem, p. 421.

⁶²³ “La dificultad esencial de constituirse la América Española en Estados Independientes, consiste en que, la mayor parte de su población no está capaz de tomar parte directa en el gobierno; y la que lo está no puede unirse entre sí para gobernar á la otra.” Idem, p. 421.

⁶²⁴ “La independencia absoluta que ha adoptado Caracas ofrece guerra abierta con los Españoles, conspiraciones fomentadas por sus partidarios, disensiones o desunión con otras provincias que no

A revolução apregoada desde Caracas era rejeitada nas páginas do *Español* a partir do que Blanco visualizava como empecilhos práticos, não teóricos. Aos chefes do movimento caraquenho reservava os mesmos adjetivos posteriormente vertidos aos liberais: filósofos, jacobinos, metafísicos⁶²⁵.

Quanto ao aspecto teórico, apontava de maneira veemente que a América um dia seria independente, porém não estava pronta para isso. Essa ideia da inevitabilidade da ruptura, bastante em voga em meios ilustrados europeus⁶²⁶, não era nada popular na Espanha, como se pode imaginar:

“A América Espanhola será uma Potência Independente, e muito poderosa, com o decurso do tempo, e será sem guerras nem desolação, se os que controlam a opinião pública se portem agora com prudência. Um continente que, com justiça, classifica-se como um mundo, não pode ser escravo a menos que não haja um verdadeiro povo que o habite.”⁶²⁷

Apenas duas semanas depois, Mier entregou uma resposta à carta de Blanco White, embora só fosse publicada em julho⁶²⁸, e não era mais que uma ampliação da primeira, sem responder diretamente aos argumentos expostos no *Español*. Dessa feita mais breve, o escritor sevilhano inseriu a “*Contextacion a la segunda carta de un americano al Español*” em agosto, pouco depois das Cortes rejeitarem a mediação inglesa no conflito americano⁶²⁹. O foco deixava de estar na América para passar às críticas aos liberais:

“Os chefes do partido que conseguiu esse miserável triunfo [a recusa da mediação inglesa] se envaidecem com o título de liberais que tomaram,

adopten el mismo sistema, disturbios interiores de los partidos que aspiren al mando, y al fin, enemistad con la potencia que domina los mares, y es intima aliada de Fernando VII.” Idem, p. 424.

⁶²⁵ “Tal es el terreno que *los filósofos de América* quieren dividir en estados independientes, formando una liga social que mas ó menos estrecha, enlace al Cabo de Hornos con las Provincias Internas de México. Con pueblos en el estado que estos hechos nos manifiestan, quieren de repente forma un mundo político, tal como jamas lo han podido producir los siglos, desde la creación del mundo.” Idem, p. 419 [grifo nosso].

⁶²⁶ Raynal, com *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* e De Pradt, com *Les trois âges des colonies, ou de leur état passé, présent et à devenir* são os nomes mais famosos nesse movimento intelectual que prevê a ruptura das Índias com as metrópoles. Vide GARRIDO PIMENTA, João Paulo, “De Raynal a De Pradt. Apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil.” *Almanack Braziliense*, nº 11, 2010, pp. 88-99.

⁶²⁷ “La América Española será Potencia Independiente y mui poderosa, con el discurso del tiempo, y lo será sin guerras, ni desolación, si se conducen ahora con prudencia los que manejan la opinión pública. Un continente, que con justicia se llama, un mundo, no puede ser esclavo sino entretanto que no haya un verdadera pueblo que lo habite.” Idem, ibidem.

⁶²⁸ Pons avisa que esse documento é mais raro de ser encontrado e cita-o a partir de GONZÁLEZ, José, **Obras completas**. Monterrey: Imprenta del gobierno, 1888.

⁶²⁹ A mediação foi rejeitada em 16 de julho numa sessão secreta. Entre os assuntos que motivaram essa decisão das Cortes estava a situação no México, onde o governo gaditano recusava qualquer intervenção inglesa.

porém se não houve uma mudança em Cádiz na linguagem como nas ideias, acredito que só se pode chama-los de liberais por antífrase.”⁶³⁰

Não havia apelo contra a independência nem denúncia dos males da influência democrática nas antigas colônias. Blanco White parecia desistir da reconciliação, no discurso mais pessimista que já compusera para o periódico. As Cortes tinham preferido a guerra, e agora apenas a sorte das armas poderia decidir o conflito:

“As Cortes declararam a todos que não querem conciliação com as províncias da América que se encontram em revolução. Desprezando a conciliação, declararam implicitamente que é sua vontade que as armas decidam a presente questão: que se os Americanos são vencidos irão submeter-se por direito de conquista às leis que as Cortes lhes deram; e que se vencem...”⁶³¹

A grande novidade era a completa animosidade com relação aos liberais, e se o *Español* já se colocava desde antes na oposição à política gaditana com relação à América, intensificaria a partir de então os artigos contra tudo que representava o novo sistema constitucional. De fato, já neste momento havia um ataque explícito à soberania da Nação:

“Se o povo Espanhol é soberano, e a título de sua soberania foi dada uma constituição nas Cortes atuais, a menor e mais insignificante vila das que não pôde mandar seus deputados a elas, por causa da invasão, tem o indiscutível direito de protestar e rechaçar a constituição inteira, até que se aprove de novo em outras Cortes. Muito mais direito possuem os que discordaram da autoridade das presentes desde o princípio, clara e explicitamente.”⁶³²

Pela primeira vez, o princípio da soberania do povo, consagrado pelos liberais gaditanos, era usado contra o próprio ideário liberal para legitimar a resistência. É claro que Blanco White já não acreditava então nesse arcabouço teórico e seu discurso visava apenas mostrar as contradições do outro lado. Como o povo era soberano, podia recusar a constituição, ainda mais se não havia participado devidamente de sua construção:

“O povo Americano não tinha mais laços com o Espanhol que a soberania que havia reconhecido nos reis conquistadores daqueles países. Mudadas

⁶³⁰ “Los jefes del partido que ha logrado este miserable triunfo se envanecen con el título de liberales que han tomado; pero si no se ha trastornado en Cádiz el lenguaje como las ideas, yo creo que solo podrían llamarse liberales por antífrasis.” *El Español*, num. XXVIII, 30/ago/1812, p. 277

⁶³¹ “Las Cortes han declarado a la faz del mundo que no quieren conciliación con las provincias de América que se hallan en revolución. Desechando la conciliación han declarado implícitamente que es su voluntad que las armas decidan la cuestión presente: que si los Americanos son vencidos se han de someter por derecho de conquista a las leyes que las Cortes les han dado; y que si vencen...” Idem, p. 276.

⁶³² “Si el pueblo Español es soberano y a título de su soberanía le han dado una constitución las Cortes actuales; la menor y más insignificante villa de las que no ha podido mandar sus diputados a ellas, a causa de la invasión, tiene el más indisputable derecho a protestar y rechazar la constitución entera, hasta tanto que se apruebe de nuevo en otras Cortes. Mucho más lo tienen los que han protestado la autoridad de las presentes desde el principio, clara, y explícitamente.” Idem, p. 279.

pelas Cortes as bases da sociedade Espanhola, e despojados os reis da soberania que exerciam quando conquistaram aqueles reinos, a associação destes povos com os da Espanha para formar um povo soberano é absolutamente voluntária, e não há título algum que possa forçá-la.”⁶³³

Apenas dois meses depois, coincidentemente um ano exato após a independência da Venezuela ser anunciada no *Español*, a rendição de Caracas para o enviado da Regência, Domingo de Monteverde, ocupou o papel central no número de outubro do periódico. Como ponto final da conversa estabelecida com Mier, Blanco publicou a “*Carta al americano*”.

O principal intento do artigo não era demonstrar que havia acertado em suas previsões, porém responder ao argumento corrente entre republicanos caraquenhos de que o terremoto de 26 de março derrotara a revolução, pois atizara o povo contra o governo, culpando-o de ter rompido com Fernando VII. Como dizia o dito popular, sobre a coincidência de ser o segundo aniversário da Junta de Caracas: “*¡Jueves Santo la hicieron! ¡Jueves Santo la pagaron!*”⁶³⁴ Blanco tentava provar que foram os erros do governo, principalmente a independência prematura, que conduziram ao fracasso.

O raciocínio repetia o já dito em números anteriores. A população não estava preparada para aquelas mudanças bruscas⁶³⁵, baseadas exclusivamente em metafísica francesa⁶³⁶, que mais dividiam do que levavam ao progresso. Os revolucionários do Congresso da Venezuela não tinham consciência de que eram uma minoria social, já

⁶³³ “El pueblo Americano no tenía más lazos con *El Español* que la soberanía que había reconocido en los reyes conquistadores de aquellos países. Mudadas por las Cortes las bases de la sociedad Española, y despojados los reyes de la soberanía que ejercían cuando conquistaron aquellos reinos, la asociación de estos pueblos con los de España para formar un pueblo soberano es absolutamente voluntaria, y no hay título alguno para forzarlos a ella.” Idem, p. 580.

⁶³⁴ O aniversário da Junta de Caracas não era em 26 de março, porém em 19 de abril, que há dois anos fora uma sexta-feira santa, daí a analogia. QUINTERO, Inés, **La criolla principal. María Antonia Bolívar, hermana del Libertador**. Caracas: Fundación Bigott, 2003. *Apud* RODRÍGUEZ, Pablo, “Miedo, religiosidad y política: a propósito del terremoto de 1812.” *Revista de historia social y de las mentalidades de la Universidad de Santiago de Chile*, vol. 14, nº 2, 2010, pp. 237-260.

⁶³⁵ “Pero nada bastó. La superstición es tal (nos dicen) que todo el poder de la razón humana no pudo calmar el terror que se apoderó de la población de Venezuela. ¿Y es esa (diré yo) la población que los que se defienden de este modo, querían convertir de repente en una república absolutamente democrática? ¿A ese pueblo daban una constitución tal como podría imaginarse para uno de filósofos?” *El Español*, num. XXX, 30/out/1812, p. 412.

⁶³⁶ “Ponerse al frente de un pueblo en revolución sin más conocimientos que los crudos e indigestos principios que se han adquirido en la lectura de una porción de vagas declamaciones con el título de tratados de derecho natural y de política; es cometer la locura del que tomase el mando de un navio en tiempo de tormenta, sin haber visto la mar, y solo confiado en que había leído algunos tratados de navegación en su gabinete.” Idem, p. 424.

que a maioria da população se mantinha fiel a Fernando VII, associando-o com a religião católica⁶³⁷:

“Tão desatinados são os Jacobinos Espanhóis que não sabem que são um punhado, um pequeníssimo partido, débil, sem comunicação entre os seus indivíduos, sem meios para aumentar, e sem ter um palmo de terreno em que colocar-se firmes, porque a cada passo tem sob os pés um abismo?”⁶³⁸

A declaração de independência acirrou as brigas pelo poder em uma sociedade que, conforme o *Español* havia explicado no jornal de abril, antepunha os interesses pessoais aos públicos, por não estar acostumada com a política. Ao formar um governo federal⁶³⁹, os *criollos* se dividiram, aumentou a miséria e as classes baixas deixaram de apoiar a revolução.

Era preciso que esse exemplo não se repetisse em outros locais na América. A independência, naquelas condições, era prematura e exaltava os ânimos de uma sociedade heterogênea. Fazia-se necessário abandonar as referências intelectuais daqueles homens, essencialmente as francesas. O mal da América – e também da Espanha – eram o jacobinismo e o francesismo. De certa forma, também nesse arcabouço teórico comum entre os dois hemisférios, Blanco White soube enxergar como poucos o caráter atlântico dos acontecimentos. Concordemos ou não com o peso da influência revolucionária nos protagonistas – e parece-nos que Blanco deturpa a realidade –, os dois lados estavam sim em uma confluência de valores:

“Jacobinismo e Francesismo são o veneno cujo resultado temo (...) Não são as ações de um Robespierre o que caracteriza o jacobinismo; sua essência consiste no espírito que produziu tais ações, e que as repetirá com certo grau de semelhança em todos os tempos e países segundo as circunstâncias com que se combine. O jacobinismo é um fanatismo político que, como este, não consiste nos dogmas que quer estabelecer, senão no modo com que o faz – destruindo e perseguindo. Verdade é que o jacobinismo está intimamente ligado com os sistemas especulativos de político que propagaram os livros franceses; e assim jacobinismo e

⁶³⁷ “Fernando VII cautivo entre los Franceses; y Venezuela imitando á los Franceses en las máximas de su nuevo gobierno: Fernando VII insultado por Buonaparte y declarado por indigno de reynar eu España; y Venezuela confirmando el insulto y declarándolo igualmente indigno de reynar sobre ella.” Idem, p. 414.

⁶³⁸ “¿Tan desatinados son los Jacobinos Españoles, que no conocen que son un puñado, un pequenísimo partido, débil, sin comunicación entre sus individuos, sin medios para aumentarse, y sin tener un palmo de terreno en que hacerse firmes, porque a cada paso tienen bajo los pies un abismo?” Idem, p. 420.

⁶³⁹ “Siguióse al momento la división que he pintado. Valencia y otros pueblos se separan. La extravagante idea de formar un gobierno federal, (que supone diversos estados ó gobiernos anteriores á la federación) en un pays que nunca habia estado dividido de modo alguno; (...) La miseria había llegado á un punto increíble, Crecía el descontento en las clases superiores al paso que iban participando de la común miseria; y las inferiores que sostenían la revolución del modo ciego que pudiera esperarse de todo baxo pueblo, y en especial, de uno que nació y ha vivido en opresión; no podia creerse que siguiesen el nuevo systema mas alia de donde faltase dinero y pan que darles.” Idem, p. 421.

francesismo, no sentido em que uso essa palavra, são coisas inseparáveis.”⁶⁴⁰

Depois dessa tríade de textos destinada a Mier e contra a independência, o assunto arrefeceu nas páginas do *Español*, mais por desânimo e falta de novidades, conforme já explicamos. Ainda assim, o ponto de vista de Blanco White se manteve, como em 1814, ao tratar das vitórias de Bolívar sobre Monteverde e da proclamação da segunda república na Venezuela⁶⁴¹, criticava a inspiração jacobina do seu líder:

“As farsas republicanas da França estão eternamente nas cabeças dos que saíram a frente das revoluções da América Meridional. Essas procissões com corações me urnas, esses enterros à heroica da Venezuela, e as festas cívicas de Buenos Aires, são coisas tão aleias dos costumes e opiniões dos países falantes do espanhol, que, embora produzam um alvoroço, que os inventores tomam por entusiasmo, só contribuem para que a gente sensata desgoste do país.”⁶⁴²

A única alteração nas ideias políticas do *Español* acerca da América viria com o fim das Cortes de Cádiz e a decisão tomada pelo rei de não reconhecer a constituição de 1812. Quando Fernando VII assinou o Tratado de Valençay com Napoleão, em 11 de dezembro de 1813, foi reconhecido pelo imperador francês, pela primeira vez, como monarca espanhol, numa negociação que ignorou por completo a Regência e as Cortes. Era um acordo do Antigo Regime e, através dele, Fernando VII “sentia-se respaldado pelo imperador francês para ocupar o trono espanhol gozando de plenos poderes.”⁶⁴³

Em 24 de março, o *deseado* voltou a pisar em solo espanhol e as Cortes requisitaram que jurasse a constituição e se dirigisse a Madri, o que foi recusado, com o rei tomando o caminho de Zaragoza, onde contava com o apoio decidido de uma parte

⁶⁴⁰ “Jacobinismo y Francesismo, son el veneno cuyas resultas temo (...) No son las acciones de un Robespierre lo que caracteriza al jacobinismo; su esencia consiste en el espíritu que produjo tales acciones, y que las repetirá con cierto grado de semejanza en todos tiempos y países según las circunstancias con que se combine. El jacobinismo es un fanatismo político, que, como éste, no consiste en los dogmas que quiere establecer, sino en el modo con que lo hace – destruyendo y persiguiendo. Verdad es que el jacobinismo está íntimamente mezclado con los sistemas especulativos de política que han propagado los libros Franceses; y así jacobinismo y francesismo, en el sentido en que yo tomo ésta palabra, son cosas inseparables.” Idem, pp. 417-418.

⁶⁴¹ Embora a Venezuela fosse o principal alvo das críticas aos republicanos por parte de Blanco White, as inconstâncias do governo portenho não passaram despercebidas do seu redator. No entanto, como Buenos Aires só proclamou a independência absoluta em 1816, o tom era por completo diferente. Vide o jornal de número XXXIII, jan/1813.

⁶⁴² “Las farsas republicanas de Francia bullen eternamente en las cabezas de los que han salido al frente de las revoluciones de la América Meridional. Esas procesiones con corazones en urnas, esos entierros a la heroica de Venezuela, y las fiestas cívicas de Buenos Aires, son cosas tan ajenas de las costumbres y opiniones de todos los países en que se habla Español, que, aunque produzcan un alboroto, que los inventores toman por entusiasmo, solo contribuyen a disgustar a la gente sensata del país.” *El Español*, num. XCV, jan-fev/1814, p. 72. A partir de 1814 o jornal passou a ser bimestral.

⁶⁴³ “Se sentía respaldado por el emperador francés para ocupar el trono español gozando de plenos poderes.” LA PARRA, Emilio, “La restauración de Fernando VII en 1814”. *Historia Constitucional*, nº 15, 2014, p. 221.

importante do exército, comandada pelo antigo Vice-rei do Prata, Elió. Era necessário juntar apoios para destruir a obra de Cádiz⁶⁴⁴.

Percebendo essa atitude por parte do rei, sessenta e nove membros das Cortes Ordinárias redigiram um manifesto em 12 de abril, conhecido como “*Manifiesto de los persas*”, pedindo ao rei que não jurasse a constituição, retomasse o poder e preparasse novas Cortes, respeitando as tradições espanholas⁶⁴⁵.

Recebendo a condescendência de Wellington⁶⁴⁶ – se é que não se pode falar de apoio explícito – Fernando VII se sentiu forte o suficiente para abolir, em 5 de maio, tudo o que fora feito por Cádiz e, inclusive, ordenar cinco dias depois a perseguição dos principais liberais. Não era um pacto pela restauração, como na França de Luis XVII, mas um golpe de estado⁶⁴⁷. Nos últimos jornais de Blanco White, que eram bimestrais em 2014 devido à crise financeira e à saúde do protagonista, havia total consciência desta disputa.

No periódico de abril de 1814 – que abrangia março também – pela primeira vez havia repercussão da chegada do rei. Em um artigo denominado “*Sobre España*”, Blanco apontava que a situação na América era o principal problema a ser enfrentado, e que o rei oferecia esperança de resolução, lembrando que as Juntas americanas foram feitas em seu nome, e em Buenos Aires ainda o era:

“A ocasião atual é infinitamente favorável. Os americanos estão acostumados a ouvir a voz do rei com a maior veneração. Há um país ali

⁶⁴⁴ Idem, p. 222: “Había que evitar toda declaración explícita a favor de la Constitución, observar el estado político de España y proceder en consecuencia. Al respecto, era preciso resolver dos cuestiones principales: saber cuál era la actitud de Wellington – o lo que es lo mismo, la del gobierno británico- y sopesar el apoyo interior.”

⁶⁴⁵ Ficou conhecido por *Manifiesto de los persas* pelo seu começo, em que contava que os antigos persas, quando morria um rei, deixavam o reino sem um comandante por cinco dias, que eram preenchidos por violência e caos. Segundo Varela, comentando o manifesto: “algunos sectores realistas no deseaban tampoco que Fernando VII se limitase a restaurar el orden de cosas anterior a 1808. (...) Sus signatarios, a la cabeza de los cuales figuraba Bernardo Mozo de Rosales, su probable redactor, ponían en la picota la obra de las Cortes constituyentes y, en particular, el texto constitucional de 1812, por entender que no había hecho más que introducir en España las ideas subversivas e impías de la revolución francesa, ajenas por completo a la tradición nacional española. Pero además de denunciar la obra de la Asamblea gaditana, (...) solicitaban que se convocasen unas nuevas Cortes por estamentos con el objeto de articular una Monarquía verdaderamente limitada o moderada, no por una ‘Constitución’, sino por las antiguas ‘Leyes Fundamentales.’” VARELA, Joaquín, “La teoría constitucional en los primeros años del reinado de Fernando VII: El Manifiesto de los «Persas» y la «Representación» de Álvaro Flórez Estrada”. In: **Estudios dieciochistas en homenaje al profesor José Miguel Caso González**. Oviedo: Instituto Feijóo de Estudios sobre el Siglo XVIII, 1995.

⁶⁴⁶ A animosidade de Wellington, comandante inglês na Espanha e herói nacional, para com a constituição gaditana era conhecida. A colaboração tanto do militar quando do seu irmão, o embaixador Henry Wellesley, foram essenciais para Fernando VII e seu entorno ganharem confiança. Vide LA PARRA, op. cit.

⁶⁴⁷ Idem, p. 210: “Fue el producto de la imposición de forma violenta, mediante un golpe de Estado, de un sector (el contrarrevolucionario), que supo manejar a favor de sus intereses la excelente imagen popular del rey y contó con la ayuda o, al menos la permisividad, exterior.”

que teve a moderação de não ter-lhe negado obediência apesar dos tumultos da guerra: trata-se de Buenos Aires.”⁶⁴⁸

A chegada de Fernando VII, com as medidas corretas, levaria à paz. Para isso, era necessário que as Cortes abandonassem a pretensão de comandar o processo, pois “o verdadeiro medador entre as Américas e Espanha deve ser Fernando VII”, o qual deveria punir os comandantes espanhóis cruéis e executar o plano já explicado por Blanco de legislaturas coloniais, consciente de que “os povos da América não podem gozar de igualdade com os da Espanha como a constituição supõe estando sob o mando militar de um chefe que não tem quem limite o poder, exceto a das mil léguas de distância.”⁶⁴⁹

No seu último número, em junho de 1814, quando as atitudes de Fernando VII quanto à constituição e aos liberais já estavam claras, o otimismo em relação ao futuro americano ainda permanecia, mesmo que aparecessem as primeiras críticas ao rei. Blanco White elogiou a circular do monarca sobre a guerra na América, pois “Os sentimentos que nela se expressam são justos e verdadeiramente liberais, e se o plano for executado fielmente, não duvido que se colocará término à efusão de sangue que está acontecendo.”⁶⁵⁰ Depois, acrescentava provas da crueldade de Callejas no México, apelando a Fernando VII para que isso parasse.

As últimas palavras no *Español* dedicadas à América, apenas um parágrafo numa longa *conclusión de esta obra*, repetiam o tom do jornal anterior, esperançoso de que a chegada do rei mudasse a guerra:

“Em várias partes dos dois continentes Americanos o reestabelecimento do poder Real pode servir de meio de pacificação, se a corte de Madri se valer dessa ocasião com prudência. O nome a autoridade de Fernando VII têm muito poder naqueles povos.”⁶⁵¹

⁶⁴⁸ “La ocasión presente es infinitamente favorable. Los americanos están acostumbrados a oír la voz del rey con la mayor veneración. País hay allí que ha tenido la moderación de no haberle negado la obediencia a pesar de todos los furores de la guerra: —tal es Buenos Aires.” *El Español*, num. XCVI, mar-abr/1814, p. 194.

⁶⁴⁹ “El verdadero mediador entre las Americas y España debe ser Fernando VII”. “Los pueblos de América no pueden gozar de la igualdad con los de España que la constitución supone, estando bajo el mando militar de un jefe que no tiene quien limite su poder, sino a dos mil leguas de distancia.” *Idem*, p. 195-196.

⁶⁵⁰ “Los sentimientos que en ella se expresan son justos y verdaderamente liberales, y como el plan se ejecute fielmente, no dudo que se pondrá término a la efusión de sangre que está causando.” *El Español*, num. XCVII, mai-jun/1814, p. 291.

⁶⁵¹ “En varias partes de los dos continentes Americanos, el restablecimiento del poder Real pudiera servir de medio de pacificación, si la corte de Madrid se valiese de esta ocasión con prudencia. El nombre y la autoridad de Fernando VII, tienen mucho poder en aquellos pueblos.” *Idem*, p. 306.

No entanto, repetia o aviso de que eram necessárias mudanças na administração colonial, e sua conclusão era coerente com o que havia defendido em toda a obra: os americanos tinham direito à autonomia, mantendo-se ordenadamente no Império:

“De nada servirão paliativos nessa matéria. A cura deve ser radical. O dano está na influência demasiada dos Espanhóis Europeus: a política Espanhola tem sido aumentá-la para conservar as Américas; porém já chegou o momento de que para que aqueles países não se destruam ou separem-se da coroa, não há outro recurso senão que a Espanha se ganhe a vontade, a afeição, dos naturais, dando-lhes poder e influência em sua terra, e conquistando-os dessa forma ao interesse da coroa.”⁶⁵²

Liberais na Província: a *Aurora Patriótica Mallorquina*

Já vimos ao longo deste trabalho os destinos, a partir de 1810, de Manuel Quintana e seus acólitos que permaneceram no *Semanario Patriótico*, assim como daqueles que se desgarraram dos liberais gaditanos, seja Blanco White em Londres ou Alberto Lista em Sevilha. Falta comentar apenas um daqueles ilustrados que compunham a tertúlia e escreveram no jornal de Quintana. Trata-se de Isidoro Antillón, responsável pela parte histórica do *Semanario* em 1809, reconhecido internacionalmente pelos seus escritos geográficos e ex-catedrático de geografia, cronologia e história no *Real Seminario de Nobles*⁶⁵³. Após passar pela Junta de defesa de Teruel em 1808⁶⁵⁴ e ter papel relevante no periodismo sevilhano em 1809 – tanto no *Semanario Patriótico* quanto na *Gazeta del Gobierno* – o aragonês esperava ser eleito deputado por Aragão em 1810.

Depois de ter sido preterido tanto na eleição quanto no posto de redator da *Gazeta de la Regencia*, Antillón demandou um posto na Audiência de Mallorca como ouvidor⁶⁵⁵. Em 22 de junho de 1810, portanto antes mesmo da reunião das Cortes,

⁶⁵² “De nada servirán paliativos en esta materia: la cura debe ser radical; el daño está en el demasiado influjo de los Españoles Europeos: la política Española ha sido aumentarlo para conservar las Américas; pero ya ha llegado el caso en que para que aquellos países no se destruyan, o se separen de la corona, no hay otro recurso sino que España se gane la voluntad, y afición, de los naturales dándoles poder é influjo en su tierra, y, adhiriéndolos de este modo al interés de la corona.” Idem, *ibidem*.

⁶⁵³ Já realizamos uma breve biografia de Antillón anteriormente, vide notas 120 e 121.

⁶⁵⁴ “Allí organiza la fortificación de la Plaza, permitiendo a la vez que no se desatiendan las labores de la siega que entonces apremiaba. Redacta proclamas, elabora informes, recoge fondos para armar a los soldados, en fin, pone al servicio de la causa nacional su inteligencia y su extraordinaria capacidad de trabajo.” JAIME LORÉN, José, **Isidoro de Antillón y Marzo: Epistolario (1790-1814). Otros escritos literarios, geográficos y políticos**. Valencia: edição do autor, 1998, pág. 28

⁶⁵⁵ Na carta que enviou à Regência, Antillón reclamou de não ser o redator da *Gazeta do governo* e demandou “una plaza supernumeraria en la Real Audiencia de Mallorca donde por razón del clima y circunstancias locales mi colocación será más análoga a mi salud y relaciones”. *Apud* FORCADELL, op. cit., 2012, p. 47

encontrava-se já em Palma de Mallorca com a sua família. O plano de ser deputado se manteve, tanto que em abril de 1813 enfim foi indicado por Aragão para as Cortes, e teria papel importante tanto nesse ano em Cádiz como na reunião ordinária de Madri, em 1814.

O ambiente político na ilha de Mallorca era muito diferente daquele com o qual estava acostumado e, de certa forma, refletia um pouco as dificuldades enfrentadas por um liberal na província. As Ilhas Baleares foram relativamente poupadas da guerra, já que nunca houve tropas inimigas em seu território, o que não significa que houvesse uma situação de normalidade. Para além das dificuldades financeiras, o caráter de refúgio de guerra atraiu milhares de imigrantes, sendo mais de trinta mil já em 1812. Dentre estes, o clero tinha um peso relevante, com aproximadamente três mil pessoas, das quais muitas eram personalidades eclesiásticas⁶⁵⁶. Como consequência, Maiorca era marcada por uma acentuada resistência reacionária, até mais do que uma província comum, e que Oliver calculava como tendo uma superioridade “assombrosa” diante dos liberais.⁶⁵⁷

Nesse ambiente incrivelmente hostil quando comparado a Cádiz, Antillón conseguiu reunir ao redor de si outras pessoas que pensavam da mesma forma e tinham no aragonês de 32 anos uma referência intelectual. A primeira e mais importante delas foi Miguel Domingo, editor e dono de uma livraria, onde provavelmente o grupo se congregava. Domingo, assim como Antillón, vinha de fora da ilha, de Valência, e sua chegada foi classificada por Rodríguez Morín como um “furacão liberal”⁶⁵⁸. Sua experiência técnica como impressor, sua coragem em vender livros antes proibidos pela

⁶⁵⁶ Os dados demográficos estão em MOLINER PRADA, Antonio. "La prensa en los inicios de la revolución liberal en Mallorca, 'La Aurora Patriótica Mallorquina'". In: GIL NOVALES, Alberto (ed). **La prensa en la revolución liberal: España, Portugal y América Latina**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1983, pp. 113-123, citando LLABRES BERNAL, Juan. **Noticias y relaciones históricas de Mallorca, siglo XIX, vol. I: 1801-1820**. Palma: 1958. Segundo o autor, aproximadamente três mil clérigos foram para as ilhas nesse momento, principalmente para Palma de Mallorca. Entre eles, muitos eram personalidades eclesiásticas: “el arzobispo de Tarragona y los obispos de Pamplona, Cartagena, Lérida, Teruel, la Seo de Urgel, Barcelona, Tortosa y Menorca (seis de los cuales elaboraron la célebre Instrucción pastoral, fechada en Palma el 12 de diciembre de 1812, de abierta oposición liberal), el abad del monasterio de Poblet y otros provinciales de distintas órdenes religiosas.” P. 114.

⁶⁵⁷ [Os liberais] “acaso no pasaban de sesenta mil personas.” OLIVER, Miguel, **Mallorca durante la primera revolución (1808 a 1814)**. Palma: Imprenta de Amengual y Muntaner, 1901, p. 476.

⁶⁵⁸ RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, “Miguel Domingo, un huracán liberal en la isla de Mallorca (1810-1814)”. *Memòries de la Real Acadèmia Mallorquina d'Estudis enealògics, Heràldics i Històrics*, nº 22, 2012, pp. 167-185.

inquisição – sendo o maior exemplo o Contrato Social⁶⁵⁹ - e seu ativismo liberal fizeram com que fosse um alvo constante dos “servis” e que posteriormente fosse condenado pelo governo de Fernando VII⁶⁶⁰. Exemplo pouco explorado de liberal, Domingo era um artesão, não um intelectual. Sua parceria com Antillón constituiu um verdadeiro terremoto político na ilha⁶⁶¹.

Ainda em 1810, quando recém haviam se conhecido, Antillón publicou através da imprensa de Miguel Domingo a *Carta de un representante de Aragón a sus comitentes*, dentre outras obras. Em 1811 e 1812 a prática continuou, respectivamente com a *Disertación sobre el origen de la esclavitud de los negros* – obra escrita em 1802 que propunha o fim da escravidão – e *Noticias históricas de D. Gaspar Melchor de Jovellanos*⁶⁶². Em 1811, Antillón tentaria lançar um jornal junto com Guillermo Ignacio de Montis, o *El Espíritu de los Mejores Diarios de la Corte*, que teve apenas um número em julho, natimorto por conta da falta de assinantes, e cujo impressor era, como esperado, Miguel Domingo.

Um ano depois, em 15 de junho de 1812, Isidoro Antillón escreveu o prospecto para a *Aurora Patriótica Mallorquina*, a qual deve ser considerada como um projeto que vinha maturando há um longo tempo, e na qual Domingo exerceu papel primordial. Além dos dois, havia um círculo que escrevia ocasionalmente para o periódico: um nobre, o marquês de la Bastida, Guillermo Ignacio de Montís, amigo de Quintana e posteriormente nomeado chefe político das Ilhas Baleares; dois membros do clero, Miguel de Victorica, inquisidor na ilha, e José de Badia, frei capuchino, ex-capelão de

⁶⁵⁹ RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, "Sobre la conmoción sufrida por los reaccionarios mallorquines en 1813, a cuenta de una traducción de el Contrato Social de Rousseau". *Memòries de la Real Acadèmia Mallorquina d'Estudis enealògics, Heràldics i Històrics*, nº 23, 2013, pp. 163-191.

⁶⁶⁰ Miguel Domingo foi condenado a quatro anos de desterro em Ibiza e privação de seu ofício.

⁶⁶¹ Oliver e Rodríguez Morín parecem acreditar que a transferência de Antillón de Cádiz para Palma ao mesmo tempo em que Domingo saía de Valência para Mallorca compunham um plano orquestrado contra os reacionários maiorquines. Parece-nos pouco crível. Vide RODRÍGUEZ MORÍN, op. cit., 2012, p. 168. Ainda sobre Domingo, a sua figura parece realmente fascinante, ao menos nas descrições de Oliver e Morín: “Miguel Domingo era el espíritu emprendedor que hallaba recursos para todo, entusiasta 'por la buena causa', siempre dispuesto al sacrificio, el primero en las manifestaciones y en allegar fondos, propagandista y anunciador infatigable a la moderna, que diariamente llenaba las esquinas de cartelones pregonando el nuevo folleto o la nueva obrilla, corriendo de aquí para allá en toda clase de fregados políticos y patrióticos” OLIVER, 1901, op. cit., p. 506. “Fue gracias a su empuje y dinamismo formidables, a su firme tesón por alcanzar la libertad y los derechos ciudadanos, a su contagiosa ilusión, en definitiva, por una España nueva, como resultó posible establecer en la capital balear los medios necesarios para que otros con más talento político pudieran articular sus propuestas reformadoras.” RODRÍGUEZ MORÍN, 2012, op. cit., 184.

⁶⁶² RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, "La 'impía' imprenta y librería mallorquina de Miguel Domingo (1810-1814)". *Cuadernos de ilustración y romanticismo*, nº 19, 2013, p. 366.

um regimento suíço; e um militar, o Brigadeiro-chefe do Colégio de Cadetes de Artilharia Joaquín Porras⁶⁶³.

A *Aurora Patriótica Mallorquina* foi um jornal longo para os padrões da época, tendo seu último número em 30 de dezembro de 1813. No começo era um diário de quatro páginas em quarto, tendo permanecido assim por 108 números, até 30 de setembro de 1812. A partir de primeiro de outubro, passou a ser bissemanal, aumentando o número de páginas de cada edição. Sua única interrupção foi entre 29 de abril e 20 de maio por conta de tumultos em Palma, relacionados a ataques nas ruas aos liberais⁶⁶⁴.

Há uma polêmica historiográfica sobre quem foi o seu principal editor⁶⁶⁵, já que, embora Isidoro Antillón tenha escrito o prospecto e fosse o rosto público atacado pelos inimigos, o aragonês esteve fora de Palma entre julho de 1812 e janeiro de 1813, quando foi designado para uma causa judicial em Mahón⁶⁶⁶. Apesar disso, dentre os artigos autorais do jornal – que costumavam ser uma minoria em cada número – o peso de Antillón era notável, e mesmo quando partiu para Cádiz para ser deputado, em abril de 1813, muitos artigos ainda continuaram sendo do ex-redator do *Semanario Patriótico*. À parte dessas inquietações sobre o editor principal, a linha seguida pelo periódico era conforme as ideias de Antillón, que sempre se orgulhou do seu jornal, e para o qual ainda remitia documentação. Por isso será analisado por nós neste capítulo.

A *Aurora Patriótica Mallorquina* enfrentava circunstâncias estranhas aos outros jornais analisados, pois era ao mesmo tempo porta-voz de uma minoria local e defensora da política vencedora em Cádiz. Sendo assim, o periódico apresentava

⁶⁶³ Os nomes dos redatores são bastante conhecidos e aparecem estudados pela primeira vez em BOVER, Joaquín Maria. **Imprenta de las islas Baleares**. Palma: Imprenta Gelabert, 1862. Dados biográficos podem ser obtidos em MOLINER PRADA, op. cit., e também foi utilizado o *Suplemento a las Memorias para ayudar a formar un diccionario crítico de los escritores catalanes y dar alguna idea de la antigua y moderna literatura de Cataluña*. Lorén, por sua vez, parece duvidar que todos estes realmente estivessem envolvidos com o periódico.

⁶⁶⁴ Segundo Rodríguez Morín os atentados não foram tão graves assim: “En la mañana de ese día había sido perseguido el médico liberal Valentín Terrers, regidor del Ayuntamiento, que consiguió escapar. Y en esa misma noche fueron también acosados el barbero Jaime Lapuente y su ayudante, ambos de la misma bandera política que el doctor Terrers.” RODRÍGUEZ MORÍN, "Sobre la conmoción sufrida por los reaccionarios mallorquines en 1813, a cuenta de una traducción de el Contrato Social de Rousseau". *Memòries de la Real Acadèmia Mallorquina d'Estudis enealògics, Heràldics i Històrics*, nº 23, 2013, p. 184.

⁶⁶⁵ O artigo de Rodríguez Morin, “Miguel Domingo, editor de la *Aurora Patriótica Mallorquina* (1812-1813)”, *Argonauta español*, nº 10, 2013, se dedica inteiro a provar que Miguel Domingo era o editor principal do jornal, mas nos parece que a listagem feita por Lorén, que separa os artigos autorais do jornal e demonstra a participação de Antillón, uma prova concreta da influência decisiva do aragonês na linha editorial.

⁶⁶⁶ LORÉN, op. cit., 1998, p. 64.

conteúdo local em quantidade inexistente nos outros documentos estudados, e buscava equilibrar estes dois pontos: defesa radical da nova constituição e ataque à oposição, representada principalmente pelo clero.

Em novembro de 1812, por exemplo, publicou o didático artigo “*Es preciso tomar partido*”, no qual enfatizava que a disputa não era entre liberais e antiliberais – ao não usar o termo “servil”, significava que era um escrito que visava convencer os que não eram liberais, pois “servil” era em si uma palavra ofensiva – mas sim entre constitucionais e anticonstitucionais. Sua defesa da obra de Cádiz, pela qual todos os seus redatores eram apaixonados, era um símbolo do que era ser liberal:

“Que nos dá a constituição? Uma característica política: de cidadãos, que antes não tínhamos (não é cidadão no dicionário dos homens livres o que habita a cidade, porém o que tem parte no gozo da soberania. Esta voz é desconhecida no oriente)

Que nos tira? O despotismo, pois até o rei fica ligado a ela, como qualquer cidadão.”⁶⁶⁷

Percebe-se claramente a diferença entre esse tipo de texto e as críticas de Blanco White, e daí que seja difícil conceder a denominação de liberal a ambos. A *Aurora Patriótica Mallorquina* era, em suas ideias, uma continuação do *Semanario Patriótico*, expressando o mesmo ardor pela constituição que o antigo jornal de Quintana. No entanto, a situação que enfrentava era muito mais radicalizada entre os liberais e os servis, então havia pouco tempo para reflexões alheias à batalha cotidiana contra o Antigo Regime.

Exemplo de um artigo dessa época era a crônica satírica *Casa de Locos*, provavelmente escrita por Antillón – quase não havia artigos assinados na *Aurora*, e muitos eram retirados da prensa gaditana, normalmente referenciados – e que zombava ao tratar os seus adversários políticos como pacientes em um hospício. Na crônica, representava uma série de personagens, como o bajulador dos senhores, o fanático religioso, o paranoico, o antiliberal e o tolo, todos eles descritos de maneira caricaturizada:

“O doente se dirigiu a nós, e com a voz forte e pausada nos disse: ‘já se queimaram os franco-maçons que há em Cádiz? Temos inquisição?’ Não senhor, respondemos-lhe. Ah, coitado de mim! Exclamou então, que me agarram! Que me pegam! Que me machucam! Ai! Os diabos me levam! E gritando e correndo como um veado desapareceu de nossa vista... Perguntamos: que espécie de loco era aquele? E nosso guia nos disse: ‘é

⁶⁶⁷ “¿Que nos da la constitución? Un carácter político: el de ciudadanos, que antes no teníamos. (No es ciudadano en el diccionario de los hombres libres el que habita la ciudad, sino el que entra en parte al goce de la soberanía. Esta voz es desconocida en oriente.)

¿Que nos quita? El despotismo, pues hasta el rey queda ligado a ella, como cualquier ciudadano.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XVIII, 29/out/1812, p. 213.

um cavaleiro de muita pompa, que acredita que existem duendes, trasgos e bruxas que o perseguem’.”⁶⁶⁸

A *Aurora Patriótica Mallorquina* era, portanto, um jornal didático e de combate, o que se coadunava perfeitamente com o ambiente da ilha. Em franca minoria, os redatores do periódico liberal nem conseguiam responder a todos os seus ofensores. Antigamente uma cidade quase sem impressos, a simples aparição do jornal de Antillón fez o setor reacionário divulgar uma série de panfletos, entre eles alguns que se tornaram periódicos: *El amigo de la Verdad*, *Diari de Buja*, *Nou diari de Buja*, *Lluna Patriótica Mallorquina*, além do velho *Diario de Mallorca* e, principalmente, o *Semanario cristiano-político*, majoritariamente escritos por membros do clero⁶⁶⁹. Todos os novos, sem exceção, anunciavam já em seu prospecto que haviam surgido para combater os “auroristas”, sinônimo local de liberal: “passado mais de um mês de Aurora o povo de Maiorca ainda não viu o sol: já é tempo que o veja.”⁶⁷⁰ A fúria reacionária era muito mais agressiva do que a resposta da *Aurora Patriótica Mallorquina*⁶⁷¹, que apenas às vezes respondia ao Frei Strauch, redator do *Semanario cristiano-político*, e preferia tratar de ataques a todo o clero ao invés de focar o adversário local.

A situação se radicalizou ainda mais após a abolição da inquisição pelas Cortes de Cádiz em 22 de fevereiro de 1813. A moção de apoio organizada a partir da livraria de Miguel Domingo e os tumultos populares contra a decisão gaditana acirraram os ânimos de ambos os lados. A partir de então, em quase todos os números da *Aurora* viriam reflexões sobre os problemas do clero ou mesmo dissertações eruditas sobre história religiosa, contra a Inquisição. Ainda no começo do jornal, integrando a

⁶⁶⁸ “El enfermo se dirigió a nosotros, y con voz entera y pausada nos dijo: ‘¿Se han quemado ya los francmasones que hay en Cádiz? ¿Tenemos inquisición?’ No señor, le respondimos. ¡Ay desdichado de mí! Exclamó entonces, ¡que me pillan! ¡Que me cogen! ¡Que me punzan! ¡Ay! ¡Que me llevan los diablos! Y diciendo y corriendo como un gamo desapareció de nuestra vista... Preguntamos, ¿qué especie de loco era aquel? Y nuestro guía nos dijo: ‘es un caballero de muchas circunstancias, que la ha tomado con que hay duendes, trasgos y brujas que le persiguen.’” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XXXI, 14/jan/1813, p. 49.

⁶⁶⁹ RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe. “Las dos Españas en su papel, en los albores del siglo XIX: la *Aurora Patriótica Mallorquina* (1812-1813) y el *Semanario Cristiano-Político de Mallorca* (1812-1814).” *Hispania Nova*, nº 11, 2013.

⁶⁷⁰ “Al cabo de más de un mes de Aurora no ha visto todavía el pueblo de Mallorca al sol: ya es tiempo de que lo vea.” *Semanario Cristiano-Político*, 31/jul/1812. *Apud* Idem, *ibidem*.

⁶⁷¹ “El empuje de la Reacción superará a los liberales en los distintos campos en que se entable batalla. En el de la beligerancia visceral, la Reacción, con una lluvia de periódicos e impresos, va a superar la prensa liberal no sólo en kilos de letra impresa, sino sobre todo en contenido exclusivamente polémico y en radicalismo formal”. ROURA, Lluís, “Libertad de imprenta y libertad de expresión al final del Antiguo Régimen (consideraciones a partir del caso mallorquín, en el contexto de la Guerra de la Independencia)”. In: GIL NOVALES, op. cit., pp. 99-111.

campanha liberal contra o Santo Ofício, reproduzia um artigo do *Redactor General* em resposta ao Filósofo Rancio sobre esse assunto⁶⁷². Quando a Inquisição já estava abolida, a batalha ficou ainda mais renhida, tendo de responder continuamente àqueles que defendiam que sem a instituição acabava o catolicismo e que não cabia às Cortes a sua abolição, pois era um desígnio do Papa. Em agosto de 1813, por exemplo, em resposta a um discurso do Bispo de Ibiza no congresso, reafirmava a soberania da Nação: “chamou-me muita atenção que falando o senhor bispo de inquisidores enviados pelo papa, não disse nenhuma palavra sobre a autoridade temporal, sem cuja licença em nenhum caso poderiam exercer na Espanha esta jurisdição delegada pela santa sede.”⁶⁷³ As discussões teológicas se tornaram comuns, abrangendo principalmente a subordinação do clero ao soberano⁶⁷⁴.

Numa época de forte disputa, a *Aurora Patriótica* se colocou cada vez mais ao lado dos mais exaltados liberais. Se de início sua principal fonte em Cádiz era o *Redactor General*, passaram a ser o *Duende de los Cafés*, *Tribuno del Pueblo Español* e a *La Abeja española*, além do próprio Antillón quando enfim se tornou deputado em abril de 1813. Todos tiveram seus redatores condenados à morte por Fernando VII⁶⁷⁵. Além disso, o *Tribuno*, fundado por Flórez Estrada, passou a contar com a ativa colaboração de Antillón⁶⁷⁶, daí que muitos dos artigos sobre Mallorca na *Aurora* fossem extraídos desse periódico.

O tom dos últimos números do periódico foi heroico, como se os autores soubessem que eram uma minoria e que os servis avançavam, mesmo dentro das Cortes:

“Os obstáculos que oponham são inúteis, a reação pode ser-lhes funesta, a reforma avança e chegará ao seu fim. Sim, chegará; e os defensores dos direitos do povo, com a confiança que infunde a verdade, vão sustentá-los com valentia em qualquer parte onde se estabeleça o governo e o congresso nacional.”⁶⁷⁷

⁶⁷² *Aurora Patriótica Mallorquina*, nums. VIII e IX, 22-23/jun/1812.

⁶⁷³ “Mucho me llamó la atención el que hablando el señor obispo de inquisidores enviados por el papa, ni una palabra dijese de la autoridad temporal, sin cuya licencia en ningún caso podrían ejercer en España esta jurisdicción delegada por la santa sede.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXXIX, 22/ago/1813, p. 361.

⁶⁷⁴ Por exemplo o longo artigo *Elecciones de los obispos en la época primitiva del cristianismo* a partir do número XCV, 12/set/1813. León Estebán o atribui a Isidoro Antillón, o que é factível diante dos conhecimentos demonstrados. “Introducción”. In: ANTILLÓN, Isidoro, **Noticias históricas de don Gaspar Melchor de Jovellanos**. Valencia: Universidad de Valencia, 1994.

⁶⁷⁵ PÉREZ VIDAL, Alejandro, “La condena a muerte de Bartolomé José Gallardo en 1815”. *I Congreso Internacional Liberal: la represión absolutista y el exilio*, 2014.

⁶⁷⁶ VILCHES, Jorge, “Álvaro Flórez Estrada”. *La ilustración liberal*, n 42, 2010.

⁶⁷⁷ “Los obstáculos que opongan son inútiles, la reacción puede serles funesta, la reforma adelanta, y llegará a su término. Sí, llegará; y los defensores de los derechos del pueblo, con la confianza que

Portanto, a maior parte dos artigos da *Aurora Patriótica Mallorquina* era, de certa forma, feita sob estímulo forâneo e o signo da resposta imediata, da necessidade de posicionar-se diante da polêmica. Não era, como na época do *Semanario Patriótico*, um escrito de vanguarda, em que se escrevia com a pretensão de alterar a realidade, inclusive a simbólica. Tampouco repetia Blanco White e sua postura de espectador privilegiado. Os seus redatores estavam completamente envolvidos na ação, acudados em seu próprio território, e heroicamente ofereciam o peito à resistência. Conforme os acontecimentos se sucederem, essa oferta deixaria de ser metafórica.

Em meio a tal situação, a América não era um problema central, apesar das imensas dificuldades passadas pelos leais à Regência no novo mundo. É preciso saber que isso não se devia à ignorância dos fatos, pois Palma de Mallorca era um porto importante, com contato constante com os ingleses, e Antillón tinha muitos amigos em Cádiz, além de acesso perene aos jornais gaditanos. Por exemplo, o *Español* de Blanco foi citado ao longo do periódico, porém não sobre as antigas colônias. Em setembro de 1813 copiou integralmente o artigo “*Reforma de los regulares*”⁶⁷⁸, advindo do jornal londrino de março do mesmo ano⁶⁷⁹. Como esperado devido à censura, o nome real não foi utilizado, simplesmente o apodo “*jornal londrino*”. Além disso, havia uma seção permanente na *Aurora Patriótica* sobre as Cortes, instituição onde se discutia muito os problemas e as soluções da América, mas, na seção, os redatores preferiam os embates com os servís e os discursos de Antillón, a partir do momento em que este ingressou no congresso.

Ainda assim, em 26% dos números do jornal maiorquino estava presente alguma referência ao ultramar. Esse número, todavia, não significa que fosse um assunto dos mais relevantes, pois na maioria das vezes se tratava de não mais do que duas linhas ou uma referência aos “*españoles de ambos hemisférios*”, tanto que não houve sequer um artigo dedicado exclusivamente à América, como era frequente tanto no *Español* como no *Semanario Patriótico*, e até mesmo na *Gazeta de Sevilla*.

Isso era resultado direto do público para o qual o jornal era escrito, mais do que da falta de acesso às fontes,. Composto pelos poucos liberais da ilha – em seu último

infunde la virtud, los sostendrán con valentía en cualquier parte donde se establezca el gobierno y el congreso nacional.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. CVIII, 28/out/1813, p. 218

⁶⁷⁸ *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XCVI, 16/set/1813 e num. XCVII, 19/set/1813

⁶⁷⁹ *El Español*, num. XXXV, mar/1813, pp. 178-194.

número contava com 192 assinaturas⁶⁸⁰ – eram homens que se confrontavam diariamente com os servís e cujo principal interesse consistia nos assuntos locais e no centro político da monarquia. A *Aurora* não escrevia, como Blanco, para os americanos, e, tampouco, à diferença de Quintana e seus amigos, para influenciar os deputados.

A análise da temática nos ajuda a entender melhor ainda o público alvo do jornal. Os três principais temas com relação à América eram, por ordem decrescente: afirmação da união de ambos os mundos, assuntos administrativos e as rebeliões. Juntos, correspondiam a 81% das citações sobre o novo mundo.

É relevante notar a quantidade de vezes em que a *Aurora* anunciava, em sua seção de Cortes, que alguma cidade da América havia jurado a Constituição, como o caso de Caracas⁶⁸¹, sem que tivesse antes sequer falado o nome de Monteverde. Ou seja, interessava a lealdade, não o processo de pacificação. O princípio era defender a administração liberal, sem referir-se aos problemas dos quais os redatores provavelmente eram conscientes, já que tinham acesso ao *Español*. Desde fevereiro de 1813 as notícias sobre a lealdade americana, representada pela jura à Constituição, eram frequentes nas descrições das sessões de Cortes no jornal, começando com Maracaibo e Havana, e passando por todo continente⁶⁸².

Por várias vezes, o periódico tentou deixar claro a maneira igualitária com a qual as Cortes tratavam a América, de forma que a lealdade das antigas colônias advinha da justiça praticada no congresso. O caso da proibição da imprensa no México pelo Vice-rei Venegas, já referido nesse trabalho⁶⁸³, foi emblemático disso. Em junho, na seção de Cortes do jornal, repercutiu o escândalo dos deputados diante do fato, tanto

⁶⁸⁰ Contra todas as práticas e recomendações, por algum motivo que nos foge, a *Aurora* publicou em seu último número, em 30 de dezembro de 1813, a lista com todos os nomes dos assinantes. Moliner Prada aponta que esses eram justamente os nomes de praticamente todos os liberais conhecidos em Mallorca. MOLINER I PRADA, Antoni, **La guerra del francés a Mallorca (1808-1814)**. Palma de Mallorca: Ediciones Documenta Balear, 2000, p. 34. *Apud* RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe. "Las dos Españas en su papel, en los albores del siglo XIX: la *Aurora Patriótica Mallorquina* (1812-1813) y el *Semanario Cristiano-Político de Mallorca* (1812-1814)."

⁶⁸¹ *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXVII, 06/jun/1813, p. 73: "Se mandaron archivar los correspondientes testimonios de haber jurado la constitucion todas las autoridades civiles, militares y eclesiásticas, la guarnicion y vecindario de la ciudad de Caracas."

⁶⁸² *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XXXIX, 11/fev/1813. É interessante que cite exatamente Havana e Maracaibo. Conforme explica Ivana Frasquet, as Antilhas costumavam ser onde primeiro se recebia notícias da Europa, além do porto novohispânico de Veracruz. Apesar disso, dava especial atenção para Maracaibo, que estava em situação de guerra com a Caracas independente. Não nos parece fortuita essa referência certa a uma região em disputa, como uma forma de mostrar a constituição sendo a solução para os problemas na América. Vide FRASQUET, Ivana, "Cadiz en América: Liberalismo y Constitución". *Mexican Studies/ Estudios Mexicanos*, vol. 20, nº 1, 2004, pp. 21-46.

⁶⁸³ Vide nota 602.

na Nova Espanha quanto no Peru⁶⁸⁴. Três meses depois voltava ao tema, para abordar a resposta da Regência e da Junta de Censura sobre o tema, todas condenando a atitude do governante e colocando-se a favor dos americanos. A igualdade entre as diferentes partes da Nação era muito mais importante do que qualquer outro desígnio almejado com a proibição:

“A regência, reprovando a conduta do Vice-rei, entendia que quaisquer que fossem os males que tentou evitar com aquela medida, nenhum era comparável com os que necessariamente haveria de causar o anúncio de uma desigualdade entre as províncias do império espanhol, como a que resultava de suprimir a benéfica lei que podia e devia reputar-se como uma das que garantiam a liberdade política e civil de qualquer nação.”⁶⁸⁵

Além disso, manejando com maestria os assuntos americanos para que se tornassem de toda a monarquia, condenava o abuso de autoridade: “[A Junta de Censura reprovava] os males que se originariam de que as autoridades, não importando quais, pudessem usar uma faculdade exclusiva das Cortes, como a de suspender as leis.”⁶⁸⁶

Expressava-se, através de um assunto relativo à América, a completa confiança da *Aurora Patriótica Mallorquina* na Constituição e nas instituições que a sustentavam. Especificamente na questão americana, havia uma adesão completa ao liberalismo institucional, nos dizeres de Durán López.⁶⁸⁷ Tendência que o historiador associava aos jornais *Conciso*, *Diario de Cádiz*, *Redactor General* e *Semanario Patriótico* em 1812, ligados ao grupo dominante nas Cortes de Cádiz. Havia também, ainda segundo Durán López, um liberalismo mais radical e outro mais moderado, representados o primeiro pelo *Robespierre español* e pelo *Duende*, e o segundo pelo *Revisor Político*⁶⁸⁸. Essa diferença é relevante para a análise da situação peninsular – mesmo que seja esquemática, já que havia grandes diferenças entre o *Semanario Patriótico* e o *Redactor General*, por exemplo – mas ganha outros matizes no problema americano.

⁶⁸⁴ *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXII, 24/jun/1813.

⁶⁸⁵ “La regencia, reprobando la conducta del virrey, entendía que cualesquiera que fuesen los males que se propuso evitar con aquella medida, ninguno era comparable con los que necesariamente había de causar el anuncio de una desigualdad entre las provincias del imperio español, como la que resultaba de suprimir la benéfica ley que podía y debía reputarse como una de las que afianzaban la libertad política y civil de cualquier nación.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XCV, 12/set/1813, p. 45.

⁶⁸⁶ “Los males que se originarían de que las autoridades, cualesquiera que fuesen, pudiesen abrogarse una facultad exclusiva de las cortes, como la de suspender las leyes.” *Idem*, p. 46.

⁶⁸⁷ DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2008.

⁶⁸⁸ *Idem*, pp. 138-139. Sobre o chamado *liberalismo institucional*, Durán López os define a partir do servil *Diarrea de las Imprentas*: “*El Conciso*, *el Diario de Cádiz*, *el Redactor General*, *el Semanario Patriótico* continuán con la diarrea periódica maligna. Síntomas: la incosecuencia con las Cortes, tan pronto ensalzándolas como deprimiéndolas; horripilaciones o temblores al considerar que se trata del restablecimiento de la Inquisición; vómito primero cuando hablan de ella; indigestión de las cartas del Filósofo Rancio, grandes contados para responder a ellas; como no pueden hacerlo, erupción de improperios contra su autor.”

Em várias ocasiões a *Aurora Patriótica Mallorquina* demandou uma nova atitude dos governantes e uma maior ação das Cortes nessa direção, como ao cobrar punição aos inimigos da Constituição, por vezes exigindo até o cadafalso⁶⁸⁹:

“Do contrario, por mais que o governo que felizmente acaba de dar-nos, e os seus dignos secretários de despacho escolham bons chefes políticos e demais funcionários públicos, eles desgastarão tudo desde suas celas, e se não os coloca em um estado em que possam ser castigados rapidamente quando tratem de deixar o povo contra as decisões dos seus representantes, e contra as ordens do governo, viveremos sempre na anarquia e jamais se realizará o venturoso devir que nos prometem vossas sábias instituições.”⁶⁹⁰

Esse artigo, retirado do *Tribuno del pueblo español*, espelhava a fração mais radical dos liberais espanhóis, a qual, ao contrário de Blanco White, que aconselhava contemporizar para evitar o despotismo, advogava pela radicalização para destruir o outro lado. Esse lado era marcado pelos ataques ao clero e pela denúncia dos governantes que não colaboravam com a nova ordem, além das ofensas à Regência deposta em março de 1813⁶⁹¹ e um forte apelo à igualdade entre todas as classes. De modo algum isso significava oposição ao núcleo duro liberal, tratava-se apenas de uma tentativa de pressionar esse centro por determinado caminho revolucionário – uma trajetória que não renegasse esse nome.

Ainda que, na questão do combate à oposição servil e defensora do Antigo Regime, com destaque para o clero, o jornal de Antillón e Domingo fosse mais radical, em termos de América coadunava-se perfeitamente com os liberais vencedores nas Cortes. Dessa maneira, a reunião dos deputados tornava-se essencial não apenas para a revolução, mas para a própria integridade do império: “eles [os maus filios da pátria]

⁶⁸⁹ “Pero el evitarlo [a reação] está en manos del gobierno: para conseguirlo hay dos remedios, de que se ha usado sienpre con gran fruto en las revoluciones: cuchilla y espulsion: donde no alcanza el uno, llega el otro.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXX, 17/jun/1813, p. 116.

⁶⁹⁰ “De lo contrario por más que el gobierno que dichosamente acabáis de darnos, y sus dignos secretarios del despacho escojan buenos jefes políticos y demás funcionarios públicos, ellos lo minarán todo desde sus celdas, y si no se les pone en estado de que puedan ser castigados prontamente, cuando traten de conmovier al pueblo contra las decisiones de sus representantes y contra las órdenes del gobierno viviremos siempre en la anarquía y jamás se realizará el venturoso porvenir que nos prometen vuestras sabias instituciones.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXXIX, 22/ago/1813, p. 359.

⁶⁹¹ “De nada sirven los sermones sediciosos, las falsas noticias, los ridículos chismes y quantos medios enplean en esta ciudad, los enemigos de las luces para que no tengan efecto las sábias determinaciones del congreso nacional. La regencia protectora de las tinieblas ya no existe; y las autoridades obedecerán pontualmente las leyes, sino quieren esponerse al castigo y a la ignominia.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LIV, 04/abr/1813, p. 354.

sabem bem que destruídas as cortes da pátria se rompe o laço moral que une os espanhóis dos dois mundos.”⁶⁹²

A linguagem dos liberais era encampada completamente, e já vimos a importância da disputa do vocabulário nessa época. O termo “colônia” inexistia, e o léxico para a América se constituía principalmente por “ultramar”, “dois mundos” e “ambos hemisférios”. Mesmo ao tratar dos “rebeldes”, utilizava “províncias sublevadas”⁶⁹³. Isso ficou ainda mais explícito ao reproduzir um trecho do discurso do deputado liberal quitenho Mexía Lequerica:

“O senhor Mexía chamou a atenção do congresso sobre a palavra domínios de Índias, e depois de ter manifestado largamente os inconvenientes de não uniformizar o sistema atual de expressões, especialmente nos documentos oficiais, fez, e aprovou-se, uma proposição, destinada a que o governo e as autoridades usassem nos papéis oficiais sempre a mesma linguagem que se usa na constituição, seja das coisas da Espanha ultramarina, seja da europeia.”⁶⁹⁴

Na curta seção de Cortes, baseada no diário impresso pelo próprio congresso e nos relatos de Antillón, todos os trechos eram selecionados, e o destaque dado à frase de Mexía era intencional. Destacava a postura do governo liberal e dos seus deputados – já que o americano era um nome conhecido desse grupo – pela igualdade na monarquia. A Nação era constituída por 24 milhões de soberanos, não mais os doze sobre os quais se referia o *Semanario Patriótico* em 1808⁶⁹⁵. Quantitativamente, talvez esse seja o dado mais forte da mudança espacial operada nos discursos desses antigos ilustrados:

“A majestade de vinte e quatro milhões de espanhóis esparramados nas quatro partes do mundo, a dignidade das leis, a santidade do corpo soberano, foram vulnerados pelos que, esquecidos dos seus deveres, deram um exemplo tão lastimoso de demência ou de ignorância. [referindo-se aos deputados servís na questão da expulsão do núncio papal].”⁶⁹⁶

⁶⁹² “Ellos saben bien que destruidas las cortes de la patria se rompió el lazo moral que une a los españoles de los dos mundos.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LVII, 15/abr/1813, p. 387.

⁶⁹³ *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. CIX, 31/out/1813.

⁶⁹⁴ “El señor Mexía llamó la atención del congreso sobre la palabra dominios de Indias; y después de haber manifestado largamente los inconvenientes de no uniformar al sistema actual las expresiones, especialmente en los documentos oficiales, hizo, y se aprobó, una proposición, reducida a que en los papeles de oficio usase siempre el gobierno y todas las autoridades del mismo lenguaje de que se usa en la constitución, ya se hablase de las cosas de la España ultramarina, ya de la europea.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. III, 08/out/1812, p. 18.

⁶⁹⁵ *Semanario Patriótico*, 01/09/1808. Vide nota 149.

⁶⁹⁶ “La majestad de veinte y cuatro millones de españoles derramados en las cuatro partes del mundo, la dignidad de las leyes, y la santidad del cuerpo soberano fueron vulnerados por los que olvidados de sus deberes dieron un ejemplo tan lastimoso de demencia o de ignorancia.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XCIII, 06/set/1813, p. 21.

A América foi usada pela *Aurora Patriótica* como mais uma forma de propagandear o sucesso do sistema constitucional, ainda mais porque era uma questão muito sensível e que marcaria negativamente os liberais. Essa visão bastante restrita da realidade americana talvez explique também porque o tema não era dos mais visados pelo jornal maiorquino.

A abordagem sobre as rebeliões era extremamente pontual, mesmo naquelas ocasiões em que seria favorável ao governo, como no terremoto venezuelano, simplesmente noticiado⁶⁹⁷, ou então na completa ausência de repercussão da queda de Caracas para Monteverde. Não à toa, dentre os artigos que se referiam à América, apenas 10% eram na sessão “Notícias” do periódico, enquanto 61% deles estavam sob o subtítulo de “Cortes”, 23% nos artigos comunicados e 6% em artigos próprios. Essa divisão nos faz ver como a questão americana era tratada a partir do sistema liberal, ou seja, uma questão que, acima de tudo, dependia da reunião dos deputados. Também indica certa falta de interesse em dissertar sobre o assunto.

Dentre as raras ocasiões em que abordou o conflito no ultramar, somente duas merecem destaque pela relativa extensão. A primeira foi sobre a revolta na Nova Espanha, reproduzindo um proclama de José Maria Morelos de 25 de janeiro de 1812. Repetindo a estratégia do *Semanario Patriótico*, tentava comprovar que os insurgentes mexicanos eram bárbaros cruéis que desejavam a morte de todos os europeus: “para que se tenha ideia da ferocidade dos revoltosos da Nova-Espanha, e da classe de homens que dirigem aquela cruel e insensata rebelião, inserimos o seguinte proclama do principal caudillo dela.”⁶⁹⁸

Quando percebemos a continuidade desse tipo de discurso é que o contraponto feito por Blanco White fica mais claro. Ao defender os insurgentes da Nova Espanha em 1813, abdicando de certa forma de advogar pelos venezuelanos, o escritor sevilhano precisava achar um discurso não oficial que mostrasse homens racionais e propositivos,

⁶⁹⁷ “Cádiz. 9 de junio. - Un comerciante respetable de esta ciudad acaba de recibir la carta siguiente, fecha en el campo de la Guayra, á 6 de abril: "En medio de las ruinas de la Guayra, y entre innumerables moribundos, tomo la pluma para informarle de la horrorosa catástrofe que la ciudad de Caracas y esta población sufrieron el jueves santo (26 del pasado) á las 4 y 7 minutos de la tarde. Es innumerable la gente sepultada bajo las ruinas, y los que han escapado están casi todos heridos y á la inclemencia. No cesan los temblores, y estamos temiendo cuál será al fin nuestra triste suerte. De intereses todo está perdido, y será muy poco lo que podamos salvar..." *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XLIII, 27/jul/1812.

⁶⁹⁸ “Para que se juzgue del encarnizamiento feroz de los revoltosos de Nueva-España, y de la clase de hombres que dirigen aquella cruel e insensata rebelión, insertamos la siguiente proclama del principal caudillo de ella.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXVI, 08/set/1812.

especialmente se defendessem uma união nos moldes da proposta nas páginas do *Español*⁶⁹⁹, e não os bárbaros mostrados pelos liberais.

O proclama de Morelos, extraído do *Redactor General*, era da época da batalha de Tenancingo, vencida pelos revoltosos, mas não havia referência ao fato. O documento era um forte ataque aos *Gauchupines*, com a promessa de acabar com todos: “em breve morrereis, vós que haveis sobrevivido, pois já sois poucos, e nem nos beliscam, embora atraíam alguns americanos enganados. Também pagaram por isso convosco, se com o tempo não se afastam.”⁷⁰⁰ Esse tipo de citação costumava servir aos liberais para justificar o envio de força armada, conforme vimos anteriormente, e criava uma opinião pública contra as Juntas autônomas e especialmente contra a revolta de caráter mais popular no México.

A última citação de mais profundidade sobre as rebeliões americanas foi ainda em janeiro de 1813, e não se repetiria ao longo do ano. Tratou-se do anúncio de um importante escrito de Pedro de Urquinaona y Pardo, americano que já morara em Bogotá e em Caracas, que vivia então em Cádiz, e fora comissionado pela Regência para a “reconciliação” da Nova Granada no final de 1812. No *Manifiesto de un español americano* Urquinaona repetia os clássicos argumentos liberais, condenando a independência, fruto do jacobinismo local e que era inviável: “impossibilidade de estabelecer um governo separado em uns terrenos imensos e despovoados, de nenhum recurso, e desunidos na vontade pela diferença de classes e castas: governo sem garantia de nenhuma potência estrangeira.”⁷⁰¹

A solução dos problemas americanos passava pela reunião com as Cortes e a Regência e a aposta num novo sistema de governo, baseado em reformas ilustradas e numa constituição justa e liberal:

“Portanto, conclama que se reúnam com os seus irmãos da Europa, que padeceram junto com eles, e de cujas benéficas reformas também desfrutarão juntos; com seus irmãos valentes e heroicos, com quem os une o mesmo sangue de seus gloriosos antepassados, e novos laços de consanguinidade.”⁷⁰²

⁶⁹⁹ O principal exemplo disso foi no jornal de número XXXIX, de julho de 1813, ao reproduzir um extrato do *Ilustrador americano* de José Maria Cos.

⁷⁰⁰ “Dentro de breve tiempo moriréis los que habéis quedado; pues ya sois pocos, y ni a pellizco nos cabéis, aunque nos traigáis algunos americanos engañados: también la pagarán con vosotros, si con tiempo no se apartan.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXVI, 08/set/1812.

⁷⁰¹ “Imposibilidad de establecer un gobierno separado en unos terrenos inmensos y despoblados, de ningunos recursos, y desunidos en opinión por la diferencia de clases y castas: gobierno sin garantía de una potencia extranjera.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XXXIII, 21/jan/1813, p. 72.

⁷⁰² “Por tanto, les escita a que se reúnam con sus hermanos de Europa, que han padecido a la par con ellos, y de cuyas benéficas reformas también a la par disfrutarán: con sus hermanos valientes y heroicos, con

Para terminar, recorria a um raciocínio muito comum aos liberais que, instigados pela justificativa americana de que as Juntas apenas reagiam da mesma forma que as peninsulares a Napoleão, negavam essa comparação, e ainda acrescentavam que a América formava um cenário triste em relação a uma Espanha que se descobria livre:

“Por último, faz um paralelo dos acontecimentos de Caracas com os da Espanha: a liberdade apagada pelo terrorismo, os tristes efeitos de uma emancipação pueril, os contínuos debates da anarquia, o choque dos partidos, as dilapidações, etc. formam uma contraposição com a moderada energia com que toda uma grande nação, reunida em congresso, vai pouco a pouco limpando o edifício político dos abusos que o tempo e o mau sistema acumularam, para que brilhe em sua renovação como em seus primeiros e melhores tempos de glória.”⁷⁰³

Ao compararmos esses breves extratos da *Aurora Patriótica* com os argumentos do *Semanario Patriótico* um ano antes, notamos que não houve nenhuma mudança⁷⁰⁴. Diferente de Blanco, o qual, instigado por suas evoluções ideológicas e pela alteração no contexto político, aproximou-se ainda mais das teses de Burke, os liberais mantiveram de maneira inalterável o discurso sobre as revoltas americanas. Concordando em certa medida com Portillo Váldez, a América mostra, como poucos outros temas, os limites da experiência liberal⁷⁰⁵.

Portillo Váldez, ao analisar especificamente o pensamento de Álvaro Flórez Estrada, influente na *Aurora Patriótica* através do *Tribuno del Pueblo Español*, mostra que mesmo um liberal “de esquerda”⁷⁰⁶, ou exaltado, como mais tarde seria chamado, não conseguia compreender as queixas americanas, que seriam essencialmente de ordem política, e, ao ignorá-las, mantinha a exclusão do Novo Mundo⁷⁰⁷. Já buscamos anteriormente relativizar essa posição de Portillo Váldez, já que Cádiz e a experiência liberal alteraram sim a “constituição” para a América, mesmo que não ao ponto

quienes los unen la misma sangre de sus gloriosos antepasados, y nuevos lazos de consanguinidad.” Idem, p. 73.

⁷⁰³ “Por último, hace un paralelo de los sucesos de Caracas con los de España: la libertad ahogada por el terrorismo, los tristes efectos de una emancipación pueril, los continuos debates de la anarquía, el choque de los partidos, las dilapidaciones &c. &c. forman contraposición con la moderada energía con que toda una gran nación reunida en congreso va poco a poco limpiando el edificio político de los abusos que el tiempo y mal sistema han acumulado, para que brille en su renovación como en sus primeros y mejores tiempos de gloria.” Idem, ibidem.

⁷⁰⁴ Vide a nota 489 sobre o *Semanario Patriótico*.

⁷⁰⁵ PORTILLO VÁLDES, op. cit., 2004, pp. 49-58.

⁷⁰⁶ O termo é de Joaquín Varela em “Un liberal de izquierda: Álvaro Flórez Estrada”, *El País*, 2 de enero de 2004. A nós, e também a Portillo Váldez, soa bastante estranha essa denominação.

⁷⁰⁷ “Esta concepción de fondo era la habitual en el primer liberalismo peninsular: los problemas de América pululaban sobre todo en la órbita de la economía política, no de la constitución. Tanto fue así que las Cortes no tuvieron el más mínimo reparo en lanzarse por la senda constituyente sin esperar a que llegara un número significativo de representantes electos en América –y no casi autoelegidos entre los americanos residentes en Cádiz. No había en ello despiste alguno, sino posición deliberada y consciente.” Idem, p. 53.

desejado pelos autonomistas, e mantendo a importante diferenciação da representação. No entanto, a incapacidade de mudar de estratégia no tocante à América é significativa do “limite” liberal. Tratava-se, dentre outras razões, de uma espécie de cegueira ideológica, motivada pela incompreensão do que significavam as Juntas americanas e por uma crença desmedida na capacidade reconciliadora da Constituição, que, se realmente alterou o panorama no ultramar, era incapaz de terminar a guerra por si, como bem mostrou Blanco White.

No entanto, o que Manuel Chust conseguiu demonstrar muito bem foi que apenas a partir dos princípios revolucionários sobre a dimensão espacial da nação é possível compreender a abrangência da revolução. Ou seja, houve sim uma mudança no sentido espacial da nação. Seu segredo consiste na sua “hispanidade”⁷⁰⁸, como Chust comprovou brilhantemente no caso dos *señorios*, e da abolição da ordem colonial⁷⁰⁹. Esse mesmo processo liberal de dupla mão era registrado em menor escala na *Aurora Patriótica Mallorquina*.

Por mais de uma vez o jornal narrou a sessão de cortes a partir de uma intervenção americana que resultava de impacto para toda a monarquia hispânica. Uma proposta que deixava de ser americana para ser nacional. Parte importante desse mecanismo era o ataque ao clero, inimigo comum nos dois hemisférios. Primeiro, utilizando um artigo da *Gazeta de Madrid*, acusava-os de serem traidores da pátria em ambos os mundos, e é possível imaginar a fúria que tal ataque gerava na grande comunidade eclesiástica de Palma de Mallorca: “[o clero] deu aos franceses tantos espíões, delatores e partidários que só respiram pelo seu torpe egoísmo, que se valem do seu caráter sagrado, que desonram, para seduzir aos crédulos, e fazer-lhes acreditar que atacar ao clero é atacar a sua religião.” e, provavelmente pensando no caso mexicano, era também a classe religiosa a responsável pelas revoltas na América: “e ultimamente entram também nessa classe os infames que nas Américas levantaram (aparentando zelo e religiosidade) a bandeira da rebelião.”⁷¹⁰

⁷⁰⁸ CHUST, op. cit., 1999.

⁷⁰⁹ “Buena parte de los discursos pronunciados en la cuestión sobre la abolición del régimen señorial español nos recordarán las palabras de muchos diputados ultramarinos en cuanto al tema americano. No es gratuito que escasamente dos semanas después del debate sobre abolición de estos aspectos jurisdiccionales y de extracción de renta [relacionados à América, como o tributo indígena e a encomienda] Antonio Lloret, apoyado por Joaquín Lorenzo Villanueva, presenten sus famosas reivindicaciones anti-señoriales que abrirán el debate abolicionista señorial.” CHUST, Manuel. “Entre naciones, señorios y diputaciones. América en el constitucionalismo valenciano.” *Espai i història*, 1994, vol. 17, p. 87.

⁷¹⁰ “Ha dado a los franceses tantos espías, delatores y partidarios; que solo respira por su torpe egoísmo; que se vale del sagrado carácter que deshonran para seducir a los crédulos, y hacerles creer que el

Era quase em tom de comemoração que anunciava que o Vice-rei Venegas não mais respeitaria o foro eclesiástico para os insurgentes e condenaria à morte qualquer um que atacasse o Estado com armas. Utilizando-se do *Conciso*, ainda provocava o clero espanhol, que não agia como o arcebispo mexicano no auxílio ao seu vice-rei e, no caso europeu, desobedeciam às novas instituições⁷¹¹.

Quando em São Domingos foi requisitado que se reabrisse um convento, os próprios deputados americanos, auxiliados pelos liberais peninsulares, recusaram esse gasto do precioso dinheiro público, posicionando-se contrário até as Cortes decidirem como agir com os regulares⁷¹². Quando um decreto não era cumprido na América, tomava-se a decisão de criar uma comissão para acompanhar a execução das ordens legislativas em toda a nação⁷¹³. Como se vê, as reclamações locais geravam soluções hispânicas, ao menos dentro da lógica do discurso liberal.

atacarlos a ellos es atacar la religión.” “Y últimamente entran también en esta clase los infames que en las Américas han levantado (aparentando celo y religiosidad) el estandarte de la rebelión.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. II, 04/out/1812, p. 22.

⁷¹¹ “Estrechado el virey Venégas de la necesidad de escarmentar á los cabecillas que fomentan la sublevación del reyno de Méjico, y con particularidad á los eclesiásticos que la inflaman y fomentan, ó toman partido en ella; y deseoso de remover dudas, consultó al real acuerdo si del mismo modo y por el propio orden que la jurisdicción militar puede con arreglo á ordenanza hacer pasar por las armas á los legos, lo puede hacer tambien con los eclesiásticos, sin necesidad de precedente degradación; y estando por la afirmativa 14 de los 15 magistrados que concurrieron, publicó en seguida el espresado virey un bando, en que al declarar reos de la jurisdicción militar á todos los rebeldes que hayan hecho ó hicieren resistencia á las tropas del rey, establece que todos los cabecillas deberán ser pasados por las armas, sin darles mas tienpo que el preciso para que se dispongan á morir cristianamente; debiendo ser diezmados los que no fueren cabecillas y no alegaren escepcion verosímil, que probada pueda aprovecharles para eximirse de la pena capital: especificase en el bando: que los eclesiásticos que fueren aprendidos con las armas en la mano haciendo uso de ellas contra las del rey, ó agavillando gente para sostener la rebelión y trastornar la constitución del estado, serán juzgados y egecutados del mismo modo, y por el mismo orden que los legos, sin necesidad de precedente degradación. En seguida de este bando, y bajo el epígrafe contraste entre cabildo y cabildo, y deferencia entre este y el otro mundo, inserta el *Conciso* un párrafo de carta del Sr.D. José Beristain, arcediano de Méjico (americano), que como gobernador de aquel arzobispado, y lejos de andar en intrigas para promover la desobediencia a las autoridades, ha publicado una pastoral demostrando con la misma escritura que los clérigos rebeldes no gozan de ninguna inmunidad personal, según intenta persuadir un leguleyo de Méjico en una representación que firmada de 105 clérigos y 6 frayles, se presentó á aquel cabildo reclamando la protección de la inmunidad personal, que suponen violada por el bando; representación incendiaria, que según en el citado párrafo de carta se espresa, ha sido publicada en letra de molde por la junta soberana de los rebeldes, que han tenido la osadía de ofrecer su protección al clero de Méjico, cuyo cabildo (que tan poderoso contraste forma con el gaditano) formó espediente, despreciando la tal representación, y pasándola al virey para que dictase providencia.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXV, 04/jul/1813, pp. 189-190.

⁷¹² “El señor Cabrera demostró de nuevo la imposibilidad de restablecer conventos destruidos sin religiosos, y con escasas rentas para su manutención; y por último, el señor Traver hizo ver con los; documentos en la mano, que lo que proponían las comisiones era lo que atendidas las circunstancias y la escasez de medios de aquella isla para atender á los objetos de mayor urgencia, había resuelto la junta central, había consultado el estinguido consejo de España é Indias, habla mandado observar con mas anpliacion el primer consejo de regencia, y pedia se llevase a efecto el gobierno actual, por ser conforme al concilio de Trento, y merecer la preferencia un seminarario conciliar a otro qualquier establecimiento.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. LXXXIV, 05/ago/1813, p. 295.

⁷¹³ “Sostuvo la peticion el Sr. Garcia Herreros, insistiendo ademas en que, siendo cierto lo espuesto, se llevase á efecto el decreto de 11 de novienbre de 1811, removiendo de sus destinos á todos los que

O momento no qual o caráter hispânico das discussões fica demonstrado com mais segurança – e repete o processo dos *señorios* – foi na questão das chibatadas. No exemplar de 26 de setembro de 1813, mais uma vez na seção de “Cortes”, a *Aurora* introduziu uma exposição dos procuradores dos índios de Trujillo do Peru contra a cobrança do tributo indígena e pela abolição da pena do chicote para o índio que não fosse à igreja⁷¹⁴. Todos os deputados reclamaram contra essa pena “*degradante*”, exigindo sua extinção imediata. Todavia, foi justamente Antillón – sempre o deputado mais falante no jornal maiorquino – quem desenvolveu a discussão para além da questão americana. Era essencial praticar a igualdade e acabar com tal punição, já que a mesma não existia na Europa, porém a pena de chicotadas deveria ser abolida de maneira geral em toda a nação. Vertendo os princípios básicos da Ilustração, Antillón mostrou que era um castigo inútil e humilhante também nas escolas, indigno de um cidadão espanhol:

“Discorrendo em sequência sobre o quão degradante era semelhante pena, considerou também como a prática de chicotear as crianças nas escolas, castigo humilhante e impróprio para jovens que se criava para serem homens livres. Consequentemente, fez a proposição de que no plano de instrução pública que se aprovasse nas Cortes estivesse presente a necessidade de abolir o castigo de chicotadas nos locais de instrução pública como indigno dos cidadãos espanhóis, e que pela mesma razão a pena de chicotadas ficasse abolida do código criminal da monarquia.”⁷¹⁵

Concluída essa análise, é possível demarcar melhor o que representou a *Aurora Patriótica Mallorquina*. Era um jornal de província, afastado do congresso, que não tinha, como o *Semanario Patriótico* de Quintana, a função de ser o porta-voz de um grupo parlamentar. Seus artigos não buscavam influenciar as resoluções da soberania ou as autoridades do centro da monarquia. Por muitas vezes assuntos como a Junta de Censura local ou o *Ayuntamiento* constitucional eram a grande preocupação de seus

hubiesen cooperado á que en la Habana no se cumpliese el decreto sobre montes y plantios. (...) El sr. Castelló, de resultas de lo que espuso en esta discusion, hizo la proposicion, que tambien se aprobó, de que se nonbrase una comision del congreso que cuidase del puntual cumplimiento de los decretos de S.M.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, 01/nov/1812, pp. 117-118.

⁷¹⁴ Frasquet cita essa mesma representação indígena, em que dá destaque ao pedido de que o tributo indígena pare de ser cobrado com base no princípio da igualdade entre todos os homens que regia a constituição. O principal intuito dela, diferente do nosso, era mostrar como a Constituição de Cádiz impacta até mesmo as comunidades menores na América. FRASQUET, op. cit., 2004, pp. 38-39.

⁷¹⁵ “Discurriendo en seguida sobre lo degradante que era semejante pena, consideró también como tal la práctica de dar azotes a los niños en las escuelas; castigo humillante e impropio para jóvenes que se criaban para ser hombres libres; en cuya consecuencia hizo proposición de que en el plan de instrucción pública que aprobasen las cortes se tuviese presente la necesidad de abolir el castigo de azotes en las enseñanzas públicas, como indigno de los ciudadanos españoles, y que por la misma razón la pena de azotes quedase abolida en el código criminal de la monarquía.” *Aurora Patriótica Mallorquina*, num. XCIX, 26/set/1813, p. 94.

redatores, que dialogavam diretamente com uma pequena gama de assinantes. Ainda assim, o seu ideário era perfeitamente compatível com um liberal gaditano e funcionava como uma espécie de filial daqueles periódicos famosos em Cádiz.

Os redatores admiravam, como esperado, Argüelles, o Conde de Toreno, Manuel Quintana e todo o núcleo duro do “partido liberal”, mas, no seu final, estavam claramente alinhados com os mais radicais à época, como Flórez Estrada ou o jornal *Duende de los cafés*. Na questão americana, entretanto, tinham concordância completa com o restante dos liberais, mesmo que abordassem o assunto menos do que a média dos periódicos gaditanos. Isso era significativo do espraiamento das ideias liberais gaditanas pelas províncias, muito além de alguns deputados e cafés da capital. Era um projeto de modernidade que se impunha através de pontos claros, como a soberania da Nação, a constituição e o centralismo, e que teve pontos de difusão por toda a monarquia, mesmo que em minoria. Como tentamos comprovar nessa dissertação, a visão imperial constituía parte essencial do que era ser um liberal.

O fim abrupto da *Aurora Patriótica Mallorquina* em dezembro de 1813 também representou bem o destino de todos aqueles liberais. Como bem definiu Rodríguez Morín, o jornal teve uma dupla morte: o final sem explicação e, com a volta do absolutismo, a morte momentânea de seus ideais⁷¹⁶. Pode-se ir além, afirmando que foi uma morte tripla, já que o seu fundador, Isidoro Antillón, sofreu um atentado político em 3 de novembro de 1813⁷¹⁷ e não conseguiu recuperar sua saúde já débil, vindo a falecer em 3 de julho de 1814, durante sua transferência, sob custódia do novo regime de Fernando VII, de Mora de Rubielos para a Alfajería⁷¹⁸.

Após a abolição da constituição pelo rei, o clero maiorquino comandou uma reação enorme contra os antigos liberais, queimando a constituição⁷¹⁹ e obras periodísticas, entre as quais teve destaque absoluto a *Aurora*. Como os seus inimigos

⁷¹⁶ RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe. "Las dos Españas en su papel, en los albores del siglo XIX: la *Aurora Patriótica Mallorquina* (1812-1813) y el *Semanario Cristiano-Político de Mallorca* (1812-1814)," p. 28.

⁷¹⁷ Apesar das tentativas da *Aurora Patriótica Mallorquina* de fazer parecer que o atentado pouco feriu Antillón, a verdade é que os seus três atacantes o deram por morto. Vide FORCADELL, op. cit., p. 49.

⁷¹⁸ Como agravante dessa morte, em 1823, na reação realista, o seu túmulo, construído durante o triênio, foi conspurcado e seu cadáver queimado. Idem, p. 50.

⁷¹⁹ "Con efecto en medio de la misma plaza en que dos años antes fué solemnemente publicada, y delante el retrato de nuestro augusto Soberano que la acababa de anular, se encendió una pira funeral, cuyas llamas devoraron y reduxeron en breves minutos á pavesas quantos exemplares pudieron al pronto hallarse de este ídolo del liberalismo." *Semanario Cristiano-Político*, num. XCIX, 09/jun/1814. *Apud* RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, "Sobre la conmoción sufrida por los reaccionarios mallorquines en 1813, a cuenta de una traducción de el Contrato Social de Rousseau", p. 187.

sobreviveram ao seu fim, coube ao maior rival, o *Semanario Cristiano-Político* vangloriar-se das fogueiras:

“Otras fogueiras se acenderam no dia seguinte 21 [de maio] em vários locais públicos, onde se queimaram vários periódicos, e outras publicações, que com os nomes sedutores de Aurora, Antorcha, Diario Mercantil, Imparcial, etc. haviam publicado os inimigos do trono e do altar.”⁷²⁰

Mais do que isso, conforme relatou posteriormente Miguel Domingo, a “turba” foi até a sua casa e livraria para “confiscar” as obras consideradas ímpias, das quais teve muito relevo o *Contrato Social* de Rousseau e a *Aurora Patriótica*:

A casa do expoente foi acometida por uma porção do populacho seduzido e capitaneado por alguns fanáticos, inimigos declarados da Constituição e dos seus defensores. Neste assalto, foi privado de um considerável número de livros e papeis, dos quais uma parte foi entregue às chamas.⁷²¹

Assim como o jornal de Antillón e Domingo representou, na província, tudo aquilo que caracterizava os liberais gaditanos, com discursos emocionados e uma pregação apaixonada pela constituição, pela soberania da Nação, pelo fim dos estamentos e pela propriedade privada, também foi uma referência de como se deu a sua queda. De modo repentino, sem conseguir oferecer resistência, embasbacados diante da ruína quase que instantânea do que haviam levado todo aquele tempo construindo. Como sabemos agora, isso não significou o fim do liberalismo espanhol, mas apenas o começo de uma longa história de turbulências.

José Maria Blanco White: jacobino, liberal, inglês

A questão americana, como demonstrado ao longo de todo este trabalho, foi o tema principal de Blanco White entre 1810 e 1814. Era, nos dizeres do próprio: “assunto que identifiquei com a minha pessoa, a partir do qual me vejo perseguido,

⁷²⁰ “Otras hogueras se encendieron el día siguiente 21 en varios parajes públicos donde se quemaron varios periódicos, y otros papeles que con los nombres seductivos de Aurora, Antorcha, Diario Mercantil, Imparcial & . & . habían publicado los enemigos del trono y del altar.” *Semanario Cristiano-Político*, num. XCIX, 09/jun/1814. *Apud* RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe. “Las dos Españas en su papel, en los albores del siglo XIX: la *Aurora Patriótica Mallorquina* (1812-1813) y el *Semanario Cristiano-Político de Mallorca* (1812-1814)”, p. 29.

⁷²¹ “La casa del exponente fue acometida por una porción de populacho seducido, y capitaneado por algunos fanáticos, enemigos declarados de la Constitución y de sus defensores. En este asalto se le despojó de un considerable número de libros y papeles, de los cuales una parte fueron entregados a las llamas.” DOMINGO, Miguel, instancia «A las Cortes», datada em 4 de setembro de 1820, Madri. *Apud* RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, “Sobre la conmoción sufrida por los reaccionarios mallorquines en 1813, a cuenta de una traducción de el *Contrato Social* de Rousseau”, p. 189.

insultado e talvez até já proscrito”.⁷²² De fato, o prestígio que conquistou como entendido no assunto lhe valeu trabalhos até 1825, com o periódico *Variedades o Mensajero de Londres*⁷²³.

Vimos como sua opinião, no tocante à solução dos problemas entre Europa e América no Império espanhol, mudou ao longo destes anos, ainda que o apoio à autonomia americana e à integridade do Império se mantivessem inabaláveis. A alteração de maior monta durante este período, no entanto, não dizia respeito ao novo mundo, porém à teoria política que guiava Blanco White.

O maduro escritor sevilhano, que chegou à Inglaterra em março de 1810, era identificado com o que havia de mais revolucionário na Ilustração espanhola, os que ele próprio definiria posteriormente como “jacobinos”.⁷²⁴ Já o emigrado que escreveu o último número do *Español*, em meados de 1814, era anglicano, assíduo em reuniões de *Whigs*, mas também com grandes amigos *tories*, além de receber dinheiro do *Foreign Office* e ser leitor de Edmund Burke e William Paley.

Para compreender essa mudança, ocorrida quando Blanco tinha entre 35 e 40 anos, é preciso estudar o ambiente em que viveu a partir do momento em que chegou à Inglaterra. Os seus primeiros amigos em solo inglês foram Lascelles Hoopner e, principalmente, o naturalista J.G. Children⁷²⁵, mas o seu mentor intelectual seria Lord Holland, a quem visitaria apenas 13 dias depois de desembarcar em Falmouth e de cuja casa se tornaria um conviva habitual.

Henry Vassall-Fox, o 3º barão de Holland, era sobrinho e herdeiro político do famoso líder *whig* Charles James Fox, rival do longevo primeiro ministro *tory* William Pitt, o jovem. A mansão em que residia junto de sua igualmente célebre esposa⁷²⁶, a *Holland House*, ficaria conhecida ao longo de todo o século XIX como um centro de

⁷²² “Asunto que he identificado con mi persona, desde que por él me veo perseguido, insultado y acaso ya proscrito” *El Español*, num. XVI, 30/jul/1811, p. 308.

⁷²³ Vide DURÁN LÓPEZ, 2005, pp. 354-358. Foi uma empreitada comercial de um empresário alemão residente em Londres, Rudolph Ackermann, que buscava lucrar sobre o mercado americano. O primeiro número é de janeiro de 1823, mas foi relançada com continuidade apenas um ano depois como uma revista trimestral.

⁷²⁴ Em termos privados se reconhecia “curado do jacobinismo” desde agosto de 1810 em uma carta a Lord Holland, mas a grande admissão pública de mudança só viria em janeiro de 1813 no próprio *Español*.

⁷²⁵ MURPHY, op. cit., 2011, p. 131: “Durante el primer mes de su estancia cenó a diario con los Children y fue llevado a toda una serie de cenas, representaciones teatrales, conciertos y exposiciones.”

⁷²⁶ Lady Holland era uma figura singular no meio aristocrático inglês, conhecida pela personalidade forte, que fazia com que outros *whigs* brincassem que havia um remédio feito apenas para aqueles muito nervosos com a sua presença. O próprio Blanco escrevia sobre ela: “Ella ejercía una singular y aparentemente caprichosa tiranía incluso sobre los huéspedes de más alto rango y condición”. *Carta de Blanco White* ao seu irmão, 23/mar/1820. *Apud* MURPHY, op. cit., 2011, p. 204.

reuniões políticas e literárias, agregando desde os líderes *whigs* até intelectuais como Thomas Malthus e Washington Irving, além de radicais como Jeremy Bentham.

Segundo Pons, essas reuniões faziam da casa um dos pontos culturais mais importantes da Europa:

“Nas primeiras décadas do século XIX, a *Holland House* era um dos salões mais brilhantes da Europa, ao mesmo tempo político, literário e artístico, graças às iniciativas de *Lord Holland* e ao seu patrocínio das artes. Quartel general da oposição, onde se reuniam a cada domingo os líderes do partido whig, o palácio acolhia também a intelectuais mais radicais como os *benthamistas* e a muitos homens políticos, escritores, artistas e diplomatas.”⁷²⁷

Entre 1810 e 1814, Blanco White frequentou assiduamente a *Holland House*, tanto que, quando decidiu ser um pastor anglicano, recorreu ao padre da família para que lhe arranjasse apoio para estudar em Oxford⁷²⁸ e em 1816 voltou à casa para ser o tutor de Henry, filho do casal⁷²⁹. Para além do ambiente cultural, os conselhos de Lord Holland foram a maior influência dos primeiros meses do sevilhano em Londres, inclusive no tocante a fundar um jornal⁷³⁰.

Vassall-Fox representava, como antes o fizera seu tio, a essência do que era ser um *whig* em uma época dominada politicamente pelos *tories*. Entre 1760 e 1830 praticamente todos os gabinetes eram majoritariamente *tories*, e em alguns poucos momentos de crise houve ministérios de conciliação.

Não se deve tomar esses rótulos com rigidez, já que a delimitação dos partidos políticos era de outro feitio à época⁷³¹. Ainda que a partir da obra clássica de Trevelyan haja um esforço por classificar socialmente os grupos⁷³², é inegável que as concepções

⁷²⁷ “En los primeros decenios del siglo XIX, Holland House era uno de los salones más brillantes de Europa, a la vez político, literario y artístico, gracias a las actividades de Lord Holland y a su patrocinio de las artes. Cuartel general de la oposición, donde se reunían cada domingo los líderes del partido whig, el palacio acogía también a intelectuales más radicales como los benthamistas y a muchos hombres políticos, escritores, artistas, diplomáticos.” PONS, op. cit., 2002, p. 227.

⁷²⁸ Philip Shuttleworth era o clérigo preferido de Lord Holland, homem conhecido pela pouca atenção que reservava à religião. Coube a ele encontrar hospedagem para Blanco e introduzi-lo em seu círculo intelectual.

⁷²⁹ Segundo Murphy, op. cit., 2011, p. 203: “Si a Blanco le faltaba solidez académica, era un hombre de profunda cultura y atractiva personalidad. Al animarle a aceptar el puesto, Lord Holland alegaba que le ofrecería la oportunidad de ‘progresar en su profesión, así como en el hábito de escribir y hablar en inglés’, y que la labor en sí misma contribuiría a mejorar su estado de ánimo.”

⁷³⁰ Vide nota 196.

⁷³¹ A coesão partidária no parlamento era quase nula, especialmente entre os *whigs*. Vide MITCHELL, Leslie, **The whig world: 1760-1837**. Londres: Continuum, 2006. Sobre Pitt, vide a biografia EVANS, Eric, **William Pitt, the younger**. Londres: Routledge, 1999.

⁷³² TREVELYAN, George, **The two-party system in English political history**. Oxford: Clarendon Press, 1926. Um resumo sobre o século XVIII inglês, a discussão sobre a constituição e a disputa entre *whigs* e *tories* pode ser visto em VARELA, Joaquín, **El constitucionalismo británico entre dos revoluciones: 1688-1789**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2013.

ideológicas eram bastante maleáveis. A afinidade dos *tories* com a alta cúpula anglicana e com a aristocracia latifundiária era por vezes reforçada com o apoio das camadas médias artesãs, assim como os *whigs*, cujo suporte estava nos burgueses urbanos e na aristocracia com interesse comercial, contou também com grandes parcelas dos proprietários de terra antes de 1760. A partir da disputa Fox e Pitt passou a reforçar-se o arquétipo de que cabia aos *whigs* defender os direitos do parlamento, enquanto os *tories* advogavam pelo poder Real⁷³³:

“Havia até mesmo pregadores *Tories* e *Whigs*, sendo que os dois coletavam para o Rei, que era o ato inicial do Serviço Comum. Do primeiro era esperado que ensinasse o Direito Divino dos reis, já do segundo as limitações da autoridade real.”⁷³⁴

Mitchell, por sua vez, defende que o rótulo de *Whig* não queria dizer muito em termos de postura política, e para a maior parte dos comentaristas coevos haveria pouca diferença entre os dois partidos⁷³⁵. No entanto, havia sim uma postura *whig* diante do mundo, representada pela vontade de fazer diferente, uma sociedade que se pautava nesse modo de ser. Em suma, um *state of mind*:

“É perfeitamente razoável falar de um modo de pensar *Whig* e de um estilo de vida *Whig*. Tal tipo de pessoa provavelmente vivia em Londres ao invés do que no interior, tinha olhos mais simpáticos para a França e os franceses, tinha dúvidas sobre a religião revelada e o que dizia respeito à moral convencional, e comportava-se de um modo que os outros ingleses julgariam como arrogante.”⁷³⁶

Era esse tipo de vida, essencialmente urbana, uma “mistura de ideias cosmopolitas, conversação intelectual, eventos de moda e fofoca política”⁷³⁷, na qual

⁷³³ Essa disputa também foi importante por reforçar o papel de líder de partido. Segundo Varela: “Además de reorganizar el partido tory, dotándole de una ideología más nítida, así como de una organización y de un apoyo electoral más sólidos y estables, Pitt - que estuvo al frente del Gobierno desde 1783 a 1801 y desde 1804 a 1806 - contribuyó también a que el partido whig se reforzase orgánicamente en torno a un dirigente indiscutido: Charles James Fox.” Idem, *ibídem*.

⁷³⁴ Palavras do duque de Bedford, *Apud MITCHELL*, op. cit., 2006, p. 11: “There were even Tory prayers and Whig prayers, for of the two Collects for the King, which stand at the beginning of the Communion Service, the first was supposed to teach the Divine Right of kings, and the second the limitations for royal authority.”

⁷³⁵ “Apparently, Whig principles were so flexible that they could be accommodated within the most surprising liaisons”. Idem, p. 4

⁷³⁶ Idem, p. 12: “It is perfectly reasonable to talk of a Whig state of mind and of a Whig lifestyle. Such a person probably lived in London rather than the country, had more sympathetic views about France and Frenchmen, had doubts about revealed religion and what passed for conventional morality, and behaved in a way that his fellow Englishmen would regard as too clever by half.”

⁷³⁷ “Mixture of cosmopolitan ideas, intellectual conversation, fashionable society and political gossip”. “Mitchell argues that London salons like Holland House helped to sustain the Whig Party during its long period out of office. For Mitchell, Whiggery thrived in an exclusive culture which revelled in a heady mixture of cosmopolitan ideas, intellectual conversation, fashionable society and political gossip. The Whigs, he contends, disdained the provinces as boring and backward, the natural home of their Tory opponents.” GENT, David. *Aristocratic whig politics in early-victorian yorkshire: Lord Morpeth and his*

Blanco White se viu inserido após sair da Sevilha em que tinha as comodidades e as tradições da família católica.

Foi através da *Holland House* que o ex-redator do *Semanario Patriótico* preparou o seu novo jornal, utilizando-se da grande biblioteca, a melhor da Inglaterra sobre o mundo hispânico, já que à época a biblioteca do *British Museum* não era aberta ao público⁷³⁸. Além do próprio barão – conhecedor da Espanha, pois viveu em Sevilha e era admirador da literatura do Século de Ouro⁷³⁹ –, que o aconselhava, o contato com John Allen foi fulcral para os rumos do *Español*. Allen era fundador da *Edinburgh Review*, bibliotecário de Lord Holland e articulista sobre a América, sendo uma das vozes mais influentes no pensamento inicial de Blanco White sobre o império⁷⁴⁰. Também vale notar que foi através destas relações e do ambiente da casa que Blanco conheceu a maioria dos americanos com quem travou contato, como Andrés Bello, Bolívar, Miranda e Mier, o que permitiu que Pons denominasse a mansão como “centro do liberalismo espanhol e hispano-americano”, o que merece ressaltar⁷⁴¹.

world. 2010. Tese (Doutorado em filosofia) - Department of History, University of York, p. 6. O autor da tese discorda da interpretação de Mitchell quando alongada para a década de 30 do século XIX, quando os *whigs* assumiram o poder. Prefere concordar com a linha historiográfica de Joe Bord [*Science and Whig Manners: Science and Political Style in Britain, 1790-1850*]: “He rightly argues that the cultivation of land remained important to the Whigs identity, and that a culture which praised science and progress could easily accommodate the agricultural interests of Whigs”.

⁷³⁸ Já em abril de 1810, Blanco pediu a Lord Holland para usar a sua biblioteca, o que foi prontamente aceito. Pons tentou reconstruir o catálogo a partir dos artigos de John Allen, já que não há o documento oficial, talvez perdido com os bombardeios da segunda guerra. Sobre as colônias, cita os livros clássicos de Raynal e Robertson, além dos livros de consulta geral de Antonio de Alcedo, Guillermo Guthrie e Pedro de Estala. Por fim, havia uma série de relatos de viagem e obras dos próprios americanos, como os *Comentarios Reales*, de Garcilaso de la Vega. Enfim, havia muitas obras novas para Blanco e também a melhor coleção de periódicos que poderia haver. Vide PONS, op. cit., 2002, pp. 237-240.

⁷³⁹ MORENO ALONSO, op. cit., 1983, p. 192: “El interés por las cosas de España por parte de lord Holland no sólo se manifestó en su conocimiento más o menos profundo del país o de sus hombres, con muchos de los cuales le unía estrecha amistad, sino en su pasión por la historia y literatura españolas. Jovellanos y los amigos españoles le tenían al tanto de los últimos estudios históricos y literarios que aparecían en la época. Y naturalmente que tanto en la tertulia de Sevilla como luego en Londres los clásicos españoles serían motivo de frecuentes conversaciones. En la temprana fecha de 1806 escribió un estudio sobre la vida y obra de Lope de Vega [*Some account of Ufe and writing of L. F. de Vega y Carpió*, Londres, 1806], y un año después traducía del *Español* varios dramas clásicos, especialmente de Calderón [*Three Comedies translated from the Spanish*, by H. R. Fox, afterwards Vassall, Barón Holland, Londres, 1807]. En el estudio preliminar a la traducción pone de relieve su gran admiración por la literatura y teatro español, 'que ha atraído poco la curiosidad entre nosotros' a pesar de que en no pocas ocasiones los temas españoles han sido plagiados por los mismos ingleses. Al referirse al lenguaje español hablará de 'the harmony and dignity of the Spanish Language'.”

⁷⁴⁰ Segundo Pons, era difícil saber quem escrevera algum discurso político, se Lord Holland ou John Allen, tal o grau de proximidade entre ambos. De fato, havia um aposento na mansão nomeado em homenagem a Allen, tido também como médico da família, para além de bibliotecário. Nascido em 1771, viajou junto com o nobre para a Espanha em 1809 e conheceu Blanco e Quintana. Sua proximidade com o escritor sevilhano e o seu ateísmo fizeram-no estranhar sua vontade de ser pastor em 1814. Vide PONS, op. cit., 2002, pp. 225-226 e MURPHY, op. cit., 2011, p. 207.

⁷⁴¹ PONS, op.cit., 2002, p. 170: “[*Holland House*] cuartel general de los whigs, centro del liberalismo español y hispanoamericano, ofreció a Blanco la posibilidad de tratar con personalidades inglesas que

Portanto, foi através de Lord Holland e do sucesso de seu periódico que Blanco White se inseriu na sociedade inglesa, permanecendo, todavia, como um *outsider*, já que escrevia em espanhol para espanhóis. Vimos anteriormente como o exilado espanhol tentou em primeiro lugar arrumar um emprego no *Foreign Office*, assim que desembarcou na Inglaterra, o que lhe foi negado, entre outros motivos pela desconfiança que suscitava nos *tories*. Em outubro de 1811, no entanto, pode-se afirmar que a confiança das autoridades britânicas estava estabelecida, acompanhada pela disposição de Blanco em defender a sua política.

De fato, redigiu quatro informes para o *Foreign Office* apenas naquele ano⁷⁴². Eram relatórios sobre a situação na América, em que o governo inglês se aproveitava da ampla rede de relações estabelecidas por Blanco, com acesso a depoimentos particulares e à imprensa local, ao mesmo tempo em que era capaz de traduzir os documentos. Conforme defende Murphy:

“A maior parte do trabalho consistiu em traduções ou na elaboração de extratos da imprensa hispano-americana, uma parte da informação que chegava a Blanco como diretor do *Español*, quase toda ela relacionada com os acontecimentos da América. Houve também recomendações políticas nas quais Blanco pedia que o governo britânico apoiasse o que ele acreditava que era uma maioria americana que não desejava nem o retorno ao governo dos Vice-reis, nem uma república independente, e sim um autogoverno sob a coroa espanhola.”⁷⁴³

Entre 1812 e 1814 ainda seria responsável por mais de 30 informes, todos eles na mesma linha. O principal assunto, claro, era a América, presente em mais de dois terços dos textos de Blanco para o *Foreign Office*⁷⁴⁴, com destaque para as reflexões acerca da mediação inglesa para chegar à pacificação. André Pons foi o único historiador a analisar todos esses documentos, grande parte deles inéditos até então. Segundo o estudioso francês:

pertenecían al mundo de la política o de la literatura, y con muchos españoles o hispanoamericanos que se hallaban en Londres.” As ressalvas dizem respeito tanto ao uso da palavra liberalismo quanto da denominação de Blanco como um liberal, conforme veremos adiante.

⁷⁴² Segundo Pons, *idem*, p. 203: “Una primera carta a Hamilton sobre la conciliación, sin duda en octubre, 1811; ‘Second letter on conciliation with America’, 11, noviembre, 1811; ‘Brief account of the Revolution at Caracas and Buenos Aires’, 20, diciembre, 1811; ‘A sketch of the disturbances in the kingdom of Mexico’”.

⁷⁴³ “La mayor parte del trabajo consistió en traducciones o en la elaboración de extractos de la prensa hispanoamericana; un traspaso de la información que llegaba a Blanco como director de *El Español*, casi toda ella relacionada con los acontecimientos de América. Hubo también recomendaciones políticas en las que Blanco pedía que el gobierno británico apoyara a lo que él creía que era una mayoría americana que no deseaba ni un regreso al gobierno virreinal ni una república independiente, sino el autogobierno bajo la corona española.” MURPHY, *op. cit.*, 2011, p. 175.

⁷⁴⁴ PONS, *op. cit.*, 2006, p. 208.

“Quando se analisam de perto os informes ao *Foreign Office*, chega-se à conclusão de que Blanco não tinha nada do que se envergonhar. É verdade que neles criticava, às vezes impiedosamente, o Governo da Espanha, porém não era mais do que criticava publicamente no *Español*. (...) Não existem contradições entre suas declarações públicas e seus informes confidenciais.”⁷⁴⁵

As principais informações demandadas pelos ingleses eram sobre a disposição dos americanos quanto ao governo de Londres, caso este viesse a liderar uma mediação com a Regência⁷⁴⁶. Também lhes preocupava a possibilidade dos americanos serem seduzidos por Napoleão⁷⁴⁷. Daí que Blanco White mantinha em seus informes a mesma linha mestra do *Español*, elogiando os moderados da América, especialmente alguns governos específicos de Buenos Aires, e criticando aqueles que optavam pela aceleração da independência e pelas propostas tidas como “jacobinas”⁷⁴⁸. A sua postura quanto ao México, tema de discussões entre ingleses e espanhóis, onde muitos *criollos* ainda apoiavam o governo gaditano e a guerra era mais mortífera, foi de suporte aos autonomistas, pois jamais os considerou radicais ao estilo dos venezuelanos⁷⁴⁹.

De modo geral, segundo Pons, os informes eram um trabalho derivado do seu periódico, e, se tinham por função principal servir à Inglaterra, tampouco eram um estímulo à cisão do Império, muito pelo contrário:

“Deve-se reconhecer que o conteúdo dos informes de Blanco White ao *Foreign Office*, longe de confirmar as acusações de traição que lhe são feitas, revelam o patriotismo lúcido de um liberal consequente preocupado tanto pelos interesses bem pensados do seu país como pelo destino da América hispânica.”⁷⁵⁰

⁷⁴⁵ “Cuando se analizan de cerca sus informes al *Foreign Office*, se llega a la conclusión de que Blanco no tenía nada de qué avergonzarse. Es cierto que en ellos criticaba, a veces despiadadamente, al Gobierno de España, pero no era más de lo que criticaba públicamente en *El Español*. (...) no existe discordancia entre sus declaraciones públicas y sus informes confidenciales.” Idem, ibidem.

⁷⁴⁶ Segundo Pons, no informe de 11 de março de 1812 Blanco era otimista quanto à solução pacífica para o conflito na América, e “terminaba señalando que la mediación en México y en Buenos Aires sería el precedente indispensable para cualquier arreglo pacífico con las otras provincias insurgentes”. Era provável que os homens de estado responsáveis pela política inglesa quanto aos independentistas lessem estes informes, como Georges Cockburn, Philip Morier, Belgrave Hoppner e o chefe Lord Castlereagh. Idem, p. 214.

⁷⁴⁷ RYDJORD, John, “Mediation between Spain and her colonies: 1811-1813.” *The Hispanic American Historical Review*, vol. 21, n° 1, 1941, pp. 29-50.

⁷⁴⁸ “Es sobretudo el ‘jacobinismo’ en Venezuela lo que provoca las críticas de Blanco White.” [PONS, op. cit., 2006, p. 2010] Especificamente Miranda era alvo constante de ataques nos informes ao *Foreign Office*, o que não acontecia publicamente no *Español*. Segundo Pons, assim como as recriminações às Cortes e à Regência eram mais explícitas, os patriotas venezuelanos sofriam com o mesmo olhar mais ácido. Miranda foi o alvo principal, ainda que Bolívar tampouco passasse incólume.

⁷⁴⁹ “Resalta curioso constatar que Blanco White era favorable a los jefes revolucionarios mexicanos, simplemente porque pensaba que eran ajenos al jacobinismo.” Idem, p. 213.

⁷⁵⁰ “Hay que reconocer que el contenido de los informes de Blanco White al *Foreign Office*, lejos de confirmar las acusaciones de traición que se le hicieron, revelan el patriotismo lúcido de un liberal

Apesar desse caráter informativo, Blanco White não admitiu publicamente que trabalhava rotineiramente para o *Foreign Office*. Em sua autobiografia elude completamente essa parte de sua vida: “em certa ocasião, faz já muitos anos, recebi do Ministério de Assuntos Exteriores certas comissões bastante trabalhosas em forma de traduções, porém isso não aconteceu mais que um par de vezes.”⁷⁵¹. Mesmo 18 anos após o término da Guerra de Independência, o assunto ainda embaraçava o emigrado espanhol, incomodado com as constantes acusações de traição à pátria, muitas advindas dos que antes considerava seus amigos.

Blanco reconhecia que recebia dinheiro do *Foreign Office*, mas o relacionava exclusivamente ao seu trabalho de jornalista, em que defendia a política inglesa diante do que denominava por “*partido antibritánico*”⁷⁵². Essa subvenção passou a ser paga diretamente a partir de 1812, quando antes consistia apenas na aquisição de jornais para serem distribuídos na Espanha⁷⁵³. O motivo para esse aumento na verba destinada ao *Español* era um pedido do seu próprio autor, que enfrentava graves dificuldades financeiras à época, motivadas pela censura crescente na América e pelos problemas com o seu impressor Juigné, com quem rompera em fevereiro, endividando-se⁷⁵⁴.

A situação atingiu tal limite que o redator do *Español* teve de pedir auxílio ao seu velho amigo Juan Murphy, importante comerciante, que não conseguiu arranjar-lhe um emprego fixo no *Foreign Office*.⁷⁵⁵ Blanco então recorreu ao deputado Vega, muito influente com os ingleses⁷⁵⁶, que escreveu a Charles Vaughan, representante britânico em Cádiz, que, por sua vez, recomendou vivamente a William Hamilton, subsecretário do ministro Lord Castlereagh, que concedesse uma pensão a White parecida com a do

consecuente preocupado a la vez por los intereses bien entendidos de su país y por el destino de la América hispana.” Idem, p. 215.

⁷⁵¹ “En cierta ocasión, hace muchos años, recibí del Ministerio de Asuntos Exteriores ciertas comisiones bastante laboriosas en forma de traducciones; pero esto no sucedió más que un par de veces.” Autobiografía, op. cit., p. 257.

⁷⁵² Idem, p. 256.

⁷⁵³ Mais uma vez em sua biografia Blanco White esconde o fato de que a ajuda do *Foreign Office* e das casas comerciais inglesas eram essenciais para a manutenção do *Español*, ao menos em seu começo. Blanco afirma, em sua biografia: “La realidad es que mi periódico se publicó mucho tiempo sin el menor apoyo del gobierno inglés. Creo que se debió a los buenos oficios de Mr. Belgrave Hoppner el que el *Foreign Office* adquiriera cierto número de ejemplares – no recuerdo cuántos pero en todo caso no más de dos o tres docenas – que eran enviados al embajador británico en Cádiz.”

⁷⁵⁴ “En diciembre de 1811, cuando Blanco quiso ser propietario de *El Español*, debía reembolar 250 libras por gastos de impresión y trabajos anexos, cantidad enorme que permitía vivir de manera acomodada en Londres durante un año”. PONS, op. cit., 2002, p. 127. O contrato inicial feito entre White e Juigné era muito danoso ao espanhol, reservando-lhe todo o trabalho e os gastos, mas apenas metade do lucro.

⁷⁵⁵ PONS, op. cit., 2006, p. 204. Em 10 de julho Blanco escrevera ao seu amigo Southey contando das intervenções de um “intimate friend” para lhe conseguir um posto no *Foreign Office*.

⁷⁵⁶ Autobiografía, p. 256.

francês Peltier⁷⁵⁷, pois “faz muito tempo que percebemos em Cádiz a importância de uma imprensa que fale de assuntos espanhóis sob o ponto de vista dos ingleses.”⁷⁵⁸

Como a solução adotada para subvencionar Blanco foi a mesma que a de Peltier, correspondia a uma pensão de 250 libras anuais advindas do fundo secreto, utilizado para pagar desertores. É compreensível como tal decisão impactou o orgulho do redator do *Español*, que preferiria um aumento na aquisição de exemplares por parte do *Foreign Office*. O único registro que se tem sobre White reclamando dessa medida foi em uma carta para Southey em 31 de outubro:

“Eu não posso me furtar a alguns sentimentos que amargam o bem que me foi feito. Eu sou pago dos fundos do serviço secreto, como aqueles que traíram os seus países, e se isso fosse de conhecimento dos meus inimigos, seria colocado para eles que eu faria qualquer coisa por dinheiro.”⁷⁵⁹

Como essa proximidade entre governo e jornal era negada mesmo em 1832, o tema continuava de difícil aceitação para Blanco, sempre zeloso de sua integridade. Em sua autobiografia faz questão de ressaltar que era um periódico independente e que nenhuma autoridade jamais interferiu em seu conteúdo, contando apenas com os conselhos de Lord Holland e Allen⁷⁶⁰. Pons concorda com o autor, ressaltando como o próprio *Foreign Office* recomendava não intervir na direção do *Español*⁷⁶¹ e até mesmo fazendo uma defesa moral de White, pois seria generoso com o dinheiro⁷⁶². Este é um

⁷⁵⁷ O francês estava no exílio desde 1793, compondo a oposição reacionária ao governo revolucionário. Manteve-se posteriormente contra Napoleão Bonaparte, escrevendo o longo periódico *Ambigu* entre 1802 e 1818: “The *Ambigu* is the most comprehensive anthology of the anti-Napoleonic 'Black Legend' and an arsenal of anti-Napoleonic materials, many of which originated on Peltier-s pages.” BURROWS, Simon, **French exile journalism and european politics 1792-1814**. Londres: Royal Historical Society, 2000, p. 26.

⁷⁵⁸ “Hace mucho que percibimos en Cádiz la importancia de una prensa que hable de los asuntos españoles bajo punto de vista de los ingleses.” MURPHY, op. cit., 2011, p. 173.

⁷⁵⁹ “I cannot divest myself of some feelings which embitter the good that has been done me. I am paid out of the secret service money just as those who betray their country, and should this be known by my enemies, it would be a settled point with them that I could do anything for money.” Blanco White a R. Southey, 31/out/1812. *Apud.* MURPHY, Martin & PONS, André, “Further letters of Blanco White to Robert Southey”. *Bulletin of Hispanic Studies*, nº 62, 1985, p. 364.

⁷⁶⁰ “Tengo que declarar que tuve siempre completa libertad. Concebí y manifesté mis opiniones como mejor podía, intentando servir con honradez la causa de la libertad y el humanismo, sin ceder ante ninguna influencia que no fuera la de una filosofía o experiencia política superior. Lord Holland y su íntimo amigo Mr. Allen eran como mi maestros en esta importante y complicada rama de la ciencia.” Autobiografía, p. 257.

⁷⁶¹ Os periódicos iniciais de Blanco desagradaram em alguns pontos ao *Foreign Office*, por vezes acreditando muito dura a crítica, o que poderia prejudicar as relações entre Espanha e Inglaterra. Em maio de 1810, por exemplo, Hamilton mandou revisar os números do *Español*, se necessário fazendo uma censura *a posteriori*, já que o caráter do escritor era arredo a correções. Vide PONS, op. cit., 2002, p. 140.

⁷⁶² “Dado que algunos comentaristas se han hecho eco de la acusación de venalidad que sus enemigos le hacían a Blanco White, analicemos brevemente cuál fue en general su actitud con respecto al dinero.

argumento falso, já que nada impede alguém de ser generoso e corrupto. Parece-nos de maior valia insistir – o que Pons também faz – que a censura, em meados de 1812, não era necessária, pois *El Español* concordava *ipsis litteris* com a política inglesa para o mundo hispânico. Havia dois pontos essenciais nesse sentido, que são abordados por Blanco White desde antes da subvenção do *Foreign Office*: a mediação inglesa com a América e o mando das tropas para o general Wellington.

Já adentramos na questão da mediação com a América quando tratamos da solução dada no *Español* para o fim dos conflitos entre o governo gaditano e o novo mundo, pois caberia à Inglaterra fazer a negociação com as Juntas, que deveria resultar em autonomia às Juntas americanas na administração, inclusive financeira. A primeira vez que tal mediação foi mencionada foi a partir de um documento venezuelano que reproduzia as proposições dos comissionados para o ministro britânico, em que os primeiros “solicitam a alta mediação de S.M.B. para conservar-se em paz e amizade com os seus irmãos de ambos os hemisférios.”⁷⁶³ O documento datava de 21 de julho de 1810, impresso na *Gazeta de Caracas* de 26 de outubro.

No número seguinte do *Español*, de fevereiro de 1811, Blanco se utilizava desse documento para defender que os autonomistas da Venezuela não eram a favor da França, mas buscavam a ajuda da Inglaterra:

“Vejam-se as petições de Caracas ao Governo inglês que publiquei no meu número anterior, e ao considerar que aquele novo governo pede à Inglaterra que coloque sua mediação a fim de resolver as diferenças que possam ocorrer entre eles e a Mãe-Pátria, só um louco poderia crer que aqueles Americanos estão junto com os franceses.”⁷⁶⁴

A partir de maio Blanco White passaria a defender de maneira mais clara que apenas com a mediação inglesa seria possível restaurar a paz na América. Após descrever uma situação apocalíptica nas antigas colônias, o *Español* apontava a inutilidade das medidas propostas pelas Cortes, e dizia que a Espanha deveria parar a guerra e ceder no máximo possível. Sabendo a resistência que enfrentaria, o escritor sevillano anunciava como chegar a este acordo: “não resta mais que um meio, e para

Precisamente un rasgo de su personalidad, reconocido incluso por algunos de sus adversarios, fue el desinterés”. PONS, op. cit., 2006, p. 207.

⁷⁶³ “Solicitan la alta mediación de S.M.B. para conservarse en paz y amistad con sus hermanos de ambos hemisferios.” *El Español*, num. X, 30/jan/1811, p. 326.

⁷⁶⁴ “Véanse las peticiones de Caracas al Gobierno inglés que publiqué en mi número antecedente, y al considerar que aquel nuevo gobierno pide a Inglaterra que interponga su mediación a fin de arreglar las diferencias que puedan ocurrir entre ellos y la Madre Patria, solo un delirante podrá creer que aquellos Americanos están de acuerdo con los franceses.” *El Español*, num. XI, 30/fev/1811, p. 382.

que nãoensem os tolos que busco rodeios para dizê-lo, não resta outro meio que a mediação da Inglaterra.”⁷⁶⁵

Não parece coincidência que essa ideia tenha sido exposta de maneira mais direta justamente em maio, exatamente o mesmo mês em que Henry Wellesley, então ministro do *Foreign Office*⁷⁶⁶, apresentou à Regência uma oferta de mediação com as Juntas americanas em troca principalmente do livre comércio⁷⁶⁷. Embora a proposta só tenha sido escrita em 11 de maio, ao menos desde abril havia um esboço dela no ministério, e a ideia circulava pela imprensa britânica e também pelos meios políticos.

A resposta das Cortes à proposição foi tentar instrumentalizar a Inglaterra para auxiliar na contenção das revoltas, já que entre os artigos incluídos pelos deputados para conceder a mediação estava a duração máxima para a negociação de 15 meses, e não se verificando a reconciliação “suspenderá a Grã-Bretanha toda a sua comunicação com as províncias dissidentes, e auxiliará a metrópole a obrigá-las ao seu dever.”⁷⁶⁸ A repercussão dada pelo *Español* a essa decisão era ainda mais dura do que a réplica negativa por parte de Wellesley. Primeiramente, o sevilhano condenava a demora do governo inglês em intervir na questão americana, já que associava a própria existência de um Estado espanhol à assistência britânica:

“Se o olhar e a delicadeza, como aliado da Espanha, exigia do governo inglês que não fomentasse a revolução das suas colônias, nenhum motivo podia autorizá-lo a permitir que a ignorância da Regência da Espanha atraísse uma enormidade de males sobre os espanhóis de um e outro hemisfério, declarando uma guerra podia ser a ruína de ambos. A quem devia a Regência a sua existência senão à influência e proteção da Inglaterra?”⁷⁶⁹

⁷⁶⁵ “No queda más que un medio, y porque no piensen los necios que busco rodeos para decirlo, no queda más medio que la interposición de la Inglaterra.” *El Español*, num. XIV, 30/mai/1811, p. 145.

⁷⁶⁶ Os Wellesley eram a família mais importante no governo com relação à Espanha. RYDJORD, op. cit., 1941, p. 30: “The direction and execution of British policy in Spain became for a brief period almost entirely a family affair of the Wellesleys. The Marquis of Wellesley had been minister to Spain in 1809 but had resigned at the end of the year to become foreign secretary. His brother Arthur, in whom he had much greater confidence than had many others in England, led the British army in the Peninsular War. Henry, the younger brother, came to Spain in May, 1809, as secretary of the embassy, and, upon the departure of the Marquis, became envoy-extraordinary, thus completing the family organization or the Wellesley triumvirate, so arranged in order to get united action.”

⁷⁶⁷ Desde 4 de maio os irmãos Wellesley trocavam correspondência sobre o assunto. *Idem*, pp. 31-32.

⁷⁶⁸ “Suspenderá la Gran Bretaña toda su comunicación con las provincias disidentes, y auxiliará a la metrópoli para reducir las a su deber.” RIEU-MILLAN, op. cit., 1990, p. 347. Outros artigos também causaram polémica, como a exigência de reconhecer as Cortes, a permissão de livre comércio apenas com as províncias rebeldes e a não inclusão do México.

⁷⁶⁹ “Si el miramiento y delicadeza, como aliado de España, exigía del gobierno inglés que no fomentase la revolución de sus colonias, ningún motivo podía autorizarlo a permitir que la ignorancia de la Regencia de España atrajese una multitud de males sobre los pueblos españoles de uno y otro hemisferio, declarando al momento una guerra que podía ser la ruina de entrambos. ¿A quién debía la Regencia su existencia sino al influjo y protección de Inglaterra?” *El Español*, num. XVII, 30/ago/1811, p. 504.

Depois, insistia na boa fé da Inglaterra, que, ao contrário do que murmurava o “partido mercantil”, não desejava a independência da América, mas tampouco se submeteria a princípios injustos: “o que o povo espanhol e o americano devem convencer-se íntima e plenamente é da boa fé com a qual a Inglaterra oferece a sua mediação para o grande objetivo do qual tratamos.”⁷⁷⁰ No mesmo número, repercutia a resposta das Cortes à oferta de mediação e condenava cada ponto dela, pois “o que fizeram as Cortes foi querer comprometer a Inglaterra a sustentar a sua teimosia e falsa política.” Por fim, talvez uma das frases mais fortes que havia dito até então e que mostrava como se tornara não apenas um jornal de oposição, mas um jornal com um ponto de vista cada vez mais inglês: “o governo espanhol é aliado da Inglaterra em uma causa comum a ambos, na qual a Espanha tem a maior parte do benefício e a Inglaterra a maior das despesas.”⁷⁷¹ É pouco dubitável que a Espanha sofreu mais do que a Inglaterra com a guerra, apesar do que declamava Blanco.

As negociações empacaram, o que ficou ainda mais claro quando as Cortes decidiram em agosto enviar um exército para o México. Apenas em abril de 1812 seriam retomadas, com novos atores dos dois lados, já que havia uma nova Regência, mais próxima à Inglaterra⁷⁷², e também um novo ministro do *Foreign Office*⁷⁷³. As questões ainda não solucionadas nas negociações diziam respeito a três pontos: o uso da força, a exclusão do México da mediação inglesa, e a questão dos privilégios comerciais⁷⁷⁴. Mais uma vez em perfeita coadunação, Blanco voltou a tratar com afinco da mediação em março, enfocando justamente a necessidade da intervenção estrangeira no México⁷⁷⁵, onde mais gente morria:

⁷⁷⁰ “Deben convencerse íntima y plenamente el pueblo español, y el americano es de la buena fe con que ofrece la Inglaterra su mediación para el grande objeto de que tratamos.” Idem, p. 506.

⁷⁷¹ “Lo que han hecho las Cortes es querer comprometer a Inglaterra a sostener su tenacidad, y falsa política.” “El gobierno español es aliado de Inglaterra, en una causa común a entrambos, en que la España tiene la mayor parte del beneficio, e Inglaterra la mayor de las expensas.” Idem, p. 525.

⁷⁷² Vega e Capmany foram os responsáveis por tramar a nomeação de uma Regência mais amigável aos ingleses. Ainda que nem todos os membros desejados tenham sido eleitos, era inegavelmente mais próxima do que a anterior. É interessante notar o perfil dos dois deputados, que muitas vezes votavam junto com os liberais, mas discordavam de sua linha mestra e tentavam construir um constitucionalismo mais histórico.

⁷⁷³ Trata-se de Lord Castlereagh, quem mais tarde concederia a pensão a Blanco White.

⁷⁷⁴ RYDJORD, op. cit., 1941, p. 38.

⁷⁷⁵ “Que la guerra con los insurgentes ha empeorado la situación de las cosas, y ha hecho mas difícil la conciliación de ambos partidos : que esta guerra puede hacer entrar á los Anglo-Américanos hasta el mismo México, y que esto sucederá si llegan á declarar guerra á la Gran Bretaña: que si España se empeña en seguir el sistema que ha comenzado, aun quando lograrse destruir á los insurgentes de México, cosa que cada dia va apareciendo mas difícil, habría ella perecido antes de gozar la victoria, cuyos amargos frutos serian la destrucción de los brazos, é industria que le habían de producir las riquezas que necesita.” *El Español*, num. XXIII, 30/mar/1812, p. 348.

“A providência preliminar é retirar o Vice-rei, em quem recaiu todo o ódio do Reino. Pedir aos insurgentes que larguem as armas sem dar-lhes uma segurança completa seria impossibilitar a pacificação. Para isso é indispensável a mediação da Inglaterra; essa mediação anunciada, e suspensa por falta de disposição do governo espanhol para deixá-la agir utilmente. Se a Inglaterra vai como garantia da observância do armistício, os insurgentes poderão confiar que não está sendo feita uma armadilha.”⁷⁷⁶

Nesse artigo, que era destinado à nova Regência espanhola, Blanco White dava conselhos tanto ao governo quanto ao povo espanhol, e concluía reafirmando a lealdade e o desprendimento inglês: “a generosidade e a visão do governo inglês merecem de parte da Espanha a mais cega confiança.”⁷⁷⁷ Nos jornais de julho e agosto de 1812 o tema voltava a ser candente, compondo parte essencial do plano relacionado à América, e foi justamente nesse período que se teve notícia de que a esperança de negociação fracassou na votação nas Cortes.

As longas conversas entre Henry Wellesley, o irmão mais novo de Arthur e Richard e então representante inglês na Espanha, e Ignacio de Pezuela, secretário interino à época, foram de pouca resolução. O governo gaditano desistiu de exigir a colaboração inglesa na subjugação das colônias, mas se manteve resistente à inclusão do México e à permanência do livre comércio para além do tempo de negociação⁷⁷⁸.

Por fim, as Cortes rejeitaram a proposta inglesa e mantiveram a exclusão do México, que havia sido tomada como condição *sine qua non* por Lord Castlereagh, ministro do *Foreign Office*. Nota-se que apenas dois deputados mexicanos recusaram a mediação inglesa⁷⁷⁹. Tal rejeição por parte dos gaditanos despertou a ira de Blanco White em um dos seus discursos mais fortes contra as Cortes, a já citada “*Contextacion a la segunda carta de un Americano al Español en Londres*”⁷⁸⁰, em que praticamente se esquecia de Mier e analisava os liberais, denominando a conduta destes quanto à América de iliberal⁷⁸¹.

⁷⁷⁶ “Por providencia preliminar se debe retirar al Virrey, en quien debe haber recaído todo el odio del Reino. Pedir que los insurgentes suelten las armas sin darles una seguridad completa, seria imposibilitar la pacificación. Para esto es indispensable la mediación de Inglaterra; esa mediación anunciada, y suspendida, por falta de disposición en el gobierno Español para dejarla obrar útilmente. Si la Inglaterra sale por garante de la observancia del armisticio, los insurgentes podrán fiar de que no se les arma un lazo.” Idem, ibidem.

⁷⁷⁷ “La generosidad y miramiento del gobierno Inglés, merece de parte de España la más ciega confianza.” Idem, p. 355.

⁷⁷⁸ A análise da correspondência trocada entre um e outro está em RYDJORD, op. cit., 1941, pp. 38-46.

⁷⁷⁹ Eram os conservadores Pérez, de Puebla e Maniau, de Veracruz. Vide RIEU-MILLAN, op. cit., 1990, p. 348.

⁷⁸⁰ *El Español*, num. XXVIII, 30/ago/1812, pp. 274-285.

⁷⁸¹ “Los gefes del partido que ha logrado este miserable triunfo se envanecen con el titulo de liberales que han tomado; pero si no se ha transtornado en Cádiz el language como las ideas, yo creo que solo podrían

Já analisamos anteriormente esse documento, mas cabe aqui ressaltar ainda a defesa apaixonada da conduta inglesa e a crítica específica ao “partido liberal”, entendido como anti-inglês. A mediação – nos termos ingleses – deveria ser aceita não apenas por ser proveitosa à pacificação, mas como sinal de gratidão⁷⁸², e a culpa pela derrota da proposta era exclusivamente do partido vencedor em Cádiz, que acreditava estar se vingando da Inglaterra ao recusar algo que seria bom a todos:

“Parece-me que ouço aos campeões do partido que desviou as Cortes, com relação ao presente tema. Parece-me que os ouço dizer, pulando de alegria ao celebrar o triunfo recém-alcançado: ‘pensaram (parece-me que dizem) que não os conhecíamos! Façam a guerra, pois o seu interesse é fazê-la. Estamos confiantes de que não nos abandonarão. Londres se defende em Valladolid e Salamanca. Ao menos saberão que em Cádiz há políticos que podem dar lição aos de St. James.’”⁷⁸³

O fracasso dos apoiadores da Inglaterra nas Cortes de Cádiz, liderados por Vega, Capmany e o americano Mexía Lequerica – que fornece relatos das sessões secretas a Blanco – fez com que o tema da mediação com as Juntas fosse abandonado tanto pelo *Español* quanto pelo gabinete inglês. A confiança dos deputados gaditanos na Constituição e o alívio da situação militar na península fizeram com que os liberais acreditassem que era possível obter a pacificação americana a partir de forças próprias⁷⁸⁴. Quando o tema era retomado no periódico, era para criticar as Cortes quanto ao passado e não como esperança de futuro, como em julho de 1813, quando, após criticar as Cortes e a inutilidade de uma constituição sustentada por um congresso a milhas de distância, relembra como tudo poderia ter sido resolvido pelos ingleses:

“Foi dito, já faz tempo, e fundou-se nisso a repulsa da mediação Inglesa, que no México não havia mais que quadrilhas de bandidos, e que não existia governo insurgente com o qual tratar. Vemos agora que não apenas existe um governo insurgente, mas que também fez propostas de paz e guerra, nas quais se encontram as principais bases que podem servir a uma reconciliação em que reina um tom de moderação que prometia

llamarse liberales por antífrasis, ó como comunmente se dice, por mal nombre. La conducta que han seguido respecto á las Americas es el colmo de la iliberalidad, por todos aspectos.” Idem, p. 277.

⁷⁸² “Hablo del desayre hecho á Inglaterra en punto á la mediación que ofrecía. Aun quando los títulos de la guerra con la America Española fueran los mas justos del mundo, (que son los mas injustos, según se ha visto) y aun quando en terminarla con una negociación pudiese perder algo la España (que es muy al contrario); ó nada significan para el gobierno Español las voces amistad y agradecimiento, ó debían haber dado á Inglaterra esta prueba de ambas cosas – la única que pudieran esperar que se les presentase por ahora para corresponder á tantas como han recibido y reciben de esta íntima aliada.” Idem, p. 282.

⁷⁸³ “Me parece que oigo a los campeones del partido que ha extraviado a las Cortes, en los puntos que tienen relación con el presente. Me parece que los oigo en los raptos de su alegría celebrando el triunfo recién ganado. ‘¡Pensaran (me parece que dicen) que no los conocemos! Hagan la guerra, pues su interés es hacerla. Seguros estamos de que no nos abandonen. Londres se defiende en Valladolid y Salamanca. Por lo menos sabrán que en Cádiz hay políticos que pueden dar lecciones a los de St. James.’” Idem, p. 284.

⁷⁸⁴ Hipótese adotada tanto por Rieu-Millan quanto por Rydjord, op. cit.

felizes resultados se os mediadores ingleses tivessem ido tratar com os chefes Mexicanos.”⁷⁸⁵

A anglofilia de Blanco ficava ainda mais clara quando o assunto era a condução da guerra na península, em que passou a apoiar enfaticamente a tese do *Foreign Office* de que deveria caber aos ingleses o mando militar na Espanha. A primeira vez que se expressa com mais clareza foi através do heterônimo *Juan sin tierra* – cujas cartas, datadas de 1811, corresponderam ao período de transição do escritor sevilhano, adaptando-se ao novo país –, que, em sua segunda carta, de abril, defendia em maiúsculo: “NAÇÃO ESPANHOLA COM OFICIAIS INGLESES/ OU/ DOMINAÇÃO FRANCESA COM OFICIAIS ESPANHÓIS.”⁷⁸⁶

A partir desse momento encampou, primeiro com *Juan sin tierra* e depois com texto próprio, a campanha pelo Duque de Wellington como comandante militar da Espanha⁷⁸⁷. Em junho de 1811, por exemplo, vendo uma melhora na situação militar da península, voltava a defender que o que faltava para derrotar os franceses era a união e a disciplina no exército espanhol, como houve em Portugal. Isso significava criticar a condução da guerra pelo governo gaditano e o talento dos generais espanhóis, destacando, por outro lado, a oficialidade inglesa:

“Um general inglês que comandasse as forças que a Espanha pode dar, como dirigiu as de Portugal, libertaria a nação mais rápida e eficazmente que qualquer outra medida, e sem receio de que se arrogasse a liderança dela depois de reconquistada.”⁷⁸⁸

O tom passaria a ser ainda mais exaltado após as vitórias do exército de Wellington contra os franceses no começo de 1812.⁷⁸⁹ Em março aconselhava a

⁷⁸⁵ “Dijose tiempo ha, y se fundó en ello la repulsa de la mediación Inglesa, que en México no había más que cuadrillas de bandidos, y que no existía gobierno insurgente con quien tratar. Vemos ahora que no solo existe un gobierno insurgente, sino que ha hecho proposiciones de paz y guerra, en que se hallan las principales bases que pudieran servir a una reconciliación en que reina un tono de moderación que prometía felices resultados si los mediadores Ingleses hubieran ido a tratar con los jefes Mexicanos.” *El Español*, num. XXXIX, jul/1813, p. 75.

⁷⁸⁶ “NACION ESPAÑOLA CON OFICIALIDAD INGLESA/ O/ DOMINACIÓN FRANCESA CON OFICIALIDAD ESPAÑOLA” *El Español*, num. XIII, 30/abr/1811, p. 49.

⁷⁸⁷ “Ya no hay un francés en Portugal; Lord Wellington los perseguiría en España; y el gobierno español y sus cortes, se oponen tenazmente á ceder parte de su orgullo y capricho á lo único que puede dar esperanzas de libertad á España!” *Idem*, p. 87.

⁷⁸⁸ “Un general ingles que dirigiese en jefe las fuerzas que puede dar la España, como ha dirigido las de Portugal, libertaria a la nación, mas pronta y eficazmente que otra ninguna medida, y sin recelo de que se arrogase el mando de ella, después de reconquistada.” *El Español*, num. XV, 30/jun/1811, p. 262.

⁷⁸⁹ A liberação da Extremadura, Andaluzía e Madri fizeram a fama de Wellington, ainda que a luta das guerrilhas não possa ser esquecida, inclusive no restante da Espanha ocupada, já que mantinham as tropas francesas fora da guerra com a Inglaterra. Vide CAYUELA; GALLEGU, op. cit.

dissolução das Cortes⁷⁹⁰ e o fortalecimento do poder executivo, que “deve ser total para o que diz respeito à salvação da pátria.”⁷⁹¹ No mês seguinte tecia elogios enormes a Wellington, libertador de Badajoz, e a quem os espanhóis deveriam obedecer⁷⁹². Por fim, entusiasmado com a vitória em Arapiles, escrevia:

“Espanhóis, não há mais que um meio de assegurar vossa liberdade, é colocar-vos nas mãos do herói que os salvou. (...) No entanto não basta colocar em suas mãos os exércitos; é preciso dar-lhe todos os meios de fazê-los efetivos; é preciso confiar-lhe todos os que Espanha possui; em uma palavra, a própria Espanha. Em agradecimento pela vitória de Salamanca, e pela liberdade da Península, que é consequência dela, as Cortes devem nomear o Marquês de Wellington ÚNICO REGENTE DA ESPANHA.”⁷⁹³

A proposta de colocar um general inglês como Regente da Espanha pareceria absurda a qualquer deputado em Cádiz, e refletia a posição de setores da política inglesa mais próximos aos *Tories* que aos *Whigs* de Lord Holland, já que cabia aos primeiros defender um executivo forte e um legislativo dissolvido. Conforme demonstra Pons, Blanco White era um porta-voz do *Foreign Office* a esse respeito:

“Ao exigir do Governo de Cádiz uma política militar enérgica, a oficialidade inglesa para as tropas nacionais e o comando supremo das forças aliadas para Wellington, ao reivindicar um poder executivo forte, Blanco White fazia eco das posições do *Foreign Office*.”⁷⁹⁴

De fato, em meados de 1812 havia uma clara transformação no emigrado espanhol. Ele recentemente publicara um artigo na revista *torie Quarterly Review* através de sua amizade com o ultraconservador Southey, e também estava em vias de converter-se ao anglicanismo, além de adotar cada vez mais posturas a favor de um executivo forte que se aproximavam das defendidas pelos *Tories* e pelo próprio Wellington. Isso não quer dizer que se distanciasse totalmente dos *Whigs* de Lord

⁷⁹⁰ “Las Cortes, en el día, son una traba fortísima que no puede menos de entorpecer á la Regencia. (...) Para evitar este mal no habría mejor remedio sino que las Cortes se disolviesen á si mismas, quanto antes.” *El Español*, num. XXIII, 30/mar/1812, p. 338.

⁷⁹¹ “Debe ser absoluto para lo que pertenece a la salvación de la patria.” *Idem*, p. 337.

⁷⁹² “El cielo indica á la España quien ha de ser su libertador — el gran general que le ha reconquistado dos plazas en pocos meses: el único que ha burlado los esfuerzos de Bonaparte en Europa. España le debe una recompensa por tan nobles servicios. Qual puede ser igual á su mérito? — Seguir con ardor sus consejos, y dexarse conducir por él á la victoria.” *El Español*, num. XXIV, 30/abr/1812, p. 489.

⁷⁹³ “Españoles, no hay más que un medio de asegurar vuestra libertad, y es ponerlos en manos del héroe que os ha salvado. (...) Pero no basta poner en sus manos ejércitos; es menester darle todos los medios de hacerlos efectivos; es menester confiarle todos los que España posee; en una palabra, a España misma. En agradecimiento por la victoria de Salamanca, y por la libertad de la Península, que es consecuencia de ella, las Cortes deben nombrar al marqués de Wellington, ÚNICO REGENTE DE ESPAÑA.” *El Español*, num. XXVIII, 30/ago/1812, p. 248.

⁷⁹⁴ “Al reclamar al Gobierno de Cádiz una política militar enérgica, la oficialidad inglesa para las tropas nacionales y el mando supremo de las fuerzas aliadas para Wellington, al reivindicar un poder ejecutivo fuerte, Blanco White se hacía eco de las posiciones del *Foreign Office*.” PONS, op. cit., 2002, p. 287.

Holland, que concordavam com os *Tories* em boa parte da condução da guerra na Espanha,⁷⁹⁵ mas que o seu conservadorismo ia se exacerbando, a ponto de distanciar-se de John Allen em alguns aspectos. Sua tentativa de imiscuir-se na sociedade inglesa passava pela aproximação com os *tories*⁷⁹⁶ e o afastamento cada vez mais claro dos seus antigos amigos. Era preciso *make myself an englishman*⁷⁹⁷, daí que, por exemplo, passasse a escrever um diário em inglês, explicando os motivos:

“O principal é melhorar a minha mente e o meu coração obrigando-me a examinar meus pensamentos e emoções tão minuciosamente como exige o colocá-los por escrito; e o segundo (embora secundário, tão importante para mim como o anterior) é acostumar-me a pensar na língua deste país que tento converter na minha até o dia da minha morte.”⁷⁹⁸

Não há dúvidas de que sua relação com Lord Holland e Robert Southey foi essencial nessa mudança, assim como a briga exacerbada com os liberais gaditanos, mas, intelectualmente, as duas referências para a sua transformação num ilustrado antirrevolucionário de matriz inglesa foram Edmund Burke e William Paley, ambos amplamente citados e reproduzidos no *Español*.⁷⁹⁹

A primeira menção direta a Burke veio ainda em janeiro de 1811, através da reprodução de um trecho do seu *Speech on American Taxation*, de 1774⁸⁰⁰, feito no parlamento britânico para refutar o Imposto do Chá. Edmund Burke era um importante parlamentar *whig*, nascido na Irlanda em 1730 e que ocupou uma vaga na Câmara dos Comuns entre 1765 e 1794, com grande destaque nas discussões coloniais, tanto sobre a América quanto sobre a Índia.

Além de crítico às políticas *tories* para as colônias, Burke se notabilizou pelos seus escritos contra a Revolução Francesa e especificamente antijacobinos, nos quais destoava de uma parte dos seus colegas de parlamento, entusiasmada pelos eventos

⁷⁹⁵ “Los objetivos de éste [*Foreign Office*] coincidían, en sus grandes líneas, con los de Lord Holland quien, aunque en la oposición *whig*, no podía defender, sobre la cuestión de la guerra, una política muy distinta de la del Gobierno *tory*”. Idem, *ibídem*.

⁷⁹⁶ Murphy, op. cit., p. 162.

⁷⁹⁷ “Quería, como él mismo dijo, to make myself an Englishman, es decir, hacerse inglés de un modo muy español: identificándose con Inglaterra total y plenamente.” BLANCO WHITE, José María. **Antología de Obras en Español**. LLORENS, Vicente (ed.). Barcelona: Labor, 1971

⁷⁹⁸ “El principal es mejorar mi mente y mi corazón obligándome a examinar mis pensamientos y afectos tan minuciosamente como exige el ponerlos por escrito; y el segundo (aunque secundario, tan importante para mí como el anterior) acostumbrarme a pensar en la lengua de este país que intento convertir en la mía hasta el día de mi muerte.” Diario privado, 1812-1820 *Apud* MURPHY, op. cit., p. 179.

⁷⁹⁹ Compartimos essa conclusão tanto com Pons como com Durán López.

⁸⁰⁰ “Invention is exhausted; reason is fatigued; experience has given judgement; obstinacy is not yet conquered. / La invención está ya exhausta; la razón, cansada; la experiencia ha puesto su fallo; pero la obstinacion aun no ha cedido.” *El Español*, num. X, 30/jan/1811, p. 334.

franceses, como o líder Charles James Fox⁸⁰¹. A continuação da Revolução, especificamente o período do Terror, acabou por fazer as ideias de Burke vencerem, não apenas entre os *Whigs*, mas na Inglaterra como um todo. Pons interpreta nessas duas lutas – contra a revolução e a favor das colônias – uma aparente contradição:

“Por um lado, é conhecido como um conservador puro e um teórico da contrarrevolução; porém foi também um pensador liberal que defendeu causas generosas, sobretudo em matéria colonial, mas também com referência aos católicos irlandeses. (...) Blanco White admirava tanto o contrarrevolucionário como o defensor dos colonos insurgentes, e utilizou suas obras com duas perspectivas aparentemente contraditórias, uma antidemocrática e a outra liberal.”⁸⁰²

No entanto, assim como não havia contradição, em Blanco, em atacar a Constituição gaditana e defender as Juntas, tampouco existia em Burke. Como a primeira referência por parte do *Español* ao escritor inglês veio por meio de sua política colonial, vamos ver qual era a relação entre os dois nesse sentido. Em 1774 e 1775, o parlamentar Edmund Burke proferiu dois discursos famosos, posteriormente publicados: *Speech on American Taxation* e *Speech on Conciliation with the Colonies*⁸⁰³, que definiram a oposição dos *Whigs* às medidas do gabinete de Lord North.

O argumento central era que as recentes políticas do governo inglês, principalmente a partir de 1764, eram um rompimento com a tradição de respeitar a autonomia das assembleias americanas e que isso justificava a revolta das colônias. No discurso sobre o Imposto do Chá, ao qual Blanco White fazia citações, Burke recapitulava a história para mostrar que a América tinha, exceto pelas restrições comerciais, um sistema de liberdade:

“[América] tinha, exceto pelas restrições comerciais, todas as características que marcam um povo livre quanto aos assuntos internos. Ela tinha a imagem da Constituição Britânica. Ela tinha a essência. Ela era taxada pelos próprios representantes. Ela escolhia a maioria dos seus magistrados. Ela os pagava. Ela tinha, de fato, a arrumação do seu governo interno. Esse estado de servidão comercial e liberdade civil, tomado em conjunto, certamente não é a liberdade perfeita, mas

⁸⁰¹ Vide *An Appeal from the New to the Old Whigs*, do próprio Burke, escrito contra o líder Fox em 1791.

⁸⁰² “Por un lado se le conoce como un conservador puro y un teórico de la contrarrevolución; pero fue a la vez un pensador liberal que defendió causas generosas, sobre todo en materia colonial, pero también a los católicos irlandeses. (...) Blanco White admiraba a la vez al contrarrevolucionario y al defensor de los colonos insurgentes, y utilizó sus obras con dos perspectivas aparentemente contradictorias, una antidemocrática, la otra liberal.” PONS, op. cit., 2006, p. 188.

⁸⁰³ A edição utilizada aqui foi uma reimpressão da famosa versão de Edward John Payne no século XIX. BURKE, Edmund, **Select Works of Edmund Burke, vol. 1: Thoughts on the cause of the presente discontents. The two speeches on America**. Indianapolis: Liberty Found, 1999.

comparando com as condições ordinárias da natureza humana, era uma condição feliz e liberal.”⁸⁰⁴

A Lei do Açúcar, entretanto, chamada por Burke de *Revenue Act of 1764*, rompeu essa tradição: “um *Revenue Act* [1764] completo foi feito de todas as maneiras, e mesmo tendo uma completa admissão do direito, equidade, planejamento e até necessidade de taxar as Colônias, foi sem qualquer consentimento formal delas.”⁸⁰⁵ A injustiça ficava demarcada pela ausência de consenso, já que os americanos não estavam representados no parlamento, daí que a conclusão da questão passasse por deixar a América taxar a si própria:

“Deixe a América, se ela tem assuntos de impostos, taxar a si mesma. Eu não estou entrando na questão de direitos, não estou tentando apontar os seus limites. Eu não entro em distinções metafísicas; eu odeio o próprio som delas. Deixe os Americanos como eles tradicionalmente ficavam, e essas distinções, nascidas de uma disputa infeliz, morrerão com ela.”⁸⁰⁶

As principais bases do pensamento de Burke já se anunciavam nesses discursos e seriam, de certa forma, as mesmas que sustentariam as reflexões antirrevolucionárias de 1790 e 1791: o respeito à tradição, encarnada na constituição britânica; e a pragmática, já que defendia que era melhor ceder e permanecer com as colônias a insistir em princípios que denominava por “odiosa metafísica”.⁸⁰⁷

A influência desse pensamento em Blanco era cristalina, não na associação das colônias inglesas com as espanholas, cujas diferenças eram ressaltadas no *Español* como motivos contra a independência⁸⁰⁸, mas pela insistência em assembleias autônomas, adaptadas pelo sevilhano para o título de *Juntas superiores*.⁸⁰⁹

⁸⁰⁴ “Had, except for the commercial restraint, every characteristic mark of a free people in all her internal concerns. She had the image of the British Constitution. She had the substance. She was taxed by her own representatives. She chose most of her own magistrates. She paid them all. She had in effect the sole disposal of her internal government. This whole state of commercial servitude and civil liberty, taken together, is certainly not perfect freedom; but comparing it with the ordinary circumstances of human natures, it was a happy and liberal condition.” Idem, p. 182.

⁸⁰⁵ “A complete Revenue act [1764] was made in all the forms, and with a full avowal of the right, equity, policy, and even necessity of taxing the Colonies, without any formal consent of theirs.” Idem, p. 188

⁸⁰⁶ “Leave America, if she has taxable matter in her, to tax herself. I am not going into the distinction of rights, not attempting to mark their boundaries. I do not enter into these metaphysical distinctions; I hate the very sound of them. Leave the Americans as they anciently stood, and these distinctions, born of our unhappy contest, will die along with it.” Idem, p. 215.

⁸⁰⁷ O que poderia resultar em reflexões bastante simples: “I am sure the natural effect of fidelity, clemency, kindness in governors, is peace, good-will, order, and esteem on the part of the governed.” Idem, p. 179.

⁸⁰⁸ Vide nota 417.

⁸⁰⁹ “Reconózcense al momento por legítimas las Juntas que han formado los pueblos de América, mandense ordenes á todas las capitales de aquellos payses, que aun no hayan nombrado Juntas, para que las formen; Llámense Juntas Superiores como las de la Península; Deseles el poder que tienen esos Vireyes y Gobernadores, origen único de todos los males;” *El Español*, num. X, 30/jan/1811, p. 336.

A partir do segundo discurso de Burke, essa teoria, que baseou tanto a *Commonwealth* quanto o jornal de Blanco, ficava ainda mais clara. Discutindo como alcançar a paz com as colônias⁸¹⁰, o irlandês *whig* demarcava como deveria se organizar um império:

“Minha proposta, portanto, significa estabelecer equidade e justiça de uma taxa da América feita por consentimento e não por imposição. Marcar a competência legal das Assembleias Coloniais para sustentar o governo em tempos de paz, e de ajudas públicas em tempo de guerra. É reconhecer que esta competência legal teve uma respeitosa e benéfica existência, e que a experiência mostrou a vantagem das suas concessões, e a inutilidade da taxa do Parlamento como um método de provimento.”⁸¹¹

É relevante notar como o discurso do *Español* vai se aproximando dessa resolução, não apenas por defender cada vez mais enfaticamente a autonomia financeira das Juntas, mas principalmente quando desiste de um único congresso para a Espanha. Foi Burke quem havia chegado trinta e sete anos antes a essa conclusão, porque ao defender a necessidade de consenso para estabelecer taxas, alguém poderia pensar que gostaria de representantes americanos no parlamento:

“Você vai agora, Sir, talvez imaginar que eu estou prestes a propor para o senhor um plano para a representação das Colônias no Parlamento. Talvez eu estivesse inclinado a pensar sobre o assunto por um tempo, mas uma grande massa de água me impede de fazê-lo. *Opposuit natura* – eu não posso remover as barreiras eternas da criação.”⁸¹²

Então, com as necessárias adaptações, foram a *Edinburgh Review* e Edmund Burke que forneceram a base para a teoria inovadora de Blanco White para o Império espanhol. Império para o qual teria uma definição parecida com a do irlandês: “um Império é o agregado de muitos Estados sob uma cabeça comum; seja essa cabeça um monarca ou um presidente republicano.”⁸¹³ Isso não retira de maneira alguma a particularidade da doutrina do *Español*, já que outros tiveram acesso às mesmas

⁸¹⁰ “I mean to give peace. Peace implies reconciliation; and, where there has been a material dispute, reconciliation does in a manner always imply concession on the one part or on the other.” **Speech on Conciliation with the Colonies**, p. 227.

⁸¹¹ “My resolutions therefore mean to establish the equity and justice of a taxation of America by grant, and not by imposition. To mark the legal competency of the Colony Assemblies for the support of their government in peace, and for public aids in time of war. To acknowledge that this legal competency has had a dutiful and beneficial exercise; and that experience has shown the benefit of their grants, and the futility of Parliamentary taxation as a method of supply.” *Idem*, p. 266.

⁸¹² “You will now, Sir, perhaps imagine, that I am on the point of proposing to you a scheme for a representation of the Colonies in Parliament. Perhaps I might be inclined to entertain some such thought; but a great flood stops me in my course. *Opposuit natura*- I cannot remove the eternal barriers of the creation.” *Idem*, p. 265.

⁸¹³ “An Empire is the aggregate of many States under one common head; whether this head be a monarch, or a presiding republic.” *Idem*, p. 251.

referências que Blanco sem chegar a conclusões semelhantes, porém nos ajuda a entender que o seu desenvolvimento da Nação hispânica se afiliava à matriz britânica, muito mais do que à Ilustração espanhola ou ao constitucionalismo de Quintana, ou então às ideias de um Império Habsburgo dos servís.

O ano de 1812 foi, sem dúvidas, definitivo nessa mudança, por tornar mais clara a sua diferença política com os liberais através da crítica da Constituição de Cádiz, não apenas no tocante à América. Sua oposição à Revolução – tanto na América quanto na Europa – se tornou tão explícita, que Blanco White sentiu necessidade de explicar-se aos leitores, num texto que, não à toa, era preenchido por citações a Edmund Burke.

Em janeiro de 1813, num artigo único no periódico, intitulado “*Variaciones políticas del Español*”, o escritor sevilhano começava se referindo a Jovellanos para terminar com um longo trecho do *Reflections on Revolution on France*, o mais famoso livro de Burke. Escrevera o texto para justificar “ao público a mudança que tiveram as minhas opiniões e (...) manifestar as causas que me induziram ao erro.”⁸¹⁴

Repleto de ataques à Constituição e aos liberais, Blanco qualificava como extremamente perigosas as ilusões causadas pelo “Catecismo de los Derechos del Hombre”⁸¹⁵, perigosos por “a facilidade com que se entendem e a fermentação de paixões que causam”⁸¹⁶, especialmente sedutores na Espanha, onde não havia conhecimento de política ou de história. Em tom pessoal, White admitia que também ele fora atraído pelas teorias francesas, pelo *Contrato Social* de Rosseau⁸¹⁷, e que apenas ao conhecer “a primeira nação do mundo com relação às instituições civis”⁸¹⁸ pôde enxergar a verdade.

Aquele escritor do “*Dictámen sobre el modo de reunir las Cortes de España*”⁸¹⁹ não existia ao menos desde setembro de 1810, quando publicou o decreto oculto da Junta Central convocando o Primeiro e Segundo Estado, a cuja divisão antes era contrário. Em 1813 estava expondo o seu real desprezo pelos antigos amigos e pela

⁸¹⁴ “Al público la variación que han tenido mis opiniones, y (...) manifesta[r] las causas que me indujeron a error.” *El Español*, num. XXXIII, jan/1813, p. 16.

⁸¹⁵ “En una palabra mi objeto es manifestar prácticamente, y en mí mismo el verdadero origen de la ilusión que, en ciertas circunstancias, causan las opiniones que, en el language de Burke, podemos llamar “el Catecismo de los Derechos del Hombre”.” *Idem*, p. 5.

⁸¹⁶ “La facilidad con que se entienden, y la fermentación de pasiones que causan.” *Idem*, p. 7.

⁸¹⁷ “Pero el joven de comprensión clara y viva que toma un libro como el *Contrato Social* en las manos, ve de repente abrirse un campo inmenso por donde puede espaciarse a su placer, y gozar de toda la agilidad de su talento, sin esperar a hacer un tardo y penoso acopio de materiales; trabajo, cuya idea no puede sufrir la natural impaciencia de sus años.” *Idem*, p. 7.

⁸¹⁸ “la primera nación del mundo en punto a instituciones civiles.” *Idem*, p. 5.

⁸¹⁹ *El Español*, num. II, 30/mar/1810.

doutrina que baseava a Constituição de Cádiz, em sua visão. Em nenhum momento isso era mais claro do que ao defender que os homens não podiam ser iguais:

“A grande massa dos homens se encontra indispensavelmente destinada a compor as classes inferiores da sociedade, nascidas para o trabalho e a indústria, sem mais desejos que as primeiras necessidades da vida inspiram. (...) [Para fazer feliz aos homens o necessário] é necessário conter em uns os voos da ambição, não estimular nos outros as necessidades fictícias, e que um e outro não fiquem tristes com os que tem, fazendo com que apeteçam o que não possuem. (...) Mas esse último é cabalmente o que tem feito esses desgraçados sistemas em nossos dias. Seu efeito é persuadir cada individuo da sociedade que cada um é tão independente como se fosse um novo Adão, único habitante do universo.”⁸²⁰

Diante desses problemas, era necessário alterar todo o sistema da Espanha, que ainda não estava tão corrompido quanto o francês. A solução seria copiar a Inglaterra:

“Se (...) as Cortes futuras tivessem o valor e a prudência suficientes para restituir a monarquia Espanhola às suas antigas bases, limitando o poder dos seus congressos à formação das leis, em união com rei, dividindo-se em dois corpos para evitar a precipitação e a influência das facções em formá-las, e reservando-se absolutamente a si a faculdade de impor contribuições, o povo Espanhol gozará de uma liberdade verdadeira e durável.”⁸²¹

Nesse texto, em que explicava o divórcio já explícito com os liberais e com seu passado como redator do *Semanario Patriótico*, Edmund Burke era citado por quatro vezes, a última delas em um longo trecho de três páginas dedicado a provar que os Direitos do Homem eram contrários à sociedade: “quanto à porção de poder, autoridade e influência que cada indivíduo terá no manejo do Estado, nego que se encontre entre os direitos originais do homem na sociedade civil.”⁸²²

O livro referencial para essas considerações foi escrito em 1790 sob a ameaça da Revolução Francesa e uma possível repercussão na Inglaterra. O *Reflections on the Revolution in France* é essencial para entender a Contrarrevolução, com a qual Burke

⁸²⁰ “La gran masa de los hombres se halla indispensablemente destinada a componer las clases inferiores de la sociedad, nacidas para el trabajo y la industria, sin más deseos que los que inspiran las primeras necesidades de la vida (...) es contener en los unos los vuelos de la ambición, no excitar en los otros, necesidades facticias, y no disgustar a unos y otros de lo que gozan, haciéndoles apeteecer lo que no tienen. (...) Pero esto último es cabalmente lo que han hecho estos malhadados sistemas en nuestros días. Su efecto es persuadir a cada individuo de la sociedad de por sí, que es tan independiente como si fuese un nuevo Adán, único habitante del universo.” *El Español*, num. XXXIII, jan/1813, p. 10.

⁸²¹ “Si (...) las Cortes venideras tuvieren valor y prudencia bastante para restituir la monarquía Española a sus antiguas bases, limitando el poder de sus congresos a la formación de las leyes, en unión con el rey: dividiéndose en dos cuerpos para evitar la precipitación, y el influjo de las facciones en formarlas, y reservándose absolutamente la facultad de imponer contribuciones; el pueblo Español gozará de una libertad verdadera, y durable.” *Idem*, p. 15.

⁸²² “En cuanto a la porción de poder, autoridad, é influjo que cada individuo ha de tener en el manejo del estado; niego que se halle esto entre los derechos originales del hombre en sociedad civil.” *Idem*, p. 18.

estava em contato. Consiste numa argumentação em favor da tradição⁸²³, da constituição inglesa e do respeito pela divisão de classes: “acredite-me, senhor, aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades compostas de diferentes classes de cidadãos é necessário que algumas delas se sobreponham às outras.”⁸²⁴ Criticava desde os princípios até a prática dos revolucionários, passando pela sua origem de classe. Um congresso dominado pelo Terceiro Estado não impunha autoridade e, concomitantemente, inebriava-se pela grandeza⁸²⁵. O desprezo pela constituição histórica e os direitos adquiridos levavam à intolerância e à destruição da sociedade, pois estimulava a metafísica e os construtores de sistemas, sem apoio na realidade⁸²⁶.

De fato, a leitura do panfleto de Burke de 1790 encontrava paralelos incrivelmente parecidos com o *Español* de Blanco White a partir de 1811, com mais força em 1812. Tanto na crítica ao congresso gaditano como aos revolucionários americanos, estava presente a influência do parlamentar *whig*. A Assembleia Nacional era desacreditada por concentrar em si toda autoridade, sem nenhum balanço do poder, exatamente como Blanco acusava as Cortes de agirem.⁸²⁷ O objetivo das autoridades seria fazer o povo feliz e rico, daí que recomendasse aos americanos a união com a metrópole, em que isso seria alcançado com menos solavancos⁸²⁸. O mesmo ataque feito por Burke a um poder executivo sem autoridade e a uma câmara única eram repetidos

⁸²³ “É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras da vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual ponto nos dirigimos”. BURKE, Edmund, **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 102.

⁸²⁴ Idem, p. 81.

⁸²⁵ “Quando soube os nomes e as profissões dos deputados do Terceiro Estado, nada do que fizeram posteriormente me pareceu surpreendente. Sem dúvida, entre eles, notei alguns de posição distinta; vi alguns que brilhavam pelo talento; mas não pude encontrar um só homem que tivesse alguma experiência prática dos negócios públicos.” [Idem, p. 75] “Quem poderia se iludir que tais homens, arrancados como por encanto das mais humildes posições da hierarquia, não seria inebriados pela grandeza à qual não estavam preparados?” [Idem, p. 76]

⁸²⁶ “Os direitos que esses teóricos da Constituição pretendem obter são todos absolutos: em que pese sua verdade metafísica, são moral e politicamente falsos.” [Idem, p. 91]. “O ímpeto de suas precipitações e o desprezo que sentem pela lentidão da natureza os colocam nas mãos de todos os aventureiros, de todos os construtores de sistemas, de todos os alquimistas, de todos os charlatães.” [Idem, p. 167].

⁸²⁷ “Temos em alta conta a autoridade legislativa, mas nunca sonhamos que os Parlamentos tivessem o direito de violar a propriedade, abolir a prescrição, ou substituir o curso forçado das verdadeiras espécies reconhecidas pelas leis das nações por uma moeda de sua invenção. Os franceses, que começaram por recusar a submeterem-se às pressões mais moderadas, terminaram por instaurar um despotismo cruel.” Idem, p. 154. Já no *Español*, num. XLII, out/1813, pp. 231-232: “Las Cortes extraordinarias se apoderaron de toda la autoridad del estado desde su instalación. A título de que eran representantes de la nación se declararon sus soberanos absolutos: y este es un acto de usurpación tan injusta como si lo hubiera executado un solo individuo”.

⁸²⁸ “Se o povo é feliz, unido, rico e poderoso, isso é o que conta. Concluimos que as instituições são boas quando produzem o bem. Se elas se distanciam da teoria, isso é compensado pelas vantagens que trazem.” BURKE, op. cit., 1982, p. 169.

como um mantra por Blanco White⁸²⁹. Enfim, seria possível continuar essa comparação indefinidamente, mas já conseguimos provar o ponto principal de que o *Español* era um veículo difusor da “teoria” de Burke⁸³⁰ – homem completamente avesso à teoria e que se agarrava à prática e à história para escrever, como tentava fazer o jornalista sevillhano⁸³¹ – e de que a semelhança entre ambos foi crescendo.

A associação de Burke e Blanco White com a oposição à Revolução Francesa não deve torná-los adeptos da volta ao despotismo. Conforme afirmava Burke num de seus ditos mais espirituosos: “não rejeito as mudanças; mas gostaria que as mudanças fossem feitas sempre com o intuito de conservar.”⁸³² Blanco tentava defender em seu periódico um sistema inglês, mas baseado em escritos que preservavam a tradição, e daí a busca por uma constituição histórica, expressa pela reprodução do livro de Martinez Marina *Ensayo Histórico crítico sobre la Antigua Legislación y Principales Cuerpos Legales de los Reynos de León y Castilla*, obra escrita em 1806, mas de rara circulação, e que tentava achar um conjunto de leis que historicamente protegessem a liberdade na Espanha. Durante os doze números de 1813 havia extratos resumidos do livro.

No entanto, a comparação deste livro com as propostas de matriz britânica do *Español* demonstram a retórica falsa expressa nesse desejo de “mudar para conservar”, já que não havia nenhum registro, por exemplo, de duas câmaras na história espanhola ou então de assembleias locais na América. Assim como o de Jovellanos em 1809, o discurso constitucionalista histórico não encontrava real substância⁸³³. Era, no fundo, uma tentativa de copiar a Constituição inglesa.

A reprodução da clássica obra de William Paley *The principles of Moral and Political Philosophy* entre agosto de 1813 e junho de 1814, também estava perfeitamente de acordo com o restante do jornal. Paley foi um importante teólogo de Cambridge, cujo livro *Natural Theology or Evidences of the Existence and Attributes of the Deity*, que consagrou a metáfora do relojoeiro para explicar a existência de Deus⁸³⁴,

⁸²⁹ “Ao examinar a verdadeira natureza de sua autoridade [do Rei] ele parece ser nada mais que um chefe de bedéus, de policiais, de carcereiros e de algozes. É impossível colocar a realeza numa situação mais degradante.” BURKE, op. cit., 1982, p. 188.

⁸³⁰ PONS, op. cit., 2002, p. 383.

⁸³¹ Como afirma Manfield: “Despite its hostility to theory, conservatism itself becomes a theory”. MANSFIELD, Harvey, “Burkes’s Conservatism”. In: CROWE, Ian (org.), **An Imaginative Whig: reassessing the life and thought of Edmund Burke**. Columbia: University of Missouri Press, 2005.

⁸³² BURKE, op.cit., 1982, p. 221.

⁸³³ Breña analisa os problemas do discurso histórico de Jovellanos em BREÑA, op. cit., 2009.

⁸³⁴ Basicamente, comparava a ordem natural das coisas a um relógio, o que pressupunha a existência de um relojoeiro. A ideia não era de Paley, mas foi sua exposição que a tornou ainda mais famosa: “There cannot be design without a designer; contrivance, without a contriver; order, without choice; arrangement,

era apontado por Blanco como uma das razões para sua conversão ao anglicanismo⁸³⁵. Ainda escrevendo para um público católico, a reprodução não era de sua obra religiosa, mas de seus escritos políticos, bastante moderados e que, mais do que Burke, insistiam na importância do cristianismo para a política. Isso não significava falar do direito divino dos reis, mas de outra coisa, cuja citação é longa, mas que vale para demonstrar a mudança de Blanco já no final de 1813:

“‘É vontade de Deus que se procure a felicidade da vida humana;’ – esta é a primeira proposta que é ao mesmo tempo é a base de toda regra moral. ‘A sociedade civil conduz a este fim;’ – esta é a segunda proposta. ‘As sociedades não podem existir sem que, em cada uma, o interesse da sociedade inteira se tenha como lei a que cada parte e membro dela deve estar sujeito;’ – esta é a terceira premissa, que nos leva à seguinte conclusão: ‘que enquanto o interesse da sociedade inteira não exija, quer dizer, enquanto o governo estabelecido não possa ser resistido ou mudado sem dano público, é vontade de Deus (vontade que em todas as coisas é a regra do nosso dever) que se obedeça ao governo estabelecido.’”⁸³⁶

Através da obra de um importante teólogo anglicano – seus escritos foram obrigatórios em Cambridge durante boa parte do século XIX – Blanco encontrou a harmonia entre seu ideário político e sua nova religião, que defendia através da Igreja a ordem oficial britânica, baseada numa constituição que protegia o cidadão, reconhecia duas câmaras e estimulava a tolerância religiosa.

Ambos os autores – Burke e Paley – representavam a anglofilia de Blanco White, que se manteve afastado dos setores críticos à Constituição inglesa, com exceção de alguns textos de Bentham. Devemos lembrar, entretanto, que nessa mesma época havia Thomas Payne – inglês próximo aos franceses e aos americanos – e o movimento

without anything capable of arranging; subserviency and relation to a purpose, without that which could intend a purpose; means suitable to an end, and executing their office in accomplishing that end, without the end ever having been contemplated, or the means accommodated to it. Arrangement, disposition of parts, subserviency of means to an end, relation of instruments to a use, imply the presence of intelligence and mind.” PALEY, William. **The principles of Moral and Political Philosophy**. Indianapolis: Liberty Found, 2002.

⁸³⁵ “A los que estén versados en libros de controversia religiosa les sorprenderá que la lectura de las *Evidences* de Paley fueran suficientes para hacerme pasar de un estado de incredulidad a la decidida determinación de suscribir los Artículos de la Iglesia de Inglaterra”. BLANCO WHITE, *Examinations*, 1819. *Apud*. DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 274.

⁸³⁶ “Es voluntad de Dios que se procure la felicidad de la vida humana;” —ésta es la primera proposición, que al mismo tiempo es base de toda regla moral. “La sociedad civil conduce a este fin:”—ésta es la segunda proposición. “Las sociedades no pueden existir sin que, en cada una, el interés de la sociedad entera se mire como ley a que cada parte y miembro de ella debe estar sujeto:” — ésta es la tercer premissa, que nos lleva a la conclusión siguiente “que en tanto que el interés de la sociedad entera lo exija; es decir, en tanto que el gobierno establecido no pueda ser resistido o mudado sin daño público; es voluntad de Dios (voluntad que en todas cosas es la regla de nuestro deber) que se obedezca al gobierno establecido.” *El Español*, num. XLI, set/1813, p. 168.

luddista no seu auge⁸³⁷. A escolha das referências intelectuais demonstrava que o antigo redator do *Semanario Patriótico* era, em 1813, um defensor de Burke, próximo tanto dos *whigs* quanto dos *tories*, e suas opções políticas eram consequência não apenas de sua anglofilia, mas também da tradição intelectual a qual se filiava, além de uma questão de classe.

O termo “conservador”, utilizado no léxico moderno para definir Burke, é problemático, mesmo que seja bastante comum. Primeiramente, é anacrônico, já que só se torna uma classificação política na década de 30 - quando o próprio Burke seria erigido como “pai do conservadorismo” – e sua real popularização viria no pós-guerra da disputa entre Estados Unidos e União Soviética.⁸³⁸ Em segundo lugar, pode induzir a interpretações enganosas de Burke, como o faz Pons ao deduzir uma aparente contradição entre ser contra a Revolução Francesa e apoiar os movimentos americanos, sem entender que a tese de Burke não defendia sempre o retorno, mas às vezes apenas “ir mais devagar”⁸³⁹.

Mais ainda, há problemas na classificação de Blanco White como um conservador, ainda que enfatizemos sua ligação com Burke. Essencialmente porque suas propostas resultavam em mudanças por todo o Império, como aponta Durán López:

“Era conservador em relação ao jacobinismo dos doceanistas – que por sua vez, na sua linha majoritária, não eram nada radicais –, porém é uma má forma de expressá-lo, pois ele não queria conservar nada, e sim mudar tudo. O que sua plataforma política defende não é o que estava vigente na Espanha – isso querem os servis –, senão o que funciona na época na Inglaterra: não uma involução, porém um progresso factível.”⁸⁴⁰

Ao longo do *Español*, conforme ia concordando mais com as reflexões sobre a Revolução Francesa de Burke, Blanco exagerava a associação dos liberais com os jacobinos⁸⁴¹, e era a partir dessa visão da realidade que propunha suas ideias

⁸³⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

⁸³⁸ CROWE, Ian, “The Whig imagination of Edmund Burke”. In: CROWE, Ian (org.), op. cit., 2005.

⁸³⁹ “Conservatism does not know whether to go back or to go slow. Going back comes from the desire to recapture prudence from the hostility and neglect of modern natural right. Going slow results from the application of prudence to curb the dangerous theory of modern natural right, in Burke’s case against substitute prescription for consent.”. MANSFIELD, op. cit., 2005, p. 67.

⁸⁴⁰ “Era conservador en relación al jacobinismo de los doceañistas – a su vez, en su línea mayoritaria, nada radicales –, pero es una mala manera de expresarlo, pues él no quería conservar nada, sino cambiarlo todo. Lo que defiende su plataforma política no es lo que estaba antes vigente en España – eso piden los serviles –, sino lo que a la sazón funciona en Inglaterra: no una involución, sino un progreso factible.” DURÁN LÓPEZ, op. cit., 2005, p. 226.

⁸⁴¹ “En España aun no ha habido tiempo ni ocasión bastante para el desengaño general en estas materias; y aunque hay mucho adelantado con que el pueblo haya disfrutado por mas de un año su soberanía sin sentirse ni un ápice mejor de lo que estaba quando era vasallo; todavía, en caso de quedar sin Franceses, puede haber quien le haga creer que la falta consiste en no haber manejado con mas firmeza el cetro. La

“conservadoras” ou, na sua visão, mais realistas e benéficas. De fato, resulta difícil rotular Blanco White no seu periódico londrino. Durán López e Pons, que foram ao longo deste trabalho as principais referências de análise, denominam-no por liberal, sendo que ambos utilizam o termo “liberal moderado”⁸⁴² e o segundo ainda usa “conservador liberal”⁸⁴³.

Já mostramos o problema na utilização da palavra “conservador”, que é essencialmente um juízo de valor do historiador ao analisar essa época. Já quanto a “liberal”, a discussão é muito mais difícil, mesmo porque o conjunto “liberal moderado” não existia até o triênio, entre 1820 e 1823. Concordar com essa delimitação seria colocar Blanco White como *avant la lettre* – como aparentemente defende Pons⁸⁴⁴ –, e que, portanto, só viria a ser seriamente compreendido depois, o que encontra sérios problemas, pois os moderados do triênio manteriam o unicameralismo, só abolido no estatuto de 1834, e o tratamento da questão americana em nada se assemelharia ao *Español*.

A definição de liberal, por sua vez, é datada de 1810 e 1811⁸⁴⁵, assim que discuti-la para Blanco White é não apenas relevante, como fundamental. Em primeiro lugar, o adjetivo liberal aparecia por várias vezes durante o jornal londrino, sempre com um caráter positivo, relacionado à liberdade e generosidade, como ao elogiar as primeiras decisões de Fernando VII para a América:

“Por meio de papeis ingleses e traduzida dos franceses, chegou às minhas mãos parte de uma Circular do ministro das Índias, na qual Fernando VII manifesta suas intenções com respeito às províncias ultramarinas da

época de la apertura de las próximas Cortes es muy crítica; y mucho mas si de resultas de las desgracias de Buonaparte, tuviere entonces España mas territorio libre que al abrirse las primeras. Donde los systemas filosóficos han tomado todo su vuelo como en Francia el pueblo escucha con desden á sus promovedores, y mas bien se dexa conducir por un tyrano al campo de batalla en pays extranjero, que no á ensangrentar sus propias casas en defensa de su soberanía, al mando de un demagogo. Pero los Españoles de ambos hemisferios aun no están bien desengañados sobre estos puntos, y aun el título de defensor de los derechos del pueblo, puede causar mucha y muy perjudicial ilusión en aquellos payses.” *El Español*, num. XXXIII, jan/1813, pp. 10-11.

⁸⁴² DURÁN LÓPEZ, Fernando, “Diputados de papel: la información parlamentaria en la prensa durante la etapa constituyente (septiembre de 1810 – marzo de 1812)”. In: CANTOS; DURÁN; ROMERO (orgs.). Tomo segundo: política, propaganda y opinión pública, p. 163.

⁸⁴³ PONS, op. cit., 2002, p. 410.

⁸⁴⁴ “Se podría definir el liberalismo de Blanco White, prescindiendo de la cuestión religiosa, como una especie de centrismo, de liberalismo moderado o de conservadurismo liberal, sin duda muy minoritario en la época de las Cortes (Jovellanos, Ángel de la Vega) y que sólo más tarde se encontraría en Alcalá Galiano, los futuros moderados del Trienio, Martínez de la Rosa (Estatuto Real, 1834) y los redactores de la constitución de 1837”. Idem, *ibídem*.

⁸⁴⁵ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & FUENTES, Juan, op. cit., 2002, pp. 413-428.

Espanha. Os sentimentos que nela se expressam são justos e verdadeiramente liberais.”⁸⁴⁶

Tal adjetivação, no entanto, nada tinha de novidade, já que era usada de maneira profícua no final do século XVIII com um sentido muito parecido, conforme aponta Sebastián⁸⁴⁷. A revolução dos eventos gaditanos é a transformação de liberal em um substantivo, utilizado para se referir a determinado grupo político:

“Sem que nunca se perdesse de todo a primitiva acepção moral, o vocábulo “liberal” aplicado às pessoas – sobretudo quando se usava como substantivo –, deixou de referir-se preferencialmente a nobres e príncipes para, reconvertida numa denominação partidária, vincular-se muito mais a alguns deputados, advogados, clérigos, homens de letras e jornalistas que preconizavam profundas reformas nas instituições.”⁸⁴⁸

Em novembro de 1811, aparecia pela primeira vez no *Español* a existência de um “partido liberal” em contraposição ao “iliberal”⁸⁴⁹ – nota-se que Blanco não usa o adjetivo *servil*, eminentemente pejorativo – e não era elogiando o partido, pois acusava-o de censurar o papel *España vindicada*. Ao longo de 1812 e 1813 as críticas ao “partido liberal ou filosófico” aumentaram, daí que se conclui que o exilado sevilhano de maneira alguma se identificava aos liberais espanhóis.

Apesar disso, e da leitura muito acurada que faz do *Español*, Pons não tem dúvida de denominar o seu autor como liberal: “a tendência ideológica predominante é, obviamente, o liberalismo peninsular, com todas as suas correntes”⁸⁵⁰, mesmo que diferente das ideias predominantes em Cádiz: “embora o regime que recomendasse fosse, sem dúvida alguma, liberal, não era o mesmo que preconizavam seus antigos amigos.”⁸⁵¹

⁸⁴⁶ “Por medio de los papeles Ingleses y traducida en ellos de los de Francia, ha llegado a mis manos parte de una Circular del ministro de Indias, en que Fernando VII manifiesta sus intenciones respecto a las provincias ultramarinas de España. Los sentimientos que en ella se expresan son justos y verdaderamente liberales.” *El Español*, num. XLVII, mai-jun/1814, p. 291.

⁸⁴⁷ “En cuanto a la atribución del adjetivo a ciertos sujetos en función de su comportamiento y condición social, en todas partes constatamos en el origen un sentido moral, que en las últimas décadas del siglo XVIII calificaba de liberal al hombre que poseía la virtud de la liberalidad, esto es, que era generoso sin caer en la prodigalidad.” FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, “Liberalismos nacientes en el Atlántico iberoamericano: 'liberal' como concepto y como identidad política, 1750-1850. *Aahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. Vol. 45, 2013, p.160.

⁸⁴⁸ “Sin que nunca se perdiera del todo la primitiva acepción moral, la voz “liberal” aplicada a las personas – sobre todo cuando se usaba como sustantivo –, dejó de referirse preferentemente a nobles y príncipes para, reconvertida en una denominación partidaria, vincularse más bien a algunos diputados, abogados, clérigos, hombres de letras y periodistas que preconizaban profundas reformas en las instituciones.” *Idem*, p. 161.

⁸⁴⁹ *El Español*, num. XX, 30/nov/1811, p. 134.

⁸⁵⁰ “La tendencia ideológica predominante es, por supuesto, el liberalismo peninsular, con todos sus corrientes.” PONS, op. cit., 2002, p. 150.

⁸⁵¹ “Aunque el régimen que recomendaba era, sin duda alguna, liberal, no era el mismo que preconizaba sus antiguos amigos.” *Idem*, p. 340.

Parece-nos que aqui Pons incorre no erro de relativizar os conceitos históricos e ignorar o anacronismo. Ao defini-lo como liberal, o historiador francês estava pensando na vertente economicista e garantidora dos direitos individuais que o liberalismo posteriormente encarnaria. De certa forma, Pons o classifica como liberal tendo em vista a transformação do partido *whig* em *liberal* no decorrer século XIX, quando adotou essa nomenclatura. Ele não se preocupou em definir o que era liberal no momento, e tampouco na própria opinião de Blanco acerca desse assunto.

É difícil delimitar exatamente o que pensavam os liberais gaditanos – ao menos os que se reconheciam nesse nome. No entanto, é inegável que esse grupo existia e que se consolidou na disputa da opinião pública e no congresso. O texto do *Semanario Patriótico* do final de agosto, “*Guerra político literária*”⁸⁵², do qual tratamos anteriormente, foi um dos demarcadores dessa contraposição, mas Blanco não se enxergava nem como liberal, nem como servil. Conforme defende Sebastián, ser liberal era relacionado à utilização de um novo vocabulário envolvido por uma série de conceitos-chave: “libertad, igualdad, soberanía nacional, reforma, constitución, representación, opinión pública”⁸⁵³, que tinha um significado moral e político, muito mais do que econômico e que se referenciava na história como amparo às suas decisões, assim como em certa filosofia mais moderna⁸⁵⁴. Blanco, por sua vez, referenciava-se cada vez menos nesse vocabulário moderno, e, se bem discutia a ideia de soberania e

⁸⁵² Vide nota 445 e 446.

⁸⁵³ “Aunque con el tiempo se convertiría en un cluster-concept fundamental de la modernidad, creemos que en ese momento el liberalismo, una noción política oscura, discutida y en construcción, empezaba a ser pese a todo un concepto vivido como una identidad política fuerte por parte de algunos colectivos que, precisamente por utilizar habitualmente cierto tipo de discurso articulado sobre un puñado de nociones clave —libertad, igualdad, soberanía nacional, reforma, constitución, representación, opinión pública...—, se veían a sí mismos como liberales, y así eran identificados también por quienes no pertenecían al grupo.” FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, “Liberales y liberalismo en España, 1810-1850. La forja de un concepto y la creación de una identidad política”. *Revista de Estudios Políticos (nueva época)*, nº 134, 2006, p. 132.

⁸⁵⁴ “Si, partiendo de tales premisas, contemplamos un poco más de cerca qué entendían por liberalismo los hombres de Cádiz enseguida notamos que el sentido que daban a ese concepto tenía una fuerte impronta moral, incluso más que política (y desde luego, mucho más que económica, aunque no faltan alegatos en pro del derecho de propiedad y de la conveniencia de abatir barreras y monopolios para dar rienda suelta al interés privado). Por lo demás, su discurso se asentaba muy a menudo en planteamientos escolásticos, entreverados con algunas ideas muy difundidas de Montesquieu, tópicos rousseauianos, etc. (de ahí que los grupos eclesiásticos tradicionales utilizasen como sinónimos liberalismo y filosofismo, lanzando así sobre sus oponentes la acusación de sostener ideas extranjerizantes). Además, en no pocas ocasiones se evidencia la simpatía de esos liberales por el «republicanismo» de la Antigüedad (aunque la palabra república resultaba ciertamente difícil de utilizar en la política corriente después de la Revolución francesa: de hecho, el término castellano republicanism, que empieza a aparecer también en esa época, es casi siempre usado contra los liberales por sus enemigos). La dimensión propiamente individualista, que tanta fuerza habría de cobrar años después en autores como Constant o Stuart Mill, no estaba del todo ausente, pero es evidente que no constituía todavía el rasgo dominante de la naciente antropología liberal.” Idem, p. 145.

constituição, definia-os de forma completamente diferente dos liberais, opondo-se à soberania da Nação e discordando da possibilidade de escrever uma “nova” constituição.

É nesse sentido, na comparação com o grupo que permaneceu fiel a Manuel Quintana, que Blanco pode ser ou não definido enquanto um liberal. E, a partir desses conceitos, fica claro que as diferenças são maiores do que as semelhanças. Ambos se posicionavam contra o despotismo e tentavam se referenciar na história – ao menos a partir de 1812 –, porém tinham interpretações diferentes do mesmo assunto, pois os liberais passaram a ver na Constituição de Cádiz uma continuidade de certas tradições e a atualização de outros padrões interrompidos durante os “tres siglos de despotismo”⁸⁵⁵ – o que era uma visão diferente daquela inicial do *Semanario Patriótico* –, enquanto White continuou definindo-a como uma inovação metafísica.

A oposição explícita do *Español* à soberania da Nação e à igualdade entre os homens, princípios básicos dos liberais e da Constituição, são diferenças fundamentais que impedem a denominação de Blanco White como um liberal a partir de 1811 e com mais clareza em 1813.

A questão americana surge como um divisor para afastar qualquer dúvida, e nisso esperamos que o presente trabalho ajude a contribuir. Conforme defende Chust, a questão americana foi fulcral para a composição do sistema de governo constitucional, definido pelo centralismo liberal, contrário às forças centrífugas e, por conseqüências, às Juntas autônomas⁸⁵⁶. Manuel Quintana expressou no *Semanario Patriótico* todas as ideias do núcleo duro liberal e, ao comparar seu ideário com de Blanco White, no qual ambos só concordavam ao refutar a capacidade de uma sociedade heterogênea se tornar independente, demonstra-se que o desenvolvimento das ideias do sevilhano – cada vez mais um inglês – afastaram-no do que à época se podia definir como um liberal. Mais do que isso, a comparação entre o *Semanario Patriótico* e a *Aurora Patriótica* mostra que o ideário imperial fazia parte de uma constante dessa experiência liberal, ao lado da soberania da Nação e de um congresso sem estamentos. Todas ideias refutadas nas páginas do *Español*.

⁸⁵⁵ Quintana adere ao historicismo muito tardiamente, conforme já comprovamos, mas o discurso de *Argüelles* era bem diferente nesse sentido: “nada ofrece la Comisión en su proyecto que no se halle consignado del modo más auténtico y solemne en los diferentes cuerpos de la legislación española”. ARGÜELLES, Agustín. **Discurso preliminar a la Constitución de 1812**. Madri: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2011.

⁸⁵⁶ Vide nota 372.

Já que não se afiliava aos liberais gaditanos, Blanco passou a se expor como um continuador de Jovellanos, conforme nota Pons:

“Ao considerar a afinidade doutrinária entre Blanco White e Jovellanos sobre a questão institucional e a importância concedida aos textos do último no *Español*, pode-se afirmar que nosso jornalista procurou propagar o ideário do reformador ilustrado; de fato, não parece demasiado assegurar que Blanco aparece como o continuador e herdeiro político de Jovellanos.”⁸⁵⁷

Em determinadas questões constitucionais, o Jovellanos de 1809, extremamente influenciado por Lord Holland, era realmente parecido com Blanco White. A defesa do bicameralismo, a busca pelas raízes históricas das Cortes, a oposição à soberania da Nação e ao abuso do poder por parte de uma assembleia constitucional⁸⁵⁸ eram reivindicadas pelo redator do *Español*, mas essa alegação pela herança de Jovellanos deve ser lida, principalmente, como uma linguagem política utilizada por Blanco para se legitimar diante dos seus adversários liberais, que o acusavam de ter se vendido a uma pátria estrangeira.

Ainda que Herrera defina também Jovellanos como um conservador ilustrado⁸⁵⁹, o seu papel como defensor do constitucionalismo histórico na Junta Central, naquele momento de disputa com os absolutistas, é difícil de ser comparado à oposição de Blanco às Cortes, já que os oponentes dos dois eram muito distintos. Além disso, os liberais também se reivindicavam como herdeiros de Jovellanos, visto que Isidoro Antillón, um constitucionalista dos mais engajados, ex-redator também do *Semanario Patriótico*, escreveu em 1812 um livro em homenagem a ele.⁸⁶⁰

As diferenças entre Blanco White e Jovellanos ficavam ainda maiores – e alcançavam um divórcio importante – na questão da América, convenientemente ignorada pelo *Español*. Ao lado dos liberais, Jovellanos também defendeu que a América não era mais uma colônia, porém uma província da Nação⁸⁶¹, daí que

⁸⁵⁷ “Al considerar la afinidad de doctrina entre Blanco White y Jovellanos sobre la cuestión institucional y la importancia concedida a los textos de éste en *El Español*, se puede afirmar que nuestro periodista procuró propagar el ideario del reformador ilustrado: en definitiva, no parece atrevido asegurar que Blanco aparece como el continuador y heredero político de Jovellanos.” PONS, op. cit., 2002, p. 376.

⁸⁵⁸ HERRERA, Rafael, "Jovellanos y América: el temor a un mundo escindido". *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, nº 23, 2010, pp. 76-93.

⁸⁵⁹ “La clave de esa posición jovellanista consiste en ese conservadurismo ilustrado que se relaciona con la historia a través de la razón, introduciendo cuantas reformas demande el presente para vivificar la tradición.” Idem, p. 84.

⁸⁶⁰ Trata-se do *Noticias históricas de Don Gaspar Melchor de Jovellanos*, impresso em Palma de Mallorca.

⁸⁶¹ “El gobierno hubiera querido también fortificar la representación nacional con la asistencia de representantes elegidos por las provincias de una y otra India. Considerándolas, no como colonias, sino como partes integrantes del imperio español, las había llamado al cuerpo depositario de la soberanía, y

merecesse representação parlamentar. No entanto, encampou fortemente a legitimidade dos suplentes e a necessidade de decisões concretas mesmo sem os eleitos pela América, e, principalmente, opunha-se a Blanco ao recusar a representação das castas e a igualdade da eleição na América:

“No seu entender, o direito de representação que se acabava de conceder aos americanos não implicava, antes o contrário, que as castas pudessem ser chamadas para as Cortes, nem que os deputados de América fossem convocados com base numa determinação populacional, pois havia que evitar que ‘se concedesse a eles uma representação numericamente superior’.”⁸⁶²

Sendo assim, Blanco era essencialmente único, e seus semelhantes eram encontrados mais facilmente na Inglaterra – com Burke e John Allen – do que na Espanha. Mesmo não sendo um liberal, estava longe de ser um servil, ainda que os absolutistas tentassem depois cooptá-lo em 1814, sem sucesso⁸⁶³. Um dos grandes exemplos disso foi que em abril do último ano do *Español*, apesar de criticar o “francesismo” da constituição espanhola⁸⁶⁴, julgava que esta deveria ser jurada, pois era resultado dos sacrifícios da Nação espanhola:

“A constituição da Espanha é defeituosa, porém por graves que sejam os seus erros, seria um delírio funesto querer destruí-la. O rei apareceria muito desvantajosamente aos olhos da Europa se visse a tomar partido contrário às limitações que lhe colocaram os representantes de um povo que tantos sacrifícios fez por ele, e que, à custa do seu sangue, colocou de novo a coroa sobre a sua testa.”⁸⁶⁵

Portanto, Blanco White não pode ser rotulado como liberal ou servil e tampouco como *whig* ou *tory*, embora estivesse mais próximo de Lord Holland e John Allen do

había consultado a los sabios sobre la parte que deberán tener en la representación constitucional para las Cortes sucesivas” JOVELLANOS, Gaspar “Exposición sobre la organización de las Cortes. Exposición hecha en las comisión de Cortes sobre la organización de las que iban a convocarse, conforme a lo acordado por la Suprema Junta Central, a consulta de la misma comisión”. *Apud* HERRERA, op. cit., 2010, p. 89.

⁸⁶² “A su entender, el derecho de representación que se acababa de conceder a los americanos no implicaba, antes al contrario, que las castas pudieran ser llamadas a Cortes ni que los diputados de América fueran convocados en base a una determinación poblacional, pues había que evitar que ‘se diese una representación numéricamente superior’.” Carta a lord Holland, en Gijón, 17 de agosto de 1811. Gaspar Melchor de Jovellanos, *Obras completas*. *Apud* HERRERA, op. cit., 2010, p. 89.

⁸⁶³ Moreno Alonso documentou que o Duque de San Carlos, ministro de Fernando VII, contactou o embaixador na Inglaterra para que sondasse Blanco a fim de vigiar os emigrados liberais e escrever em favor do novo regime. White negou de maneira educada, e aparentemente nunca cogitou essa opção, mesmo que carecesse de recursos financeiros no momento. Vide MORENO ALONSO, op. cit., 2002.

⁸⁶⁴ “Los mismos principios de libertad mal entendida que la Francia puso en moda, y du que ahora se avergüenza, son los que forman la parte libre ó liberal (como quieren que. se llame) de la constitución Española”. *El Español*, num. XLVI, mar-abr/1814, p. 190.

⁸⁶⁵ “La constitución de España es defectuosa; pero por graves que sean sus errores, sería un delirio funesto el querer destruirla. El rey aparecería muy desventajosamente a los ojos de la Europa si se le viese tomar partido en contra de las limitaciones que le han puesto los representantes de un pueblo que tantos sacrificios ha hecho por él, y que, a costa de su sangre, ha colocado de nuevo la corona sobre sus sienas.” *Idem*, p. 192.

que de outros lados da política. Seu último jornal, em junho de 1814, era esclarecedor quanto ao lado em que se colocava. Na conclusão de sua obra, voltava a afirmar-se como um lutador solitário: “só, e sem mais apoio que a aprovação de um pequeno número, sacrificava meu tempo, minhas energias e minha saúde a um trabalho, duro por sua natureza, estéril por seu objeto, e doloroso pelas minhas circunstâncias.”⁸⁶⁶, no que havia muito de retórica, já que era auxiliado por uma grande rede de informantes e por seus companheiros ingleses, inclusive pelo governo britânico.

Fazia, então, uma breve análise dos últimos acontecimentos espanhóis, especialmente a “revolução” feita por Fernando VII ao dissolver o sistema político gaditano. No que deve ter soado de maneira muito dura para os seus antigos amigos, não condenava a atitude do Rei, ainda que não a apoiasse: “eu estou longe de aplaudir a natureza e o caráter da revolução que foi feita, porém ao considerar as circunstâncias em que se achava o rei da Espanha, não me atrevo a dizer que era fácil que procedesse de outra forma.”⁸⁶⁷

Os grandes culpados pelos recentes acontecimentos eram os liberais, devido às medidas imprudentes e raivosas das Cortes, além de terem proibido alterar a constituição de 1812, o que deixava o rei de mãos atadas⁸⁶⁸. A oportunidade única concedida pela conjunção da guerra com a revolução havia sido desperdiçada. A solução teria sido a moderação entre a mudança e a continuidade, que Blanco definia explicitamente como a cópia dos princípios ingleses:

“Só existe um modo de colocar a nação no nível que estão as demais nações da Europa: este é estabelecer um governo fundado nos princípios que elevaram a Inglaterra ao alto posto em que encontra – fundados na verdadeira liberdade religiosa e civil.”⁸⁶⁹

Se o *Español* atacava os liberais, tampouco se identificava com os servís. Blanco então profetizava que a Espanha viveria tempos difíceis, com a existência de dois partidos irreconciliáveis: “Espanha está dividida em dois partidos tão distantes entre si

⁸⁶⁶“Sólo, y sin más apoyo que la aprobación de un corto número, sacrificaba mi tiempo, mi industria, y mi salud a un trabajo, ímprobo por su naturaleza, estéril por su objeto, y doloroso por mis circunstancias.” *El Español*, num. XLVII, mai-jun/1814, p. 295.

⁸⁶⁷ “Yo estoy lejos de aplaudir la naturaleza y carácter de la revolución que se ha hecho; pero al figurarme las circunstancias en que se ha hallado el rey de España, no me atrevo a decir que era fácil que procediese de otro modo.” *Idem*, pp. 298-299.

⁸⁶⁸ “Pero cuanto se hizo en aquella favorable época todo llevó la marca de facción, de violencia, y de insulto. ¿Qué importa que se diesen decretos utilísimos, si respiraban el placer de humillar al clero y la nobleza, e iban mezclados con otros tan absurdos, y hechos de tal modo que escandalizaban a la mayor parte de los Españoles?” *Idem*, p. 297.

⁸⁶⁹ “Un solo medio hay de poner a la nación al nivel que le pertenece entre las demás de Europa: este es, establecer un gobierno fundado en los principios que han elevado a Inglaterra al alto puesto en que se halla — fundado en verdadera libertad religiosa y civil.” *Idem*, p. 301.

por suas opiniões, interesses e objetivos como o norte do sul.”⁸⁷⁰ Um queria mudar tudo e podia causar a anarquia, enquanto o outro tentava deter o futuro e não queria que nada se alterasse. Blanco White, em seu último ato como redator do jornal londrino, colocava liberais e servis em extremos opostos e predizia que o trono de Fernando VII não demoraria cinquenta anos para voltar a ser ameaçado.

A crítica aguda aos dois lados mostrava que Blanco não se considerava um liberal. Se, em níveis gerais, isso ficou claro a partir dos seus comentários da Constituição de Cádiz, na questão americana o divórcio era muito anterior. A classificação feita dele por historiadores de Blanco White como um liberal seria tomada como uma ofensa por seu protagonista, principalmente porque o sevilhano associava os liberais a uma dominação da América da qual era destacadamente um opositor.

⁸⁷⁰ “España está dividida en dos partidos tan distantes entre sí por sus opiniones, intereses, y miras, como el norte del mediodía.” Idem, p. 303.

Considerações Finais

Em 1817, após estar três anos encarcerado, Manuel Quintana, melancólico e desesperançoso de que sua situação pudesse mudar, escreveu um breve texto em sua defesa. Sem pedir desculpas por nada do que tinha sido acusado – de ser inimigo do trono e do altar, e de esconder documentos – evocou uma bela frase do seu falecido amigo, o poeta Cienfuegos: “nós fizemos o que devíamos, aconteça o que acontecer, morre-se apenas uma vez.”⁸⁷¹ Talvez o mais belo epitáfio para o sonho liberal representado pela Constituição de 1812. Quintana não sabia que esse sonho ainda morreria pelo menos mais duas vezes⁸⁷².

A presente dissertação é um trabalho sobre o fracasso. Em 1814 o projeto liberal de Quintana, Antillón e os outros redatores estava enterrado, sob o ponto de vista político, com consequências trágicas para os seus protagonistas. Mesmo para os que não foram liberais, o destino também se afigurava ruim. Alberto Lista estava proscrito na França, vivendo sob a vergonha de ter se afrancesado, o que marcaria o resto de sua bem sucedida carreira intelectual. Blanco White, por sua vez, estava desorientado em sua nova pátria, já que o *Español* deixara de existir. O emigrado sevilhano decidiu, então, dedicar-se ao anglicanismo, especializando-se nas discussões religiosas, tema pelo qual se tornaria conhecido na Inglaterra.

Como viemos comprovando ao longo dessa dissertação, a questão americana era um ponto importante para todos esses homens da imprensa, e para alguns se tornou o tema principal. O fracasso de 1814 foi também, para todos eles, a derrota de um projeto de Império hispânico. O retorno de Fernando VII significou, na prática, uma tentativa de volta ao que tinham sido as relações entre América e Europa, o que deflagrou novas guerras, justamente quando o ambiente era muito favorável ao rei⁸⁷³. É impossível compreender o fim da revolução espanhola sem aludir ao seu componente atlântico.

⁸⁷¹ **Memoria sobre el proceso y prisión de D. Manuel José Quintana en 1814**, p. 7: “nosotros hemos hecho lo que debíamos, venga después lo que quiera: una vez se muere y nada más.”

⁸⁷² Em 1823, com o fim do triênio constitucional, e em 1837, num breve interlúdio iniciado em 1836.

⁸⁷³ “El regreso de Fernando VII el *Deseado* ofreció la oportunidad última de restaurar la unidad del mundo español. Prácticamente, cada uno de los hechos ocurridos a partir de 1808 – la lucha contra los franceses, la revolución política efectuada por las Cortes, lo mismo que los movimientos autonomistas de América – se había suscitado en su nombre. (...) Desafortunadamente, la política conciliadora de los ministros no gozó del pleno apoyo de Fernando VII. El rey, siendo una persona débil e indecisa, con frecuencia demoraba o se oponía cuando sus consejeros personales lo convencían de que ciertas reformas eran demasiado parecidas a los cambios que habían implantado las Cortes. Con el paso del tiempo, sus consejeros reaccionarios suplantaron a los moderados. Así, el rey restauró la Inquisición, restituyó la

A análise do *Semanario Patriótico*, do *Espectador Sevillano* e da *Aurora Patriótica Mallorquina* nos ajudou a delimitar a importância da América no projeto ilustrado e posteriormente liberal. A soberania da Nação, o fim dos privilégios feudais e a defesa dos direitos individuais formavam a base das ideias liberais vitoriosas em Cádiz, e a integração das ex-colônias à Nação hispânica, sob novas condições, foi também um dos outros raros consensos entre os liberais.

Essas condições já foram detalhadas no presente estudo. O ponto essencial era a igualdade entre os dois hemisférios, porém não sob as exigências das Juntas autônomas, e sim da Constituição de Cádiz, que excluía as castas e era marcada por um forte centralismo. Por sua vez, considerar o olhar ácido de Blanco White foi importante para compreender quais eram as críticas americanas ao novo texto legal, principalmente no que se refere a manter um chefe militar enviado pelo poder executivo nas províncias americanas, com capacidade, na prática, para sobrepor-se às leis, entre outros motivos devido à distância que separa a América da Espanha.

Para entender como se deu a formação dessa maneira liberal de integrar a América faz-se necessário recorrer não apenas às discussões constitucionais, mas também examinar o ambiente político e intelectual do período, no qual o jornal de Quintana desempenhou um papel fundamental. Tal importância deve-se, entre outros motivos, ao fato do periódico ter existido desde 1808, ainda que por um breve intervalo, em 1809, tenha sido representado pelo *Espectador Sevillano* de Alberto Lista.

A análise do *Semanario Patriótico* revela pistas de como se construiu o consenso liberal na questão americana. É preciso lembrar que no início de 1811 os americanos não obtiveram o direito à representação igual à dos peninsulares nas Cortes, válida já para a reunião extraordinária, por apenas oito votos de diferença na votação dos deputados. No entanto, posteriormente, os liberais conseguiriam vencer todas as votações contra os americanos, com destaque para a fácil vitória na questão das castas⁸⁷⁴.

orden de los jesuitas – algo que también deseaban los americanos –, puso restricciones a la prensa y pospuso virtualmente todas las recomendaciones para la reconciliación. (...) La decisión de enviar a América un gran ejército al mando del general Montillo, en 1815, socavó considerablemente la política de reconciliación. Las autoridades reales derrotaron a los movimientos organizados en favor de la autonomía de Nueva España y Nueva Granada; más la insurgencia, reducida a facciones, se mantuvo en los dos virreinos, así como a través de los Andes. Era obvio que se necesitarían otras expediciones militares para completar la pacificación de América”. RODRÍGUEZ, op. cit., 2010, pp. 208-305.

⁸⁷⁴ Em sete de fevereiro uma quase unanimidade dos deputados votou a favor da igualdade de representação na América e na península, com exclusão das castas, num placar de 103 a 4. Já a aplicação imediata foi rechaçada por uma margem estreita de 69 a 61. Vide RIEU-MILLAN, op. cit., 1990, p. 274. Em dez de setembro de 1811, após longas discussões, o artigo 22 foi aprovado por uma larga maioria de

Foi nos “dois anos cruciais”, entre 1808 e 1809, que se deu parte importante da mudança na condição política da América. A concepção ilustrada de Império, baseada na desigualdade entre colônia e metrópole, foi alterada, ainda que algo dela persistisse. Quando a revolução espanhola começou, o *Semanario Patriótico* já estava claramente defendendo a soberania da Nação e os outros preceitos clássicos dos liberais, porém com a importante exceção da questão americana. Foi nesse ponto, que consistiria futuramente um consenso liberal, que se deu a maior alteração intelectual.

As razões dessa mudança foram expostas no primeiro capítulo, mas ainda há muito a ser investigado. Faz-se necessário definir com mais exatidão qual era a concepção de Império daqueles ilustrados. Chama a atenção a mudança rápida na questão americana, em apenas dois anos, por parte dos protagonistas intelectuais da revolução espanhola. É uma das provas das alterações ocorridas no campo dos conceitos durante a revolução, e um indicativo de que pode ter havido diferenças entre a Ilustração espanhola e a do resto da Europa.

Outra relevância do estudo do intervalo entre 1808 e 1809 é a constatação de se estar diante de uma época caótica e cheia de possibilidades. A reunião das Cortes em 1810 e o avanço da guerra civil na América conduziram cada vez mais esses homens a uma polarização política entre liberais e servis, em que era obrigatório o posicionamento num dos lados. Antes de 1810 os que denominamos por liberais eram apenas ilustrados, e esta não era uma classificação estritamente política, o que torna mais importante esse período de transição, pois, como esse trabalho demonstra, nem todos aderiram ao “partido liberal”.

As mudanças e dúvidas expressas no *Semanario Patriótico* e no *Espectador Sevillano* entre 1808 e 1809 evidenciam que o caminho liberal escolhido pelas Cortes para integrar a América não era o obrigatório. Se a subordinação a José I e a desistência da soberania da Nação podem ser consideradas uma negação daquilo exposto anteriormente nos jornais de Alberto Lista e Blanco White, a mesma classificação não pode ser dada à maneira com que o *Español* e a *Gazeta de Sevilla* abordaram a questão americana.

A herança ilustrada no tema imperial foi modificada por todos os redatores, e o principal ponto de concordância entre eles foi que, nesse momento, era essencial para a nação espanhola manter-se unida. A divisão entre colônia e metrópole teve de ser

108 a 36, com apenas uma dúzia de deputados peninsulares votando junto com os americanos. Vide KING, op. cit., 1953, pp. 58-59.

reinventada pelos seus protagonistas. As orientações da Constituição de Bayona ou das teorias *whigs* não são uma “traição”, mas uma das possibilidades reais oferecidas àqueles ilustrados que buscavam uma forma de manter o Império unido. Ao mesmo tempo, é importante destacar que nem todos eram liberais, não apenas por não concordarem com a ideia de soberania da Nação, mas também por discordarem da forma proposta para a integração da América. Isso deve ser ainda mais enfatizado no caso de Blanco White.

Nessa dissertação nos propusemos a acompanhar, especificamente na questão americana, um grupo importante de homens públicos espanhóis que fundaram o primeiro jornal político da revolução de 1808. Acreditávamos, com base numa leitura prévia das fontes, que as diferentes trajetórias políticas implicariam outras formas de abordar o problema do Império.

E, de fato, os redatores enveredaram por caminhos distintos no momento de tratar do ultramar. Isso fica ainda mais claro ao constatarmos que a integração da América na Nação era um dos temas mais nebulosos entre 1808 e 1809, e que não havia uma resposta pronta por parte daqueles ilustrados. Talvez mais do que em qualquer outro tema, incluindo o fundamento constitucional da soberania, a questão americana foi uma originalidade dos liberais espanhóis⁸⁷⁵, já que não existiam modelos a copiar e o passado não poderia ser revivido na ausência do rei e com as novas exigências dos americanos.

O *Español*, a *Gazeta de Sevilla* e o *Semanario Patriótico* elaboraram projetos diferentes de nação e posicionaram-se de maneira diversa sobre as questões constitucionais, e nesse bojo a América foi abordada de variadas formas. Não havia uma única maneira de os espanhóis incluírem o Novo Mundo. A vitória de determinada maneira liberal de conceber o Império, em Cádiz, deve obrigatoriamente remeter ao processo revolucionário, não podendo ser explicada apenas pela permanência de valores advindos da prática setecentista.

Mesmo dentro do campo liberal, a comparação entre o *Semanario Patriótico* e a *Aurora Patriótica Mallorquina* revela aspectos interessantes, entre os quais destacamos três. Em primeiro lugar, a ideologia do constitucionalismo gaditano parece ter sido bastante difundida também nas províncias, e apenas o estudo mais aprofundado de jornais fora dos grandes centros poderá levar a conclusões mais definitivas. Em segundo

⁸⁷⁵ Como sustenta Chust, a Constituição de Cádiz foi a primeira a tentar construir um Estado Nacional nos parâmetros de um Estado-Nação-Império. CHUST, op. cit., 1999.

lugar, a América deixava de ser uma prioridade fora de Cádiz, e as questões locais assumiam uma preeminência rara num jornal intelectual como o de Quintana. E em terceiro, nos pontos gerais, mesmo com tudo isso, a questão americana recebia exatamente o mesmo tratamento que no *Semanario Patriótico*, com a defesa da igualdade, a ênfase em certos termos – província, ambos os hemisférios, ultramar -, a ausência do vocábulo colônia e a negação do diálogo com os rebeldes.

O estudo das expressões utilizadas torna-se ainda mais interessante quando a afrancesada *Gazeta de Sevilla* é analisada, já que muitos vocábulos eram comuns aos dois campos, com destaque para o uso de “província”. No geral, a relação entre os afrancesados e a América é um assunto raro entre os historiadores, o que se justificaria pela inutilidade da Secretaria de Índias de José I e pela postura bonapartista de estimular as independências. No entanto, por meio da leitura do jornal sevilhano foi possível constatar que o tema continuava importante, inclusive estando proporcionalmente mais presente que na *Aurora Patriótica Mallorquina*. A acusação política feita aos liberais por sua ineficiência na resolução dos conflitos na América não era de pouca monta, e seria posteriormente apropriada pelos defensores do Antigo Regime ao atacar o governo gaditano, durante os anos revolucionários.

A comparação mais profícua, no entanto, foi entre o *Español* de Blanco White e o *Semanario Patriótico* de Manuel Quintana e seus amigos, não apenas pela duração de ambos os jornais, mas também pela importância do tema americano para os seus redatores. As escolhas políticas de Blanco levaram-no a um caminho único dentre os ilustrados espanhóis, e fizeram com que ele não se reconhecesse como um liberal, sendo que nesse afastamento dos antigos companheiros o modo de integrar a América na Nação foi uma razão importante.

Blanco não foi apenas o porta-voz das Juntas autônomas e dos deputados americanos, como gostava de enxergar-se em 1811, mas foi principalmente um intermediário entre a cultura política inglesa e a hispânica. Seu papel como um difusor das ideias de Burke em espanhol precisa ainda ser devidamente valorizado, visto que soube adaptar como ninguém as ideias do político *whig* para um universo completamente distinto, em que suas propostas não eram uma defesa da antiga constituição, mas sim uma revolução travestida com outro discurso, sobretudo no modo de abordar o problema atlântico da Espanha.

As constantes acusações de que o *Español* seria um jornal independentista são falsas, como deixamos claro ao longo da dissertação. É compreensível que, à época,

com ânimos muito exaltados, tal afirmação fosse possível, porém sua repetição por parte da historiografia é um erro. Sem dúvidas, o pensamento de Blanco sobre o Império era muito diferente do consenso liberal plasmado na Constituição de Cádiz, e, como procuramos demonstrar, tal discordância estava na base da sua oposição aos liberais, o que não quer dizer, é claro, que fosse um servil ou um independentista.

Os liberais não concordavam sempre entre eles ou sequer tinham uma diretriz única no modo de proceder, pois é preciso lembrar que a estrutura moderna de partido não existia. Mesmo assim, o ser liberal – e a denominação de partido liberal – era um conceito político em construção com um significado importante à época, por demarcar um campo político, essencialmente de oposição ao Antigo Regime, e que designava os defensores da Constituição e da soberania representada nas Cortes. Com o tempo tendeu-se a ter uma visão simplista de que todos aqueles que queriam mudanças no Antigo Regime eram liberais, ou então enxergar erroneamente os eventos da revolução espanhola sob a ótica de um partido liberal unido e dominante. A leitura das fontes e especificamente a comparação entre o *Español* e o *Semanario Patriótico* auxiliam a refinar esse entendimento.

Sebastián e Fuentes afirmam que se deve olhar com cuidado o estreitamento do sentido de liberal, pois:

“Durante esta segunda década do século XIX o termo liberalismo não se refere ainda, ao menos principalmente, a uma ideologia específica ou sistema político, mas o seu emprego ordinário remete muito mais à qualidade abstrata das ideias liberais ou dos homens que as sustentam.”⁸⁷⁶

Mesmo com essas considerações, era indubitável a presença de um partido liberal, seja na prática ou no discurso. Tanto Blanco quanto Quintana usavam o termo “partido liberal”, o primeiro normalmente para discordar, enquanto o segundo fazia disso uma militância política. Era uma questão identitária, visto que “uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma”⁸⁷⁷. Mais do que um diagnóstico da realidade, era uma criação que visava à batalha legal e de ideias.

Quanto ao nosso tema, a questão americana não constituía o essencial na hora de definir um liberal. Ressalte-se que tal classificação era uma questão de ser contra o

⁸⁷⁶ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & FUENTES, op. cit., p. 418: “Durante esta segunda década del ochocientos el término liberalismo no se refiere todavía, al menos principalmente, a una específica ideología o sistema político, sino que su empleo ordinario remite más bien a la cualidad abstracta de las ideas liberales o de los hombres que las sostienen.”

⁸⁷⁷ KOSELLECK, op. cit., 2006, p. 192.

Antigo Regime nos seus princípios básicos: o absolutismo e os privilégios. Os grandes debates que norteiam esse campo são pela liberdade de imprensa e pela abolição dos *señorios*, ou seja, a igualdade jurídica e os direitos individuais. O discurso inicial proferido pelo Conde de Toreno, fundamentando a soberania na Nação e as Cortes como representantes desta, continha o princípio basilar da experiência liberal. Quando o *Semanario Patriótico* e a *Aurora Patriótica Mallorquina* dividiam a Espanha entre liberais e servis estavam, na verdade, simplificando uma heterogeneidade política explosiva.

Ainda assim, é necessário destacar, junto com toda a historiografia recente, que a questão americana teve um peso enorme à época, constituindo um dos principais temas discutidos nas Cortes de Cádiz e na imprensa. Quando Blanco White acusava os liberais estava pensando principalmente na América. Se o centralismo liberal foi pensado contra as forças centrípetas da própria península – representadas tanto nas antigas tradições legais quanto nas Juntas provinciais que surgiram em 1808 –, teve sempre concomitantemente uma direção voltada à América. Essa maneira de abordar as ex-colônias tornou-se um dos consensos liberais, com grande apoio na opinião pública e no congresso.

A questão americana não deve ser colocada como centro definidor do que era ser um liberal, até porque tal definição estrita talvez fosse impossível à época. Porém, para o núcleo duro do chamado “partido liberal”, composto pelos principais deputados, por alguns secretários de governo e por alguns jornais, a transformação do império de Antigo Regime num império nacional só poderia ser feita da forma como o foi. Portanto, a defesa da política para o ultramar da Constituição de Cádiz era um tema essencial e definidor de política para o *Semanario Patriótico*. Blanco White, como opositor, soube captar essa importância como ninguém. É nessa comparação que refutamos a classificação de liberal para o redator do *Español*, ao mesmo tempo em que não era um servil. Blanco foi uma figura política única, compondo uma intersecção original entre Inglaterra e Espanha, na qual foi cada vez mais se aproximando dos ideólogos ingleses.

Sem embargo, mesmo entre tantas polêmicas, havia um considerável ponto de acordo entre o *Semanario Patriótico* e o *Español*. Tanto Blanco White quanto Manuel Quintana opunham-se à independência imediata das antigas colônias. A razão na qual ambos concordavam dizia respeito à heterogeneidade das antigas colônias, representada por uma sociedade dividida em castas, com um enorme potencial anárquico.

Esse traço intelectual comum indica um elemento essencial dos liberais espanhóis e de todo um contexto europeu. A herança ilustrada e a inovação revolucionária evidenciavam-se ao refutar uma sociedade dividida em sua própria composição. A imagem da monarquia Habsburgo – composta por muitas Espanhas – não podia existir nas primeiras décadas do século XIX, porque, para aqueles ilustrados, tratava-se de uma única Nação com um só povo. Como a realidade não satisfazia essa exigência, tornou-se necessário, para os liberais, excluir da cidadania os que não podiam ser integrados imediatamente à política.

A exclusão das castas foi uma atitude pragmática para impedir a maioria americana nas Cortes, mas era justificada por um ambiente intelectual contrário à heterogeneidade. O conceito moderno de direitos do cidadão, ao invés do antigo *vecino*, explicava a exclusão feita pelos liberais, tendo em vista que exercer a cidadania requirava determinados atributos. Blanco White refutava essa inovação teórica e posicionou-se pela inclusão das castas, porque acreditava, como os *criollos*, que cabia à elite local administrar esses conflitos sociais, mas, assim como os liberais, tampouco podia conceber uma sociedade que acolhesse e estimulasse o conflito. Essa primeira modernidade não se identificava de forma alguma com o conceito contemporâneo de democracia, que se baseia no respeito ao diferente e na absorção dos conflitos dentro da esfera institucional.

A concordância entre escritores que estavam em lados opostos na questão americana apontava que a ideia de uma América instável e caótica era compartilhada por europeus de diferentes nacionalidades, e nisso a Ilustração tinha um peso muito grande, conforme explicado no primeiro capítulo. O contraste entre a permanência da visão excludente e a inovação de uma linguagem e abordagem igualitária por parte de todos os atores aqui estudados, é um dos desafios lançados para o historiador.

De fato a relação entre a ilustração e os liberais ainda está por ser adequadamente esclarecida. A revolução liberal, feita pelos ilustrados, transformou aqueles homens em revolucionários com novos pensamentos, mas que ainda se pautavam por muitos dos seus conceitos setecentistas. O estudo desse grupo que integrou o *Semanario Patriótico*, a partir do viés americano, evidenciou as profundas transformações que todos sofreram, com destaque para as novas formas de conceber o Império hispânico, porém ainda havia algumas permanências.

Partindo de uma origem comum, de um meio intelectual similar, em que se misturavam a escolástica da sua educação com as influências francesas e inglesas, além

do estudo aprofundado da própria Ilustração espanhola, esses homens tomaram caminhos diferentes, tendo como ponto em comum a negação do Antigo Regime. Afrancesados, exilados ou patriotas, todos eles refletiram sobre a América e introduziram novas formas de pensar essa questão, tornando este problema um dos pontos mais profícuos do debate político e no qual o fracasso dos distintos projetos foi generalizado, pois sabemos que boa parte da América se tornaria independente em breve e os peninsulares desistiriam da concepção de igualdade legal para as antigas colônias.

Bibliografía

- ACEVEDO, Edberto. "El carlotismo en Mexico." *Historia mexicana*. Mexico, t. 21, n° 2, 1961.
- ALONSO, Manuel Moreno. **La generación española de 1808**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- ANNA, Timothy. **España y la independencia de América**. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1986.
- ANNINO, Antonio. "Imperio, constitución y diversidad en la América Hispana." *Novo Mundo Mundo Novos, Debates*, 2008.
- ANTILLÓN, Isidoro. **Noticias históricas de don Gaspar Melchor de Jovellanos**. Valencia: Universidad de Valencia, 1994.
- ANTONELLO, Gerbi. **O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ARAQUE, Natividad, "La educación en la constitución de 1812: antecedentes y consecuencias". *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de Elche*, vol. I, 2009.
- ARCHER, Christon I. "The key to the kingdom: the defense of Veracruz, 1780-1810". *The Americas*, Vol. 27, N° 4, Abril, 1971.
- ARENDT, Hannah. **On Revolution**. Londres: Penguin Books, 1990.
- ARGÜELLES, Agustín. **Discurso preliminar a la Constitución de 1812**. Madri: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2011.
- ARTOLA, Miguel, "Los afrancesados y América", *Revista de Indias*, n° 9, 1949.
- _____, **La España de Fernando VII**. Madri: Pilar Cortés, 1999
- _____, Miguel. **La Burguesía revolucionaria (1808-1874)**, vol.5 da Historia de España, ARTOLA (org.), Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- _____, Miguel. **Los Afrancesados**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- AUSÍN, Txetxu; PEÑA, Lorenzo. **Memoria de 1808: las bases axiológico-jurídicas del constitucionalismo español**. Madri: Plaza y Valdés, 2009.

AYMES, Jean-René, **La guerra de independencia en España (1808-1814)**. Madrid: Siglo XXI, 1990

AZEVEDO, Francisca L.N. "Carlota Joaquina e a revolução de independência no Rio da Prata". *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo – 1998.

BELTRÁN, José Checa. "Modelos franceses y neoclasicismo en la prensa española de principios del siglo XIX (1801-1805)". *Bulletin Hispanique*, nº 1, 2009.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael. "A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, 1810-1824". *Texto apresentado no Seminário Internacional Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, 2005.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política, Brasil e Cuba, 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERBEL, Márcia Regina; OLIVEIRA, Cecília Helena. **A experiência constitucional de Cádiz**. São Paulo: Alameda, 2012.

BLANCO WHITE, José. **Letters from Spain**. Londres: Colburn, 1822.

BLANCO WHITE, José María. **José Maria Blanco White, Obra inglesa, selecta de sus obras en esta lengua**. GOYTISOLO, Juan (ed.) Barcelona: Seix Barral, 1974.

BLANCO WHITE, José María. **Autobiografía**. GARNICA, Antonio (ed.). Sevilla: Ediciones de la Universidad de Sevilla, 1988.

BLANCO WHITE, José María. **Obras completas, vol. I (Semana Patriótico)**, Sevilla, 1809). GARNICA, Antonio; RICO, Raquel (eds.). Granada: Almed, 2005.

BLANCO WHITE, José María. **Obras completas, vol. III (El Español, num. 4, 5 e 6)**. GARNICA, Antonio; PORTILLO VALDÉS, José Maria; VALLEJO, Jesus (eds.) Granada: Almed, 2009.

Boletín de la Real Academia de la Historia, tomo CXCI, 1994.

BOVER, Joaquin Maria. **Imprenta de las islas Baleares**. Palma: Imprenta Gelabert, 1862.

BREÑA, Roberto. "José María Blanco White y la Independencia de América: ¿Una postura pro-americana?" *Historia Constitucional*, nº 3, 2002.

_____. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824.** México, D.F.: El Colegio de México, 2006

_____ (org.). **En el umbral de las revoluciones hispánicas: el bienio 1808-1810.** México, D.F.: El Colegio de México, Centro de estudios internacionales: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2010.

_____, "La constitución de Cádiz y la Nueva España: cumplimientos e incumplimientos." *Historia constitucional*, nº 13, 2012, p. 362.

BURKE, Edmund, **Reflexões sobre a revolução em França.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____, **Select Works of Edmund Burke, vol. 1: Thoughts on the cause of the presente discontents. The two speechs on America.** Indianapolis: Liberty Found, 1999.

BURROWS, Simon, **French exile journalism and european politics 1792-1814.** Londres: Royal Historical Society, 2000.

CANTOS, Marieta; DURÁN LÓPEZ, Fernando; ROMERO, Alberto (org.). **La patria poética. Estudios sobre literatura y política en la obra de Manuel José Quintana.** Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009.

CASENAVE, Marieta, DURÁN LÓPEZ, Fernando & FERRER, Alberto (Orgs.), **La Guerra de Pluma: estudios sobre prensa de Cádiz en el tiempo de las Cortes (1810-1814), Tomo III: sociedad, consumo y vida cotidiana.** Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2008.

_____ (Orgs.), **La Guerra de Pluma: estudios sobre prensa de Cádiz en el tiempo de las Cortes (1810-1814), Tomo II: política, propaganda e opinião pública.** Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2008.

CAYUELA, José Gregorio; GALLEGO, José Angel. **La guerra de la independència: historia bélica, pueblo y nación en España (1808-1814).** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008.

CHECA GODOY, Antonio, "La prensa napoleónica en España (1808-1814). Una perspectiva". *El argonauta español*, nº 10, 2013.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Autonomía e independencia en el Río de la Plata, 1808-1810”. *Historia Mexicana*, vol. 58, 2008.

_____. “Formas de Identidad en el Rio de la Plata luego de 1810”. *Boletín del Instituto de História Argentina y Americana*, num. 1, 1989.

CHUST, Manuel, **La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz**. Valência: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia, Fundación Instituto Historia Social/ Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1999

_____, “Reflexões sobre as independências ibero-americanas”. *Revista de História da Universidade de São Paulo*, nº 159, 2008.

_____. “Constitución de 1812, Liberalismo Hispano y cuestión americana, 1810-1837”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" Tercera seria*, núm. 25, 2002.

CLAPS ARENAS, María Eugenia. “José María Blanco White y la "Cuestión Americana". El Semanario Patriótico (1809) y El Español (1810-1814).” *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, nº 29, 2005.

CLAVERO, Bartolomé, **Manual de Historia Constitucional de España**. Madri: Alianza, 1990

COCHIN, Auguste. **Les Societés de Pensée et la Révolution en Bretagne (1788-1789)**. Paris: Champion, 1925, 2 vols.

COLÓN, José. **España vindicada en sus clases y autoridades, 1814**, disponible no Google Books.

CROWE, Ian (org.), **An Imaginative Whig: reassessing the life and thought of Edmund Burke**. Columbia: University of Missouri Press, 2005.

DÉROZIER, Albert. “Les étapes de la vie officielle de Manuel Josef Quintana”. *Bulletin Hispanique*. nº3-4, 1964.

_____. **Manuel Josef Quintana et la naissance du liberalisme en Espagne, tomo I**. Paris: Annaler Litterairer de L’universite de Besancon, 1970.

_____. **Manuel josef quintana et la naissance du liberalisme en espagne, Tomo II**. Paris: Annaler Litterairer de L’universite de Besancon, 1970.

- DOMÍNGUEZ, JUAN, "La América española y Napoleón en el Estatuto de Bayona". *Revista internacional de estudios Vascos*, nº 4, 2009.
- DONGHI, Tulio Halperin, **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- DURÁN LÓPEZ, Fernando, **Cronicas de Cortes del Semanario Patriótico 1810-1812**. Cádiz: Fundación municipal de cultura, 2003.
- DURÁN LÓPEZ, Fernando. **José María Blanco White o la conciencia errante**. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2005.
- DURÁN LÓPEZ, Fernando (org.), **Hacia 1812 desde el siglo ilustrado**. Gijón: Trea, 2013.
- EVANS, Eric. **William Pitt, the younger**. Londres: Routledge, 1999.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, "Liberales y liberalismo en España, 1810-1850. La forja de un concepto y la creación de una identidad política". *Revista de Estudios Políticos (nueva época)*, nº 134, 2006.
- _____, "Liberalismos nacientes en el Atlántico iberoamericano: 'liberal' como concepto y como identidad política, 1750-1850. *Aahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, vol. 45, 2013.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; FRANCISCO FUENTES. **Historia del Periodismo Español**. Madrid: Síntesis, 1998.
- _____. **Diccionario político y social del siglo XIX español**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- FERNÁNDEZ, Ignacio, "La constitución de Cádiz en Inglaterra". *Historia constitucional*, nº 13, 2002.
- FERRER, Manuel, **La constitución de Cádiz y su aplicación en la Nueva España**. México: UNAM, 1992.
- FORCADELL, Carlos. "Isidoro de Antillón y Marzo: de provinciano ilustrado a mito de la nación liberal". *Jerónimo Zurita*, num. 87, 2012.
- FRADERA, Josep M., **Gobernar colonias**. Barcelona: Ediciones Península, 1999.
- FRANCO, Antonio-Filiu, "La 'cuestión americana' y la constitución de Bayona (1808)". *Historia constitucional*, nº 9, 2008.

FRASQUET, Ivana, "Cadiz en América: Liberalismo y Constitución". *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, vol. 20, nº 1, 2004.

_____. **Las caras del águila: del liberalismo gaditano a la república federal mexicana, 1820-1824**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2008.

_____. "Junta, regencia y representación. La elección de los suplentes americanos a las primeras Cortes". *Revista de História*, nº 159, 2008.

FURET, François. **Dictionnaire critique de la Révolution française**. Paris: Flammarion, 1988.

_____. **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Revolutionary France 1770-1880**. Oxford: Blackwell, 1995.

GALIANO, Alcalá. **Recuerdos de un anciano**. Madri: Vida de Hermano y Cia., 1890.

GARCIA MONERRIS, Carmen. "La diversidad de proyectos políticos en el primer debate preconstitucional español: Canga Argüelles, Ribelles y Borrull en el contexto de la política valenciana". *Hispania*, XLII – I, nº 210, 2002.

GARNICA, Antonio, "El heterodoxo Blanco White". *Archivo Hispalense*, t. 75, nº 231, 1993.

GENT, David. *Aristocratic whig politics in early-victorian yorkshire: Lord Morpeth and his world*. 2010. Tese (Doutorado em filosofia) - Department of History, University of York.

GIL NOVALES, Alberto (ed). **La prensa en la revolución liberal: España, Portugal y América Latina**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1983.

GODECHOT, Jacques. **Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)**. São Paulo: Pioneira e EDUSP, 1984.

GÓMEZ ÍMAZ, Manuel. **Dos cartas autógrafas é inéditas de Blanco White y El enfermo de aprehensión, comedia de Molière**. Sevilha: Rasco, 1891.

GROSSKE FIOL, Eberhard. "La libertad de prensa en Mallorca durante la guerra de independencia". *MAYURQA*, vol. 20, 1981-1984.

GUEDEA, Virginia. "The process of Mexican independence". *The American Historical Review*, Vol. 105, nº 1, Fev., 2000.

GUERRA, François-Xavier, **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México: Fondo de Cultura Económica e Fundación MAPFRE, 1992.

_____. **Las Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español**. Madri: Editorial Complutense, 1995.

_____. “‘voces del pueblo’. Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispano (1808-1814)”. *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, núm. 225.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

GUERRA, François-Xavier; ANNINO, Antonio (Orgs.). **Inventando la nación. Iberoamérica**. Siglo XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GUILHOU, Pérez. **La opinión pública española y las Cortes de Cádiz frente a la emancipación hispanoamericana, 1808-1814**. Buenos Aires: Academia Nacional de História, 1982

GUILLERMO, Juan. "La iglesia y el movimiento independentista rioplatense. Incertidumbres, aceptación y acompañamiento (1810-1816)". *Revista Teología*, nº 103, 2010.

HERRERA, Rafael, "Jovellanos y América: el temor a un mundo escindido". *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, nº 23, 2010.

HIBAUD, Clément. “La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América Bolivariana”. *Almanack Braziliense*, num. 1, maio/2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso: os motivos edénicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

JAIME LORÉN, José. **Isidoro de Antillón y Marzo: Epistolario (1790-1814). Otros escritos literarios, geográficos y políticos**. Valência: edição do autor, 1998

JURETSCHKE, Hans. **Vida, obra y pensamiento de Alberto Lista**. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951.

KOSELLECK, Reinhart, **Crítica e Crise: uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ/Contraponto, 2006.

LA PARRA, Emilio, "La restauración de Fernando VII en 1814". *Historia Constitucional*, nº 15, 2014.

LARDIZÁBAL Y URIBE, Miguel. **Manifiesto que presenta a la nación el consejero de Estado Miguel de Lardizábal y Uribe**, 1811, disponible no Google Books.

LEMPÉRIÈRE, Annick. "Revolución, guerra civil, guerra de independencia en el mundo hispánico 1808-1825". *Ayer*, nº55, 2004.

LLABRES BERNAL, Juan. **Noticias y relaciones históricas de Mallorca, siglo XIX, vol. I: 1801-1820**. Palma: 1958.

LLORENS, Vicente. **Literatura, historia, política (ensayos)**. Madri: Ediciones de la revista de Occidente, 1968.

_____. **Aspectos sociales de la literatura española**. Madri: Editorial Castalia, 1974.

LÓPEZ TABAR, Juan, **Los famosos traidores: los afrancesados durante la crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)**. Madri: Editorial biblioteca nueva, 2001.

LORD HOLLAND. **Reminiscences**. Londres: Henry Howard Holland, 1851.

LYNCH, John, **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008.

_____. **La España del siglo XVIII**. Barcelona: Crítica, 2009.

MARTÍNEZ QUINTEIRO, María. **Los Grupos Liberales antes de las Cortes de Cadiz**. Madri: Narcea, 1977.

MARTÍNEZ TORRÓN, Diego. **Ideología y literatura en Alberto Lista**. Sevilla: Alfar, 1993.

MARTIRÉ, Eduardo, **La constitución de Bayona entre España y América**. Madri: Centro de Estudios Político y Constitucionales/BOE, 2000.

MATEO, José Quirós. "Eugenio de Tapia en prisión, un episodio de la represión de 1814". *Revista de Estudios Literarios*. Universidad Complutense de Madrid, 2001.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino. **Historia de los heterodoxos españoles**. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1932.

MIER, Servando Teresa. **Carta de un americano al Español sobre su número XIX**, dez/1811, disponible online em <http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/i18n/consulta/registro.cmd?id=804>.

_____. **Historia de la Revolución de Nueva España**. Londres: Imprenta de Guillermo Glindon, 1813.

MITCHELL, Leslie, **The whig world: 1760-1837**. Londres: Continuum, 2006.

MOLINER I PRADA, Antoni. **La guerra del francés a Mallorca (1808-1814)**. Palma de Mallorca: Ediciones Documenta Balear, 2000.

MORANGE, Claude. "El Espectador Sevillano de Alberto Lista (1809). ¿Un discurso revolucionario?" *Pasado y Memoria*. Revista de Historia Contemporánea, 10, 2011.

MORELLI, Federica. "La Revolución de Quito: el camino hacia el gobierno mixto". *Revista de Indias*, vol. LXII, num. 225, 2002.

_____. "La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2008.

MORENO ALONSO, Manuel. "Lord Holland y los orígenes del liberalismo español". *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Nº 36, 1983.

_____. "Las Ideas políticas de El Español". *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Num. 39, 1984.

_____. **Divina Libertad – La aventura liberal de Don José Maria Blanco White, 1808-1824**. Sevilla: Alfar, 2002.

_____. "La gaceta afrancesada de Sevilla." *El argonauta español*, nº 9, 2012.

_____. "Jovellanos y el colapso de la Junta Central en Sevilla". *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenos Letras*, vol. 40, 2012.

_____. **El clero afrancesado en España, los obispos, curas y frailes de José Bonaparte**. Madrid: Editorial biblioteca nueva, 2014.

MURPHY, Martin. **El ensueño de la razón: la vida de Blanco White**. Sevilla: Renacimiento/Centro de Estudios Andaluces, 2011.

MURPHY, Martin & PONS, André. "Further letters of Blanco White to Robert Southey". *Bulletin of Hispanic Studies*, nº 62, 1985.

OLIVER, Miguel, **Mallorca durante la primera revolución (1808 a 1814)**. Palma: Imprenta de Amengual y Muntaner, 1901.

PALEY, William. **The principles of Moral and Political Philosophy**. Indianapolis: Liberty Found, 2002.

PÉREZ VIDAL, Alejandro, "La condena a muerte de Bartolomé José Gallardo en 1815". *I Congreso Internacional Liberal: la represión absolutista y el exilio*, 2014.

PICÓN SALAS, Mariano. **Miranda**. Caracas: Ministerio de Educación, Dirección Técnica, Departamento de Publicaciones, 1966.

PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América Espanhola*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História Social, USP: 2004.

_____. "De Raynal a De Pradt. Apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil." *Almanack Braziliense*, nº 11, 2010.

PONS, André. "Bolívar y Blanco White". *Revista de Estudios Americanos*, Tomo LV, 2, 1998.

_____. **Blanco White y España**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglos XVIII de la Universidad de Oviedo, 2002.

_____. **Blanco White y América**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglos XVIII de la Universidad de Oviedo, 2006.

_____. **Blanco White: textos y epistolario**. Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del siglo XVIII, 2009.

PORTILLO VALDÉS, José María. **Revolución de nación: orígenes de la cultura constitucional en España, 1780-1812**. Madrid: CEPC-BOE, 2000.

_____. "Los límites del pensamiento político liberal. Álvaro Flórez Estrada y América." *Historia constitucional* (revista electrónica), nº 5, 2004.

_____. **Crisis Atlántica – Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

_____. "Crisis e independencias: España y su monarquía." *História Mexicana*, LVIII: 1, 2008.

QUINTANA, Manuel. **Memoria del Cádiz de las Cortes**. DURÁN LÓPEZ, Fernando (ed.). Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1996.

QUINTERO, Inés, **La criolla principal. María Antonia Bolívar, hermana del Libertador**. Caracas: Fundación Bigott, 2003.

QUIRÓS, José Antonio. **El escritor Eugenio de Tapia: un liberal del siglo XIX**. Ávila: Obra social, 2003.

RAMOS GUÉDEZ, José Marcial. "Francisco de Miranda y el problema de la esclavitud en Venezuela: Nuevas ideas e inquietudes." *Humania del Sur*, nº 3, 2007.

REINOSO, Félix. **Examen de los delitos de infidelidad a la patria imputados a los españoles sometidos bajo la dominación francesa**. Caracas: Espinal, 1834.

REYES CANOS, Rogelio. "La vida cultural de Sevilla durante la Guerra de la Independencia: el drama de los afrancesados". *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, vol. 3.

RICO LINAGE, Raquel. "Revolución y Opinión Pública: el Semanario Patriótico en 1808". *Historia, Instituciones, Documentos*. Núm. 25. 1998.

RIEU-MILLAN, Marie, **Los diputados americanos en las Cortes de Cadiz**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

RODRÍGUEZ MORÍN, Felipe, "Miguel Domingo, un huracán liberal en la isla de Mallorca (1810-1814)". *Memòries de la Real Acadèmia Mallorquina d'Estudis enealògics, Heràlidcs i Històrics*, nº 22, 2012.

_____. "La 'impía' imprenta y librería mallorquina de Miguel Domingo (1810-1814)". *Cuadernos de ilustración y romanticismo*, nº 19, 2013.

_____. "Sobre la conmoción sufrida por los reaccionarios mallorquines en 1813, a cuenta de una traducción de el Contrato Social de Rousseau". *Memòries de la Real Acadèmia Mallorquina d'Estudis enealògics, Heràlidcs i Històrics*, nº 23, 2013.

_____. "Miguel Domingo, editor de la Aurora Patriótica Mallorquina (1812-1813)", *Argonauta español*, nº 10, 2013.

_____. "Las dos Españas en su papel, en los albores del siglo XIX: la Aurora Patriótica Mallorquina (1812-1813) y el Semanario Cristiano-Político de Mallorca (1812-1814)." *Hispania Nova*, nº 11, 2013.

RODRÍGUEZ, Jaime. **The Independence of Spanish America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. "Equality! The Sacred Right of Equality'. Representation under constitution of 1812." *Revista de Indias*, 2008, num. 242.

RODRÍGUEZ, Pablo, "Miedo, religiosidad y política: a propósito del terremoto de 1812." *Revista de historia social y de las mentalidades de la Universidad de Santiago de Chile*, vol. 14, nº 2, 2010.

RYDJORD, John, "Mediation between Spain and her colonies: 1811-1813." *The Hispanic American Historical Review*, vol. 21, nº 1, 1941.

SÁIZ, María D. e SEOANE, María C. **Historia del Periodismo Español**. Madri: Alianza Editorial, 1983.

SALMORAL, Manuel Lucena. "La orden apócrifa de 1810 sobre la 'libertad de comercio' en América". *Boletín americanista*, nº 28, 1978.

_____. "La Junta Central Suprema de España e Indias y el comercio americano". *Estudios de Historia Social y Económica de América*, núm. 01, 1985.

SEMPERE, Daniel. "Sociabilidad, prensa y conspiración en la reacción antiliberal a las Cortes de Cádiz". *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*. 2000, nº8.

SERRANO, José Antonio (org.). **La corona en llamas: conflictos económicos y sociales en la independencia iberoamericana**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2010.

SOLIS, Ramón. **El Cádiz de las Cortes: la vida en la ciudad en los años de 1810 a 1813**. Madri: Sílex, 2000.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **Historia General de España y América: emancipación y nacionalidades americanas**. Madri: Rialp, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TREVELYAN, George, **The two-party system in English political history**. Oxford: Clarendon Press, 1926.

VARELA, Joaquín, "La teoría constitucional en los primeros años del reinado de Fernando VII: El Manifiesto de los «Persas» y la «Representación» de Álvaro Flórez

Estrada". In: **Estudios dieciochistas en homenaje al profesor José Miguel Caso González. Oviedo:** Instituto Feijóo de Estudios sobre el Siglo XVIII, 1995.

_____. **El constitucionalismo británico entre dos revoluciones: 1688-1789.** Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2013.

VERDO, Geneviève. "Soberanía del pueblo o de los pueblos? La doble cara de la soberanía durante la revolución de la independencia (1810-1820)". *Andes*, n° 13, 2002.

VILA SELMA, José. **Ideario de Manuel José Quintana.** Madri: Consejo superior de investigaciones científicas, 1961.

VILAR, Pierre. **Hidalgos, Amotinados y Guerrileiros: Pueblos y Poderes en la Historia de España.** Barcelona: Crítica, 1999.

VILCHES, Jorge, "Álvaro Flórez Estrada". *La ilustración liberal*, n 42, 2010.

VILLANUEVA, Carlos, "Napoleón y los diputados de América en las Cortes españolas de Bayona". *Boletín de la Real Academia de Historia*, n° 76, 1917.

VINSON, Ben. "Los milicianos pardos y la construcción de la raza en el México colonial". *Signos históricos*, t. 4, dez/2000.

VINSON, Ben; JORDAN, Sheila; MELGOZA, Erendira. "Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el Mexico colonial de la Conquista hasta la Independencia." *Callaloo*, vol. 27, n° 1, 2004.